

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA

HEMERSON LUAN FARIAS DE BARROS

SYNCATEGOREUMATA DE PETRUS HISPANUS:

Tradução, introdução e comentário

Recife

2024

HEMERSON LUAN FARIAS DE BARROS

SYNCATEGOREUMATA DE PETRUS HISPANUS:
Tradução, introdução e comentário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa

Coorientador: Prof. Dr. David Pessoa de Lira

Recife

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Barros, Hemerson Luan Farias de.

Syncategoreumata, de Petrus Hispanus: Tradução, introdução e comentário / Hemerson Luan Farias de Barros. - Recife, 2024.
301f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2024.

Orientação: Marcos Roberto Nunes Costa.

1. Syncategoreumata; 2. Pedro Hispano; 3. Summule Logicales.
I. Costa, Marcos Roberto Nunes. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

HEMERSON LUAN FARIAS DE BARROS

SYNCATEGOREUMATA DE PETRUS HISPANUS:

Tradução, introdução e comentário

Dissertação de Mestrado, na área de Concentração: Filosofia, apresentado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: 22 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa (Orientador – UFPE)

Prof. Dr. Anderson D’Arc Ferreira (Avaliador Externo a Universidade - UFPB)

Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro (Avaliador Externo ao Programa – UFPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela Graça e Misericórdia concedidas todos os dias.

Agradeço a toda a minha família, especialmente a minha mãe e a minha avó que incessantemente intercedem por mim em orações.

Agradeço, *in memoriam*, a minha tia Claudinha, que recentemente recebeu o descanso dos justos. Que as suas gargalhadas e risos nunca sejam esquecidos.

Agradeço, *in memoriam*, a José Geraldo Duarte (Carcará), por ter sido uma ajuda certa em tempos incertos.

Agradeço a todos os amigos que moraram comigo na Casa de Estudantes de Serra Talhada, em Recife, especialmente a Lucas Costa, com o qual dividi a companhia durante o mestrado.

Agradeço a Cedric Ayres, pelo apoio e incentivo constantes nos estudos.

Agradeço a Henrique Capeleiro, cuja amizade sempre me faz perceber que a Filosofia pode ser vivida.

Agradeço ao Professor Fernando Raul, que orientou os primeiros passos desta pesquisa na graduação.

Agradeço ao professor Marcos Roberto Nunes costa, por todo o apoio e paciência durante estes dois anos de mestrado.

Agradeço ao Professor David Lira, coorientador desta pesquisa desde a graduação e meu primeiro professor de latim nos longínquos anos de 2017.

Gratias amicis Alano e Lisae plurimas ex imo corde ago, quippe qui mihi exemplum tum humanitatis, tum in studiis sitis.

Agradeço a todos os colegas do mestrado e aos bons amigos que fiz na graduação, cujo auxílio me foi indispensável durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos Professores Rodrigo Jungmann e Anderson D'arc Ferreira, pelos comentários prestados na qualificação e pela aceitação do convite de participação da banca de defesa.

Agradeço a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar a tradução do Livro *Syncategoremata*, do filósofo medieval Pedro Hispano, acompanhada de uma introdução. O estudo acerca das palavras sincategoremáticas da obra aqui traduzida é uma continuação das reflexões elaboradas anteriormente pelo filósofo na obra *Summule Logicales*, o mais renomado manual de lógica de todo o Medievo. As discussões a respeito da lógica aristotélica-boeciana presentes nestes livros fazem parte do terceiro período da lógica medieval, chamado de *Logica Modernorum*. Estes textos que integram a *Logica Modernorum* são fundamentais para que se possa compreender as reflexões dos filósofos medievais acerca da linguagem. A presente pesquisa pretende investigar o significado das palavras sincategoremáticas elencadas por Pedro Hispano na obra *Syncategoremata*, além de compreender que mudanças elas provocam nas proposições em relação a mudança de extensão de referência dos termos e a modificação do valor de verdade das proposições.

Palavras-chave: *Syncategoremata*; Pedro Hispano; *Summule Logicales*; *Logica modernorum*; História da lógica.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the translation of the Book *Syncategoremata*, by the medieval philosopher *Petrus Hispanus*, accompanied by an introduction. The study of the syncategorematic words in the work translated here is a continuation of the reflections previously elaborated by the philosopher in the work *Summule Logicales*, the most renowned manual of logic of the entire Medieval period. The discussions of Aristotelian-Boethian logic in these books are part of the third period of medieval logic, called *logica modernorum*. These texts, which are part of the *logica modernorum*, are fundamental for understanding the reflections of medieval philosophers about language. The present research aims to investigate the meaning of the syncategorematic words listed by Pedro Hispano in the *Syncategoremata*, as well as to understand what changes they cause in the propositions in relation to the change in the reference extension of the terms and the modification of the truth value of the propositions.

Keywords: *Syncategoremata*; Peter of Spain; *Summule Logicales*; *Logica modernorum*; History of Logic;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	O PROBLEMA PETRÍNIO.....	9
1.1.1	<i>Petrus Hispanus Portugalensis</i>	10
1.1.2	<i>Petrus Dominicanus</i>	14
1.1.3	<i>Petri Hispani Plurimi</i>	17
1.2	A LÓGICA MEDIEVAL.....	19
1.3	OS SINCATEGOREMAS EM PEDRO HISPANO.....	20
1.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
1.5	REFERÊNCIAS	27
2	<i>SYNCATEGOREUMATA</i>: TRADUÇÃO	29
	ANEXO: <i>SYNCATEGOREUMATA</i> - TEXTO EM LATIM	191

1 INTRODUÇÃO

Afirmar que a lógica medieval foi redescoberta apenas no século passado não parece ser um exagero. Robert Blanché e Jacques Dubucs apresentam no livro *História da Lógica* dois argumentos que fundamentam essa ideia (cf. Blanché; Dubucs, 1996, p. 133). O primeiro argumento diz respeito ao acesso aos livros, visto que grande parte do material textual estava na forma de manuscritos espalhados em bibliotecas por toda a Europa. Apenas os livros mais renomados sobreviveram em versões impressas. O segundo argumento lida com fato de que, por muito tempo, a lógica foi pensada como uma ciência perfeita desde a sua descoberta por Aristóteles, sem que nada mais pudesse ser dito sobre ela. Isso levava a crer que os medievais apenas acrescentaram algumas notas aqui e ali sobre o assunto. Além disso, quando houve a renovação da lógica no século XIX, os filósofos estavam mais preocupados com a fundamentação da sua própria área de estudo do que com o desenvolvimento histórico da sua disciplina. Entretanto, isso causou um efeito contrário no século seguinte: a renovação da lógica proporcionou os aparatos suficientes para uma melhor análise do desenvolvimento teórico-histórico da própria disciplina. O problema do acesso aos textos começou a ser superado quando, na primeira metade do século passado, houve a tentativa, por parte de vários pesquisadores, de editar os textos medievais. Um trabalho de esforço colossal que tem como pioneiros Martin Grabmann, Bochenski e De Rijk.

Dos três pesquisadores mencionados, De Rijk têm o papel de destaque pela vasta quantidade de textos editados por ele, frutos de mais de 50 anos de trabalho, tendo como obra magna o livro “*Logica Modernorum*”, o qual contém dois volumes. O primeiro volume discute o início da doutrina terminística e no segundo volume é apresentada uma série de textos de lógica do século XII.

Esta dissertação incorpora, *mutatis mutandis*, a mesma intenção, ou seja, pretende tornar acessível aos falantes de língua portuguesa um texto filosófico cujo conteúdo toca elementos originais do pensamento medieval, abrindo-se espaço no Brasil para o estudo das obras de outros autores que também escreveram sobre o mesmo assunto, como William de Sherwood e Lambert de Auxerre, entre outros. Além disso, é importante ressaltar que o debate no qual o livro *Synkategoreumata* se insere é fundamental para que possamos compreender as reflexões dos filósofos medievais acerca da linguagem, especificamente no que concerne a relação entre lógica, linguagem e ontologia.

Diante disto, faz-se notar que Pedro Hispano atuou de maneira importante dentro do contexto da lógica *Modernorum*, visto que o seu manual de lógica, as *Summule Logicales*, também chamado de *Tractatus*, foi o manual de lógica mais utilizado durante o medievo, sendo empregado por três séculos nas faculdades de artes em toda Europa¹. Tamanho foi o seu reconhecimento por causa desta obra a ponto de ser colocado no Paraíso por Dante Alighieri na *Divina Comédia* “*E Pietro Mangiadore e Pietro Ispano, lo qual giù luce in dodici libelli*” (Dante, *Paradiso*, Canto XII, 134-135). Os doze livros, mencionados por Dante, são os doze tratados que fazem parte das *Summule Logicales*, dos quais seis tratam da lógica *Antigorum* (Tratado I, *De introductionibus*; Tratado II, *De predicabilibus*, Tratado III, *De predicamentis*; Tratado IV, *De silogismis*; Tratado V, *De locis*; Tratado VII, *De fallaciis*), enquanto os outros seis tratados se direcionam a lógica *Modernorum* (Tratado VI, *De suppositionibus*; Tratado VIII, *De relativis*; Tratado IX, *De ampliacionibus*; Tratado X, *De appellationibus*; Tratado XI, *De restrictionibus*; Tractatus XII, *De Distributionibus*).

1.1 O PROBLEMA PETRÍNIO

O problema de identificação do autor ao qual é atribuído o volumoso *corpus petrínio* remete ao século XIII, data de formação desta coletânea, e constitui um impasse que pode dificultar uma tentativa de aproximação interpretativa entre os mais variados livros incluídos neste *corpus*. Ao que concerne esta dissertação, a discussão se limita a uma exposição – e não uma solução do problema – das teses mais reconhecidas acerca do problema de atribuição dos livros lógicos *Summule Logicales* e *Sincategoremata*, que constituem uma unidade temática dentro do *corpus petrínio*.

Com efeito, existem elementos suficientes para que possamos ter algum ponto inicial para uma tentativa de resolução deste problema, a saber, a vasta atribuição destes dois livros a um certo mestre / professor chamado de Pedro Hispano (*Magister Petrus Hispanus*). Este é um ponto comum entre as duas obras que permite uma relação certa entre elas. Somado a isto, o fato de que as duas obras apresentam conteúdos intrinsecamente conectados também nos permite ter indícios de que foram escritas pelo mesmo autor.

Por outro lado, a constatação de que pouco se sabe sobre o autor destas obras além do seu próprio nome pode causar alguma estranheza, já que se esperaria a existência de elementos indubitáveis acerca da sua biografia, dado o renome que essas obras alcançaram.

¹ Acerca da difusão desta obra, lê-se no prefácio da edição em língua inglesa: “*Few works, apart from the Authorized Version of the English Bible and the collected plays of Shakespeare, have been more influential than Peter’s Summaries*” (Copenhaver; Normore; Parsons, 2014).

De toda forma, o seu próprio nome é uma das razões deste infortúnio, pois o nome *Hispanus* é um topônimo que designa toda a região da península ibérica, a atual região no extremo do sudoeste da Europa, compreendendo o território somado de Portugal, Espanha, Andorra, Gibraltar e a parte sul da França.

Estas circunstâncias fazem com que coexistam diferentes propostas de identificação deste autor e de reconstrução da sua biografia. Dentre elas, a primeira a ser apresentada é defendida por Rijk, na qual ele recorre a uma antiga tradição de identificação de Pedro Hispano com Pedro Julião Rebolo, posteriormente conhecido como o Papa português João XXI. A segunda proposta, defendida por D'ors, remonta a uma outra tradição que concede a autoria das obras lógicas a um frade dominicano. Por fim, Meirinhos concebe uma proposta de multiplicidade de autores, isto é, diferentes campos temáticos formados pelos livros do *corpus* petrínio poderiam ser designados a múltiplos Pedros Hispanos, cada qual responsável por alguma das áreas de conhecimento presente no *corpus petrínio*, o que vai de encontro com a tese de unidade de todo o *corpus* defendida por Rijk.

1.1.1 *Petrus Hispanus Portugalensis*

Na edição crítica do texto completo das *Summule logicales*, Rijk esboça a mais consistente elaboração feita até então da reconstrução da biografia de Pedro Hispano, numa tentativa de resolver um problema que se assemelhava ao próprio ‘problema homérico’, pois embora a ambos sejam atribuídos trabalhos egrégios, ainda assim, qualquer esforço de identificação destes autores se apresenta hercúleo. Em linhas gerais, a tese de Rijk atribui a um único autor um vasto conjunto de obras que permeiam diversas áreas de conhecimento, que vão desde medicina à matemática, da lógica à filosofia natural. Segundo Rijk, a biografia de Pedro Hispano poderia ser resumida da seguinte forma: Pedro Hispano foi um filósofo Português de nome Pedro Julião (*Petrus Hispanus Portugalensis*), nascido em torno do ano 1205, detentor do pontificado por um período de oito meses, entre os anos de 1276 e 1277, sob o nome de João XXI, cuja morte é datada no dia 20 de maio de 1277, quando uma das paredes do seu escritório recém-construído em Vitebo, na Itália, desabou sobre ele.

Mas, ainda que a identificação de Pedro Hispano com Pedro Julião seja possível, as dificuldades a respeito da determinação da sua data de nascimento e da descrição dos períodos iniciais da sua vida até a sua juventude ainda se mostram difíceis (cf. De Rijk, 1972, p. XXIV), pois as informações acerca desta época da sua vida são escassas e, então, tenta-se resolver o problema com a reconstrução destes dados a partir de elementos conhecidos do

período em que esteve na universidade de Paris e sobre o seu pontificado. A exemplo disto, Rijk data o nascimento de Pedro Hispano no início do século XIII, não mais tardar que 1205 (cf. De Rijk, 1972, p. XXVII-XXVIII), pois, ao defender esta data, Rijk concilia dois fatos importantes na biografia de Pedro Hispano: o pontificado e a autoria dos livros lógicos.

A data de nascimento de Pedro Hispano é um ponto importante porque, dada a imensidade de livros atribuídos a Pedro Hispano, convém que se pense, a primeira vista, que apenas alguém que logrou de uma vida farta de primaveras poderia ter escritos tantos livros, ainda mais se for considerada a variedade de temas escritos, o que demonstra que ele teria sido alguém de conhecimento enciclopédico. Outros, no entanto, defenderam que tenha nascido em torno de 1220 (cf. Meirinhos, 2007, p. 129; D'Ors, 1997, p. 24), pois esta é umas das datas de nascimento atribuídas ao Papa João XXI. Se a hipótese de Rijk for aceita, o papa João XXI alcançou o pontificado aos 71 anos, mais ou menos, não mais com 56 anos, como também já fora defendido (cf. De Rijk, 1972, p. XXVIII).

Além da trajetória ao pontificado, como já mencionado, Rijk adiciona outros dois momentos da vida de Pedro Hispano que funcionam como o eixo pelo qual a biografia de Pedro Hispano será escrita, pois já que lhe são atribuídas obras de diversos gêneros do saber, logo é necessário delimitar os momentos em que se dedicou a tais artes. Por conta disto, Rijk reconstrói a vida acadêmica de Pedro Hispano em Paris, visto que este teria sido o lugar onde aprendeu os fundamentos necessários que o levariam a escrever as suas obras lógicas, das quais trataremos adiante. No segundo momento, Pedro Hispano realizou investigações médicas, de 1235 a 1250. Depois ocorre a sua trajetória ao pontificado que vai de 1250 a 1277, ano de sua morte.

Ainda que o nome Hispano possa causar alguma confusão, Pedro Hispano nasceu em Lisboa, de acordo com Rijk. E o seu pai chamava-se Julião Rebolo (cf. De Rijk, 1972, p. XXIV). Pouco se pode conjecturar sobre a infância de Pedro Hispano, sobre a sua família e os motivos que o levaram a escolher Paris como sua *alma mater*. Mas, se de fato estudou em Paris, ele esteve em um dos centros intelectuais mais desenvolvidos da Europa, pois Paris e Oxford formavam os maiores círculos intelectuais da Europa e compuseram as duas principais escolas de florescimento da lógica medieval no século XIII, como afirma Márquez (2008, p.62):

Paris é, então, nas últimas décadas do século XII, não apenas a maior cidade da França (entre 80.000 e 200.000 habitantes), mas também aquela que

acolheu em suas escolas e catedrais o maior número de estudantes e professores de todo o ocidente cristão².

Poder-se-ia, então, supor a partir disto que Pedro Hispano tenha nascido em uma família rica ou que tenha sido apadrinhado por alguém. Mas, nenhuma destas hipóteses pode ser definitivamente comprovada (cf. De Rijk, 1972, p. XXVI).

Conforme Rijk, Pedro Hispano chega à Paris em torno de 1220, onde estudou filosofia, lógica e teologia por quase uma década (cf. De Rijk, 1972, p. XXVII-XXVIII). Ao sair da universidade de Paris em 1229, Pedro Hispano escreve as *Summule Logicales* e os *Syncategoreumata* no norte da Espanha ou no Sul da França (cf. De Rijk, 1972, p. XXVII), o que é atestado por ser os primeiros locais de difusão das *Summule logicales*. Depois disto, dirige-se a Salerno ou a Montpellier, onde se dedica a medicina e até mesmo passa a ensiná-la mais tarde em Siena (cf. De Rijk, 1972, p. XXVII).

Por fim, inicia-se o seu trajeto ao pontificado com o seu retorno a Portugal em 1250, quando começa a assumir cargos eclesiásticos. Não obstante, antes de chegar ao pontificado, Pedro Hispano atua em diversos círculos influentes, como a sua participação na corte papal de Anagni, no mesmo período em que chega ao cargo de prior de Santa Maria em Guimarães, passando depois a acompanhar o papa Gregório X como seu médico pessoal. Disto decorre que o seu livro de medicina já era bastante conhecido na época. Ademais, o seu *Tesaurus Paurerum* é um dos livros medievais de medicina com o maior número de cópias a chagarem até a era contemporânea. Em 1272, passa a atuar como Cardeal-Bispo de Frascati e Arcebispo de Braga. O ano de 1276 foi um ano em que quatro pontífices assumiram o cargo, sendo o quarto Pedro Hispano (Pedro Julião Rebolo), em 15 de setembro de 1276.

No seu curto pontificado, o Papa João XXI participou da querela da universidade de Paris em 1277, com edição das bulas de 18 de janeiro e de Abril de 1277 que instaurava um inquérito sobre as doutrinas que eram ensinadas na universidade, mas Meirinhos (cf. 2007, p.134) comenta que o papa não teria sido o real responsável pelas condenações:

João XXI não terá pretendido censurar e silenciar teorias do conhecimento adversárias das suas, mas apenas obter Informações [...]. Tudo indica que o ato de condenação foi de exclusiva iniciativa do bispo de Tempier e da sua comissão, que ultrapassou o mandato do papa, que não lhe dera esses poderes.

² “París es entonces, en las últimas décadas del siglo XII, no solamente la ciudad más grande de Francia (entre 80.000 y 200.000 habitantes), sino la que acoge en sus escuelas y catedrales el número más grande de estudiantes y maestros de todo el occidente Cristiano” (Márquez, 2008, p.62).

Além das informações apresentadas, Rijk também formula um quadro com um resumo da biografia de Pedro Hispano (cf. De Rijk, 1972, p. XLI-XLII):

Antes de 1205: Nasce em Lisboa, Portugal, filho de um tal de Julião Rebolo;
 1220-1229 Estuda na Universidade de Paris;
 1231: Mora no norte da Espanha;
 1235: Mora em Toulouse e em Montpellier, França;
 1245-1250; Mora em Siena, Itália, onde ensinou medicina pelo menos de 1246 a 1249;
 De 1250 em diante: Mora em Portugal com algumas interrupções;
 1250-73: Deão de Lisboa e arqui-diácono de Vermoim, na diocese de Braga, Portugal;
 1250: Frequenta a Corte de Guimarães;
 1254: Mora em Lisboa;
 1254: Frequenta a corte de Leiria;
 1257-1273: Prior de santa maria em Guimarães;
 1258: Frequenta a corte de Guimarães;
 1260: Mora na corte papal em Anagni, Itália;
 1261: Mora em Viterbo, Itália;
 1263 em diante: Mestre das escolas em Lisboa;
 1263-1264: Mora em Orvieto, Itália;
 1272-1276: Médico da corte de Gregório X em Viterbo, Itália;
 De março a Abril, 1273: Eleito como arcebispo de Braga, Portugal;
 Junho, 1273: Cardeal-Arcebispo de Frascati (Tusculum), Itália;
 1273-1274: Frequento o concílio geral de Lion;
 1274: Curto período na Universidade de Paris;
 Setembro 15, 1276: Eleito papa (João XXI);
 Maio 20, 1277: Morre em Viterbo.

Com efeito, a identificação de Pedro Hispano com o Papa João XXI já remonta a uma antiga tradição, como já foi dito, e é contrastada com uma outra tradição tão antiga quanto ela, que identifica o autor das *Summule Logicales* e do *Synkategoreumata* com um frade dominicano e, até hoje, estas duas tradições têm os seus representantes. Contra esta tradição, Rijk aponta três erros: primeiro, os defensores desta tese se baseiam em alguns manuscritos das *Summule Logicales* que parecem indicar o pertencimento de Pedro Hispano a ordem dominicana (cf. De Rijk, 1972, p. XXI); segundo; existe um catálogo na abadia austríaca de Stans que aponta Pedro Hispanos O.P (*Ordo Praedicatorum*) como o autor das *Summule*

logicales (cf. De Rijk, 1972, p. XXII), nomeadamente *Petrus Alfonsi*; terceiro, a atribuição da obra *Summule Logicales* ao frade *Petrus Ferrandi Hispanus O.P (Ordo Praedicatorum)*, morto na segunda metade do século XIII, entre 1254 e 1259, sobre o qual Luis de Valladolid baseia a sua tese, embora o próprio Luis de Valladolid não seja uma das fontes mais antigas sobre este problema, pois ele viveu somente no século XV (cf. De Rijk, 1972, p. X).

Contra a primeira vertente de identificação de Pedro Hispano com a Ordem dominicana, Rijk retoma algo já mencionado, ao fato de que a primeira difusão da obra *Summules Logicales* ter acontecido a partir dos dominicanos situados no sul da França, onde Pedro Hispano teria vivido. Embora, ainda que de fato Pedro Hispano tenha tido alguma relação com os dominicanos, isto não é suficiente para afirmar que Pedro Hispano era um membro da Ordem dos Pregadores (cf. De Rijk, 1972, p. XII).

Quanto aos dois outros argumentos, Rijk afirma que as fontes citadas que indicam que Pedro Hispano foi um membro da Ordem dominicana não são suficientes, visto que há um número maior de fontes que indicam o contrário. E nenhum manuscrito das *Summule Logicales* ou do *Syncategoreumata* fazem menção a *Petrus Alfonsi Hispanus* ou a *Petrus Ferrandi Hispanus*.

Além disso, Rijk apresenta mais um ponto em favor da sua tese: Pedro Hispano era conhecido como um professor secular, ou seja, ainda que existam manuscritos que se refiram a Pedro Hispano como membro da ordem dos dominicanos, aqueles manuscritos se referem a ele como 'Magister Petrus Hispanus', nunca 'Frater Petrus Hispanus' (cf. De Rijk, 1972, p. XVI). Aliás, apenas o catálogo de Stans faz menção a *Petrus Alfonsi* como autor da *Summule Logicales* (cf. De Rijk, 1972, p. XIX). Por fim, há ainda mais uma justificativa para o erro, dado que, de acordo com Rijk, tanto Pedro Hispano como Petrus Alfonsi Hispanus eram famosos nos círculos dominicanos: um era o autor das *Summule Logicales*, o outro da *Legenda Sancti Dominici* (cf. De Rijk, 1972, p. XXIII). Portanto, não seria difícil ocorrer um erro de atribuição da autoria das *Summule Logicales* a algum dominicano conhecido na ordem (cf. De Rijk, 1972, p. XXIII).

1.1.2 *Petrus Dominicanus*

A tese de autoria dominicana das obras lógicas pertencentes ao *corpus* petrínio retorna num artigo de Angel D'ors, em 1997. Conforme D'ors, após a publicação da edição crítica do texto das *Summule Logicales* elaborada por Rijk, todo o debate acerca da identificação de

Pedro Hispano havia sido deixado para trás, o que parecia, segundo ele, ter colocado um fim definitivo em toda esta querela que perdurou por séculos:

Ao longo das últimas décadas, muitos arquivos de biblioteca, histórias de filosofia e lógica e entradas de enciclopédias foram sistematicamente corrigidos para aceitar o Papa João como o autor do tratado. Esta identificação tornou-se tão comum que hoje parece que séculos de debate sobre a identidade de Pedro Hispano, autor do *Tractatus*, foram subitamente esquecidos. (D’Ors, 1997, p. 23)³.

O objetivo de D’ors neste seu primeiro artigo⁴ sobre o tema não é indicar um outro personagem que seria o autor das *Summule logicales* e dos *Synkategoreumata*, mas de apresentar algumas razões pelas quais a proposta de Rijk de identificação do autor destes livros com o Papa João XXI já não mais pareceria ser a solução definitiva do problema. Por outro lado, D’ors se dispõe a argumentar que existem indícios convincentes de que o autor destes livros, quem quer que Pedro Hispano tenha sido⁵, foi um membro da ordem dos Pregadores.

Os argumentos de D’ors se dirigem a dois problemas referentes a tese de Rijk, que seriam a dificuldade de reconstrução da vida de Pedro Julião desde o seu nascimento até o pontificado, de forma que a documentação existente não seria suficiente para determinar as circunstâncias nas quais ele teria escrito as obras lógicas. Pois, segundo D’ors, esta relação só se torna possível pelo fato de que não podemos determinar com exatidão a data de nascimento do Papa João XXI, muito menos reconstruir a sua biografia até o ano de 1245 (cf. D’Ors, 1997, p. 23). A segunda dificuldade reside no fato de que existiria um forte vínculo entre estas obras e a ordem dominicana, da qual o pontífice não foi membro (cf. D’Ors, 1997, p. 23). Outrossim, as *Summule Logicales* já eram usadas nos centros dominicanos em Toulouse, antes mesmo de terem sido adotadas como manual de lógica da universidade de Paris, a partir da qual o livro se propagou por toda a Europa.

Uma das questões já levantadas por Rijk se relaciona com a identificação de Pedro Hispano como “*Magister*” nos manuscritos que o reconhecem como dominicano. Contra este argumento, D’ors afirma que, pelo menos, duas razões podem ser sugeridas para justificar o

³ “Over the past few decades many library files, histories of philosophy and logic, and encyclopedia entries have been systematically corrected to accept Pope John as the author of the tractatus. This identification has become so common that today it seems as if centuries of debate over the identity of Peter of Spain, author of the Tractatus, have suddenly been forgotten” (D’Ors, 1997, p. 23).

⁴ O artigo aqui trabalhado é o primeiro de uma série de três artigos em que D’ors discute a possibilidade da tese dominicana. No primeiro artigo e no segundo artigo, D’ors dialoga com os argumentos de Rijk. No terceiro artigo, ele defende que o autor das *Summule Logicales* seja *Petrus Alponsi* ou *Petrus Ferrandi* (cf. D’Ors, 2001; D’Ors, 2003).

⁵ O próprio nome “*Hispanus*” que aparece em Rijk como um topônimo que ligaria Pedro Hispano a Pedro Julião poderia ser visto, defende D’ors, como simplesmente um sobrenome. Logo, não seria necessário que Pedro Hispano tivesse qualquer vínculo com a Península Ibérica (cf. D’Ors, 1997, p. 23).

uso do título de “*Magister*”. A primeira seria notar que outros membros da ordem também eram intitulados “*Magister*”, como é o caso do lógico Lamber d'Auxerre, que, assim como Pedro Hispano, viveu no século XIII e escreveu um manual de lógica, o “*Summa Lamberti*” (cf. D’Ors, 1997, p. 26). A segunda razão consta no fato de que não havia a proibição do título de mestre dentro da ordem, não apenas isto, o título “*Magister*” também era empregado na designação de funções eclesiásticas, como “*Magister ordinis*”, “*Magister studentium*” e “*Rector scholarum*” (cf. D’Ors, 1997, p. 28).

Um outro ponto levantado por D'ors reside no fato de que se pensou que não seria possível identificar Pedro Hispano como membro da ordem dominicana por causa da ausência de referências as *Summule logicales* nas crônicas da ordem, pois cronistas como Gérard de Frachet (1271), Étienne de Salagnac (1291) e Bernard Guy (1331) não se referem a este livro. D'ors justifica esta ausência dizendo que o próprio livro de lógica não se enquadra no tipo de assunto tratado nas crônicas, além de que a ideia de ‘autoria’ poderia ser entendida de uma outra maneira pelos membros da ordem, visto que “autor” pode indicar dois diferentes tipos de causas, uma causa *copulativa* e uma causa *inventiva* (cf. D’Ors, 1997, p. 37). Se consideramos a causa *inventiva*, o real autor de um livro é a pessoa que influencia as teses contidas no livro, como é o caso de Aristóteles em relação as *Summule Logicales*. De outra forma, autor é quem elabora as ideias presentes no livro, que neste caso é Pedro Hispano. Portanto, a ausência de evidência não é, por si só, uma evidência de ausência de qualquer vínculo de Pedro Hispano com a ordem dos Pregadores (D’ors, 1997, p. 36).

Por fim, vale salientar que as crônicas de Gérard de Frachet é um livro religioso, não um livro acadêmico no qual faria sentido mencionar um manual de lógica. Basta saber que o *Vitae Fratrum*, de Gérard de Frachet, narra atos apostólicos, martírios e milagres, além de registrar a data da morte de membros da ordem. As crônicas de Étienne de Salagnac também não têm nenhuma relação com os temas tratados nas *Summule* de Pedro Hispano, já que o seu *De quatuor in quibus Deus predicatorum ordinem insignivit*, escrito em torno do ano 1277, ano da morte do Papa João XXI, aborda a troca de membros em cargos religiosos na ordem dominicana (D’Ors, 1997, p. 38). O último cronista mencionado, Bernard Guy, desenvolve suas crônicas a partir dos trabalhos de Gérard de Frachet e Étienne de Salagna, então ele também não teria razões para citar as *Summule Logicales*.

1.1.3 *Petri Hispani Plurimi*

A terceira via de resposta ao problema da identificação de Pedro Hispano é formulada por Meirinhos, que defende que as obras atribuídas a *Petrus Hispanus*, na verdade, pertencem a múltiplos autores. Entre os possíveis autores, identifica nomes como *Petrus Hispanus Medicus*, possível Papa João XXI; *Petrus Hispanus de ordine predicatorum*, ou seja, um dominicano; e *Petrus Hispanus Portugalensis*. Além desses três personagens, ainda haveria outros sete ou oito personagens com o mesmo nome, portugueses e espanhóis, aos quais obras do *corpus* petrínio poderiam ser atribuídas (cf. Meirinhos, 2007, p. 128).

Um dos primeiros pontos contestados por Meirinho é a data de nascimento do filósofo. Pois, segundo Rijk, o nascimento de *Petrus Hispanus* é datado no século XIII, em aproximadamente 1205. No entanto, em 1989, descobriu-se que no comentário de Guillelmus Arnaldi à *Summule Logicales* há uma citação de Tomás de Aquino do livro Sobre a interpretação (cf. Meirinhos, 2007, p. 129). Entretanto, isto só poderia ser possível caso o livro tivesse sido escrito no fim do século XIII. Logo, seria necessário adiar a data do nascimento de Pedro Hispano e, conseqüentemente, a data da escrita do *Summule Logicales*.

Outro ponto importante de destacar é a dificuldade de encontrar auto descrições de *Petrus Hispanus* que possibilitem um melhor entendimento histórico de sua vida. Meirinho estabelece que as poucas situações em que o autor se auto descreve não permitem conclusões assertivas. Um exemplo de um texto no qual Pedro Hispano menciona algo sobre si mesmo se encontra na bula *Fumen aque vive, mas*, ainda assim, Meirinhos acrescenta que não é possível concluir que essas palavras dizem algo significativo sobre o autor: “tendo vivido nos seus lares [de Paris] durante muito tempo, desde os ternos anos, aí nos dedicamos com diligência ao estudo das várias ciências e, permanecendo por muitos anos junto ao curso do rio, provamos as libações saborosíssimas dessas mesmas ciências⁶.”

O *corpus petrínio*, de acordo com o catálogo estabelecido por Meirinhos, é composto por 37 obras distribuídas em 450 manuscritos, dividido em 7 eixos temáticos, Lógica, Filosofia natural, Teologia e apologética, Medicina, obras perdidas, cartas e bulas apostólicas, além das obras de autoria incerta (cf. Meirinhos, 2007, p. 153-159):

- Lógica

Summulae Logicales

Syncategoreumata

- Filosofia natural

Commentarium in de anima Aristotelis I-II

⁶ Moreira de Sá, A. Pedro Hispano e a crise de 1277 da universidade de Paris. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, v. 22, 1955, p. 238 (*apud* Meirinhos, 2007, p. 130).

Scientia libri de anima

Liber de morte et vita et de causis longitudinis ac brevitatis vite

Commentarium cum questionibus super de animalibus

Problemata

De rebus principalibus naturarum

- Teologia e apologética

Expositio librorum Beati Dionysii

Expositio in lrum de angelica hierarchia Dionysii

expositio in librum de ecclesiastia hierarchia Dionysii

expositio in librum de divinis nominibus Dionysii

expositio in librum de mystica theologia Dionysii

expositio in espistolas I-VI Dionysii

Sermones praedicabiles

- Medicina

a) tratados e compilações

De conservanda sanitate

De his que conferunt et nocent

Qui vult custodire sanitatem stomachi

De egritudinibus oculorum et curis

De febribus

De oculo

De phlebotomia

De regimine sanitatis per omne menses

Diatae super cyrurgia

Liber oculorum ou Aqua mirabilis ad visum conservandum

Thesaurus pauperum

Tractatus de anathomia corporis

b) comentários e glosas

Commentarium cum questiobinus super libro de urinis Ysaaci

Commentarium cum questionibus super libro dietarum particularium Ysaaci

Commentarium cum questionibus super libro dietarum universalium Ysaaci

Glose super libris de febribus Ysaaci

Glose super tegni "Galeni" seu in artem parvam Galeni

Notule super Johannicum Ysagoge ad Tegni "Galeni"

Questiones super libro de crisi et super libro de diebus diebus decretoriis Galeni

Notule super regimine acutorum Hippocratis

Problemata supra Pronostica Hippocratis

Questiones super libris aphorismorum Hippocratis

Questiones super de Pulsibus Filareti

Questiones Super Viaticum Constantini

- Obras perdidas

In mathematicis

Lectiones in primum librum physicorum (questiones physice)

Supra librum de sensu et sensato

De formatione hominis tractatus

De medenda podraga tractatus

Glosa in Hippocratis de natura puerorum

- Cartas e bulas apostólicas

Regestum

- Obras incertas

versus de pluvia, de nive, de pruine, de rose, de prandine et de terra

Synonima

Questiones de medicinis laxativis

1.2 A LÓGICA MEDIEVAL

A análise dos nomes sincategoremáticos na filosofia medieval do século XIII faz parte de um campo teórico que une filosofia da linguagem, lógica e ontologia, denominado pelos pesquisadores como lógica dos modernos (*logica modernorum*). Essa designação é feita para contrapor a lógica dos antigos, que une a lógica *vetus* e a lógica *nova*. Por lógica *vetus* se caracteriza as obras que têm por base *As Categorias* e o *Sobre a interpretação* de Aristóteles, o *Isagoge* de Porfírio e os comentários de Boécio ao *Isagoge*. Já a lógica nova denomina os trabalhos que se fundamentam no restante das obras aristotélicas que compõem o Órganon, redescobertas no ocidente em meados do século XII (cf. Delgado, 1975, p. 4)⁷.

Surgem novos elementos após a redescoberta do Órganon que, embora não sejam totalmente independentes da tradição, carregam certa originalidade, como os tratados sobre as

⁷ Segundo Delgado, a primeira obra a fazer referência a totalidade do Órganon é o *Metalogicon* de Juan Salisbury, elaborada em 1159. Delgado também apresenta um quadro comparativo entre a lógica dos antigos e a lógica dos modernos. Ver também o que diz a respeito desta distinção Wyllie, 2013, p. 1-11 (cf. Novaes; Read, 2016).

palavras sincategoremáticas, os sofismas e a doutrina da propriedade dos termos. As discussões sobre esses temas se estendem até a primeira metade do século XV, sendo eles chamados de *parva logicalia*, devido a extensão dos seus tratados; enquanto os tratados referentes a lógica dos antigos são chamados de *magna logicalia*. Por mais que esses novos elementos sejam chamados de lógica dos modernos, não há aqui qualquer implicação de ruptura total com o legado aristotélico-boeciano, pois havia entre os filósofos da época a plena consciência de continuidade das investigações da tradição⁸.

Entretanto, Cesalli (cf. 2020, p. 50) observa o fato de que, embora a pesquisa sistemática acerca da lógica medieval já tenha ultrapassado quase um século, para além das disputas sobre a marcação história do período que descreve a lógica medieval, não há um consenso entre os autores sobre o que de fato os medievais consideravam como lógica e quais objetivos pretendiam alcançar ao se dedicarem à investigação lógica.

1.3 OS SINCATEGOREMAS EM PEDRO HISPANO

Os tratados medievais sobre as palavras sincategoremáticas costumam estar diretamente ligados aos manuais de lógica e muitas vezes eles são incorporados nas *Summule Logicales*, de Pedro Hispano. Esta prática passou a ser comum nos séculos XIV e XV. Não obstante, quer esteja presente em uma obra independente, quer seja uma parte dos manuais de lógica, o estudo sobre as palavras sincategoremáticas é um desenvolvimento da lógica medieval que começa a tomar forma no século XII⁹, como afirma Spruyt:

⁸Philotheus Boehner apresenta uma passagem do *Copulata tractatum parvorum logicalium*, provavelmente escrito no século XV e de autor desconhecido, onde há no texto a tentativa de apresentar os elementos da lógica dos modernos como provenientes do *Organon*. Segundo esse autor anônimo, os tratados sobre as palavras sincategoremáticas derivam, em certa medida, do segundo livro da obra *Sobre a interpretação*, de Aristóteles (cf. Boehner, 1953, p. 16-18).

⁹Antes mesmo da consolidação da lógica *Modernorum*, já existiam comentários escritos por gramáticos no século XI que debatiam a divisão das partes da oração numa tentativa de entender corretamente o uso destas expressões linguísticas. Mas, de fato, o estudo a respeito das palavras sincategoremáticas é incorporado à lógica *Modernorum* apenas na segunda metade do século seguinte e permaneceu como um gênero literário até o declínio da lógica *modernorum* nos séculos XV e XVI (cf. Spruyt, 2011, p. 1835). Kretzmann, por outro lado, retrata o desenvolvimento histórico dos *syncategorema* na lógica medieval em quatro etapas: no primeiro momento, durante a segunda metade do século XII, a investigação sobre os sincategoremas se restringia a um pequeno número de relações lógicas ou semânticas; depois, a partir dos anos finais do século XII até o fim do século XIII, começam a surgir os tratados chamados de *Syncategoremata*; no terceiro momento, os *Syncategoremata* são incorporados às *Summule Logicales*; Por fim, do começo do século XIV até o declive da lógica medieval, os *Syncategoremata* são incluídos nos livros chamados de *Sophismata*, onde é dada uma ênfase ainda maior na análise de paradoxos em que palavras sincategoremáticas estão presentes, de modo que estas palavras passam a ser estudadas mais pelos fins práticos de argumentação do que pela investigação de regras de inferência (cf. Kretzmann, 1982).

Assim como os tratados do tipo *Tractatus*, os *Syncategoreumata* foram desenvolvidos a partir das teorias (do século XII) sobre falácias, bem como a partir de doutrinas gramaticais (do mesmo período). A partir da segunda metade do século XII, houve um crescente interesse pelos elementos linguísticos que são considerados como estando na base da ambiguidade e do raciocínio falacioso. Daí o aumento de tratados apresentando um relato sistemático sobre esses termos¹⁰.

A noção medieval de *sincategorema* baseia-se, em grande parte, em duas fontes: Prisciano e Boécio¹¹. Numa definição elaborada por Prisciano nas *Institutiones Grammaticae* (Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, II, 15), ele diferencia os conceitos de palavras categoremáticas, as assim chamadas partes da oração, e as palavras sincategoremáticas. Pedro Hispano expressamente recorre a definição de Prisciano no primeiro tratado das *Summule Logicales*: “É necessário saber que o dialético (cf. Pedro Hispano, *Summule Logicales*, I, 5) considera apenas duas partes da oração, o nome e o verbo, as outras partes são chamadas sincategoremáticas, isto é, consignificativas” (Pedro Hispano, *Summule Logicales*, I, 5). Em relação a este conceito, Pedro Hispano também adiciona uma raiz etimológica: “além disso, ‘sincategorema’ é dito de ‘sin’, que é ‘com’ e ‘categorema’, que é ‘predicativo’ ou ‘significativo’, por assim dizer ‘consignificativo’” (Pedro Hispano, *Syncategoreumata, Introductio*, 2). Como se pode observar, ao contrário das palavras categoremáticas, as palavras sincategoremáticas apenas possuem significado dentro do contexto proposicional, isto é, em alguma relação com as palavras categoremáticas.

Todavia, ainda assim se faz necessário investigar a função destas palavras uma vez que elas podem apresentar uma diversidade de significados a depender do contexto no qual elas são empregados, donde não é estranho que a reflexão sobre as palavras sincategoremáticas esteja relacionada com o exame de sofismas, o que pode ser observado nas *Fallacie parvipontane*, como relata Wyllie (2019, p. 340):

Tal é particularmente o caso da preposição ‘de’, que pode designar tanto uma matéria em ‘*istud est de ferro*’, quanto um lugar em ‘*iste venit de*

¹⁰“Like the treatises of the *Tractatus* kind, the *Syncategoreumata* were developed from the (twelfth-century) theories on fallacies, as well as from grammatical doctrines (from the same period). From the second half of the twelfth century, there was a growing interest in the linguistic elements that are considered to lie at the basis of ambiguity and fallacious reasoning. Hence the increase of treatises presenting a systematic account on these terms” (Spruyt, Joke, “The Logic of Peter of Spain”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/peter-spain/>>. Acesso em: 17 de setembro, 2023).

¹¹Boécio não chega a empregar a palavra *sincategorema*, mas ele desenvolve o conceito de “consignificação”, de modo que, mesmo sem elaborar uma diferenciação entre *categorema* e *sincategorema*, qualifica os elementos que compõem as partes da oração, sendo eles os advérbios, os participios, os pronomes e as interjeições, ou seja, as palavras que podem ser usadas como sujeito ou predicado numa proposição. O verbo ser (*est*) e a sua negação (*non est*), as palavras todo (*omnis*), nenhum (*nullus*) e algum (*aliquis*), por exemplo, consignificam as proposições nas quais elas são empregadas (cf. Spruyt, 2011, p. 1834).

scolis’, uma causa em ‘*lis est de paupere regno*’, uma pessoa em ‘*iste loquitur de Socrate*’ ou um fim em ‘*iste studet de dialectica*’.

De acordo com Wyllie (cf. 2019, p.340), podemos falar sobre três gêneros literários decorrentes do amadurecimento das pesquisas sobre este tema no século XIII, o gênero dos *Syncategoremata*, das *Abstractiones* e das *Distinctiones* ou *Sophistariae*. O primeiro gênero discute o que são as palavras sincategoremáticas e qual as suas funções na proposição; o segundo gênero descreve regras para o emprego dos sincategoremas; O terceiro gênero trata sobre a aplicabilidade das regras concernentes as palavras sincategoremáticas em contextos proposicionais mais complexos, como nos sofismas.

Os categoremas e os sincategoremas são os elementos com os quais uma proposição¹² é construída. Com efeito, os lógicos medievais recorriam a dois gêneros de proposições, especificamente as proposições chamadas de categóricas e as proposições chamadas de hipotéticas. As proposições categóricas são as proposições que são denominadas de proposições atômicas na lógica contemporânea, pois a proposição categórica é “aquela que tem o sujeito e o verbo como suas partes principais, como ‘um homem corre’” (Pedro Hispano, *Summule Logicales*, I, 7). Por outro lado, chama-se proposição hipotética a proposição “que tem duas proposições categóricas como suas partes principais”, como “se um homem corre, um homem se move” (Pedro Hispano, *Summule Logicales*, I, 16). A proposição hipotética costuma ser dividida em três gêneros pelos filósofos medievais, a saber, o gênero copulativo, o disjuntivo e o condicional. Visto que as proposições hipotéticas são constituídas por relações de proposições, enquadra-se no que a lógica contemporânea chama de “proposição molecular”.

Os elementos que pertencem ao modelo de proposição discutido pelos medievais são chamados de “termos” (Pedro Hispano, *Summule Logicales*, IV, 1), sendo eles os nomes próprios e comuns, os adjetivos, os pronomes pessoais e demonstrativos e os verbos, ou seja, os categoremas. Por outro lado, existe também um outro tipo de elemento que pode ser encontrado nestas proposições, são eles os sinais universais (“todo”, “nenhum”), os sinais particulares (“algum”, “um certo”), palavras estas chamadas de quantificares pelos lógicos contemporâneos. Além disso, podem ser adicionados também nesta lista os advérbios e as preposições e os operadores lógicos (“se-então”, “e” e “ou”). Estas palavras listadas acima

¹²Pedro Hispano usa as palavras “oração” (*oratio*), “proposição” (*propositio*), “sentença” (*sententia*) e “enunciado” (*enuntiatio*) de maneira intercambiável. A respeito da distinção destas palavras na lógica contemporânea (cf. Tugendhat; Wolf, 1997, p. 17-27). Aliás, a noção medieval de proposição é bastante simples, uma vez que definem “proposição” como uma frase ou oração afirmativa ou negativa de algo sobre alguma coisa ou de algo a partir de outra coisa, como descreve Pedro Hispano: “*Propositio est oratio affirmativa vel negativa alicuius de aliquo vel alicuius ab aliquo*” (*Summule Logicales*, IV, 1).

não são termos, mas fazem parte da estrutura formal da proposição (cf. Kretzmann, 2008, p. 212-214). A lista pode variar a depender do autor, ademais alguns chegam a adicionar nesta lista de palavras os verbos “começar” (*incipio*) e “cessar” (*desino*)¹³.

A variedade de palavras que são apresentadas como palavras sincategoremáticas advém do fato de que os medievais trabalhavam com critérios distintos de caracterização destas palavras, a saber, o critério sintático e o critério semântico. A depender do critério utilizado, palavras que constam como sincategoremáticas em um autor, não são consideradas como tais em um outro autor (cf. Spruyt, 2011, p. 1837).

O critério sintático restringe o catálogo das palavras sincategoremáticas às palavras que não podem exercer a função de sujeito ou predicado da proposição, mas que, mesmo assim, são capazes de modificar a relação dos termos, ou seja, do sujeito e do predicado. Embora, consoante a este critério, as palavras sincategoremáticas não tenham a função de sujeito e predicado, elas modificam os termos significando disposições, estados ou determinações dos termos. Dentre os filósofos que fazem uso desta distinção, são numerados Pedro Hispano e William de Sherwood. Em contrapartida, Nicholas de Paris e Henry de Ghent se utilizam do critério semântico, isto é, o índice de palavras sincategoremáticas é formulado a partir da função semântica que estas palavras desempenham na proposição quando possuem significado numa composição com os termos, mas que, isoladamente, são ausentes de significado (cf. Spruyt, 2011, p. 1837). Ou seja, conforme o critério semântico, as palavras sincategoremáticas são dependentes da relação semântica dentro do contexto proposicional para que possuam significado.

E o fato de que os autores chegam até mesmo a usar ambos os critérios faz com que o elenco de palavras sincategoremáticas se fundamente, às vezes, em inconsistências. Soma-se a isto a constatação de que estes próprios critérios não são precisos, pois, como observa Klima, qualquer palavra pode funcionar como o sujeito ou o predicado de uma oração (cf. Klima, 2006, p. 353). Tomemos o sincategorema “*somente*”, por exemplo, quando ele representa a si mesmo, pode desempenhar a função de sujeito na frase “*somente*’ é uma palavra da língua portuguesa”. Na lógica contemporânea, pode-se dizer que a palavra “*somente*” está sendo “mencionada”, enquanto os categoremas normalmente são “usados” na proposição. Na lógica medieval, entretanto, a palavra “*somente*” estaria no gênero da suposição material.

A obra *syncategoreumata* de Petrus Hispanus é composta por uma introdução e dez tratados: 1) composição (*est*); 2) negação (*non*); 3) exclusão (“*tantum*”, “*solus*”); exceção

¹³Segundo Meirinhos, os verbos “começar” e “cessar” são colocados em discussão em relação ao estudo das palavras sincategoremáticas por causa dos sofismas que podem surgir nas proposições em que estes verbos se encontram (cf. Meirinhos, 2002, p. 355).

(“*preter*”, “*preterquam*”, “*nisi*”); 5) condicional (“*si*”); 6) a mudança no movimento e no tempo (“*incipit*” e “*desinit*”); 7) a contingência e a necessidade (“*necessario*”, “*contigenter*”); 8) as conjunções (“*-ne*”, “*an*”, “*utrum*”); 9) a quantidade e a intensidade (“*quanto*”, “*quam*”, “*quicquid*”)¹⁴. A introdução discute brevemente a definição de palavras sincategoremáticas, enquanto o décimo tratado (*De responsionibus*) expõe regras para a disputa da dialética.

Nos *Syncategoremata*, os sincategoremata são estudados de modo a determinar que modificações eles efetuam nas propriedades semântico-referenciais dos termos, ou seja, o estudo sobre as palavras sincategoremáticas está indiscutivelmente conectado à teoria da suposição, já que ela caracteriza estas propriedades semântico-referenciais. Além disso, o funcionamento destas modificações causadas nas proposições pelas palavras sincategoremáticas é examinado principalmente por meio de sofismas¹⁵ numa abordagem contextual, como afirma Spruyt (2011, p. 1834):

O desenvolvimento de teorias sobre os *syncategoremata* está intimamente ligado ao surgimento de teorias sobre as propriedades dos termos, particularmente as teorias da suposição. O fator mais importante que leva ao desenvolvimento dessas áreas de estudo relacionadas é o grande interesse dos medievais na interpretação das expressões linguísticas dentro do contexto das proposições em que elas ocorrem, um método de análise que ficou conhecido como abordagem contextual.¹⁶

A introdução dos *Syncategoremata* de Pedro Hispano começa com a constatação de que as condições de verificação de verdade das proposições é alterada quando uma palavra sincategoremática é utilizada, pois, de acordo com Pedro Hispano:

Uma proposição é chamada de verdadeira ou falsa por aquilo que a coisa é ou não é. Contudo, a verdade ou a falsidade na proposição é causada pelas palavras sincategoremáticas (como “somente”, “só”, “senão”, “exceto” e semelhantes). Portanto, as palavras sincategoremáticas significam algo, mas não significam coisas capazes de serem o sujeito ou predicado. Logo, significam coisas que são disposições de coisas capazes de serem o sujeito ou o predicado, porque não há nada na proposição verdadeira ou falsa senão o sujeito, o predicado e as suas disposições (Pedro Hispano, *Syncategoremata, Introductio*, 1).

¹⁴Uma outra palavra que usualmente é listada é a palavra ‘*omnis*’, que Pedro Hispano deixa de fora da sua obra, mas aparece nas obras de filósofos da época, como William of Sherwood e Robert Bacon. (cf. Spruyt, joke, “The Logic of Peter of Spain”, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/peter-spain/>>. Acesso em: 17 de setembro, 2023).

¹⁵Encontram-se cerca de 50 sofismas nos *Syncategoremata* de Pedro Hispano.

¹⁶“The development of theories on syncategoremata is closely connected with the emergence of theories on the properties of terms, particularly theories of supposition. The most important factor leading to the development of these related areas of study is the medievals’ keen interest in the interpretation of linguistic expressions within the context of the propositions they occur in, a method of analysis that has become known as the contextual approach” (Spruyt, 2011, p. 1834).

Pedro Hispano investiga os sincategoremias de modo a responder duas questões, a saber, o que tais palavras sincategoremáticas significam e em quantas maneiras? Que mudanças provocam nos termos ou nas proposições? Após analisar cada palavra sincategoremática, respondendo as duas perguntas enumeradas acima, Pedro Hispano utiliza a teoria da propriedade dos termos, especialmente a teoria da suposição, para verificar os sofismas que envolvem essas palavras. Por certo, deve-se notar que os sofismas desempenham um importante papel na obra, em virtude de serem útil ao teste das regras e definições que Pedro Hispano aplica às palavras sincategoremáticas. Os sofismas são proposições que, devido a sua ambiguidade, necessitam de maior exame para determinar a qualidade da proposição, isto é, sua verdade ou falsidade (cf. Boehner, 1952, p. 8), tendo em conta uma posição admitida (*posito*), provas silogísticas a favor (*probatio*) e contra (*contra*) e, por fim, é dada a qualidade do sofisma (*solutio*).

A teoria das propriedades dos termos é desenvolvida na obra *Summule Logicales* e diz respeito às propriedades semântico-referenciais dos termos. As propriedades dos termos descritas por Pedro Hispano são: *Suppositio* (suposição), *significatio* (significação), *copulatio* (copulação), *relatio* (relação), *ampliatio* (ampliação), *appelatio* (apelação), *restrictio* (restrição) e *distributio* (distribuição). A suposição é a propriedade com maior destaque, uma vez que trata de “identificar os modos possíveis de referência de um termo” (cf. Meirinhos, 2002, p. 355). Além disso, com exceção da *copulatio* e da *significatio*, as outras propriedades dos termos dependem da teoria da suposição.

A teoria da suposição é ordenada em: suposição discreta, quando o sujeito da proposição se refere a apenas um indivíduo; suposição comum, quando o sujeito da proposição se refere a mais de um indivíduo; suposição natural, quando o sujeito da proposição se refere aos seus supostos em extensão total, ou seja, quando o termo “cadeira”, supondo naturalmente, se refere a totalidade das cadeiras que existem, que existiram ou que existirão; suposição accidental, quando a referência do sujeito da proposição é alterada pelo contexto preposicional, ou seja, quando o termo “homem”, na proposição “o homem é”, se refere apenas aos homens presentes; a suposição accidental é dividida em simples e pessoal; a suposição accidental simples diz respeito ao ato de referência de um termo em relação não aos objetos, mas a uma natureza comum ao qual participam, por exemplo: “homem é uma espécie”, “animal é um gênero”; A suposição accidental pessoal é a aceção de um termo comum pelos objetos aos quais se refere, sendo dividida em determinada e confusa; A suposição determinada ocorre quando um termo comum não determinado por um sinal universal ou quando determinado por um sinal particular, supondo por qualquer um dos

indivíduos ao qual se refere, é verdadeira se pelo menos um indivíduo corresponda a descrição feita na proposição; A suposição confusa ocorre quando um termo é determinado por um sinal universal e se refere a cada um dos indivíduos que supõe (cf. Pedro Hispano, *Sumule Logicales*, Tractatus VI).

Diante disto, Pedro Hispano trata primeiro sobre o verbo (*'est'*), pois a sua consignificação é, por natureza, anterior à consignificação dos outros verbos, de modo que todas as palavras sincategoremáticas são subentendidas nele: “verbo ‘é’ consignifica primeiro a composição porque ele é, por natureza, anterior aos outros verbos e é entendido neles” e continua, “porém, a composição não é somente encontrada no verbo, mas também em outras coisas” (Pedro Hispano, *Syncategoremata*, *introductio*, 6). Além disto, os verbos (*est*) e (*non*) podem ser considerados sincategoremas básicos (cf. Spruyt ; Novaes, 2015, p. 105), a partir do qual podem ser incluídos, já que, por exemplo, o sincategorema ‘só’ (*solus*) nada mais é do que ‘não com outro’ (*non cum alio*), sendo subentendido o verbo ‘*est*’ naquele sincategorema (cf. Pedro Hispano, *Syncategoremata*, III, 6).

A respeito da significação destas palavras, como já mencionado, elas significam disposições, determinações ou qualidades do sujeito enquanto sujeito ou do predicado enquanto predicado, por exemplo, quanto a negação do verbo (*est*) na proposição “*equus non est niger*”, “*non est*” indica uma disposição, uma qualidade ou uma determinação que alteram a extensão da referência do termo e modifica as condições de verdade do enunciado.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução da obra *Syncategoremata* de Pedro Hispano atinge dois objetivos, sendo o primeiro o de possibilitar o acesso a um momento da filosofia medieval que floresce nas pesquisas acadêmicas internacionais desde as últimas duas décadas, dado que pode ser observado se considerada a quantidade de compêndios dedicados inteiramente a este tema. Em meio a isto, o estudo da *logica modernorum* amplia o debate acerca das interpretações medievais sobre a natureza das expressões linguísticas e as suas relações com o mundo, sendo este interesse sobre a interpretação medieval não de caráter puramente histórico, dado que o estudo a respeito das palavras sincategoremáticas, especialmente em relação a interpretação contextualista dos sincategoremas elaborada por Pedro Hispano, podem ser úteis na abordagem de certos problemas pertinentes a lógica contemporânea, como o problema da demarcação das constantes lógicas.

1.5 REFERÊNCIAS

- BLANCHÉ, Robert; DUBUCS, J. **História da lógica**. Lisboa: Edições 70. Tradução do original La Logique et son Histoire, Armand Colin, Paris, 1996.
- BOEHNER, Philotheus. Medieval logic: an outline of its development from 1250 to C.1400. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 13, n. 4, p. 578, 1953.
- COPENHAVER, Brian P. ; NORMORE, Calvin; PARSONS, Terence. **Peter of Spain**: summaries of logic: text, translation, introduction, and notes. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DANTE ALIGUIERI. **La divina commedia**. A cura di Natalino Sapegno. Firenze: Editrice La nuova Italia, 1970. Vol. III Paradiso.
- DELGADO, Vicente Munõz. **Introduccion al patrimonio escolastico de logica**. ed. Salamanca: Universidade Pontifica de Salamanca, 1975. p.45-75 (Cuadernos Salmantinos de Filosofia, 2.)
- DE RIJK, L. M. **Tractatus**: called afterwards *Summule logicales*. First critical ed. from the manuscripts. Assen: Van Gorcum, 1972.
- D'ORS, Angel. Petrus Hispanus, O.P. Auctor Summularum. **Vivarium**, XXXV, 1, p. 21-71, 1997.
- D'ORS, Angel. Petrus Hispanus O.P. Auctor summularum (II): Further documents and problems, **Vivarium**, XXXIX, 2001.
- D'ORS, Angel. Petrus Hispanus O.P. Auctor summularum (III): "Petrus alfonsi" or "Petrus ferrandi"? **Vivarium**, XLI, 2003.
- KLIMA, G. Syncategoremata. In: BROWN, K. (ed.) **Encyclopedia of language and linguistics**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 353-356.
- KRETZMANN, Norman; LONGEWAY, John; STUMP, Eleonore; DYK, John Van. L. M. De Rijk on Peter of Spain. **Journal of the History of Philosophy**, v. 16, n. 3, 1978.
- KRETZMANN, 'Syncategoremata, exponibilia, sophistimata.' In: **The Cambridge history of later medieval philosophy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- MEIRINHOS, José Francisco. **Estudos de filosofia medieval**: autores e temas portugueses. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- PRISCIANO. **Institutiones grammaticae**. Leipzig: Teubner, 1855/1859.
- SPRUYT, J. Syncategoremata. In: LAGERLUND, H. (ed.) **Encyclopedia of medieval philosophy**. Dordrecht: Springer, 2011. p. 1241-1245.
- SPRUYT, Joke. The logic of Peter of Spain. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/peter-spain/>>. Acesso em: 17 de setembro, 2023.
- SPRUYT, J. C.; DUTILH NOVAES, C. Those funny words: medieval theories of syncategorematic terms. In: CAMERON, M; STANTON, R. (ed.) **Linguistic content**: new essays on the history of philosophy of language. Oxford: OUP, 2015. p. 100-120.

2 *SYNCATEGOREUMATA*: TRADUÇÃO¹⁷

SYNCATEGOREUMATA

INTRODUÇÃO

O significado das palavras sincategoremáticas em geral

1. Uma proposição é chamada de verdadeira ou falsa por aquilo que a coisa é ou não é. Contudo, a verdade ou a falsidade na proposição é causada pelas palavras sincategoremáticas (como “somente”, “só”, “senão”, “exceto” e semelhantes). Portanto, as palavras sincategoremáticas significam algo, mas não significam coisas capazes de serem o sujeito ou predicado. Logo, significam coisas que são disposições de coisas capazes de serem o sujeito ou o predicado, porque não há nada na proposição verdadeira ou falsa senão o sujeito, o predicado e as suas disposições.

2. Com efeito, “coisa” é dita de duas maneiras: [1] uma é a coisa que é capaz de ser o sujeito ou o predicado (como “homem” ou “cavalo”, “caminha” ou “corre”) e, de outro modo, [2] há a coisa que é uma disposição de algo que é capaz de ser o sujeito ou predicado. Do mesmo modo, a disposição, ou a coisa que é uma disposição, é dupla: [1] uma é a disposição daquilo que é o sujeito ou daquilo que é o predicado (como “branco”, “negro”, “bem”, “mal” e semelhantes). E uma disposição de tal natureza é feita sujeito com o sujeito e é feita predicado com o predicado (como “o homem branco corre bem”). Pois o sujeito e aquilo que é o sujeito se diferem assim como o pai e aquilo que é o pai, porque assim como o pai é chamado pai em relação ao filho e vice-versa, do mesmo modo o sujeito é chamado sujeito em relação ao predicado e vice-versa; pois existem em relação (*ad aliquid*), ou em relações, como o pai e o filho. [2] A outra disposição é a disposição do sujeito na medida em que é o sujeito ou do predicado na medida em que é o predicado (como “somente”, “só”, “necessariamente”, “contingentemente” e assim por diante) e essas disposições não são feitas sujeitos nem são feitas predicados, porque são disposições do próprio sujeito em relação com predicado e vice-versa. E as disposições de tal natureza são significadas por palavras sincategoremáticas, pois

¹⁷O texto latino utilizado como base para a tradução está presente na edição crítica dos *Syncategoreumata*, preparado por L. D. De Rijk e editado em 1992. Buscou-se manter na tradução o estilo próprio da escrita filosófica medieval, evitando a alteração da ordem das palavras, sempre que isto não inviabilizava a compreensão, e fazendo uso de vocábulos próximos etimologicamente das palavras latinas, ainda que houvesse um sinônimo de uso mais frequente no Português. Ou seja, a proposta seguida foi de emular o máximo possível o texto original, dirigindo-se, na maior parte das vezes, em direção a uma tradição literal do texto.

dizem relações ou modos de ser do sujeito na medida em que o sujeito é capaz de ser o sujeito ou o predicado na medida em que é capaz de ser o predicado. Além disso, “*sincategorema*” é dito de “*sin*”, que é “com” e “*categorema*”, que é “predicativo” ou “significativo”, por assim dizer “consignificativo”.

3. Depois de discutido que as palavras sincategoremáticas significam disposições do sujeito como sujeito e do predicado como predicado, e tendo assim conhecido o seu significado em geral, agora é preciso tratar sobre o significado de cada uma destas palavras em particular; e, antes de tudo, porque, como afirma Aristóteles, a investigação sobre as coisas primeiras é anterior. Portanto, uma vez que “é” (*est*) e “não” (*non*) são entendidos *per se* nas palavras sincategoremáticas, e não o contrário, então “é” e “não” são anteriores às outras palavras sincategoremáticas. Por este motivo, é preciso tratar primeiro sobre estas palavras.

Sobre “é” (*est*) e “não” (*non*)

4. Ora, para ver de que maneira “é” e “não” são entendidos *per se* nestas palavras, é preciso saber que *per se* é dito de quatro modos: [1] encontram-se no primeiro modo *per se* todas as coisas que caem na definição de algo, quer sejam ou não predicadas do definido. Pois algumas coisas que definem são predicadas do definido, (como ‘animal racional e mortal’ de homem). Mas, outras coisas não são predicadas do definido, como ‘ponto’ não é predicado de linha, mas cai na sua definição; pois a linha é uma longitude sem latitude cujas extremidades são dois pontos. E a linha não é predicada do triângulo, mas cai na sua definição; pois o triângulo é uma figura plana contida por três linhas retas. [2] Encontram-se no segundo modo *per se* todas as coisas que recebem os seus sujeitos nas suas próprias definições. E isto acontece quando a própria qualidade ou um acidente *per se* é predicado de sua própria definição, como “tudo que é privado de luz é encoberto pela sobreposição da terra ou é eclipsado”. Com efeito, aqui ser encoberto ou ser eclipsado é *per se* um acidente ou a própria qualidade e é predicado da sua própria definição. Acontece, do mesmo modo, se a própria qualidade for predicada sobre uma parte da sua definição, como “um número é par ou impar”, “a linha é reta ou curva”; pois “par” é definido por ‘número’ e “reto” é definido por ‘linha’, porquanto é par o número divisível em duas partes iguais e reta é a linha cuja metade não se afasta dos extremos. [3] O terceiro modo *per se* acontece quando a própria qualidade é predicada do próprio sujeito, como reto ou curvo é predicado de linha e par ou impar é predicado de número e ter três ângulos iguais a dois ângulos retos é predicado de triângulo. Pois o sujeito e a própria qualidade se relacionam de duas maneiras: [a] de um modo, segundo o qual o sujeito

é a causa da qualidade e a define e, assim, diz respeito ao segundo modo *per se*: [b] de outro modo, o sujeito é tomado como sujeito e a própria qualidade é tomada como o seu acidente: e, assim, diz respeito ao terceiro modo *per se*. [4] o quarto modo acontece quando o efeito que é a própria qualidade está contido no sujeito por meio de sua causa. E este quarto modo *per se* sempre acontece na relação das premissas com uma conclusão demonstrativa, como:

'tudo que é privado de luz é encoberto pela sobreposição da terra;
ora, a lua é privada de luz pela sobreposição da terra;
portanto, a lua é eclipsada.

5. Então, é preciso saber que “é” e “não” são entendidos nas palavras sincategoremáticas segundo o primeiro modo *per se*, pois são entendidos nas definições ou nas suas descrições. Pois “só” ou “somente” é “não com outro” e “cessar” é “aquilo que é e que de agora em diante não será” ou “agora é pela última vez” e assim por diante. Por esta razão, “é” e “não” são anteriores às outras palavras sincategoremáticas. Além disso, “é” (*est*) é anterior a “não” (*non*) porque a afirmação é anterior à negação, assim como a posse é anterior à privação. E porque a negação não tem ser senão por meio da afirmação, donde a afirmação lhe dá o ser; logo, a afirmação é anterior à negação; com efeito, a afirmação é entendida na negação, e não o contrário. Além disso, a negação não é conhecida senão por meio da afirmação. Logo, é preciso tratar antes sobre a afirmação do que sobre a negação. E, assim, é preciso tratar primeiro sobre o “é” (*est*) do que sobre o “não” (*non*).

6. Portanto, note que o verbo “é” e os outros verbos consignificam a composição. No entanto, o verbo “é” consignifica primeiro a composição porque ele é, por natureza, anterior aos outros verbos e é entendido neles. Porém, a composição não é somente encontrada no verbo, mas também em outras coisas. Por este motivo, é preciso tratar primeiro sobre a composição em comum e, depois, sobre as composições particulares.

PRIMEIRO TRATADO

A composição

A composição comum

1. É preciso saber que a composição é uma relação (*ad aliquid*), pois a composição é uma

composição de coisas compostas e as coisas compostas são compostas por uma composição; pois a composição está na categoria da Relação. Primeiramente, a composição é dividida em duas partes: uma das composições é a composição de coisas e a outra composição é dos modos de significar. No entanto, a composição dos modos de significar diz respeito ao gramático, no sentido de que há no nome a composição de uma qualidade com uma substância e há no particípio e no verbo a composição de um ato com uma substância.

As composições particulares

2. A composição das coisas acontece de cinco maneiras: [1] uma é a composição da forma com a matéria, como a composição da alma com o corpo; [2] a outra é composição do acidente com o sujeito, como a composição da cor com o corpo; [3] a outra é composição das potências ou das capacidades com aquilo do qual fazem parte, como a composição do intelecto e das outras virtudes da alma com a alma; [4] a outra é a composição das partes que se integram com o seu todo, como a composição das partes da linha na linha em relação ao ponto e a composição das partes da superfície na superfície em relação a linha; [5] a outra é a composição das diferenças com o gênero para a constituição da espécie. No entanto, das composições que são das coisas, algumas composições dizem respeito à filosofia da natureza, algumas composições dizem respeito à matemática, outras composições dizem respeito à lógica. Do mesmo modo, da composição que é dos modos de significar, uma das composições é a composição da qualidade com a substância, e esta composição é significada por um nome, assim como no nome “homem” e em qualquer outro nome; outra composição é a composição do ato com a substância, a qual será tratada posteriormente. Mas, antes falaremos sobre a qualidade do nome.

A composição da substância com uma qualidade

3. Portanto, todo nome significa uma substância com uma qualidade. Por exemplo: “homem”. como eu diria, é uma coisa que tem humanidade; e a coisa é a sua substância. Humanidade, segundo o que é significado pelo nome “homem”, é a sua qualidade e não de acordo com o que é significado pelo nome “humanidade”, porque o nome “humanidade” é um outro nome e é diverso do nome “homem” e um não é a qualidade do outro, nem o contrário. Mas, a qualidade de qualquer nome é significada pelo próprio nome: com efeito, “homem” significa a sua substância e a sua qualidade e estas duas coisas estão unidas nele, de modo que um é

significado no outro ou pelo outro.

4. Mas, objetiva-se acerca da qualidade do nome: uma vez que a qualidade e a substância são coisas diversas e todo nome significa uma substância com uma qualidade; logo, todo nome significa coisas diversas (e é um silogismo no primeiro modo da primeira figura). Ora, toda palavra que significa coisas diversas é uma palavra equívoca. Logo, todo nome é um nome equívoco. E isto é um absurdo. Portanto, não há no nome a composição da qualidade com uma substância.

5. Solução: acontece de quatro maneiras a significação de diversas coisas pela mesma palavra.

[1] No primeiro modo, quando diversas coisas são igualmente significadas pela mesma palavra, como neste nome “cão” (*canis*). [2] No segundo modo, quando diversas coisas são significadas de acordo com um significado primário e secundário, como este nome “são”, que não significa propriamente diversas coisas, mas significa uma coisa secundo diversos modos; e acontece, semelhantemente, com a palavra ‘ente’.[3] No terceiro modo, muitas coisas são significadas por uma única palavra quando uma coisa é significada pela imposição e a outra é significada metaforicamente, como o verbo “rir” (*ridere*), que por imposição significa “rir” e metaforicamente significa “florescer”. Estes três modos tornam uma palavra equívoca. [4] No quarto modo, diversas coisas são significadas por uma única palavra quando uma coisa é a razão de entender a outra coisa (ou quando uma coisa é o princípio de entender a outra coisa, o que é o mesmo), como a forma é a razão ou o princípio de entender aquilo do qual ela faz parte e o princípio de conhecê-lo. Por exemplo, uma figura triangular e alongada, disposta nestas condições, é a razão ou o princípio de entender e de conhecer um cutelo.

6. E, neste modo, o nome significa uma substância com uma qualidade. Pois a qualidade de um nome é a razão ou o princípio de entender o nome e a sua substância. E, assim, a qualidade é significada pelo nome como um princípio de entendimento. Mas, a substância é significada pelo próprio nome como aquilo que é entendido pela sua qualidade. E dado que uma coisa é entendida pela outra; por este motivo, não há significados diversos neste caso, mas um único significado. E, por isso, este modo de significar muitas coisas não faz uma equivocação, assim como quando vejo algo colorido e a sua magnitude, não são duas as visões, mas apenas uma, porque a cor é a razão e o princípio de ver a magnitude na qual a cor está. E, por esta razão, o antigo provérbio diz “onde há uma coisa por causa de outra, há apenas uma coisa”.

7. Do mesmo modo, questiona-se se a composição da qualidade com a substância é algo ou não. Se não é algo, logo não está no nome a composição da qualidade com a substância. Se é algo, mas não é algo da substância nem da qualidade; logo, é uma terceira coisa diferente

destas. Portanto, três coisas são significadas pelo nome. Logo, deve ser dito que o nome significa uma substância com uma qualidade e as suas composições. O que não é verdadeiro.

8. Solução: a composição da qualidade com a substância é algo. E não há no nome senão duas coisas na realidade, a saber, a substância e a qualidade; mas, há três coisas segundo a razão, a saber, a substância, a qualidade e a sua composição, porque a própria qualidade é composta com a substância por causa da inclinação que ela tem em relação à substância. Toda forma, toda qualidade e também todo acidente tem uma inclinação natural para aquilo no qual eles estão, porque eles não têm ser atual (ou ser em ato), senão naquilo no qual estão. Donde Boécio diz sobre o acidente que o ser do acidente é inerente, isto é: o ser do acidente é ser inerente a alguma coisa. Do mesmo modo, o ser atual da própria forma é ser inerente à matéria. Donde a qualidade do nome, pela inclinação que tem em relação à substância do nome, existe em razão da composição. No entanto, a mesma qualidade do nome é, por si mesma, um dos compostos. Por este motivo, é preciso dizer que uma vez que a qualidade por si mesma e a qualidade inclinada com relação à substância são a mesma coisa na realidade e a substância do nome é um outro dos extremos, por causa disto, não existem no nome senão duas coisas na realidade e três coisas segundo a razão, pois há a qualidade por si mesma, a qualidade inclinada, e a substância como um terceiro item. E, por este motivo, eu disse que havia no nome duas coisas na realidade e três coisas segundo a razão. Donde o gramático fala sobre as coisas significadas pelas partes da oração; por isto é dito que o nome significa uma substância com uma qualidade e não deve ser dito que o nome significa uma substância com uma qualidade e a sua composição.

9. Se alguém perguntar o que é aquela composição, é preciso dizer que já é evidente pelas coisas preditas, pois é uma inclinação da qualidade para a substância. E porque a inclinação de um para o outro nada é senão por aquilo do qual faz parte e para aquilo ao qual está inclinado, por este motivo, a composição, embora seja algo, não é algo senão pelo seus extremos. Com efeito, não pode haver algo médio entre a qualidade e a substância que compõe um com o outro, porque assim aconteceria um regresso ao infinito. Pois seria necessário que aquela coisa média fosse uma substância ou uma qualidade. E, assim, se fosse uma substância, seria necessário colocar a sua composição com uma qualidade. E, deste modo, haveria uma pergunta a mais sobre aquela composição: se seria uma coisa ou outra; e, semelhantemente, se fosse uma qualidade.

10. Do mesmo modo, questiona-se sobre a composição da qualidade com a substância no nome, porque ela não é dupla, a saber, unida e separada, assim como há uma composição do ato unido com a substância (como no participio) e há uma outra composição do ato separado

(como no verbo). Pois parece que às vezes a qualidade está unida à substância (como ‘homem branco’), às vezes parece que está separada (como ‘um homem é branco’, quando ‘homem’ é colocado no sujeito e ‘branco’ é colocado no predicado). Portanto, deve ser dupla a composição da qualidade com a substância.

11. É preciso dizer que a composição do ato com a substância é dita de duas maneiras (e não a composição da qualidade com a substância), porque ‘ato’ é tomado de duas maneiras. [1] No primeiro modo é usado de acordo com a inclinação que ele tem para a substância, segundo a qual é dita de uma outra coisa. Por exemplo, como diz Aristóteles, o verbo é um sinal de coisas que são predicadas de uma outra coisa. [2] No outro modo, “ato” é tomado como privado de inclinação: e é assim que ocorre no participio. E visto que “ato” é tomado nestes dois modos, por este motivo, é dupla a composição do ato com a substância; e uma composição está no participio e a outra está no verbo, que é a composição do ato separado da substância. Por isso que o verbo, por meio daquela composição, é dito de algo como o predicado é dito do sujeito. Pois a inclinação predita não pode estar na qualidade, mas apenas no ato, por isto que a alma não pode se inclinar para as coisas para enunciar uma coisa sobre outra senão mediante o ato e não mediante a qualidade. Por este motivo, a qualidade não pode ser significada como separada, mas sempre é significada como unida. E, por isto, não pode ser dupla a composição da qualidade com a substância; mas, poder ser apenas uma composição. O que acontece em qualquer nome.

12. Contra o argumento ao qual objeta-se a respeito da proposição incompleta ‘homem branco’ e a respeito da proposição completa ‘o homem é branco’, que tem uma qualidade unida em uma das proposições e e uma qualidade separada na outra, digo que não há nenhuma objeção, porque falamos sobre a qualidade unida que é essencial e que é a razão de entender aquilo ao qual ela pertence, a saber, a substância. E, assim, ‘homem’ tem em si a sua substância e a sua qualidade e ‘branco’, do mesmo modo, tem a sua substância e a sua qualidade. E não falamos sobre a qualidade accidental, sobre a qual o oponente objeta; com efeito, ‘branco’ não diz uma qualidade essencial ao homem nem é o princípio de entender o homem simplesmente, mas um homem de tal natureza. E, por este motivo, sobre a qualidade accidental unida ao seu sujeito, ela não é nada para o que foi proposto. Mas, nesta proposição completa que é ‘o homem é branco’; embora a qualidade esteja separada, não há nenhuma relação com o assunto proposto. porque isto não ocorre pela inclinação da qualidade para que seja dita de outra coisa; mas, neste caso, pela inclinação do verbo colocado sobre esta qualidade.

13. Tratada a composição em comum, da qual uma era a composição das coisas e a outra era a

composição dos modos e, deste maneira, a composição dos modos era dividida, porque uma era a composição da qualidade com a substância e a outra era a composição do ato com a substância; uma vez que tenha sido tratado sobre a composição da qualidade com substância, conseqüentemente, é preciso tratar sobre a composição do ato com a substância.

A composição do ato com a substância

14. Uma das composições do ato com a substância é a composição do ato unido (como no particípio) e a outra é do ato separado (como no verbo). É evidente, primeiramente, pela significação do particípio, que a composição do ato unido está no particípio, pois: o particípio significa uma ação ou uma afecção na substância ou significa uma substância sob a ação ou sob a afecção e não significa apenas uma substância nem apenas uma ação ou uma afecção: porque significa um ato unido à substância. Portanto, no particípio está a composição do ato unido com a substância. Isto também é evidente indutivamente, porque este particípio ‘lendo’ (*legens*) significa uma ação com uma substância indefinida: com efeito, ‘lendo’ (*legens*) significa ‘quem lê’ (*qui legit*). Mas ‘quem’ (*qui*) diz uma substância indefinida. Pois nele é entendida uma substância indefinida e um ato determinado. E estas duas coisas estão unidas. Portanto, ‘lendo’ (*legens*) tem em si uma composição do ato unido com uma substância: e, assim por diante, nos particípios particulares. Portanto, o particípio simplesmente tem em si a composição predita. No entanto, que no verbo a composição do ato é separada é evidente pelo fato de que o ato significado pelo verbo sempre é significado como sendo dito de outra coisa. Pois quando digo ‘corre’ é necessário entender um sujeito determinado ou indeterminado sobre o qual direi ‘corre’, como um predicado determinado sobre o seu sujeito.

15. Mas, questiona-se, uma vez que há a inclinação da qualidade para a substância e há a inclinação do ato para a substância tanto unido quanto separado, de que maneira diferem aquelas inclinações diferem entre si. E é preciso dizer que a inclinação da qualidade do nome para a substância é uma inclinação de algo perfectível (ou de uma perfeição) para o perfectível que é tornado perfeito por essa perfeição. Pois a qualidade substancial completa e aperfeiçoa a substância do nome. Donde a inclinação da qualidade para a substância é uma inclinação pela qual a perfeição é unida ao perfectível para que destas coisas uma outra surja, que é o nome. Mas, a inclinação do ato do particípio para uma substância é uma inclinação pela qual o ato é unido a uma substância indefinida, de modo que está nela como está no sujeito indefinido. Mas, a inclinação do ato separado ou do verbo é uma inclinação pela qual o ato ou o verbo é dito de uma outra coisa, como um predicado é dito do sujeito. E, assim,

aquelas três inclinações são diferentes em espécie.

16. Se alguém perguntar de que maneira a composição do verbo difere da composição do nome e da composição que está no particípio, é preciso dizer que as três composições diferem assim como as inclinações preditas diferem entre si. E falando *per se*, estas três composições não diferem pelo fato de que a composição do verbo é o sujeito da verdade e da falsidade, enquanto as outras não o são, porque aquela diferença é usada *a posteriori*; além disto, a composição do verbo não é simplesmente o sujeito da verdade e da falsidade, porque isto ocorre apenas no modo indicativo e não nos outros modos pelos quais há uma composição.

17. Do mesmo modo, questiona-se sobre a composição do verbo, porque esta composição tem de compor o sujeito com o predicado quanto ao modo indicativo ou tem de compor o objeto de suposição com a aposição quanto aos três modos: por que a composição é expressa por um dos extremos em vez de ambos os extremos? Uma vez que a composição está igualmente nos extremos, então a composição deve ser significada com cada um dos extremos. Deste mesmo modo, parece ser o mesmo pelo argumento da semelhança, porque a composição da qualidade com a substância é significada com ambos os extremos no nome. E acontece, semelhantemente, no particípio a composição do ato unido a uma substância com ambos os extremos. Portanto, deve acontecer do mesmo modo no verbo. Além disso, depois de tratado que esta composição é significada por um dos extremos, questiona-se por que é significada pelo verbo (ou com o verbo), em vez de ser significada pelo nome; visto que a composição está igualmente em ambos.

18. E é preciso dizer quanto a primeira questão que a composição tem uma dupla relação. Ela tem uma relação com o sujeito e uma outra relação com o objeto, ou objetos, assim como a visão é relacionada ao sujeito no qual ela está, a saber, ao que vê, e é relacionada ao seu objeto, que é a coisa vista (a saber, a coisa colorida); semelhantemente, a composição está relacionada ao seu sujeito, que é aquilo que compõe, e é relacionada ao seu objeto (ou os seus objetos), que é o composto (ou as coisas que são compostas), porque as coisas compostas recebem sobre si a composição, assim como a coisa visível recebe a visão. Portanto, digo que a composição, secundo a relação que ela tem com objeto (ou com os objetos), está igualmente em ambos os extremos. Mas, segundo a relação que ela tem com o sujeito, que é o que compõe, tem mais relação com um do que com o outro, porque quando a coisa que compõe é a alma e a alma não pode compor senão mediante o ato, por este motivo, composição tem mais relação com um do que com o outro dos extremos. E uma vez que o ato é significado pelo verbo e não pelo nome, por este motivo, a composição deve ser mais significada pelo verbo do que pelo nome. E, assim, é evidente a solução da primeira e da terceira questão. Para

a segunda questão, é preciso dizer que não é semelhante a relação do nome e do particípio com o verbo, porque no verbo a composição é de coisas separadas, como foi dito antes; e, por este motivo, a composição do verbo não pode ser significada com ambos os extremos. Mas, no particípio e no nome a composição é das coisas unidas; e, por esta razão, a composição é significada neles com ambos os extremos, porque a composição do ato separado é a composição pela qual o ato é dito de alguma coisa, como o predicado é dito do sujeito.

19. Do mesmo modo, questiona-se: uma vez que há a composição no verbo e a inclinação para a substância, se a composição precede a inclinação por natureza ou, vice-versa, a inclinação precede a composição. E parece que a inclinação precede a composição, porque o ato não tem o ser senão no sujeito, ou por causa do sujeito, por isto que o próprio acidente é inerente à substância, logo o ato tem uma inclinação natural para a substância, ainda que não esteja unido a ela. Mas, não há a composição do ato com a substância senão quando o ato está unido à substância. Logo, a inclinação do ato para a substância precede, por natureza, a composição do ato com a substância.

20. E é preciso dizer que o ato tem uma dupla inclinação para a substância. E uma delas é por natureza anterior à composição, mas a outra é posterior; porque todo ato é um acidente e não o contrário, pois uma inclinação é destinada ao ato na medida que é um acidente, porque todo acidente é naturalmente inclinado para o seu sujeito; e esta inclinação precede por natureza a composição. No entanto, a outra inclinação é destinada ao ato na medida que é um acidente, não como no sujeito, mas acerca do predicado, na medida em que a alma se inclina para enunciar uma coisa acerca de outra; e esta inclinação por natureza é posterior a composição. E, assim, é evidente que uma inclinação antecede a composição e a outra a segue por natureza.

21. Ademais, isto é evidente pelas operações da alma, porque quando a alma apreende as semelhanças das coisas, primeiro reconhece que as coisas concordam entre si, depois está de acordo com isso e, em seguida, as compõe ao redor de si e depois enuncia uma coisa sobre a outra. Portanto, uma vez que a alma está de acordo com isso antes de compor e está de acordo antes de ver a conveniência e a inconveniência de uma coisa com a outra é causada pela inclinação natural de uma coisa para a outra, por este motivo, é necessário que a inclinação natural do ato, na medida em que é um acidente, preceda a composição do ato com a substância. E, do mesmo modo, uma vez que a alma compõe por si mesma naturalmente antes de se inclinar para enunciar uma coisa sobre a outra mediante o ato, por isto, a composição do ato com a substância precede por natureza a inclinação do ato pelo qual a alma está inclinada para que o ato seja dito da substância. E, por causa desta segunda inclinação, o modo é

encontrado no verbo.

22. E para que isto seja ainda mais evidente, note que uma vez que o verbo deve ser imposto para significar, então, antes disso, a alma primeiro apreende o ato sobre a substância e depois é movida a enunciar o mesmo ato sobre a substância. E, por causa dessa afecção, a alma é inclinada a enunciar o mesmo ato sobre a substância e, por causa desta inclinação, enunciava o mesmo ato sobre a substância. Donde depois da apreensão do ato sobre a substância, primeiramente a afecção da alma está, por natureza, em relação com o mesmo ato que é dito da substância ao qual a inclinação é anterior. E, por causa dessa afecção, é causada a inclinação da alma para enunciar. E, por esta inclinação, alma indica ou ordena e assim por diante. A mesma declaração ou ordem ou desejo é o modo do verbo. Donde embora estes três, a saber, a afecção, a inclinação e a declaração são ordenadas pela maneira da causa, pois embora sejam posteriores ao ato e são acidentes para o ato que é, ou que deve ser, a respeito da substância (e a causa disto é em razão tanto da afecção quanto da inclinação e da declaração que não podem ser senão em relação ao ato, mas o ato pode ser sem eles), - por esta razão, o sinal que é era imposto para significar o ato, principalmente dá a entender o mesmo ato e as três coisas preditas dão a entender quase como acidentes para o mesmo ato. Por isto, dizemos que um verbo significa agir ou sofrer e consignifica a afecção, as inclinações e os modos. E, assim, é evidente que o modo é causado pela inclinação assim como pela causa próxima eficiente e a inclinação é causada pela afecção. E todas estas três coisas são causadas pela composição do ato com a substância, assim como pela causa remota final. E estas mesmas três coisas são causadas pela alma assim como pela causa eficiente remota ou inicial.

23. Com efeito, note que a definição dos modos, a saber, 'os modos são as inclinações do espírito que demonstram as suas várias afecções' é causal, como é evidente pelas coisas preditas. Donde a inclinação não é predicada dos modos assim como o seu gênero, mas à maneira da causa. Donde a inclinação significa uma afecção, assim como a afecção significa a sua causa e o modo significa a inclinação e a afecção como um efeito significa a sua causa. Note também que a composição geral no verbo é destinada ao agir ou ao sofrer tomado de maneira geral. No entanto, a composição particular é destinada ao agir ou ao sofrer tomado de modo particular e restrito.

24. Se alguém objetar que em razão da alma ser afetada e inclinada em relação ao significado de qualquer parte da oração, como significa a mesma coisa e a representa pelo seu sinal, então qualquer parte da oração será de algum modo do verbo, porque o modo é um acidente do verbo. É preciso dizer que a objeção acontece por causa das coisas preditas entendidas

incorretamente, porque eu não disse que o efeito predito, a inclinação e o modo estavam na alma em relação ao ato apenas, mas em relação ao mesmo ato como é dito sobre a substância (ou em relação ao mesmo ato na medida em que é composto com a substância). No entanto, nenhuma outra parte da oração é dita da substância senão o verbo, porque em nenhuma parte da oração é entendida a composição do mesmo ato com a substância exterior senão no verbo. E, por este motivo, o modo apenas é um acidente do verbo e de nenhuma outra parte da oração.

25. Do mesmo modo, questiona-se de que maneira aquela composição é entendida, sobre a qual Aristóteles diz que a composição não pode ser entendida sem os seus compostos. E é preciso dizer que a composição do ato com a substância é entendida pelos extremos, porque o ato é inerente ao seu próprio sujeito, assim como qualquer outro acidente é inerente ao sujeito no qual ele está. E não acontece mediante alguma outra coisa, porque assim aconteceria um regresso ao infinito, como foi dito antes sobre a qualidade do nome. Donde a composição do ato com a substância acontece pela inclinação do próprio ato para a mesma substância, como para o seu sujeito. E porque a inclinação de um para o outro não pode ser entendida senão por aquilo que é inclinado e para o qual é inclinado; por este motivo, a composição do ato em relação ao seu sujeito, que é consignificado pelo verbo, não pode ser entendido sem os extremos. Por este motivo, Aristóteles diz que ‘é’ consignifica a composição, a qual não pode ser entendida sem os seus compostos, porque apenas pode ser entendida por aquilo que é inclinado e por aquilo para o qual é inclinado, porque a inclinação do verbo, que é do ato para a substância, não é nada se for removido o que é inclinado e para o qual é inclinado. E, por este motivo, a composição não é nada sem os seus extremos. E porque cada coisa é entendida por causa daquilo que lhe dá o ser: uma vez que os extremos dão o ser para a composição, por este motivo, a composição tem ser entendida pelos extremos, como foi dito.

26. Note também que aquela composição, quanto à sua verdade, está na coisa e é algo indivisível, mas há no verbo a composição existe como num sinal. Assim como a saúde, quanto à sua verdade, está no animal como está no sujeito, mas na urina como o seu sinal. Note também que esta composição acontece por causa da inclinação do ato para a substância, na medida em que o ato é um acidente da substância: e precede uma outra inclinação pela qual o ato é dito sobre outra coisa, como foi dito antes.

27. Do mesmo modo, questiona-se se a composição verbal é um *ente* simplesmente ou não. E parece que não, porque: é encontrada nas coisas existentes, como ‘o homem é um animal’, e é encontrada nas coisas não existentes, como ‘a quimera é um não-ente’. Logo, está neles por causa de algo em comum encontrado neles, porque, como diz Aristóteles no final dos

primeiros analíticos, se alguma afecção segue coisas diversas, é necessário que siga as coisas diversas por causa de algo em comum encontrado nelas. Mas, não há nada em comum entre o ente e o não-ente senão um ente de algum modo. Logo, a composição, primeiramente, segue o ente de algum modo. Logo, também ela é um ente de alguma maneira. Logo, não é simplesmente um ente. E é preciso dizer que a composição expressa por um verbo em comum está em relação à composição dos entes e em relação à composição dos não-entes. Donde, primeiramente, segue o ente de algum modo, como foi objetado. E ela é em geral um ente de algum modo e não um ente simplesmente.

28. Além disso, questiona-se se a composição verbal em comum está igualmente para a composição dos entes (como ‘o homem é um animal’) e para a composição dos não-entes (como ‘a quimera é um não-ente’) ou ela é dita, primeiramente, de uma coisa e depois é dita de outra coisa. E é preciso dizer que a composição em comum primeiramente concorda com a composição dos entes e depois concorda com a composição dos não-entes.

29. Do mesmo modo, parece que a composição em comum é simplesmente um ente e não um ente de algum modo e, assim, não concorda com a composição dos não-entes, porque parece que os extremos são colocados segundo a exigência da composição, como se a composição fosse um ente simplesmente e também os extremos. Donde parece seguir: ‘o homem é um animal’; logo, é um homem e é um animal’. E se a composição é um ente de alguma maneira, os extremos também o são. Donde não segue ‘a quimera é um não ente; logo, é uma quimera’ ou ‘é um não ente’. Logo, se a composição em comum é um ente de alguma maneira, é necessário que os seus extremos sejam entes de alguma maneira. Portanto, a proposição ‘o anticristo é um homem’ será verdadeira, porque, neste caso, é afirmado ‘homem’ de alguma maneira e a proposição ‘o anticristo é um homem de alguma maneira’ é verdadeira. E, assim, estas duas proposições são convertidas: ‘o anticristo é um homem’ e ‘o Anticristo é um homem de alguma maneira’. O que é falso. Logo, aquilo que segue disto também é falso, a saber, que a composição em comum é um ente de alguma maneira e não um ente simplesmente.

30. E é preciso dizer que a composição em comum é um ente de alguma maneira, como foi dito antes, e os seus extremos são semelhantemente entes de alguma maneira. Mas, a composição restrita àquela parte que é a composição dos entes é um ente simplesmente. Donde nesta proposição: ‘O Anticristo é um homem’ é restrita à composição dos entes. Donde, neste caso, não é afirmado ‘homem’ de alguma maneira, mas simplesmente. E, por este motivo, a proposição ‘O Anticristo é um homem’ não é equivalente à proposição: ‘o anticristo é um homem de alguma maneira’.

31. Contra o argumento que objeta que os extremos são colocados segundo a exigência da composição, dizemos que é falso, porque embora haja extremos, não é por causa disto que se segue que haja uma composição. Por exemplo, quando digo ‘o homem é um burro’, há os extremos, embora não haja uma composição. E se há uma composição, não é por isto que segue que há os extremos: como ‘a quimera é um não-ente’: aquela é uma composição, embora não existam os extremos. Mas segue isto: ‘estes extremos concordam entre si; logo, a composição deles existe’; e é o tópico a partir da causa; e segue o contrário: ‘há uma composição: logo, os extremos concordam entre si’; e é o tópico a partir do efeito, porque a concordância dos extremos é a causa da composição e a composição é um efeito por causa da concordância dos extremos.

32. Do mesmo modo, parece que a composição em comum está igualmente para a composição dos entes e para a composição dos não-entes, pois aquelas duas proposições são simplesmente verdadeiras: ‘o homem é um animal’ e ‘a quimera é um não-ente’. Portanto, a verdade delas é um ente simplesmente. Logo, o sujeito da verdade em ambas é simplesmente um ente. Mas, o sujeito da verdade é uma composição. Logo, a composição em ambas as proposições é simplesmente um ente. Mas, em uma proposição há a composição dos entes e na outra proposição há a composição dos não-entes. Logo, a composição dos não-entes é simplesmente um ente. Logo, a composição em comum não está mais para um do que para o outro. E é preciso dizer que a composição em comum é dita de acordo com o primário e o secundário de ambas as composições, como foi dito, porque, primeiramente, é dita sobre a composição dos entes e, depois, sobre a composição dos não-entes.

33. Contra o argumento que objeta que cada uma delas é simplesmente verdadeira, então a verdade delas é simplesmente um ente, é preciso dizer que isto não segue, porque a verdade dos entes é simplesmente um ente, mas a verdade dos não-entes não é simplesmente um ente, mas um ente de algum modo. O que é evidente, pois a verdade dos entes é por causa da conveniência dos extremos, que é a causa da composição na proposição afirmativa ‘verdadeira’ (por exemplo: ‘o homem é um animal’), ou por causa da repugnância dos extremos, que é a causa da divisão na proposição negativa verdadeira (por exemplo: ‘o homem não é um burro’). Donde a verdade dos entes será por causa da conveniência dos extremos para a composição ou para a divisão; e, além disso, é por causa deste fato que os extremos são entes simplesmente. Mas, a verdade dos não-entes não tem senão uma destas causas, a saber, a conveniência dos extremos para a composição ou para a divisão. E não tem o mesmo ser deles, porque os extremos não são entes, pelo contrário, são não-entes. E, por este motivo, a verdade dos não-entes é um ente de alguma maneira, mas a verdade dos entes é

simplesmente um ente. E, assim, a composição dos entes é simplesmente um ente, mas a composição dos não-entes é um ente de algum modo.

TRATADO SEGUNDO

A NEGAÇÃO

A negação em geral

1. Uma vez que a negação é diversificada segundo a diversidade da composição, por este motivo, depois da composição é preciso tratar sobre a negação. [1] Primeiramente, é preciso saber que a palavra ‘negação’ é dita equivocadamente. Pois, de um modo, é chamada de proposição negativa. E é uma espécie de proposição: uma das proposições é a afirmativa e a outra é a negativa (como ‘o homem corre’, ‘o homem não corre’); e é assim definida: ‘a negação é uma proposição negativa sobre algo’. [2] De outro modo, é chamado de negação o sinal ou o instrumento de negar. E, deste modo, a negação é dita de três maneiras. [2.1] Pois a negação é como um instrumento de negar e é tomada, de um modo, como uma substância (como neste nome ‘negação’); [2.2] de outro modo, a negação é tomada como um ato, como no verbo ou no particípio (por exemplo, ‘negar’ (*nego, -as*), ou ‘negando’ (*negans*) e ‘negado’ (*negatus*)). E, neste dois modos [2.1 e 2.2], a negação é tomada como concebida ou por meio de um conceito. [2.3] De outro modo, a negação que é tomada é o instrumento de negar, como exercida; e assim é significada pela partícula ‘não’ (*non*).

2. E note que o conceito e a afecção se diferem no fato de que o conceito é dito ser aquilo que está na alma por causa de alguma semelhança; pois quando penso sobre as cores e sobre os homens, recebo as suas semelhanças na alma e não as coisas mesmas. Contudo, a afecção ou o exercício é dito ser aquilo que, na verdade, está na alma ou no corpo. Por exemplo, quando estou doente, a dor está na minha alma, na verdade, a dor afeta a alma; mas, quando corro, a corrida está no corpo, na realidade do exercício, e afeta o próprio corpo.

3. Além disso, a negação neste último modo é tomada de duas maneiras, porque uma é a negação que é do termo, como no nome indefinido ou no verbo indefinido; e a outra é a negação que é da proposição. E a primeira negação é adicionada ao termo pela composição, mas a segunda negação é adicionada ao termo por aposição. Do mesmo modo, a negação do termo é dupla, porque uma é a negação do termo que faz um nome indefinido ou privativo (como ‘não-homem’, ‘não-pedra’) e a outra é negação do termo que faz um verbo indefinido

ou privativo (como ‘não-corre’, ‘não-trabalha’).

4. Mas, parece que nem a qualidade accidental nem o ato podem ser predicados da substância, porque são coisas diversas e coisas diversas, na medida em que são diversas, são incompatíveis. Portanto, uma coisa não é verdadeiramente predicada de outra. Logo, desta maneira, a proposição ‘Sócrates é a cor branca’ é falsa: e, da mesma forma, a proposição: ‘Sócrates é branco’ e a proposição ‘Sócrates corre’; assim como a proposição ‘Sócrates é a corrida’. E é preciso dizer que o significado de coisas diversas ocorre de duas maneiras. Pois, de um modo, na medida em que uma coisa é oposta a outra ou uma coisa é diferente de uma outra (por exemplo, ‘Sócrates’, ‘a cor branca’, ‘a corrida’); e, deste modo, uma coisa não pode ser verdadeiramente predicada da outra. No entanto, ocorre de uma outra maneira a significação de coisas diversas conforme uma coisa é predicada de outra (como ‘branco’, ‘negro’, ‘corre’, ‘lê’) e, de maneira geral, todas as coisas que são significadas na agregação com a substância, ou são ditas denominativas (como ‘branco’, ‘corre’), ou não (como ‘estudioso’, ‘corredor’ e ‘lutador’ e semelhantes, na medida em que ‘corredor’ e ‘lutador’ são ditos a partir de potências naturais). E, deste modo, uma coisa diversa é predicada de outra.

5. Do mesmo modo, uma vez que a composição é tripla, a saber, a composição da qualidade com a substância, a composição do ato separado da substância com uma substância e a composição do ato unido a uma substância com uma substância e a negação se opõe a qualquer uma destas três composições e, deste modo, a negação será tripla. Porque mal podem ser propostas apenas duas negações. E é preciso dizer que, assim como foi dito, a negação como exercida ou como afecção é dupla no gênero, da mesma forma que a composição é dupla no gênero, pois uma é a negação do termo e a outra é a negação da proposição, como foi dito. Mas, porque a negação é quádrupla na espécie, uma vez que a negação do termo é subdividida; [1] uma é negação que remove a qualidade da substância, fazendo um nome indefinido (por exemplo, ‘não-homem’, ‘não-burro’); [2] a outra negação remove da substância o ato unido a uma outra substância, fazendo um participio indefinido (como ‘não-correndo’, ‘não-lendo’); [3] a terceira negação remove da substância exterior o ato separado ou o priva da substância interior, fazendo um verbo indefinido (como ‘não-corre’, ‘não-trabalha’); [4] a quarta negação, na verdade, é a negação da proposição, como foi dito, fazendo uma proposição negativa, assim a negação do termo é dividida em três partes.

6. Contra o argumento que objeta que é tripla a composição do ato com a substância; logo, de modo contrário, será tripla a negação, – é preciso dizer que divide insuficientemente, porque ele deixa para trás a composição do ato separado a partir de uma substância exterior com uma substância interior. E, assim, são quatro as composições. Donde, a partir do oposto, serão

quatro negações. É evidente que são quatro as composições. Pois uma é a composição da qualidade com a substância, como em qualquer nome; e a negação oposta a ela faz um nome indefinido (como ‘não-homem’). E a outra composição é do ato unido a uma substância com uma outra substância, como no participio: e a negação oposta a ela faz um participio indefinido (como ‘não-lendo’). A terceira composição é do ato separado da substância exterior com a mesma substância exterior (como ‘Sócrates corre’); e a negação a ela oposta faz uma proposição negativa (como ‘Sócrates não corre’). A quarta composição é do ato separado da substância exterior com a substância interior; e a negação a ela oposta faz um verbo indefinido (como ‘não-corre’, ‘não-trabalha’). E, assim, divide insuficientemente as composições em espécie e as negações opostas a elas.

7. E note que o verbo se relaciona com os dois modos da substância, a saber, a substância exterior, que devolve para ela o objeto da suposição (como ‘Sócrates corre’) e a substância interior, que indefinitivamente é entendida nele, porque ‘correr’ é o mesmo que ‘a coisa que corre’ e ‘correndo’ é o próprio ato, mas a coisa é a substância entendida nele.

A negação em espécie

8. Tratada a negação em geral, conseqüentemente, é preciso tratar sobre cada um dos predicados das negações em particular. E, primeiramente, sobre a negação do nome indeterminado, porque esta negação é anterior às outras.

A negação que faz um nome indefinido

9. Acerca da qual, primeiramente, questiona-se se um nome indefinido é predicado de qualquer coisa que é e que não é. E parece que não, porque como é dito no segundo livro do Sobre a Interpretação, em relação a afirmação na qual é predicado um nome indefinido, segue uma negação no qual é predicado um nome definido, e não o contrário (como ‘todo homem é não-justo; logo, nenhum homem é justo’, e não vice-versa). Logo, a afirmação na qual é predicado um nome infinito afirma algo, porque se não afirmasse nada, então seria convertida com a negação. Logo, apenas um nome indefinido é predicado do ente. Então, não de nenhuma coisa que é e que não é. Em relação ao mesmo argumento, quando é dito ‘Sócrates é não-justo’, aqui é afirmado um ente, porque é afirmado o ser, e a composição não é negada pela negação seguinte do termo indefinido. Logo, um nome indefinido é predicado apenas do ente. Portanto, não é predicado de qualquer coisa que é e que não é.

10. Mas, contrariamente: ao ‘homem’ opõe-se algo segundo a negação e algo segundo a privação, como ‘morto’ opõe-se a ‘homem’ pela privação e ‘não-homem’ opõe a ‘homem’ pela negação. Mas, a privação participa mais do ente que a negação. Logo, ‘morto’ participa mais do ente do que ‘não-homem’. Mas, ‘morto’ é predicado do não-ente, pois é dito de maneira mais forte de ‘não-homem’. Logo, o nome indefinido não apenas é predicado do ente, mas também do não-ente. Ainda sobre o mesmo argumento, Boécio ensina a converter uma proposição universal afirmativa indeterminando os termos, como ‘todo homem é um ente; logo, todo não-ente é um não-homem’. Logo, ‘não-homem’ é predicado de qualquer não-ente. Portanto, não é apenas predicado do ente. Do mesmo modo, como está no segundo livro dos Tópicos, se para ‘homem’ segue ‘animal’; logo, por consequência do contrário, para ‘não-animal’ segue ‘não-homem’. Mas, segue corretamente ‘se é um homem, então é um ente’. Logo, seguirá pela consequência do contrário ‘se é um não-ente, então é um não-homem’. Portanto, um nome indefinido não apenas é predicado do ente, mas também é predicado do não ente.

11. Solução: costuma-se dizer que a composição é dupla no homem. [1] Pois uma é a composição da forma com a matéria; pois o homem e cada uma das outras coisas, exceto a Causa primeira, consta de matéria e forma, seja verdadeiramente, seja proporcionalmente. [2] E a outra composição que há no homem é composição das diferenças com o gênero ou com um ente superior, ou são as diferenças em espécie, como em todas as espécies e nos gêneros subalternos, ou são diferenças não específicas, como são as diferenças que são adicionados ao ente pela causa final ou por outra causa, pelas quais os gêneros generalíssimos se diferem. Uma vez que os gêneros generalíssimos se comunicam no ente, ainda que conforme uma anterioridade e posterioridade, é necessário que sejam diferentes em algo. Como é evidente, pois a substância é um ente *per se*, mas a quantidade é um ente mensurado da substância; a qualidade é um ente informativo (ou qualificativo) da substância, a relação é um ente comparativo da substância, a ação é um ente médio pelo qual, ou segundo o qual, um ente age em outro ente e assim por diante. Donde a diferença *per se* é a diferença da substância e ‘mensuração da substância’ é a diferença da quantidade e assim por diante. E, deste modo, por meio destas diferenças, que não são as diferenças específicas, os gêneros generalíssimos se diferem.

12. É formado um argumento do seguinte modo: a composição é dupla no homem, a saber, uma é a composição da forma com a matéria e a outra é a composição das diferenças com o primeiro predicável, por exemplo, com o ente. Mas, a sua negação se opõe a qualquer composição. Logo, a dupla negação se opõe a dupla composição existente no homem. Logo, a

negação no termo ‘não-homem’ é dupla, pois ou removerá a composição que é das diferenças com o ente; e assim o ente permanece, porque poderia ser dito ‘o ente *per se*, corpóreo, animado, sensível, racional, mortal’; se a agregação destas diferenças for removida (não digo que cada uma delas seja removida, mas a agregação delas, que pode ser removida removendo uma ou muitas ou todas), então é deixado o ente (porque se apenas uma for removida, já não permanecem todas; ou se muitos ou se todos forem removidas, agregação delas é sempre removida). E, assim, ‘não-homem’ afirma o ente e é apenas predicado do ente. E, do mesmo modo, ‘não-homem’ é dito um termo privativo. No entanto, se a a negação remover a composição da forma com a matéria, então ela não afirma nada do ato, mas apenas afirma um ente em potência ou na mente. E, assim, ‘não-homem’ é um termo negativo. Deste modo, ‘não-homem’ afirma um ser potencial ou desejável ou imaginável. E, deste modo, ‘não-homem’ é predicado do ente e do ‘não-ente’. E, desta forma, o nome indefinido é duplo. O que concedemos.

13. Portanto, é preciso dizer que um nome pode se tornar indefinido de duas maneiras, como foi demonstrado. Pois, de um modo, um nome pode se tornar indefinido por privação; e, assim, ‘não-homem’ afirma o ente, removendo a agregação das diferenças do primeiro predicável. E, assim, ‘homem’ e ‘não-homem’ se opõem, como a privação e a posse se opõem e são predicados apenas do ente. De outro modo, um nome pode tornar-se indefinido por negação. E, assim, ‘não-homem’ não afirma nada e é um termo negativo. E, do mesmo modo, ‘homem’ e ‘não-homem’ se opõem, como a afirmação e a negação se opõem e são predicados de qualquer coisa que é e que não é, de modo que é isto ou aquilo, como acontece também em qualquer contradição. E note que aquele duplo modo de tornar um termo indefinido acontece apenas nos termos particulares, porque os termos gerais (como ‘ente’ e ‘algo’), de um modo, tornam-se indefinidos, a saber, segundo a negação, pois neles a composição não é dupla como nos termos particulares. Donde ‘não-ente’ e ‘não-algo’ apenas são predicados do não-ente. Com efeito, nenhum termo indefinido pode ser predicado daquilo cuja forma é removido por ele. Donde ‘não-homem’ não pode ser predicado de homem e ‘não-ente’ não pode ser predicado de ente. Nenhum dos opostos pode ser predicado de algo que é oposto a si mesmo.

14. Contra o argumento que objeta que em relação a afirmação na qual é predicado um nome indefinido segue uma negação na qual é predicado um nome definido, e não o contrário, e, assim, um nome indefinido afirma o ente, – é preciso dizer que, como foi dito, um ‘nome indefinido’ é duplo, pelo fato de que ou é indefinido segundo a negação e, desta forma, nada afirma, ou que é indefinido segundo a privação, de modo que afirma o ente, ou seja, um ente substancial (por exemplo ‘homem’, ‘animal’) ou um ente accidental (como ‘branco’, ‘justo’,

‘reto’, ‘curvo’, ‘par’ ou ‘ímpar’). Donde se for predicado um termo accidental indefinido segundo a privação, deste modo deixa o sujeito do acidente no ser. E, assim, a proposição ‘o homem é não-justo’ e semelhantes afirmam o ente. E, deste modo, para essas proposições segue uma proposição negativa de um predicado indefinido, e não o contrário (como ‘o homem é não-justo; logo, o homem não é justo’, e não o contrário). Aristóteles determina isto no começo do segundo livro do sobre a Interpretação, dizendo que, deste modo, seguem de um para o outro, como foi dito nos Segundos Analíticos. (Ele também diz isto no fim do primeiro livro dos Primeiros Analíticos que de uma privação afirmativa segue uma negativa definida, e não o contrário; por exemplo, ‘isto é desigual; logo, não é igual’, e não o contrário; ou ‘isto é algo não-branco; logo, não é branco’, e não o contrário). No entanto, se um termo accidental indefinido for predicado segundo a negação, então ele não afirma nada, como foi dito. E, desta forma, uma proposição é convertida com a proposição negativa definida (por exemplo, ‘todo homem é não-justo; logo, nenhum homem é justo’, e não o contrário). E, semelhantemente, Aristóteles diz no começo do segundo livro do *Sobre a Interpretação*, um pouco mais adiante, que para a proposição negativa definida segue uma proposição afirmativa indefinida (como ‘nenhum homem é justo; logo, todo homem é não-justo’). O que não pode ser senão convertendo deste modo, a saber, no sentido de que um nome é indefinido segundo a negação. E entenda de maneira semelhante sobre um termo indefinido substancial (como ‘não-homem’), assim como um termo indefinido accidental (como ‘não-justo’).

15. Contra o argumento que objeta que nesta proposição: ‘homem é não-justo’ é afirmado o ente, porque é afirmado o ser e a composição permanece afirmada e não é negada pela negação seguinte, – é preciso dizer que este argumento erra de três maneiras. Pois, de uma maneira, erra segundo a equivocação do nome ‘não-justo’, que, de um modo, afirma o ente e, de outro modo, não, como foi dito. E, de outro modo, erra segundo a falácia do consequente, ou segundo a falácia *quid et simpliciter*, porque não segue que ‘o ser é afirmado ou a composição é afirmada; logo é’, porque a afirmação é tanto do ente quanto do não-ente. Logo, a afirmação é mais ampla na realidade do que o ser. Logo, é a falácia do consequente. Donde no sentido de que ‘não-justo’ é um nome indefinido segundo a negação, não segue ‘o homem é não-justo; logo, o homem é’. Além disso, neste caso é a falácia *secundum quid et simpliciter*, porque, embora neste caso a composição seja afirmada, não é afirmado o ente simplesmente, mas um ente diminuído pela determinação seguinte. Donde assim como não segue ‘é desejável; logo é’, embora neste caso a composição seja afirmada, da mesma maneira não segue ‘é não-justo; logo é’, quando o ser é diminuído pela determinação que não afirma coisa alguma, no sentido de que ‘não-justo’ é um termo negativo.

16. No entanto, é preciso saber que nenhum termo pode se tornar indefinido senão um termo que é capaz de ser um sujeito ou predicado. E, por este motivo, os sinais universais ou particulares não podem se tornar indefinidos, porque são disposições do sujeito enquanto sujeito, e, deste modo, eles referem ao predicado. E, por esta razão, Aristóteles diz que a negação ‘não’ não deve ser adicionada ao sinal ‘todo’, porque não significa um universal, mas significa algo entendido de maneira universal.

A negação que torna um verbo indefinido

17. Tratada a negação particular do nome que faz um nome indefinido, conseqüentemente, é preciso tratar sobre a negação particular do verbo que faz um verbo indefinido, pois, assim como o nome é, por natureza, anterior ao verbo, do mesmo modo, o nome indefinido é, por natureza, anterior ao verbo indefinido. Portanto, primeiramente, questiona-se acerca do verbo indefinido, se ele é predicado de tudo aquilo que é e que não é. E parece que sim, pois, como diz Aristóteles, o verbo indefinido está do mesmo modo em tudo aquilo que é e que não é. Logo, é predicado de tudo que é e de tudo que não é. Mas, contrariamente: a negação que está no verbo indefinido deixa a composição afirmada removendo o ato da substância sobre a qual o ato é predicado. Onde o sentido desta proposição ‘César não corre’, no sentido de que ‘não-corre’ é um verbo indefinido, é este: ‘César é algo que não-corre’. Mas, a composição afirmada afirma o ente, porque ela afirma o sujeito no ser. Logo, o verbo indefinido afirma o ente. Logo, ele é apenas predicado do ente.

18. E é preciso dizer que, segundo alguns, um verbo indefinido permanece indefinido fora da proposição, mas não permanece indefinido na proposição, porém sempre é feita uma proposição negativa quando um verbo indefinido é colocado na proposição, porque a negação é uma parte da proposição e o verbo é a outra parte. Mas isto não significa nada, porque são movidos pelo fato de que não sabem distinguir a proposição ‘César não corre’ e as proposições semelhantes, no sentido de que são proposições negativas e no sentido de que são proposições ditas de um verbo indefinido. Onde é preciso dizer que o verbo indefinido é predicado de qualquer coisa que é e que não é e permanece indefinido fora da oração e na oração. E a proposição ‘César não corre’ e semelhantes, no sentido de que são proposições negativas, nada afirmam; e a composição é sempre negada deixando nada nas proposições, nem por meio delas. No sentido de que nessas proposições é colocado um verbo indefinido, mas a composição permanece afirmada. Onde, deste modo, no sentido de que nelas o verbo é indefinido ainda é duplo, porque um verbo indefinido pode se tornar indefinido em razão da

negação e, deste modo, ele não afirma nada; ou pode se tornar indefinido segundo a privação e, assim, afirma o sujeito no ser e o verbo afirma o ente;

19. Contra o argumento que objeta que a composição afirmada afirma o ente, pois coloca o sujeito no ser, é preciso dizer que ambas afirmações são falsas, porque a composição está igualmente para a composição dos entes e para a composição dos não-entes; donde a composição mesma não coloca o ente e não coloca o seu sujeito no ser. E, assim, em virtude da composição do predicado, às vezes o sujeito é colocado no ser, por exemplo, quando o predicado é simplesmente um ente, e às vezes o sujeito não é colocado no ser, por exemplo, quando o predicado é um ente diminuído ou um ente de algum modo. E, por este motivo, segue ‘a pedra é um homem; logo, a pedra é’ e não segue ‘o lápis é desejável; logo, a pedra é’. Donde o sentido desta proposição ‘César não corre’, no sentido de que ‘não-corre’ é um verbo indefinido, é este: César é algo que não-corre.

20. E entenda da mesma maneira o particípio e o verbo. Donde aquelas duas proposições ‘César não corre’ e ‘César é algo que não-corre’, não afirmam nada no sentido de que o verbo e o particípio são termos negativos. Mas, no sentido de que são termos privados, assim como afirmam um ente, porque colocam o sujeito no ser. E isto em virtude do predicado e não em virtude da composição, como foi dito. Sobre a negação que torna um particípio indefinido, é bastante evidente pelas coisas ditas; por isto, ela será deixada para trás.

A negação da proposição

21. Determinadas as negações dos termos, é preciso tratar a respeito da negação da proposição. Com efeito, a natureza simples precede a composta. Donde o nome e o verbo são, por natureza, anteriores à proposição. Então, a negação do nome ou do verbo precede, por natureza, a negação da proposição. Logo, primeiramente, questiona-se se a negação da proposição faz uma contradição. E parece que não, pois, quanto a isto que a negação contradiz, é necessário que remova a composição. Mas, ela não pode remover a composição, porque a composição é o sujeito da negação e nenhum acidente remove o seu próprio sujeito. Logo, a negação não pode fazer uma contradição. Portanto, não ocorre uma contradição. Ainda sobre o mesmo argumento: tudo aquilo que é causado ou é uma substância ou é um acidente. Logo, uma vez que a negação é causada, ou ela é uma substância ou um acidente. Mas, não é uma substância. Logo, é um acidente. Então, ela está em algum sujeito, mas somente na composição. Logo, ela não remove a composição. Portanto, não ocorre uma contradição. Do mesmo modo, uma vez que ocorra uma contradição, pois este é o princípio

primeiro nas ciências, então a negação remove a composição. Mas, a negação é a causa do modo. Então, a negação remove o modo. Portanto, nenhuma proposição negativa é de algum modo. Logo, não é do modo indicativo (tópico a partir do gênero). Logo, nenhuma proposição negativa é verdadeira ou falsa; com efeito, apenas o modo indicativo é o modo no qual há algo de verdadeiro ou falso.

22. Solução: Assim como o nome ‘homem’ tem uma dupla significação, a saber, a geral e a particular (a significação geral significa uma substância com uma qualidade, a significação particular significa esta substância que é o homem), e, desta forma, a significação dupla está no verbo, a saber, geral e particular (a significação geral significar agir ou sofrer, a significação particular significar este ato ou aquela afecção, como ler ou ser lido, atingir ou ser atingido), – semelhantemente, a composição é dupla, a saber, a geral e a particular. A composição geral se encontra de maneira comum em relação a todas as coisas que são compostas. Pois quando dizemos que o verbo consigna a composição, não dizemos esta composição ou aquela, mas a composição em geral; e esta é uma composição geral. Por outro lado, a composição particular acontece por meio dos extremos da composição. E a sua negação remove a composição particular, e isto é suficiente para a contradição. E deixa a composição geral, em razão da qual acontece o modo. Onde ainda ocorre uma contradição.

23. Do mesmo modo, costuma-se dizer que duas negações são equivalentes à uma afirmação. E questiona-se porque duas afirmações, pelo contrário, não são equivalentes a uma negação. E parece que, assim como a negação remove a afirmação, do mesmo modo, a afirmação remove a negação. E é preciso dizer que a negação é apta por natureza a destruir tudo que encontra, pois a negação é um ato que destrói o seu objeto. Onde o objeto da negação, qualquer que ele seja, é removido pela negação. E porque a negação às vezes é o objeto da negação, às vezes a negação é negada (como ‘não’: Sócrates não corre’) e, por esta razão, a negação é removida pela negação, por isto, conseqüentemente, é considerada uma afirmação porque, removida a negação, uma afirmação é afirmada, uma vez que é sempre necessário que haja uma afirmação ou uma negação. E, por este motivo, duas negações são equivalentes a uma afirmação. No entanto, a afirmação não é apta por natureza a destruir o seu sujeito; mas, pelo contrário, o afirma e o conserva. E, por esta razão, quando uma coisa afirmada, que é o objeto da afirmação, não é removida pela afirmação, por causa disto, duas afirmações não podem ser equivalentes a uma negação.

24. Contra o argumento que objeta que a afirmação remove a negação, assim como contrário, é preciso dizer que há duas relações na afirmação e duas relações na negação, relacionadas de modos diversos. Uma relação da afirmação é com aquilo que ela afirma, a outra relação é com

aquilo ao qual ela se opõe. E as duas relações não estão em relação a mesma coisa, mas em relação a coisas diversas, Por exemplo, a afirmação ‘Sócrates corre’, afirma que Sócrates corre e a sua composição é oposta a composição que afirma que Sócrates não corre. E, por este motivo, em razão da composição, a afirmação não pode destruir o seu objeto. Mas, as duas relações da negação estão sempre em relação a mesma coisa, porque a negação sempre nega algo, assim como a afirmação sempre afirma algo, e a negação sempre se opõe a algo. Mas, somente se opõe aquilo que nega. E, por este motivo, a negação, em razão da sua oposição, sempre destrói o objeto que nega. Mas, a afirmação não se opõe àquilo que afirma, como foi dito. E, por isto, a afirmação não destrói o que afirma. E, assim, não há semelhança entre a relação da afirmação com a negação e da negação com a afirmação, como já é evidente pelo fato de que a negação se opõe a afirmação e a nega, mas a afirmação se opõe a negação e não a afirma, mas uma outra coisa, como foi dito.

25. Além disso, Aristóteles diz no segundo livro dos Tópicos que se algo não é suscetível de um dos contrários, também não é suscetível do outro contrário. Logo, o que não pode ser afirmado, não poderá também ser negado. Mas, a proposição ‘Sócrates não corre’ não pode ser afirmada, porque é uma proposição negativa. Logo, não pode ser adicionada a ela uma outra negação para que seja negada por ela. Logo, duas negações não são equivalentes a uma afirmação.

26. Quanto a isto, alguns dizem que a negação é, de algum modo, uma afirmação, porque a negação tem em si algo do ente, a saber, a afirmação, donde o ente participa da natureza da afirmação. E, por este motivo, pode ser negado pela negação. E, deste modo, a esta proposição ‘Sócrates não corre’ pode ser adicionada uma outra negação como: ‘não: Sócrates não corre’. E, assim, as duas negações são equivalentes a uma afirmação. Mas, eu creio que é melhor dizer que, ainda que os acidentes da natureza não possam ser refletidos sobre si mesmos agindo em si mesmos (assim como o calor não age em si, mas em seu objeto), contudo, os acidentes causados pela razão podem ser refletidos sobre si mesmos agindo em si mesmos (como a razão conhecendo a si mesma e julgando a si mesma). Donde a negação, que é um acidente causado pela razão, pode ser refletido sobre a negação ou sobre a coisa negada. E, por esta razão, a negação pode ser negada, embora não possa ser afirmada. E a consideração de Aristóteles deve ser entendida sobre os acidentes da natureza ou sobre os contrários da natureza (como ‘branco-negro’, ‘quente-frio’, e semelhantes). Do mesmo modo, estas duas proposições ‘Sócrates corre’ e ‘não: Sócrates não corre’ são equivalentes entre si e contradizem a proposição ‘Sócrates não corre’. Mas, contrariamente: Aristóteles diz que apenas uma coisa é oposta a outra. Logo, duas proposições diferentes não contradizem a

mesma proposição.

27. E é preciso dizer que a contradição acontece de duas maneiras, a saber, primária e pelo consequente. Donde nas proposições ‘Sócrates corre’ e ‘Sócrates não corre’ há uma contradição primária. Mas, a proposição ‘não: Sócrates não corre’ contradiz, pelo consequente, a proposição ‘Sócrates não corre’, porque, na medida que em que são equivalentes, é convertida com a proposição ‘Sócrates corre’. Donde entenda que na contradição primária uma proposição é sempre afirmativa a outra é sempre negativa. Então, Aristóteles diz que a contradição é uma afirmação e uma negação oposta, mas na contradição que é pelo consequente, uma negação pode contradizer uma outra negação.

28. Do mesmo modo, note que a negação preposta ou posposta ao termo singular significa a mesma coisa (por exemplo, ‘Sócrates não corre’ e ‘não: Sócrates corre’). Mas, não acontece da mesma forma nos termos comuns, porque esta é uma proposição indefinida ‘um homem não corre’, no entanto essa é uma proposição universal negativa ‘não: um homem corre’. E não é contrário ao que Aristóteles diz ‘os nomes ou os verbos transpostos significam o mesmo’. E isto é entendido acerca destas palavras, pois o respondente entende isto acerca da palavra que é capaz de ser o sujeito ou o predicado ou uma palavra que é uma disposição de algo que é capaz de ser o sujeito ou o predicado em sentido absoluto. E ele não entende isto sobre a palavra que é uma disposição de um para o outro, como são as negações e os sinais universais. Com efeito, a negação nega uma coisa de outra e o sinal universal dispõe o sujeito em relação com o predicado.

Sofismas

29. Além disso, questiona-se acerca do sofisma ENQUANTO NENHUM HOMEM CORRE, TU ÉS UM BURRO. Prova: a proposição ‘enquanto algum homem corre, tu és um burro’ é falsa. Logo, a sua contraditória será verdadeira, a saber, ‘enquanto algum homem não corre, tu és um burro’. Mas, ‘algum homem não...’ e ‘nenhum’ são equivalentes, assim como ‘não alguém’ e ‘nenhum’. Logo, a proposição ‘enquanto nenhum homem corre, tu és um burro’ é verdadeira. Mas, contrariamente: enquanto nenhum homem corre tu és um burro. Logo, enquanto nenhum homem corre, ou se nenhum homem corre, ou porque nenhum homem corre, tu és um burro. O que é falso.

30. Solução: a primeira proposição é falsa, a saber, ‘enquanto nenhum homem corre, tu és um burro’. Pois a proposição pela qual o respondente a prova, erra segundo a falácia da divisão, a saber, ‘enquanto algum homem não corre, tu és um burro’. E a proposição é dupla, porque a negação pode negar apenas o participio (e, assim, a proposição está dividida e é falsa), ou

pode negar o particípio na relação com o verbo seguinte (e, desta forma, é uma proposição composta e verdadeira). E, do primeiro modo, é equivalente a primeira proposição, a saber, ‘enquanto nenhum homem corre, tu és um burro’. Mas, a proposição ‘enquanto nenhum homem etc.’ é falsa, porque a negação que está na composição deste sinal ‘nenhum’, não pode ser inferida para além do particípio por causa desta regra:

Todas as vezes que uma negação e uma distribuição estão incluídas em um único termo, um não pode ser inferido para nada sem o outro.

Mas, a distribuição não é inferida para além do particípio. Logo, a negação também não pode ser inferida para além do particípio. E, assim, a proposição ‘enquanto nenhum homem corre, tu és um burro’ é falsa. Pois a sua equivalente também é equivalente àquela proposição pelo mesmo modo. E ambas as proposições são afirmativas, a saber, ‘enquanto algum homem não corre etc.’ e ‘enquanto nenhum homem corre etc.’, no sentido de que são equivalente. E, por isto, é evidente que nenhuma delas contradiz a proposição ‘enquanto algum homem corre etc.’, porque uma proposição afirmativa não contradiz uma outra proposição afirmativa.

31. Além disso, questiona-se acerca do sofisma ‘NADA é NADA’. Prova: a sua contraditória é falsa, a saber, ‘algo é nada’. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: nada é nada. Logo, nada é nenhuma substância. E parece ser o tópico ‘a partir do gênero’ ou ‘a partir do todo na quantidade’, como ‘nada é; logo, nenhuma substância é’. Mas, a conclusão é falsa, a saber, ‘nada é nenhuma substância’, porque é equivalente a proposição ‘qualquer coisa é alguma substância’, o que é falso. Logo, também é falsa a primeira proposição da qual ela segue.

32. Solução: a primeira proposição é verdadeira, a saber, ‘nada é nada’, porque é equivalente a proposição ‘qualquer coisa é algo’ por causa da regra:

Todas as vezes que dois sinais universais negativos são colocados na mesma locução, de modo que um esteja no sujeito e o outro no predicado, o primeiro é equivalente ao seu contrário e o outro é equivalente ao seu contraditório.

Do mesmo modo, a refutação erra segundo a falácia do conseqüente pelo falar comum, porque assim como ocorre aqui uma falácia do conseqüente de acordo com os que falam de maneira comum ‘qualquer coisa é algo; logo, qualquer coisa é alguma substância’, semelhantemente, esta é uma falácia do conseqüente ‘nada é nada; logo, nada é nenhuma

substância’.

33. No entanto, contra o argumento que objeta que parece ser o caso do tópico a partir do gênero ou o tópico a partir do todo na quantidade, é preciso dizer que não é verdade, pelo contrário, neste caso é a falácia segundo o consequente, assim como ocorre aqui ‘nenhum homem é nenhum animal; logo, nenhum homem é nenhuma coisa que ri’; porque nesta proposição ‘todo homem é nenhum animal’, ‘animal’ é removido do sujeito. E quando é colocada uma outra negação por meio do sinal ‘nenhum’, o predicado negado é removido do sujeito assim: ‘nenhum homem é nenhum animal’. Mas, remover o predicado negado do sujeito é, por consequência, afirmar o predicado afirmado no mesmo sujeito. Logo, a proposição ‘nenhum homem é nenhum animal’ é equivalente à proposição ‘todo homem é algum animal’; e, semelhantemente, a proposição ‘nenhum homem é nenhuma coisa que ri’ é equivalente a proposição ‘todo homem é alguma coisa que ri’. No entanto, afirmam aqui uma falácia do consequente: ‘é um animal; logo, é alguma coisa que ri’, assim como aqui: ‘um animal corre; logo, um homem corre’. Logo, também acontece aqui: ‘todo homem é um animal; logo, todo homem é alguma coisa que ri’; e, do mesmo modo, acontece nos seus equivalentes ‘nenhum homem é nenhum animal; logo, nenhum homem é nenhuma coisa que ri’. E acontece, da mesma forma, na proposição: ‘nada é nada; logo, nada é nenhuma substância’.

34. E parece que a conclusão da refutação é verdadeira, porque a proposição ‘nenhuma substância é nada’ é verdadeira. O que é evidente de duas maneiras, a saber, pela regra predita, porque é equivalente à proposição ‘toda substância é algo; e, além disso, porque a sua contraditória é falsa, a saber, a proposição ‘alguma substância é nada’. Logo, a proposição ‘nenhuma substância é nada’ é verdadeira. Logo, a sua proposição contrária será verdadeira, a saber, ‘nada é nenhuma substância’.

35. E é preciso dizer que <o respondente> não converte corretamente a proposição ‘nenhuma substância é nada’, pois deve colocar o sinal do sujeito sobre todo o predicado e reconduzi-lo para o sujeito, como ‘nenhuma substância é nada; nenhum ser-nada é uma substância’. Mas, cada uma destas proposições é verdadeira. E, assim, não prova a conclusão da refutação. Além disso, é provado de duas maneiras que a conclusão da refutação é falsa. De um modo, por causa da regra predita e, de outro modo, porque a sua contraditória é verdadeira, a saber, ‘algo é nenhuma substância’, como a cor branca e qualquer outro acidente.

TRATADO TERCEIRO

AS PALAVRAS EXCLUSIVAS

Introdução

1. Tratada a afirmação e a negação, conseqüentemente, é preciso discutir sobre as palavras exclusivas, como ‘apenas’ (*tantum*) e ‘só’ (*solus*). Acerca das quais, primeiramente, questiona-se [1] o porquê de uma palavra ser chamada de exclusiva e o que significa uma palavra exclusiva; [2] segundo, quantas e quais são as causas da exclusão que são exigidas para que uma palavra seja exclusiva; [3] terceiro, quantas são as partes e as espécies de exclusão; [4] quarto, questiona-se, dirigindo-se para uma certa causa da exclusão, a saber, para aquilo que é excluído, quais são as coisas que devem ser excluídas; [5] a quinta e última questão será sobre a diferença entre as palavras ‘apenas’ e ‘só’ nas suas exclusões.

Por que uma palavra é chamada de exclusiva?

2. Acerca da primeira questão, questiona-se por que uma palavra é chamada de exclusiva. E alguns dizem que uma palavra é chamada de exclusiva porque significa uma exclusão. Mas, contrariamente: nenhuma palavra significa o ato o qual ela exerce, como o termo ‘homem’ não significa a suposição a qual ele exerce supondo por este e por aquele homem, e assim por diante. Mas, significa *homem* e exerce a suposição; e assim por diante a respeito das outras palavras. Portanto, nenhuma palavra significa o ato o qual ela exerce; e é uma indução e o tópico a partir das partes suficientemente enumeradas. Mas, ‘apenas’ e ‘só’ exercem uma exclusão. Portanto, não a significam.

3. Do mesmo modo, a ‘exclusão’ é entendida de duas maneiras, a saber, como concebida e como exercida, assim como a palavra ‘corrida’ é significada como concebida pelo nome ‘corrida’ e pelo verbo ‘correr’; todavia, de outro modo, a palavra ‘corrida’ é significada como o ato exercido, como quando alguém o exerce correndo. Semelhantemente, a exclusão é entendida como concebida, como pelo nome ‘exclusão’ e pelo verbo ‘excluir’; de outra maneira, é entendida como exercida, como pelas palavras ‘só’ e ‘apenas’.

4. Logo, se ‘só’ e ‘apenas’ significam uma exclusão, ou a significam deste ou daquele modo. Mas, se significam uma exclusão como concebida, logo as palavras ‘exclusão’, ‘excluído’ e ‘excluir’ serão palavras exclusivas. O que é falso. Portanto, não significam uma exclusão como concebida, nem como exercida, porque assim como uma palavra comum está relacionada com o seu ato comum, que é significar, do mesmo modo, uma palavra particular

está relacionada com o seu ato particular. Mas, uma palavra comum não significa o seu ato comum; Com efeito, uma palavra não significa ‘significar’, mas o exerce. Logo, da mesma maneira, uma palavra particular não significa o seu ato particular ou próprio, mas o exerce. Logo, a palavra particular ‘só’ (*solus*) não significa uma exclusão, mas a exerce. Então, uma palavra exclusiva não significa uma exclusão como exercida nem como concebida, como foi provado. Portanto, de modo algum significam uma exclusão.

5. O que concedemos dizendo que as palavras exclusivas são chamadas de exclusivas não porque significam uma exclusão, mas porque exercem uma exclusão, como ‘apenas’ e ‘só’ são chamadas de palavras exclusivas por causa da exclusão exercida e não por causa da exclusão significada; assim como um machado é chamado de ‘incisivo’ por causa da incisão exercida e não por causa da incisão significada. Pois ‘machado’ de modo algum significa uma incisão, mas significa *machado* (assim como ‘homem’ significa ‘*homem*’) e exerce a incisão ou o próprio ato de cortar.

O que significa uma palavra exclusiva?

6. Em relação aquilo que é investigado: o que significa uma palavra exclusiva, é preciso dizer que significa o mesmo que a oração ‘não com outro’ ou significa uma privação da associação do todo com a parte, como ‘só Sócrates corre’, isto é, Sócrates corre e nenhuma outra coisa corre ou Sócrates corre e nenhum outro homem corre. E, assim, a parte é afirmada e o todo é removido, porque Sócrates é afirmado e qualquer outro homem ou qualquer outra coisa que não seja Sócrates é removida. E, deste modo, o todo não é associado com a sua parte. E, assim, uma palavra exclusiva priva a associação do todo com a parte por causa do seu significado. Por esta razão, é dito que significa uma privação da associação da parte com o todo. Mas, em relação a esta privação, seque-se a exclusão de todas as outras coisas, assim como o próprio ato seque daquilo por meio do qual é exercido. E, por conta disto, a exclusão é expressada por meio de uma palavra exclusiva, não como significada, mas como exercida. E, assim, é evidente a resposta da primeira questão.

Quantas e quais são as causas da exclusão?

7. Acerca da secunda questão, questiona-se, deste modo, se a associação e a privação da associação se opõem, como a privação e a posse se opõem. Mas, a privação é definida pela posse, porque a cegueira é a privação da visão no olho e existe por causa dela. Então, a

privação da associação existirá por causa das coisas pelas quais existe uma associação, e existirá por causa desta associação. Mas, é exigido para a associação o que é associado, a que coisa que se associa e em que é associado. Logo, três coisas são exigidas para a privação da associação. O que concedemos.

8. Onde é preciso dizer que quatro coisas são exigidas para a exclusão que segue da privação predita, ou seja, o que é excluído, de que é excluído e em relação a que é excluído; e a quarta coisa exigida é o próprio ato de excluir. Por exemplo, ‘só Sócrates corre’; outros homens são excluídos de Sócrates como sujeito e são excluídos em relação a corrida; e o ato de excluir é expresso pela palavra ‘só’. E estas quatro causas são sempre exigidas para uma exclusão.

Algumas regras

9. Uma certa regra é evidente a partir das coisas ditas, que é essa:

Em qualquer lugar em que verdadeiramente ocorra uma exclusão, a exclusão sempre ocorre em relação a algo e é afirmada naquilo a partir do qual todas as coisas são excluídas.

Por exemplo, ‘apenas o homem é capaz de rir’: aqui, na verdade, ‘capaz de rir’, em relação ao qual a exclusão ocorre, é afirmado no ‘homem’, do qual todas as outras coisas são excluídas. Onde segue ‘apenas o homem é capaz de rir; logo, o homem é capaz de rir’; e ‘apenas um homem corre; logo, um homem corre’.

10. Uma certa regra é evidente a partir das coisas ditas, que é essa:

Toda proposição exclusiva verdadeira deixa a sua proposição precedente verdadeira

Como é evidente nos exemplos ditos, como ‘só Sócrates corre’; logo, Sócrates corre’, a proposição exclusiva é aquela na qual a palavra exclusiva é afirmada (como ‘apenas’ e ‘só’), como ‘só Sócrates corre’ ou ‘apenas um homem corre’; a proposição precedente é dita ser a mesma proposição uma vez removida a palavra exclusiva, como ‘Sócrates corre’ ou ‘um homem corre’.

Sofisma

11. Acerca das coisas ditas, questiona-se o sofisma APENAS UM É. Prova: Um é e não há nada que não seja um. Logo, apenas um é. Contrariamente: muitas coisas são. Então, não

apenas um é. Além disto, há uma prova da primeira proposição porque, como diz Boécio, assim que cada coisa é, há uma coisa. Logo, apenas um é. Além disto, ainda sobre o mesmo argumento, diz Boécio: tudo é, por este motivo, numericamente um. Mas, um é numericamente um. Logo, tudo é um. Logo, apenas um é. O mesmo é evidente por meio de uma certa regra, que é:

Todas as vezes que um dos conversíveis é predicado de outro: se a palavra exclusiva é verdadeiramente unida a um, também é unida ao outro.

Por exemplo, ‘apenas um homem corre; logo, apenas o que é capaz de rir corre’, e vice-versa. Mas, ‘um’ é convertido com o ente. Logo, se uma palavra exclusiva é verdadeiramente unida ao ente, também é unida ao ‘um’. Ora, a proposição ‘apenas o um é’ é verdadeira. Logo, a proposição ‘apenas um é’ é verdadeira.

12. Solução: a primeira proposição é dupla, porque o nome ‘um’ é equívoco, em razão de que é uma certa unidade que é essencial, como aquela pela qual a coisa existe no ser particular ou no ser específico. E esta unidade ocorre pela forma completiva que dá o ser a coisa separando e distinguindo a coisa de todas as outras coisas na sua espécie, como Sócrates não apenas está na espécie de homem pela sua forma completiva, mas também é completado por ela no seu próprio ser e é separado e é distinguido de todos os outros homens. E esta é uma unidade essencial. Outra é a unidade accidental, que é o princípio do número. Donde, assim como o número é um acidente das coisas que são numeradas, semelhantemente, a unidade também pela qual é numerado e que é o princípio do número é um acidente destas coisas. Tudo aquilo que é numerado, é numerado por esta unidade, porque o número não é outra coisa senão a agregação de unidades. O número é a multidão agregada de unidades.

13. E ambas as unidades são convertidas com o ‘ente’. Mas, se diferenciam nisto que a primeira unidade é essencial (como foi dito) e a segunda é accidental; e também nisto que a segunda está na primeira como um acidente no sujeito; donde a segunda unidade é um acidente da primeira. E, assim como ‘unidade’ é dita equivocadamente, do mesmo modo também *um* é dito equivocadamente. Portanto, digo que se a unidade essencial for aceita ou *um* essencial, a primeira proposição é verdadeira. Mas, se for aceita a unidade accidental ou *um* accidental, a primeira proposição será falsa, porque uma palavra exclusiva unida a parte numeral destrói o seu todo, como ‘apenas dois correm; logo, não três; semelhantemente, ‘apenas o um é; portanto, não dois’ ou ‘portanto, não muitas coisas’.

14. Outros dizem que a primeira proposição é dupla (esta, a saber, ‘apenas um é’) em razão de

que a exclusão pode acontecer por causa do objeto da suposição (e, assim, a proposição é verdadeira); ou a exclusão acontece em razão do acidente ou da forma (e, deste modo, a proposição é falsa). Então, seque ‘logo, não existem muitas coisas’. Mas, eu creio que a primeira solução seja melhor.

15. Em relação a prova, é preciso dizer que procede no sentido de que ‘*unum*’ diz a unidade essencial, porque tudo aquilo que é, é por causa do seu completo, que lhe dá o ser, Por exemplo, Sócrates, pela sua forma completa, que é a alma, é separado e se difere de qualquer outra coisa; e lhe dá a unidade essencial. E acontece do mesmo modo com as outras palavras exclusivas. Para a refutação, é preciso dizer que aceita a unidade accidental que pela agregação de si mesmo é o princípio do número; e, deste modo, a refutação é válida. Contra os argumentos que seguem, é preciso dizer que aceitam ‘um’ <segundo> a unidade essencial, assim como ocorre na prova.

16. Em relação ao último argumento, é preciso dizer que seque ‘apenas o ente é; logo, apenas um é’, aceitando ‘um’ segundo a unidade essencial. Mas, não seque ‘apenas o ente é; logo, apenas um é’, aceitando < “*um*” segundo> a unidade accidental (embora a unidade accidental seja convertida com o ‘ente’), porque ‘um accidental’ diz uma descrição ou uma coisa discreta, porque é o princípio do número, mas ‘o ente’ diz a coisa pelo modo da substância. E, assim, erra segundo a falácia da figura de linguagem. Assim como aqui; ‘apenas um homem corre; logo, apenas um único homem corre’; a proposição ‘apenas um único homem corre’ é falsa. Posto que todos os homens corram e nenhuma outra coisa corra, a proposição ‘apenas um homem corre’ é verdadeira, mas a proposição ‘apenas um único homem corre’ é falsa. E há, neste caso, a falácia da figura de linguagem (como foi dito), porque ‘homem’ diz a sua essência pelo modo da substância, mas ‘um’ adiciona uma descrição do número acerca dele. Além disso, há neste caso a falácia do acidente, uma vez que o ser concorda com uma única coisa e com muitas: embora a palavra exclusiva esteja unida ao ‘ente’ em relação ao ser (como ‘apenas o ente é’), não pode ser unida ao ‘um’ que diz uma descrição numeral. Donde, deste *um*, não podem dizer ‘apenas um é’, porque então excluiria o dois e o três, e assim por diante, subindo, por exemplo, ‘apenas um; logo, não dois nem três’, e assim por diante. Donde o ente neste caso é coisa feita sujeito e *um* é o seu acidente e a exclusão em relação ao ser unido de maneira comum a ambos ou uma exclusão que acontece a partir de ambos.

17. Em relação ao outro argumento que objeta pela regra dos conversíveis, é preciso dizer que a regra deve ser entendida por meio do acidente removido, assim como também todas as outras regras. Embora haja uma regra ou máxima:

Tudo aquilo que é predicado da definição, também é predicado do definido.

Não apenas segue ‘animal racional mortal é uma definição, logo homem é uma definição’, o que ocorre por causa da falácia do acidente, que impede esta inferência.

Quantas são as espécies de exclusão

18. Acerca da terceira questão, investiga-se quantas são as partes da exclusão. E costuma-se afirmar que são duas, porque é afirmada uma exclusão dupla. Com efeito, uma é a exclusão geral e a outra é a exclusão particular. A exclusão geral é afirmada de maneira comum quando o diverso é excluído do gênero; a exclusão particular é afirmada quando o diverso é excluído da espécie. Mas, contrariamente: ‘Diverso’ é dito de três modos: o diverso do gênero, o diverso da espécie e o diverso do número. Logo, se uma exclusão é dita geral porque coisas diversas do gênero são excluídas e uma exclusão é dita particular porque coisas diversas são excluídas da espécie, logo deve ser a terceira exclusão que é acerca do numeral em razão das coisas diversas excluídas do número. Portanto, não apenas serão duas as espécies, ou duas as partes da exclusão, mas serão três.

19. E é preciso dizer que não são senão duas as partes da exclusão, a saber, a exclusão geral e a exclusão particular. Mas, a exclusão não é dita geral porque coisas diversas são excluídas do gênero, mas porque são excluídas de algum sujeito todas as coisas que se comunicam com ele em algum gênero, ou naquela coisa geral em relação a todas as coisas que são, como no ente. Onde, desta maneira, o sentido de ‘só Sócrates corre’ é esse: Sócrates corre e nenhuma outra coisa ou nenhum outro ente. Do mesmo modo, a exclusão não é dita particular porque o diverso é excluído da espécie, como foi dito, mas a exclusão é dita particular quando é excluído de algum sujeito tudo aquilo que se comunica com ele em alguma espécie, ou em algo particular. E, deste modo, o sentido de ‘só Sócrates corre’ é esse: Sócrates corre e nenhum outro homem, para que sejam excluídos os outros homens particulares que se comunicam com Sócrates em *homem*. E, da mesma maneira, ‘só um homem corre’, ou seja, um homem corre e nenhum outro animal, porque os outros animais se comunicam com o homem em *animal*. E esta é a exclusão particular. Mas, se o sentido de ‘só um homem corre’ for esse, um homem corre e nenhuma outra coisa corre, então é uma exclusão geral.

20. É evidente a partir das coisas ditas acima que o mesmo numericamente ou aquelas coisas que se comunicam no mesmo número não podem ser excluídas. Pois quando é dito ‘só o homem corre’, esta proposição afirma que um homem corre, pelas regras dada anteriormente,

que é essa:

Toda proposição exclusiva verdadeira deixa a sua proposição precedente verdadeira

E se for excluído o mesmo numericamente com o homem, então seria excluído o que é capaz de rir ou o animal racional mortal. E, assim, o sentido seria ‘só um homem corre e nenhuma coisa capaz de rir ou nenhum animal racional mortal’. Entretanto, conforme isto, uma contradição é afirmada e, por causa disto, não pode acontecer uma exclusão numérica.

21. É evidente a partir das coisas preditas que uma vez que as coisas que são diversas no gênero ou diversas na espécie ou diversas numericamente se comunicam em algum gênero, <ou em algo> geral para todas as coisas que são, como no ente, ou em algo particular sob o ente, porque não pode haver senão as duas partes da exclusão, a saber, a exclusão geral e a exclusão particular.

Algumas regras

22. Uma regra costuma ser dada sobre a exclusão particular:

Todas as vezes em que acontecer uma exclusão particular, o argumento é válido do menos geral para o mais geral com a palavra exclusiva e não a partir do mais geral para o menos geral, nem a partir do sujeito nem a partir do predicado.

Por exemplo, ‘só Sócrates corre; logo, só um homem corre’. E, semelhantemente, se acontecer uma inferência a partir do predicado, como ‘só Sócrates corre; logo só Sócrates se move’, sempre ocorre neste caso uma falácia da consequência. E, assim, é evidente que não é válido neste modo de argumentação, porque posto que só Sócrates corra e um certo cavalo corra, então a proposição ‘só Sócrates corre’ é verdadeira, fazendo uma exclusão particular, porque o sentido é ‘Sócrates corre e nenhum outro homem corre’; e a proposição ‘só um homem corre’ é falsa, fazendo uma exclusão particular porque o sentido é um homem corre e nenhum outro animal corre. O que é falso, quando um cavalo corre. Do mesmo modo, a partir do predicado, porque posto que só Sócrates corra e Platão se mova, mas não corra, então a proposição ‘só Sócrates corre’ é verdadeira, já a proposição ‘só Sócrates se move’ é falsa. E, assim, é evidente que é um argumento absurdo. É evidente que neste caso ocorre uma falácia do consequente, porque a premissa contém em si uma afirmação e uma negação, como ‘só Sócrates corre’, isto é, Sócrates corre e nenhum outro homem corre e ‘só um homem corre’,

isto é, um homem corre e nenhum outro animal corre. O argumento não é válido por causa destas proposições negativas do menos geral para o mais geral, mas neste caso ocorre uma falácia da consequência do menos geral para o mais geral pela negação. E o argumento não é válido por causa das proposições afirmativas do mais geral para o menos geral.

23. Uma regra é dada sobre a exclusão geral:

Todas as vezes em que acontece uma exclusão geral, o argumento é válido a partir do menos geral para o mais geral com a palavra exclusiva a partir do sujeito e não a partir do predicado.

Por exemplo, ‘só Sócrates corre; logo, só um homem corre’, porque a primeira proposição contém em si estas duas outras proposições ‘Sócrates corre’ e ‘nenhuma outra coisa além de Sócrates corre’, e a proposição inferida contém em si estas duas proposições ‘um homem corre’ e ‘nenhuma outra coisa além de um homem corre’. Mas, em razão das proposições afirmativas, segue ‘Sócrates corre; logo, um homem corre’. E das proposições negativas segue ‘nenhuma outra coisa além de Sócrates corre; logo, nenhuma outra coisa além de um homem corre’. Então, segue a partir do sujeito fazendo uma exclusão geral, como ‘só Sócrates corre; logo, só um homem corre’.

Quais são as coisas que devem ser excluídas?

24. Acerca das palavras exclusivas, questiona-se a quarta questão dirigindo-se para uma das quatro causas da exclusão, ou seja, para aquilo que é excluído. E investiga-se o que é aquilo que é excluído. E aquela questão contém sob se outras sete questões. [4.1] A primeira questão é se a palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ pode excluir algo. Como ‘apenas o ente é; logo, não há nenhuma outra coisa’. E, semelhantemente, se for adicionada a outros termos que são convertidos com o ‘ente’, como são estes termos ‘algo’, ‘um’, ‘coisa’. [4.2] A segunda questão é menos geral, ou seja, se a palavra exclusiva adicionada a algo generalíssimo exclui outras coisas e vice-versa, como ‘apenas a substância: logo, não a quantidade’ ou vice-versa. [4.3] A terceira questão é mais particular do que todas as coisas ditas acima, ou seja, se uma palavra exclusiva adicionada a espécie de uma categoria pode excluir as espécies de outra categoria, como ‘apenas o homem; logo, não a cor ou a brancura. [4.4] A quarta questão é se a palavra exclusiva adicionada a alguma espécie de uma categoria pode excluir as outras espécies da mesma categoria, como ‘apenas o homem: logo, não o cavalo’, ‘apenas a cor; logo, não sabedoria’, e ocorre desta maneira em qualquer categoria. E esta questão é mais

particular do que todas as outras ditas acima. E estas quatro questões eu entendo nos termos substanciais que dizem o *quid*, ou que são predicados in *quid*, assim como as espécies e os gêneros de cada categoria. [4.5] A quinta questão é se uma palavra exclusiva adicionada ao termo accidental exclui os outros termos accidentais, como ‘apenas o colorido; logo, o não sonoro’. [4.6] A sexta questão é se uma palavra exclusiva adicionada a um dos opostos exclui o outro em qualquer gênero dos opostos, como ‘apenas o branco; logo, não o negro’ e ‘apenas o que vê; logo, não o cego’, e assim por diante. [4.7]. A sétima questão é se a palavra exclusiva adicionada a parte exclui o todo (ou vice-versa) e se adicionada ao número maior exclui o menor (ou vice-versa), como ‘toda a parede; logo, não a casa’ e ‘apenas três, logo, não dois’.

Se uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ pode excluir algo

25. Acerca da primeira questão, objeta-se que uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ ou a um dos seus conversíveis não pode excluir nada, porque o que é excluído deve se comunicar com aquilo pelo qual acontece uma exclusão em algo geral ou em algo particular. Mas, por duas razões, nada pode se comunicar com o ente em algo geral ou em algo especial sobre o ente. Logo, nada pode ser excluído do ente. Então, uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ não pode excluir nada. Ainda sobre o mesmo argumento: uma palavra exclusiva não pode excluir senão o que está fora do termo ao qual está unido, como ‘apenas um homem; logo, não um burro’, porque “burro” está fora do termo homem. Mas, não há nada fora do ente. Logo, uma palavra exclusiva unida ao ‘ente’ não pode excluir nada.

26. Ainda sobre o mesmo argumento: nada pode ser excluído senão o que é diverso quanto a suposição natural (como ‘apenas um homem; logo, não um burro’) ou o que é diverso quanto a alguma suposição accidental, como quanto a suposição que ocorre por meio de algo que restringe o termo pela mesma parte (como ‘apenas um homem branco; logo, não um homem negro). Isto é evidente, mas nada entendido simplesmente pode ser excluído senão quanto a suposição natural. Mas, do ente simplesmente afirmado, nada é diverso quanto a suposição natural. Logo, do ente simplesmente afirmado e não restrito ou limitado pela restrição mencionada acima, nada pode ser excluído. Logo, uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ não pode excluir nada. Além disso, tudo que é um ente é e tudo o que é, é um ente. Portanto, ‘ente’ e ‘ser’ são conversíveis. Mas, não significa nada ‘apenas é’, nem algo é excluído. Logo, nada é dito de ‘apenas é’ nem algo é excluído.

27. Solução: uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ exclui algo, porque exclui todas as

outras coisas quanto a suposição natural que são diversas do ente e da natural suposição que são convertidas com o ente, porque a suposição natural não apenas é do ente, mas também do não ente. Naturalmente, são supostos pelo termo tanto os entes quanto os não-entes. Donde, a exclusão não apenas é do ente, mas também do não-ente. Então, segue ‘apenas o ente é; logo, não há nenhuma outra coisa diferente do ente é’.

28. Contra o argumento que objeta, é preciso dizer que converte a consequência. Donde erra segundo a falácia do consequente, porque tudo aquilo que se comunica em algo geral ou em algo particular com aquilo a partir do qual ocorre a exclusão, deve ser excluído, e não vice-versa. Com efeito, não é preciso que aquilo que é excluído, ou tudo aquilo que é excluído, se comunique com aquilo a partir do qual ocorre a exclusão em algo geral ou em algo particular. Pois converte uma consequência, assim como a proposição: ‘tudo aquilo que é um homem, é um animal; e não é necessário que tudo aquilo que é animal seja um homem. Assim como *‘animal’* está em um número maior de coisas do que no homem, do mesmo modo, a exclusão ocorre em um número maior de coisas do que na exclusão geral e particular, porque ocorre em coisas que não se comunicam. Donde, não é necessário que se algo é excluído do ente que ele se comunique com o ente em algo geral ou particular. Por esta causa o argumento converte uma consequência,

29. Em relação à segunda questão, é preciso dizer que a proposição ‘uma palavra exclusiva não pode excluir senão o que está fora do termo’ é dupla, porque ‘estar fora do termo’ é múltiplo, pois ou quanto a essência (assim como uma é a essência do cavalo e outra a do homem) ou quanto a suposição natural (assim como o cavalo não está contido na suposição natural do homem nem vice-versa). Donde digo que quando ocorre uma exclusão geral, são excluídas estas coisas que estão fora do termo quanto a suposição natural tanto dos entes quanto dos não entes. Mas, quando ocorre uma exclusão particular, são excluídas estas coisas que estão fora do termo quanto a suposição natural dos entes que se comunicam com aquilo a partir do qual ocorre a exclusão em algo particular. Donde, embora às vezes sejam excluídas estas coisas que estão fora do termo quanto a essência (como ‘apenas o homem; logo, não o cavalo’), mas não são excluídas na medida em que estão fora do termo quanto as suas naturezas essenciais, mas enquanto estão fora do termo quanto a suposição natural. Donde, digo que, embora nada esteja fora do ente quanto às essências, porque a essência é apenas do ente, ainda assim, há algo quanto a suposição natural que está fora do ente. E, assim, uma palavra exclusiva adicionada ao ‘ente’ pode excluir algo.

30. Em relação à terceira questão, é preciso resolver por destruição, porque ‘algo’ está fora da suposição natural do ente, pois (como foi dito) não apenas os entes são supostos por um

termo, mas também os não-entes. Contra o último argumento, é preciso dizer que pode ocorrer uma exclusão pelo ‘ser’, porque este ato ‘ser’ compreende sob si todos os outros atos, assim como o conseqüente compreende sob si qualquer antecedente. E, por isto, nenhum outro ato pode ser excluído pelo ato ‘ser’. Mas, porque o ‘ente’ não compreende sob si nenhum outro suposto, mas apenas os seus supostos e os supostos das suas partes (porque não compreende sob si os supostos dos não-entes impossíveis, como do vazio, do infinito e de outros não-entes), por isto, podem ser excluídos do ente, porque uma exclusão ocorre a partir de algo em relação a suposição natural. Contudo, este ato de ‘ser’ compreende sob si qualquer outro ato, não apenas quanto a suposição ou quanto a predicação, mas (como eu diria) quanto ao antecedente, como é evidente, porque todos os outros atos antecedem este ato, como ‘se ele corre, ele é’ e ‘se ele pensa, ele é’ e ‘se ele dorme, ele é’.

Se uma palavra exclusiva adicionada a um gênero generalíssimo exclui um outro gênero
generalíssimo.

31. Acerca da segunda questão, objeta-se que, uma vez que uma palavra exclusiva exclui o diverso quanto a suposição natural e um gênero generalíssimo não é da suposição de outro nem vice-versa (e, assim, são as coisas diversas quanto a suposição natural), logo uma palavra exclusiva adicionada a um gênero generalíssimo exclui o outro e vice-versa. Ainda sobre o mesmo argumento, uma palavra exclusiva exclui aquelas coisas que são diversas do sujeito, ou exclui os sujeitos diversos, como ‘apenas gramática; logo, não a música’. Mas os gêneros generalíssimos diversos não podem ser um sujeito um, pelo contrário, são sempre sujeitos diversos. Logo, uma palavra exclusiva adicionada a um gênero generalíssimo exclui o outro e vice-versa.

32. Mas, contrariamente: uma palavra exclusiva não pode excluir o que é entendido no sujeito ao qual está unida, como ‘apenas algo branco corre; logo, o corpo não corre’ ou ‘apenas o gramático disputa; logo, um homem disputa’, porque ‘branco’ dá a entender um corpo e ‘gramático’ dá a entender um homem. Mas, a quantidade dá a entender a substância. Logo, uma palavra exclusiva unida a quantidade não exclui a substância. Então, adicionada a um gênero generalíssimo não exclui o outro. Ainda sobre o mesmo argumento, toda palavra exclusiva afirma a sua proposição precedente. E, por isso, segue ‘se há apenas a quantidade, há a qualidade’. E se há a quantidade, há a substância, porque as outras coisas não são diferentes da substância senão na substância. Logo, afirmada a quantidade, ou qualquer outro gênero generalíssimo, é necessário afirmar a substância. Logo, do começo: se há apenas a

quantidade, há a substância; e acontece da mesma forma com os outros gêneros generalíssimos. Logo, uma palavra exclusiva adicionada a um gênero generalíssimo não exclui o outro.

33. E é preciso dizer que uma palavra exclusiva adicionada a um gênero generalíssimo exclui o outro, de um modo, e de outro modo não, pelo fato de que os outros gêneros generalíssimos diferentes da substância têm duas relações. Uma relação é de abstração, conforme o que cada uma é ordenada segundo uma linha predicamental na sua ordem para todas as suas espécies ou para todos os indivíduos que existem sob o mesmo. E, deste modo, tal figura pode acontecer em qualquer categoria assim como aquela que está na substância, que é dita a árvore de Porfírio. Mas, têm uma outra relação de concreção com o sujeito nos quais estão; e, assim, os gêneros generalíssimos são entendidos pelo modo do acidente. Mas, segundo a primeira relação são entendidos pelo modo da essência ou pelo modo daquilo que é o *'quê'* (*'quid'*).

34. Donde, segundo a primeira relação, uma palavra exclusiva unida a um gênero generalíssimo exclui os outros gêneros generalíssimos e vice-versa; a não ser quando produzem um único sujeito, o que acontece em poucos casos, como 'apenas a substância é colorida': aqui a superfície não é excluída, porque a superfície e a substância produzem o único sujeito da cor. Então, a não ser que categorias diversas produzam um único sujeito, uma palavra exclusiva sempre adicionada a um gênero generalíssimo exclui o outro segundo esta relação. Entretanto, segundo a relação de concreção com o sujeito, uma palavra exclusiva unida a um gênero generalíssimo não exclui o outro. Donde, quando é dito 'apenas um agente corre', não segue 'um gramático não corre' ou 'um músico' ou 'um bicúbico' ou 'um tricúbico' ou 'um homem', porque Sócrates também é homem e é bicúbico (ou tricúbico) e gramático (ou músico) e é também um agente. Donde, é preciso dizer brevemente que se as categorias são entendidas em concreto, uma palavra exclusiva adicionada a uma categoria não exclui a outra. Mas, se elas forem entendidas em abstrato, então uma palavra exclusiva adicionada a uma categoria exclui a outra, a não ser que façam um único sujeito.

35. Em relação aos dois primeiros argumentos, é preciso dizer que são válidos, no sentido de que categorias tomadas em abstrato também não produzem um único sujeito. Em relação ao terceiro argumento, é preciso dizer que um gênero generalíssimo é entendido em outro de várias maneiras. [1] Pois, de um modo, é entendido no outro essencialmente (como *animal* em *homem*) e tal exclusão não exclui. Donde não segue 'apenas um homem corre; logo, um animal não corre'. [2] De outra maneira, um é entendido no outro pela dependência do acidente para com o sujeito. Donde em todo acidente é entendido um sujeito. E isto acontece

de duas maneiras: porque um acidente concreto dá a entender o sujeito (como ‘branco’ dá a entender um corpo) e também um acidente em abstrato dá a entender um sujeito; uma cor não pode existir senão num corpo. Donde ou entenderei uma cor em concreto (e, assim, é propriamente dito ‘colorido’) ou em abstrato; em ambos os casos entende-se um corpo. E acontece da mesma maneira com os outros nove predicados, porque ou são entendidos em abstrato (como ‘quantidade’, ‘qualidade’, e assim por diante) ou são entendidas em concreto (como ‘quão grande’, ‘de que tipo’, e assim por diante) sempre dão a entender uma substância. Portanto, digo que aquilo que é entendido no acidente concreto não é excluído. Donde não segue ‘apenas uma coisa branca corre; logo, não um corpo’ e ‘apenas um homem corre; logo, não um animal’. Mas, o sujeito que é entendido no acidente abstrato pode bem ser excluído por uma palavra exclusiva. Então, ‘há apenas uma quantidade; logo, não há uma substância’. E, isto acontece dizendo: a não ser que aquelas duas coisas abstratas façam um único sujeito de qualquer acidente (como foi dito), assim como homem e a sua superfície fazem um único sujeito da brancura ou da cor.

36. Em relação ao quarto argumento, dizemos que de fato toda palavra exclusiva afirma a sua proposição precedente. Mas, nesta proposição ‘há apenas a quantidade’ existem duas coisas, naturalmente a palavra ‘apenas’, que é uma palavra exclusiva, e aquilo ao qual está unida, a saber, a ‘quantidade’. Portanto, digo que uma palavra exclusiva exclui a substância, mas a quantidade a afirma. E, por esta razão, a proposição ‘há apenas a quantidade’ afirma uma contradição, porque afirma que a substância é e não é. Pois afirma a substância em razão da quantidade e a remove em razão da exclusão que é acionada a ‘quantidade’.

Se uma palavra exclusiva adicionada a uma espécie de uma categoria pode excluir as espécies de outra categoria

37. Acerca da terceira questão, objeta-se assim: quando é dito ‘apenas um homem é branco’, disto não segue ‘logo, a superfície do homem não é branca’. Então, uma palavra exclusiva adicionada a uma espécie de uma categoria não exclui as espécies de uma outra categoria em razão disto. Mas, contrariamente: as coisas que estão em gêneros diversos mais se diferem do que aquelas que estão sob o mesmo gênero ou sob a mesma espécie, porque se diferenciam em razão de um maior número de diferenças. Mas, uma palavra exclusiva adicionada a um indivíduo exclui os outros indivíduos que estão sob a mesma espécie, como ‘apenas Sócrates; logo, não Platão’. Então, exclui muito mais as coisas que são de gêneros diversos, porque mais se diferenciam. Logo, uma palavra exclusiva adicionada a uma espécie de uma categoria

exclui as outras espécies de outra categoria.

38. Em relação ao qual é preciso dizer que são as cinco coisas que devem ser excluídas no gênero. [1] a primeira coisa é o sujeito diverso, como ‘apenas Sócrates corre’; é excluído Platão e os outros homens particulares, porque não podem produzir um único sujeito, mas sujeitos diversos. [2] A segunda coisa é o local diverso, como ‘apenas aqui: logo, não ali’. [3] A terceira coisa é o diverso no tempo, como ‘apenas neste tempo; logo, não naquele’. [4] A quarta coisa é oposto do predicado, como ‘apenas Sócrates é branco; logo, ele não é negro nem é colorido por um cor média’. [5] A quinta coisa é o ato diverso, ou acidente diverso, semelhantemente a partir do predicado colocado, enquanto é assim que um não é inerente por causa do outro. E, por esta razão, segue ‘Sócrates é apenas um gramático; logo, não é um músico’, ‘apenas lê; logo, não corre’. E não segue ‘apenas Sócrates é colorido; logo, não é uma quantidade, porque colorido é inerente a Sócrates pelo fato de que ele é uma quantidade. Nem segue ‘apenas corre, logo não se move’, em razão de que um é inerente ao outro ou um é entendido no outro em concreto. E de todos estes cinco modos o diverso é excluído por uma palavra exclusiva.

39. É evidente a partir das coisas ditas acima a solução do primeiro argumento, porque um homem e a sua superfície fazem um único sujeito da cor e não diversos sujeitos. Onde a superfície não é excluída pela proposição ‘apenas Sócrates é branco’. E, assim, uma palavra exclusiva adicionada a uma espécie de uma categoria exclui as outras categorias, enquanto não fazem um único sujeito ou um não seja inerente no outro, como foi dito. Também fica evidente a solução do outro argumento, porque uma palavra exclusiva exclui o diverso ou o diferente tomado de algum dos modos preditos.

Se uma palavra exclusiva adicionada a alguma espécie de uma categoria exclui outras
espécies da mesma categoria

40. A solução da quarta questão é evidente a partir das coisas preditas: se uma palavra exclusiva adicionada à espécie de uma categoria exclui as outras espécies da mesma categoria, porque todas as outras espécies do mesmo gênero são excluídas. A não ser que uma espécie esteja relacionada com uma outra, não apenas como uma espécie contrária, mas também como um termo da mesma espécie; e, por isto, não segue ‘há apenas a superfície; logo, não há uma linha’, porque a linha é o limite da superfície; e, semelhantemente, < não segue ‘há apenas um corpo; logo, não há a superfície’, porque > a superfície <é o limite> do corpo. Onde bem segue ‘apenas um homem; logo, não um burro, porque aquelas espécies

apenas se relacionam como proposições contrárias.

Se uma palavra exclusiva unida a um termo acidental exclui os outros termos acidentais

41. A quinta questão é evidente a partir das coisas preditas: se uma palavra exclusiva unida a um termo acidental exclui os outros termos acidentais, porque uma palavra exclusiva (como foi dito anteriormente) tem de excluir todo acidente diverso ou contrário, enquanto assim um não é inerente no outro ou não faz um único sujeito. Donde seque ‘Sócrates é apenas um gramático; logo, não é um músico’. Mas, não seque ‘Sócrates é apenas colorido; logo, não é uma quantidade’, porque colorido é inerente a Sócrates pelo fato de que ele é uma quantidade. E não seque ‘apenas uma coisa branca; logo, não é um corpo’, porque estas coisas fazem um único sujeito.

Se uma palavra exclusiva unida a um dos opostos exclui o outro em qualquer gênero de
oposição

42. Acerca da sexta questão, objeta-se que uma palavra exclusiva unida a um dos opostos exclui o outro em qualquer gênero de oposição, porque dois opostos não podem fazer um único sujeito, mas fazem sujeitos diversos. Mas, todas as vezes em que alguma coisa não produza um único sujeito, mas diversos, é necessário que um seja excluído pelo outro por meio da palavra exclusiva. Logo, a palavra exclusiva unida a um dos opostos exclui o outro. O que concedemos, como é evidente nos termos contrários, por exemplo, ‘apenas uma coisa branca corre; logo, não uma coisa negra’.

Sofisma

43. Segundo as coisas preditas, questiona-se o sofisma APENAS O VERDADEIRO SE OPÕE AO FALSO. Prova: o verdadeiro se opõe ao falso. E nenhuma outra coisa diferente do verdadeiro se opõe ao falso. Contrariamente: apenas o verdadeiro se opõe ao falso. Logo, apenas o verdadeiro e o falso se opõem. O que é falso, porque o branco e o negro e o frio e o quente se opõem.

44. E é preciso dizer que a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação erra segundo a falácia do conseqüente a partir do menos geral para o mais geral com a palavra exclusiva, porque ‘opor-se ao falso’ é menos geral do que ‘opor-se simplesmente’, assim

como ‘a oposição do verdadeiro e do falso’ é menos geral do que ‘oposição’, porque no primeiro caso é uma espécie, enquanto no último é um gênero. E, assim, quando alguém diz ‘apenas o verdadeiro se opõe ao falso; logo, apenas o verdadeiro e o falso se opõem’, erra segundo a falácia do consequente.

Os opostos do relativo

45. Do mesmo modo, questiona-se acerca dos opostos relativos, porque da proposição ‘há apenas um pai’ segue-se ‘logo, há um filho’. Donde se há apenas um pai, há um pai, porque toda exclusiva afirma a sua proposição precedente. E se há um pai, há um filho (a partir dos opostos relativos). Logo, do começo: ‘se há apenas um pai, existe um filho’. Portanto, uma palavra exclusiva unida ao um dos correlativos não exclui o outro.

46. E é preciso que a palavra exclusiva unida a um dos correlativos exclui o outro. Mas, a proposição ‘há apenas um pai’ afirma uma contradição, uma vez que uma palavra exclusiva exclui tudo aquilo que não produz um único sujeito, mas sujeitos diversos: uma vez que pai e filho produzem sujeitos diversos e não um único sujeito (porque a proposição ‘há um pai-filho’, no sentido de que ‘pai’ e ‘filho’ se referem mutuamente), por esta razão, uma palavra exclusiva unida a palavra ‘pai’ exclui ‘filho’ e vice-versa. Donde na proposição ‘há apenas um pai’ o filho é excluído por causa da palavra exclusiva e o pai é afirmado por causa da proposição precedente. Contudo, *pai* é *pai* pelo fato de que ele existe em relação com o filho. E, assim, em razão da proposição precedente, não apenas *pai* é afirmado, mas também *filho*; e em razão da exclusão não apenas *filho* é removido, mas também *pai*, porque *filho* é *filho* pelo fato de que existe em relação com o pai. E, deste modo, a proposição ‘há apenas um pai’ afirma uma dupla contradição, porque afirma que um filho existe e não existe e que um pai existe e não existe.

Sofismas

47. Acerca das coisas preditas, questiona-se o sofisma SE HÁ APENAS UM PAI, NÃO HÁ APENAS UM PAI. Prova: se há apenas um pai, um pai existe. E se um pai existe, um filho existe. E se um filho existe, há uma outra coisa diferente de um pai. E se há uma outra coisa diferente de um pai, não apenas um pai existe. Logo, do início: se há apenas um pai, não apenas um pai existe. Contrariamente: neste caso é atribuído um oposto que segue de um outro oposto. Logo, a locução é impossível.

48. Com relação a este sofisma, alguns propõem a solução de que ‘pai’ é tomado de três maneiras. Assim como ‘coisa branca’ é entendida de três maneiras, pois [1] de um modo,

‘branco’ nomina aquilo que é o branco, como aqui: ‘uma coisa branca pode ser negra’, no sentido de que é uma proposição verdadeira; e isto é dito: isto que é o sujeito da cor branca pode ser negro. No entanto, de outra maneira, [2] ‘branco’ diz uma composição do sujeito e do acidente, como ‘algo branco corre’, isto é, uma substância que tem a cor branca corre. De outra maneira, [3] ‘branco’ nomina um acidente, por exemplo, quando é dito ‘a cor branca pode ser inerente ou não a uma e a mesma coisa’. Semelhantemente, ‘pai’ de uma maneira diz o sujeito da paternidade, como ‘um pai gera um filho’, isto é, aquilo que é o pai; de outra maneira, diz a composição da matéria e da forma, como ‘um pai corre’, ou seja, um homem ou um animal que tem a paternidade corre. E, nestes dois modos, é excluído um dos correlativos pela palavra exclusiva unida ao outro correlativo. De outra maneira, ‘pai’ nomina a própria relação que é a paternidade; por exemplo, quando é dito ‘pai está no gênero da “Relação”’. E, deste modo, um dos correlativos é excluído pelo outro, porque desta maneira um afirma o outro e vice-versa.

49. Mas, isto não significa nada, uma vez que uma palavra exclusiva exclui todas as coisas que não fazem um único sujeito, mas sujeitos diversos, e pai e filho não fazem um único sujeito, no sentido de que estão no gênero da Relação, nem de nenhum outro modo, então é necessário que a palavra exclusiva adicionada a palavra ‘pai’ exclua o filho e vice-versa. O que concedemos. A solução correta é feita dizendo que a proposição ‘se há apenas um pai, não apenas um pai existe’ é uma proposição simplesmente verdadeira, mas o seu antecedente é impossível (a saber, ‘há apenas um pai), porque afirma uma contradição, pois na proposição ‘há apenas um pai’ é afirmada a palavra ‘apenas’, que remove qualquer outro sujeito ou remove um acidente do pai e, neste caso, há o relativo ‘pai’ que afirma o filho. E, assim, de uma parte remove o filho (a saber, a partir da exclusão) e, de outra parte, o afirma (a saber, a partir do seu correlativo).

50. Com relação a refutação, é preciso propor uma solução por destruição, pois, neste caso, um oposto não segue de um outro oposto, mas uma parte da contradição segue do antecedente, que contém em si cada uma das partes da contradição. E, assim, uma parte segue para do todo, como aqui: ‘Sócrates corre e não corre; logo Sócrates corre’. E é o tópico ‘a partir do todo integral’; com efeito, a contradição é integrada a partir das suas partes. Onde, afirmada uma contradição, é necessário que a partir dela sigam tanto a afirmação como a negação em razão do tópico ‘a partir do todo integral’.

51. Além disso, investiga-se o sofisma É POSSÍVEL QUE SÓCRATES VEJA APENAS TODO HOMEM QUE NÃO VÊ A SI MESMO. Prova: É possível que Sócrates veja apenas todo homem cego. Ora, todo homem cego é um homem que não vê a si mesmo. Logo, é

possível que Sócrates veja apenas todo homem que não vê a si mesmo. Contrariamente, se é possível, pode ser afirmado: Sócrates vê ou não vê a si mesmo. Se não se vê, logo é um homem que não vê a si mesmo. E ele vê qualquer homem que é deste tipo. Então, vê a si mesmo. Se vê a si mesmo, logo é um homem que vê a si mesmo. Contudo, não via nenhum homem deste tipo. Portanto, não vê a si mesmo, porque apenas via um homem que não vê a si mesmo.

52. Solução: a primeira proposição é impossível, a saber, ‘é possível que Sócrates veja apenas todo homem que não vê a si mesmo’. E, do mesmo modo, esta proposição ‘Sócrates vê apenas todo homem que não vê a si mesmo’ é impossível, porque ambas as proposições têm em si uma contradição, como já é evidente. A prova erra segundo a falácia do consequente procedendo do menos geral para o mais geral com uma distribuição e também com uma palavra exclusiva. Por exemplo, ‘todo homem; logo, todo animal’ e ‘apenas todo homem; logo, apenas todo animal’, porque um homem que não vê a si mesmo é mais geral do que um homem cego. Donde não seque de maneira inversa. Por exemplo, ‘se é um homem cego, é um homem que não vê a si mesmo’, e não contrário, porque um homem que dorme é um homem que não vê a si mesmo e também um homem acordado que tem os olhos fechados é um homem que não vê a si mesmo.

53. É evidente que a proposição ‘Sócrates vê apenas todo homem que não vê a si mesmo’ tem em si uma contradição, porque é equivalente a estas outras duas proposições, a saber, ‘Sócrates vê todo homem que não vê a si mesmo’ e ‘não vê algum homem que vê a si mesmo’, e estas duas proposições são proposições expositivas daquela proposição. Mas, da proposição ‘Sócrates não vê algum homem que vê a si mesmo’ segue ‘logo, Sócrates não vê a si mesmo que vê a si mesmo’. E é o tópico ‘a partir do gênero’ ou ‘a partir do todo no modo’, assim como aqui ‘Sócrates não vê algum homem branco: logo, não vê a si mesmo como um homem branco’. Mas, se Sócrates não vê a si mesmo que vê a si mesmo, Sócrates não vê a si mesmo, porque são proposições que podem ser convertidas, uma vez que as suas proposições afirmativas podem ser convertidas mutuamente, por exemplo, ‘se Sócrates vê a si mesmo que vê a si mesmo; logo, Sócrates vê a si mesmo’, e vice-versa’. Mas, todas as vezes que as suas afirmações são convertidas entre si, é necessário que também as suas negações possam ser convertidas entre si. Por exemplo, se ‘homem’ e ‘capaz de rir’ podem ser convertidos mutuamente, também ‘não-homem’ e ‘não-capaz de rir’ podem ser convertidos mutuamente. E, por isto, necessariamente seque ‘se Sócrates não vê a si mesmo que vê a si mesmo, logo não vê a si mesmo’, pelo tópico ‘a partir do conversível’. Então, do começo: ‘se Sócrates não vê algum homem que vê a si mesmo, não vê a si’. E esta é a outra parte da contradição, a

partir da qual segue uma parte restante da contradição com uma parte expositiva da primeira proposição. E, deste modo, Sócrates vê todo homem que não vê a si mesmo e ele mesmo não vê a si mesmo. Então, ele vê a si mesmo. E, assim, ele vê e não vê a si mesmo. Mas, aqui ocorre uma contradição. E isto seque das duas proposições expositivas da primeira proposição. E aquelas proposições expositivas são entendidas na primeira proposição. E, assim, uma contradição é entendida na primeira proposição. E, desta maneira, a primeira proposição contém em si uma contradição.

54. Do mesmo modo, a mesma coisa é demonstrada por um outro argumento, pois se Sócrates não vê algum homem que vê a si mesmo; logo, Sócrates vê nenhum homem que vê a si mesmo, porque ‘não alguém’ (*non aliquem*) e ‘nenhum’ (*nullum*) são equivalentes, assim como ‘não alguém’ (*non aliquis*) e ‘ninguém’ (*nullus*). Então, nenhum homem que vê a si mesmo é visto por Sócrates (convertendo da forma ativa em na forma passiva). Logo, Sócrates não se vê a si mesmo, pois se Sócrates visse a si mesmo, agora algum homem que vê a si seria visto por Sócrates. E dizia-se que nenhum homem era visto. Logo, do começo: se Sócrates não vê algum homem que vê a si, Sócrates não vê a si. E, assim, haveria uma outra parte da contradição, a partir da qual a parte restante da contradição segue com a outra parte expositiva da primeira proposição, assim como antes. Pois a primeira proposição contém em si mesma uma contradição. O que concedemos.

55. Além disso, provo que a primeira proposição é verdadeira, a saber, ‘Sócrates vê apenas todo homem que não vê a si mesmo’. Supondo que apenas Virgílio e Platão e Cícero são homens que não veem a si mesmos e todos os outros homens veem a si mesmos; e supondo com isto que Sócrates vê apenas aqueles três homens, pois esta é uma afirmação possível. E, então, a proposição ‘todo homem que não vê a si mesmo não vê a si mesmo’ é convertida com aquelas três proposições particulares ‘Virgílio não vê a si mesmo’, ‘Platão não vê a si mesmo’, ‘Cícero não vê a si mesmo’. E estas três proposições afirmadas simultaneamente podem ser convertidas com aquela proposição, porque seque ‘todo homem que não vê a si mesmo lê; logo, também este e esse e aquele lê’ e vice-versa. Ora, Sócrates vê apenas aqueles três homens. Logo, Sócrates vê apenas todo homem que não vê a si mesmo. E este é o tópico ‘a partir do conversível’, porque de um conversível seque-se para o outro com uma palavra exclusiva, como ‘apenas algo capaz de rir; logo, apenas um homem’. Logo, a proposição ‘Sócrates vê apenas todo homem que não vê a si mesmo’ é verdadeira. Ainda sobre o mesmo argumento: supondo que são apenas três os homens cegos e todos os outros homens veem a si mesmos, então estas duas proposições podem ser convertidas com ‘todo homem cego’ e ‘todo homem que não vê a si mesmo’. Entretanto, é possível que Sócrates veja apenas todos os

homens cegos. Logo, é possível que Sócrates veja apenas todo homem que não vê a si mesmo. Logo, a primeira proposição é possível.

56. Solução: digo que a primeira proposição é falsa e impossível, assim como foi dito, porque ela afirma uma contradição, assim como ficou evidente antes por duas razões. Em relação a primeira afirmação, é preciso dizer que afirma duas proposições incompatíveis. E concedo que cada uma delas é possível em si mesma, mas ambas colocadas simultaneamente são incompatíveis. Pois isto é possível em si mesmo, a saber, que existem apenas aqueles três homens que não veem a si mesmos, e a outra proposição, semelhantemente, é possível em si mesma, a saber, que Sócrates vê apenas aqueles três homens. Mas, ambas colocadas simultaneamente são incompatíveis. O que é evidente porque quando afirma que apenas aqueles três homens não veem a si mesmos, nisto afirma que Sócrates vê a si mesmo, porque não é numerado entre eles. E quando afirma que Sócrates vê apenas aqueles três homens, nisto afirma que Sócrates não vê a si mesmo, porque não está entre eles. E, deste modo, afirma que Sócrates vê e não vê a si mesmo. E, desta maneira, aqueles duas afirmações afirmadas simultaneamente afirmam uma contradição. E, desta forma, são proposições incompatíveis.

57. Em relação aquele argumento, é preciso dizer que a proposição é semelhantemente verdadeira em si mesma, a saber, ‘é possível que Sócrates veja apenas todo homem cego’. Mas, não é possível supondo que ‘homem cego’ é convertido com ‘homem que não vê a si mesmo’, porque se Sócrates vê apenas todo homem cego, então não vê a si mesmo. E se ‘homem cego’ é convertido com ‘homem que não vê a si mesmo’, então Sócrates vê a si mesmo, uma vez que Sócrates não é cego. E onde quer que um dos conversíveis é removido, o outro conversível também é removido. E, assim, implica novamente na segunda razão conforme a qual Sócrates vê e não vê a si mesmo. E, desta maneira, não é estranho se uma premissa for impossível, porque ela mesma segue de uma afirmação impossível.

Se uma palavra exclusiva adicionada ao todo exclui uma parte ou vice-versa

58. A sétima questão foi se uma palavra exclusiva adicionada a parte integral exclui o todo (ou vice-versa) e adicionada a um menor número exclui o maior (ou vice-versa). E parece que adicionada ao todo integral exclui a parte, porque seque ‘uma casa vale apenas cem libras; logo, não as paredes’. Então, adicionada ao todo exclui a parte (e vice-versa, como ‘apenas a parede é branca; logo, não a casa’). Mas, contrariamente: uma proposição exclusiva afirma a sua proposição antecedente. Por exemplo, ‘apenas uma casa é colorida; logo, uma casa é

colorida'. Mas, se uma casa é colorida, a parede também é colorida, porque quando é afirmado o todo integral, qualquer uma das suas partes é afirmada. Logo, do começo: se apenas uma casa é colorida, a parede é colorida. Logo, uma palavra exclusiva adicionada ao todo não exclui uma parte.

59. E é preciso dizer que os três gêneros dos acidentes são encontrados no todo integral e na sua parte, pois [1] alguns são os acidentes que apenas concordam com o todo integral, por exemplo, algo que é composto pelas suas partes integrais e tem todas as suas partes secundo a quantidade; E, por causa disto, a alma não é uma parte integral do próprio homem, mas é uma parte essencial, e valer cem libras concorda com o todo, nas não com uma parte. [2] Outros são os acidentes que concordam apenas com a parte, como ser menos ou seguir do todo integral (a saber, parcialmente) ou estar unido a uma outra coisa em quantidade para fazer algo maior conforme a quantidade. [3] No terceiro modo, alguns são os acidentes que concordam indiferentemente com o todo e com a parte, por exemplo, branco, negro, quente, frio, úmido, seco e semelhantes. E, no primeiro gênero de acidente, uma palavra exclusiva unida ao todo integral exclui a parte, como 'uma casa vale apenas cem libras; logo, não a parede'. Nos outros dois gêneros dos acidentes, uma palavra exclusiva unida a parte sempre exclui o todo, e não o contrário.

Sofisma

60. Acerca das coisas preditas, questiona-se o sofisma SÓ DIFERE DE SÓCRATES TUDO AQUILO QUE NÃO É SÓCRATES OU UMA PARTE DE SÓCRATES. Prova: difere de Sócrates tudo aquilo que não é Sócrates ou uma parte de Sócrates. E tudo aquilo que não é Sócrates ou uma parte de Sócrates não se difere de uma outra coisa que se difere de Sócrates. Então, só de Sócrates se difere tudo aquilo que não é Sócrates ou uma parte de Sócrates. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: Só de Sócrates se difere tudo aquilo que não é Sócrates ou uma parte de Sócrates. Contudo, Platão não é Sócrates nem é uma parte de Sócrates. Logo, Patão só se difere de Sócrates.

61. Solução: a primeira proposição é falsa e a outra proposição que prova também é falsa, a saber, a proposição 'tudo aquilo que não é Sócrates ou uma parte de Sócrates não difere de uma outra coisa que difere de Sócrates', pois a sua contraditória é verdadeira, a saber, 'tudo aquilo que não é Sócrates ou parte de Sócrates difere de uma outra coisa que difere de Sócrates'. E se alguém perguntar 'de que outra coisa?', é preciso dizer que a pergunta não faz sentido, porque o termo 'outro' não é entendido determinantemente em relação a alguma coisa, mas de maneira geral em relação a muitas coisas, assim como aqui: supondo que todo

homem veja apenas o seu próprio cavalo, então a proposição ‘todo homem vê um cavalo’ é verdadeira e alguém não perguntaria ‘que cavalo?’, porque o termo ‘cavalo’ não é afirmado determinativamente em relação única coisa; mas, de maneira geral, em relação a muitas coisas.

Se uma palavra exclusiva adicionada a um maior número exclui o menor ou vice-versa

62. Além disso, parece que uma palavra exclusiva adicionada a um todo numérico pode excluir uma parte dele ou adicionada a um número maior pode excluir o menor, porque todos os números são particularmente diferentes (como binário, ternário, quaternário, e assim por diante), porque são diversas espécies que compartilham, a partir do oposto, o Número, que é o gênero de todos os números particulares. Logo, uma palavra exclusiva adicionada a uma espécie de número exclui todas as outras. Então, se uma palavra exclusiva for adicionada a um número maior, exclui qualquer unidade <e, assim,> exclui qualquer número menor, pois uma palavra exclusiva adicionada um quaternário exclui qualquer outra espécie de número; logo exclui qualquer espécie menor. Mas, contrariamente: qualquer número maior sempre afirma o seu precedente. E, por isto, diz Aristóteles que se há dois, há um; logo, um número menor sempre é entendido no maior. Mas, uma palavra exclusiva não remove aquilo que é entendido na sua proposição precedente. Logo, uma palavra exclusiva adicionada a um número maior não exclui o número menor.

63. Solução: ‘Número’ é tomado de duas maneiras, assim como qualquer outro todo. Pois [1], de uma maneira, ‘número’ é tomado em razão da sua totalidade (ou em razão da agregação do todo, o que é o mesmo). E, assim, uma palavra exclusiva unida a um número maior exclui qualquer número menor, por exemplo, ‘apenas dez é par; logo, nem oito nem seis nem quatro’; e, além disso, exclui todos os números superiores, por exemplo: ‘apenas dez é par, logo, nem onze nem doze são números pares’, e assim por diante em um sentido ascendente. [2] De outro modo, ‘Número’ não é tomado em razão da sua totalidade (ou da agregação do todo), mas em razão das coisas pelas quais é formado (ou pelas quais é feito). E, assim, uma palavra exclusiva adicionada a um número maior não exclui o menor, pelo contrário, o afirma. Onde não seque ‘apenas dez correm; logo, não correm nove ou não correm sete’, em vez disso seque-se o oposto, porque se apenas dez correm, seque-se que novem correm e que oito também correm. E, desta forma, é evidente que uma palavra exclusiva unida a um número maior exclui um número menor de um modo, enquanto que de outro não. Mas, adicionado a um número menor, sempre exclui o maior.

Uma certa regra

64. Donde uma regra é dada sobre a parte na quantidade, sobre a parte integral, sobre a parte local, sobre a parte no tempo e sobre a parte numérica:

Todas as vezes que uma palavra exclusiva é unida a uma parte, sempre exclui o seu todo, exceto o todo universal e o todo no modo.

65. A solução para os dois primeiros argumentos é fácil porque o primeiro argumento aceita as espécies do número em razão da sua totalidade (ou das suas agregações); e, assim, uma palavra exclusiva unida um número exclui todos os outros. O segundo argumento aceita as espécies do número em razão das coisas pelas quais ele é formado.

Sofisma

66. Acerca das coisas preditas, questiona-se o sofisma DE APENAS TRÊS SÓ DOIS É MENOR. Prova: Só dois é menor do que três. E de nenhum outro do que três só o dois é menor. Logo, de apenas três só dois é menor. Contrariamente: de apenas três só dois é menor. Portanto, de apenas três só dois é menor.

67. Solução: a primeira proposição é dupla, porque ela pode ser explicada pela palavra exclusiva existente no caso oblíquo; e, assim, a proposição é demonstrada e é verdadeira; e o sentido é ‘de apenas três etc.’ Isto é, só dois é menor do que três e só dois não é menor do que outros números diferentes de três. Ou pode ser demonstrada pela exclusão existente no caso nominativo; e, assim, a proposição é refutada e é falsa; e o sentido é ‘de apenas três etc.’ Isto é, de apenas três dois é menor e nenhum outro número do que dois é menor do que apenas três. E, por esta razão, uma das proposições sobre as demonstrações é falsa, a saber, ‘de apenas três dois é menor’, uma vez que dois é menor do que todos os outros números num sentido ascendente. E, assim, de apenas três dois é menor.

Uma certa regra.

68. Donde costuma ser dada a regra:

Todas as vezes que dois sincategoremas são colocados na mesma locução referindo-se um ao

outro, a locução é dupla, porque um pode ser a determinação do outro ou vice-versa.

E isto é o que costumavam dizer os antigos, que um poderia incluir o outro, ou vice-versa, um poderia ser incluído pelo outro ou para excluir o outro e ser excluído por ele.

69. E note que nos números o sentido ascendente é duplo, porque uma é ascensão das causas e o outro é a ascensão da quantidade ou do aumento na quantidade. Donde, falando sobre a ascensão das causas, todos os números menores são superiores aos números maiores, pois os números menores são a causa dos números maiores. Donde quanto menor for o número tanto mais ele é superior, porque a um certo grau ele é uma causa primeira; e toda causa primeira é superior. E, por esta razão, o princípio supremo nos números é a unidade. E a partir dos números maiores (falando sobre a ascensão da causa) sempre há um sentido ascendente em relação a qualquer número menor e, por último, em relação a unidade; e vice-versa há um sentido descendente. Mas, falando sobre a ascensão da quantidade ou da ascensão do aumento da quantidade, então os números maiores são superiores e os números menores são inferiores, porque o aumento é maior, ou é maior a quantidade, mais nos números maiores do que nos números menores. E, deste modo, ocorre uma ascensão do número menor para o número maior; e vice-versa há um decréscimo. E, assim, a ascensão e decréscimo ocorrem de duas maneiras na ordem do número.

A diferença entre as palavras ‘apenas’ (*solum*) e ‘só’ (*solus*)

70. Discutidos estes assuntos, são tratadas sete questões que decorrem da quarta questão, que era num sentido descendente para uma causa da exclusão, a saber, quais eram as coisas que devem ser excluídas. Consequentemente, questiona-se a respeito da quinta questão que ocorre no começo deste tratado, ou seja, de que maneira ‘apenas’ e ‘só’ se diferem nas suas exclusões. E é preciso dizer que a palavra ‘só’ sempre exclui algo de algum caso gramatical, ou que é afirmado no sujeito ou no predicado, como ‘só Sortes corre’, isto é, Sócrates e nenhum outro homem; mas, no predicado, como ‘te dou apenas um denário’, isto é, um denário e nenhuma outra coisa. Mas, a palavra ‘apenas’ às vezes exclui algo de algum caso gramatical, como ‘apenas Sócrates corre’ ou ‘apenas algo branco corre’ ou ‘apenas quem lê corre’, isto é, Sócrates e nenhum outro homem, e assim por diante; às vezes exclui outros atos de um ato, por exemplo, quando é dito ‘Sócrates apenas lê’, isto é, lê e não faz nenhuma outra coisa. Mas, contrariamente: a palavra ‘apenas’ é um advérbio. Portanto, sempre exclui de um

ato, porque o advérbio é destinado a determinar o verbo e se refere a ele.

71. E é preciso dizer que assim como a disposição da substância é dupla, porque uma é a disposição da substância em si mesma e entendida absolutamente (como o branco, negro e semelhantes) e outra é a disposição da substância mediante o ato (por exemplo, quando é dito ‘este se mostra soberbo’, a palavra ‘soberbo’ nesta oração diz a soberba que é inerente à substância por meio do ato), Semelhantemente, é dupla a disposição do ato, porque um é o ato em si mesmo e entendido absolutamente (como ‘bem’, ‘mal’, ‘velozmente’), e tal disposição do ato sempre determina um ato absolutamente e não mediante a substância, como ‘lê bem’, ‘corre velozmente’; a outra é disposição do ato mediante a substância, como ‘apenas’, ‘somente’, ‘unicamente’, ‘só’; ‘exclusivamente’; tais disposições do ato às vezes determinam o ato absolutamente, às vezes determinam mediante a substância. E, por esta razão, a palavra ‘apenas’ determina o ato absolutamente, então exclui outros atos de um ato; quando determina o ato mediante a substância ou mediante algum caso gramatical, então exclui do próprio caso gramatical, como é evidente nos exemplos preditos.

Sofisma

72. Além disto, questiona-se o sofisma SÓ SÓCRATES É EXCLUÍDO, supondo que apenas Sócrates seja excluído de algum sujeito em relação a algum predicado e nenhum outro homem é excluído. A prova da primeira proposição: Sócrates é excluído. E nenhum outro homem diferente de Sócrates é excluído. Logo, só Sócrates é excluído. Contrariamente: esta é uma proposição exclusiva na qual são excluídos todos os outros homens diferentes de Sócrates. Portanto, não só Sócrates é excluído.

73. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação erra segundo a falácia *quid et simpliciter*, porque embora seja uma proposição simplesmente exclusiva, a sua exclusão ocorre em relação ao ato ‘ser excluído’. Mas, o que é excluído pela exclusão não é excluído, assim como o que é privado da privação não é privado, pois privar da privação não é privar, mas antes é dar a posse, como priva a cegueira não é privar algo, mas dar a visão. E, assim, privar a privação não é privar e ser privado da privação não é ser privado de algo. E, por este motivo, ser excluído pela exclusão não é ser excluído.

74. Além disso, parece que ‘apenas’ deve restringir o termo ao qual é adicionado por meio de uma certa regra data anteriormente:

Todo adjetivo que não diminui nem tem força de ampliar adicionado a um termo comum

restringe o termo ao qual foi adicionado.

Ora, a palavra ‘só’ é tal natureza. Portanto, deve restringir o termo ao qual é adicionado. E é preciso dizer que a regra deve ser entendida acerca dos adjetivos particulares (como ‘branco, ‘negro’ e semelhantes) e não acerca dos adjetivos gerais, porque os adjetivos gerais não restringem, porque aquilo que restringe deve ser menos comum. Mas, ‘só’ é capaz de ser adicionado as coisas de todos os gêneros. E, por conta disto, não pode restringir. Ou, é preciso dizer que alguns adjetivos são impostos por alguma qualidade (como ‘branco’ pela ‘cor branca’ e ‘negro’ pela ‘cor negra’) e tais adjetivos restringem quando as qualidades são entendidas a partir daquelas coisas. Os outros adjetivos são os adjetivos particulares que são impostos por uma substância tomada num caso oblíquo, como ‘só’; com efeito, ‘só’ é ‘não com outro’. Donde nisto é entendido o ablativo ‘outro’ significando uma substância diversa no caso oblíquo. E tais adjetivos não restringem.

Sofisma

75. Além disso, supondo que só Sócrates saiba o enunciado ‘um cavalo é um animal’ e ele junto com Platão e com muitos outros homens saiba muitos outros enunciados, questiona-se o sofisma SÓ SÓCRATES SABE ALGUM ENUNCIADO QUE NEM TODOS, DIFERENTE DE PLATÃO, IGNORAM. Prova: Sócrates sabe algum enunciado que algum homem, diferente de Platão, ignora, porque sabe que um cavalo é um animal, e um outro homem, diferente de Platão, ignora este enunciado. Logo, qualquer outro homem, diferente de Platão, ou nem todo outro homem, diferente de Platão. Se todos os outros homens, logo só Sócrates sabe algum enunciado que todo outro homem, diferente de Platão, ignora. Logo, Sócrates sabe algum enunciado que todo outro homem, diferente de Platão, ignora. Portanto, Sócrates sabe algum enunciado que Sócrates ignora. O que é falso. Se nem todo homem, logo só Sócrates sabe algum enunciado que nem todo homem, diferente de Platão, ignora. E esta é primeira proposição. Contrariamente: outro homem, diferente de Sócrates, sabe algum enunciado que nem todo homem, diferente de Platão, ignora, como um enunciado que conheceis de modo geral. Logo, não só Sócrates sabe etc.

76. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E estas duas proposições ‘outro homem, diferente de Sócrates, sabe algum enunciado que nem todo homem, diferente de Platão, ignora’ e ‘nem outro homem, diferente de Sócrates, sabe algum enunciado que nem todo homem, diferente de Platão, ignora’ se contradizem de uma maneira, mas de outra não, porque isto que digo ‘algum enunciado’ supõe de maneira indefinida pela implicação

consequente, que pode restringir por coisas diversas, uma vez que é afirmado nela o relativo de diversidade, a saber, ‘outro’ afirmado indefinitivamente. Donde na primeira proposição digo que ‘algum enunciado’ supõe apenas pela proposição ‘um cavalo é um animal’, e o relativo ‘outro’ é entendido apenas por Sócrates. Donde concedo que só Sócrates sabe algum enunciado e nenhum outro homem, diferente de Sócrates, desta maneira. Mas, uma vez que diz ‘outro homem, diferente de Sócrates, sabe algum enunciado que nem todo homem, diferente de Platão, ignora’, então digo que ‘algum enunciado’ não supõe pelo mesmo enunciado, mas por outro. Donde não se contradizem. Mas, quando supõem pelo mesmo, então se contradizem.

TRATADO QUARTO

AS PALAVRAS EXCEPTIVAS

Introdução

1. Segue-se acerca das palavras exceptivas, como ‘exceto’ (*preter*), ‘à exceção de’ (*preterquam*), ‘senão’ (*nisi*): [1] primeiramente, questiona-se o que significa uma palavra exceptiva; [2] segundo, por que uma palavra é chamada de palavra exceptiva; [3] terceiro, quais e quantas são as causas que são exigidas para uma exceção; [4] quarto, qual é a relação ou qual é a comparação que uma palavra exceptiva denota; [5] quinto, uma vez que uma palavra exceptiva sempre exclui uma parte da multidão, de qual multidão essa parte deve ser excluída; [6] sexto, se a proposição exceptiva é universal ou particular; [7] sétimo, de que maneira uma conclusão é entendida nela, ou de que maneira é silogizável; [8] oitava e última questão, questiona-se acerca da sua construção.

O que significa uma palavra exceptiva?

2. Acerca da primeira questão, note que a palavra ‘exceto’ (*praeter*) não significa uma exceção, como alguns dizem, porque não significa uma exceção como concebida nem como exercida. O que é provado pelas mesmas razões pelas quais foi demonstrado antes que a palavra ‘só’ (*solus*) não significa uma exclusão como concebida nem como exercida. Da mesma forma, isto é demonstrado pelo fato de que a palavra ‘exceto’ (*praeter*) de nenhum desses modos significa uma exceção, porque nenhuma proposição significa uma afecção ou

um exercício, mas apenas significa uma relação de causa <do que foi expresso na proposição> como o ato. Logo, a palavra ‘exceto’ (*praeter*) não significa uma exceção como uma afecção ou um exercício. E é evidente que não significa uma exceção como concebida, assim como foi dito sobre as palavras exclusivas. E, assim, a palavra ‘exceto’ (*praeter*) de nenhum modo significa uma exceção. O que concedemos dizendo que a palavra ‘exceto’ significa uma objeção na parte ou ‘não com isto’. E, por este motivo, é chamada de palavra de objeção.

3. Mas, então, objeta-se que uma vez que uma proposição de objeção é contrária a outra proposição (como é dito no segundo livro dos Primeiros Analíticos) e esta é uma proposição universal ou particular; logo, é possível que resulte em uma proposição de objeção não apenas na parte, mas também no todo. Logo, assim como temos uma palavra de objeção na parte, como a palavra ‘exceto’ (*praeter*), do mesmo modo devemos ter uma palavra de objeção no todo. O que concedemos dizendo que as palavras exceptivas (como ‘exceto’ (*praeter*) e similares) inferem uma objeção na parte, mas as palavras exclusivas (como ‘apenas’ (*solum*), ‘só’ (*solus*) e similares) inferem uma objeção no todo, porque estas palavras removem a parte do todo, como ‘todo homem, exceto Sócrates’; aquelas, pelo contrário, removem o todo da parte, como ‘apenas’ (*tantum*) Sócrates’, ou seja, Sócrates e nenhum outro homem. E, assim, é evidente a solução da primeira questão.

Por que uma palavra é chamada de exceptiva?

4. A solução da segunda questão é evidente a partir das coisas preditas, porque a palavra ‘exceto’ (*praeter*) e semelhantes são chamadas de exceptivas não pela exceção significada (como foi objetado), mas pela exceção exercida, assim como ‘somente’ (*tantum*) e ‘só’ (*solus*) são chamadas de ‘exclusivas’ não pela exclusão significada, mas pela exclusão exercida.

Quais e quantas são as causas da exceção?

5. Acerca da terceira questão, questiona-se quais e quantas são as causas que são exigidas para uma exceção. E parece que são três, porque não pode correr uma exceção a não ser que algo seja excluído, de que é excluído e em relação a que é excluído. Por exemplo, quando é dito ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’, ‘Sócrates’ é retirado e a distribuição ‘todo homem’ é isto do qual ele é retirado, e este ato que é ‘correr’ é aquilo a respeito do qual ele é retirado. Logo, estas três coisas são necessárias para uma exceção. E é preciso dizer que cinco coisas

são exigidas para uma exceção. [1] a primeira é o que exclui (e esta é a alma), [2] e a outra é o instrumento de excluir (e esta segunda coisa é a palavra exceptiva, como ‘exceto (*preter*)’ e similares); e também são exigidas aquelas três coisas com as quais se objeta, a saber, [3] o que é excluído e [4] de que é excluído e [5] em relação a que é excluído. Donde são exigidas as três coisas ditas acima sobre as quais se objetava, mas não são suficientes para uma exceção, porque as cinco coisas preditas são sempre necessárias para que ocorra uma exceção.

6. Mas, objeta-se que a palavra ‘exceto’ não é sempre afirmada excepcionalmente, mas às vezes é afirmada diminutivamente, assim como dizem alguns, porque a proposição ‘dez, exceto um, são nove’ é verdadeira. Mas, de dez denários não pode ser feito um novenário senão pela diminuição do número de denários. Logo, é necessário que a palavra ‘exceto’ seja afirmada diminutivamente. E, deste modo, a palavra ‘exceto’ é entendida de maneira equívoca em relação a exceção e a diminuição. Mas, contrariamente: toda parte está sempre em seu todo, segundo uma relação pela qual ela é uma parte; por exemplo, se é uma parte no ato, então segundo o ato é uma parte no seu todo; e se é uma parte na relação, então segundo a relação é uma parte no seu todo. Logo, a parte no sentido de que é uma parte não pode estar fora do todo. Logo, se for colocado fora do seu todo, então não estará fora em si mesma, mas em relação a alguma outra coisa. Mas, assim como a unidade é uma parte do denário, do mesmo modo um é uma parte de dez. Logo, um não pode ser retirado de dez senão em relação a uma terceira coisa. Logo, quando é dito ‘dez, exceto um, são nove’, neste caso um é o que é retirado (que é um) e do qual é retirado (que é dez) e em relação ao qual (que em relação a este ato, a saber, ‘ser nove’), e também aquilo que exclui (a saber, o intelecto) e o instrumento pelo qual exclui. Logo, neste caso são as cinco causas ditas acima que são suficientes para a exceção. Então, é afirmado excepcionalmente e não diminutivamente. E acontece assim em todos os casos semelhantes. E, desta forma, sempre é afirmada excepcionalmente. O que concedemos.

A palavra excluída denota que relação?

7. Acerca da quarta questão, questiona-se, deste modo, todas às vezes em que houver uma exceção, aquilo que é excluído de algo que infere uma objeção segundo a sua parte a partir do que é excluído, portanto, é necessário que isto que é excluído seja uma parte daquilo do qual foi excluído; e, além disso, que seja segundo o ato no qual e a partir do qual é retirado. Mas, quando a parte subjetiva é a parte no todo não inferem uma objeção contra o seu todo, porque não estão atualmente no seu todo, por isto nenhuma delas podem ser retiradas do seu todo.

Logo, convém que uma palavra exceptiva diga uma relação da parte atualmente existente no seu todo com o seu todo. E, por isso, todas estas proposições são incongruentes ‘um homem, exceto Sócrates, corre’. ‘Platão, exceto Sócrates, corre’, porque o que é retirado não é atualmente uma parte daquilo a partir do qual ocorre a exceção. E, assim, uma palavra exceptiva não encontra uma relação com a qual ela é naturalmente ordenada.

8. Além disso, nenhuma parte infere uma objeção contra o seu todo a não ser que contradiga o todo pela negação de si mesma. Mas, a parte subjetiva, pela negação de si, não contradiz o todo, porque ainda que Sócrates não exista, ‘homem’ ainda existe. E acontece da mesma maneira acerca da parte no modo. Logo, mantém-se que todas as partes de outros gêneros contradizem o seu todo pela negação de si. Mas, aquelas partes estão atualmente no seu todo, como fica evidente no todo integral e no todo em quantidade. Logo, a palavra ‘exceto’ apenas diz uma relação da parte atualmente existente no seu todo com o seu todo. Além disso, nenhuma parte infere uma objeção no todo, a não ser que siga dele. Mas, nenhuma parte segue do seu todo a não ser que esteja atualmente no todo. Logo, nenhuma parte infere uma objeção contra o seu todo, a não ser que esteja atualmente nele mesmo. Logo, a palavra ‘exceto’ diz uma relação da parte atualmente existente no seu todo com o seu todo. O que concedemos.

Sobre algumas regras

9. Muitas regras são evidentes a partir destas coisas. A primeira é essa:

[1] Convém que aquilo que é excluído seja por natureza atualmente contido naquilo a partir do qual ocorre a exceção, e que seja removido dele em relação ao predicado ou em relação a uma terceira coisa.

Como aqui: ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’. A segunda regra é essa:

[2] Todas as vezes em que tantas coisas são excluídas quantas são supostas, a locução é imprópria e falsa.

Como ‘todo homem, exceto todo homem, corre’. Pois quando aquilo que é excluído não existe em razão da parte, a palavra exceptiva não encontra a relação que exige; e, assim, ocorre neste caso uma impropriedade. E quando o predicado é afirmado em qualquer coisa e é removido de qualquer coisa, é necessário que a locução seja falsa. A terceira regra é essa:

[3] Não é possível dar uma objeção contra uma locução totalmente falsa.

Por exemplo, ‘todo homem, exceto todo homem, é uma pedra’. Ora, uma proposição completamente falsa é uma proposição que é contrária a uma proposição verdadeira, como diz Aristóteles nos Segundos Analíticos. Por exemplo, ‘todo homem é um burro’; esta proposição é contrária a uma proposição verdadeira, ou seja, tem a falsidade por qualquer uma das suas partes. Donde a partir dessa regra uma exceção não pode ser feita, porque seria necessário excluir cada uma das suas partes. E, assim, seriam excluídas todas as coisas que fossem supostas, o que é contra a segunda regra.

Sofisma

10. Segundo as coisas preditas, investiga-se o sofisma TODO ANIMAL, EXCETO O HOMEM, É IRRACIONAL. Prova: a proposição ‘todo animal é irracional’ é falsa. E não é uma objeção senão no homem. Logo, feita uma exceção por ele, a proposição é verdadeira. Logo, a proposição ‘todo animal, exceto o homem, é irracional’ é verdadeira. Contrariamente: ‘todo animal, exceto o homem, é irracional’. Logo, todo animal, exceto este homem, é irracional. O que é falso.

11. A solução: a primeira proposição é verdadeira e a prova é válida. Mas, a refutação erra segundo a falácia da figura de expressão partindo da suposição simples para a suposição pessoal, porque o acusativo ‘homem’ (*hominem*) depois de uma palavra exceptiva tem uma suposição simples, uma vez que é um termo comum quando diz ‘todo animal, exceto o homem, é irracional’. Entretanto, quando diz ‘todo animal, exceto este homem (*preter hunc hominem*)’, o acusativo ‘este homem’ tem uma suposição pessoal. E, assim, neste caso há a falácia de figura de expressão. Além disso, neste caso há a falácia do conseqüente partindo da menos geral para o mais geral com uma distribuição (assim como na proposição: ‘todo homem: logo, todo animal’), porque nesta proposição ‘todo animal, exceto homem, é irracional’, esta distribuição ‘todo animal’ compreende em si todo animal diferente apenas do homem. Mas, quando é dito ‘todo animal, exceto este homem’, a distribuição ‘todo animal’ compreende em si todo animal diferente do homem e, deste modo, compreende todos os animais que antes compreendia, além de todos os outros homens diferentes deste homem. E, assim, a suposição é aumentada, do mesmo que na proposição: ‘todo animal diferente do homem; logo, todo animal diferente deste homem’.

12. O mesmo veredito é sobre o sofisma TODO ENUNCIADO, EXCETO O VERDADEIRO, É FALSO. E a prova e a refutação são completamente as mesmas, e a solução é exatamente a mesma a respeito dos sofismas TODO ANIMAL, EXCETO O SÃO, ESTÁ DOENTE; TODA QUANTIDADE, EXCETO A CONTÍNUA, É DISCRETA; TODO CORPO, EXCETO O INANIMADO, É ANIMADO.

De qual multidão uma palavra exceptiva faz uma exceção

13. Acerca da quinta questão, investiga-se de qual multidão uma palavra exceptiva tem de fazer uma exceção, porque ela não produz uma exceção indiferentemente de qualquer multidão. A proposição ‘os homens, exceto Sócrates, correm’ não significa nada. Logo, não produz uma exceção da multidão que é de um nome no plural. Além disso, a proposição ‘a multidão, exceto Sócrates, corre’ não significa nada. Logo, não produz uma exceção de uma multidão de nome coletivo.

14. E é preciso dizer que é dupla a multidão. [1] Pois uma é a multidão que está no modo do entendimento. E esta multidão está no nome de número plural; todos os acidentes das partes da oração são modos do entendimento. E, desta multidão, que é o modo do entendimento, a palavra exceptiva não exclui. [2] A outra é a multidão que não está no modo do entendimento, mas é uma multidão da coisa. E esta novamente é dupla. [2.1.] Pois uma é potencial. E esta está em qualquer universal, porque qualquer universal tem em si os seus indivíduos potenciais. E, novamente, desta multidão uma palavra exceptiva não pode excluir. E, por isto, não significa nada a proposição ‘homem, exceto Sócrates, corre’. [2.2] Outra é a multidão da coisa que é uma multidão atual. E esta está no todo em quantidade, quando o universal que é tomado universalmente contém sob si muitos indivíduos, como ‘todo homem’ ou ‘todo animal’. Esta é também a multidão que está no todo integral e em muitos outros todos que têm a sua natureza.

15. E, desta multidão, a palavra exceptiva exclui, que é a multidão atual, porque exige isso. O que é provado assim: foi dito nas coisas preditas que uma palavra exclusiva sempre exclui do seu todo uma parte atualmente existente no seu todo. Logo, uma vez que é necessário alguma parte ou as partes restantes no seu todo, porque tantas coisas não podem ser excluídas quantas são supostas, convém então que aquela outra parte ou aquelas outras partes estejam atualmente no seu todo. Logo, uma palavra exceptiva sempre exige uma multidão das partes atualmente existentes no seu todo. Além disso, todas as partes nas quais o todo é dividido se relacionam deste modo com o todo, porque se uma parte está atualmente no todo, todas as

outras também estão; e se uma potência está no todo, todas as outras também estão, como fica evidente indutivamente no todo universal e no todo integral e nos outros todos. Entretanto, uma palavra exceptiva está destinada a reiterar as partes nas quais o todo é dividido. Mas, exclui a parte atualmente existente no todo. Logo, é necessário que neste caso haja uma parte ou outras partes atualmente existentes. Logo, uma palavra exceptiva exige uma multidão das partes atualmente existentes no seu todo. Além disso, uma palavra exceptiva exclui no ato. Logo, encontra no ato o que exclui do todo. Mas não encontraria no ato o que excluiria a não ser que estivesse atualmente no todo. Logo, exclui o que está atualmente no todo. Mas, nada está atualmente no todo senão a parte atual. Logo, uma palavra exceptiva sempre exclui uma parte atualmente existente no todo. E é o mesmo que antes. Pois uma palavra exceptiva exclui de qualquer todo que tem em si uma multidão atual, o que é evidente indutivamente em qualquer todo.

Sobre o todo na quantidade com sofismas

16. E, primeiramente, é evidente no todo da quantidade, como ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’; pois aqui uma parte é excluída do todo na quantidade. E também no sofisma TODO HOMEM, EXCETO SÓCRATES, É EXCLUÍDO, supondo que todos os outros homens diferentes de Sócrates sejam excluídos em relação a algum predicado e Sócrates não. A prova da primeira proposição: a proposição ‘Todo homem é excluído’ é falsa. E não é uma objeção senão em Sócrates. Logo, feita a exclusão por Sócrates, a proposição será verdadeira. Logo, a proposição ‘todo homem, exceto Sócrates, é excluído’ é verdadeira. Contrariamente: nesta proposição a palavra exceptiva é adicionada a ‘Sócrates’. Logo, a palavra exceptiva o exclui em relação ao predicado. Então, Sócrates é excluído. Portanto, a primeira proposição é falsa.

17. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação erra segundo a falácia *quid et simpliciter*, porque excluir da exceção não é simplesmente excluir, mas é excluir *secundum quid*, assim como privar da privação não é simplesmente privar, mas privar *secundum quid*; mas, pelo contrário, é dar a posse, como privar da cegueira é dar a visão. Logo, ser excluído pela exceção não é simplesmente ser excluído, mas ser excluído *secundum quid*. E, por isto, embora Sócrates seja excluído em relação ao predicado ‘ser excluído’ (como ocorre na primeira proposição), ele não é simplesmente excluído. E, por este motivo, ocorre neste caso a falácia *secundum quid et simpliciter*. E, deste modo, é evidente que uma exceção é feita pelo todo na quantidade.

O todo integral com sofismas

18. É evidente também que uma exceção ocorre a partir do todo integral, como A CASA INTEIRA, EXCETO A PAREDE, É BRANCA e SÓCRATES INTEIRO, EXCETO O PÉ, PODE SER CONTIDO NUMA ARCA, supondo que Sócrates inteiro possa entrar numa arca, de modo que a arca não possa receber o seu pé com ele. Prova da primeira proposição: a proposição ‘Sócrates inteiro pode ser contido na arca’ é falsa. E não é uma objeção senão no pé. Logo, feita a exceção do pé, a proposição será verdadeira. Logo, a proposição ‘Sócrates inteiro, exceto o pé, pode ser contido na arca’ é verdadeira. Contrariamente: O pé de Sócrates pode ser contido na arca. Logo, não Sócrates inteiro, exceto o pé, pode ser contido pela arca. Logo, a primeira proposição é falsa.

19. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a prova erra segundo a falácia do acidente, porque por duas razões uma parte é excluída do todo em relação ao predicado. Pois às vezes a parte é excluída do todo em relação ao predicado porque a parte em si mesma não é verdadeiramente o sujeito do predicado. Como aqui: ‘todo animal, exceto o homem, é irracional’; ‘homem’ é excluído do seu todo, porque não é verdadeiramente o sujeito de ‘irracional’. Com efeito, a proposição ‘o homem é irracional’ é falsa. Contudo, às vezes a parte é excluída do todo porque, embora não receba o predicado em si mesma, não o recebe conforme está no seu todo. E, assim, o pé de Sócrates bem pode ser colocado na arca em si mesma, mas conforme está unido no seu todo ou com o seu todo, não pode ser colocado na arca. Donde quando alguém diz a refutação ‘o pé de Sócrates pode ser contido na arca; logo, não Sócrates inteiro, exceto o pé, pode ser contido na arca’, erra segundo a falácia do acidente, porque, embora o pé possa ser contido em si mesmo, ele não pode ser contido em si mesmo quando é uma parte no seu todo. Do mesmo modo que acontece aqui: ‘conheço Corisco: logo, não ignoro que ele vem’. Pois embora eu conheça Corisco em si mesmo, o ignoro conforme ele vem; e, neste caso, ocorre a falácia do acidente.

O todo no local e no tempo

20. Além disso, é evidente que uma exceção pode ser feita a partir do todo no local, como ‘chove em todo lugar, à exceção daqui’. E também a partir do todo no tempo, como ‘chove sempre, à exceção de ontem’.

O conjunto numérico com sofismas

21. E, assim, é evidente que uma palavra exceptiva exclui sempre algo a partir do seu todo que tem em si uma multidão atual. Isto também é evidente no conjunto numérico, como ‘dez, exceto um, correm’. E também no sofisma ‘DEZ, EXCETO CINCO, SÃO CINCO’. O que é provado desta maneira: a proposição ‘dez são cinco’ é falsa. Mas, não é uma objeção senão por causa do cinco. Logo, feita a exceção pelos cinco, a proposição será verdadeira. Logo, a proposição ‘dez, exceto cinco, são cinco’ é verdadeira. Contrariamente: dez, exceto cinco, são cinco. Portanto, cinco não são cinco, porque o predicado é sempre removido daquilo que é excluído.

22. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação erra segundo a falácia do acidente, porque, como é evidente, a parte causa de dois modos a falsidade na oração. De um modo, porque o predicado não concorda com a parte em si mesma (e, assim, ‘todo homem corre’ é uma proposição falsa, quando Sócrates não corre); mas, causa a falsidade na oração de um outro modo, pois embora o predicado concorde com a parte em si mesma, não concorda com aquilo que está no seu todo (e, assim, a proposição ‘Sócrates inteiro pode ser colocado na arca’ é falsa, uma vez que o pé de Sócrates não pode estar na arca com Sócrates). E, assim, a falsidade é causada indiferentemente pela parte, ou deste modo ou daquele, do mesmo modo que alguém pode excluir de maneira indiferente a parte do todo, às vezes deste modo, às vezes daquele, por exemplo, quando é causada a falsidade na oração pela parte, do mesmo modo uma exceção acerca da parte.

23. Logo, é preciso dizer brevemente que a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação erra segundo a falácia do acidente, porque ‘ser cinco’ é predicado de cinco em si mesmo (como ‘cinco são cinco’), mas não é predicado de cinco no sentido de que cinco está sob a forma do todo. E, assim, erra segundo a falácia do acidente, como antes ficou evidente antes sobre o sofisma ‘Sócrates inteiro, exceto o pé, pode ser colocado na arca’.

24. Em relação ao argumento que objeta que o predicado sempre é removido daquilo que é excluído, é preciso dizer que não é verdade, porque quando a falsidade é causada na oração pela parte porque o predicado não concorda com a parte, então o predicado é removido daquilo que é excluído. Mas, quando a falsidade é causada na oração porque, embora o predicado concorde com a parte em si mesma, não concorda com aquilo que está no seu todo, então o predicado não pode ser removido daquilo que é excluído. E ocorre desta maneira na proposição proposta. Donde não segue ‘dez, exceto cinco, são cinco; logo, cinco não são cinco’.

Se uma proposição exceptiva é universal ou particular

25. Acerca da sexta questão, objeta-se que a proposição universal é uma proposição que significa que algo está no todo ou em nada, como é dito nos Primeiros Analíticos. Mas, uma proposição exceptiva não significa que algo está em tudo ou em nada, porque afirma uma objecção em algo ou em algumas coisas. Logo, uma proposição exceptiva não é uma proposição universal. Ainda sobre o mesmo argumento, costuma ser dada a regra:

Uma palavra exceptiva quer encontrar a distribuição móvel e devolver a imóvel

Logo, quando é dito ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’, a distribuição ‘todo homem, exceto Sócrates,’ é imóvel. Então, não existe em razão de um universal, uma vez que ocorre um movimento sob qualquer universal. E é evidente que não é uma proposição indefinida nem particular. Logo, é uma proposição singular.

26. E é preciso dizer que a proposição universal é dupla, pois uma é a proposição completa e a outra é incompleta. A proposição completa é aquela na qual o sujeito recebe o predicado por qualquer uma das suas partes, como ‘todo homem branco corre’: aqui ‘homem branco’ é feito o sujeito da corrida por qualquer homem branco. A proposição incompleta é aquela na qual é feito sujeito não por nenhuma parte de si mesmo, mas por algumas partes. E, assim, toda proposição exceptiva é universal, como ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’. Do primeiro modo, nenhuma proposição exceptiva é universal. Em relação ao primeiro argumento, é preciso dizer que se objeta sobre a proposição universal completa e perfeita. A solução do segundo argumento ficará evidente na sétima questão.

De que maneira uma proposição exceptiva é silogizável

27. Acerca da sétima questão, objeta-se assim: quando é dito ‘todo homem, exceto Sócrates, corre; ora, Platão é um homem: logo, Platão, exceto Sócrates, corre’. Ora, nenhuma conclusão é de tal natureza, nem um silogismo pode ser feito desta maneira. Logo, uma proposição exceptiva não é silogizável. Ainda sobre o mesmo argumento, uma vez que toda palavra exceptiva é imóvel (pela regra precedente), então não pode ser feita uma premissa menor sob ela. Logo, não é silogizável.

28. E é preciso dizer que uma proposição exceptiva é silogizável desta forma:

‘Todo homem, exceto Sócrates, corre

Platão é um homem

Logo, Platão corre’.

Pois a determinação ‘exceto Sócrates’ não deve ser tomada em relação a proposição média nem em relação a conclusão, porque é uma determinação do sujeito na relação com o predicado e nenhuma determinação de tal natureza é usado em relação a premissa média nem em relação a conclusão, mas apenas deve ser usada a sua determinação que é o sujeito, porque esta determinação é absoluta, mas a outra é respectiva.

29. Em relação ao outro argumento, é preciso dizer que uma proposição exceptiva é móvel, porque é silogizável, como foi dito, assumindo todas as outras partes daquilo que foi excluído. Donde dizemos que a regra predita é falsa, ou, pelo menos, deverá ser entendida quanto ao que foi excluído, isto é, que nenhuma parte pode ser assumida com aquilo que foi excluído. Donde não segue ‘todo homem, exceto Sócrates, corre: logo, Platão, exceto Sócrates, corre; logo, Virgílio, exceto Sócrates, corre; e assim por diante.

Sofisma

30. Segundo as coisas preditas, questiona-se acerca do sofisma SÓCRATES VÊ TODO HOMEM DUAS VEZES, EXCETO PLATÃO, supondo que Sócrates tenha visto todo homem uma primeira vez, exceto Platão e, na segunda vez, tenha visto todo homem novamente. A prova da primeira proposição: a proposição ‘Sócrates vê todo homem duas vezes’ é falsa. E não é uma objeção senão em Platão. Logo, quando a exceção for feita por ele, a proposição será verdadeira. Então, é verdadeira a proposição ‘Sócrates vê todo homem duas vezes, exceto Platão. Contrariamente: Sócrates vê todo homem duas vezes, exceto Platão. Então, não vê Platão duas vezes. Logo, não vê Platão na primeira vez nem na segunda vez. O que é falso.

31. A solução: a primeira proposição é dupla, porque a palavra ‘duas vezes’ (*bis*) pode determinar o verbo ‘ver’ conforme transita além do acusativo que segue com a sua determinação feita pela exceção. E, então, o sentido é Sócrates vê todo homem, exceto Platão, e isto ocorre duas vezes. E, então, segue que não veria Platão nenhuma vez. E, assim, a proposição é falsa. E, desta maneira, a palavra ‘exceto’ exclui daquilo que é ‘ver todo homem’. E, assim, a palavra ‘exceto’ vem antes na oração. De outro modo, a palavra ‘duas vezes’ (*bis*) pode determinar apenas isto que é ‘ver todo homem’. E, então, a palavra ‘exceto’

(*preter*) exclui daquilo que é ‘ver todo homem duas vezes’. E, deste modo, a proposição é verdadeira, porque não vê Platão duas vezes. E a palavra ‘duas vezes’ é entendida como vindo antes na oração do que a palavra ‘exceto’ (*preter*).

Algumas regras

32. Muitas regras ficam evidentes a partir das coisas preditas, das quais a primeira é:

[1] De qualquer proposição exceptiva verdadeira, a sua precedente é falsa

A proposição precedente da proposição exceptiva é aquela proposição a partir da qual a falsidade é excluída por meio da palavra exceptiva. Donde ‘todo animal é irracional’ é a proposição precedente falsa da proposição exceptiva verdadeira ‘todo animal, exceto o homem, é irracional’. A outra regra é essa:

[2] Se alguma proposição é verdadeira sem a exceção, será falsa pela adição da exceção.

Sofisma

33. Além disso, questiona-se o sofisma QUALQUER VINTE, EXCETO DEZ, SÃO DEZ. A prova: Estas vinte coisas, exceto dez, são dez. Aquelas vinte, exceto dez, são dez, e assim por diante. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: a proposição precedente completa é falsa. Logo, não pode ser verificada pela palavra exceptiva por meio da regra:

Contra uma proposição completamente falsa não é possível dar uma objeção

34. Solução: a primeira proposição é simplesmente falsa. No entanto, a prova erra segundo a falácia do acidente, como no sofisma TODA COISA COLORIDA, EXCETO UMA, CORRE. Prova: Toda coisa branca, exceto uma, corre. Toda coisa negra, exceto uma, corre. Toda coisa colorida com uma cor média, exceto uma, corre, supondo que estas três proposições são verdadeiras. Logo, toda coisa colorida, exceto uma, corre. Contrariamente: a primeira proposição é completamente falsa. Logo, não pode ser verificada pela exceção. No entanto, é evidente o acidente da prova, uma vez que qualquer uma das premissas não tem uma objeção senão em uma coisa e a conclusão tem uma objeção em três coisas, a saber, na

coisa branca, na coisa negra e na terceira coisa colorida com a cor média.

Sobre a construção da palavra exceptiva

35. Acerca da oitava questão, objeta-se que a palavra ‘exceto’ não é construída com o caso acusativo, porque a relação expressa pela palavra ‘exceto (*preter*)’ é do próprio ato ou em relação ao ato. Logo, a palavra ‘exceto’ determina um ato. Mas, o ato tem de ser significado pelo verbo. Logo, a palavra ‘exceto’ determina o verbo. Logo, é um advérbio. Logo, não é uma preposição e não é um verbo, uma vez que são partes da oração diversas do advérbio. Logo, não é construído com o caso acusativo.

36. E é preciso dizer que ‘exceto’ não é um advérbio, mas uma preposição, porque os advérbios determinam o verbo em razão do ato ou em razão de alguma relação que pertence ao ato, uma vez que o advérbio é como um adjetivo para o verbo. Mas, as preposições não dizem uma relação do ato, pelo contrário, dizem uma relação da substância oblíqua significada com o ato ou em relação com ato. E, assim, as preposições e os advérbios se diferem. Donde não segue que se alguém disser alguma relação referente ao ato, que, por isto, é um advérbio, pelo contrário, segue que não é um advérbio.

37. Além disso, quando é dito ‘ele corre ali’, o advérbio ‘ali’ diz uma determinação do ato. Mas, a mesma determinação é significada na oração ‘ele corre naquele local’. Logo, a preposição ‘em’ diz a mesma relação com o advérbio ‘ali’. Logo, é um advérbio, uma vez que diz a mesma relação. E ocorre semelhantemente acerca das outras preposições, como ‘atravessou para lá (*illac*)’, ou seja, por aquela parte; e ‘é movido para cima (*sursum*)’, ou seja, para um lugar superior; e ‘corre velozmente (*velociter*)’, ou seja, ‘com velocidade’; e ‘foi feito do céu (*celitus*)’, ou seja, vindo do céu; e ‘divinamente (*divinitus*)’, ou seja, ‘de Deus’. Então, as preposições significam o mesmo com os advérbios, porque ocorre desta maneira em todas as outras preposições. Logo, as preposições não se diferem dos advérbios. Portanto, a palavra ‘exceto’ é um advérbio. Logo, não é construído com o caso acusativo.

38. E é preciso dizer que o advérbio ‘velozmente (*velociter*)’ diz a velocidade como uma determinação do ato com palavra ‘corre velozmente’. Mas, se eu dissesse ‘corre com velocidade’, a preposição ‘com (*cum*)’ não diz a velocidade como uma determinação do ato, mas diz a relação de um com o outro, como da velocidade em relação ao ato. Semelhantemente, o advérbio ‘ali’ diz um lugar como uma determinação do ato, mas a preposição ‘em’ (*in*) não diz um lugar como a determinação do ato, mas diz a relação do próprio lugar a respeito do ato que ocorre nele; e assim por diante. Donde as preposições não

significam o mesmo com os advérbios. Donde a palavra ‘exceto (*preter*)’ não é um advérbio, mas é uma preposição.

39. Além disso, a palavra ‘exceto’ remove o verbo pessoal daquilo que é excluído. Mas, o verbo de alguma pessoa não é removido senão pelo caso nominativo. Logo, a palavra ‘exceto’ é construída com o nominativo.

40. E é preciso dizer que o verbo pessoal é removido de duas maneiras de algum caso. [1] Pois, de um modo, é removido porque é negada a composição de um com o outro; e sempre é removido o verbo pessoal do nominativo, como ‘eu não corro’, ‘tu não lês’, ‘ele não debate’, e do mesmo modo no plural. [2] De outro modo, é removido o verbo pessoal de algum caso gramatical pelo fato de que aquele causal é extraído de algo que recebe em si mesmo aquele ato; e, assim, o ato é sempre removido por aquilo que é excluído pela palavra ‘exceto’. Mas, isto certamente ocorre por meio do consequente, porque primeiramente a palavra ‘exceto’ extrai uma parte do todo (como ‘todo homem, exceto Sócrates’); segundo, o ato é afirmado no todo pelo qual ocorre uma exceção (como ‘todo homem, exceto Sócrates, corre’); terceiro porque o ato afirmado no todo não recebe a parte que antes era removida do todo em relação ao mesmo ato. Por isto, segue a remoção do ato a partir daquilo que é excluído. Assim como quando vistes a chuva que vinha, primeiramente removeste o livro da janela; segundo, a chuva caiu sobre a janela; terceiro, segue que não é recebida no livro ou que não caiu sobre o livro.

Sobre as palavras ‘à exceção de (*Preterquam*)’ e ‘senão (*nisi*)’

41. É preciso saber que todas as coisas que foram ditas sobre a palavra ‘exceto (*praeter*)’, todas elas também devem ser entendidas na palavra ‘à exceção de’ (*praeterquam*) e na palavra ‘senão (*nisi*)’, no sentido de que são palavras exceptivas. Excluído isto que a palavra ‘exceto’ (*praeter*) sempre exclui algo no caso acusativo (como foi dito), enquanto ‘*preterquam*’ e ‘*nisi*’ sempre excluem algo no mesmo caso no qual está o todo a partir do qual a exceção é feita. Por exemplo, ‘nenhum homem corre, à exceção de Sócrates’ ou ‘senão Sócrates’; ‘tenho compaixão de nenhum homem, exceto de Sócrates’ ou ‘senão de Sócrates’; ‘pouco nenhum homem, à exceção de Sócrates’ ou ‘senão a Sócrates’; ‘vejo nenhum homem, à exceção de Sócrates’ ou ‘senão a Sócrates’; ‘aprendi de nenhum homem, à exceção de Sócrates’ ou ‘senão de Sócrates’.

TRATADO QUINTO

AS PALAVRAS CONSECUTIVAS

A palavra 'se'

1. Tratadas as palavras exceptivas, é preciso discutir a respeito das palavras consecutivas. E é preciso tratar, primeiramente, sobre a palavra 'se'. [1] Sobre a qual, questiona-se o que ela significa; [2] segundo, quantas são as espécies de consecuições ou de consequências; [3] terceiro, se na proposição condicional pode acontecer um movimento descendente sob o antecedente ou o consequente; [4] quarto, de que modo é entendida uma contraditória da proposição condicional; [5] quinto, se um impossível antecede qualquer coisa ou se qualquer coisa segue de um impossível.

O que significa a palavra 'se' ('*si*')

2. Acerca da primeira questão, objecta-se que a palavra 'se' não significa uma substância, pois a substância é dita de quatro modos. [1] De um modo, a substância é dita uma matéria (como a matéria de Sócrates ou do fogo ou de outros elementos). [2] De outro modo, a substância é dita uma forma (como a forma de Sócrates e de outras coisas naturais). [3] No terceiro modo, a substância é dita um composto destas coisas, a saber, da matéria e da forma (como Sócrates e os outros indivíduos). [4] No quarto modo, a substância é dita uma essência que diz 'o quê' ou o que é predicado de muitas coisas (como homem, animal e semelhantes). Mas, a palavra 'se' não significa uma substância em nenhum dos modos preditos. Portanto, a palavra 'se' não significa uma substância. O que concedemos.

3. Do mesmo modo, alguns dizem que a palavra 'se' significa uma causalidade, outros dizem que significa uma antecedência, outros dizem que significa uma consecuição. E parece que significa uma causalidade, porque é chamada de conjunção causal, e isto apenas acontece em razão do significado de causa ou em razão do significado de causalidade. Logo, a palavra 'se' significa uma causalidade. Do mesmo modo, parece que mais significa uma antecedência do que uma consecuição, porque está mais em relação com o antecedente do que com o consequente por parte da coisa. O sinal disto é que ela é sempre adicionada ao antecedente (e não ao consequente), por exemplo, 'é um animal, se é um homem'. Mas, a antecedência é sempre uma forma do antecedente e a consecuição é uma forma do consequente. Logo, está mais em relação com o antecedente do que com o consequente. Portanto, se a palavra 'se'

significa um destes, significa mais uma antecedência do que uma consecução.

4. Ainda sobre o mesmo argumento, ‘causa’ é dita de duas maneiras, porque [1] uma é causa que é a causa da coisa quanto ao seu ser, e esta é a causa do seu ser, como o corpo e a alma são a causa do homem quanto ao seu ser e o sol que brilha sobre a terra é a causa do dia quanto ao ser. [2] A outra é a causa que é a causa da consequência. E, assim, em qualquer condicional o antecedente é a causa do consequente, não do seu ser, mas da consequência; e em qualquer argumento as premissas são a causa da conclusão. E, deste modo, a causa é dupla, a saber, a causa do ser e a causa da consequência. Mas, de ambos estes modos a causa na medida em que é a causa é o antecedente, e o causado na medida em que é o causado é o consequente. Mas, a palavra ‘se’ significa uma causa ou uma causalidade. Logo, significa uma antecedência e não uma consecução. Do mesmo modo, parece que significa uma consecução, pela definição de conjunção dada por Prisciano¹⁸: ‘a conjunção é uma parte indeclinável da oração que une as outras partes e demonstra uma força ou uma ordem’. E Prisciano a explica deste modo: as conjunções que significam uma força são as conjunções que significam que algumas coisas existem simultaneamente (por exemplo, ‘pio e forte foi Eneas’); as conjunções significam uma ordem quando mostram uma consequência de algumas coisas (como ‘se anda, se move’). Ora, a palavra ‘se’ e palavras semelhantes significam uma ordem. Logo, significa consequências de coisas ou uma consecução. Portanto, não significa uma antecedência.

5. E é preciso dizer que a palavra ‘se’ significa uma causalidade ou uma antecedência. E isto não acontece para significar muitas coisas, mas apenas uma, porque significa uma coisa em outra e por meio de outra. Pois é por isto que significa uma causalidade que significa uma antecedência, porque assim como em toda causa é naturalmente entendido o antecedente, uma vez que toda causa é naturalmente anterior ao seu efeito, do mesmo modo, na causalidade é entendida uma antecedência. Donde a palavra ‘se’ significa uma causalidade no sentido de que uma antecedência é entendida. E, desta forma, significa uma causalidade na antecedência ou por meio da antecedência. Donde não significa duas coisas, mas apenas uma.

6. Contudo, contra os argumentos pelos quais é demonstrado que significa uma causalidade ou a antecedência, concedemos que significa, como foi dito, um no outro ou por meio do outro. Em relação ao argumento que prova que a palavra ‘se’ significa uma consecução, é preciso dizer que não significa uma consecução, mas que significa uma antecedência (como dissemos), pois a consecução segue de uma antecedência.

7. E note que a expressão ‘um segue para o outro’ é múltipla, pois [1] algumas coisas seque

¹⁸ Inst. gramm. XVII, p. 93(2-3), ed Hertz.

porque são essencialmente predicáveis, como a definição e o gênero e as diferenças seguem para a espécie. [2] Outras coisas seguem porque são partes integrais, como a parede em relação com a casa e as suas outras partes, [3] outras seguem porque são partes essenciais, embora não sejam partes integrais, como o corpo e a alma intelectual em relação ao homem. E são chamadas de partes integrais qualquer uma destas coisas que tem uma quantidade. E, por isto, o corpo e a alma não são partes integrais, porque embora o corpo tenha uma quantidade, a alma não tem uma quantidade. Mas, são partes essenciais do animal ou do ser vivente, porque a alma é encontrada nos homens como intelectual apenas e nos animais brutos como sensitiva apenas e nas coisas que nascem da terra como vegetativa apenas. [4] Outras coisas seguem porque são sujeitos próprios dos acidentes, ou contrário, porque são os acidentes próprios dos sujeitos. E, assim, segue a linha em relação a reta ou a curva, o número em relação ao par ou ao ímpar, e o corpo formado por elementos em relação a cor, como sujeitos próprios, ou vice-versa, a reta ou a curva em relação a linha, e o par ou o ímpar em relação ao número, e a cor em relação ao corpo formado por elementos, assim como os acidentes próprios em relação aos sujeitos próprios. Mas, de nenhum destes predicados dos modos segue a consecução em relação a antecedência.

8. [5] Outras coisas seguem porque são ditas quanto a uma relação, como o pai e o filho, o senhor e o servo. E, deste modo, a consecução segue da antecedência. Assim como o antecedente e o conseqüente existem em relação a algo, semelhantemente, a antecedência e a consecução são ditas em relação. Donde a palavra 'se' significa apenas uma antecedência. E porque toda antecedência da consecução é uma antecedência, por isto, quanto ao significado da palavra 'se', segue uma consecução de maneira relativa.

Quais são as espécies de consecução?

9. Acerca da segunda questão, questiona-se quantas são as espécies de consecução, pois, uma vez que um dos relativos é exigido para o conhecimento do outro, é necessário conhecer a consecução e os modos ou as espécies de consecução para que a antecedência seja conhecida. E é preciso dizer que duas são as divisões da consecução, excedentes e excedidas. [1] Uma divisão é esta: uma é consecução de coisas que existem ao mesmo tempo, por exemplo, 'se é um homem, é um animal'. A outra é a consecução das coisas que são anteriores e posteriores, pois às vezes segue o que é anterior, às vezes que posterior. E o que é anterior segue de duas maneiras. Porque às vezes ocorre simultaneamente, como 'se aprendes, ignoras'; pois antes é o ignorar e segue o aprender, que é posterior e simultâneo, porque quando alguém aprende,

ignora. Com efeito, não aprendemos nada senão o que ignoramos. Às vezes segue o anterior na diversidade do tempo. E isto ocorre de duas maneiras. De um modo, segue o anterior no passado, por exemplo, ‘se há fumaça, há fogo’ e ‘se é um pão, foi farinha’. E isto ocorre principalmente nas causas não permanentes e nas causas que precedem o seu efeito naturalmente e no tempo. De outro modo, o anterior segue no tempo futuro, como ‘há a purificação e todas as outras coisas que são ordenadas para a saúde como uma causa final: logo, haverá saúde’ (a saúde é a causa final das coisas preditas). A causa final é naturalmente sempre anterior ao seu efeito; mas, às vezes é posterior no tempo.

10. É evidente a partir das coisas preditas que o anterior às vezes segue no presente, às vezes no passado, às vezes no futuro. Mas, a diversidade de consecução acontece porque a causa se relaciona de três maneiras com o seu efeito. Às vezes a causa ocorre ao mesmo tempo com o seu efeito, embora não de maneira natural, por exemplo, o sol que brilha sobre a terra é simultâneo com o dia. Às vezes a causa naturalmente precede o seu efeito no tempo, por exemplo, o fogo precede a fumaça e o cacho de uvas precede o vinho. Às vezes a causa antecede naturalmente o seu efeito e é posterior no tempo; e isto principalmente costuma acontecer na causa final. E, assim, é evidente que uma é a consecução das coisas que existem simultaneamente e a outra consecução é das coisas que não existem simultaneamente. [2] A segunda divisão é esta: uma consecução é simples e a outra é composta, ou conforme as oposições, como foi dito no tratado das falácias, na falácia do consequente.

11. Estas divisões se relacionam entre si como as coisas excedentes e excedidas, porque ambos os membros da primeira divisão são encontrados na consequência simples e na composta, e ambos os membros da segunda divisão são encontrados nas coisas que seguem ao mesmo tempo e nas coisas que seguem segundo o antes e o depois. Por exemplo, ‘se é um pão, foi farinha’ e ‘se é vinho, foi um cacho de uvas. E estas coisas seguem de acordo o antes e o depois e neste caso também é uma consequência simples. E nestes pode ser formada uma consequência composta, como ‘se é um vinho, foi um cacho de uvas; logo, se não foi um cacho de uvas, não é um vinho’. E ocorre semelhantemente nos termos que seguem simultaneamente. E, por isto, são ditas as divisões excedentes e excedidas, pois de acordo com o que um membro da primeira divisão é encontrado em cada um da segunda divisão, de modo que a primeira divisão é a que excede e a segunda é a excedida; no sentido de que um membro da segunda divisão é encontrado em cada um dos membros da primeira divisão, de modo que a segunda divisão é excedente e a primeira é a excedida. E digo o que é entendido por um membro da divisão é entendido, do mesmo modo, na outra divisão.

12. Conforme as coisas preditas, questiona-se o sofisma: SE NENHUM TEMPO EXISTE,

ALGUM TEMPO EXISTE. Prova: se nenhum tempo existe, não é dia. E se não é dia, é noite. E se é noite, existe algum tempo. Logo, do começo: ‘se nenhum tempo existe, algum tempo existe’. Contrariamente: neste caso é atribuído um oposto que segue de outro oposto. Logo, a locução é impossível.

13. Solução: a primeira locução é simplesmente falsa. E alguns dizem que na primeira condicional da prova é o tópico a partir do todo na quantidade, mas na segunda condicional está o tópico a partir dos contrários imediatos, na terceira é o tópico a partir da parte subjetiva, e, assim, é variada a relação de inferência e, deste modo, é impedido o tópico do primeiro para o último. E afirmam neste caso o sofisma do acidente por causa da variação do termo médio.

Sobre duas máximas

14. Mas, isto é destruído por duas máximas:

Tudo que segue do conseqüente, segue do antecedente

Logo, se o último conseqüente (a saber, algum tempo existe) segue dos antecedentes intermédios, e os antecedentes intermédios seguem do primeiro antecedente (que é ‘nenhum tempo existe’), então é necessário que o último conseqüente (que é ‘algum tempo existe’) siga da locução ‘nenhum tempo existe’, que é o primeiro antecedente. E, assim, é necessário que a primeira proposição seja verdadeira, se as relações da prova são necessárias. Portanto, da destruição do conseqüente: se a primeira proposição não é verdadeira, as relações da prova não serão necessárias.

15. A outra máxima é esta:

Tudo aquilo que antecede o antecedente, antecede o conseqüente.

Logo, se o primeiro antecedente antecede os antecedentes intermédios e os antecedentes intermédios antecedente o último conseqüente, logo o primeiro antecedente antecede o último conseqüente. Logo, se as relações da prova são necessárias, a primeira proposição é verdadeira. E não é impedido o tópico do primeiro ao último por causa das diversas relações intermédias. Logo, se a primeira proposição não for verdadeira, as relações intermédias são necessárias. Ainda sobre o mesmo argumento: se Sócrates é um animal racional mortal, Sócrates é um homem (a partir da definição). E se Sócrates é um homem, Sócrates é um animal (a partir da espécie). E se Sócrates é um animal, Sócrates não é uma pedra (a partir dos

opostos). Logo, do começo: se Sócrates é um animal racional mortal, Sócrates não é uma pedra. Mas, isto seque e, neste caso, são diversas as relações de tópicos. Logo, por causa da diversidade das relações dos tópicos não é impedido o progresso do primeiro para o último. Ainda sobre o mesmo argumento: no silogismo categórico não é exigido que seja a mesma relação do termo médio com o termo maior extremo e com o termo menor, como:

‘nenhuma virtude é um vício
toda justiça é uma virtude
logo, nenhuma justiça é um vício’.

Com efeito, neste silogismo a relação do termo médio com a maior extremidade é uma relação de contrários, mas a relação da menor extremidade com o termo médio é uma relação da espécie como gênero. Destas relações, uma faz o tópico intrínseco e a outra faz o tópico extrínseco. Logo, se entre todos os tópicos principalmente se diferem os intrínsecos e os extrínsecos, mas este não impede o silogismo categórico, logo estas mesmas relações não impedem o silogismo hipotético. E se não impedem, logo nem as outras relações, que mais concordam entre si, impedem o silogismo. E, assim, disputando do primeiro para o último não é impedido o progresso por causa das diversas relações dos tópicos. O que concedemos.

16. E é preciso dizer que a primeira proposição é simplesmente falsa e a primeira consequência é válida de um modo, mas de outro modo não, pois a proposição ‘não é dia’ (que é o primeiro consequente) é dupla, em razão de que pode ser uma negação no gênero (ou uma negação acerca do gênero, que é o mesmo) ou pode ser simplesmente uma negação.

A dupla negação

17. Se a proposição ‘não é dia’ é uma negação no gênero, deste modo, afirma o seu sujeito, que é o tempo falando de maneira geral e pela extensão do nome do sujeito; e o sentido da proposição ‘não é dia’ é este: há um tempo, mas aquele tempo não é o dia. E, assim, não segue do primeiro antecedente, porque contradiz a proposição imediata. E, deste modo, não segue ‘é tempo nenhum; logo, não é dia’. Neste caso não é o tópico a partir do todo na quantidade, mas o argumento será completamente formado por coisas díspares, assim como este: ‘nenhum homem corre; logo, algum homem corre’. O mesmo acontece no proposição proposta: ‘é tempo nenhum; logo, é algum tempo, mas aquele tempo não é dia’. Se é simplesmente uma negação, então nada afirma a proposição ‘não é dia’. E, assim, segue ‘é tempo nenhum; logo,

não é dia'; e, desta maneira, é o tópico a partir do todo na quantidade. Aristóteles começou uma distinção semelhante no primeiro livro dos Segundos Analíticos, do qual digo que 'não-par', pois se 'não-par' é uma negação no gênero, do mesmo modo afirma o seu sujeito, que é o número. Donde 'não-par' afirma um número, mas aquele número não é um número par. Mas, se 'não-par' é simplesmente uma negação, deste modo, não afirma nada.

18. E, assim, é evidente que a proposição 'não é dia' é dupla. No sentido de que é uma negação no gênero, não segue do primeiro antecedente. Mas, no sentido de que é simplesmente uma negação, de tal modo ela segue do primeiro antecedente. No entanto, é preciso dizer o contrário da segunda condicional (a saber, da proposição 'se não é dia, é noite'), pois no sentido de que a proposição 'não é dia' é uma negação no gênero, assim se segue dela que é noite, porque quando um dos contrários imediatos é destruído, não se segue uma outra coisa senão com a permanência do sujeito. Donde é necessário inferir assim: 'não é dia; é um tempo; logo, é noite'. Se a proposição 'não é dia' é simplesmente uma negação, então não segue dela que é noite nem segue o tópico a partir dos contrários.

Em que está o tempo como no sujeito

19. Além disso, questiona-se em que está o tempo como no sujeito, uma vez que todos os nove gêneros das categorias, exceto a substância, são acidentes <e todos os acidentes> estão no sujeito (porque nenhum acidente pode ser senão no sujeito; como diz Boécio que o ser do acidente é ser inerente); ora, o tempo é um acidente (porque é uma quantidade), logo está no sujeito; e, por isto, questiona-se em qual sujeito ele está. E é preciso dizer que o tempo está no movimento da primeira coisa móvel (ou no movimento do céu) como no sujeito, ou está na primeira coisa móvel na medida em que é móvel como no sujeito (porque é o mesmo que dizer que está na primeira coisa móvel na medida em que é móvel ou no movimento da primeira coisa móvel), porque da coisa móvel na medida em que é móvel é uma atualização do movimento, como está no terceiro livro da Física.

20. Do mesmo modo, questiona-se: uma vez que a noite e o dia são contrários imediatos e toda contrariedade ocorre naturalmente acerca do mesmo sujeito, logo a noite e o dia serão contrários em algum sujeito. E, por isto, procuro 'o que é aquele sujeito?' E é preciso dizer que 'noite' e 'dia' são entendidos de duas maneiras. Pois, de um modo, [1] é dito dia a iluminação do ar pelo movimento ou a partir do movimento do sol em nosso hemisfério, enquanto a noite é dita a privação da iluminação do ar em nosso hemisfério e, deste modo, a noite e o dia são contrários imediatos e eles tem de ocorrer alternadamente acerca do ar como

acerca do próprio sujeito e acerca do movimento do sol sobre a terra como a respeito da sua causa eficiente. Donde estão no ar como no sujeito, e é neste caso o quinto ‘modo de ser em’ (*modus essendi in*). E estão no movimento do sol sobre a terra como na causa eficiente; e, neste caso, é o sexto modo ‘de ser em’. [2] ‘Noite’ e ‘dia’ também são tomados de outra maneira. Conforme este modo, o dia é dito o espaço de tempo que mede o movimento do sol em nosso hemisfério, a partir do qual o sol começa a brilhar em nosso hemisfério; e a noite é dita todo o espaço adequado ao movimento do sol em outro hemisfério. E, assim, a noite e o dia são partes do tempo. Mas, ‘noite’ e ‘dia’ são tomados mais propriamente do primeiro modo do que do segundo modo. No entanto, o hemisfério é aquela parte média do céu que aparece sobre a terra em qualquer parte da circunferência. E é dito hemisfério de *‘hermis’* (que é ‘metade’) e *‘spera, spered’* (que é ‘esfera’), por assim dizer ‘metade esfera’ ou ‘metade da esfera’.

A predicação múltipla

21. Do mesmo modo, questiona-se se o tempo é predicado da noite e do dia no sentido em que ‘noite’ e ‘dia’ são tomados no primeiro modo. E é preciso dizer que a predicação ocorre de muitos modos. [1] Uma predicação é de algo mais geral sobre algo menos geral: e esta é a predicação essencial, como ‘o homem é um animal’, ‘o homem é capaz de rir’.[2] A outra predicação é causal, por exemplo, quando a causa é predicada do efeito, como ‘a saúde é a adequação dos humores’ e ‘o dia é o sol que brilha sobre a terra’. [3] Outra é a predicação do acidente sobre o sujeito, como ‘a parede é branca’ e ‘a linha é reta ou curva’.[4] A outra é predicação do sujeito sobre próprio acidente, como ‘par é um número’ e ‘reta é a linha’. E, de nenhum destes modos, o tempo é predicado da noite e do dia entendidos da primeira maneira. Donde, de acordo com todas estas predicções, a proposição ‘o dia é o tempo’ é falsa e, da mesma forma, a proposição ‘a noite é o tempo’ também é falsa. [5] A outra predicação é do que é mensurável, ou da mensura, sobre a coisa mensurada, por exemplo: ‘este vinho é um quarto’ (neste caso é predicada a mensura sobre a coisa mensurada) ou ‘a linha é tão grande’ e ‘o número é tão grande’ e ‘a superfície é tão grande’. E, assim, uma quantidade é predicada como mensura sobre todas as espécies de quantidade, e não como um gênero, porque o gênero não pode ser predicado denominalmente sobre a espécie. E, deste modo, o tempo é predicado da noite e do dia entendidos do segundo modo. Donde, deste modo, é verdadeira a proposição ‘o dia é o tempo’. E é predicada a mensura sobre a coisa mensurada de maneira remota, porque o tempo do primeiro modo mensura o movimento da primeira coisa móvel e o

movimento da primeira coisa móvel mensura o movimento do sol. Donde, a partir do consequente, o tempo mensura o movimento do sol e pelo movimento do sol mensura a noite e o dia.

22. Do mesmo modo, questiona-se o que é o tempo, pois todo tempo consta de um ‘antes’ e ‘depois’, ora, o antes e o depois são designados ao movimento, logo o tempo é um movimento (e é um silogismo no primeiro modo da primeira figura e as premissas são entendidas universalmente e são transpostas). E é preciso dizer que o tempo é assim definido por Aristóteles: ‘o tempo é o número do movimento conforme o antes e o depois’. Mas, não segue ‘logo, o tempo é um número’; também não segue ‘o tempo é uma quantidade discreta’, porque a razão do número é diminuída por aquilo que é adicionado a si, pois numerar o movimento conforme o antes e o depois é mensurar o próprio tempo <de acordo o antes e o depois>: mas, mensurar segundo o antes e o depois afirma uma continuidade e não uma discrição, por causa disto que o antes e o depois copulam com o mesmo agora. Donde são impedidas aquelas duas inferências por causa da falácia *quid et simpliciter*.

O ‘antes’ e o ‘depois’

23. Contra o argumento, é preciso dizer que não é um silogismo no primeiro modo da primeira figura, mas, ainda assim, é um paralogismo contra o primeiro modo da primeira figura, porque o termo médio é equívoco, pois ‘antes’ e ‘depois’ são ditos de duas maneiras. Pois, de um modo, [1] antes e depois são partes do mesmo movimento e, de outro modo, [2] são partes do tempo. E, assim como o primeiro movimento é a causa do tempo, do mesmo modo o antes e o depois no movimento são a causa do antes e do depois no tempo. E, deste modo, o movimento é um sujeito do tempo, de tal maneira que o antes e o depois no movimento são o sujeito do antes e do depois no tempo.

O espaço, o movimento e o tempo

24. E note que três são as coisa que são proporcionais entre si, a saber, o espaço, o movimento e o tempo. O movimento adequa-se ao espaço sobre aquilo que é, o tempo adequa-se ao movimento como ao seu sujeito. Por exemplo, se imaginares três linhas iguais e extensas de tal modo que a segunda é sobreposta a primeira e a terceira é sobreposta a segunda; semelhantemente, se imaginares a extensão do espaço e do movimento sobre o espaço e a extensão do tempo sobre o movimento. Mas, nisto há uma diferença porque a extensão do espaço é permanente, mas a extensão do movimento e a extensão do tempo são sucessivos e

não têm as suas partes simultaneamente. Do mesmo modo, se imaginares um copo cheio de água e com a ponta de uma agulha é desenhada uma linha na superfície da água de uma extremidade do copo até a outra, então nenhuma parte daquela linha é um passado (porque já foi destruída) e nenhuma parte é futura (porque não é feita e não foi feita e não será feita). E, assim, da linha não existe senão aquilo em que o ponto da agulha está. Ocorre da mesma maneira sobre o movimento e sobre o tempo, porque já não existe aquilo que é o passado de ambos; mas, o que é futuro, ainda não é, mas será. Donde, de ambos, nenhuma parte existe e não existe algo deles senão algo indivisível. Donde do tempo não existe nada senão o agora, que não é o tempo nem a sua parte, mas é algo indivisível no tempo e por meio disto que o tempo existe. E do movimento não existe nada senão algo móvel que se move, o que não é o movimento nem a sua parte <mas é algo indivisível no movimento> e por meio disto o movimento existe.

25. Além disso, note que, na medida em que o movimento, pela sua substância, é a causa do tempo e pela sua quantidade dá ao tempo a quantidade, de tal maneira que o movimento é primeiramente uma quantidade e, por causa do movimento, o tempo é uma quantidade, como está no quinto livro da *Metafísica*, no capítulo sobre a quantidade. Mas, de acordo com o que é encontrado primeiramente no tempo pela natureza de mensurar e por causa do tempo no movimento, deste modo, o tempo por si é uma quantidade e, assim, o movimento é uma quantidade do tempo; e, deste modo, o movimento é uma quantidade por acidente.

O número e a mensura

26. Do mesmo modo, note que quando digo ‘três homens’ ou ‘seis’, digo duas coisas, porque por meio disto digo ‘homens’, digo as substâncias dos homens, mas, por meio disto digo ‘três’ ou ‘seis’, eu digo a quantidade deles; e assim sobre todos as coisas numeráveis. E, assim, entenda que todo número e toda quantidade é, de um modo, uma mensura e, de outra maneira, é uma outra coisa, porque é uma mensura conforme o que denomina algum sujeito, como ‘três homens’, ‘quatro cavalos’, ‘o homem bícubito’, ‘uma coluna tricubica’. E é algo de acordo com o que é o gênero ou alguma coisa particular que diz ‘o quê’ (*quid*). Semelhante, quando digo ‘se move da manhã até a noite’, digo duas coisas, porque por meio disto que digo ‘se move’, digo o movimento; mas por meio disto que digo ‘da manhã até a noite’, digo a mensura do movimento, que é o tempo. Donde quão grande é a extensão do tempo da manhã até a tarde, tão grande entendo o movimento e a sua extensão. e, assim, entendo a extensão do tempo tão grande quanto é a extensão do movimento. E, assim, o tempo mensura o

movimento. E, por causa disto, dizia-se antes na solução correta do sofisma que a negação ‘não é dia’, na medida em que é uma negação no gênero, afirmava o seu sujeito, que é o tempo, pela extensão do nome do sujeito, pois não apenas era chamado neste caso aquele sujeito que é feito sujeito pelo acidente, mas também aquilo que é a mensura de algum acidente, como do dia. E, desta maneira, o nome do sujeito se estende para o sujeito e para a sua mensura; e, por isto, era dito ‘pelo extensão do nome do sujeito’.

27. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma SE NENHUMA PROPOSIÇÃO É VERDADEIRA, ALGUMA PROPOSIÇÃO É VERDADEIRA. Prova: se nenhuma proposição é verdadeira, a proposição ‘um homem é’ não é verdadeira (a partir do todo na qualidade). E se a proposição ‘um homem é’ não é verdadeira, a sua contraditória será verdadeira (pelos opostos da contradição). E se a sua contraditória é verdadeira, alguma proposição é verdadeira (a partir da espécie ou a partir da parte subjetiva). Logo, do começo: se nenhuma proposição é verdadeira, alguma proposição é verdadeira. Contrariamente: neste caso é atribuído um oposto que segue de um outro oposto. Logo, a locução é impossível.

28. Solução: a primeira proposição, a saber, ‘se nenhuma proposição é verdadeira, alguma proposição é verdadeira’, é verdadeira de um modo, mas é falsa de outro modo. E, além disso, a primeira consequência é válida de uma maneira, mas de outra não, porque o primeiro antecedente (a saber, ‘nenhuma proposição é verdadeira’) é duplo. De um modo é simplesmente uma negação. E, assim, não segue ‘se nenhuma proposição é verdadeira, a proposição “um homem é” não é verdadeira’, e neste caso não é o tópico do todo na quantidade, pois, deste modo, o primeiro antecedente (a saber, ‘nenhuma proposição é verdadeira’) não afirma o acidente (que é ‘verdadeiro’) nem afirma o seu sujeito (que é ‘proposição’). Mas, o conseqüente desta consequência afirma uma proposição particular em virtude da demonstração, quando é dito ‘a proposição “o homem é” não é verdadeira’. Então, o antecedente remove tanto a proposição quanto a sua verdade e o conseqüente afirma a proposição em virtude da demonstração, assim como foi dito. E, assim, o conseqüente contradiz o antecedente, como se fosse dito ‘se nenhuma proposição existe e não existe a sua verdade, a proposição “o homem é” e a sua verdade não existe,

29. Mas, de outro modo, o primeiro antecedente (a saber, ‘nenhuma proposição é verdadeira’) pode ser uma negação no gênero e, assim, afirma toda a proposição e remove a verdade de toda proposição. E, deste modo, afirma que todas as contraditórias são falsas ao mesmo tempo. Donde do conseqüente afirma que todas as contraditórias são verdadeiras ao mesmo tempo, pois todas as vezes que uma contraditória é falsa, a outra é verdadeira. Donde se é falsa de um modo, do outro modo é verdadeira; e se é falsa daquele modo, deste modo é

verdadeira. Donde se são falsas de ambos os modos, de ambos os modos são verdadeiras. E, assim, o primeiro antecedente afirma e remove qualquer contradição. E, por isto, de acordo com o que o primeiro antecedente é uma negação no gênero, de tal modo que a primeira consequência é válida, e todas as outras também o são, da primeira a última. E, desta maneira, a primeira proposição é verdadeira, a saber, a proposição ‘se nenhuma proposição é verdadeira, alguma proposição é verdadeira’. Contra a refutação, é preciso resolver deste modo, isto é, no sentido de que o primeiro antecedente é uma negação no gênero, é preciso dizer que é neste caso que um oposto não segue de um outro oposto, mas uma parte segue da contradição para o antecedente, o que inclui em si qualquer contradição.

30. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma SE TU ESTÁS EM TODO LUGAR, TU NÃO ESTÁS EM TODO LUGAR. A prova: se tu estás em todo lugar, tu estás aqui (a partir do todo no local). E tu estás aqui, tu não estás ali (a partir dos opostos). E se tu não estás ali, tu não estás em todo lugar (a partir do local pela destruição do consequente). Logo, do começo: se tu estás em todo lugar, tu não estás em todo lugar. Contrariamente: neste caso um oposto segue de um outro oposto. Logo, a locução é impossível.

31. Solução: alguns dizem que a primeira proposição é dupla, pois ‘lugar’ é dito de três maneiras, a saber, próprio e comum. O lugar próprio é o que adequa-se a coisa e a cerca e a contém por todos os lados; e tal local é dito circunscrito. E entendendo ‘lugar’ desta maneira é impossível que muitos corpos estejam no mesmo lugar. O Local comum, por outro lado, é dito o lugar no qual muitas coisas existem ao mesmo tempo, por exemplo, muitos homens na mesma casa ou muitos elementos e as coisas formadas pelos elementos no interior do céu. Donde dizem que, se no antecedente for entendido o local comum e no consequente for entendido o local circunscrito, de tal maneira a primeira proposição é verdadeira. Contudo, se em ambas as partes forem entendidos o lugar circunscrito ou em ambas as partes for entendido o lugar comum, de tal maneira a proposição é falsa. Mas, está solução não é nada, porque ainda que o lugar sempre seja entendido circunscritivamente, o sofisma permanece e a prova e a refutação precedem assim como antes. E, por isto, é preciso dizer que a primeira proposição é simplesmente verdadeira, porque o antecedente (a saber, ‘tu estás em todo lugar’) de duas maneiras afirma uma contradição, porque [a] o sujeito contradiz o predicado (e esta proposição é uma contradição) e, além disso, [b] o mesmo predicado afirma em si tontas contradições quantos são os lugares circunscritos.

32. E evidente que o sujeito contradiz o predicado, porque pelo pronome ‘tu’ colocado no sujeito demonstra uma coisa singular apta a estar em apenas um lugar e, assim, não em todo lugar, e o predicado afirma que em está todo lugar. E, assim, há ‘em todo lugar’ e ‘não em

todo lugar' entre o sujeito e o predicado. E, deste modo, o sujeito contradiz o predicado. É evidente que o predicado afirma muitas contradições em si, pois, assim como é impossível que muitos corpos estejam ao mesmo tempo no mesmo lugar circunscretivamente, do mesmo modo é impossível que o mesmo corpo esteja em lugares diversos circunscretivamente. Donde, o que está aqui circunscretivamente, não está ali circunscretivamente, e o que está ali circunscretivamente, não está aqui circunscretivamente; e, deste modo, sobre qualquer lugar, Donde, 'ser aqui circunscretivamente' contradiz a isto para o qual o digo 'ser ali circunscretivamente' e vice-versa; e, assim, sobre todos os locais circunscritos. E, desta maneira, 'ser em todo lugar' afirma tantas contradições quantos são os lugares particulares circunscritos. Portanto, é evidente que o primeiro antecedente afirma uma contradição de duas maneiras. E, por este motivo, uma contradição segue disto por meio das consequências naturais. E, por isto, é preciso dizer que a primeira proposição é verdadeira. Contra a refutação, é preciso dizer que um oposto segue para outro oposto, mas uma parte da contradição segue para o antecedente, o que contém em si ambas as partes e muitas outras.

Se uma condicional pode ser um silogismo

33. Acerca da terceira questão, questiona-se deste modo: dos silogismos, um é o categórico e o outro silogismo é o condicional (o silogismo categórico é o que é formado por proposições categóricas, já o silogismo condicional é formado por proposições condicionais). Logo, a proposição condicional é um silogismo. Portanto, é necessário descer sob o antecedente ou sob o conseqüente. E é preciso dizer que na condicional às vezes é permitido descer sob o antecedente, às vezes sob o conseqüente.

Sobre algumas regras

34. Donde são dadas muitas regras. E a primeira é:

[1] *Se os termos comuns são colocados no antecedente e no conseqüente de alguma condicional sem a distribuição, ocorre a descida sob o antecedente, enquanto conseqüente permanece imóvel.*

Por exemplo, 'se um homem corre, um animal corre; logo, se Sócrates corre, um animal corre, e se Platão corre, um animal corre', e assim por diante. A segunda regra é:

[2] *se os termos comuns são colocados com a distribuição no antecedente e no conseqüente, o antecedente permanece imóvel e é necessário que acontecer a descida sob o conseqüente.*

Por exemplo, ‘se todo animal corre, todo homem corre; logo, se todo animal corre, Sócrates corre e Platão corre e Cícero corre’, e assim por diante. A terceira regra é:

[3] *Se algo segue para outra coisa, destruído o conseqüente, também é destruído o antecedente.*

E, por isto, o argumento sempre é válido pela destruição do conseqüente, como ‘se é um homem, é um animal; logo, se não é um animal, não é um homem’. A quarta regra é:

[4] *Se algo segue para outra coisa, afirmado o antecedente, também é afirmado o conseqüente.*

Por exemplo, ‘se é um homem, é um animal; ora, é um homem; logo é um animal’. E, por causa disto, o argumento é válido pela afirmação do antecedente. A quinta regra é:

[5] *Tudo aquilo que antecede o antecedente, antecede o conseqüente.*

Por exemplo, ‘se é um animal, é uma substância; ora, se é um homem, é um animal; logo, se é um homem, é uma substância. A sexta regra é:

[6] *Tudo aquilo que segue do conseqüente, segue do antecedente.*

Por exemplo, ‘se é um homem, é um animal; ora, se é um animal, é uma substância; logo, se é um homem, é uma substância.

A que coisa se estende uma negação na condicional

35. Acerca da quarta questão, questiona-se a que coisa se estende uma negação para que seja entendida uma proposição contraditória de alguma condicional. E parece que se estende ao verbo da conseqüente, pois, como diz Boécio, o antecedente se dirige a determinação do

consequente. E, assim, o verbo do consequente é afirmado e o antecedente o determina. Mas, o que é afirmado na proposição afirmativa deve ser negado na proposição negativa. Portanto, a negação deve se estender ao verbo da consequente para que seja afirmada uma contraditória da mesma condicional.

36. Mas, o objeta-se o contrário porque ‘consequente’ diz duas coisas, a saber, o consequente na medida em que é o consequente e isto que é o consequente, assim como ‘pai’ diz, de um modo, o pai na medida em que é o pai e, de outro, diz aquilo que é o pai. Mas, o consequente na medida em que é o consequente é uma relação (*ad aliquid*), porque é uma relação com o antecedente e vice-versa. E, desta maneira, quando um é afirmado o outro também é afirmado e quando um é destruído, o outro também é destruído, porque é uma relação. Logo, não há uma maior razão para que a negação mais se estenda para o consequente do que para o antecedente. Do mesmo modo, a negação não deve se estender para isto que é o consequente, porque a proposição ‘se Sócrates lê, Platão lê’ é falsa, do mesmo modo que é falsa a proposição ‘se Sócrates lê, Platão não lê’. Logo, de nenhum modo a negação deve se estender para o consequente. Portanto, não ocorre uma contradição da condicional.

Os três tipos de consequente

37. E é preciso dizer que ‘consequente’ é dito de três modos. [1] De um modo, o consequente é tomado na medida em que é o consequente; e, assim, é uma relação e corresponde ao antecedente e, deste modo, o consequente e o antecedente existem naturalmente ao mesmo tempo, assim como o pai e o filho. E, deste modo, a negação não se entende ao consequente para contradizer a condicional. [2] De outro modo, ‘consequente’ diz isto que é o consequente em si mesmo e entendido de maneira absoluta. E, deste modo, a negação não se estende ao consequente para contradizer a condicional. Donde, assim como a proposição ‘se um homem corre, um burro corre’ é falsa, do mesmo modo, também está é falsa a proposição ‘se um homem corre, um burro não corre’, pois a negação se estende ao consequente entendido em si mesmo. [3] Do terceiro modo, isto que é o consequente é tomado segundo aquilo que é determinado pelo antecedente, pois em toda condicional o consequente é afirmado sob uma condição, como ‘um homem se move, se ele corre’ e ‘é um animal, se é um homem’. E, deste modo, o antecedente é a determinação do consequente.

38. E, deste terceiro modo, a negação deve se estender ao consequente para contradizer a condicional. E, deste terceiro modo, procede o primeiro argumento, enquanto o argumento contrário procede de dois outros modos. Donde a contraditória da proposição ‘é um animal, se

é um homem' é a proposição 'não: é um animal se é um homem'; e é falsa, pois a contraditória é verdadeira. E a contraditória desta proposição 'se um homem corre, um burro corre' é esta 'não: se um homem corre, um burro corre', e é verdadeira, porque a sua contraditória é falsa. Com efeito, a negação deve ser sempre colocada antes de toda condicional para que contradiga a última. Donde costuma ser dada a regra:

Todas as vezes em que a negação é colocada tanto antes de alguma proposição categórica quanto antes de uma proposição condicional, sempre contradiz a última.

Se qualquer coisa segue do impossível

39. Acerca da quinta questão, questiona-se se do impossível segue qualquer coisa ou o impossível antecede qualquer coisa. E parece que sim, porque verdadeiro e falso são opostos, porque são contrários. Ora, um dos contrários destrói o outro e vice-versa. Logo, o falso destrói o verdadeiro e vice-versa. E porque o impossível é falso, o impossível destrói o verdadeiro e vice-versa. Mas, o verdadeiro segue de um impossível. Logo, é muito mais provável que siga a partir disto tanto o falso quanto o impossível, porque se o que menos parece seguir para o impossível segue-se dele mesmo (a saber, que o destrói), logo é muito mais provável que siga qualquer outra coisa. Logo, do impossível segue-se qualquer coisa. Do mesmo modo, toda coisa verdadeira está igualmente distante do impossível, porque eles se repugnam igualmente. Logo, por esta razão, algo verdadeiro segue do impossível, e qualquer outra coisa verdadeira também segue do impossível. Ora, uma coisa verdadeira segue do impossível, por exemplo, 'se o homem é um burro, o homem é um animal'. Logo, qualquer outra coisa verdadeira segue do impossível.

40. Do mesmo modo, a prova que deste impossível 'Sócrates é um homem e não é um homem' segue qualquer outra coisa impossível, porque se Sócrates é um homem não é um homem; logo, Sócrates é um homem; e é o tópico a partir do todo, porque a contradição forma um todo de ambas as suas partes. Ora, se Sócrates é um homem, Sócrates é homem ou um burro; e é um argumento como se fosse da parte subjetiva, porque o todo separado é comum a suas partes. Logo, do começo: se Sócrates é um homem e não é um homem, Sócrates é um homem ou um burro. Ora, não é homem, porque se Sócrates é um homem e não é um homem, Sócrates não é um homem (a partir do todo integral). Logo, Sócrates é um burro. E, assim, do impossível 'Sócrates é um homem e não é um homem' segue, então, qualquer coisa. Logo, o impossível antecede qualquer coisa.

41. Ora, objetiva-se o contrário porque a conclusão é uma proposição provada por um argumento ou por vários argumentos e todo argumento é a razão de inferir de acordo com alguma relação ou algumas relações (porque o argumento é a razão da que faz a fé na coisa dúbia e a fé não pode ser feita de uma coisa dúbia senão por uma relação ou relações); logo, é necessário que todas as vezes que algo for concluído sobre outra coisa e que algo siga de uma outra coisa, que neste caso é alguma relação, ou relações, pelo qual, ou pelos quais, uma coisa segue de outra coisa. Mas, deste impossível ‘o homem é um burro’ não existem relações, nem mediadas nem imediatas, com o impossível ‘a cor branca é a cor negra’ ou ‘a justiça é a injustiça’. Logo, deste impossível ‘o homem é um burro’ não segue outros impossíveis. Logo, do impossível não se segue qualquer coisa. Do mesmo modo, em um tópico do primeiro ao último, é necessário que as conclusões intermediadas sejam confirmadas pelos tópicos intrínsecos ou extrínsecos ou médios. Mas, há muitas coisas verdadeiras e muitos impossíveis que não podem ser confirmados por relações de um tópico quanto ao impossível ‘o homem é um burro’. Logo, deste impossível não segue nenhuma coisa pelo tópico do primeiro ao último, nem com relação a algum outro tópico. Logo, não é possível que do impossível siga qualquer coisa.

‘Impossível’ é entendido de três maneiras

42. O que concedemos dizendo que ‘impossível’ dá a entender três coisas. [1] Uma coisa é impossível na medida em que é impossível. [2] Outra coisa é a composição de coisas que não podem concordar entre si (por exemplo, ‘o homem é um burro’) ou a divisão de coisas que necessariamente concordam entre si (como ‘o homem não é um animal’), porque um impossível em si mesmo, medida em que é um impossível, é uma outra coisa do que a composição ou a divisão preditas, em razão de que, assim como a verdade e a falsidade são acerca da composição ou da divisão em relação ao sujeito, do mesmo modo, por extensão do nome ‘sujeito’ em relação ao sujeito e em relação ao sinal da coisa, semelhantemente, a necessidade e a impossibilidade são acerca da composição ou da divisão. Portanto, é evidente que uma coisa é o impossível na medida em que é impossível, ou a própria impossibilidade, e outra coisa é a composição ou a divisão acerca dele [3] A terceira coisa que impossível dá a entender é a coisa em si mesma que é composta ou dividida, ou coisas que são compostas ou divididas, por exemplo, o homem em si mesmo e o burro em si mesmo quando é dito ‘o homem é um burro’

43. Portanto, é preciso dizer que nada se segue do impossível quanto aos dois primeiros

modos. Donde nada segue do impossível na medida em que é um impossível nem da composição ou da divisão acerca da qual há uma impossibilidade. E, assim, não significam nada, porque um impossível na medida em que é impossível não é nada e a mesma composição ou a divisão acerca da qual há uma impossibilidade também não nada é. E, deste modo, nada afirmam. Mas, segue algo das coisas que são sujeitos da composição ou da divisão preditas. Por exemplo, quando é dito ‘o homem é um burro’; porque aquela coisa que é um burro é uma espécie de animal e a espécie sempre afirma o seu gênero, por esta razão, ‘animal’ segue de ‘burro’. Donde quando alguém conclui assim: ‘se o homem é um burro, o homem é um animal’, aquilo não é por causa do impossível na medida em que é um impossível nem por causa da composição acerca da qual há uma impossibilidade, mas por causa da relação da espécie com o gênero, que é da relação da espécie ‘burro’ com o gênero ‘animal’, a saber, que o burro era a coisa que era sujeito daquela composição.

44. Portanto, é preciso dizer brevemente que nada segue do impossível quanto aos dois primeiros modos. Mas, do impossível quanto a este terceiro modo segue apenas as coisas verdadeiras ou impossíveis com as quais este impossível tem alguma relação. Por exemplo, ‘se o homem é um burro, o homem é um animal’ segue do terceiro modo de ‘impossível’; e é o tópico a partir da espécie. E ‘se o homem é um burro, o homem é um animal capaz de zurrar’ segue um impossível do terceiro modo predito; e é o tópico a partir da descrição. E, semelhantemente, é preciso entender isto de qualquer outro impossível. E, assim, é evidente que do impossível não se segue qualquer coisa.

45. Em relação aos dois primeiros argumentos, é preciso dizer que algo verdadeiro não segue do impossível na medida em que é um impossível, assim como foi dito. Contudo, segue das coisas cuja composição ou divisão é impossível, como foi dito. Mas, deste modo, embora o impossível destrua algo verdadeiro e vice-versa, contudo, a coisa que pode ser sujeito de uma composição impossível ou de uma divisão impossível não destrói algo verdadeiro nem vice-versa, mas em vez disso o afirma. Além disso, deste modo, nem todas as coisas verdadeiras se afastam igualmente do impossível, porque as coisas verdadeiras que não têm nenhuma relação com este impossível mais se afastam dele e as coisas verdadeiras que tem alguma relação ou relações com as coisas que são sujeitos de uma composição ou de uma divisão impossível menos se afastam dele.

46. Contra o terceiro argumento, é preciso dizer que o argumento é válido até a inferência que ocorre do primeiro para o último dizendo assim: ‘logo, do começo; se Sócrates é um homem e não é um homem, logo Sócrates é um homem ou um burro’. Mas, a inferência que segue não é válida, porque não destrói a proposição ‘Sócrates é um homem’, o que seria necessário para

que se seguisse que Sócrates é um burro, porque a proposição ‘Sócrates é um homem ou um burro’ é verdadeira, pois a contradição predita, a saber, ‘Sócrates é um homem e não é um homem’, igualmente destrói e afirma a proposição ‘Sócrates é um homem’. E, assim, não destrói mais do que a afirma. E, por isto, não destrói a outra parte da disjuntiva. E, por esta causa, não é o tópico a partir da divisão e o argumento não segue. Mas, concordamos com os argumentos que provam que do impossível segue qualquer coisa; e eles procedem.

Sofisma

47. De acordo com as coisas preditas, questiona-se o sofisma SE NADA É, ALGO É. Prova: se nada é, é verdade que nada é (também é o tópico ‘a partir da causa’, porque a coisa é a causa da verdade da oração, como está nas Categorias). Mas, se é verdade que nada é, este enunciado, a saber, ‘nada é’, é verdadeiro (a partir do conversível ou a partir do igual). E se este enunciado é verdadeiro, algo é verdadeiro (a partir da parte subjetiva). E se é verdade que algo é, algo é (a partir do conversível ou do igual, porque ‘ser’ e ‘ser verdadeiro’ são convertidos em expressões complexas). Portanto, do início: se nada é, algo é. Contrariamente: neste caso é atribuído um oposto que segue para um outro oposto. Portanto, é uma locução impossível.

48. Solução: alguns dizem que a primeira proposição é simplesmente falsa. E alguns dizem que a primeira consequência não se mantém em razão de que a proposição ‘nada é’ remove tudo e, deste modo, não deixa as artes nem as ciências nem os princípios e as máximas nem tópicos nem causas nem os efeitos. Por esta razão, neste caso não é o tópico a partir da causa nem nenhum outro tópico. E, por este motivo, não se mantém a consequência ‘se nada é, é verdade que nada é’. Contudo, isto não é nada, porque supondo que não existam coisas criadas (como era antes da criação) e a distribuição ‘nada’ não compreende sob si senão as coisas criadas, então é verdadeira a proposição ‘nada é’, falando sobre as coisas criadas. E também a proposição ‘é verdade que nada é’. E uma proposição não pode ser entendida sem a outra nem o contrário. Portanto, necessariamente una segue a outra e vice-versa.

49. Outros dizem que a primeira proposição afirma um impossível e do impossível segue qualquer coisa. E, assim, da primeira proposição segue-se que algo é. Mas, isto é nada, porque foi demonstrado anteriormente que do impossível não se segue qualquer coisa. Outros dizem que a primeira proposição destrói a si mesma. E, por isso, afirma o seu oposto (a saber, que algo é), pois a primeira proposição remove todas as coisas da natureza, dos costumes e da razão. E, deste modo, remove todo silogismo e toda proposição, uma vez que são coisas da

razão. Mas, se remove e destrói toda proposição, logo também remove e destrói a si mesma. E, assim, destrói a si mesma. E desta maneira segue disto que nada é e que algo é. Mas isto é um absurdo, porque afirmada a distribuição das coisas criadas (como foi dito anteriormente), então é verdade que ‘nada é’, falando do estado que era antes da criação. Logo, não destrói a si e não afirma o seu oposto.

50. Contra isto objetam que o antecedente da primeira condicional remove as coisas da natureza e as coisas do costume e as coisas da razão; donde remove todo o silogismo e toda proposição, logo também remove a si mesma, – é preciso dizer não segue, pelo contrário, neste caso ocorre a falácia *quid et simpliciter*, porque remove todo silogismo e toda proposição entendida como coisa. Portanto, a proposição ‘nada é’ não é tomada como uma coisa, mas como um sinal de uma coisa ou como uma via para uma coisa. E, assim, não nega nada de si mesmo, mas nega as coisas entendidas por ele. É semelhante a isto: supondo que todas as proposições sejam destruídas e que não reste nenhuma, então se alguém disser ‘nenhuma proposição existe’, mas diz algo verdadeiro, embora ele mesmo profira uma proposição, a saber, ‘nenhuma proposição existe’. Nem disto segue que alguma proposição exista, porque a proposição a qual ele profere (a saber, ‘nenhuma proposição existe’) não é tomada como uma coisa, mas é tomada como sinal e como uma via para todas as outras proposições. Donde o ser desta proposição não existe senão por meio daquelas outras proposições. E, por isto, faz o número no ser com elas. E, por isto, não segue que alguma proposição exista.

51. E, por isto, é preciso dizer que a primeira proposição é falsa, a saber, ‘se nada é, algo é’. E a primeira consequência é válida, a saber, ‘se nada é, é verdade que nada é’, porque de algum impossível segue algum outro impossível, enquanto tiver alguma relação com ele. E neste caso é o tópico a partir do efeito, porque a verdade da proposição afirma a verdade da expressão, assim como o efeito afirma a causa. E a segunda consequência também é válida, a saber: ‘se é verdade que nada é, este enunciado é verdadeiro’. Mas, a terceira consequência erra segundo a falácia *quid et simpliciter*, a saber, ‘se este enunciado é verdadeiro, algo é verdadeiro’, porque o enunciado não pode ser simplesmente, mas o termo ‘algo’ afirma o ente simplesmente. E, por este motivo, ocorre a falácia *quid et simpliciter*. É isto também evidente de outra maneira, porque quando alguém diz ‘se este enunciado é verdadeiro, algo é verdadeiro’, por meio do pronome ‘este’ demonstra o enunciado ‘nada é’, que nada afirma no ser, mas remove todas as coisas do ser, E por este consequente ‘algo é verdadeiro’, afirma que a coisa é simplesmente. E, assim, afirma o ente simplesmente. Donde se alguém examinar corretamente a terceira condicional, verá que a sua consequente contradiz o seu antecedente.

E, por este motivo, neste caso não há nenhuma evidência, ou, se há alguma evidência, ocorre a falácia *quid et simpliciter*.

52. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma SÓCRATES DIZ A VERDADE, SE APENAS PLATÃO FALA, supondo que Sócrates diga que apenas Platão fala. Prova da primeira proposição: Sócrates diz que apenas Platão fala. Ora, é verdade que apenas Platão fala, se apenas Platão fala, Logo, Sócrates diz a verdade se apenas Platão fala. Contrariamente: se apenas Platão fala, nenhuma outra pessoa do que Platão fala (a partir do definido ou a partir da descrição). E se nenhuma outra pessoa do que Platão fala, Sócrates não fala (a partir do todo na quantidade). E se Sócrates não fala, Sócrates não diz a verdade (a partir do gênero, porque falar é mais geral do que dizer a verdade e do que dizer o falso e do que dizer todas as locuções particulares). Portanto, Sócrates não diz a verdade, se apenas Platão fala.

53. A solução: A primeira proposição é simplesmente falsa. E a prova erra segundo a falácia do acidente, pois, embora Sócrates diga que apenas Platão fala e isso é verdadeiro, se apenas Platão fala, contudo não diz a verdade, se apenas Platão fala. Assim como, embora alguém conheça aquele que está encoberto, como Corisco, não conhece o encoberto, mas ocorre um sofisma do acidente. E ocorre do mesmo modo no que foi proposto, porque, assim como ‘encoberto’ é um acidente de Corisco, da mesma forma ‘verdadeiro’ é um acidente de ‘apenas Platão fala’. Donde a primeira proposição é simplesmente falsa e afirma uma contradição, porque afirma que apenas Platão fala e que não é só Platão que fala, e que Sócrates diz algo verdadeiro e que Sócrates não dizer a verdade, uma vez que todos os outros homens do que Platão são excluídos em relação ao ato de ‘falar’. Donde, a prova não a demonstra.

54. Contudo, alguns dizem que, assim como a primeira proposição afirma uma contradição, semelhantemente, a afirmação que ela produz afirma uma contradição. Donde não é estranho que de uma contradição de fato segue uma outra contradição. Mas, estas pessoas são enganadas pela falácia *quid e simpliciter*, porque quando me calo e não digo nada, respondo verdadeiramente ‘nada digo’ a pessoa que me interroga. E disto não segue ‘logo, digo algo’, pelo contrário, ocorre a falácia *quid et simpliciter*, porque a minha sentença não é tomada como uma coisa que é significada ou dita por si mesma, mas é tomada como um sinal de outras coisas. Semelhantemente, enquanto só Platão fala, é possível que Sócrates signifique isto e diga ‘apenas Platão fala’. E esta afirmação não enuncia uma contradição, porque a palavra de Sócrates é entendida como um sinal de outras palavras, donde não faz o número com outras palavras. E, por isto, não segue ‘logo, outra pessoa que não é Platão fala’.

55. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma SE TU SABES QUE TU ÉS UMA PEDRA, TU NÃO SABES QUE TU ÉS UMA PEDRA. Prova. Se tu sabes que tu és uma pedra, é verdade

que tu és uma pedra, porque não se sabe nada exceto a verdade. Mas se é verdade que tu és uma pedra, tu és uma pedra (pelo tópico ‘do conversível, porque uma palavra é convertida com uma proposição). E se tu és uma pedra, tu nada sabes (a partir dos opostos). E se sabes nada, tu não sabes que tu és uma pedra (do todo na quantidade). Logo, do início: se tu sabes que tu és uma pedra, tu não sabes que tu és uma pedra. Contrariamente: neste caso um oposto segue um outro oposto. Portanto, é uma locução impossível.

56. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira, porque o conseqüente necessariamente segue do antecedente por meio de relações de locais-comuns, assim demonstra a prova. Contra a refutação, é preciso resolver por destruição, porque neste caso um oposto não segue para o outro oposto, mas uma parte da contradição segue para o antecedente que contém em si ambas as partes, porque o antecedente ‘tu sabes que tu és uma pedra’ em razão do significado do verbo ‘saber’, o antecedente afirma o conhecimento no sujeito, mas em razão do objeto do mesmo verbo (a saber, que tu és uma pedra) priva o conhecimento do sujeito. E, assim, afirma que o sujeito sabe e que não sabe, e que é uma pedra e que não é uma pedra, e que sabe que é uma pedra e que não sabe que é uma pedra. E o antecedente contém todas as contradições em si, como um todo integral tem em si mesmo as partes integrais. Donde deste primeiro antecedente segue qualquer uma destas contradições pelas relações dos tópicos e não porque do impossível segue qualquer coisa, assim como do todo integral segue as suas partes, conforme a consequência natural.

TRATADO SEXTO

OS VERBOS ‘COMEÇAR’ (*INCIPIT*) E ‘CESSAR’ (*DESINIT*)

Introdução

1. O conhecimento de algo depende de coisas que são anteriores a própria coisa. Ora, o conhecimento acerca dos verbos ‘começar’ (*incipit*) e ‘cessar’ (*desinit*) dependem de coisas permanentes e de coisas sucessivas, pois se estes verbos forem unidos as coisas permanentes e as coisas sucessivas, terão, de acordo com isso, diferentes significados. Por esta razão, estamos prestes a discutir a respeito dos verbos “começar” e “cessar”, [1] primeiramente, investigaremos qual é a diferença entre coisas sucessivas e permanentes; [2] segundo, quais são os significados dos verbos ‘começar’ e ‘cessar’ com coisas permanentes e

sucessivas; [3] terceiro, se o movimento começa ou cessa e de que maneira e o que é o movimento; [4] quarto, se o tempo começa ou cessa e o que é o tempo e qual é a sua mensura e em que coisa ele está como em seu sujeito; [5] quinto, se uma potência começa ou cessa e em quantas maneiras a palavra ‘potência’ é dita; [6] sexto, se os termos têm uma suposição diferente com estes verbos colocados depois deles e com outros verbos.

Qual é a diferença entre coisas sucessivas e coisas permanentes?

2. Acerca da primeira questão, objeta-se que uma vez que as coisas sucessivas não têm ser senão por meio de coisas permanentes, logo não terão o seu significado ou a sua definição senão por meio delas, pois o significado de algo deriva do seu ser. Logo, o significado das coisas sucessivas não difere do significado das coisas permanentes. Mas, se o significado de coisas não são diferentes, então essas mesmas coisas não são diferentes. Logo, as coisas sucessivas e as coisas permanentes não diferem entre si.

As coisas permanentes e sucessivas

3. E é preciso dizer (como foi tratado) que algumas coisas são permanentes e outras são sucessivas. E diferem entre si de várias maneiras. [1] A primeira diferença é que as coisas permanentes são ditas das quais o ser é completo simultaneamente, como são o homem, a pedra, a madeira, o ar e a terra. Contudo, as coisas sucessivas são ditas das quais o ser não é completo ao mesmo tempo, mas em sucessão, como são o movimento e o tempo. [2] A segunda diferença é que as partes das coisas permanentes existem todas simultaneamente (como as partes do homem, da pedra e do ar) e uma parte não existe depois da outra. Entretanto, as partes das coisas sucessivas não existem todas ao mesmo tempo, mas uma parte existe, de maneira sucessiva, depois de outra parte. Como as partes do movimento e as partes do tempo, porque depois de uma parte do movimento, segue-se uma outra parte e duas partes do mesmo movimento não existem simultaneamente. E duas partes do tempo não existem ao mesmo tempo, mas uma parte existe, depois uma outra e, assim, sucessivamente; com efeito, é impossível que muitas partes do tempo existam simultaneamente. [3] A terceira diferença é que as coisas permanentes são, por natureza, anteriores às coisas sucessivas e as coisas sucessivas são, por natureza, posteriores às coisas permanentes; pois as coisas permanentes são a causa das coisas sucessivas. [4] A quarta diferença é que as coisas permanentes têm em si os seus limites – qualquer coisa tem os seus limites – mas as coisas sucessivas não têm em

si os seus limites, por exemplo, o movimento que é determinado em relação às coisas permanentes, como a alteração em relação à qualidade, o aumento e a diminuição em relação à quantidade, e assim por diante. [5] A quinta diferença é que as coisas permanentes existem no seu princípio e no seu fim, como é evidente na substância e nos acidentes permanentes, como na pedra, na cor branca e na cor negra. Contudo, as coisas sucessivas não existem no seu princípio nem no fim, como depois ficará evidente acerca do movimento.

Quais são os significados destes verbos com essas coisas?

4. Acerca da segunda questão, objeta-se que uma vez que o movimento tem o seu significado a partir dos seus limites, embora mais do limite em direção ao qual do que do limite a partir do qual, porque quase todos os movimentos são definidos pelo limite em direção ao qual (pois o branquear é o movimento em direção a cor branca e o enegrecer é o movimento em direção a cor negra, o crescimento é o movimento em direção a uma maior quantidade e a geração é o movimento em direção a substância); e, assim, todo movimento é definido pelo limite final, exceto a corrupção, que é definida pelo limite a partir do qual (porque a corrupção é uma alteração da substância); portanto, todo movimento tem o seu significado a partir do seu limite, embora mais do limite em direção ao qual do que do limite a partir do qual, – portanto, uma vez que ‘começar’ e ‘cessar’ dizem um movimento, ou um modo do movimento, em relação ao limite a partir do qual ou em relação ao limite em direção ao qual, então é necessário que se os limites sejam particularmente diferentes, que também o significado dos verbos ‘começar’ e ‘cessar’ sejam diferentes se estiveres unidos a esses limites. Mas, as coisas sucessivas e as coisas permanentes são particularmente diferentes. Portanto, o verbo cessar, se estiver unido a coisas permanentes e a coisas sucessivas, terá, de acordo com isto, significados particularmente diferentes. E ocorre do mesmo modo com o verbo ‘começar’.

5. O que concedemos dizendo que o significado do verbo ‘começar’ unido as coisas permanentes é este, a saber, *é e antes disto não foi*, como ‘começa a ser branco’; é branco e antes dito não foi branco. Donde, deste modo, o verbo ‘começar’ diz uma afirmação do presente com a privação do passado. Ou também assim: ‘começar’ *é agora pela primeira vez*. Contudo, é demonstrado deste modo com as coisas sucessivas: *é agora pela primeira vez*; ou assim; *não é, mas depois disto será* (por exemplo, ‘começa a se mover’; não se move, mas depois disto se moverá); então, priva o presente e afirma o futuro. Mas o verbo ‘cessar’ unido as coisas permanentes é demonstrado assim: *agora é pela última vez* ou assim: *é e daqui em diante não será* (por exemplo, ‘cessa de ser branco’; é agora branco pela última vez ou é

branco e daqui em diante não será mais branco); e, assim, afirma o presente e priva o futuro. Com as coisas sucessivas é demonstrado assim: *foi agora pela última vez* ou *não é, mas foi antes disso* (como ‘cessa de correr: não corre, mas correu antes disso’) e, desta maneira, priva o presente e afirma o passado.

6. Do mesmo modo, uma vez que tempos diversos são entendidos nos verbos ‘começar’ e ‘cessar’, questiona-se se são entendidos igualmente neste caso ou se um é entendido primeiramente e o outro depois. E é preciso dizer que os verbos ‘começar’ e ‘cessar’ dizem os começos ou fins das coisas. Mas, os começos e os fins não existem senão nos limites iniciais e finais. Contudo, fora do limite final não há nada da coisa nem há algo da coisa além do limite inicial, porque toda coisa é contida pelos seus próprios limites. Por isto que quando o verbo ‘começar’ diz um limite final da coisa, primeiramente dá a entender o presente e, conseqüentemente, a privação do futuro, porque não há nada da coisa fora do limite final (e falo a respeito das coisas permanentes). Donde, deste modo, a demonstração *é agora pela última vez* é mais correta do que a demonstração *é agora e daqui em diante não será*. Entretanto, com as coisas sucessivas, a demonstração *é agora pela última vez* é mais correta do que a demonstração *não é, mas foi antes disso*. Donde, primeiramente, é afirmado neste caso o limite passado em relação ao presente e, conseqüentemente, a privação do presente. Mas, primeiramente, dá a entender o presente e, conseqüentemente, a privação do passado pelo verbo ‘começar’ unido as coisas permanentes, porque as coisas permanente existem no seu próprio começo e não havia nada desta coisas antes disso. Donde, deste modo, é demonstrado mais corretamente *é agora pela primeira vez* do que *é e não foi antes disso*. Mas, com as coisas sucessivas, primeiramente é entendida uma afirmação do futuro que termina no presente e, depois, a privação do presente porque as que coisas sucessivas não existem no seu próprio começo, mas depois do seu começo.

O ‘tempo’ entendido de duas maneiras

7. E note que o verbo ‘começar’ não é sempre de tempos diversos, porque ‘tempo’ é dito de duas maneiras. [1] Em um modo, o tempo é a mensura do primeiro movimento como o movimento da primeira coisa móvel; e é uma espécie de quantidade contínua e, assim, o tempo é no sentido da sua verdadeira natureza. E o tempo neste modo não é um acidente do verbo. E diversos tempos são entendidos pelos verbos ‘começar’ e ‘cessar’. Contudo, os diversos tempos não são entendidos por parte da consignificação deles, mas por parte dos termos dos seus significados que participam; de fato, os termos são a causa daquilo que é o

cessar e o começar. [2] De outro modo, o tempo não é dito a mensura do primeiro movimento nem é dito o tempo segunda a sua verdadeira natureza, mas é dito o modo do tempo. E, deste modo, o tempo é um acidente do verbo. E, assim, ‘começar’ e ‘cessar’ são do tempo presente. E, desta maneira, diversos tempos são entendidos neles por parte da significação do principal e apenas um tempo é entendido neles por da parte da consignificação. E a distinção predita do tempo é semelhante a distinção do gênero, que do mesmo modo é dito de duas maneiras. [1] De um modo, o gênero é dito no sentido da sua verdadeira natureza; e, deste modo, não existem senão dois gêneros encontrados na natureza das coisas, a saber, o masculino e o feminino, e, desta maneira, o gênero existe apenas nos animais, como nos homens e nas mulheres. [2] De outro modo, o gênero indica um modo do gênero; e, assim, o gênero é encontrado nas coisas insensíveis; e, assim, a palavra ‘rochedo’ (*lapis*) é dita do gênero masculino e a palavra ‘pedra’ (*petra*) é do gênero feminino. Donde, assim como *gênero* indica, de um modo, a verdade do gênero e, de outro modo, um modo do gênero, da mesma maneira, *tempo* é dito, de um modo, a verdadeira natureza do tempo (e, assim, não é um acidente do verbo) e, de outro modo, é dito o modo do tempo (e, assim, é um acidente do verbo).

Se o movimento começa e cessa

8. Acerca da terceira questão, objeta-se que, como diz Aristóteles, se alguém se move, se moverá e se movia. Mas, se se moverá – estaríamos naquele futuro –, então é verdade dizer que se move. Logo, novamente: se moverá e se movia. Aquele futuro será novamente entendido e será verdade dizer que se move naquele tempo. Logo, novamente: se moverá também naquele futuro. E, assim, ocorre que ele se move ao infinito. Logo, o movimento não pode cessar. Do mesmo modo é provado que não pode começar, porque se se move, se moverá e se movia. Mas, se se movia – estaríamos naquele tempo no passado –, e será verdade dizer que se move naquele passado. Portanto, se movia antes naquele passado. E se novamente for entendido aquele passado, será verdade dizer que se move. Logo, se movia naquele outro passado anterior. E, assim, ocorre um regresso ao infinito para trás e para a frente, ou da parte do passado assim como da parte do futuro. Mas, é impossível regredir ao infinito, porque as coisas infinitas não podem ser ultrapassadas. Logo, é impossível que o movimento comece. E, assim, o movimento não pode começar nem cessar. E, desta maneira, objeta-se sobre o movimento, do mesmo modo que se pode objetar sobre a corrida que não pode começar nem terminar, porque se alguém corre, correu e correrá; e, desde então, como o argumento anterior. Do mesmo modo, pode ser objetado sobre qualquer outra coisa sucessiva

que não pode começar nem cessar.

9. E é preciso dizer que para o movimento das coisas sublunares e de qualquer coisa sucessiva deve ter um começo e fim, como é evidente no movimento da mudança, porque ocorre de um limite para o outro (como de uma qualidade contrária em outra qualidade contrária ou em uma qualidade média; e o aumento de uma quantidade em outra e o movimento de um local para outro). E, assim, todos os movimentos sublunares começam e cessam.

Por que ‘infinito’ é dito de três maneiras?

10. Contra o argumento que objeta sobre a infinitude do movimento, é preciso dizer que ‘infinito’ é dito propriamente de três maneiras, a saber, [1] pela divisão, como a linha é dita infinita pela divisão e qualquer contínuo é dito infinito pela divisão; pois todo contínuo é divisível ao infinito. [2] Doutro modo, ‘infinito’ é dito pela aposição, como o número; pois todo número pode ser aumentado ao infinito. [3] No terceiro modo, ‘infinito’ é dito de ambos os modos, como o movimento e o tempo. Pois ambos são infinitos pela divisão, uma vez que são contínuos e são infinitos pela aposição, porque depois de um tempo segue um outro tempo e depois de um movimento segue um outro movimento ao infinito. E, assim, é a infinitude de ambos os modos, a saber, pela aposição e pela divisão. Então, é preciso dizer brevemente que o infinito existe deste três modos apenas em potência e não em ato. E, por isto, bem pode ser transposto porque algo infinito em potência pode ser transposto, mas o infinito em ato não pode. Donde uma vez que as objeções queiram reduzir a potência do infinito para o ato ao dividir o movimento, por isto segue um infinito. Pois é evidente que o respondente tentava reduzir o infinito pela divisão para o ato, porque quando diz ‘se se move, se moverá e se movia’, ele já divide o movimento pelas suas partes. E quando novamente toma o pretérito ou o futuro dizendo que se move naquele tempo; logo, se moverá e se movia, é evidente que ainda divide as partes do movimento. E, assim, tenta reduzir a potência de uma divisão infinita para uma divisão atual. Donde embora o movimento seja infinito ao reduzir a aptidão de uma divisão infinita para o ato, por causa disto não segue que o movimento seja infinito simplesmente; mas, neste caso, ocorre a falácia *secundum quid et simpliciter*.

11. Questiona-se onde o respondente deve resistir as objeções e é preciso dizer que deve resistir a última inferência, porque prova que pode acontecer uma regressão ao infinito para trás e para frente, dividindo o movimento a partir do começo ou a partir do fim. Mas, disto não segue ‘logo, o movimento não pode começar nem cessar’, porque o movimento é, por si mesmo, finito, mas pela divisão é infinito. Donde todo movimento sublunar tem um começo e

cessa.

12, Do mesmo modo, objeta-se que o movimento do primeiro móvel ou do céu é infinito, porque uma revolução naturalmente vem depois de outra, assim como um homem é gerado a partir de outro homem. Logo, não houve a primeira revolução do céu, porque se houvesse uma primeira revolução, então aquela não viria depois de uma outra revolução. Logo, o movimento do céu não tem um começo. Então, existe desde a eternidade. Portanto, o céu também existe desde a eternidade. Logo, muitas coisas existem desde a eternidade, o que é um erro ímpio. Do mesmo modo, parece que o primeiro movimento é infinito, porque depois de uma revolução do céu naturalmente segue-se uma outra. Logo, não é possível afirmar uma última revolução do céu. Logo, o movimento do céu é infinito. Da mesma maneira, objeta-se que a geração dos homens não teve um começo ou não terá um fim, e também a geração das plantas e das outras coisas geradas e corruptíveis, porque este é o princípio na natureza; o homem é gerado por um homem e o cavalo é gerado por um cavalo, o leão é gerado por um leão, a planta é gerada por uma planta. Portanto, não é possível afirmar um primeiro homem, porque se afirmas que existiu algum, aquele será gerado por um outro homem, segundo a via da natureza, e este seria gerado por um outro anterior a ele. E, assim, ao infinito em todos os homens e nos outros animais e plantas.

13, E é preciso dizer que o primeiro movimento e a geração de todas as coisas sublunares, como a geração dos animais e das plantas, podem ser entendidos de duas maneiras. [1] De um modo, segundo a via da natureza e segundo os princípios da natureza e [2] conforme a relação que eles têm com o princípio que está além da natureza, como a relação com a Causa Primeira. E, de acordo com o primeiro movimento, não é possível encontrar a primeira revolução do céu nem a última, nem o primeiro homem nem o primeiro animal ou a primeira planta, porque a natureza não pode produzir o primeiro homem nem o primeiro leão nem a primeira planta nem a primeira revolução. Mas, do segundo modo, é possível encontrar o primeiro homem e a primeira geração em todas as coisas geradas, porque o princípio que está além da natureza, a Causa Primeira, a partir da sua suma potência pode produzir qualquer coisa a partir do nada, o que a natureza não pode fazer.

14. Além disso, objeta-se do mesmo modo que o movimento não existe no seu começo nem no seu fim, da mesma forma que objetava-se que não poderia começar nem cessar, porque se alguém se move no começo do movimento, logo se moveria antes. Logo, o movimento não existiria no princípio. E se alguém se move no fim do movimento; logo, se moverá depois; logo, o movimento não existirá no fim. Portanto, o movimento não existirá no seu começo nem no seu fim. O que concedemos.

O que é o movimento?

15. Depois de discutido que todo o movimento começa e cessa e, além disso, de que maneira ele começa e cessa, pois os movimentos sublunares começam e cessam por meio dos princípios da natureza, mas o movimento supralunar e também toda a geração contínua das coisas sublunares começa e cessa por meio do princípio que está além da natureza, – é preciso saber que o movimento é definido deste modo: o movimento é a atualização do existente em potência no sentido de que existe deste modo. O que é evidente, pois a coisa móvel é apenas móvel na potência passiva em relação ao movimento. Ora, toda potência é atualizada pelo seu ato, como a potência de tornar-se quente é atualizada pelo ato de se aquecer e a potência de tornar-se branco é atualizada ao tornar-se branco, e assim por diante. Logo, uma vez que ‘móvel’ diz uma potência em relação ao movimento, por este motivo, móvel na medida em que é móvel é uma atualização do movimento. E, por isto, algo móvel é atualizado na medida em que é móvel quando se move, como o visível na medida em que é visível quando é visto, e de algo que pode ser aumentado na medida em que é aumentado quando é aumentado. Logo, algo simplesmente móvel na medida em que é móvel é atualizado quando se move. Mas, algo móvel na medida que é móvel existe em potência, como foi dito. Logo, o movimento é a atualização da existência em potência no sentido de que existe deste modo, porque é a atualização do móvel que existe em potência na medida em que é capaz de se mover.

Se o tempo começa ou cessa

16. Acerca da quarta questão, objeta-se que, como diz Aristóteles no quarto livro da Física, assim como o ponto continua as duas partes da linha e é indivisível na linha, semelhantemente, o agora é indivisível no tempo e continua as duas partes do tempo, como o tempo anterior e o tempo posterior. E, por este motivo, Aristóteles diz que o agora é sempre o fim do tempo precedente e o início do tempo consequente. Logo, é impossível encontrar o primeiro agora no tempo, porque qualquer agora que for aceito em um argumento, será sempre o fim de um tempo e começo de outro. Logo, antes deste agora, o respondente terá que aceitar um outro tempo anterior e antes daquele tempo terá que aceitar um outro agora que era o início daquele e novamente o fim de outro tempo precedente. Então, não é possível afirmar um primeiro tempo. Logo, o tempo não começa. Portanto, o tempo existe desde a eternidade.

17. E é preciso dizer que assim como foi dito sobre o movimento circular e sobre o movimento gerado que ‘tempo’ pode ser entendido de acordo com duas relações, a saber, segundo uma relação com a natureza e de acordo com uma relação com a Causa Primeira. Se for entendido de acordo com uma relação com a natureza, o tempo não teve um começo, porque a natureza não poderia ter produzido o primeiro tempo. Donde o tempo segundo a via da natureza avança ao infinito tanto para trás como para frente. Contudo, se ‘tempo’ for entendido por meio da relação com a Causa Primeira, deste modo o tempo teve um começo, porque começa com o movimento e com a primeira coisa móvel. O que é o tempo e a sua mensura (pois é a mensura do primeiro movimento ou da primeira coisa móvel) e em que está como o seu sujeito (porque está no primeiro movimento circular), foi debatido no tratado sobre a palavra ‘se’,

Se uma potência começa ou cessa

18. Acerca da quinta questão, questiona-se se uma potência tem um começo ou não. E parece que não tem um começo, porque se uma potência tem um começo, é possível que tenha um começo. Mas, se é possível que comece, logo não seria possível que tivesse tido um começo antes, assim como as coisas não existiam antes de terem um começo. Logo, o possível é feito a partir do não-possível. Mas, ‘não-possível’ e ‘impossível’ são equivalentes. Logo, o possível é feito a partir do impossível, o que parece ser um absurdo. Logo, o possível não teve um começo. Logo, a potência do possível não teve um começo. Mas, contrariamente, objeta-se que se o possível não teve um começo, logo sempre existiu desde a eternidade. E, assim, segue a heresia daqueles que dizem que não apenas Deus existe desde a eternidade, mas também a primeira matéria existe desde a eternidade com Deus, o que é um erro não apenas da fé, mas também da ciência natural, porque é afirmado existir a matéria sem a forma e separada dos sentidos. Logo, é necessário que tenha tido um começo. Portanto, a matéria também teve um começo.

Em quantas maneiras a palavra ‘potência’ é dita

19. E é preciso dizer que a potência é dupla. [1] Pois uma é a potência das coisas criadas, que é dividida em potência ativa criada e em potência passiva. E essa potência começou a ser e faz parte de ambas as potências. [2] A outra é a potência que é a criada e esta é a potência da Causa Primeira ou do primeiro agente. E esta não começa a ser, mas é desde a eternidade.

E, assim, a potência passiva, o possível e a potência ativa das coisas criadas tiveram um começo.

20. Contra o argumento que objeta que se o possível começa a ser, logo o possível surge a partir do não-possível; logo, o possível é criado a partir do impossível, uma vez que ‘não-possível’ e ‘impossível’ são equivalentes – É preciso dizer que isto não é um absurdo de um modo, mas, de outro modo, é um absurdo, pois é um absurdo que algum agente natural faça o possível na natureza a partir do impossível. Mas, a respeito do agente que está além da natureza, como a Causa primeira, não é um absurdo que ela faça o possível na natureza a partir do impossível, porque a natureza não pode fazer algo a partir do nada, mas a Causa primeira pode. E, deste modo, a Causa Primeira pode fazer o possível a partir do impossível na natureza.

21. Do mesmo modo, note que, como foi dito, uma é a potência incriada e essa potência é sempre ativa por si mesma e não por alguma outra coisa. E essa potência é a Causa Primeira, como dissemos, que não é movida por nenhuma outra coisa, nem per se nem pelo acidente, mas move todas as coisas criadas. A outra é a potência criada que começa a ser, como dissemos, com as coisas criadas. Uma potência deste tipo é uma potência ativa que, após ser movida, move as outras coisas (e essa é a potência de qualquer agente natural); a outra potência é chamada de passiva; e essa potência passiva é a potência da primeira matéria e das coisas que seguem a primeira matéria.

22. Além disso, a ‘potência passiva’ é tomada de três maneiras, pois [1] uma é a potência passiva que sempre pode ter um fim e pode ter todo o seu ato simultaneamente, como a potência que está na matéria do ar para que do ar seja feito o fogo é simplesmente atualizada quando o fogo é gerado na mesma matéria; e a potência que está na madeira para que dela seja feita a arca é simplesmente atualizada quando uma arca é feita. [2] A outra potência passiva é a potência que pode ser sempre atualizada segundo a parte e nunca segundo o todo, como a potência de dividir ao infinito; como nas coisas contínuas, as divisões particulares atualizam parte daquela potência, porque quanto a isto que o contínuo já está dividido em uma ou em algumas das partes, de acordo com isto, aquela potência acabou. Mas, porque é impossível que todas as divisões do contínuo existam ao mesmo tempo, por isto, é impossível que aquela potência seja realizada de acordo com o todo. [3] A terceira potência passiva é a potência que não pode ser terminada nem segundo a parte nem segundo o todo. E esta potência está no cego e no animal morto, porque no olho permanece a matéria na qual existiu a visão e no homem morto permanece a matéria na qual houve vida. Portanto, uma vez que a matéria não possa existir sem a potência, é necessário que neste caso a potência permaneça,

mas de um outro modo que antes, porque a potência anterior podia ser terminada, esta potência, por outro lado, não pode porque, por natureza, não é possível regredir da privação para a posse. E esta potência passiva é chamada de infinita.

Sofisma

23. Posto que Sócrates seja o mais branco de todos os homens que existam agora e que depois deste instante nasça um outro homem mais branco que ele, questiona-se o sofisma SÓCRATES CESSA DE SER O MAIS BRANCO DOS HOMENS. Prova: Sócrates é o mais branco dos homens. E daqui em diante não será o mais branco dos homens. Logo, Sócrates cessa de ser o mais branco dos homens. Contrariamente: Sócrates cessa de ser o mais branco dos homens. Logo, Sócrates cessa de ser o mais branco dos homens que existem ou dos homens que não existem. Ambas as proposições são falsas.

24. E é preciso dizer que a primeira proposição é verdadeira. E a prova é válida, mas a refutação não é válida. E alguns dizem que neste caso ocorre a falácia da figura de expressão da suposição simples para a suposição pessoal. E dizem que o genitivo ‘dos homens’ (*‘hominum’*) é afirmado simplesmente na primeira proposição, mas quando infere ‘portanto, dos homens que existem ou dos homens que não existem’ tem uma suposição pessoal. Outros dizem que neste caso ocorre a falácia da figura de expressão da suposição ampliada para a suposição restrita, porque o genitivo ‘dos homens’ (*‘hominum’*) na primeira proposição é afirmado de qualquer outro homem diferente de Sócrates. Mas quando é dito ‘logo, dos homens que existem ou dos homens que não existem’, o genitivo ‘dos homens’ (*‘hominum’*) se restringe para os homens existentes, por um lado, e para os não existentes, por outro lado, pelas implicações feitas acerca do mesmo. Além disto, é preciso dizer que a refutação erra secundo a falácia do acidente, porque o cessar é significado em relação aos homens simplesmente, mas não em relação aos homens que existem ou em relação aos homens que não existem, porque não é necessário que se algo é um acidente do antecedente, que em razão disto seja um acidente do consequente.

25. Além disso, posto que Sócrates saiba necessariamente três enunciados (e que os enunciados sejam chamados de *a*, *b*, e *c*) e que *d* seja o quarto enunciado que Sócrates a pouco tenha conhecido e que depois disto não mais conhecerá, questiona-se o sofisma SÓCRATES CESSA DE SABER TUDO QUE ELE SABE. Prova: Sócrates sabe tudo que ele sabe. E de agora em diante não saberá tudo que ele sabe. Logo, Sócrates cessa de saber tudo que ele sabe. Contrariamente: Sócrates cessa de saber tudo que ele sabe. Mas, ele conhece o

enunciado *a*. Portanto, cessa de conhecer o enunciado *a*.

26. Solução: a primeira proposição é falsa. E a prova não é válida, pois a premissa menor é dupla, em razão de que a negação pode proceder de uma distribuição. E, assim, a proposição ‘daqui em diante não saberá tudo aquilo que ele sabe agora’ é verdadeira. E, assim, faz com que uma distribuição seja afirmada particularmente. E, deste modo, é verdadeira, mas desta maneira não segue a conclusão. Ou a negação pode seguir a distribuição assim: ‘daqui em diante ele não saberá tudo que ele sabe agora’. E, desta maneira, a proposição é falsa, porque o sentido é ‘daqui em diante ele saberá nada do que ele sabe agora’. O que é falso. E, assim, segue a conclusão.

27. E note que ‘começar’ e ‘cessar’, quando estão unidos a um grande número de coisas ou a um nome plural, devem ser explicados removendo toda a multidão de coisas ou removendo cada uma das partes da multidão, como ‘Sócrates sabe tudo que ele sabe e, daqui em diante, saberá nenhuma destas coisas’. E, semelhantemente, ‘Sócrates vê cada homem e, daqui em diante, não verá nenhum homem’; logo CESSA DE VER CADA HOMEM; posto que Sócrates veja sempre cada homem diferente de Platão e que agora veja Platão e que não o verá mais. E a prova e a refutação ocorrem completamente da mesma maneira, assim como no sofisma precedente.

28. Além disso, posto que Sócrates conheça necessariamente três enunciados e sempre os conheça (a saber, *a*, *b*, *c*) e junto a eles saiba o enunciado ‘que não há nada que ele cessa de saber’, e que depois deste instante não saberá o último enunciado, questiona-se o sofisma SÓCRATES CESSA DE SABER QUE NÃO HÁ NADA QUE ELE CESSA DE SABER. Prova: Sócrates sabe que não há nada que ele deixa de saber. E daqui em diante ele saberá que não há nada que ele deixa de saber. Logo, Sócrates cessa de saber que não há nada que ele deixa de saber. Contrariamente: Sócrates cessa de saber que não há nada que ele cessa de saber. Logo, Sócrates sabe que não há nada que ele deixa de saber, mas é verdade tudo aquilo que é conhecido, pois não se conhece nada senão o verdadeiro. Logo, é verdade que não há nada que Sócrates cessa de saber. Logo não há nada que ele cessa de saber (a partir da expressão para a proposição ou a partir do conversível). Portanto, não deixa de saber este enunciado, a saber, que não há nada que ele cessa de saber.

29. Solução: a primeira proposição é verdadeira. A prova é válida, mas a refutação erra segundo a falácia *quid e simpliciter* neste argumento ‘não há nada que ele cessa de saber; logo, ele não cessa de saber o enunciado que não há nada que ele cessa de saber’, porque conhecendo este enunciado o seu conhecimento não é aumentado por causa disto, em razão de que saber este enunciado nada mais é senão saber que ele sabe aqueles três enunciados. E

daqui em diante ele não saberá que ele sabe estas coisas, assim como acontece quando ele dorme. Donde assim como um homem não sabe mais quando está acordado do que quando dorme, do mesmo modo, ele não sabe mais por saber este enunciado do que não conhecendo-o. Cujas causas são porque este enunciado afirma uma reflexão do ato de saber acerca de si mesmo, por exemplo, que ele sabe aqueles três enunciados e sabe que ele os conhece. E, assim, ele saberá que não esquecerá nenhum deles. E, por causa disto, ele sabe que não há nada que ele cesse de saber. Porém, ou o conhecimento é refletido ou não é refletido e não é por causa disto que o conhecimento é aumentado ou diminuído, mas o modo é outro; assim como quando alguém vê algo colorido e quando alguém vê que vê algo colorido, e não é por causa disto que alguém vê mais do que se visse apenas algo colorido, de modo que não presta atenção no ato de ver. Donde assim como esta é uma falácia *quid et simpliciter* ‘Não vê nada; logo, não vê a escuridão’, porque embora a escuridão seja algo, não é nada em relação ao ato de ver, acontece da mesma maneira na situação proposta, como ‘não há nada que ele cesse de saber; logo, não cessa de saber este enunciado, ou seja, que não há nada que ele cesse de saber’.

30. Além disso, posto que Sócrates esteja no penúltimo instante da sua vida, questiona-se o sofisma **SÓCRATES CESSA DE EXISTIR NÃO DEIXANDO DE EXISTIR**. A prova: Sócrates existe não deixando de existir e daqui em diante não existirá não deixando de existir. Logo, Sócrates cessa de existir não deixando de existir. Contrariamente: Sócrates cessa de existir não deixando de ser. Logo, Sócrates cessa de ser enquanto deixa de existir, ou se ele não cessa de existir, ou porque não cessa de ser: com efeito, o gerúndio em ‘-ndo’ é resolvido pelo ‘enquanto’ ou pelo ‘se’ ou pelo ‘porque’. Dos quais cada um deles é impossível.

31. Solução: a primeira proposição é dupla em razão de que a determinação ‘não deixando de ser’ pode determinar o verbo ‘cessar’ ou o verbo ‘ser’ que o segue imediatamente. Mas, se determina o verbo ‘cessar’, assim a proposição é falsa e as coisas opostas se opõem acerca do mesmo. Donde o sentido é ‘cessa porque não cessa ou enquanto não cessa ou se não cessa’; e refuta de acordo com isso. Mas, se determina o verbo ‘ser’, assim a proposição é verdadeira e o sentido é ‘Sócrates cessa de ser não deixando de ser’, isto é, ‘Sócrates cessa de ser incessante’ ou ‘ser sem cessar’. Donde não cessa simplesmente de ser, mas cessa de ser de tal maneira, a saber, ser incessante ou ser sem cessar, porque até há pouco foi um ser incessante ou um ser sem cessar e daqui em diante não será um ser de tal maneira, pelo contrário, terá um ser que cessa de ser e com o cessar. E, do primeiro modo, é uma proposição composta e falsa, mas no segundo modo é uma proposição dividida e verdadeira. Donde é um sofisma da composição.

Os termos têm que suposição com os verbos ‘começar’ e ‘cessar’?

32. Acerca da última questão, questiona-se se os termos têm a mesma suposição com os verbos ‘começar’ e ‘cessar’ e com outros verbos ou se eles têm uma suposição diversa. E parece que eles têm a mesma suposição, porque segue corretamente ‘Sócrates é homem; e daqui em diante não será o homem que é; logo, cessa de ser um homem’. Mas, posto que não haja nenhuma outra cor senão a cor branca e, corrompida a cor branca, imediatamente haverá a cor negra e ela não existirá senão em Sócrates, então não segue ‘Sócrates é colorido; e daqui em diante não será colorido pela cor que existe; logo cessa de ser colorido’. Portanto, os termos substanciais e acidentais não têm uma suposição semelhante com os verbos ‘começar’ e ‘cessar’. Além disso, segue corretamente ‘Sócrates começa a ser um homem; logo, começa a ser um animal’; mas não segue ‘começa a ser branco; logo, começa a ser colorido’. O que concedemos dizendo que termos substanciais têm uma outra suposição e que os termos acidentais têm uma diferente suposição com estes verbos, cuja causa é que as formas acidentais são transmutáveis acerca do mesmo, mas as formas essenciais não, porque nos acidentes pode acontecer uma mudança de um termo em outro, mas nas formas essenciais não.

33. Além disto, segue corretamente ‘é branco; logo, é colorido’. Mas, não segue ‘começa a ser branco; logo, começa a ser colorido’. Portanto, os termos não têm a mesma suposição com os verbos ‘começar’ e ‘cessar’ e com outros verbos. O que concedemos. Cujas causas são que nos acidentes, enquanto o gênero permanece o mesmo, as espécies são mudadas em relação a mesma coisa, como enquanto Sócrates permanece, ou apenas com o seu corpo, a cor pode ser mudada da cor branca na cor negra ou em outro tipo de cor. Mas, isto é impossível nas formas substanciais.

34. Além disso, é evidente a partir das coisas preditas que quando é dito ‘Sócrates começa a ser colorido’, este termo ‘colorido’ não apenas copula com a cor que existe, mas também pela cor que existiu. E quando é dito ‘Sócrates cessa de ser colorido’, não apenas copula pela cor que existe, mas também pela cor que existirá. E isto acontece por causa da natureza dos verbos ‘começar’ e ‘cessar’, que não apenas afirmam a cor branca no presente, mas um deles também priva a cor branca no passado e o outro no futuro nas orações preditas e semelhantes. Mas, contrariamente: a forma menos comum restringe para um menor número de coisas do que a forma mais comum, por exemplo, ‘branco’ restringe para um menor número de coisas do que ‘colorido’. Mas, ‘cessar’ é menos comum que ‘é’ (*est*), porque segue ‘cessar; logo,

é', e não o contrário. Logo, 'cessar' restringe para um menor número de coisas do que o verbo 'é' (*est*). Mas, o verbo 'é' restringe para aquelas coisas que são. Logo, o verbo 'cessar' restringe para um menor número de coisas. Portanto, não fará com que o termo copule pela cor que é e que não é.

35. É preciso dizer que os termos accidentais que significam coisas permanentes, quando são adicionados aos verbos 'começar' e 'cessar', dizem a situação da coisa no presente e, por isto, copulam pelas coisas presentes. Mas, em razão de que estes verbos dizem os começos e os términos das coisas, por este motivo, dizem um limite inicial ou final. E não há nada da coisa antes do limite inicial; e, semelhantemente, também não há nada da coisa depois do limite final. Por este motivo, em relação ao verbo '*cessar*' segue a privação da coisa permanente no futuro em razão do limite final. E em relação ao verbo 'começar' segue a privação da coisa permanente no passado em razão do limite inicial. Portanto, é preciso dizer brevemente que estes verbos, por causa dos seus significados, não fazem com que os termos ditos copulam pelas coisas presentes. E a copulação pelos termos passados ou futuros seguem destes verbos em razão dos limites que eles dizem.

36. É evidente que, a partir das coisas preditas, se alguém quiser procurar o porquê dos verbos não ampliarem os termos assim como estes verbos ampliam, a causa disto é que estes verbos dizem os limites das coisas, como foi dito, enquanto os outros verbos não. E é por esta mesma causa que estes verbos são considerados sincategoremáticos e os outros verbos não. Contudo, contra o argumento contrário, é preciso dizer que 'a forma menos comum' é dupla. Pois, de um modo, a forma menos comum acontece pela diferença que chega do mais comum, como 'a cor branca' é menos comum por causa de 'algo característico da visão' que vem do 'colorido'. De outro modo, a forma menos comum acontece pela privação que vem de algo. E acontece, deste modo, com os verbos 'começar' e 'cessar'. E, do primeiro modo, a forma menos comum se restringe a poucas coisas, mas, do segundo modo, não. Onde o adjetivo 'branco' se restringe a um menor número de coisas do que o adjetivo 'colorido' e o verbo 'começa' e 'cessa' não se restringem a um menor número de coisas que o verbo 'ser'.

TRATADO SÉTIMO

AS PALAVRAS 'NECESSARIAMENTE' (*NECESSARIO*) E 'CONTINGENTEMENTE' (*CONTINGENTER*)

Introdução

1. Terminado o tratado acerca das palavras ‘começar’ e ‘cessar’, é preciso discutir a respeito das palavras “necessariamente’ (*necessario*) e ‘contingentemente’ (*contingenter*). Acerca das quais, primeiramente, [1] questiona-se o que é ‘necessário’ e o que é ‘contingente’; [2] segundo, em quantas maneiras essas palavras são ditas ou quais são as suas divisões; [3] terceiro, se determinam uma composição ou não e quais são os modos que fazem uma proposição modal; [4] quarto, se estas palavras têm uma força de ampliação; [5] quinto, questiona-se de que maneira se convertem as proposições *de contingenti* e *de necessario*.

O que são ‘necessário’ e ‘contingente’?

2. Então, acerca da primeira questão, é preciso saber que ‘necessário’ (*necessarium*) é definido deste modo ‘necessário é um ente que não pode ser de outra maneira’. E, por isto, é evidente que dizem de maneira incorreta aqueles que o definem assim ‘necessário é o que não pode, não pôde e não poderá ser de uma outra maneira’, porque, deste modo, nada seria necessário *per se* senão a Causa Primeira, pois todas as outras coisas começaram a ser e, da mesma forma, saíram do não ser para o ser. É preciso saber, contudo, que ‘contingente’ simplesmente é dito equivocadamente. E, por este motivo, não pode ser definido, porque nenhuma palavra equívoca pode ser definida.

Em quantas maneiras ‘necessário’ (*necessarium*) e ‘contingente’ (*contingens*) são ditos?

3. Acerca da segunda questão, é preciso saber que ‘necessário’ é dito de duas maneiras, do mesmo modo que “necessidade” (*necessitas*) também é dita de duas maneiras. Pois uma é a necessidade do modo e a outra é a necessidade das coisas. No entanto, a necessidade do modo, e não a necessidade das coisas, é significada pela palavra ‘necessariamente’ (*necessario*) e esta palavra é afirmada sem a necessidade das coisas. Donde a proposição ‘Sócrates corre necessariamente’ (*Sortes necessario currit*) é uma proposição *de necessario*, mas não é uma proposição necessária, pelo contrário, é uma proposição contingente. Ora, a necessidade das coisas é significada pelas coisas mesmas, não pelo acréscimo do modo da necessidade. Donde a proposição ‘o homem é um animal’ é necessária, mas não é *de necessario*, porque é uma proposição *de inesse*, e não uma proposição modal.

4. Do mesmo modo, a necessidade das coisas acontece de duas maneiras, pois uma é a necessidade das intenções comuns da lógica, como ‘de qualquer coisa que a espécie é

predicada, o gênero também é predicado’, ‘de qualquer coisa que a definição é predicada, o definido também é predicado’, pois o gênero, a espécie, a definição e o definido, e o todo e a parte, são as intenções comuns da dialética. [2] No entanto, a outra necessidade é das coisas que não são intenções, mas é a necessidade de espécies de coisas que são intenções, que, a saber, são coisas particulares que são consideradas em alguma ciência particular. E uma necessidade de tal natureza se encontra aqui: ‘todo número é par ou ímpar’: e isto diz respeito particularmente a aritmética. E, do mesmo modo, aqui: ‘todo triângulo tem três ângulos iguais a dois ângulos retos’: e essa necessidade não diz respeito a aritmética, mas particularmente a geometria. E em quantas maneiras ‘necessidade’ (*‘necessitas’*) é dita, em tantas maneiras e nos mesmos modos é dita a palavra ‘necessário’ (*‘necessarium’*).

5. Primeiramente, ‘contingente’ é dito de duas maneiras. [2] Pois um é o ‘contingente’ que se opõe a ‘necessário’; e este contingente é definido assim: ‘contingente é aquilo que pode ser e que pode não ser’. [2.] No entanto, de outro modo, é dito contingente o que é predicado do necessário e deste contingente que se opõe ao necessário. Donde é como se fosse comum a ambos, a saber, ao necessário e ao contingente que se opõe ao necessário. Por exemplo, que o homem é um animal é necessário, e que o homem cresce ou se desenvolve ou envelhece é um contingente que se opõe ao necessário. E posso dizer que ‘o homem é um animal’ é contingente: com efeito, é contingente que isto ocorra, porque é o caso e que o homem envelheça é contingente porque *pode ser o caso* que um homem envelheça. E, assim, ‘contingente’ é predicado *de necessario e de contingenti* que se opõe ao necessário.

6. Do mesmo modo, ‘o contingente que se opõe ao necessário’ é dito de três maneiras. [1] Pois um é o contingente que é dito contingente em relação a qualquer uma das duas conclusões. E aquele contingente está igualmente em relação a parte afirmativa e a parte negativa. E é definido assim: ‘o contingente em relação a qualquer uma das duas conclusões é o que pode igualmente ser e não ser, como ocorre nos movimentos e nas ações voluntárias. Donde um contingente de tal natureza não é em si mesmo mais determinado em relação ao ser do que em relação ao não ser, mas, por sua causa, às vezes é mais determinado para um que para o outro. [1.2] Do mesmo modo, a outra parte do contingente oposto ao necessário é o contingente que é dito contingente natural. E é definido assim ‘o contingente natural é o contingente que está mais em relação ao ser do que em relação ao não ser’, por exemplo, que o homem se torne grisalho na velhice. Com efeito, este contingente é dito o contingente que acontece em muitos casos ou que acontece frequentemente. [1.3] A terceira parte do contingente, na verdade, acontece em poucos casos ou raramente. E é definido assim: ‘o contingente que acontece em poucos casos ou que acontece raramente é o contingente que

está menos em relação ao ser que em relação ao não ser'. No entanto, o exemplo de Aristóteles é este, que o bem acontece em poucos casos ou raramente, mas o mal acontece em muitos casos ou frequentemente: e, por conta disto, os homens maus são muitos, mas os homens bons são poucos.

7. No entanto, é preciso saber que as divisões preditas de 'necessário' e de 'contingentes' são divisões da palavra em diferentes significados, não no sentido de que uma palavra equívoca signifique muitas coisas igualmente, mas no sentido de significa muitas coisas de acordo com um sentido primário e um secundário, como 'ente' ou 'bom' ou 'medicinal' ou 'reparativo' ou 'oportuno'.

Se estas palavras determinam a composição

8. Depois de discutido em quantos modos as palavras 'necessário' e 'contingente' são ditas, conseqüentemente, objeta-se acerca da terceira questão, pois as relações das coisas são causadas pelas coisas, como a relação do gênero é causada pelo gênero e a relação da espécie é causada pela espécie, e assim por diante. Portanto, as relações das coisas não têm ser, senão pelas coisas. Logo, as relações das coisas não têm necessidade, senão por causa das coisas. Logo, a necessidade está antes nas coisas do que nas relações das coisas. Então, uma vez que nenhuma composição da proposição é necessária senão por causa da relação necessária do predicado com o sujeito, logo a necessidade estará primariamente na coisa que é feita sujeito e na coisa que é feita predicado e, depois, na composição. Logo, a palavra 'necessariamente' deve determinar primariamente o sujeito ou o predicado e, depois, a composição. E, assim, primeiramente e propriamente não deve determinar a composição, mas o sujeito e o predicado.

9. E é preciso dizer que a necessidade é dupla, porque [1] uma é a necessidade das substâncias e a outra é a necessidade dos atos. Embora a necessidade do ato não seja causada senão pela necessidade da substância, como a necessidade do primeiro movimento não é causado senão pela necessidade de algo que move e de algo que é móvel, já a necessidade do ato ou do movimento é diferente da necessidade da substância. E, assim como a necessidade é dupla, do mesmo modo é duplo o sinal da necessidade. [1] Pois um é o sinal da necessidade que significa a necessidade como disposição da substância, como o nome 'necessário' (*'necessarius, a, um'*). De outro modo, [2] há o sinal da necessidade que significa a necessidade como disposição do ato, como o advérbio 'necessariamente' (*'necessario'*). E, por causa disto, este sinal deve determinar a composição, e não a coisa que é feita sujeito ou

predicado.

10. Contra o argumento que objeta que não há uma necessidade na composição nem na relação do predicado com o sujeito senão pelo mesmo predicado e pelo mesmo sujeito, é preciso dizer que é verdade. Mas, uma outra coisa é a necessidade da composição (porque esta necessidade é a necessidade da inerência do ato com a substância) e a outra necessidade é a necessidade da coisa que é feita sujeito ou predicado. E, por este motivo, assim como as necessidades são diversas, do mesmo modo são diversos os sinais que dizem as disposições de um e de outro, como foi dito. E, assim, a palavra ‘necessário’ determina a composição: donde produz uma proposição modal.

11. Do mesmo modo, uma vez que o sujeito e o predicado são as partes principais da proposição, então, por esta razão, a proposição é dita modal por causa das disposições do predicado, pela mesma razão pela qual uma proposição deve ser dita modal em razão das disposições do sujeito. E, assim, os modos que fazem uma proposição modal serão mais do que aqueles seis que Aristóteles determina no segundo livro do Sobre a Interpretação e os quais os rapazes mais novos têm nos seus tratados sobre a modalidade.

12. É preciso dizer que assim como o sujeito e o predicado são tomados de duas maneiras (de um modo, o sujeito é tomado na medida em que é o sujeito e o predicado é tomado na medida em que é o predicado. E, de outro modo, ‘sujeito’ é dito o que é sujeito e ‘predicado’ é dito o que é predicado), do mesmo modo, é dupla a disposição do sujeito e do predicado. Pois algumas são as disposições daquilo que é feito sujeito e daquilo que é feito predicado, outras são as disposições que são do predicado na medida em que é o predicado e do sujeito na medida em que é o sujeito. E as disposições que são do sujeito na medida em que é o sujeito e do predicado na medida em que é o predicado denominam a preposição, mas outras disposições não denominam a proposição. Por exemplo, ‘todo homem branco necessariamente corre velozmente’; esta determinação ‘branco’ faz parte do sujeito, como do homem em si mesmo; mas, a determinação ‘velozmente’ faz parte do predicado, como da própria corrida em si mesma. E nenhuma delas denomina a proposição. Onde nada é dito de ‘a proposição é branca’ ou ‘veloz’. No entanto, a disposição ‘todo’ é uma disposição do sujeito na medida em que é o sujeito e denomina a proposição, porque a partir desta disposição uma proposição é dita universal. A disposição ‘necessariamente’ é uma disposição do predicado na medida em que é o predicado. Onde denomina a proposição, porque a partir dela uma proposição é dita modal.

13. E note que as disposições do sujeito na medida em que é o sujeito denominam a proposição por parte da quantidade, uma vez que a partir delas uma proposição é dita

universal ou particular ou indefinida ou singular. No entanto, as disposições do predicado na medida em que é o predicado denominam a mesma proposição a partir da qualidade, uma vez que é a partir delas que uma proposição é dita afirmativa ou negativa ou modal ou *de inesse*. Com efeito, como uma proposição é dita negativa porque o predicado é negado do sujeito (e este é o predicado na medida em que é predicado), do mesmo modo, uma proposição é dita afirmativa quando o predicado é afirmado do sujeito; pois a afirmação é uma afirmação do predicado, assim também a negação é uma negação do predicado. E, assim, uma proposição é dita modal pelo modo que determina a composição e pela composição que determina o predicado, da mesma forma que uma proposição é dita *de inesse* apenas pela inerência do predicado no sujeito. Semelhantemente, assim como é dito corretamente que ‘é contingente que Sócrates corra’ ou ‘é necessário que Sócrates corra’, do mesmo modo, é dito corretamente que ‘é bom que Sócrates corra’, ‘é ruim que Sócrates corra’. E, assim, estas duas premissas são modais, da mesma maneira que também são modais as duas premissas que seguem. E, assim, serão muitos os modos que modificam a proposição.

14. E é preciso dizer que ‘contingente’, ‘necessário’ e palavras semelhantes, embora estejam no predicado, dispõem a composição e dizem uma relação de um com o outro. Mas, ‘bom’ e ‘mal’ são predicados efetivamente ou de maneira causal daquilo que é *Sócrates corre*, e não pelo fato de que dispõem a composição. Pois quando Sócrates corre, é causada nele a saúde ou a doença ou algo agradável ou algo desagradável. E, por isto, ‘bom’ ou ‘mal’ são ditos efetivamente ou de maneira causal daquilo que é *Sócrates corre*.

Se eles têm uma natureza de ampliação

15. Acerca da quarta questão, questiona-se se as palavras ‘necessariamente’ (*necessario*) e ‘contingentemente’ (*contingenter*) têm uma natureza de ampliação, porque quando é dito ‘o homem é necessariamente um animal’ ou ‘um homem pode ser o Anticristo’, os termos não apenas são ampliados para as coisas presentes em ambas as proposições, mas também são ampliados para as coisas futuras em ambas as proposições. Portanto, tanto ‘necessariamente’ quanto ‘contingentemente’ têm uma natureza de ampliação, porque ‘contingentemente’ e ‘possivelmente’ são equivalentes. O que concedemos, pois ambas as palavras ampliam os termos para as coisas que são e para as coisas que serão.

16. Do mesmo modo, questiona-se se a natureza de ampliação nessas palavras é a mesma ou é diversa. E parece que é a mesma pelo fato de que foi dito que em ambas amplia para as coisas futuras. Portanto, a natureza de ampliação é a mesma. E é preciso dizer que não é a mesma

natureza de ampliação em ambas, porque as palavras ‘contingente’ e ‘contingentemente’ não tem uma natureza de ampliação senão por causa da potência que é entendida nelas, que (a saber, a potência) pode ser ordenada para o ato pelo qual é completado, como ‘o homem pode ler’, ‘o homem pode correr’ e ‘o homem pode se sentar’, porque a potência para ler é completada pelo próprio ato de ler, a potência para correr é completada pelo próprio ato de correr e a potência para sentar-se é completada pelo próprio ato de sentar-se, e assim por diante. E estas palavras ‘necessário’ (*necessarium*), ‘necessariamente’ (*necessario*) e ‘necessariamente’ (*nesesse*) não dizem uma potência ou uma possibilidade, mas uma perpetuidade do próprio ser, porque a perpetuidade do próprio ser se estende para todo o tempo. E, por isto, estas palavras ampliam não apenas para o presente, mas também para o futuro. E, assim, é evidente que ‘contingente’ (*contingens*) e ‘contingentemente’ (*contingenter*) ampliam por causa da potência ou por causa da possibilidade ordenada para algum ato. Mas, as palavras ‘necessário’ (*necessarium*), ‘necessariamente’ (*necessario*) e ‘necessariamente’ (*nesesse*) ampliam por causa da perpetuidade do próprio ser completo, pois nas coisas necessárias não há a possibilidade em relação ao próprio ser completo e perfeito segundo a espécie ou, se há, a possibilidade é simultânea com o próprio ser. E, por isso, Aristóteles diz no terceiro livro da Física que nas coisas perpétuas não diferem o ser e o ser possível.

De que maneira são convertidas as proposições *de necessario* e *de contingente*?

17. Acerca da quinta questão, questiona-se de que maneira são convertidas as proposições *de necessario* e *de contingenti*. E é preciso dizer que as proposições *de necessario* são convertidas assim como as proposições *de inesse*, porque a proposição universal negativa e a proposição particular afirmativa são convertidas simplesmente em ambas. Como ‘nenhum homem é uma pedra’ e ‘nenhuma pedra é um homem’, ‘algum homem é um animal’ e ‘algum animal é um homem’. Acontece de forma semelhante nas proposições *de necessario*, como ‘nenhum homem é necessariamente uma pedra’ e ‘nenhuma pedra é necessariamente um homem’, ‘algum homem é necessariamente um animal’ e ‘algum animal é necessariamente um homem’. A proposição universal afirmativa é convertida segundo as suas partes (ou seja, é convertida em uma proposição particular) em ambas. Mas, a proposição particular negativa não é convertida em ambas proposições *de necessario*, assim como não é convertida nas proposições *de inesse*. Com efeito, a proposição ‘algum animal não é um homem’ é verdadeira, no entanto, a proposição ‘algum homem não é um animal’ é falsa; e, por este

motivo, não é convertida. E é a mesma causa que acontece nas proposições *de necessario*.

18. Do mesmo modo, note que todas as proposições *de contingenti* são convertidas semelhantemente as proposições preditas. Pois todas as proposições afirmativas *de contingenti*, tanto as universais quanto as particulares, são convertidas semelhantemente, mas as proposições negativas não são convertidas do mesmo modo. Donde note que as proposições negativas *de contingenti* que são ditas *de necessario* e as negativas *de contingenti* que são opostas ao necessário são semelhantemente convertidas, como ‘é contingente que nenhum homem seja um cavalo’ e ‘é contingente que nenhum cavalo seja um homem’. Com efeito, estas proposições são *de contingenti* ditas de uma proposição *de necessario*. Donde são ditas contingentes porque são necessárias. Do mesmo modo, ‘é contingente que nenhuma túnica seja branca’ e ‘é contingente que nenhuma coisa branca seja uma túnica’. E estas proposições são *de contingenti* porque são opostas ao necessário; donde são chamadas de contingentes pelo fato de que não existem por necessidade.

19. Do mesmo modo, as proposições *de contingenti* em relação a qualquer conclusão e as proposições *de contingenti* naturalmente aptas, ou como acontece em muitas proposições, são convertidos segundo as qualidades opostas. Mas, diferentemente, porque as proposições *de contingenti* em relação a qualquer conclusão (ou *de contingenti* indefinido, o que é o mesmo) são convertidos igualmente da afirmação para a negação e vice-versa (por exemplo, se é contingente que nenhum homem corra, é contingente que todo homem corra, e vice-versa), porque este contingente se relaciona igualmente com o ser e com o não ser; logo, assim como é contingente que seja o caso, do mesmo modo é contingente que não seja o caso. Contudo, as proposições *de contingenti* naturalmente aptas, como acontece em muitas proposições, são convertidas no sentido de que ‘é contingente que seja’ é equivalente à proposição ‘não é necessário que seja’, como se fosse contingente ao homem envelhecer, mas não é necessário que o homem envelheça. E note que todas as proposições *de contingenti* naturalmente aptas são afirmativas. O que é evidente pelo fato de que são convertidas segundo as qualidades opostas. E este é a causa porque não é possível silogizar na segunda figura, porque nada segue das proposições afirmativas na segunda figura.

Sofisma

20. Tratados estes assuntos, questiona-se o sofisma **TODO HOMEM É NECESSARIAMENTE UM ANIMAL**. Prova: esta proposição ‘todo homem é um animal’ é uma proposição necessária. Logo, a proposição será verdadeira, se for modificada pelo modo

da necessidade. Logo, a proposição ‘todo homem é necessariamente um animal’ é verdadeira. Contrariamente: Todo homem é necessariamente um animal. Ora, Sócrates é um homem. Logo, Sócrates é necessariamente um animal (no terceiro modo da primeira figura). Mas, a conclusão é falsa. Logo, uma das premissas é falsa. A premissa menor não é falsa. Logo, a premissa maior é falsa. Mas, esta (a premissa maior) é a primeira proposição. Logo, a primeira proposição é falsa.

21. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira e a refutação erra segundo a falácia do acidente, porque sob estes termos simplesmente não devem ser usados termos de agora (*ut nunc*). E são chamados simplesmente de termos porque têm o ser por natureza; no entanto, são chamados de termos de agora (*ut nunc*) os termos que às vezes são, às vezes não são.

22. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma A ALMA DO ANTICRISTO EXISTIRÁ NECESSARIAMENTE. Prova: a alma do anticristo existirá. E quando existir, existirá necessariamente. Logo, a alma do anticristo existirá necessariamente. Contrariamente: a alma do anticristo existirá necessariamente. Logo, é necessário que a alma do anticristo existirá. Logo, existe em qualquer futuro. Logo, existirá hoje e também amanhã, o que é falso.

23. E é preciso dizer que a primeira proposição é dupla, pelo fato de que a palavra ‘necessariamente’ pode determinar a composição ou o predicado. No entanto, se determinar a composição, deste modo, modifica a composição e a amplia para qualquer futuro. E, assim, seria afirmado que a alma do anticristo existe hoje, amanhã e em qualquer outro futuro. E, desta forma, a primeira proposição é falsa. No entanto, se determinar o predicado, então o sentido é ‘a alma do anticristo existirá necessariamente’ e ‘será necessariamente um ente’. E, assim, não determina a composição e a primeira proposição não é modal. E, desta forma, a primeira proposição é verdadeira, porque qualquer alma humana é um ente necessariamente. No entanto, com relação à prova, é preciso dizer que ela erra segundo a falácia *quid et simpliciter*. Com efeito, assim como não segue ‘quando Sócrates corre, ele corre necessariamente; logo, Sócrates corre necessariamente’ (ora, neste caso é uma falácia *quid et simpliciter*), Acontece da mesma forma na proposição proposta ‘a alma do anticristo, quando existir, existirá necessariamente; logo, a alma do anticristo existirá necessariamente’. Onde neste caso acontece a falácia *quid et simpliciter*, no sentido de que é uma proposição modal.

24. Do mesmo modo, questiona-se o sofisma SE SÓCRATES É NECESSARIAMENTE MORTAL, SÓCRATES É NECESSARIAMENTE IMORTAL. Prova: Se Sócrates é necessariamente mortal, Sócrates é necessariamente algo de algum tipo. E se Sócrates é necessariamente algo de algum tipo, Sócrates necessariamente existe. E se Sócrates existe

necessariamente, Sócrates é necessariamente imortal. Logo, do começo: se Sócrates é necessariamente mortal, Sócrates é necessariamente imortal. Contrariamente: neste caso é assinalado que um oposto segue um outro oposto. Logo, é uma locução impossível.

25. A solução: a primeira proposição condicional é dupla, porque o seu antecedente é duplo (a saber, ‘Sócrates é necessariamente mortal’), pelo fato de que a palavra ‘necessariamente’ pode determinar a composição ou o predicado. Mas, se determina a composição, o sentido é ‘esta proposição é necessária “Sócrates é mortal”’. E, deste modo, o predicado ‘mortal’ é sempre afirmado e, por necessidade, é inerente a Sócrates ou está em Sócrates necessariamente. E, semelhantemente, Sócrates é sempre afirmado e é afirmado necessariamente. E, assim, Sócrates é considerado mortal e imortal. E, desta forma, coisas opostas são colocados no mesmo sujeito. No entanto, se a palavra ‘necessariamente’ determinar o predicado ‘mortal’, ainda é uma proposição dupla, pois a diferença ‘mortal’ tem uma dupla relação: [1] uma relação com aquilo ao qual faz parte ou no qual está afirmado, como em relação a Sócrates, [2] e a outra relação com o ato para o qual está ordenado ou em relação ao qual diz uma atitude, como para o próprio ato que é morrer. Onde a palavra ‘necessariamente’ pode determinar a diferença na relação com a substância na qual ela está; e o sentido é: ‘Sócrates é necessariamente mortal’ ou seja ‘mortal’, por necessidade, está em Sócrates’’. E, deste modo, coisas opostas são colocados no mesmo ente, assim como antes, a saber, que Sócrates é ao mesmo tempo mortal e imortal.

26. Onde, destes dois modos, o antecedente predito é falso e impossível, mas a condicional é verdadeira. E um oposto não segue para um outro oposto, mas uma parte da contradição segue para o antecedente que contém em si ambas as partes da contradição. E é permitido que os dois sentidos do predicado sigam de um para o outro, embora sejam diversos, porque uma coisa é que a palavra ‘necessariamente’ determina a composição e outra coisa é determinar o predicado. No entanto, se a palavra ‘necessariamente’ determinar a diferença ‘mortal’ na relação com o seu ato, que é morrer, então o sentido é ‘Sócrates é necessariamente mortal’, ou seja, ‘Sócrates necessariamente morrerá’. E, deste modo, a proposição que é o antecedente é verdadeira e a primeira proposição condicional é falsa.

27. No entanto, com relação à prova, é preciso dizer que, deste modo, erra segundo a falácia *quid et simpliciter* aqui: ‘se Sócrates é necessariamente mortal, Sócrates é necessariamente algo de algum tipo’, porque não segue ‘Sócrates morrerá necessariamente; logo, Sócrates, por necessidade, é algo de algum tipo’; pelo contrário, segue o oposto, porque se Sócrates morrerá necessariamente; logo, ele não é necessariamente algo de algum tipo. De modo que não segue: ‘Ele é um homem-morto; logo, é um homem’, pelo contrário, segue o oposto, a saber,

‘logo, não é um homem’.

28. Do mesmo modo, posto que existem três almas e elas são necessariamente justas e amanhã for criada uma alma injusta, questiona-se o sofisma TODA ALMA É NECESSARIAMENTE JUSTA. Prova: Esta alma é necessariamente justa e aquela e a terceira. E nenhuma mais, porque aquela que será, ainda não é. Logo, toda alma é necessariamente justa. Contrariamente: esta proposição é falsa, a saber, ‘toda alma é justa’. Logo, a proposição agora modificada pelo modo da necessidade é falsa.

29. Solução: a primeira proposição é dupla, porque a palavra ‘necessariamente’ pode determinar a composição ou o predicado. Ora, se determinar a composição, desta maneira a proposição é considerada falsa, porque então amplia a composição e, mediante a composição, amplia o sujeito e o predicado para todo o tempo. E, assim, para um tempo futuro, ‘alma’ compreende sob si a alma contingentemente justa. No entanto, se determinar o predicado, desta maneira a proposição é considerada verdadeira. E, então, não é uma proposição modal, mas é uma proposição *de inesse*, porque a composição não é determinada por algum modo. E o sentido é: ‘toda alma é necessariamente justa’, isto é, ‘toda alma é um ente necessariamente justo’, de tal modo que a palavra ‘necessariamente’ é considerada sobre isto que digo ‘um ente justo’ e não é considerada sobre a palavra ‘é’ no sentido de que existe em razão da composição.

Algumas regras

30. Do mesmo modo, tais regras costumam ser dadas sobre as palavras ‘necessariamente’ e ‘contingentemente’:

[1] Todas as vezes que duas determinações da composição são colocadas na mesma proposição, a proposição é dupla porque uma pode ser o material em relação a outra, ou vice-versa.

Como ‘Sócrates não corre necessariamente’ ou ‘Sócrates não corre contingentemente’. Pois estas duas proposições são duplas, porque a negação pode negar a necessidade ou a contingência ou, vice-versa, a necessidade ou contingência pode cair sobre a negação. Do mesmo modo, a outra regra é essa:

[2] Todas as vezes que a palavra ‘necessariamente’ é colocada no conseqüente de alguma condicional, a proposição é dupla.

Como ‘se Sócrates corre, ele necessariamente se move’, porque pode dizer a necessidade do conseqüente (e o sentido é: ‘se Sócrates corre, necessariamente segue que ele se move’), ou pode dizer a necessidade da proposição que é o conseqüente (e o sentido é: ‘se Sócrates corre, a proposição ‘Sócrates se move’ é necessária’, o que é falso). Do mesmo modo, a outra regra é essa:

[3] Todas as vezes que a palavra ‘necessariamente’ é colocada na proposição disjuntiva dos contrários ou da contraditória dos opostos, a proposição é dupla, porque ela pode ser a necessidade da disjunção ou das partes das disjunções.

Como ‘todo número é necessariamente par ou ímpar’ e ‘Sócrates está necessariamente sentado é verdadeiro ou falso’ e ‘Sócrates necessariamente corre ou não corre’. Outra regra é essa:

[4] Todas as vezes que o verbo ‘é contingente’ (contingit) é adicionado aos termos accidentais, a proposição é dupla, porque pode dizer a contingência do predicado e não dizer a contingência do sujeito ou pode dizer a contingência de ambos.

Por exemplo, ‘é contingente que toda coisa branca corra’. Se esta proposição diz apenas a contingência do predicado, tal é o sentido: ‘tudo que é branco, a ele é contingente que corra’. No entanto, se a proposição disser a contingência de ambos, tal é o sentido: ‘tudo que é contingente ser branco, é contingente que corra’. E, assim, o modo é reduplicado para o sujeito. E, por este motivo, Aristóteles distingue no primeiro livro dos *Primeiros Analíticos* a proposição ‘todo *b* pode ser *a*’, porque, de um modo, significa isto ‘tudo que é *b*, pode ser *a*’; de outro modo, o sentido é ‘tudo que pode ser *b*, pode ser *a*’.

TRATADO OITAVO

AS CONJUNÇÕES

Introdução

1. Muitos são os gêneros das conjunções. Segundo Prisciano, [1] algumas conjunções são dubitativas, [2] outras conjunções são interrogativas, como ‘-ne’ (partícula interrogativa), ‘ou’ (‘an’) e ‘se’ (‘utrum’). Mas, Donato compreende este gênero de conjunções sob o gênero das palavras disjuntivas. Contudo, omitidas as outras conjunções interrogativas e dubitativas, nos dirigimos, no presente momento, à conjunção ‘ou’ (‘an’).

A. A CONJUNÇÃO ‘OU’ (‘AN’)

2. Acerca da conjunção ‘ou’ (‘an’), [1] primeiramente, questiona-se sobre qual é a diferença entre uma interrogação feita por meio de um nome e uma interrogação feita por meio de um advérbio e uma interrogação feita por meio de uma conjunção; [2] segundo, questiona-se o que significa a palavra ‘ou’ (‘an’); [3] a terceira questão é sobre como a conjunção ‘ou’ (‘an’) se difere de outras conjunções interrogativas, como das conjunções ‘-ne’ e ‘utrum’; [4] a quarta questão é: uma vez que esta palavra tenha em si a natureza da disjunção, entre quais coisas ocorre a disjunção; [5] a quinta questão é: uma vez que a palavra ‘an’ exerce três atos (porque exprime a disjunção, a interrogação e a dúvida), se ela está igualmente relacionada a todos estes atos ou não.

Qual é a diferença entre interrogações feitas de modos diversos

3. Acerca da primeira questão, objeta-se que tudo aquilo que é ou é uma substância ou é um acidente. Ora, toda dúvida é a respeito de alguma coisa. Portanto, toda dúvida é a respeito de uma substância ou de um acidente. Ora, toda interrogação é sobre uma coisa duvidosa. Logo, toda interrogação sobre uma substância acontece por meio de palavras interrogativas, como ‘quem’, (‘quis’, ‘que’, ‘quod’) ou ‘o quê’ (‘quid’). E essas palavras são nomes. Mas, uma interrogação sobre o acidente, uma vez que o acidente é significado por meio de alguns nomes ou por meio de advérbios, ocorre por meio de nomes (como ‘qualis’ (‘de que tipo?’), ‘quantus’ (quão grande?), ‘quotus’ (em que lugar em uma ordem?), ‘quotennis’ (por quantos anos?), ou por meio de advérbios (como ‘cur’ (‘por quê?’), ‘quare’ (por que razão), ‘quando’ (quando?), ‘ubi’ (‘onde’) e semelhantes). Portanto, toda interrogação ocorre por meio de um nome ou por meio de um advérbio. Logo, toda palavra interrogativa é um nome ou um advérbio. Logo, nenhuma conjunção é uma palavra interrogativa.

4. E é necessário dizer que às vezes ocorre duvidar sobre uma coisa significada por meio de

um nome, ou que seja significada pelo modo do substância ou pelo modo do acidente. E questiona-se, deste modo, por meio de nomes interrogativos (como *'quis'*, *'que'*, *'quod'*, ou *'quid'*, *'qualis'*, *'quantus'*, *'quotus'*, *'quotennis'*) segundo a diversidade da substância e das coisas que são os acidentes da substância. Mas, às vezes é feita uma dúvida sobre um ato particular. E, então, questiona-se acerca dela por meio do interrogativo *'quid'* adicionado ao ato geral, como 'o que ele está fazendo?' (*'quid agit?'*): 'está sentado' ou 'dorme' ou 'disputa' ou 'lê', e assim por diante. E questiona-se destes dois modos a respeito da coisa duvidada por meio de um nome. Mas, às vezes duvidamos sobre coisas que pertencem a um ato, como sobre a causa do ato, por exemplo, quando alguém lê: 'por que ele lê?' ou sobre o tempo no qual o ato ocorreu, como 'quando ele correu?' ou 'quando ele correrá?' ou sobre o local comparado em relação ao ato de acordo como o ato é tomado no local ou sobre o local ou para o local ou pelo local, como 'onde está?', 'onde fez isto?', 'de onde vem?', 'para onde vai?', 'por qual caminho passou?'; e, assim, pergunta-se sobre estas coisas por meio de advérbios de lugar. E, assim, é evidente a respeito das coisas preditas que são atribuídas ao ato, questiona-se estas coisas por meio de advérbios. Contudo, às vezes duvidamos sobre a inerência ou sobre a composição do ato com a substância. E, assim, questiona-se sobre a inerência ou sobre a composição por meio de conjunções interrogativas, como pelas conjunções *'-ne'*, *'an'*, e *'utrum'*.

5. E, por esta razão, as interrogações acerca das coisas interrogadas ocorrem de três modos. Algumas são nomes, outras são advérbios, outras são conjunções. E a diferença é entendida a partir das próprias coisas duvidosas que são os objetos de dúvida. Em relação ao argumento, é necessário dizer que toda dúvida é sobre uma substância ou sobre um acidente, estendendo 'acidente' para o próprio acidente e para a aderência do acidente com o sujeito ou do ato com a substância. E, então, uma pergunta sobre um acidente ocorre às vezes por meio de nomes interrogativos (como *'qualis'*, *'quantus'* e semelhantes), às vezes ocorre por meio de advérbios, às vezes ocorre por meio de conjunções. E, desta forma, divide insuficientemente a interrogação do acidente pela oposição.

O que significa a palavra *'an'*

6. Acerca da segunda questão, questiona-se o que significa a palavra *'an'*. E alguns dizem que significa uma disjunção com uma escolha. Mas, que a palavra *'an'* não significa uma escolha, eu provo deste modo: ela é uma palavra interrogativa e expressa uma interrogação. Mas, toda pergunta é causada por uma dúvida. Portanto, a palavra *'an'* expressa uma dúvida. Mas, a

dúvida é contrária à escolha, porque quem duvida não sabe escolher entre as coisas sobre as quais têm dúvida. Então, a palavra ‘*an*’ não expressa uma escolha. Ainda sobre o mesmo argumento, se a palavra ‘*an*’ significa uma escolha, ou significa uma escolha como concebida ou como uma afecção. Mas, não significa uma escolha como concebida porque toda escolha é um ato da alma e nenhum ato da alma pode ser significado como um conceito senão por meio de um nome ou por meio de um advérbio ou por meio de um particípio; logo é necessário que seja um nome ou um verbo ou um particípio. O que é falso. Contudo, significa uma escolha pelo modo da afecção: ora, uma afecção da alma não é significada pelo modo da afecção senão por meio de alguns advérbios e por meio de interjeições e por meio de verbos. Logo, se esta palavra ‘*an*’ significa uma escolha pelo modo da afecção, é necessário que seja um advérbio ou uma interjeição ou seja um acidente do verbo como um acidente do modo. O que é impossível. Logo, é impossível que a palavra ‘*an*’ signifique uma escolha pelo modo do conceito ou pelo modo da afecção.

7. O que concedemos dizendo que a palavra ‘*an*’ significa uma disjunção com uma dúvida sob o modo da interrogação. E porque todo aquele que interroga pede para ser certificado na medida em que pergunta, por esta razão, em relação a interrogação, seque-se um pedido de certificação sobre a coisa duvidada. E, por este motivo, a palavra ‘*an*’ interroga dividindo algo entre outras coisas e, por causa disto, um pedido de outra disjunção é expresso por ela. E que a palavra ‘*an*’ significa uma disjunção é evidente pelo fato de que é uma conjunção disjuntiva. Contudo, é evidente que expressa uma dúvida no sentido de que é uma palavra interrogativa e, mais além, em relação a interrogação, seque um pedido de um dos disjuntivos, como foi dito.

De que maneram ela se difere de outras conjunções interrogativas

8. Acerca da terceira questão, questiona-se qual é a diferença entre a palavra ‘*an*’ das outras conjunções interrogativas (que são ‘*-ne*’ e ‘*utrum*’), porque se não há nenhuma diferença, logo apenas uma delas seria o suficiente. Então, as outras conjunções interrogativas seriam supérfluas. E é preciso dizer que estas três conjunções ‘*utrum*’, ‘*an*’, ‘*-ne*’ concordam no fato de que perguntam sobre a composição do ato com a substância, como foi dito. Mas, se diferem nisto que a conjunção ‘*-ne*’ está mais em relação com o ato, enquanto as conjunções ‘*an*’ e ‘*utrum*’ estão mais em relação com o objeto da suposição. E estas duas conjunções se diferem (a saber, ‘*an*’ e ‘*utrum*’) deste modo porque a conjunção ‘*utrum*’ nunca é duplicada sem < uma outra > conjunção disjuntiva, mas exige consigo uma outra conjunção disjuntiva, como ‘se Sócrates corre ou Platão’ (‘*utrum Sortes currat vel Plato*’). Mas, a conjunção ‘*an*’ é

duplicada sem uma outra conjunção, como ‘tu sabes se Sócrates corre ou se Platão corre’ (*tu scis an Sortes currat an Plato*). É evidente a partir disto que há outras diferenças, a saber, que a conjunção ‘-ne’ não pode receber sobre si a transição de outro ato por conta que está em relação como ato; com efeito, um ato não transita sobre outro ato, mas sobre alguma consequência. Donde nada é dito em ‘tu vês Sócrates correr’ (*tu vides curritne Sortes*), mas ‘tu vês Sócrates correndo’. Outras duas proposições recebem sobre si a transição do ato em razão de que é mais uma relação com a substância ou com o objeto da suposição, como ‘tu sabes se Sócrates corre’ (*tu scis an Sortes currat*) e ‘tu vês se Platão lê’ (*tu vides utrum Plato legat*). A terceira diferença é que a conjunção ‘-ne’ é sempre interrogativa, enquanto as outras duas conjunções às vezes são entendidas apenas disjuntivamente, como ‘eu bem sei se Sócrates lê ou não’ (*ego bene scio utrum Plato legat vel non*) e ‘eu bem sei se ele lê ou não lê’ (*bene scio an legat an non legat*).

Entre quais coisas ocorre uma disjunção

9. Acerca da quarta questão, questiona-se porque a conjunção ‘an’ é uma conjunção disjuntiva e entre quais coisas ocorre uma disjunção. E sobre isto uma certa regra é dada:

Todas as vezes em que a palavra ‘an’ é afirmada uma vez, ela produz uma disjunção entre as palavras opostas à contraditória: mas, quando é afirmada duas vezes, produz uma disjunção entre as palavras encontradas.

Provo que a primeira parte da regra é verdadeira porque em toda interrogação supõe-se algo comum em relação aquilo que é interrogado, por exemplo, quando alguém pergunta ‘quem disputa?’, supõe um homem em geral que disputa e quer se certificar sobre o homem particular que disputa; e ocorre da mesma maneira em qualquer outra interrogação. Logo, supõe-se em toda interrogação algo comum ou universal com relação aquilo que é interrogado. Logo, nesta pergunta ‘tu sabes se Sócrates corre?’ supõe-se algo comum em relação a isto que é interrogado. Mas, não é interrogado senão uma parte da contradição, porque se questiona apenas sobre ela. Logo, supõe-se <algo> comum àquela proposição. Mas, não há nada em comum as partes da contradição senão a disjunção. Mas, supõe-se neste caso uma disjunção entre as partes da contradição. Mas, não há algo neste caso pelo qual supõe-se a disjunção senão por meio da conjunção ‘an’. Logo, a palavra conjunção ‘an’ separa as partes da contradição. Mas, deste modo, ela é afirmada uma única vez. Logo, quando ela é

usada uma vez, separa as palavras opostas da contradição. O que concedemos.

10. Mas, contrariamente: toda disjunção diz respeito a pelo menos duas coisas. Donde nada é dito em ‘Sócrates corre ou’, porque falta um dos extremos. Porque nada é dito em ‘tu sabes se Sócrates corre?’, quando falta um dos extremos. A solução: não é o mesmo que acontece com a palavra ‘*an*’ e com a palavra ‘*vel*’, porque esta palavra ‘*an*’ é uma palavra interrogativa e disjuntiva. E isto acontece em razão da pergunta adicionada à disjunção, pois quando é adicionada a uma parte da contradição dá a entender a outra parte da contradição, porque quem duvida sobre um dos opostos, duvida também sobre o outro. Mas, a palavra ‘*vel*’ é apenas disjuntiva e não interrogativa. E, por isso, não dá a entender o outro extremo.

11. Além disso, objeta-se acerca da segunda parte da regra porque uma dúvida sobre muitas coisas não é uma dúvida apenas, mas são muitas, a não ser que aquelas muitas dúvidas se oponham em algum gênero de oposição. Mas, quando é dito ‘tu sabes se Sócrates corre ou Platão disputa’, as proposições, a saber, ‘Sócrates corre’ e ‘Platão disputa’ não se opõem por algum gênero de oposição. Logo, a dúvida acerca delas não é única. Logo, a palavra ‘*an*’ não as separa. Então, não separa entre as expressões encontradas quando elas são usadas duas vezes. Mas, contrariamente: tudo aquilo que é investigado sobre a interrogação, é resolvido por meio daquilo pelo qual a questão é concluída na resposta dada. Mas, dado qualquer um dos enunciados preditos, a questão é concluída. Logo, indiferentemente, investiga-se esta ou aquela resposta. Então, a palavra ‘*an*’ separa entre elas, porque apenas separa entre aquelas coisas sobre as quais se investiga. Contudo, estas são as expressões encontradas. Logo, quando é usada duas vezes, separa entre as expressões encontradas. O que concedemos.

12. Em relação ao argumento que objeta o contrário, é preciso dizer que ‘dúvida única’ e ‘interrogação única’ e ‘resposta única’ são duplos. Porque, de um modo, é simplesmente uma resposta, como quando é perguntado um sobre um outro segundo si mesmo e absolutamente (como quando é perguntado ‘Sócrates corre?’ e é respondido ‘sim’ e ‘não’). De outro modo, a resposta única não simplesmente uma resposta, mas é uma resposta pela suposição, como quando é perguntado ‘Sócrates corre ou Platão corre?’; aqui convém supor que um outro destes corra no sentido de que é dada uma resposta única. E, semelhantemente, ‘dúvida única’ e também ‘pergunta única’ são duplas, simplesmente e pela suposição. Por exemplo, quando se pergunta ‘tu sabes se Sócrates corre ou se Platão disputa’, não é uma interrogação única nem uma dúvida simplesmente, mas uma dúvida pela suposição, por exemplo, que um deles existe e que o respondente sabe sobre um outro deles.

De que maneira se relaciona com todos os seus casos

13. Acerca da quinta questão, objeta-se que a palavra ‘*an*’ não deve exercer estes três atos que são separar, interrogar e duvidar, porque de um ato há o instrumento próprio e vice-versa. Logo, se a palavra ‘*an*’ é um instrumento de interrogar, não será um instrumento de duvidar nem de separar. E é preciso dizer que o mesmo instrumento conforme a substância e conforme a razão não pode ser o instrumento de diversos atos das consequências para si mesmo. Mas, o mesmo instrumento conforme a substância e diverso segundo a razão pode ser dos atos simplesmente diversos. Donde assim como o pulmão é o instrumento de temperar o calor do coração pela respiração (e isto segundo o que é atrativo do ar) e também é o instrumento de falar repercutindo o ar pela artéria vocal (e isto na medida em que é expulsivo e repercussivo do ar); e, deste modo, conforme outro instrumento ocorre o temperar o calor do coração e segundo outro instrumento ocorrer o falar, – semelhantemente a conjunção ‘*an*’, segundo o que separa, é contida sob a espécie das conjunções disjuntivas, conforme a qual por ela mesma interrogamos, é contida sob a espécie das conjunções interrogativas; segundo o que pela mesma duvidamos, é contida sob a espécie das dubitativas. E, assim, é a mesma conjunção segundo a substância, mas sempre difere segundo a razão e a espécie, porque ela é das diversas espécies no sentido de que pela mesma conjunção exercemos os três atos preditos.

14. E note que ela é primariamente disjuntiva e depois negativa e dubitativa, porque sempre separa, mas nem sempre interroga ou dúvida. E note que esta palavra ‘*an*’ pede uma outra parte da determinada delas entre as quais separa. E, por isto, costuma-se dizer que convém que o respondente saiba a outra parte da determinada. O que é provado assim: que o respondente deve estar mais certo sobre a questão do que o interrogante, porque o respondente deve certificar o interrogante sobre a questão. Mas, o interrogante sabe a outra parte em gênero ou em comum. Logo, convém que o respondente saiba a outra parte particularmente e determinadamente. O que concedemos.

15. Mas, contrariamente: assim como ocorre saber o universal ignorando o particular (como sei em geral que há um homem na Hispânia, embora não conheça nenhum homem particular ali), – semelhantemente, ocorre saber o disjunto ou a disjunção ignorando qualquer que seja a parte da disjunção. A prova: sei que as estrelas são pares ou ímpares, mas não sei esta parte nem aquela. Logo, quando digo ‘tu sabes se Sócrates corre ou Platão disputa’, não convém que o respondente saiba uma parte da determinada. E é preciso dizer que o último argumento não é válido. Se esta palavra ‘*an*’ fosse apenas disjuntiva, seria válido. Mas, uma vez que não

apenas é disjuntiva, mas também é interrogativa, por isto não é válida, porque qualquer que seja a pessoa que interroga, pede para ser certificado sobre aquilo que interroga. E, por isto, uma vez que esta palavra ‘*an*’ é interrogativa de outra das disjuntivas, convém que introduza um pedido de outra disjunção. E, por isto, deste modo, o pedido convém que o respondente saiba a outra parte de maneira determinada. E, assim, o argumento predito é impedido por causa da pergunta desta palavra ‘*an*’.

Sofisma

16. Questiona-se se este sofisma TU SABES SE TODO HOMEM É SÓCRATES OU DIFERE DE DELE. Prova: Tu sabes se Sócrates é Sócrates ou difere de dele. Tu sabes se Platão é Sócrates ou difere dele, e assim por diante. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: Tu sabes se todo homem é Sócrates ou difere dele. Logo, tu sabes que todo homem é Sócrates ou todo homem difere de Sócrates, das quais ambas são falsas.

17. Solução: a primeira proposição é *simplesmente* falsa. E a prova erra segundo o consequente pelo insuficiente, porque nesta proposição ‘tu sabes se todo homem é Sócrates ou difere dele’ é dupla a universalidade, porque em uma parte há uma distribuição e uma outra na outra parte. Donde o sentido é: ‘tu sabes se todo homem é Sócrates ou se todo homem difere de Sócrates’. Mas, não são tomados todos os singulares destas duas distribuições na mesma prova, porque exceto as quais afirma, deveria afirmar estas proposições ‘tu sabes se Sócrates é Sócrates ou todo homem difere dele’, ‘tu sabes se Platão é Sócrates ou todo homem difere de Sócrates’ (e esta disjuntiva é falsa, porque ambas as suas partes são falsas) e, semelhantemente, todos as outras partes que permanecem. E, deste modo, deveria afirmar todos os particulares da primeira distribuição enquanto a segunda distribuição integra permanente. E também deveria afirmar, vice-versa, todos os particulares da segunda distribuição de modo que a primeira distribuição permaneça integra. Por exemplo, ‘tu sabes se todo homem é Sócrates ou Sócrates difere de Sócrates’ e ‘tu sabes se todo homem é Sócrates ou Platão difere de Sócrates’, e assim por diante. De outro modo deveria afirmar os particulares, a saber, aceitando os singulares de um com todos os outros singulares do outro, como ‘tu sabes se Sócrates é Sócrates ou Sócrates difere de Sócrates’ e ‘tu sabes se Platão é Sócrates ou Sócrates difere de Sócrates’, e assim por diante. Mas, não aceita nenhuma dessas proposições. E, assim, procede de outro insuficiente. Donde erra segundo o consequente.

18. Além disso, supondo que Sócrates ou Platão mintam, mas tu não sabes qual dos dois mente, questiona-se o sofisma TU SABES SE, QUANTO AO QUE MENTE, É FALSO QUE

SÓCRATES É ELE. Prova: esta negativa é verdadeira ‘não quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele’ de ambos os casos é contingente, a saber, ou Sócrates mente ou Platão. Pois, enquanto Sócrates mente, esta proposição é verdadeira ‘não quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele’ (isto é ‘que Sócrates mente’), pelo contrário, isto é verdadeiro quanto a Sócrates. Além disso, enquanto Platão mente, esta proposição é verdadeira ‘não quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele’ (isto é ‘que Sócrates é Platão que mente’), porque embora seja falso que Sócrates é Platão, não é falso a respeito de Platão, porque não é um enunciado sobre ele. Donde nem é verdadeiro nem falso sobre ele, em razão de que o enunciado é sempre dito acerca da coisa significada pelo sujeito do termo, ou sobre aquilo que é feito sujeito, e não sobre o que é predicado, como ‘que o homem é uma pedra’ é um enunciado sobre o homem e não sobre a pedra, mas ‘que a pedra é um homem’ é um enunciado sobre a pedra e não sobre o homem. E assim fica evidente que de ambos os casos é contingente que seja verdadeira a proposição ‘não quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele’. E isto sabes e também sabes pela hipotética que muito casos não podem acontecer. Logo, tu sabes esta proposição, a saber, ‘não quanto ao que mente é etc.’. E esta é uma outra parte da primeira disjuntiva, porque a palavra ‘*an*’ uma vez afirmada separa entre as coisas opostas. Logo, esta proposição é verdadeira ‘tu sabes se quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele ou não quanto ao que mente é falso Sócrates é ele’, porque desta disjuntiva a outra parte é verdadeira.

19. Contrariamente: tu sabes se, quanto ao que mente, é falso que Sócrates é ele. Logo, tu sabes se, quanto ao que mente, é falso que ele é Sócrates (pelo tópico do convertível, como ‘se Sócrates é ele, ele é Sócrates’, assim como ‘se um homem é um animal, um animal é um homem’). Mas, a conclusão é dúbia e não concreta, porque enquanto Sócrates mente esta proposição negativa é verdadeira ‘não quanto ao que mente é falso ele é Sócrates’, isto é ‘que mente ser Sócrates’. Mas, enquanto Platão mente, a proposição é falsa, porque o sentido é: ‘não quanto ao que mente é falso que ele é Sócrates’ (isto é, ‘que Platão é Sócrates’), porque isto é falso quanto ao que mente, porque ‘que Platão é Sócrates’ é falso a respeito de Platão. Logo, a predita proposição negativa é dúbia, uma vez que ocorre ser verdadeira de um caso e de outro modo é falsa e não sabes qual é caso que ocorre. Logo, a sua proposição oposta é dúbia, porque quem quer que duvide de um dos opostos, necessariamente duvidará do outro; logo, esta proposição é falsa ‘tu sabes se quanto ao que mente é falso que ele é Sócrates. Logo, a primeira proposição da qual segue é falsa.

20. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira, a saber, a proposição ‘tu sabes se quanto ao que mente é falso que Sócrates é ele’. E a prova é válida. Mas, o primeiro

argumento da refutação erra segundo o sofisma do acidente. Do mesmo modo aqui: ‘tu sabes que quanto ao homem há o enunciado que o homem é uma substância; logo, tu sabes que quanto ao homem há o enunciado que a substância é um homem’. O que é falso, porque embora ‘que o homem seja uma substância’ e ‘que a substância seja um homem’ sejam convertidos, mas que é feito sujeito em um, é feito sujeito no outro. Donde é um enunciado sobre o homem e não sobre a substância (porque um homem é feito sujeito nele) e o outro é um enunciado sobre a substância e não sobre o homem, porque a substância é feita sujeito nele.

B. SOBRE A CONJUNÇÃO ‘OU’

21. Tratada a conjunção disjuntiva ‘*an*’, investiga-se conseqüentemente a palavra ‘ou’. Acerca do qual primeiramente investiga-se sobre o que significa esta palavra ‘ou’; segundo, investiga-se se o seu significado é um ente simplesmente ou não; terceiro, se a coisa significada pela palavra ‘ou’ é um gênero ou não; quarto, de que maneira se difere das conjunções disjuntivas; quinto, se a disjunção faz um termo disjuntivo predicável de muitos.

O que significa a palavra ‘ou’?

22. Acerca da primeira questão, investiga-se: como fica evidente pela definição de conjunção, a conjunção ‘ou’ significa uma relação que é segundo o ser simultaneamente ou segundo o ser de acordo com uma anterioridade e posterioridade. Mas, não significa uma relação no sentido de uma anterioridade e posterioridade, porque assim seria a palavra consecutiva. Logo, significa uma relação do ser de acordo com a simultaneidade. Logo, significa coisas que são simultaneamente. Mas, contrariamente: Boécio diz que a conjunção disjuntiva compreende que não permite que existam ao mesmo tempo estas coisas que ela une. Logo, a conjunção ‘ou’ não afirma coisas que existem ao mesmo tempo. Logo, não significa uma relação que é no sentido de uma simultaneidade. Ainda sobre o mesmo argumento: Prisciano define uma conjunção disjuntiva dizendo que ‘as palavras disjuntivas são as que, ainda que unam palavras, separam os sentidos e significam que uma coisa é e que outra não é. Mas, a definição mais geral concorda com qualquer definição menos geral. Logo, é necessário que esta definição seja entendida na conjunção ‘ou’. Logo, a conjunção ‘ou’ não afirma coisas que existem ao mesmo tempo. Logo, não significa uma relação que é no sentido de uma simultaneidade.

23. E é preciso dizer que a conjunção ‘ou’ significa uma relação das coisas simultaneamente existentes na medida em que as separa. E esta relação é uma disjunção dos próprios disjuntos igualmente relacionados entre si, porque a conjunção ‘ou’ não está mais relacionada para um dos disjuntos do que para o outro quanto acerca de si mesma, por exemplo, quando é dito ‘Sócrates ou Platão’. Contra o argumento ao qual objeta Boécio, é preciso dizer que onde quer que haja uma disjunção, duas coisas são exigidas, a saber, as coisas que são separadas e aquilo em relação ao qual há uma disjunção. Donde quando é dito ‘Sócrates ou Platão corre’, Sócrates ou Platão são as coisas separadas e são separados em relação ao ato ‘correr’. Donde a conjunção ‘ou’ afirma que os próprios disjuntos existem ao mesmo e, em relação ao qual há uma disjunção, não afirma estar ser neles simultaneamente. Donde Sócrates e Platão são afirmados ao mesmo tempo de acordo com si mesmos, mas não são afirmados ao mesmo tempo quanto a corrida. E, por isso, Boécio diz que é preciso entender em relação aquilo ao qual há a disjunção. Contra o argumento que objeta sobre a definição da conjunção disjuntiva, é preciso dizer que ‘simultaneamente’ (*simul*) é dito de dois modos. [1] Pois, de um modo, é contrário a uma anterioridade e posterioridade na conclusão. E, assim, todas as conjunções disjuntivas dizem coisas que existem ao mesmo tempo, porque não afirma apenas um antecedente e a outra parte tão quanto consequente. [2] De outro modo, ‘simultaneamente’ ‘*simul*’ é dito segundo a participação de uma coisa, como se Sócrates e Platão participassem do branco e são ditos existir simultaneamente na participação do branco. E, deste modo, Prisciano diz que as conjunções disjuntivas separaram o sentido e, de fato, significam uma coisa que é e outra coisa que não.

Se o seu significado é um ente simplesmente

24. Acerca da segunda questão, investiga-se aquilo que é introduzido pela palavra ‘ou’ que é encontrado no ente (como ‘um homem ou um burro’) e no não-ente (como ‘uma quimera ou um bode-veado’). Logo, não é um ente simplesmente. Ainda sobre o mesmo argumento: tudo aquilo é um ente simplesmente, ou é uma substância ou uma quantidade, e assim por diante. Mas, a conjunção ‘ou’ não significa uma substância nem uma qualidade, e assim por diante. Logo, o significado dela não é um ente simplesmente, mas um ente de alguma maneira. O que concedemos dizendo que significa alguma uma relação encontrada tanto no ente quanto no não-ente.

Se a coisa significada pela palavra ‘*vel*’ é uma categoria ou não

25. Acerca da terceira questão, objeta-se que todas as relações estão na categoria da Relação *ad aliquid* (ou no predicamento da relação), mas a palavra ‘ou’ não diz uma coisa absoluta, mas relativa (porque nada é dito ‘Sócrates corre ou’ em razão de que falta um outro dos extremos); logo, diz uma relação. Além disso, a palavra ‘ou’ igualmente se relaciona com ambos os extremos. Mas, diz uma relação de um com o outro. Logo, diz uma relação segundo uma equiparação. Logo, está no gênero da Relação. Mas, objeta-se em sentido contrário que nenhuma relação que é segundo a simultaneidade ou segundo uma anterioridade e posterioridade está em alguma categoria. Mas, toda coisa significada de qualquer que seja a conjunção é uma relação que é segundo uma simultaneidade ou uma anterioridade e posterioridade. Logo, nenhuma coisa significada por alguma conjunção é um predicamento (e é um silogismo no segundo modo da primeira figura). Logo, o significado da palavra ‘ou’ não está em alguma categoria. O que concedemos.

26. Quanto ao primeiro argumento que objeta que é preciso dizer que ‘relação’ ou ‘em relação a’ é duplo, porque algumas são as relações de coisas simplesmente existentes, como o pai e o filho, dobro e médio. E tais relações estão no predicamento da Relação, porque são relações. Outra são as relações que não são de coisas simplesmente existentes, porque são tanto de coisas existentes quanto de coisas não existentes. E, deste modo, as relações não estão no gênero da Relação. E tais são os significados das conjunções disjuntivas. Donde não segue que embora a palavra ‘*vel*’ diga uma coisa relativa, que por isto seja *ad aliquid* (ou no gênero da Relação).

27. Quanto ao outro argumento, é preciso dizer que ‘uma relação segundo uma igualdade’ é dupla, porque uma delas é da alma apenas enquanto a alma apreende os significados das partes da oração. E tal relação segundo a igualdade não é *ad aliquid*, porque não é um ente simplesmente, mas um ente de algum modo, uma vez que é dos próprios significados e pode significar tanto o ente quanto o não-ente. Logo, as relações dos significados não podem ser entes simplesmente. Logos, não estão na categoria. E, deste modo, uma relação é significada pela conjunção disjuntiva. Contudo, outra é a relação segundo a igualdade que apenas segue uma coisa completa e perfeita no ser, como amigo – vizinho; semelhante – igual. E, deste modo, a relação segundo a igualdade é uma equiparação. E é uma espécie de Relação. Donde está na categoria da relação.

De que maneira ela se difere de outras conjunções disjuntivas

28. Acerca da quarta questão, objeta-se se as conjunções ‘*vel*’, ‘*-ve*’, ‘*aut*’, ‘*-ne*’, ‘*an*’, ‘*utrum*’, não são supérfluas e convém diferenciá-las entre si mutuamente ou, se não diferem, é necessário que algumas delas sejam supérfluas. E, por conta disto, investiga-se de que maneira a conjunção ‘ou’ (*vel*) se difere das outras conjunções disjuntivas. E é preciso dizer que estas conjunções ‘*vel*’, ‘*-ve*’, ‘*aut*’ diferem destas três, a saber, ‘*an*’, ‘*-ne*’, ‘*utrum*’, em razão de que estas três podem ser o meio pelo qual um ato passa para um outro ato, como ‘eu sei se Sócrates corre’ e ‘tu sabes se Sócrates corre’ e ‘ele sabe se Sócrates corre’ e ‘tu achas que Sócrates corre?’. Mas, ‘*vel*’ e ‘*-ve*’ e ‘*aut*’ não podem ser o meio pelo qual um ato possa passar para um outro ato. Pois nada é dito ‘Tu sabes ou Sócrates corre’, ‘tu sabes ou Sócrates corre?’, de modo que o ato de saber é entendido passar para o enunciado que digo: ‘Sócrates corre’, assim como da outra parte era válido dizer ‘tu sabes se Sócrates corre’, isto é, ‘tu sabes que Sócrates corre ou não corre’. Há também uma outra diferença porque aquelas três são interrogativas, mas ‘*vel*’, ‘*-ve*’ e ‘*aut*’ não são interrogativas, pelo contrário, são disjuntivas.

29. Além disso, a conjunção ‘ou’ separa as coisas que devem mover o intelecto especulativo ou qualquer que seja outra virtude cognoscível não movida por sentimento ou por emoção, mas na medida em que é apenas cognoscitiva. Mas, a conjunção ‘ou’ separa as coisas movidas pelo intelecto prático ou pelo próprio sentimento ou também movidas pelo próprio apetite sensível. Além disso, a conjunção ‘*-ve*’ se difere de outras duas conjunções, a saber, ‘*vel*’ e ‘*aut*’ porque é uma disjuntiva enclítica, enquanto as outras não são, mas são apenas disjuntivas. ‘*Enclesis*’ é uma inclinação; donde enclítico, isto é, ‘inclinado’. E, assim, estas três conjunções se diferem entre si e das outras três conjunções interrogativas.

30. Além disso, a conjunção ‘ou’ se difere das outras duas conjunções ‘*an*’ e ‘*utrum*’ porque ‘*-ve*’ é uma interrogativa enclítica, enquanto ‘*an*’ e ‘*utrum*’ não são enclíticas. ‘*Enclesis*’ é encontrada em apenas três conjunções, que são ditas enclíticas ‘*-que*’, ‘*-ne*’, ‘*-ve*’. E dado que atraem o acento da palavra precedente para a última sílaba (como ‘*putasne*’, ‘*dixitne*’, ‘*amavitque*’), por isto seguem sempre a primeira palavra daquela cláusula na qual estão colocadas. E, por isto, são distas subjuntivas pelos gramáticos.

Se a disjunção faz um termo disjuntivo predicável sobre muitos

31. Acerca da quinta questão, objeta-se que o termo da disjunção é predicado de ambas as suas partes, como ‘Sócrates é Sócrates ou Platão’ e ‘Platão é Sócrates ou Platão’. Logo, o termo disjunto é um término do comum para ambas os disjuntos. Logo, é predicável de

muitos. Mas, objetiva-se com um argumento contrário: ‘tudo aquilo que é predicado de muitos é um gênero ou uma espécie ou uma diferença ou um próprio ou um acidente ou um definido. Mas, o termo disjuntivo é nenhum destes, porque todos estes são entes, mas o termo disjunto é encontrado tanto no ente quanto no não-ente. Logo, o termo disjunto não é predicável de muitos.

32. Solução: A comunidade da predicação acontece de duas maneiras. [1] De um modo, uma coisa que participa de muitas é predicada de muitas coisas substancialmente ou acidentalmente. E, então, convém que seja um dos cinco predicados ou definido. [2] De outro modo, a comunidade da predicação ocorre quando uma coisa não predicada, mas um complexo de muitas coisas indiferentemente afirmando um e removendo o outro. E, deste modo, o término disjunto é predicável de muitos, como ‘Sócrates ou Platão’, e assim por diante. E dado que a conjunção ‘ou’, por conta da sua natureza indeterminada, afirma um dos disjuntivos e remove o outro em relação a uma terceira coisa (e, assim, é uma conjunção disjuntiva), por isto, é tomada propriamente quando é entendida como uma conjunção disjuntiva, enquanto é tomada menos propriamente quando entendida como subdisjuntivamente, e é dita subdisjuntivamente quando é entendido que ambas as partes da disjunção são verdadeiras.

33. Além disto, parece que o termo disjunto deve ser algum dos cinco predicáveis porque tudo aquilo que recebe sobre si uma distribuição é um dos cinco predicáveis. Ora, o termo disjunto recebe sobre si uma distribuição. Logo, o termo disjunto é um dos cinco predicáveis. A premissa maior é evidente porque: ‘todo’ e ‘nenhum’ e similares consignificam universalmente. Mas, nada é tomado universalmente senão o universal. Logo, são apenas disposições do universal. Ora, o universal é dividido em cinco predicáveis. Logo, tudo aquilo que recebe sobre si distribuição, etc. E esta foi a premissa maior. A menor é evidente de outro modo porque não seriam verdadeiras as premissas ‘todo racional ou irracional é animal’ e vice-versa.

34. Solução: há duas coisas no termo disjunto: um é a própria disjunção e o outro os próprios termos porque são disjuntos. Donde o término disjunto, em razão da disjunção, nunca pode receber uma distribuição. Mas, em razão dos termos que são disjuntos, às vezes pode, às vezes não, porque quando os termos disjuntos são singulares não pode receber uma distribuição: pois nada é dito ‘todo Sócrates ou Platão’. Contudo, quando os termos que são disjuntos são universais, então o termo disjunto pode receber uma distribuição, como ‘todo homem ou um burro é um homem’. Mas, então, a oração é dupla, porque pode receber uma distribuição por uma das partes apenas. E, assim, é verdadeira a proposição ‘todo homem ou um burro é um

homem’, e o sentido é: ‘todo homem é um homem ou todo burro é um homem’; e, deste modo, é uma proposição disjuntiva. De outro modo, pode receber uma distribuição por ambas as partes ao mesmo tempo. E, assim, é falsa a proposição ‘todo homem ou um burro é um homem’; a é uma proposição categórica e o sentido é: ‘tanto o homem quanto um burro são universalmente um homem’, Do terceiro modo, todo disjuntivo pode receber uma distribuição sobre si, conforme convém a ambas as partes da disjunção. E, assim, é verdadeira a proposição ‘todo racional ou irracional é um animal’, porque a natureza do animal é adequado com o disjuntivo que é ‘racional ou irracional’. E, desta maneira, é evidente de que maneira o termo disjuntivo ou todo o disjuntivo pode receber sobre si uma distribuição e de que modo não. Além disso, é evidente que são duplas as premissas maiores e menores que o oponente produz.

Sofismas

35. Segundo as coisas preditas, investiga-se sobre o sofisma TUDO AQUILO QUE É OU NÃO É, É. Prova: ‘tudo aquilo que é, é’; esta é uma proposição verdadeira. Mas, a verdade pode ser separada de qualquer outra coisa que não seja verdadeira. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: tudo aquilo que é ou não é, é. Mas, César é ou não é. Logo, César é. Solução: a primeira proposição é dupla, porque pode ser dividida; e o sentido é: ‘tudo aquilo que é, é ou tudo aquilo que não é, é’. E, assim, a proposição é verdadeira, porque é verdadeira em uma das coisas; e, deste modo, é disjuntiva. Ou pode ser composta. E é o sentido ‘tudo aquilo que é ou não é, é’, isto é, ‘tanto todo outro que é quanto todo outro que não é, é’. E, assim, a proposição é falsa e é categórica. Onde há ali um sofisma da composição, porque a composta é falsa.

36. Além disso, investiga-se o sofisma TODA PROPOSIÇÃO OU A SUA CONTRADITÓRIA É VERDADEIRA. Prova: a proposição ‘Sócrates corre’ ou a sua contraditória é verdadeira. E a proposição ‘Platão disputa’ ou a sua contraditória é verdadeira, e assim por diante. Logo, toda proposição ou a sua contraditória é verdadeira. Contrariamente: toda proposição ou a sua contraditória é verdadeira. Mas, nem toda proposição é verdadeira. Logo, toda proposição contraditória a ela é verdadeira. O que é falso.

37. A solução: a primeira proposição é dupla, porque uma distribuição pode cair sobre a proposição tomada de maneira absoluta. E, assim, distribui a proposição por qualquer proposição particular; e, desta maneira, a proposição é falsa e dividida, porque é uma proposição disjuntiva cuja ambas as partes são falsas. Ou a distribuição pode cair sobre uma

proposição não tomada de maneira absoluta, mas relacionada com a sua contraditória. E, deste modo, a proposição é dupla. Pois, de um modo, o termo disjuncto ‘proposição ou a sua contraditória’ pode ser feito sujeito com o predicado com ambas as partes de maneira universal, assim como nestas proposições ‘todo racional ou irracional é um animal’ e vice-versa: ‘todo par ou ímpar é um número’ ou vice-versa; ‘todo reto ou curvo é uma linha’ e vice-versa. E, assim, a primeira proposição ainda é falsa, porque, deste modo, o sentido é: ‘toda proposição ou a sua contraditória são verdadeiras’, isto é, ‘todas as proposições e as suas contraditórias são verdadeiras simultaneamente’, o que é impossível. De outro modo, o termo disjuncto ‘proposição ou a sua contraditória’ pode ser feito sujeito com o predicado, a saber, ‘ser verdadeiro’, não por ambas as partes da disjunção simultaneamente de maneira universal; mas, por ambas as partes indeterminadamente, de modo que às vezes é verdade para alguns particulares de uma parte da disjunção, às vezes pelos particulares da outra parte da disjunção: e, assim, a proposição é verdadeira. Como se fossem seis proposições, a saber, ‘Deus é’, ‘O homem é uma pedra’, ‘Sócrates é um burro’, e com as suas contraditórias, então quando é dito ‘a proposição ‘Deus é’ ou a sua contraditória é verdadeira’, aquela proposição, a saber, ‘o homem é uma pedra’ ou a sua contraditória é verdadeira’ (e assim por diante tanto em relação as afirmativas quanto as negativas, de modo que qualquer uma daquelas seis são aceitas tanto como afirmativas quanto negativas na disjunção com a proposição oposta), – às vezes a verdade procede de uma parte da disjunção, às vezes procede da outra parte da disjunção. E assim é a prova. E, desta maneira, ‘proposição’ é distribuída por toda afirmativa na disjunção com a sua negativa e por toda negativa na disjunção com a sua afirmativa. Donde, três são os sentidos na oração predita. E na primeira proposição há um sofisma da divisão, porque então é uma proposição dividida e falsa (e é então uma proposição disjuntiva). Nos outros dois modos é uma proposição categórica. E a primeira delas é falsa, enquanto a segunda é verdadeira.

38. No precedente, foi discutido acerca das conjunções interrogativas e disjuntivas. Agora é preciso tratar sobre a conjunção ‘e’. Acerca da qual primeiramente se investiga o que significa; segundo, se a ‘coisa’ que ela significa é um ente simplesmente ou não; terceiro, se a coisa que ela significa está numa categoria ou não; quarto, investiga-se de que modo a unidade é feita por meio desta conjunção copulativa ‘e’; quinto, uma vez que tenha que copular coisas diversas, investiga-se quais são aquelas coisas diversas; sexto, investiga-se em razão de que, quando colocada antes de um dos extremos, é germinada.

O que significa a conjunção ‘e’

39. Acerca da primeira questão, investiga-se o que significa a conjunção ‘e’. A conjunção ‘e’ é dita copulativa por causa do ato de copular que ela exerce. Mas nenhuma palavra significa o ato o qual exerce, assim como nenhum instrumento significa o seu ato. Logo, uma vez que esta palavra ‘e’ exerce uma copulação, (ou o ato de copular), então a conjunção ‘e’ não pode significar uma copulação. Ainda sobre o mesmo argumento: a conjunção ‘e’ é uma parte da oração encontrada para copular outras partes da oração. Mas, quando digo que é uma parta da oração encontrada para copular as outras partes, nisto atribuo a ela duas coisas: [1] é uma parte da oração, [2] ela tem, por natureza, que copular outras partes da oração. Mas, o seu significado lhe é devido em razão de ser uma parte da oração, enquanto a copulação lhe é devida a ela em razão do fim para o qual e por causa do qual ela foi inventada; a saber, o seu fim é copular as outras partes da oração. Logo, o significado da conjunção ‘e’ não é copular. Logo, não significa uma copulação. O que concedemos.

40. Em relação aquilo que é investigado, é preciso dizer que a conjunção ‘e’ significa uma relação que é de acordo com uma simultaneidade ou segundo uma simultaneidade. E para esta simultaneidade segue a copulação, assim como em relação a isto que digo: ‘não com outro’, do qual segue uma exclusão. Onde, quando digo ‘Sócrates e Platão são brancos’, a conjunção ‘e’ diz uma simultaneidade ou unidade deles na cor branca e, por isto, os copula em relação a cor branca. E note que a conjunção ‘e’ não diz uma simultaneidade no tempo, porque assim seria falsa a proposição ‘Adão e Nóe foram homens’, porque não existiram ao mesmo tempo, porque nem no tempo de Adão nem no tempo de Noé. Logo, não diz uma simultaneidade no tempo. Ainda sobre o mesmo argumento: é dito corretamente: ‘ele correu ontem, corre agora e correrá amanhã’. Mas, a corrida de ontem e a hodierna e a de amanhã não são no mesmo tempo. Logo, a conjunção ‘e’ não diz uma simultaneidade no tempo. O que concedemos dizendo que a conjunção ‘e’ diz, primeiramente, e per se uma união de muitos sujeitos no seu acidente no mesmo nível quanto sobre si mesmo, ou de muitos dos acidentes em um único sujeito, como ‘Sócrates e Platão são brancos’ ou ‘Sócrates está sentado e disputa’. Acerca da segunda e da terceira questão, pode-se investigar e resolver assim como antes no que diz respieot a conjunção ‘vel’.

De que modo a unidade é feita pela conjunção ‘e’

41. Acerca da quarta questão, objeta-se que tudo tem em si alguma unidade. Mas, todo termo copulado (como ‘Sócrates e Platão’) é algum todo. Logo, tem em sei alguma unidade (no primeiro modo da primeira figura). Mas, objeta-se de modo contrário que não há um termo

copulado no gênero nem na espécie nem numericamente único (porque não há um termo copulado nem no nome ou na definição) nem no próprio nem no acidente. Logo, não tem em si alguma unidade. Todas as premissas são evidentes per se. E, por isto, são supostas.

42. E é preciso dizer que ‘um’ é dito de muitas maneiras. Pois um tipo é da matéria e da forma, como o homem é composto pelo corpo humano (que é a sua matéria) e pela alma intelectual (que é a sua forma). De outro modo, ‘um’ é dito pela continuação, como a linha, a superfície, o tempo e qualquer que seja o contínuo. Do terceiro modo, ‘um’ é dito pela inserção, como na árvore por meio de um ramo de uma árvore e do tronco de outra árvore são feitos ‘um’ por inserção. De outro modo, é um pela proximidade, assim como dois corpos entre os quais não há um médio, assim como pela proximidade de um dedo com outro dedo quando nada está no meio deles. De outro modo, ‘um’ é dito pela agregação, como um montante de pedras. De outro modo, ‘um’ é dito pela combinação, assim como pela carne e pelo osso são feitas um por alguma coisa média que não é totalmente carne nem totalmente osso, como são os músculos e as cartilagens. Digo que a conjunção ‘e’ faz uma unidade da agregação e nenhuma das outras pedidas. Onde o termo copulado é um pela agregação.

43. Em relação ao argumento que objeta de modo contrário (dividindo uma coisa única pelo gênero, pela espécie, e assim por diante), é preciso dizer que um ali não é dividido quanto a todas as suas significações, mas apenas quanto aquelas segundo as quais são tomados os quatro predicados nos tópicos e anexados a elas. Os quatro predicados tratados nos Tópicos são estes: definição, próprio, gênero, acidente; anexados a eles são os outros predicados reduzíveis a estes. Por exemplo, ‘o mesmo pelo gênero’ é reduzido ao gênero e também a diferença é reduzida ao gênero, as relações do acidente (como ‘melhor’, ‘mais forte’, ‘mais justo’, ‘mais útil’ e ‘pior’, e assim por diante) são reduzidos aos predicados acerca do acidente; o mesmo simplesmente e diverso são reduzidos ao predicado acerca da definição.

44. Além disso, note que embora a conjunção ‘e’ deva copular coisas diversas, não copula quaisquer coisas diversas, porque não pode copular um adjetivo com um substantivo nem vice-versa (como ‘homem e branco corre’), e a razão para isso é que em si mesmo diz uma associação de coisas no mesmo nível. Onde está igualmente relacionada a ambos os extremos. E, por isso, primeiramente e per se ou copula duas substâncias a um acidente ou dois acidentes a uma substância, como ‘Sócrates e Platão são brancos’, ‘um homem lê e disputa’.

Qual diversidade a conjunção ‘e’ exige?

45. Acerca da quinta questão, investiga-se: parece que agora, a partir das coisas preditas, que a conjunção ‘e’ não pode copular quaisquer que sejam as coisas diversas, porque não pode copular um adjetivo com um substantivo, como ficou evidente antes. Logo, não copula quaisquer que sejam as coisas diversas. E, por isto, investiga-se qual diversidade exige a conjunção ‘e’. E é preciso dizer que, assim como já ficou evidente a partir das coisas preditas, que exige a diversidade das substâncias que estão no mesmo nível ou até mesmo de acidentes ou relações. E universalmente deve copular coisas que estão no mesmo nível, como ‘Sócrates e Platão’ ou ‘branco e negro’, ou ‘a partir dele ou nele’; e assim por diante sobre as outras relações, acidentes e substâncias.

46. Mas, então, investiga-se se é suficiente a ela a diversidade dos supostos com a unidade da significação, como ‘um homem e um homem corre’. E parece que ocorre assim porque todo plural gemina o singular nos termos comuns (para que sejam removidos os sinais universais, pois ‘todo’ não germina o seu singular). Mas, é válido dizer ‘os homens são’. Logo, é dito corretamente ‘um homem e um homem são’. E, semelhantemente, é correto dizer ‘os homens correm’. Logo, é dito corretamente ‘um homem e um homem correm’; e assim por diante. Ainda sobre o mesmo argumento: Boécio diz no seu livro sobre a Trindade que tais são os predicados que os sujeitos permitem. O que prova assim: quando é dito ‘um homem é justo’, ‘Deus é justo’, este nome ‘justo’ predica sobre o homem a justiça accidental, sobre Deus predica a sua essência divina. Vice-versa, pode ser dito que tais são os sujeitos que os predicados permitem. Mas, quando é dito ‘um homem e um homem correm’, o predicado exige que o termo ‘homem’ tomado indefinidamente seja entendido de diversos modos. Mas, se é entendido de diversos, é dito corretamente. Logo, é válido dizer ‘um homem e um homem correm’. O que concedemos. É preciso saber que copula coisas diversas supostas e coisas diversas significadas no mesmo nível de maneira mais conveniente (como ‘homem e cavalo correm’) do que os supostos diversos com a unidade da significação (como ‘homem e homem correm’).

Em razão de que, quando colocada antes de um dos extremos, ela é germinada?

47. Acerca da sexta questão, investiga-se porque toda copulativa conjunção, senão a eclética, se relaciona igualmente com ambos os extremos. Logo, a conjunção ‘e’ se relaciona igualmente com ambos os extremos. Mas, quando é proposto a um dos extremos, mais se relaciona com aquele ao qual é preposto. Logo, nunca deve ser preposta. Mas, se não é

preposto, não é geminado. Logo, nunca deve ser geminada. E é preciso dizer que a conjunção ‘e’ igualmente se relaciona com ambos os extremos. E, por isto, quando é proposto ao um dos extremos; porque mais se relaciona com o qual é preposto, por isto convém que seja preposto ao outro, para que se relacione igualmente a ambos os extremos. E esta é a causa em razão de que quando é preposta, é geminada.

Os sofismas

48. Segundo as coisas predicas, investiga-se o sofisma TODO NÃO-ANIMAL QUE COM SÓCRATES SÃO DOIS, NÃO É SÓCRATES. Prova: este não-animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates (indicando uma madeira). Aquele não-animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates (indicando uma pedra), e assim por diante. Logo, todo não-animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates. Contrariamente: todo não-animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates. Logo, todo outro que animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates. Logo, uma outra coisa do que o animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates (tópico do convertível, porque ‘não-animal’ e ‘uma outra coisa do que o animal’ são equivalentes). Mas, Sócrates é uma outra coisa do que o animal que com Sócrates são dois. Logo, Sócrates não é Sócrates (no quarto modo da primeira figura).

49. Solução: a primeira proposição é simplesmente verdadeira. E a refutação não é válida nem produz um silogismo, mas um paralogismo, porque a premissa maior e a menor são duplas (a saber, ‘qualquer outra coisa do que o animal que com Sócrates são dois, não é Sócrates’), porque o relativo ‘que’ pode se referir ao termo ‘outro’ ou ao termo ‘animal’. Se se refere ao outro termo ‘animal’, desta maneira a premissa maior é verdadeira e o sentido é: ‘qualquer outra coisa do que (a saber, uma outra coisa do que o animal) e Sócrates são dois, não é Sócrates’. E isto é verdadeiro, porque não há nada outro do que animal senão pedra, madeira e todas as outras coisas inanimadas, dos quais nenhum deles é Sócrates. Se se refere ao termo ‘animal’, deste modo a premissa maior é falsa e o sentido é: ‘qualquer outra coisa do que o animal que (a saber, aquele animal) com Sócrates são dois, não é Sócrates. Mas, isto é falso, porque Sócrates não constitui um grande número de coisas consigo mesmo, mas todos os outros homens constituem um grande número de coisas com Sócrates e com os outros animais. E, assim, Sócrates é qualquer outra coisa do que qualquer que seja o animal que faz uma multidão de coisas com Sócrates. E assim Sócrates é compreendido na distribuição ‘qualquer outra coisa do que o animal (a saber, um animal) etc.’, no sentido de que o relativo ‘que’ se refere ao termo ‘animal’. Donde, deste modo, a premissa maior diz que Sócrates não

é Sócrates. E é preciso dizer o contrário sobre a premissa menor. E de modo que a falsidade da maior fica mais evidente no segundo sentido, é suposto que Sócrates existe e nenhum outro animal existe senão Platão e um cavalo. Então não há nenhum outro animal que faz uma multidão de coisas com Sócrates senão Platão e aquele Sócrates. E Sócrates é algo diferente daqueles dois. E assim é falsa a proposição ‘qualquer outro animal do que aqueles dois animais que (a saber, aqueles animais) que fazem uma multidão de coisas com Sócrates, não é Sócrates’.

50. Além disso, investiga-se o sofisma TODO ENUNCIADO QUE DIFERE DE ALGUM OUTRO E O SEU OPOSTO PODE UNIDO A ELE. Prova: O enunciado ‘que Sócrates’ difere de outro enunciado e o seu oposto pode ser unido a ele, porque difere do enunciado ‘que um cavalo corre’ e seu oposto, a saber, ‘que Sócrates não é’, pode ser unido a ele, porque pode estar com aquele enunciado: pois podem ser verdadeiros simultaneamente estes dois enunciados, a saber, ‘que Sócrates não é’ e ‘que um cavalo corre’. O enunciado, a saber, ‘que um homem ler’, difere de outro enunciado e o seu oposto pode ser unido a ele, e assim por diante. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: há uma proposição copulativa ambas cujas partes são falsas. Logo, a proposição mesma é falsa. Solução: A primeira proposição é falsa. E a prova erra segundo a figura de expressão a partir de muitas suposições determinadas para uma suposição determinada do termo ‘algum enunciado’. E também há ali um acidente por uma das regras discutidas no tratado sobre as distribuições porque, embora a distribuição ‘todo enunciado’ siga por si conversivelmente para todas as suas partes singulares, no entanto, na medida em que as suas partes estão sob o predicado que é ‘que difere daquele enunciado’, deste modo não segue daqueles enunciados; mas, há ali uma falácia do acidente.

Sobre a palavra ‘*nisi*’ (senão)

Introdução

51. Os que falam de maneira comum consideram que a palavra ‘*nisi*’ per se e propriamente é entendida consecutivamente e não exceptivamente. E, por isto, acerca da palavra ‘*nisi*’, [1] investiga-se primeiramente se pode ser entendida exceptivamente ou não; [2] segundo, investiga-se se a palavra ‘*nisi*’ e a oração ‘se não’ são equivalentes mutuamente, uma vez que a palavra ‘*nisi*’ é composta de ‘se’ e ‘não’; [3] terceiro, investiga-se quantos são os gêneros das palavras de objeção e de que maneira se diferem em gênero; [4] quarto, investiga-se

porque, de preferência, o advérbio de negação ‘não’ pela composição produz uma palavra de objeção que é exceptiva do que uma outra palavra de objeção de outro gênero; [5] quinto, investiga-se porque a palavra ‘*nisi*’, no sentido de que é consecutiva, sempre quer ser adicionada a um verbo do modo subjuntivo.

Se a palavra ‘*nisi*’ pode ser entendida exceptivamente

52. Acerca da primeira questão, objeta-se que às vezes é entendida exceptivamente porque a objeção às vezes ocorre no todo, como ‘Sócrates corre’, ‘nenhum homem corre’; pois aqui ocorre a objeção no todo contra a parte; às vezes a contraprova ocorre na parte contra o todo, como quando é dito ‘todo homem corre’, ‘Sócrates não corre’ ou ‘algum homem não corre’; aqui a objeção é levada na parte contra o todo. Mas, supondo que Sócrates corra e nenhuma outra coisa, então esta proposição é verdadeira ‘nenhum homem corre senão Sócrates’. Mas há ali uma objeção extraindo a parte do todo. Mas, não é possível produzir uma objeção extraindo a parte do todo senão por meio de uma palavra exceptiva. Logo, a palavra ‘senão’ na predita oração é entendida exceptivamente. Ainda sobre o mesmo argumento: quando é dito ‘nenhum homem corre senão este burro’, a oração é imprópria. Mas, se a palavra ‘senão’ fosse entendida consecutivamente, seria uma oração próprio ainda que falsa. Logo, é entendida exceptivamente. Ainda sobre o mesmo argumento: a consequência é dupla, pois uma consequência é simples, como ‘se um homem corre, um animal corre’; mas a outra consequência é *a partir de agora (ut nunc)*, por exemplo ‘se vieres comigo, irei à igreja’. Mas, de nenhuma delas é permitido inferir o consequente ou o antecedente, porque da primeira consequência não segue ‘logo, um homem corre’ (que é o antecedente) nem segue ‘logo, um animal corre’ (que é o consequente). E da outra consequência, que é a consequência a partir agora (*ut nunc*), não segue ‘logo, virás comigo’ (que é o antecedente) nem segue ‘logo, irei para a igreja’ (que é o consequente). Logo, de nenhuma delas segue o consequente nem o antecedente. Mas, quando é dito ‘nenhum homem corre senão Sócrates’, desta bem segue ‘logo, Sócrates corre’. Logo, a palavra ‘*nisi*’ não é entendida ali consecutivamente. E é entendida consecutivamente ou exceptivamente. Logo, é entendida exceptivamente.

53. O que concedemos dizendo que às vezes é entendido exceptivamente, como nas orações preditas e similares, e não sempre é afirmado consecutivamente. Mas, contra. Esta palavra ‘*nisi*’ é composta por ‘si’ e ‘não’. Mas nem ‘se’ nem ‘não’ são palavras exceptivas nem tem a natureza da excepção. Logo, esta palavra ‘*nisi*’ não terá a natureza da excepção, embora o composto não tenha alguma natureza senão pelos seus componentes. Logo, esta palavra ‘*nisi*’

nunca é entendida exceptivamente. E é entendida exceptivamente ou consecutivamente. Logo, é entendido consecutivamente. Também. Toda palavra exceptiva diz uma relação da parte com o todo. Mas, a conjunção diz a relação da parte com o todo. Logo, nenhuma conjunção é uma palavra exceptiva (na segunda do segundo). Logo, esta palavra ‘nisi’ não é uma palavra exceptiva. Mas, é exceptiva ou consecutiva. Logo, é uma consecutiva.

54. E é preciso dizer, assim como já foi dito, que a palavra ‘nisi’ às vezes é entendida exceptivamente, às vezes consecutivamente. Em relação ao argumento que objeta de maneira contrária, é preciso dizer que, assim como o argumento objeta, a palavra ‘nisi’ é composta de ‘ex’ e ‘non’. Mas, o advérbio ‘não’ sempre leva uma objeção para aquilo ao qual está unido, porque sempre o contradiz. E assim é a palavra de objeção também produz às vezes uma objeção no todo, às vezes na parte, assim como dissemos. Mas, por causa da objeção é levada uma objeção que está na parte, extraindo uma parte do todo. E isto é suficiente para haja uma palavra exceptiva, como ‘nenhum homem senão Sócrates’. E, por isto, a palavra ‘nisi’ às vezes é entendida exceptivamente, às vezes consecutivamente. E assim fica evidente que, embora o advérbio ‘não’ não seja uma palavra exceptiva, contudo tem a natureza de objeção, que (a saber, a natureza de objeção) pela composição é levada para a composição das palavras exceptivas na palavra ‘nisi’. Em relação ao segundo argumento que objeta de maneira contrária, é preciso dizer que não silogiza no segundo modo da segunda figura; mas, pelo contrário, é um paralogismo, porque a premissa menor do paralogismo predito é dupla, a saber, a proposição ‘nenhuma conjunção diz uma relação da parte com o todo’, porque algumas conjunções são duplas por natureza. Assim como aquelas conjunções que são compostas da conjunção e de outras partes da oração, como a conjunção ‘*quapropter*’, que é composta do nome ‘*qua*’ e da preposição ‘*propter*’; e assim o seu sentido é constituído pelos sentidos daquelas palavras. A conjunção ‘nisi’ é composta, como foi dito, de ‘não’ e ‘se’. Onde tem em si a natureza da objeção que é segundo a parte, como foi dito. E, por isto, diz uma relação da parte com o todo. E assim tem em si uma natureza dupla, a saber, a natureza da objeção em razão do advérbio pelo qual é composto e a natureza consecutiva em razão da conjunção, donde é dita uma conjunção consecutiva.

Se ‘nisi’ (*senão*) e ‘se não’ são equivalentes mutuamente

55. Acerca da segunda questão, note que, assim como ficou evidente a partir das coisas preditas, a palavra ‘nisi’ às vezes é entendido exceptivamente, às vezes consecutivamente. E no sentido de que é entendido consecutivamente, a palavra ‘nisi’ e a oração ‘se não’ são

equivalentes, como ‘não corre senão (*nisi*) é movido’, isto é, ‘não corre se não é movido’. No sentido de que a palavra ‘senão’ é entendido exceptivamente, então significa alguma outra coisa do que a oração ‘se não’ é não significa o mesmo, uma vez que significa uma relação da parte com o todo, como ‘não com este’; assim como a palavra exclusiva significa este <todo> ‘não com outro’, semelhantemente vice-versa a palavra exceptiva significa este todo ‘não com este’.

Quantos são os gêneros das palavras de objeção

56. Acerca da terceira questão, note que três são os gêneros das palavras de objeção. Porque algumas são exclusivas; e estas contraprovas excluindo. [1] Alguns são exceptivas; e estas fazem uma objeção excluindo. Outras são contraditórias ou contradizentes; e por meio destas ocorre uma objeção contradizendo. Note também que se diferem deste modo no gênero as exclusivas que fazem uma objeção sempre excluindo-o no todo (como ‘apenas Sócrates’), enquanto as exceptivas fazem uma objeção sempre na parte, extraindo a parte do todo (como ‘nenhum homem, senão Sócrates’); contraditórias ou contradizentes às vezes fazem indiferentemente uma objeção na parte, às vezes no todo, removendo algo do todo ou da parte (como ‘algum homem corre, nenhum homem corre’; ‘todo homem corre; algum homem não corre’).

Sobre a composição da palavra ‘*nisi*’

57. Acerca da quarta questão, objeta-se que uma vez que a palavra ‘não’ é entendida em qualquer palavra de objeção (como nas palavras exclusivas e nas exceptivas e nas contradizentes) e é assim o princípio de todas elas; logo, assim como pela sua composição é formada uma palavra exceptiva, assim também a partir dela deve ser feita uma palavra de objeção de outro gênero, como exclusiva. E é preciso dizer que não é o mesmo modo de entender esta palavra ‘não’ em qualquer palavra de objeção. Onde, não é, de um modo, o princípio de todas as palavras de objeção. Pois de duas maneiras uma palavra é o princípio de outra: de um modo pela imposição, do outro modo pela composição. Onde digo que nas palavras exclusivas por sua imposição é entendida a negação, porque ‘só’ (*solum*) e ‘sozinho’ (*solus*) a partir da sua imposição significam ‘não com outro’. E assim as palavras exceptivas ‘exceto’ (*preter*), ‘à exceção de’ (*preterquam*), semelhantemente tem pela imposição da negação sobre o seu sentido. Mas, as palavras contradizentes ‘nenhum’, ‘nada’, ‘nenhum dos

dois’, e também a palavra exceptiva ‘*nisi*’ pela composição tem uma negação sobre o seu sentido. E assim fica evidente que não é o mesmo modo de entender a negação em todas as palavras de objeção. Donde não é necessário, se em algumas é por composição, que nas outras seja do mesmo modo por composição.

58. Além disso, investiga-se porque a partir do advérbio ‘não’ e da conjunção ‘se’ é formada, de preferência, uma palavra exceptiva pela composição do que uma palavra exclusiva, embora o advérbio ‘não’ seja uma palavra de objeção e uma palavra de objeção é encontrada tanto nas palavras exclusivas como nas exceptivas, embora de maneira diferente. E é preciso dizer que o advérbio ‘não’ é negativo, porque nega; e pela sua relação com a palavra ‘se’ é entendida uma oposição. Donde, na palavra ‘*nisi*’ é entendida uma negação e uma oposição. E, por isto, é uma palavra exceptiva, porque se opõe a proposição precedente em alguma parte.

59. Além disso, uma vez que a palavra ‘*nisi*’ sempre é composta de ‘*non*’ e ‘*si*’ e às vezes é exceptiva, às vezes consecutiva; logo, é necessário que de diversos modos ocorra a composição da palavra ‘*nisi*’ a partir dos seus componentes. O que concedemos dizendo que quando esta palavra ‘*nisi*’ é consecutiva, a consecução cai sobre a negação; e, então, a consecução é completiva da palavra ‘*nisi*’. E, então, a palavra ‘*nisi*’, segundo Prisciano, é contida sob a conjunção continuativa e, segundo Donato, sob a conjunção causal. Por exemplo, ‘não corre senão for movido’, isto é, ‘se não se move, não corre’. Quando é exceptiva, então a negação cai sobre a consecução. E, assim, a negação muda a composição em uma outra espécie, ou seja, em uma palavra exceptiva. E, desta maneira, segundo diversos modos da composição, a palavra ‘*nisi*’ é de um tipo e do outro.

60. Se for investigado se a uma palavra de objeção é encontrada igualmente nos três gêneros preditos das palavras de objeção, é preciso dizer que não, porque uma uma palavra de objeção está primariamente nas palavras de objeção contradizentes (porque aqui a máxima é uma oposição, uma vez que é contraditória) e, depois, a objeção é encontrada nas palavras exceptivas. E nestas há mais da objeção do que nas palavras exclusivas, porque embora uma coisa excedida não imediatamente contradiga o seu todo, ainda assim segue uma contradição. Como ‘todo homem, exceto Sócrates corre’; disto segue que Sócrates não corre e de outro segue que o homem não corre, porque se Sócrates não corre, o homem não corre (e é um tópico a partir da parte subjetiva). Mas, nas palavras exclusivas isto que é excluído não contradiz aquilo a partir do qual ocorre a exclusão. Como ‘Sócrates sozinho corre’, ou seja, ‘Sócrates corre e nenhum outro do que Sócrates corre’; estas duas proposições ‘Sócrates corre’, ‘nenhum outro do que Sócrates corre’ não se contradizem nem primariamente nem pelo consequente. E, por isto, há meno sobre uma palavra de objeção nas palavras exclusivas

e mais nas palavras exceptivas, maximamente nas contradizentes.

Porque a palavra consecutiva ‘*nisi*’ quer sempre ser adicionada ao verbo no modo do subjuntivo

61. Acerca da quinta questão, objecta-se assim: uma conjunção está apta a unir as outras partes da oração. Logo, tanto os nomes quanto os verbos e, assim sobre as outras partes, e quaisquer que sejam os números e quaisquer que sejam as pessoas e quaisquer que sejam os tempos e quaisquer que sejam os modos e assim sobre os acidentes sob as suas partes e sobre as outras. Logo, a palavra ‘*nisi*’, segundo o qual é uma conjunção consecutiva, é mal determinada apenas em relação ao modo do subjuntivo. E é preciso dizer que a negação que está na palavra ‘*nisi*’ não é uma negação absoluta, mas relativa, segundo a qual a palavra ‘*nisi*’ é uma palavra consecutiva. E a sua causa é porque a negação e a consecução são unidas no único sentido da palavra ‘*nisi*’. E porque o sentido está na consecução, por isto a negação está na consecução, porque está unido ao único sentido com a mesma consecução, como dizemos. E, por isto, a negação que está ali não é absoluta, mas relativa. Donde, uma vez que a negação deve determinar o verbo, por isto a negação absoluta deve determinar o verbo absoluto e a negação relativa determinará o verbo relativo. E, por isto, uma vez que entre todos os modos dos verbos apenas o modo subjuntivo diz uma coisa relativa, ou respectiva ou em relação com outro, por isto a palavra ‘*nisi*’, segundo a qual é consecutiva, deve ser unida a um verbo do modo subjuntivo.

Sofisma

62. Segundo as coisas preditas, investiga-se o sofisma NADA É VERDADEIRO SENÃO NESTE INSTANTE. Prova: tudo aquilo que é verdadeiro, é verdadeiro neste instante. Logo, nada é verdadeiro senão neste instante. Contrariamente: nada é verdadeiro senão neste instante. Logo, que tu não é um burro é verdadeiro, senão neste instante. Logo, que tu é um burro é verdadeiro senão neste instante. Logo, tu és um burro. Ou melhor, pode ser provado assim: a proposição ‘nada é verdadeiro’ é falsa. E não é uma objeção senão pelo verdadeiro neste instante. Logo, feita uma excepção, por aquela será verdadeira. Logo, a proposição ‘nada é verdadeiro senão neste instante’ é verdadeira.

63. Solução: a primeira proposição é dupla, porque a palavra ‘*nisi*’ pode ser entendida exceptivamente ou consecutivamente. E de ambos os modos é verdadeira entendendo ‘instante’ comumente para o mesmo instante, ou para este agora, e para o tempo presente.

Mas, então, é preciso distinguir a primeira proposição, porque de um modo e também de outro é preciso responder aos seguintes argumentos da refutação. Antes é preciso ver ambos os sentidos da primeira proposição, a qual respondemos a refutação. Donde o sentido da primeira, segundo a qual é exceptiva, é tal ‘nada é verdadeiro senão neste instante’, isto é, ‘nada é verdadeiro, exceto o verdadeiro neste instante’. E, deste modo, é verdadeira entendendo ‘verdadeira’ comumente para o verdadeiro que está neste instante e para o verdadeiro que está neste tempo, assim como ‘instante’ era entendido comumente para o instante e para o tempo. Se, contudo, a primeira for entendida consecutivamente, então o sentido é ‘nada é verdadeiro senão neste instante’, isto é, ‘nada é verdadeiro se não é verdadeiro neste instante’. E, novamente, deste modo a primeira proposição é verdadeira.

64. Logo, feita distinção da primeira proposição, respondo a refutação dizendo que, conforme a primeira proposição é uma proposição exceptiva, assim o primeiro argumento da refutação não é válido, a saber, ‘nada é verdadeiro senão neste instante; logo, que tu és um burro não é verdadeiro senão neste instante’, porque há ali um sofisma do acidente (assim como aqui ‘nenhum homem, exceto Sócrates, corre; logo, Platão, exceto Sócrates, não corre’), porque deste modo a primeira proposição é uma proposição categórica e esta distribuição ‘nada’ compreende sob si tanto as coisas verdadeiras quanto a falsas, como as complexas quanto a incomplexa. Donde o verdadeiro neste instante é retirado daquela destruição tomada daquele modo. Donde o verdadeiro neste instante é parte daquela destruição. Mas, não é uma parte deste que digo ‘que tu és um burro’ (assim como Sócrates era uma parte daquela destruição ‘nenhum homem’, mas não era uma parte de Platão). Se a primeira parte, contudo, é entendida consecutivamente, então o primeiro argumento da refutação é válido, a saber, ‘nada é verdadeiro senão neste instante; logo, que tu és um burro não é verdadeiro, senão neste instante’; porque o sentido é ‘nada é verdadeiro, se não é verdadeiro neste instante; logo, que tu és um burro não é verdadeiro, se não é verdadeiro neste instante. Mas, segue um outro argumento que não é válido, a saber, que tu és um burro não é verdadeiro senão neste instante; logo, que tu és um burro é verdadeiro neste instante; porque o sentido é: que tu és um burro não é verdadeiro se não é verdadeiro neste instante’, porque ou não há nenhuma proposição aparente ali e o argumento é completamente contrário, ou há ali uma falácia *quid et simpliciter* em razão de que a partir de nenhuma condicional é permitido inferir o antecedente ou o consequente. Por exemplo, ‘se um homem corre, um animal corre’; disto não segue ‘logo, um homem corre’ ou ‘logo, um animal corre’. Semelhantemente, não segue ‘que tu não és um burro é verdadeiro se não é verdadeiro neste instante; logo, que tu és um burro é verdadeiro neste instante’, porque afirma ali o antecedente e, deste modo, há ali uma falácia

quid et simpliciter. No entanto, podes dizer que não há ali nenhuma proposição aparente, porque a partir do antecedente negativo e do conseqüente negativo infere o antecedente afirmado. Por exemplo, ‘se não é um animal, não é um homem; logo, é um animal’; neste argumento ou há uma proposição aparente, como dizemos, ou se há ali uma proposição aparente, há ali uma falácia *quid et simpliciter*.

65. Além disso, investiga-se o sofisma NENHUM HOMEM LÊ EM PARIS SENÃO ELE PRÓPRIO É UM BURRO. A prova: esta é uma proposição falsa ‘algum homem lê em Paris a não ser que ele próprio seja um burro’. Logo, a sua contraditória é verdadeira, a saber, ‘não algum homem lê em Paris senão ele próprio é um burro. Mas, ‘não algum’ e ‘nenhum’ são equivalentes. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: nenhum homem lê em Paris senão ele próprio é um burro. Logo, (a partir da destruição do conseqüente) se algum homem lê em Paris, ele próprio é um burro. O que é falso. Logo, a primeira proposição é falsa.

66. Solução: a primeira proposição é simplesmente falsa. E esta proposição é dupla ‘não algum homem lê em Paris senão é um burro’, porque a negação pode determinar o verbo do conseqüente segundo si mesmo e absolutamente, que é ‘lê’. E assim é uma proposição falsa. E são equivalentes à primeira, porque, deste modo, ‘não algum’ e ‘nenhum’ são equivalentes. Mas, neste sentido a proposição ‘não algum homem lê em Paris etc.’ não contradiz esta proposição ‘algum homem lê em Paris etc.’, porque ambas são falsas. Ou a negação pode determinar o verbo do conseqüente, que é ‘lê’, não segundo si mesmo e absolutamente, mas na relação com o antecedente. E assim a proposição é verdadeira e contradiz esta proposição ‘algum homem lê em Paris etc.’. Mas, deste modo, não é equivalente à primeira.

67. Além disso, investiga-se o sofisma NENHUM HOMEM MORRE SENÃO UM HOMEM SOZINHO MORRE. Prova: Esta é uma proposição falsa ‘algum homem morre senão um homem sozinho morre’. Logo, a sua contraditória será verdadeira, a saber, ‘não algum homem morre etc.’. Mas, ‘não algum’ e ‘nenhum’ são equivalentes. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: o antecedente é possível e o conseqüente é impossível. Logo, a condicional é falsa. Ora, que o antecedente é impossível é evidente em razão de que tem duas causas da verdade, ou muitas, porque que um homem sozinho não morre é verdade se dois morrem ou se muitos morrem mais do que dois ou se até mesmo todos morrem. E o conseqüente é sempre falso, a saber, ‘nenhum homem morre’. A solução é a mesma que no sofisma precedente.

Sobre a reduplicação '*in eo quod*'.

68. O modo da reduplicação é diversificado segundo a diversidade das causas. E, por isto, é dito comumente que a reduplicação '*in eo quod*' tem diversas intenções segundo a diversidade das causas. E, por isto, acerca da qual investiga-se primeiramente sobre a sua distinção segundo os diversos gêneros das causas; segundo, investiga-se se a reduplicação deve ser colocada no sujeito ou no predicado na proposição; terceiro, investiga-se em relação a que é colocado no silogismo, ou seja, se para a maior extremidade ou a menor ou a média.

Sobre a sua distinção segundo os diversos gêneros das coisas

69. Acerca da primeira questão, é preciso saber que assim como comumente costuma ser dito, que a reduplicação 'na medida em que' (*in eo quod*) às vezes diz uma causa eficiente. Por exemplo, 'Sócrates e Platão na medida em que são brancos, são parecidos', porque o branco nos diversos sujeitos é a causa eficiente das suas semelhanças; E 'na medida que o Sol brilha sobre a terra, é dia' e 'na medida em que a terra é o objeto entre o sol e lua, há um eclipse'. Às vezes diz a causa material, como 'o corpo das coisas animadas na medida em que é um corpo orgânico, é perfectível pela alma'. Às vezes diz a causa formal, como 'a alma na medida em que é alma, é uma perfeição do corpo orgânico que tem vida pela potência' e 'Sócrates na medida em que o branco está nele mesmo, é branco'; a alma é a forma do instrumento do corpo pela potência que tem a vida e o branco é forma de algo branco. Às vezes diz a causa final, como 'a saúde na medida em que é a saúde, é o fim da medicina e de todas as coisas que são ordenadas para a ela' e 'a virtude na medida em que afirma a necessidade pelas operações precedentes, é o fim dessas operações.

Sofisma

70. Segundo as coisas preditas, investiga-se este sofisma ALGUMA COISA NAQUILO QUE CONCORDAM, DIFEREM. Prova. Alguma coisa naquilo que concordam, são. Naquilo em que são, são muitas coisas. E naquilo que são muitas coisas, diferem. Logo, da primeira: alguma coisa naquilo que são concordam, diferem; contra. Concordar e diferir são opostos. Logo, um não é a causa do outro. Logo, a primeira é falsa, porque esta reduplicação '*in eo quod*' diz que concordar é sua causa que é diferir.

71. Solução. A primeira *simpliciter* é falsa. E é preciso resolver para a prova pela destruição deste ‘naquilo que são, são muitas coisas’, porque é falsa. O que fica evidente porque: assim como todos os homens particulares naquilo que são homens, participam a natureza una e são reduzidos para a unidade da espécie (donde diz Porfírio que pela participação da espécie muitos homens único homem), semelhantemente alguma coisa, ou tudo, naquilo que são, participam da natureza do ente e são reconduzidos para a unidade do ente. E assim naquilo que são, não segue que sejam muitas coisas, mas, ou melhor, que são uma coisa naquilo em que são.

72. Se alguém objetar que é impossível concordar senão as coisas que diferem porque: a concordância é segundo muitas coisas. E entre se a diferença participam a natureza alguma una comum a eles. Logo, é necessário se concordam, que diferem. Logo, alguma coisa naquilo que concordam, diferem, – é preciso dizer que, assim como objeto, esta é verdadeira ‘se alguma coisa concorda, diferem’, nem a primeira é verdadeira, porque a condição não diz a causa, mas esta determinação ‘naquilo que’ diz a causa e a concordância não é a causa da diferença, como foi dito. Donde assim como esta é verdadeira ‘se Sócrates é, é capaz de rir’ e embora esta seja falsa ‘Sócrates naquilo que é Sócrates, é capaz de rir’, pelo contrário porque homem, – semelhantemente esta é verdadeira ‘se alguma concordam, diferem’, embora esta é falsa ‘algumas coisas naquilo em que concordam, diferem’.

73. Além disso, investiga-se este sofisma AS COISAS EQUIVOCAS NAQUILO QUE SÃO EQUIVOCAS, SÃO UNIVOCAS. Prova. As coisas equivocadas naquilo que são equivocadas, participam do nome ‘equivocado’ e a da sua razão. Mas, qualquer que sejam as coisas que participam do nome e da de alguma razão, são unívocas nele. Logo, as coisas equivocadas naquilo que são equivocadas, são unívocas no equivocado. Mas, todas as coisas que são inequívocas naquilo, são unívocas. Logo, equivocadas naquilo que são equívocas, são unívocas. Contra. Equívoco e unívoco são opostos. Mas, nenhum oposto é a causa do outro. Logo, esta é falsa ‘equivocadas naquilo que são equivocadas, são unívocas’, porque esta determinação ‘naquilo que’ significa que o seu sujeito é a causa do predicado. O que é falso.

74. Solução. A primeira proposição é simplesmente falsa. E concedo que as coisas equivocadas na medida em que são equivocadas, são unívocas no equívoco. Nem segue disto que são unívocas nem que são unívocas em algo, porque ser unívocas no equívoco não é ser simplesmente unívocas, mas em relação a algo. E, por isto, a prova erra segundo a falácia *quid et simpliciter*. Contudo, que ser unívoco no equívoco não é ser unívoco simplesmente, mas em relação a algo, fica evidente porque: todas as coisas que são unívocas participam de um nome e do seu significado; e isto é ser unívoco simplesmente. Mas, todas as coisas que

são univocas no equívoco, participam do nome e de significados diversas. E, por isto, ser equívoco no equívoco não é ser unívoco simplesmente, mas, de preferência, ser equívoco.

Se a reduplicação tem que ser colocada no sujeito ou no predicado.

75. Acerca da segunda questão, note que a reduplicação na proposição segundo si mesma, e como mais propriamente direi: na enunciação, deve ser colocada no sujeito, embora o sujeito seja a causa do predicado ou tenha em si a causa do predicado, como ‘Sócrates na medida em que é um homem é capaz de rir’ e ‘triângulo na medida em que é um triângulo tem três ângulos iguais com dois ângulos retos’ e ‘animal na medida em que tem um pulmão, respira’ e ‘animal na medida em que tem coração, tem sangue’.

Em relação a que a reduplicação é colocada no silogismo

76. Acerca da terceira questão, note que a reduplicação no silogismo deve ser colocada na maior extremidade e não no médio nem na menor extremidade, como ‘todo homem é capaz de rir na medida em que é um homem; ora, Sócrates é um homem; Logo, Sócrates é capaz de rir na medida em que é um homem’. O exemplo de Aristóteles é este ‘há uma disciplina de cada bem na medida em que é um bem; ora, toda injustiça é boa; logo, há uma disciplina da justiça na medida em que é um bem’ (na primeira figura do primeiro silogismo). E, assim, a reduplicação apenas é colocada na maior extremidade e na média. E submete uma causa dizendo que ‘pois, o bem na medida em que é um bem é predicado da justiça é falso e não inteligível’, porque é afirmado que o mesmo é a causa de si próprio é falso e porque o intelecto não pode compreender o mesmo na essência como diverso na essência e antes e depois pela natureza de si próprio, por isto não é inteligível. E estas coisas seguem do absurdo da proposição ‘a justiça é um bem na medida em que é um bem’, como é reduplicado no predicado em relação a si mesmo, porque os termos comuns são predicados em razão da essência e são feitos sujeitos em razão da substância. Por exemplo, ‘um homem é um homem’: ‘homem’ no predicado diz a essência, como quer a arte da lógica, no sujeito diz a substância. A mesma essência não pode ser a causa de si mesmo, porque assim seria em si mesma e diversa, e anterior e posterior por natureza, porque seria a causa e o efeito.

77. Mas, que o termo diz o *quid*, como ‘homem’, ‘animal’ e similares são predicados em razão da essência e são feitos sujeitos em razão da substância, é evidente pela ordem predicamental segundo uma linha reta. Porque segundo o qual o homem é ordenado na linha

predicamental acima de Sócrates, de Platão dos outros indivíduos, deste modo nomeia a essência e em razão dela é predicado. Mas, segundo o qual o homem é inclinado para os indivíduos nos quais está, desta maneira nomeia a substância, assim como este indivíduo vago que é ‘algum homem’. E, por isto, quando ‘homem’ é feito sujeito em razão de algum dos inferiores, então é dito ser feito sujeito em razão da substância.

F. SOBRE A CONJUNÇÃO ‘*QUIN*’

Introdução

78. O número das conjunções em espécie, segundo Donato, é cinco, segundo Prisciano muito maior é o número das espécies de conjunções. Entre as quais são numeradas as espécies das causas tanto por Prisciano, quanto por Donato e as espécies das conjunções racionais, as quais Prisciano chama de coletivas ou racionais. Mas, segundo Donato, a palavra ‘*quin*’ é contida sob as conjunções causais, segundo Prisciano está contida sob as coletivas ou sob as racionais. Omitimos esta diversidade agora, porque diz respeito ao gramático. Onde, primeiramente pretendemos investigar acerca da conjunção ‘*quin*’ se ela significa uma consequência; segundo, discutido que significa uma consequência, investiga-se se significa alguma consequência ou uma consequência comum a todas as consequências; terceiro, investiga-se se a palavra ‘*quin*’ é composta das palavras ‘*quod*’ e ‘*non*’; quarto, investiga-se se é equivalente a eles ou é convertida com eles; quinto, investiga-se se a palavra ‘*quin*’ é conjugada sempre com um verbo no modo subjuntivo.

Se significa uma consequência

79. Acerca da primeira questão, objeta-se que, como diz Prisciano, toda conjunção significa uma força ou uma ordem; e as conjunções significam uma força quando significam que algumas coisas existem simultaneamente (como ‘*pio e forte* foi Enéas’); As conjunções significam uma ordem quando demonstram uma consequência de algumas coisas (como ‘*se anda, se move*’). Mas, a conjunção ‘*quin*’ não significa coisas que existem simultaneamente. Logo, significa uma consequência de algumas coisas. Logo, a conjunção ‘*quin*’ significa uma consequência. Ainda sobre o mesmo argumento: a proposição ‘*não há um homem que não seja um animal*’ é verdadeira. E nesta oração é significado que não pode existir um homem de tal modo que não seja um animal. Logo, é significado que o homem não pode existir sem ser

um animal. Logo, se um homem não pode ser sem ser um animal, então animal necessariamente segue de homem. Logo, é significado ali que animal necessariamente segue de homem. Mas, a conjunção ‘*quin*’ não pode significar isto a não ser que seja uma palavra consecutiva. E, assim, significa uma consequência. Logo, a conjunção ‘*quin*’ significa uma consequência. Ainda sobre o mesmo argumento. Prisciano diz que as conjunções coletivas ou racionais são as que por inferência reúnem o supracitado. E são exemplos disto ‘logo’ (*ergo*), ‘portanto’ (*igitur*), ‘por conseguinte’ (*itaque*), ‘*quin*’, e assim por diante. Logo, a palavra ‘*quin*’ é conclusiva. Mas, em toda inferência é entendida uma consequência. Logo, na palavra ‘*quin*’ é entendida uma consequência. Mas, objeta-se de maneira contrária porque comumente são aceitas as proposições ‘este não ouve a lição porque dorme’, ‘este não come porque bebe’ e similares. Mas, nestas proposições um não segue necessariamente do outro. Logo, a palavra ‘*quin*’ não significa uma consequência.

80. E é preciso dizer que a palavra ‘*quin*’ diz uma consequência da inferência. Onde é uma palavra consecutiva ou conclusiva. E concedemos todas as razões para isso. Em relação ao argumento que objeta de maneira contrária (que comumente é afirmada ser verdadeira a proposição ‘este não ouve a lição porque não dorme’ e semelhantes), é preciso dizer que é dupla a consequência; uma é a consequência simples (por exemplo, ‘se é um homem, é um animal’), outra é a consequência a partir de agora ‘*ut nunc*’ (como ‘se vieres até mim, irei contigo’). E, deste segundo modo, não segue necessariamente de um para o outro.

81. Além disso, parece que não significa uma consequência, porque é coletiva ou racional segundo Prisciano. Logo, significa uma inferência. Logo, não significa uma consequência. E é preciso dizer que toda inferência, na medida em que é uma inferência, segue e também tudo que infere na medida em que infere, é um antecedente. Onde em toda inferência a consequência e antecedência são entendidas. E, por isto, a palavra ‘*quin*’ significa consequência pela inferência ou em inferência. E, assim, significa um pelo outro ou no outro. E, por isto, não é significa muitas coisas, mas uma.

82. Além disso, uma vez que a palavra ‘*quin*’ é conclusiva e em cada inferência ou antes é entendida a antecedência do que a consequência (porque o que infere causa a partir de si mesmo uma conclusão, e não vice-versa), logo a palavra ‘*quin*’ antes significará uma antecedência que uma consequência. E é preciso dizer que a palavra ‘*quin*’ antes significa uma consequência, não significa antecedência senão a partir do consequente, por causa disto que a consequência não pode existir sem o antecedente. Em relação ao argumento que objeta (que na conclusão antes é uma antecedência e depois uma consequência), é preciso dizer que é verdadeiro. Mas, as palavras conclusivas estão mais em relação com a consequência do que com a antecedência,

porque a conclusão se refere a conclusão como objeto ou como o termo para o qual e se refere as premissas como a partir das quais é ou como o termo pelo qual. E porque o movimento se relaciona mais com a razão e com a espécie a partir do termo para o qual está do que a partir do termo do qual está; por isto a inferência está mais essencialmente relacionada com isto que é inferido ou com a conclusão do que em relação aquilo que infere ou em relação com as premissas, por isto que a conclusão é como o completo e o perfectivo da inferência. E, por isto, a palavra ‘*quin*’, uma vez que é conclusiva, mais se relaciona com a consecução do que com a antecedência.

83. E note que as premissas, quanto a sua cognição, são a causa eficiente da cognição da própria conclusão. Mas, as próprias premissas quanto a sua substância são, de um modo, a causa material da substância da conclusão e, de outro modo, quanto a sua substância são a causa eficiente da substância da conclusão, porque as mesmas premissas quanto as extremidades suas são a matéria da conclusão: desce a maior extremidade a partir das premissas e também a menor como a partir delas ocorre a conjunção tanto quanto a partir da matéria. Mas, as premissas, quanto ao termo médio ordenado para ambas as extremidades, segundo a sua substância é a causa eficiente da substância da conclusão, por isto que o termo médio é toda a virtude das premissas, pela qual a virtude é conduzida a substância da conclusão do não-ser para o ser. E, assim, é evidente que as premissas, de um modo, são a matéria da conclusão e, de dois modos, são a causa eficiente. Note também que nos silogismos contrários (como ‘todo homem é uma pedra; toda cabra é um homem; logo, toda cabra é uma pedra’) e universalmente em qualquer silogismo a partir dos falsos, as premissas não são a causa eficiente quanto à cognição, mas são a causa eficiente quanto à causa eficiente quanto a substância e também são a causa material, assim como foi dito.

Se significa uma consequência comumente dita

84. Acerca da segunda questão, objeta-se que uma vez que a palavra ‘*quin*’ diz a relação de um com outro apenas, mas na relação de um com o outro há apenas a consecução simples e não composta, logo a palavra ‘*quin*’ apenas diz uma consecução simples, ou uma consequência simples, e não composta. O que concedemos dizendo que uma consecução é simples (como ‘se é um homem, é um animal’), assim como foi dito na falácia do consequente; a outra é composta ou plural, como aquela que é segundo as oposições, assim como aquela que é em si mesma ou por contraposição. Donde dizemos que a palavra ‘*quin*’ não significa uma consequência comum para o simples e para o composto, mas apenas

significa aquela que é simples. Desta que é simples, uma é a consequência ou a consecução simples (como foi dito), a outra como a partir de agora (*ut nunc*). Donde a palavra '*quin*' não significa uma consequência comum a todas as outras consequências, mas apenas significa uma consequência simples. E, por isso, às vezes diz uma consequência simples, às vezes uma consequência a partir de agora (*ut nunc*).

Se é composta de '*quod*' e '*non*'

85. Acerca da terceira questão, objeta-se se a palavra '*quin*' é composta da palavra '*quod*' e este advérbio 'não', logo é composta de um nome e de um advérbio. Logo, deve ser um nome ou um advérbio, uma vez que toda palavra composta carrega a significação dos seus compostos. E dizemos que a palavra '*quin*' é uma palavra simples (assim como eu creio) que tem sobre o seu significado a consecução com a negação a partir da natureza da sua imposição. Mas, porque é comumente dita que é composta da palavra '*quod*' e do advérbio 'não', por isto, apoiando a posição deles é preciso responder de outra maneira. Donde dizemos que a palavra '*quin*' é uma conjunção e é composta de um nome indeterminado '*quod*' e do advérbio '*non*'. Mas, as conjunções compostas têm diversas composições. Algumas são compostas de outras conjunções (como '*atque*', '*etenim*', '*siquidem*', e similares); outras são compostas de pronomes (como '*ideo*'); outra de um nome e de uma preposição (como '*quapropter*'); outras de muitos nomes com uma preposição (como '*quamobrem*'); outras de verbos (como '*videlicet*', '*scilicet*'); outras de um advérbio repetido (como '*quamquam*'); outras de um advérbio e de um verbo (como '*quamvis*'). Isto também parece nutar Prisciano no volume maior, no tratado sobre a conjunção, determinando sobre a espécie de conjunção ou sobre a sua função dizendo 'são encontrados nomes ou pronomes ou preposições ou advérbios que são tomados no lugar das conjunções causais'.

86. Em relação ao argumento que objeta (que a palavra composta carrega a sua significação a partir dos seus compostos, logo a palavra '*quin*' será um nome ou advérbio), é preciso dizer que não segue que por isto seja um nome ou um advérbio, porque uma palavra composta de carrega muitas maneiras a significação dos seus compostos. Pois às vezes a partir das partes do sentido dos seus compostos ocorre um sentido composto no mesmo gênero (como '*magnanimus*', '*omnipotens*'); às vezes os componentes são de gêneros diversos, mas o composto permanece no gênero de um deles (como '*quisque*' é um nome composto de um nome e de uma conjunção); às vezes uma palavra é composta de um dos gêneros do que de ambos os compostos (como '*quare*' é um composto de dois nomes). E isto é por isso que às

vezes um dos componentes é completivo da significação da palavra composta (e, então, o composto permanece no mesmo gênero com o seu completivo, como *'magnanimus'*, *'centimanus'*); às vezes o sentido da palavra composta não ocorre a partir do sentido das partes dos componentes, mas ocorre a partir das relações ou das associações dos componentes. Donde porque estes dois ablativos *'qua'* e *'re'* dizem uma relação de causa em razão da sua causalidade e, além disso, o ablativo *'qua'* é interrogativo, por isto que a partir das duas relações, a saber, da interrogação e da casualidade, é constituído um sentido adverbial pela composição daqueles ablativos. E, assim, é feito o advérbio interrogativo de causa que é *'quare'*. E, assim, uma palavra composta de muitas maneiras carrega a sua significação e dos seus componentes. E, por isto, não segue que uma palavra composta seja sempre do mesmo gênero dos seus componentes. Semelhantemente, digo que às vezes ocorre a relação com o nome *'quod'*, às vezes uma interrogação, às vezes uma indeterminação. Donde a partir dele, no sentido que é um nome infinito e a partir da negação, é constituído um sentido ordinatório ou conjuntivo de muitas palavras ou orações. E, assim, é feita uma conjunção.

87. Ainda sobre o mesmo argumento: um nome significa uma substância. A conjunção diz uma associação que ocorre ao mesmo tempo ou que é segundo uma anterioridade e posterioridade. Esta associação é tanto das substâncias quanto dos acidentes do que de tudo que é significado, ou é um ente ou não-ente. Mas, a partir da substância não pode ser feita a relação ou a associação predita. Logo, a conjunção *'quin'* não é composta do nome infinito *'quod'* e do advérbio *'não'*. A solução é evidente a partir das coisas preditas. Pois a composição da conjunção *'quin'*, que é a partir do nome indefinido *'quod'* e do advérbio *'non'*, não é em razão da substância significada ou pelo nome *'quod'*, pelo contrário, é em razão da relação como em razão da indeterminação que ocorre na própria substância, como foi dito sobre o advérbio *'quare'*, e semelhantes (como *'quamobrem'*, *'cotidie'*, *'pridie'*, *'impresentiarum'*, e semelhantes). E, assim, às vezes ocorre a composição das significações dos componentes, às vezes não pelas significações dos componentes, mas pelas suas relações.

Se são equivalentes ou se são convertidas com eles

88. Acerca da quarta questão, objeta-se que este o *'quod'* significa uma substância indeterminada com um artigo subjuntivo, segundo Prisciano, porque *'qui'*, de acordo conosco, é o mesmo que *'ostis'*, segundo os gregos. E *'os'* é um artigo subjuntivo e *'tis'* é um nome indeterminado. Mas, todo artigo significa uma relação, mas nenhuma conjunção significa uma

relação. Logo, nenhuma conjunção tem a natureza de um artigo (no segundo modo da segunda figuraa). Logo, para a conjunção *'quin'* não segue *'que não'*. Logo, não são convertidos, porque o antecedente sempre afirma o conseqüente e, deste modo, sempre supõe a natureza do seu conseqüente. E é preciso dizer que *'quin'* e *'quod non'* não são convertidos, porque para *'quin'* segue *'quod non'* e não o inverso. Cujá causa é porque *'quin'* diz uma conseqüência entre negações ou de uma negação com outra negação (como *'não corre, porque não se move'*), mas *'quod non'* às vezes é unido as afirmativas (como *'este te diz que não venhas'*, porque não podes fazer *'para que não venhas'*: nada significa *'este te diz que não venhas'*). Às vezes é unido as proposições negativas, como *'este não corre porque não se move'* e *'não há um homem que não seja um animal'*. E, deste segundo modo, *'que não'* (*quod non*) e *'quin'* são equivalentes e são convertidos, como *'se não é um homem porque não é um animal; logo, não há um homem que não seja um animal'* e vice-versa.

89. Em relação ao argumento que objeta, é preciso que a relação significada pelo artigo é outra e é diversa da relação significada pelos nomes ou pelos pronomes relativos, porque a relação do nome ou do pronome quer que algum antecedente preceda do qual ocorre a recordação pelo relativo, como *'Sócrates corre e aquele disputa'*. E, assim, o relativo do nome ou do pronome nunca é ordenado ao mesmo tempo com o seu antecedente, mas sempre é naturalmente ordenado depois. Há a relação do artigo de outro gênero, porque o artigo quer ser unido aos supostos afirmando alguma discrição acerca dos supostos, assim como adições silábicas que afirmam alguma discrição acerca dos pronomes, como *'eu mesmo'* (*egomet*), *'tu mesmo'* (*tutemet*). Mas, diferem nisto porque o artigo não pode ser colocado depois do suposto, assim como a adição silábica ao pronome, pelo contrário, o artigo é colocado antes dos supostos. E também do artigo e do suposto não é feita uma única palavra, assim como a partir daquela parte. Donde o artigo é entendido simultaneamente com a suposição. Portanto, digo que o artigo nada diz sobre a relação senão nisto que é entendido simultaneamente com o suposto e significa que uma alguma discrição que é feita acerca dele mesmo. E porque não há uma discrição nem é entendida sem aquilo do qual é a discrição, por isto que a discrição do suposto não pode existir nem entendida senão pelo suposto. E, por isto, o artigo diz uma relação com o próprio suposto. E, assim, é evidente que uma é a relação do artigo e outra do nome ou do pronome. Contudo, que o artigo é entendido simultaneamente com o suposto é evidente na língua materna (na qual temos artigos, embora não os tenhamos no latim), porque nela os artigos sempre são unidos aos supostos. E, por isto, a relação introduzida pelo artigo não impede a composição da conjunção *'quin'* nem da sua convertibilidade com a oração *'quod non'*, assim como dissemos.

90. Além disso, provo que a relação do artigo é uma a partir da relação do nome ‘que’ (não conforme é entendido relativamente), porque: este nome ‘que’, segundo o qual é entendido indefinidamente (como ‘quem matar o tirano, receberá um prêmio’) não é entendido relativamente nem diz uma relação com algum antecedente, mas ainda tem o artigo sobre o seu sentido. Mas, o artigo dizia uma relação do suposto. Logo, a relação do artigo é separada da relação que é a recordação da coisa predita. Logo, a relação do artigo é uma e é diversa da relação do nome ou do pronome. O que concedemos.

Porque sempre é unido a um verbo no modo subjuntivo

91. Objetava-se acerca da quinta questão. E é resolvido deste modo primeiro sobre a conjunção ‘*nisi*’ em razão de que é unido sempre a um verbo no modo subjuntivo quando era uma palavra consecutiva. Além disso, note que a palavra ‘*quin*’ ou a oração ‘que não’, conforme são convertidas, dizem uma consecução de um negativo com o outro negativo, por causa disto que sobre a intenção delas é que afirmam um de modo universal no outro afirmativamente, ou a afirmação de um segue para a afirmação do outro. Por exemplo, ‘não há um homem que não seja um animal; logo, qualquer homem é um animal’ ou ‘se é um homem, é um animal’; e ‘não há uma casa que seja uma parede; logo, se há uma casa, há uma parede’. Mas, quando a afirmação segue de outra afirmação, pelo conseqüente contrário a negação segue de outra negação, como ‘se é um homem, é um animal; logo, não é um homem, se não é um animal’ ou ‘não há um homem que não seja um animal’.

Sofisma

92. Segundo as coisas ditas acima, investiga-se o sofisma TU NÃO PODES VERDADEIRAMENTE NEGAR QUE TU NÃO ÉS UM BURRO. Prova: que tu não és um burro é necessário. Mas, tu não podes verdadeiramente negar o necessário. Logo, tu não podes verdadeiramente negar que tu não és um burro. Contrariamente: tu não podes verdadeiramente negar que tu não és um burro. Logo, tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro. Logo, tu és um burro. Solução: a primeira proposição é dupla, conforme os que falam de maneira comum. Dizem que ‘negar’ é equívoco nesta oração. Donde um sentido é ‘tu não podes verdadeiramente negar etc.’, isto é, ‘tu não podes verdadeiramente proferir a negação (ou seja, dizer esta negação, que é o mesmo) “que tu não és um burro”. E, assim, é falsa, porque verdadeiramente tu podes dizer esta negação ‘que tu não és um burro’. O outro sentido é ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro’, isto é, ‘tu não podes

verdadeiramente proferir negação desta proposição’, porque a sua negação ‘que tu não és um burro’ é esta ‘não: tu não és um burro’, que é equivalente a esta ‘tu és um burro’. E isto não podes verdadeiramente dizer. E assim é verdadeira.

93. Mas, esta solução é não é nada, porque negar é o ato que sai desta potência ativa que é negativa. Mas, assim como a potência ativa tem uma dupla relação, a saber, uma a partir do qual está (ou para o qual pelo que é como para o mesmo agente), a outra em relação aquilo para o qual está como para o próprio objeto para o qual passa a ação daquele, semelhantemente o ato da própria potência tem duas relações e também essas mesmas e não outras. Logo, para o mesmo objeto está relacionado o ato com a potência ativa. Logo, de qualquer que seja o objeto há uma potência ativa que é negativa, do mesmo objeto há o ato que é o ato de negar. Mas, a potência que é negativa, é do próprio predicado a partir do sujeito, porque o negativo sempre é negativo de algo e a partir de algo. Logo, este ato que é negar, sempre será do predicado e a partir do sujeito. Logo, sempre é da mesma razão. Logo, é equívoco. Logo, não dizem nada. Ainda sobre o mesmo argumento: assim como este ato que é ver, não é equívoco em relação a visão da cor branca e em relação a visão da cor negra, embora sejam opostos, semelhantemente ‘negar’ não é equívoco em relação a negar qualquer que seja o predicado, ou teria sido antes afirmado ou negado, porque, ou terá sido de tal maneira ou daquela, sempre é removido do sujeito. Logo, negar não é produzir um equívoco em relação a dizer esta negação ‘tu não és um burro’, na qual é negado o predicado antes afirmado, e em relação a dizer a negação desta proposição ‘tu não és um burro’, na qual é removido o predicado negado assim: ‘logo, não tu não és um burro’. Logo, nada dizem. Ainda sobre o mesmo argumento: Aristóteles ensina a encontrar uma multiplicidade nos casos. Por exemplo, se ‘saudável’ é dito de muitas maneiras efetivamente, de modo a conservar e preparar a saúde, logo também ‘sanar’ é dito de muitas maneiras efetivamente, de modo a conservar e preparar a saúde. E vice-versa; se ‘curar’ é dito de muitas maneiras efetivamente, a conservara e a preparar a saúde, também ‘saudável’, do mesmo modo, é dito de muitas maneiras sobre os mesmos casos. Logo, se uma das causas não é dita de muitas maneiras, nem o restante é dito de muitas maneiras (pela destruição do consequente). Mas, ‘negativo’ não é dito de muitas maneiras. Logo, nem ‘negar’ é dito de muitas maneiras (a partir dos casos). Ainda sobre o mesmo argumento: é entendida uma oração no segundo sentido que afirmam. E assim permanece a prova e refutação. Logo, não resolvem o sofisma.

94. O que concedemos dizendo que não há nenhuma a solução dita acima. Onde dizemos que a primeira proposição é simplesmente verdadeira, mas a conclusão imediatamente seguinte é dupla segundo a anfíbolia, a saber, ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és

um burro’, porque o verbo ‘negar’ tem construções segundo as diversas relações quanto a isto que segue, a saber, ‘que não és um burro’. Por isto que digo ‘que não és um burro’ pode ser o objeto acima do qual passa o próprio negar (e o sentido é ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro’, ou seja, ‘tu não podes verdadeiramente negar este necessário que não és um burro’); e, assim, é verdadeira. Doutro modo é construído com o verbo ‘negar’ não em razão do objeto, mas em razão do fim (e o sentido é ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro’, ou seja, ‘tu não podes verdadeiramente negar algo em razão de que não és um burro’); e, assim, é falsa, porque ou tu negas que és irracional ou que tu és uma fera, e disto segue que não és um burro. E, assim, há ali uma anfibolia a partir de uma razão diversa de construir um com o outro.

95. Mas, em relação ao argumento que segue (a saber, ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro; logo, tu não podes verdadeiramente negar que és um burro’), pode-se dizer que não segue, porque ‘*quin*’ e ‘*quod non*’ não são convertidos, assim como foi dito anteriormente, senão no sentido que dizem uma consecução. Mas, eu digo que a segunda conclusão, a saber, ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro’ é dupla, assim como também a proposição predita, pela mesma duplicação. Donde segundo o qual ‘*quin*’ e ‘*quod non*’ dizem uma consecução e são convertidas em razão de um fim, assim bem segue ‘tu não podes verdadeiramente negar que não és um burro; logo, tu não podes verdadeiramente negar que és um burro; logo, tu és um burro’. Mas, aquelas proposições são falsas, como foi dito. E do falso segue o falso. E não segue da primeira daquele modo, assim como foi dito. Mas, se ocorre a construção em razão do objeto, então verdadeiramente são duas aquelas proposições que seguem da conclusão, como foi dito, assim como também a primeira. Mas, o último argumento não vale, a saber, ‘tu não podes verdadeiramente negar que és um burro; logo, tu és um burro’. E, deste modo, não há ali nenhuma relação, como não há aqui ‘tu não podes verdadeiramente negar que um homem não é um burro; logo, um homem é um burro’, pelo contrário, segue o oposto assim: ‘logo, o homem não é um burro’. E semelhantemente no proposto, porque assim como ‘que o homem não é um burro’ é o objeto do próprio negar, semelhante ‘que és um burro’ é o objeto do mesmo negar naquele sentido. Donde deveria inferir o seu oposto que infere, como ‘que tu não és um burro’.

96. Além disso, provo que a primeira proposição é falsa porque: esta proposição é verdadeira: ‘tu não podes verdadeiramente enunciar que tu és um burro; logo, tu não podes verdadeiramente negar que tu és um burro’ (a partir do gênero, porque ‘verdadeiramente enunciar’ é comum a ‘verdadeiramente afirmar’ e a ‘verdadeiramente negar’). Mas, se tu não podes verdadeiramente negar que tu és um burro, logo tu não podes verdadeiramente negar o

seu oposto, ou seja, ‘que tu não és um burro’. Logo, a proposição ‘tu não podes verdadeiramente negar que tu não és um burro’ é verdadeira. Logo, a sua contraditória é falsa, a saber, ‘tu não podes verdadeiramente negar que tu não és um burro’. Mas, esta é a primeira proposição. Logo, a primeira proposição é falsa.

97. Solução: a primeira é simplesmente verdadeira. E a sua razão erra na primeira inferência. Nem há ali o tópico do gênero, porque embora ‘verdadeiramente enunciar’ seja comum a ‘verdadeiramente afirmar’ e a ‘verdadeiramente negar’, contudo ‘verdadeiramente enunciar que tu és um burro’ não é comum, porque enunciar que tu és um burro é afirmar, porque enunciar é restrito pelo sujeito. Donde como não há nenhum argumento aqui ‘tu não podes verdadeiramente afirmar que tu és um burro; logo, tu não podes verdadeiramente negar aquilo mesmo’ nem há ali algum argumento aparente, porque o oposto deve ser inferido, – semelhantemente no argumento proposto não há nenhum argumento nem algum argumento aparente inferindo assim: ‘tu não podes verdadeiramente enunciar que és um burro; logo, tu não podes verdadeiramente negar que tu és um burro’. Porque enunciar é restrito pelo sujeito para afirmar, é evidente porque o ato é duplamente restrito. De um modo, pelas diferenças entendidas por parte do agente; do outro modo, pelas diferenças entendidas por parte do objeto. Como sentir pela visão é o mesmo que ver, sentir pela audição é o mesmo que ouvir e sentir pelo gosto é o mesmo que saborear, e assim por diante; Logo, o ato é restrito pelas diferenças tomas por parte do agente. Por parte do objeto é restrito assim: sentir a cor é o mesmo que ver, sentir o som é o mesmo que ouvir, e assim por diante. Logo, o ato é restrito por parte do objeto. Logo, todo ato tem um objeto que é duplamente restrito, como foi dito. Logo, enunciar é duplamente restrito porque enunciar afirmativamente é o mesmo que afirmar e enunciar negativamente é o mesmo que negar; e estas são as diferenças tomadas por parte do agente. Além disso, enunciar que o homem é um animal é o mesmo que afirmar isto e enunciar que o homem não é uma pedra é o mesmo que negar; e esta é uma contradição feita a partir do objeto.

98 Do mesmo modo, questiona-se o sofisma ‘EM NENHUM TEMPO ALGO É VERDADEIRO QUE NÃO SEJA NECESSÁRIO. Prova: Em nenhum tempo ‘que Deus existe’ é verdade que isto não seja necessário. Logo, a primeira proposição é verdadeira. Contrariamente: em nenhum tempo algo é verdadeiro que não seja necessário. Logo, em qualquer tempo em que algo é verdadeiro, ele mesmo é necessário. Logo, em qualquer tempo em que seja verdadeiro que tu estás sentado, também isto é necessário. O que é falso.

99. Solução: a primeira proposição é simplesmente falsa. Pois o sentido é: ‘em nenhum tempo algo é verdadeiro, se não é necessário’. Esta proposição é falsa, porque do antecedente não

segue o conseqüente, porque para a negação da espécie não segue a negação do gênero; a necessidade é uma espécie de verdade. A prova erra segundo a falácia do conseqüente, porque bem segue ‘em nenhum tempo Deus existe e é verdade que não é necessário’, e vice-versa; ‘se Deus existe não é necessário, em nenhum tempo é verdadeiro’. Donde é verdadeira aquela proposição a qual entendi primeiramente, ou seja, a proposição ‘em nenhum tempo que Deus existe é verdade que não seja necessário’, porque a verdade em Deus é convertida com a sua necessidade. Mas, em outras coisas a verdade e a necessidade não são convertidas, mas a verdade é mais geral do que a necessidade. Donde há ali consequência do inferior para o superior negando, assim como aqui ‘em nenhum tempo há um homem que é capaz de rir; logo, em nenhum tempo há um animal que é capaz de rir’.

TRATADO NONO

AS PALAVRAS ‘QUANTO’, ‘QUAM’. E ‘QUICQUID’

A. A PALAVRA ‘QUANTO’

Introdução

1. Omitidas as dúvidas que caem acerca da palavra “quanto”, é preciso examinar a sua multiplicidade. Portanto, é preciso saber que a palavra ‘quanto’: [1] às vezes é usada interrogativamente, como ‘quanto (*quanto*) progrediste hoje?’, ao qual se responde ‘muito’ ou ‘pouco’ ou ainda com a observação ‘nestas coisas’. [2] Às vezes é usada relativamente, como ‘eu progredi tanto nesta lição hoje quanto tu progrediste na mesma lição’. [3] Às vezes é usada de maneira indefinida, como ‘o quanto (*quanto*) desejaste, tanto progredirei’. E em nenhum destes três modos nos ocupamos sobre a palavra ‘quanto’. [4] Mas, de outro modo, a palavra ‘quanto’ diz uma causa, como ‘quanto (*quanto*) mais intenso for o calor, tanto mais fortemente ele aquece’. Note que a palavra ‘quanto’ às vezes diz uma causa eficiente, como no exemplo predito; pois o calor é a causa eficiente de aquecer, por exemplo, um calor mais intenso aquece mais intensamente. Às vezes diz uma causa material, como ‘o quanto mais rápido um corpo se torna orgânico, tanto mais rapidamente ele recebe uma alma’. Às vezes diz uma causa formal, como ‘quanto (*quanto*) mais rapidamente a alma é infundida, tanto mais rapidamente o corpo orgânico se torna perfeito’: pois a alma se torna intelectiva por infusão; com efeito, é infundida criando e é criada por infusão. Às vezes diz uma causa final,

como ‘quanto (*quanto*) maior o prêmio, com tanto mais facilidade o trabalho é tolerado’.

Sofismas

2. Segundo as coisas preditas, questiona-se o sofisma ‘QUANTO MAIS APRENDES, TANTO MENOS SABES’. Posto que tu aprendas dois enunciados (como ‘o homem é um animal’ e ‘algo existe’), e saibas um outro enunciado (como ‘o homem é um gramático). Então, deste modo: o quanto que tu aprendes é maior do que o que tu sabes e o tanto o que tu sabes é menor do que o que tu aprendes. Portanto, quanto mais aprendes, tanto menos sabes. Contrariamente: quanto mais aprendes, tanto mais o conhecimento é aumentado em ti (pelo tópico da causa eficiente). Mas, quanto mais é aumentado o conhecimento em ti, tanto mais sabes (novamente, pelo tópico da causa eficiente). Portanto, do começo: quanto mais aprendes, tanto mais sabes. logo, não sabes menos.

3. Solução: o primeiro enunciado é simplesmente falso, pois a palavra ‘*quanto*’ no primeiro enunciado significa que aprender mais é a causa eficiente de saber menos. O que é impossível, uma vez que é a causa próxima eficiente do seu oposto, ou seja, a causa de saber mais, pois a mesma causa próxima eficiente não pode ser de dois opostos (embora a causa remota possa; como acontece no segundo livro da Física: assim como o marinheiro é a causa eficiente da saúde da nave e da sua submersão. já que o marinheiro é, pela sua presença, a causa próxima da saúde da nave e, pela sua ausência, é a causa remota da sua submersão). E a refutação é válida. Mas, a prova erra segundo a falácia da figura de expressão por proceder de uma espécie de categoria que é a Relação para uma outra espécie da mesma categoria, pois ‘maior’ e ‘menor’ dizem relações causadas pelas quantidades, ‘mais’ e ‘menos’ dizem relações causadas pelas qualidades. Donde, assim como é criada uma figura de linguagem pela mudança do modo da quantidade para o modo da qualidade (como a mudança de ‘quão grande (*quantum*) em ‘de que tipo’ (*quale*) ou vice-versa), semelhantemente, é criada uma figura de linguagem por proceder da relação causada por uma quantidade para uma relação causada pela qualidade ou vice-versa.

4. Além disso, questiona-se o sofisma ‘O QUANTO MAIOR É ALGO, TANTO MENOR ELE SE PARECE. Prova: O quanto maior é algo, tanto mais ele é visto à distância. Ora, o quanto mais ele é visto à distância, tanto menor ele se parece. Logo, do começo: o quanto maior é algo, tanto menor ele se parece. Contrariamente: neste caso, é atribuída uma causa do predicado que não é a sua causa. Logo, é uma proposição impossível.

5. Solução: o primeiro enunciado é simplesmente falso, pois ser maior não é a causa de ver

algo maior e não é também a causa de ser mais visto. Pois para o próprio ver e para o próprio ser visto é exigida a visão como uma capacidade e é exigido algo colorido como o objeto e é exigido o brilho por parte do objeto ou a claridade do objeto; e também é exigido um meio, que é o ar ou a água (vemos, de fato, mediante o ar ou mediante a água). E com estas coisas também é exigida uma devida distância. Pois se a distância for mínima, algo visível não é visto, por exemplo, se algo visível for colocado acima da visão ou acima do olho; além disso, se a distância às vezes for muito grande, a coisa não poderá ser vista. E, por este motivo, necessariamente é exigida uma devida distância. E estas cinco coisas congregadas ao mesmo tempo são a causa eficiente de ver e de ser visto. porque por meio da ‘capacidade de ver’ supomos um órgão ou um instrumento de ver. Donde, algo maior não é a causa de ver nem de ser visto. Mas, quanto a prova, é preciso resolver por destruição, porque este é um enunciado falso ‘o quanto maior é algo, tanto mais é visto à distância’, pois, como está no livro Da Visão, cada uma das coisas vistas tem um espaço que, depois de completado, a coisa não será mais vista; isto é, cada coisa que é visível pode ser afastada em tão grande distância para além da devida, e se colocada nesta distância, a coisa não será mais vista. Donde, o enunciado ‘o quanto maior é algo, tanto mais é visto à distância’ é falso.

B. A PALAVRA ‘*QUAM* (QUE)’

Introdução

6. Muitas dúvidas caem acerca da palavra ‘*quam*’: [1] a primeira dúvida é sobre a sua distinção; [2] a segunda dúvida é sobre a maneira que a palavra ‘*quam*’ exprime uma comparação; [3] a terceira dúvida é sobre qual é a sua relação com um nome no grau comparativo; [4] a quarta dúvida é sobre qual é a sua relação com o nominativo que segue (como ‘Sócrates é mais forte que Platão’); [5] a quinta dúvida é sobre a razão pela qual segue um nominativo, quando a palavra ‘*quam*’ é unida a um comparativo; [6] a sexta questão é sobre a razão pela qual um comparativo é construído às vezes com o ablativo, às vezes com o nominativo, interposta a palavra ‘*quam*’ (que).

A distinção da palavra ‘*quam*’

7. Acerca da primeira dúvida, note que a palavra ‘*quam*’ às vezes é um advérbio de semelhança, como ‘ele fez isso como (*quam*) um homem prudente’ e ‘tanto este quanto

(*quam*) aquele correm’. Às vezes é um advérbio de comparação, como ‘Sócrates é mais forte que (*quam*) Platão’. Às vezes é um advérbio de admiração, como ‘quão (*quam*) afortunado!’, ‘quão (*quam*) preclaro!’ e ‘quão (*quam*) bom é o Deus de Israel!’; às vezes é um advérbio de indignação, como ‘que (*quam*) feito infame!’ e ‘que (*quam*) crime abominável!’. Além disso, a palavra ‘*quam*’ também é uma conjunção eletiva, que é assim definida por Prisciano ‘a conjunção eletiva acontece quando, colocadas coisas diversas, nos mostramos escolher uma dentre elas’, por exemplo, ‘eu prefiro ser rico do que ser pobre’: colocados ‘rico’ e ‘pobre’, escolhe ser rico, abandonando a outra opção. E, semelhantemente, aqui: ‘é melhor confiar em Deus do que confiar no homem: aqui a palavra ‘*quam*’ é uma conjunção eletiva. E, assim, é evidente a multiplicidade da palavra ‘*quam*’.

De que maneira a palavra ‘*quam*’ expressa uma comparação?

8. Acerca da segunda dúvida, note que cinco coisas são exigidas para uma comparação: [1] a primeira coisa é o que é comparado; [2] a segunda coisa, em que é comparado ou em que está a comparação; [3] a terceira coisa, o excesso naquilo em que está a comparação; [4] a quarta coisa, aquilo ao qual é comparado; [5] a quinta coisa, a relação média entre o comparado e aquilo ao qual algo é comparado. Por exemplo, quando digo que ‘Sócrates é mais forte que (*quam*) Platão’, Sócrates é aquilo que é comparado e ‘mais forte’ (*fortior*) diz a força na qual está a comparação e também o excesso da própria força, pois Sócrates tem a força e também a tem em excesso em relação a Platão; Platão, por outro lado, é aquilo ao qual Sócrates é comparado; e o advérbio ‘*quam*’ diz a relação média entre próprio comparado e aquilo ao qual ele é comparado. Donde, o advérbio ‘*quam*’ não diz nada sobre a comparação, senão a relação dita antes. Note também que às vezes uma sexta coisa é colocada na comparação, que é a mensura do seu excesso. E, então, o grau comparativo é construído com duplo ablativo, como ‘Sócrates é maior que Platão (*Platone*) um pé (*uno pede*)’, ou a comparação é construída com um ablativo e com um nominativo, interposta a palavra ‘*quam*’, como ‘Sócrates é maior que Platão (*Plato*) um pé (*uno pede*). E, assim (como dissemos), Sócrates é o excedente ou aquilo que é comparado e aquele comparativo ‘maior’ (*maior*) diz aquilo no qual ele excede ou aquilo no qual está a comparação, e também diz o excesso de ser maior, enquanto ‘Platão’ diz o que é excedido ou ao qual ele é comparado; E o advérbio ‘*quam*’ diz a relação média (como dissemos) entre o excedente e aquilo que é excedido ou aquilo ao qual ele é comparado; e o ablativo ‘um pé’ (*uno pede*) diz quão grande é o excesso de ser maior em Sócrates em relação a Platão e, assim, diz a mensura do seu excesso. Donde todas as vezes que quisermos

significar a mensura do excesso significado pelo comparativo, as seis coisas preditas são exigidas para a comparação. Mas, todas as vezes que quisermos significar uma comparação sem a mensura do excesso, as cinco coisas preditas são suficientes. Portanto, que o advérbio *'quam'* expressa uma comparação é evidente pelo fato de que diz uma relação média entre o excedente comparado e aquilo que é excedido por aquilo que é comparado, como dissemos.

Qual é a sua relação com um nome de grau comparativo?

9. Acerca da terceira dúvida, note que o advérbio *'quam'* tem a natureza do termo com o nominativo que segue em relação ao comparativo, porque todo comparativo diz um excesso em relação a algum termo ou em relação aquilo que é excedido; e o nominativo não pode ser um termo daquele excesso, senão mediante o advérbio *'quam'*.

Qual é a sua relação com o nominativo que segue?

10. Acerca da quarta dúvida, note que o advérbio *'quam'* é a razão pela qual o nominativo delimita a relação do comparativo, porque o nominativo não pode, por si mesmo, delimitar relação do comparativo; Donde tem a natureza de um termo pelo advérbio *'quam'*. Donde o advérbio *'quam'* é a razão do nominativo na medida em que o nominativo é um termo do comparativo. E, assim, é comparado com o nominativo como a sua razão na medida em que delimita uma relação do comparativo.

Por que segue um nominativo?

11. Acerca da quinta dúvida, note que a substância é tomada como um agente no nominativo, mas nos casos oblíquos é tomada como um paciente, pois o nominativo diz o modo do agente, enquanto os casos oblíquos dizem o modo do paciente. Pois a palavra *'quam'* faz com que aquilo que é excedido seja remetido para um outro ato e o ato sempre decorre do agente ou daquilo que tem o modo do agente, mas o modo do agente está no nominativo (como dissemos), – Por este motivo, o advérbio *'quam'* é acrescentado ao comparativo e é necessário que siga um nominativo que é comparado com um outro ato, como *'Sócrates é mais forte que Platão, ou seja, 'do que Platão é'*.

Por que o comparativo é construído de diversos modos?

12. Acerca da sexta questão, note que aquilo que é excedido pelo comparativo pode ser significado de duas maneiras: [1] de um modo, na medida em que apenas é excedido, [2] de outro modo, na medida em que é excedido e também é ordenado para um outro ato. Mas, se é apenas tomado na medida em que é uma coisa excedida por aquilo que é comparado ou pelo próprio comparativo, assim está na sua natureza aquilo do qual é removido o excesso que é significado pelo comparativo. O excesso, na verdade, está na própria coisa comparada em relação com a coisa excedida e não está na coisa excedida, mas é retirado dela. E, assim, a coisa excedida está na sua natureza como aquilo do qual algo é retirado. Mas, a comparação que é *do termo pelo qual* apenas é encontrada no ablativo. E, por este motivo, quando a coisa excedida é significada na medida em que é apenas excedida, então é necessário que seja colocada no ablativo. E, por este motivo, o comparativo neste modo sempre é construído com o ablativo. No entanto, quando a coisa excedida é significada na medida em que é excedida e também na medida em que é comparada com um outro ato: pois a comparação com um outro ato vai além da primeira comparação (a saber, na medida em que é excedida), por este motivo, a comparação com um outro ato é como uma completiva da primeira comparação, e, por esta razão, ordena a coisa excedida com relação a um outro ato. E é por causa do ato, como dissemos, que sempre deriva daquilo que está sob o modo do agente. Por esta razão, segue o nominativo. E, deste modo, o comparativo sempre é construído com o nominativo, interposta a palavra *'quam'*. E, assim, é evidente porque o comparativo às vezes é construído com o ablativo, às vezes com o nominativo, interposta a palavra *'quam'*. E, além disso, é evidente quando o comparativo deve ser construído com um e quando deve ser construído com o outro; Também é evidente quando o comparativo deve ser construído com um duplo ablativo e quando deve ser construído com um ablativo e com o nominativo, interposta a palavra *'quam'*.

Sofismas

13. Segundo as coisas preditas, questiona-se o sofisma 'É IMPOSSÍVEL QUE TU SAIBAS MAIS DO QUE SABES'. Prova: a proposição 'tu sabes mais do que sabes' é impossível. Logo, é uma expressão impossível. Portanto, a proposição 'é impossível que tu saibas mais coisas do que sabes' é verdadeira. Contrariamente: tu podes aprender mais do que tu sabes. Logo, tu podes saber mais do que sabes. Portanto, a primeira proposição é falsa.

14. Solução: A primeira proposição é dupla, pois assim como *'possível'* diz uma relação

(porque, segundo Aristóteles, toda potência é uma potência das coisas que estão em relação (*ad aliquid*)), semelhantemente, *'impossível'* diz uma relação, porque uma impotência priva uma potência de algo e em relação à algo, assim como *'possível'* diz uma potência em algo e em relação à algo, pois está em relação a um ato essencial, como em relação a uma forma completiva, ou em relação a um ato essencial, por exemplo, em relação a comparação que sai da própria forma, porque é um agir da forma. Portanto, digo que a primeira proposição é dupla, por isto que a palavra *'impossível'* pode afirmar o seu conteúdo no conteúdo de uma expressão de acusativo (e, assim, a primeira proposição é falsa e o sentido é *'tu não podes saber mais do que sabes'*) ou pode afirmar o seu conteúdo para além da expressão inteira; e, assim, a primeira proposição é verdadeira e o sentido é *'é impossível que tu sabes mais do que sabes'*, pois em nenhum momento saberás mais do que sabes ao mesmo tempo.

15. Além disso, questiona-se o sofisma “É IMPOSSÍVEL QUE UMA OUTRA COISA QUE UM BURRO TENHA TE GERADO. Prova: É impossível que um homem seja um burro. E é uma outra coisa que um burro que te gerou. Logo, é impossível que outra coisa que um burro tenha te gerado. Contrariamente: é impossível que outra coisa que um burro tenha te gerado. Logo, um burro te gerou.

16. Solução: A primeira proposição é dupla, por isto que o relativo de diversidade *'outro'* (*aliud*) pode ser referido a um outro termo *'burro'*; e, assim, o relativo *'outro'* está no caso acusativo. E o sentido é *'é impossível: uma outra coisa que um burro te gerou'*, ou seja: *'é impossível que alguma outra coisa do que um burro tenha te gerado: e, desta maneira, é uma proposição falsa. Ou o relativo *'outro'* (*aliud*) pode se referir a uma expressão inteira (a saber, *'que um burro te gerou'*) e, então, o relativo *'outro'* (*aliud*) está no caso nominativo. E o sentido é *'é impossível que outra coisa do que um burro tenha te gerado'*, isto é, *'outra coisa é impossível do que este impossível que é *'um burro te gerou'*, como *'o homem é uma pedra'* é um outro impossível daquele impossível, a saber, *'que um burro te gerou'*. E, desta maneira, a proposição é verdadeira.**

C. A PALAVRA *'QUICQUID'*

Introdução

17. Uma vez que a palavra *'quicquid'*, de um modo, expressa uma distribuição, por este motivo, quanto à distribuição, ela deve ser determinada no Tratado Sobre a distribuição. Mas, quanto a isto que expressa uma consecução com uma disjunção, ela deve ser determinada no

tratado sobre as palavras sincategoremáticas. Portanto, acerca da palavra *'quicquid'*: [1] investiga-se, primeiramente, o que significa; [2] segundo, se é uma palavra equívoca ou não; [3] terceiro, se expressa uma relação ou não.

O que significa a palavra *'quicquid'*?

18. Acerca da primeira questão, note que existem quatro coisas no entendimento sobre a palavra *'quicquid'* ou sobre o seu significado: [1] a sua distribuição; [2] a segunda coisa é matéria da sua distribuição, pois assim como a palavra *'quilibet* (quem quer que seja)' tem em si a sua distribuição e a coisa distribuída pela sua distribuição, do mesmo modo, também a palavra *'quicquid'* tem em si a sua distribuição e a coisa distribuída pela sua distribuição; [3] a terceira coisa é a sua consecução; [4] a quarta coisa é a disjunção, porque quando é dito *'tudo aquilo que (quicquid) corre, se move'*, o sentido é: *'ou isto corre, se move, ou uma outra coisa'*. E, neste caso, é uma consequência e uma disjunção. E estas são as quatro coisas sobre o significado da palavra *'quicquid'*.

Se esta palavra é equívoca ou não

19. Acerca da segunda questão, note que, embora diversas coisas sejam entendidas no significado da palavra *'quicquid'*, ainda assim ela não é uma palavra equívoca, uma vez que significa diversas coisas de uma única maneira, por isso que uma distribuição é significada no seu sujeito ou na coisa distribuída mediante uma consecução. E, por causa disto, sempre é atribuído a ela um verbo que é o antecedente e outro que é o conseqüente, como *'tudo aquilo que (quicquid) corre, se move'*.

Se expressa uma relação ou não

20. Acerca da terceira questão se objeta que o sentido deste enunciado *'tudo aquilo que corre, se move'* é este *'toda coisa que corre, se move'*. Mas há aqui uma relação. Portanto, no primeiro enunciado há uma relação. Logo, a palavra *'quicquid'* expressa uma relação. E é preciso dizer que a palavra *'quicquid'* não expressa uma relação e não é uma palavra relativa, mas é um nome distributivo e indefinido que significa aquilo que dissemos. E é uma palavra composta pela duplicação do nome *'quid'* no sentido de que o nome *'quid'* é simplesmente indefinido, e não no sentido de que é um nome interrogativo ou até mesmo relativo. O

argumento erra segundo a falácia do acidente, porque não é necessário que uma relação seja entendida em um dos conversíveis, para que seja entendida no outro. Por exemplo, estes dois enunciados são convertidos ‘o homem branco corre’ e ‘o homem que é branco corre’ e em um enunciado é entendida a relação, mas a relação não é entendida no outro enunciado.

Sofisma

21. Segundo as coisas preditas, questiona-se o sofisma ‘TUDO AQUILO QUE (*quicquid*) DEUS SOUBE, ELE SABE. Prova: Deus soube todas as coisas. E não se esqueceu de nada. Logo, tudo aquilo que Deus soube, ele sabe. Contrariamente: tudo aquilo que Deus soube, ele sabe. Ora, ele soube que tu nascerias. Portanto, ele sabe que tu nascerás. Logo, tu nascerás.

22. Solução: o primeiro enunciado é simplesmente verdadeiro, pois o conhecimento da causa primeira é sempre o mesmo e não recebe em si nenhuma mudança. Donde a Causa Primeira tem um conhecimento imóvel sobre todas as coisas. E, por este motivo, tem um conhecimento imóvel sobre todas as coisas corruptíveis, cuja causa é esta: tudo que é cognoscível conhece da sua maneira e segundo a sua própria capacidade de cognição, e não segundo a maneira da coisa conhecida ou para a coisa conhecida. Donde uma vez que a capacidade cognitiva da Causa Primeira não depende das coisas (mas, as coisas dependem da Causa Primeira como a sua causa), a nossa cognição, contudo, depende das coisas conhecidas e é aperfeiçoada por elas, por este motivo, é preciso saber que a nossa cognição e o conhecimento é mutável segundo a mudança das coisas. O conhecimento da Causa Primeira não é mutável conforme a mudança das coisas.

23. A refutação erra segundo a falácia da figura de expressão pela mudança da categoria, porque é mudado o ‘o que’ em ‘quando. Com efeito, a distribuição ‘tudo aquilo que’ (*quicquid*) diz ‘o quê’, mas ‘nascerá’ diz o ‘quando’. E, assim, é mudado ‘o que’ em ‘quando’, atribuindo ‘nascerá’ (*nasciturus*) sob aquilo que é ‘tudo aquilo que’. Além disso, acontece, neste caso, um sofisma do acidente, porque ‘o que’ e ‘quando’ podem ser aceitos, de um modo, na medida em que são significados pela palavra e, assim, o erro está neles, segundo a falácia da figura de expressão por causa do princípio movido que está na palavra. De outro modo, contudo, podem ser usados ‘o que’ (*quid*) e quando (*quando*), a saber, por parte da coisa ou como são os modos das coisas separadas do discurso; e, assim, o erro neles faz um sofisma do acidente; e não o contrário. Mas, isto acontece por causas diversas, assim como tratamos, porque os modos das coisas relacionadas às categorias são diversos. Se forem aceitos como são significados por uma palavra, assim como ocorre uma figura de linguagem.

Se estes mesmos modos forem aceitos por parte da coisa ou como são os modos das coisas, é criado um acidente neles, porque no primeiro modo acontece o princípio movido na palavra, no segundo modo acontece na coisa.

TRATADO DÉCIMO

SOBRE AS RESPOSTAS

A pergunta e a resposta

1. Uma resposta vem depois de uma pergunta, pois a pergunta é um pedido de resposta e depende do interrogante como a sua causa eficiente. Portanto, uma vez que a pergunta é conhecida pelo interrogante como pela sua causa, é preciso saber que um bom interrogante deve fazer cinco coisas: [1] primeiro, deve encontrar o tópico pelo qual ou por meio do qual deve debater; [2] segundo, deve formar perguntas ou proposições segundo o tópico encontrado antes; [3] terceiro, deve organizá-las entre si; [4] Quarto, deve propô-las para o outro, como para um respondente; [5] Quinto, deve coagir o respondente a dizer coisas improváveis. Donde se queres opor bem, é necessário que faças as cinco coisas preditas ou, pelo menos, as quatro primeiras delas. Aristóteles determina estas cinco coisas no oitavo livro dos Tópicos; o quarto, na verdade, no começo do oitavo livro e o quinto no capítulo sobre a resposta.

Os modos de solução

2. Seque-se o exame dos modos da solução em geral. Portanto, uma das soluções é a correta e a outra é a aparente. A solução aparente, na verdade, acontece de muitas maneiras: [1] uma solução aparente é a solução com relação ao interrogante quando, por exemplo, o interrogante é impedido de prosseguir até a sua conclusão, embora tenha um argumento verdadeiro. [2] A outra solução aparente é com relação ao tempo, por exemplo, quando a solução que é dada para o assunto proposto necessita de uma maior pesquisa e de mais tempo do que o estabelecido; e esta solução que necessita de mais tempo do que o estabelecido é a pior de todas as soluções. E cada uma destas soluções aparentes são chamadas de *ad hominem*.

3. A solução correta, contudo, é chamada de *ad orationem*. E também é assim definida no segundo livro das Refutações Sofísticas: “a solução correta, na verdade, é a manifestação de

um falso silogismo e o motivo pelo qual ele é falso”. No entanto, as espécies ou partes da solução correta são duas: [3] uma espécie é por destruição e a outra espécie é por divisão. A solução por destruição, na verdade, acontece quando uma das premissas é destruída por causa de sua falsidade. Contudo, a solução por divisão acontece quando é demonstrado que a conclusão não segue das premissas por causa de alguma falácia *in dictione* ou *extra dictionem*. Donde a solução por destruição é destinada à oração que procede de premissas falsas e a solução por divisão é destinada à oração que erra segundo alguma falácia *in dictione* ou *extra dictionem*.

4. Portanto, todas as vezes que quiseres resolver alguma proposição, seja em proposições sofisticadas ou em outras proposições, considere primeiro se a conclusão é verdadeira ou falsa. Pois se for falsa, não pode ser provada senão de maneira sofisticada; e, assim, com relação à prova, a proposição precisa ser resolvida por divisão. Ou será provada por meio de uma falácia; e, então, quanto a mesma prova, é preciso resolver por destruição; a refutação, contudo, deve ser verdadeira. No entanto, se a conclusão for verdadeira, então a prova deve ser correta, mas a refutação errará segundo alguma falácia; logo, é preciso resolver por divisão. Ou o interlocutor aceitará algo falso; e, então, é preciso resolver por destruição.

A divisão dos silogismos a partir da conclusão

5. Terminadas as palavras sincategoremáticas e depois de discutidas as coisas que são exigidas para a oposição em geral e vistos os modos das soluções em comum, conseqüentemente, é preciso tratar sobre a divisão dos silogismos por parte da conclusão. Portanto, é preciso saber que alguns dos silogismos são universais e outros são particulares. São chamados universais os silogismos que têm uma conclusão universal, como é evidente no primeiro e no segundo modo da primeira figura e também no primeiro e no segundo modo da segunda figura. No entanto, são chamados particulares os silogismos que têm uma conclusão particular, como é evidente nos silogismos restantes de todas as outras figuras.

6. Portanto, note que os silogismos universais sempre silogizam muitas coisas ou sempre têm muitas conclusões, pois eles têm a sua própria conclusão e também concluem a proposição contrária da sua conclusão; além disto, concluem uma particular da própria conclusão; No entanto, exceto estas três conclusões, os silogismos universais negativos concluem uma quarta conclusão; e esta é uma proposição particular da proposição contrária da sua própria conclusão. Por exemplo, o segundo modo da primeira figura infere a sua própria conclusão assim: ‘nenhum animal é uma pedra; todo homem é um animal; logo, nenhum homem é uma

pedra'. E conclui a proposição contrária da sua conclusão assim: 'logo, nenhuma pedra é um homem'. E conclui a proposição particular da sua própria conclusão assim: 'logo, algum homem não é uma pedra'. E conclui a particular da proposição contrária da sua própria conclusão assim: 'logo, alguma pedra não é um homem'.

7. E estas quatro conclusões seguem de duas premissas colocadas no silogismo predito. E, assim, todos os silogismos universais negativos têm quatro conclusões. Mas, os silogismos universais afirmativos têm três conclusões, a saber, a sua própria conclusão universal, a sua conclusão particular e a sua conclusão contrária. Donde note que o quinto modo da primeira figura está contido sob o primeiro modo porque não conclui nenhuma outra coisa senão a proposição contrária da conclusão do primeiro modo. E o sexto modo da primeira figura está contido sob o segundo modo porque não conclui nenhuma outra coisa senão a proposição contrária da conclusão do segundo modo. Pela mesma razão, o sétimo modo está contido sob o terceiro modo. Donde entenda que Aristóteles não separou o quinto modo do primeiro modo, nem o sexto modo do segundo modo, nem o sétimo modo do terceiro modo, mas Boécio os separou. Donde Aristóteles, no primeiro livro dos Primeiros Analíticos, onde determina a geração dos silogismos, não faz nenhuma menção sobre aqueles três modos, a saber, sobre o quinto modo, sobre o sexto modo e sobre o sétimo modo, mas apenas diz, no começo do segundo livro dos Primeiros Analíticos, que todos os silogismos universais sempre silogizam muitas coisas, isto é, eles têm muitas conclusões, com dissemos. E Boécio os extrai daquele livro. Do mesmo modo, os silogismos afirmativos dos silogismos particulares têm muitas conclusões porque eles têm a sua própria conclusão e a sua conclusão contrária. E, por este motivo, assim como dissemos, o sétimo modo da primeira figura está contido sob o terceiro modo. Mas, os silogismos particulares negativos têm apenas uma conclusão, por isso que a particular negativa não pode ser convertida.

A demonstração dos silogismos

8. Vista a divisão dos silogismos por parte da conclusão quanto a quantidade e a qualidade na precedente lição (não quanto aos princípios dos silogismos, que são o modo e a figura, pois a divisão dos silogismos por parte das figuras e por parte dos modos foi tratada antes no Tratado dos Silogismos, atribuindo três figuras e os seus modos próprios), — consequentemente, é preciso saber que todo silogismo é demonstrado de duas maneiras, porque é demonstrado convertendo e também conduzindo a um impossível (ou pelo silogismo conversivo e pelo silogismo *ad impossibile*).

9. É preciso notar também que, do mesmo modo, os termos e as proposições são organizadas no silogismo conversivo e no silogismo *ad impossibile*. Mas, diferem-se de duas maneiras. [1] A primeira diferença está no fato de que o silogismo conversivo é criado por um outro silogismo feito antes usando o oposto da conclusão com uma outra premissa para a destruição da restante, às vezes a premissa maior, às vezes a premissa menor. Por exemplo, se for aceito o oposto da conclusão com a menor, destrói a maior. Por exemplo, ‘todo animal é uma substância; todo homem é um animal; logo, todo homem é uma substância’. O oposto da conclusão é este “algum homem não é uma substância’. Então, a partir disto, tu podes com a premissa menor destruir a premissa maior silogizando no quinto modo da terceira figura assim: “algum homem não é uma substância; todo homem é um animal; logo, algum animal não é uma substância’; e esta conclusão contradiz a premissa maior do outro silogismo. Mas, se a mesma conclusão oposta for aceita com a premissa maior, destrói a premissa menor silogizando no quarto modo da segunda figura assim: ‘todo animal é uma substância; algum homem não é uma substância; logo, algum homem não é um animal’; e esta conclusão destrói a premissa menor do primeiro silogismo. E, assim, o silogismo conversivo é sempre criado tendo sido feito um outro silogismo antes. Porém, silogizando *ad impossibile* não é necessário fazer um outro silogismo antes, mas apenas depois que tiver sido tomada alguma outra proposição: se a partir dela alguém conduzir o respondente para um maior absurdo que é conhecido por ser falso (donde o seu oposto será claramente verdadeiro), e se, por causa disto, destruir a proposição que antes usava, – então será um silogismo *ad impossibile*. Por exemplo, se tu desses esta proposição, a saber: ‘as árvores não têm alma’ e o respondente concluir a partir disto que o impossível é mais evidente assim: ‘logo, as árvores não se nutrem nem crescem’; mas isto é impossível; logo, é impossível que as árvores não tenham alma, – assim é feito um silogismo *ad impossibile*. No entanto, [2] a segunda diferença é que o silogismo conversivo é feito para demonstrar que a sua conclusão é necessária; mas, o silogismo *ad impossibile* é feito para demonstrar que o que foi proposto é falso; donde, conseqüentemente, é feito para demonstrar que o oposto do que foi proposto é verdadeiro.

10. Portanto, é preciso saber que qualquer silogismo de qualquer figura pode ser demonstrado quanto a sua conclusão por meio de um silogismo conversivo, como dissemos, e, além disto, qualquer conclusão de qualquer silogismo pode ser demonstrada quanto a sua verdade por meio de um silogismo *ad impossibile*, como foi dito. No entanto, se alguém quiser estar preparado nestes silogismos, convém exercitar-se frequentemente em silogismos deste tipo.

ANEXO: SYNCATEGOREUMATA - TEXTO EM LATIM

SYNCATEGOREUMATA

Introductio

De significatione dictionum sincategorematicarum in genere.

1. Ab eo quod res est vel non est oratio vera vel falsa dicitur. Sed a dictionibus sincategorematicis (ut 'tantum', 'solus', 'nisi', 'preter', et consimilibus) causatur veritas vel falsitas in oratione. Ergo dictiones sincategorematicae significant res aliquas. Sed non significant res subicibiles vel predicabiles. Ergo significant res que sunt dispositiones subicibilium vel predicabilium, quia nichil est in oratione vera vel falsa nisi subiectum et predicatum et eorum dispositiones.

2. "Res" enim dupliciter dicitur. Quia quedam est res subicibilis vel predicabilis (ut 'homo' vel 'equus', 'ambulat' vel 'currit') et alio modo est res que est dispositio subicibilis vel predicabilis. Sed dispositio item, sive res que est dispositio, est duplex, quia est quedam dispositio eius quod est subiectum vel eius quod est predicatum (ut 'albus', 'niger', 'bene', 'male' et consimilia). Et talis dispositio subicitur cum subiecto et predicatur cum predicato (ut 'homo albus currit bene'). Subiectum enim et id quod est subiectum differunt sicut pater et id quod est pater, quia sicut pater dicitur ad filium et econverso, ita subiectum ad predicatum et econverso; sunt enim ad aliquid, sive relationes, ut pater et filius. Alia est dispositio subiecti in quantum est subiectum vel predicati in quantum est predicatum (ut 'tantum', 'solus', 'necessario', 'contigenter' et sic de aliis) et ille non subiciuntur neque predicantur, quia sunt ipsius subiecti in comparatione ad predicatum et econverso. Et tales dispositiones significantur per dictiones sincategorematicas; dicunt enim comparationes sive habitudines subiecti in quantum subicibile et predicati in quantum predicabile. Et dicitur sincategoreuma a 'sin' quod est 'con', et 'categoruma', quod est 'predicativum' vel 'significativum', quasi 'consignificativum'.

3. Habito quod dictiones sincategorematicae significant dispositiones subiecti in quantum subiectum et predicati in quantum predicatum, et sic cognita significatione earum in genere, nunc dicedum est de significatione uniuscuiusque earum in specie; et prius de prioribus, quia, ut vult Aristoteles: de prioribus prior est speculatio. Cum ergo in dictionibus sincategorematicis per se intelligantur 'est' et 'non' et non econverso, ideo 'est' et 'non' sunt priora illis. Et ideo de hiis prius est dicendum.

De 'est' et 'non'

4. Sed ad videndum quomodo 'est' et 'non' per se intelliguntur in istis, sciendum quod 'per se' dicitur quatuor modis. Primo autem modo per se insunt quecumque cadunt in diffinitione rei, sive predicentur sive non de diffinito. Quedam enim deffinientia predicantur de diffinito (ut 'animal rationale et mortale' de homine). Quedam autem non predicantur diffinito, ut

'punctum' non predicatur de linea et cadit in diffinitione eius; linea enim est longitudo sine latitudine cuius extremitates sunt duo puncta. Neque linea predicatur de triangulo et cadit in diffinitione eius; est enim triangulus figura plana tribus rectis lineis contenta. Secundo autem modo per se insunt quaecumque recipiunt sua subiecta in suis diffinitionibus. Et hoc est quando propria passio sive per se accidens predicatur de sua diffinitione, ut 'omne privatum lumine a terre obiectu deficit sive eclipsatur; hic enim deficere sive eclipsari est per se accidens sive propria passio et predicatur de sua diffinitione. Similiter si propria passio predicetur de parte sue diffinitionis, ut 'numerus est par vel impar', 'linea est recta vel curva' quia 'par' diffinitur per numerum et 'rectum' per lineam. Est enim par: numerus divisibilis in duo equalia; rectum vero est: linea cuius medium non exit ab extremis. Tertius autem modus est quando propria passio predicatur de proprio subiecto, ut rectum vel curvum de linea et par vel impar de numero et habere tres angulos equales duobus rectis de triangulo. Subiectum enim est propria passio dupliciter comparantur, quia uno modo secundum quod subiectum est causa passionis et diffiniens passionem, et sic pertinet ad secundum modum; alio autem modo sumitur subiectum in quantum subiectum et propria passio in quantum est accidens eius; et sic pertinet ad tertium modum. Quartus autem modus inest quando effectus qui est propria passio, concluditur de subiecto per suam causam. Et iste quartus modus est semper in habitudine premissarum ad conclusionem demonstrativam, ut

'omne privatum lumine a terre obiectu deficit

sed luna est privatum lumine a terre obiectu

ergo luna deficit'.

5. Sciendum ergo quod 'est' et 'non' intelliguntur in dictionibus sincategorematicis secundum primum modum eius quod est 'per se', quia intelliguntur in diffinitionibus sive descriptionibus earum. "solus" enim sive 'tantum' est 'non cum alio' et 'desinit': 'quod est et de cetero non erit' vel 'nunc ultimo est', et sic de aliis. Et ideo 'est' et 'non' sunt priora aliis dictionibus sincategorematicis. Et 'est' prius est quam 'non', quia affirmatio prior est negatione sicut habitus privatione. Et etiam <quia> negatio non habet esse nisi per affirmationem; unde affirmatio dat ei esse; ergo prior est negatione; intelligitur enim affirmatio in negatione et non e converso. Et etiam quia negatio non cognoscitur nisi per affirmationem. Ergo prius dicendum est de affirmatione quam de negatione. Et sic prius dicendum est de 'est' quam de 'non'.

6. Nota ergo quod hoc verbum 'est' consignificat compositionem, et alia verba. Sed hoc verbum 'est' per prius consignificat eam, cum natura prius sit aliis verbis et in eis intelligatur. Sed compositio non solum reperitur in verbo sed etiam in rebus aliis. Et ideo prius est dicendum de compositione in communi et postea de specialibus compositionibus.

TRACTATUS PRIMUS

De Compositione

De compositione communi

1. Sciendum est quod compositio *ad aliquid* est, quia compositio est compositorum compositio et composita sunt compositione composita; quare compositio in predicamento Relationis est. Dividitur autem compositio primo per duas partes. Compositionis autem alia

est rerum, alia modorum significandi. Compositio vero modorum significandi pertinet ad gramaticum secundum quod in nomine est compositio qualitatis cum substantia et in participio et in verbo compositio actus cum substantia.

De specialibus compositionibus

2. Compositio autem rerum fit quinque modis. Quia quedam est forme cum materia, ut anime cum corpore; alia accidentis cum subiecto, ut coloris cum corpore; alia est potentiarum sive virtutum cum eo cuius sunt, ut intellectus et aliarum virtutum anime cum anima; alia est partium integralium ad se invicem in suo toto, ut partium lineae in linea ad punctum et superficiei in superficie ad lineam; alia est differentiarum cum genere ad constitutionem speciei. Harum autem compositionum que sunt rerum, quedam pertinent ad naturalem, quedam vero ad mathematicum, alie vero ad logicum. Item. Compositionis que est modorum significandi alia est qualitatis cum substantia, et hec significatur per nomen, sicut in hoc nomine "homo" et in quolibet alio nomine; alia est actus cum substantia, de qua postea dicitur. Sed prius dicemus de qualitate nominis.

De compositione substantie cum qualitate

3. Omne ergo nomen significat substantiam cum qualitate. Verbi gratia: homo, ut ita dicam, est res habens humanitatem; et res est substantia eius, humanitas autem, secundum quod significatur per hoc nomen 'homo', est qualitas eius et non secundum quod significatur per hoc nomen 'humanitas', quia hoc nomen 'humanitas' est nomen aliud et diversum ab hoc nomine 'homo', et unum non est qualitas alterius neque e converso. Sed qualitas uniuscuiusque nominis per ipsum nomen significatur; 'homo' enim significat suam substantiam et suam qualitatem et hec duo sunt unita in eo, ita quod unum significatur in altero sive per alterum.

4. Sed obicitur circa qualitatem nominis, quia: Cum qualitas et substantia sint diversa et omne nomen significet substantiam cum qualitate, ergo omne nomen significat diversa; et est sillogismus in primo prime. Sed omnis dictio significans diversa est equivoca. Ergo omne nomen est equivocum. Et hoc est inconveniens. Non ergo in nomine est compositio qualitatis cum substantia.

5. Solutio. Quatuor modis contingit significare diversa per dictionem eandem. Primo quando diversa equaliter significantur per eandem dictionem, ut in hoc nomine 'canis'. Secundo quando diversa significantur secundum prius et posterius, ut in hoc nomine 'sanum', quod proprie non significat diversa sed rem unam secundum modos diversos; et similiter 'ens'. Tertio modo significantur plura per dictionem unam quando unum significatur ex impositione et reliquum ex transsumptione, ut in hoc verbo 'ridet', quod ex impositione significat ridere et florere significat transsumptive. Et isti tres modi faciunt equivocationem. Quarto modo significantur diversa per dictionem unam quando unum est ratio intelligendi alterum (sive quando unum est principium intelligendi alterum, quod idem est), ut forma est ratio sive principium intelligendi illud cuius est, et cognoscendi ipsum. Ut figura triangularis oblonga sic disposita est ratio sive principium intelligendi cultellum et cognoscendi ipsum.

6. Et hoc modo nomen significat substantiam cum qualitate. Qualitas enim nominis est ratio sive principium intelligendi ipsum nomen et suam substantiam. Et sic qualitas significatur per nomen ut principium intelligendi. Substantia vero significatur per ipsum nomen ut quod

intelligitur per ipsam qualitatem. Et quia unum intelligitur per alterum, ideo non sunt ibi diverse significationes sed una. Et propter hoc iste modus significandi plura non facit equivocationem, sicut cum video coloratum et suam magnitudinem non sunt due visiones sed una, quia color est ratio et principium videndi magnitudinem in qua est. Et ideo dictum antiquum: "ubi unum propter alterum, tantum unum est".

7. Item. Queritur utrum compositio qualitatis cum substantia sit aliquid vel non. Si non est aliquid, ergo in nomine non est compositio qualitatis cum substantia. Si est aliquid sed non est substantis neque qualitas, ergo est tertium ab istis. Ergo per nomen significantur tria. Ergo debet dici quod nomen significat substantiam cum qualitate et compositionem earum. Quod non est verum.

8. Solutio. Compositio qualitatis cum substantia est aliquid. Et in nomine non sunt nisi duo secundum rem, scilicet substantia et qualitas, tria vero secundum rationem, scilicet substantia et qualitas et compositio earum, quia qualitas seipsa componitur cum substantia propter inclinationem quam habet ad substantiam. Omnis enim forma et omnis qualitas, et etiam omne accidens, naturalem habet inclinationem ad id in quo est, quia non habent esse actuale (sive esse in actu) nisi in eo quo sunt. Unde de accidentibus dicit Boetius quod accidentis esse est inesse, hoc est: accidentis esse est esse in alio. Similiter esse actuale ipsius forme est esse in materia. Unde qualitas nominis per inclinationem quam habet ad substantiam nominis, stat in ratione compositionis; ipsa autem qualitas nominis secundum se est unum compositorum. Et ideo dicendum quod cum qualitas secundum se et qualitas inclinata ad substantiam sint idem secundum rem et substantia nominis sit alterum extremorum propter hoc in nomine non sunt nisi duo secundum rem et tria secundum rationem, quia alterius rationis est qualitas secundum se et qualitas inclinata, et substantia est tertium. Et ideo dixi quod in nomine erant duo secundum rem et tria secundum rationem. Unde quia grammaticus loquitur de rebus significatis per partes orationis, ideo dicitur quod nomen significat substantiam cum qualitate et non debet dici quod nomen significat substantiam cum qualitate et compositionem earum.

9. Si autem aliquis querat quid sit illa compositio, dicendum quod iam patet ex predictis, quia est inclinatio qualitatis ad substantiam. Et quia inclinatio unius ad alterum nichil est nisi per illud cuius est et per illud ad quod est, ideo ista compositio quamvis sit aliquid, tamen non est aliquid nisi per sua extrema. Non enim potest esse res aliqua media inter qualitatem et substantiam que componat unum cum altero, quia sic contingeret abire in infinitum. Oporteret enim quod illa res media aut esset substantia vel qualitas. Et sic, si esset substantia, oporteret ponere compositionem ipsius cum qualitate. Et sic esset ulterius questio de illa compositione utrum res esset aliqua; et similiter si esset qualitas.

10. Item. Queritur de compositione qualitatis cum substantia in nomine, quare non est duplex, scilicet unita et ut distans, sicut est quedam compositio actus uniti cum substantia (ut in participio) et alia ut distantis (sicut in verbo). Quia videtur quod aliquando sit qualitas ut unita substantie (ut 'homo albus'), aliquando ut distant (ut 'homo est albus', quando 'homo' ponitur in subiecto et 'albus' in predicato). Ergo debet esse duplex compositio qualitatis cum substantia.

11. Et dicendum quod compositio actus cum substantia dicitur dupliciter (et non compositio qualitatis cum substantia), quia 'actus' sumitur duobus modis. Uno modo sumitur secundum quod habet inclinationem ad substantiam, secundum quam inclinationem dicitur de altero. Verbum enim, ut vult Aristoteles, est nota eorum que de altero predicantur. Alio autem modo sumitur 'actus' privatus illa inclinatione; et sic est in participio. Et quia 'actus' hiis duobus modis sumitur, ideo duplex est compositio actus cum substantis, et una est in participio, alia in verbo, que est compositio actus ut distantis a substantia, eoquod verbum per eam est de altero ut predicatum de subiecto. Quia predicta inclinatio non potest esse in qualitate sed tantum in actu, eoquod anima non potest inclinari ad res ut enuntiet unum de altero nisi

mediante actu et non mediante qualitate, ideo qualitas non potest significari ut dinstans sed semper significatur ut iunita. Et ideo non potest esse duplex compositio qualitatis cum substantia sed tantum una. Que est in quolibet nomine.

12. Ad illud autem quod obicitur de hac oratione imperfecta 'homo albus' et de hac perfecta 'homo est albus' quod in una qualitas unita et in alia distans, dico quod nulla est obiectio, quia loquimur de qualitate unita que est essentialis et que est ratio intelligendi illud cuius est, scilicet substantiam. Et sic 'homo' habet in se suam substantiam et suam qualitatem et 'albus' similiter suam substantiam et suam qualitatem. Et non loquimur de qualitate accidentali, de qua ipse obicit; 'albus' enim non dicit qualitatem essentialem homini neque est principium intelligendi hominem simpliciter sed hominem talem. Et ideo de qualitate accidentali unita suo subiecto nichil est ad propositum. In hac vero oratione perfecta que est 'homo est albus': quamvis sit qualitas distans: quia tamen hoc non est per inclinationem qualitatis ut sit de altero sed per inclinationem verbi ibi positi, similiter de illa nichil est ad propositum.

13. Dicto de compositione in communi, cuius alia erat compositio rerum et alia compositio modorum, et item compositio modorum subdividebatur, quoniam alia erat compositio qualitatis cum substantia, alia vero compositio actus cum substantia: cum habitum sit de compositione qualitatis cum substantia, consequenter dicendum est de compositione actus cum substantia.

De compositione actus cum substantia

14. Compositionis ergo actus cum substantia alia est actus uniti (ut in participio), alia est actus distantis (ut in verbo). Quod autem in participio sit compositio actus uniti patet primo per significationem participii, quia: Participium significat actionem vel passionem in substantia vel substantiam sub actione vel passione et non significat tantum substantiam neque tantum actionem vel passionem; quare significat actum unitum substantie. Ergo in participio est compositio actus uniti cum substantia. Patet hoc etiam inductive, quia: Hoc participium 'legens' actionem significat cum substantia infinita; 'legens' enim est 'qui legit'. Sed 'qui' dicit substantiam infinitam. Quare in eo intelligitur substantia infinita et actus determinatus. Et hec duo unita sunt. Ergo 'legens' habet in se compositionem actus uniti cum substantia; et sic de aliis participiis specialibus. Ergo participium simpliciter habet in se predictam compositionem. Quod autem in verbo sit compositio actus ut distantis patet per hoc quod actus significatus per verbum semper significatur ut de altero. Cum enim dico 'currit', oportet intelligere subiectum determinatum vel indeterminatum de quo dicam 'currit' ut predicatum determinatum de suo subiecto.

15. Sed queritur, cum sit inclinatio qualitatis ad substantiam et sit inclinatio actus ad substantiam tam uniti quam distantis, qualiter differunt a se invicem ille inclinationes. Et dicendum quod inclinatio qualitatis nominis ad suam substantiam est inclinatio perfectivi (sive perfectionis) ad perfectibile quod per ipsam perfectionem perficitur. Quare substantialis qualitas complet et perficit substantiam nominis. Unde inclinatio qualitatis ad substantiam est inclinatio per quam perfectio unitur perfectibili ut sit ex eis unum, quod est nomen. Inclinatio vero actus ipsius participii ad substantiam est inclinatio per quam actus unitur substantie infinite ut sit in illa sicut in subiecto infinito. Inclinatio vero actus distantis sive verbi est inclinatio per quam actus sive verbum est de altero ut predicatum de subiecto. Et sic sunt ille tres inclinationes specie differentes.

16. Si autem aliquis querat qualiter differat compositio verbi a compositione nominis et a compositione que est in participio, dicendum quod differunt iste tres compositiones sicut

inclinationes differunt supradicte. Et per se loquendo non differunt iste tres compositiones per hoc quod compositio verbi est subiectum veritatis et falsitatis, alie vero non, quia illa differentia sumpta est a posteriori; preterea compositio verbi non est simpliciter subiectum veritatis et falsitatis, quia hoc est tantum indicativo modo et non in aliis modis in quibus est compositio.

17. Item. Queritur de compositione verbi, cum habeat componere subiectum cum predicato quantum ad indicativum modum sive suppositum cum apposito quantum ad alios tres modos, quare potius importatur compositio per alterum extremorum quam per utrumque, quia cum compositio equaliter se habeat ad extrema, ergo compositio debet significari cum utroque extremorum. Item. Idem videtur a simili, quia; Compositio qualitatis cum substantia significatur cum utroque extremorum in nomine. Et in participio compositio actus uniti cum substantia similiter fit cum utroque extremorum. Ergo in verbo debet esse similiter. Item. Habito quod ista compositio significetur cum altero extremorum queritur quare potius significatur per verbum (sive cum verbo) quam per nomen, cum equaliter se habeat ad utrumque.

18. Et dicendum ad primum quod compositio duplicem habet comparisonem. Unam enim habet ad subiectum et aliam ad obiectum, sive ad obiecta, sicut visio comparatur ad subiectum in quo est, scilicet ad ipsum videns, et comparatur ad obiectum suum, quod est res visa (scilicet coloratum). similiter compositio comparatur ad subiectum suum, quod est ipsum componens, et comparatur ad obiectum suum (sive ad obiecta), quod est compositum (vel que sunt ipsa composita), quia composita recipiunt supra se compositionem, sicut visibile visionem. Dico ergo quod compositio secundum comparisonem quam habet ad obiectum (sive ad obiecta), equaliter se habet ad utrumque extremorum. Sed secundum comparisonem quam habet ad subiectum, quod est ipsum componens, magis se habet ad unum quam ad alterum, quia cum ipsum componens sit anima et anima non possit componere nisi mediante actu, ideo magis se habet compositio ad actum quam ad reliquum extremorum. Et cum actus significetur per verbum e non per nomen, ideo magis debet significari compositio per verbum quam per nomen. Et sic patet solutio prime et tertie quesitonis. Ad secundum dicendum quod non est simile de nomine et participio ad verbum, quia in verbo est compositio distantium, ut dictum est prius; et ideo compositio verbi non potuit significari cum utroque extremorum. Sed in participio et in nomine est compositio unitorum; et ideo in illis significatur compositio cum utroque extremorum, quia compositio actus distantis est compositio per quam actus est de altero ut predicatum de subiecto.

19. Item. Queritur, cum in verbo sit compositio et inclinatio ad substantiam, utrum compositio precedat natura inclinationem vel econverso inclinatio compositionem. Et videtur quod inclinatio precedat compositionem, quia: Cum actus non habeat esse nisi in subiecto, vel a subiecto, eoquod est proprium accidentis substantie inesse, ergo actus naturalem habet inclinationem ad substantiam, etsi non uniatur ei. Sed compositio actus cum substantia non est nisi cum unitur actus substantie. Ergo inclinatio actus ad substantiam natura precedit compositionem actus cum substantia.

20. Et dicendum quod actus habet duplicem inclinationem ad substantiam. Et una earum natura prior est compositione, alia vero natura posterior, quia cum omnis actus sit accidens et non econverso, ipsi actui debetur quedam inclinatio in quantum est accidens, cum omne accidens naturaliter inclinatur ad suum subiectum; et hec inclinatio natura precedit compositionem. Alia autem inclinatio debetur actui in quantum accidens est, non ut in subiecto sed de subiecto, prout anima inclinatur se ad enuntiandum unum de altero; et hec inclinatio natura posterior est compositione. Et sic patet quod una inclinatio antecedit compositionem et altera sequitur illam per naturam.

21. Patet etiam hoc per operationes anime, quia: Cum anima apprehendit rerum similitudines, prius cognoscit res sibi invicem convenire et postea consentit et deinde componit eas apud se et postea enuntiat unum de altero. Cum ergo anima prius consentiat quam componat et prius convenientiam videat quam consentiat et convenientia unius rei ad aliam causetur per naturalem inclinationem unius rei ad aliam, ideo oportet quod naturalis inclinatio actus inquantum est accidens, precedat compositionem actus cum substantia. Et item cum anima apud se prius natura componat quam inclinet se ad enuntiandum unum de altero mediante actu, ideo compositio actus cum substantia natura precedit inclinationem actus per quam anima inclinantur ut actus sit de substantia. Et per istam secundam inclinationem modus reperitur in verbo.

22. Et ut hoc planius pateat, nota quod cum verbum debebat imponi ad significandum, tunc anima prius apprehendat actum de substantia et postea afficiebatur ad enuntiandum actum eundem de substantia. Et per istum affectum inclinabatur ad enuntiandum ipsum de substantia et per hanc inclinationem enuntiabat iam ipsum actum de substantia. Unde post apprehensionem actus de substantia prius natura est affectus anime respectu ipsius actus sit de substantia, quam inclinatio. Et per istum affectum causatur inclinatio ipsius anime ad enuntiandum. Et per istam inclinationem indicat anima vel imperat et sic de aliis. Ipsa autem indicatio vel imperatio vel optatio est modus. Unde quamvis ista tria, scilicet affectus et inclinatio et indicatio causaliter ordinentur quia tamen actu posteriora sunt et accidunt ipsi actui qui est, vel esse debet, de substantia (et causa huius est quia tam affectus quam inclinatio quam indicatio non possunt esse nisi in respectu ad actum et ipse actus bene potest esse sine ipsis, - ideo signum quod imponebatur ad significandum ipsum actum, principaliter dat intelligere ipsum actum et predicta tria dat intelligere quasi accidentia eidem actui. Et ideo dicimus quod verbum significat agere vel pati et consignificat affectus et inclinationes et modos. Et sic patet quod modus causatur ab inclinatione sicut a causa proxima efficiente et inclinatio ab affectu. Et omnia ista tria causantur a compositione actus cum substantia sicut a causa remota finali. Et causantur etiam eadem tria ab anima sicut ab efficiente remota vel initiali.

23. Nota enim quod hec diffinitio modorum, scilicet 'modi sunt inclinationes animi varios affectus demonstrantes' est causalis, sicut patet ex predictis. Unde inclinatio non predicatur de modis sicut genus sed causaliter. Unde inclinatio significat affectum sicut effectus suam causam et modus inclinationem et affectum tamquam effectus causam. Nota etiam quod generalis compositio in verbo debetur ipsi agere vel pati generaliter sumpto. Specialis autem compositio debetur ipsi agere vel pati specialiter sumpto et contracto.

24. Si quis obiciat quod cum anima afficiatur et inclinetur respectu significati cuiuslibet partis, ut ipsum significet et representet per suum signum, ergo quelibet pars orationis erit alicuius modi, cum propter hoc modus accidat verbo, - dicendum quod hec obiectio fit propter predicta male intellecta, quia non dixi quod predictus affectus et inclinatio et modus essent in anima respectu ipsius actus tantum sed respectu ipsius actus ut est de substantia (sive respectu ipsius actus inquantum componitur cum substantia). Nulla autem pars orationis est de substantia nisi verbum, quia in nulla intelligitur compositio ipsius actus cum substantia exteriori nisi in verbo. Et ideo modus solummodo accidit verbo et nulli alii parti orationis.

25. Item. Queritur qualiter intelligatur illa compositio quam dicit Aristoteles quod istam compositionem sine compositis non est intelligere. Et dicendum quod compositio actus cum substantia intelligitur per extrema, quia actus seipso inheret suo subiecto, sicut quodlibet aliud accidens seipso inheret subiecto in quo est. Et non aliquo alio mediante, quia sic contingeret abire in infinitum, ut prius dictum est de qualitate nominis. Unde compositio actus cum substantia fit per inclinationem ipsius actus ad ipsam substantiam ut ad subiectum suum. Et quia inclinatio unius ad alterum non potest intelligi nisi per illud quod inclinatur et per illud

ad quod inclinatur, ideo compositio actus ad subiectum suum, que consignificatur per verbum, non potest intelligi sine extremis. Ideo dicit Aristoteles quod 'est' consignificat quandam compositionem quam sine compositis non est intelligere, cum solum habeat intelligi per illud quod inclinatur et per illud cui inclinatur, quia inclinatio verbi, que est ipsius actus ad substantiam, remotis quod inclinatur et cui inclinatur, nichil est. Et ideo compositio sine extremis nichil est. Et quia unumquodque intelligitur per illud quod dat ei esse: cum extrema dent esse compositioni, ideo compositio habet intelligi per extrema dictum est.

26. Nota etiam quod illa compositio secundum suam veritatem est in re et est quoddam indivisibile, in verbo autem est illa compositio ut in signo. Sicut sanitas secundum suam veritatem est in animali ut in subiecto, in urina autem ut in signo. Nota etiam quod ista compositio est per inclinationem actus ad substantiam, inquantum actus est accidens substantie; et precedit alteram inclinationem per quam actus est de aliquo, ut dictum est prius.

27. Item. Queritur utrum compositio verbalis sit ens simpliciter vel non. Et videtur quod non, quia: Repperitur in rebus existentibus ut 'homo est animal', et in rebus non existentibus, ut 'chimera est non-ens'. Ergo repperitur in eis per aliquod commune repertum in ipsis, quia, ut vult Aristoteles in fine Priorum: si aliqua passio consequitur aliqua diversa, oportet quod consequatur ea per aliquod commune repertum in ipsis. Sed nichil est commune enti et non-enti nisi ens quodammodo. Ergo compositio primo sequitur ens quodammodo. Ergo et ipsa est ens quodammodo. Ergo non est ens simpliciter. Et dicendum quod compositio importata per verbum communiter se habet ad compositionem entium et ad compositionem non-entium. Unde primo sequitur ens quodammodo, ut obiectum est. Et ipsa communi est ens quodammodo et non simpliciter.

28. Item. Queritur utrum compositio verbalis in communi equaliter se habeat ad compositionem entium (ut 'homo est animal') et ad compositionem non-entium (ut 'chimera est non-ens') vel ipsa per prius dicatur de una et per posterius de alia. Et dicendum quod compositio in communi per prius convenit compositioni entium et per posterius non-entium.

29. Item. Videtur quod compositio in communi sit ens simpliciter et non quodammodo et sic non conveniat compositioni non-entium, quia videtur quod extrema ponantur secundum exigentiam compositionis, ut si compositio est ens simpliciter, et extrema. Unde videtur sequi: 'homo est animal' ergo homo est et animal est'. Et si compositio est ens quodammodo, et extrema. Unde non sequitur 'chimera est non ens; ergo chimera est' vel 'non-ens est'. Ergo si compositio in communi est ens quodammodo, oportet quod extrema sua sint entia quodammodo. Ergo hec erit vera 'Antichristus est homo', cum ibi ponatur 'homo' quodammodo et hec sit vera: 'Antichristus est homo quodammodo'. Et ita iste due convertuntur: 'Antichristus est homo' et 'Antichristus est homo quodammodo'. Quod falsum est. Ergo illud ex quo sequitur, est falsum, scilicet quod compositio in communi sit ens quodammodo et non simpliciter.

30. Et dicendum quod compositio in communi est ens quodammodo, ut prius dictum est, et extrema eius similiter sunt entia quodammodo. Sed compositio contracta ad illam partem eius que est compositio entium, est ens simpliciter. Unde in hac: 'Antichristus est homo' contracta est ad compositionem entium. Unde non ponitur ibi 'homo' quodammodo sed simpliciter. Et ideo hec non equipollet huic: 'Antichristus est homo quodammodo'.

31. Ad illud autem quod obicit quod extrema ponantur secundum exigentiam compositionis, dicimus quod falsum est, quia cum extrema sint, non propter hoc sequitur quod compositio sit. Ut cum dico 'homo est asinus', extrema sunt, non tamen compositio est. Et si compositio est, non propter hoc sequitur quod extrema sint; ut 'chimera est non-ens': illa compositio est, non tamen extrema sunt. Sed hoc sequitur: 'ista extrema sunt sibi invicem convenientia; ergo compositio eorum est'; et est locus a causa; et econverso sequitur: 'compositio est; ergo

extrema sunt sibi invicem convenientia'; et est locus ab effectu, quia convenientia extremorum est causa compositionis et compositio est effectus conveniente extremorum.

32. Item. Videtur quod compositio in communi equaliter se habeat ad compositionem entium et ad compositionem non-entium, quia: ille due sunt simpliciter vere: 'homo est animal' et 'chimera est non-ens'. Ergo veritas earum simpliciter est ens. Ergo subiectum veritatis in utraque est ens simpliciter. Sed subiectum veritatis est compositio. Ergo compositio in utraque simpliciter est ens. Sed in una est compositio entium, in altera vero non-entium. Ergo compositio non-entium simpliciter est ens. Ergo compositio in communi non magis se habet ad unam quam ad alteram. Et dicendum quod compositio in communi dicitur secundum prius et posterius de utraque illarum compositionum, ut prius dictum est, quia per prius dicitur de compositione entium et per posterius de compositone non-entium.

33. Ad illud autem quod obicit quod utraque earum est simpliciter vera, ergo veritas earum simpliciter est ens, dicendum quod non sequitur, quia veritas entium est ens simpliciter, veritas autem non-entium non est ens simpliciter sed quodammodo. Quod patet, quia veritas entium est per convenientiam extremorum, que est causa compositionis in affirmativa 'vera' (ut 'hic': 'homo est animal'), vel per repugnantiam extremorum, que est causa divisionis in negativa vera (ut hic: 'homo non est asinus'). Unde veritas entium erit per convenientiam extremorum ad compositionem vel divisionem; et etiam propter hoc quod extrema sunt simpliciter entia. Sed veritas non-entium non habet nisi alteram istarum causarum, scilicet convenientiam extremorum ad compositionem vel divisionem. Et non habet entitatem eorundem, quia extrema non sunt entia, immo sunt non entia. Et ideo veritas non-entium est ens quodammodo, veritas autem entium est ens simpliciter. Et ita compositio entium est ens simpliciter, compositio autem non-entium est ens quodammodo.

TRACTATUS SECUNDUS

DE NEGATIONE

De negatione in genere

1. Cum secundum diversitatem compositionum diversificetur negatio, ideo post compositionem dicendum est de negatione. Primo autem sciendum est, quod 'negatio' dicitur equivoce. Quia uno modo dicitur oratio negativa. Et est species enuntiationis: enuntiationum autem alia est oratio affirmativa, alia negativa (ut 'homo currit', 'homo non currit'); et diffinitur sic: 'negatio est oratio negativa ab aliquo'. Alio autem modo dicitur negatio signum vel instrumentum negandi. Et hoc modo dicitur tripliciter. Quia negatio ut est instrumentum negandi, sumitur uno modo ut substantia (ut in hoc nomine 'negatio'), alio autem modo sumitur negatio ut actus, ut in verbo vel in participio (ut 'nego', '-as', vel 'negans' et 'negatus'). Et hiis duobus modis sumitur negatio ut concepta sive per modum conceptus. Alio autem modo sumitur negatio que est instrumentum negandi ut exercita; et sic significatur per hanc particulam 'non'.

2. Et nota quod conceptus et affectus differunt in hoc quod conceptus dicitur esse illud quod est in anima per similitudinem aliquam: cum enim cogito de coloribus et de hominibus, similitudines eorum recipio in anima, et non res ipsas. Affectus autem sive exercitio dicitur esse illud quod secundum veritatem est in anima vel in corpore. Ut cum laboro in egritudine,

dolor est in anima mea secundum veritatem afficiens eam, et quando curro, cursus est in corpore secundum veritatem exercitus et afficiens ipsum corpus.

3. Item. Negatio isto ultimo modo sumpta est duplex. Quia est quedam negatio que est termini, ut in nomine infinito vel in verbo infinito; et est alia que est orationis. Et prima additur termino per compositionem, secunda per appositionem. Item. Negatio termini est duplex. Quia est quedam que facit nomen infinitum sive privativum (ut 'non-homo', 'non-lapis') et est alia que facit verbum infinitum sive privativum (ut 'non-currit', 'non-laborat').

4. Sed videtur quod neque qualitas accidentalis neque actus possint predicari de substantia, quia sunt diversa et diversa in quantum diversa sunt repugnantia. Ergo unum non vere predicatur de altero. Ergo sicut hec est falsa: 'sortes est albedo', similiter sunt hec: 'sortes est albus' et hec: 'Sortes currit' sicut et hec: 'Sortes est cursus'. Et dicendum quod dupliciter contigit significari diversa. Quia uno modo in quantum unum est oppositum alteri vel diversum ab eo (ut 'Sortes', 'albedo', 'cursus'); et sic unum non potest vere predicari de altero. Alio autem modo contingit significari diversa prout unum est de altero (ut 'albus', 'niger', 'currit', 'legit') et universaliter quecumque significantur in concrezione ad substantiam, sive dicantur denominative (ut 'albus', 'currit') sive non (ut 'studiosus', 'cursor' et 'pugillator' et consimilia, prout dicuntur 'cursor' et 'pugillator' a naturalibus potentiis). Et hoc modo unum diversum predicatur de altero.

5. Item. Cum triplex sit compositio, scilicet qualitatis ad substantiam et actus distantis a substantia cum substantia et actus uniti substantie cum substantia, et cuilibet harum trium compositionum sua opponatur negatio, et sic erit triplex negatio. Quare male ponuntur due tantum. Et dicendum quod, sicut prius est dictum, negatio ut est exercita sive ut afficiens, est duplex in genere, sicut compositio duplex est in genere, quia est quedam termini, alia vero orationis, ut dictum est. Sed quia negatio illa est in specie quadruplex, eoquod negatio termini subdividitur: quedam enim est que removet qualitatem a substantia, faciens nomen infinitum (ut 'non-homo', 'non-asinus') et est alia que actum unitum substantie removet a substantia, faciens participium infinitum (ut 'non-currens', 'non-legens'), tertia vero actum distantem a substantia exteriori removet sive privat a substantia intra, faciens verbum infinitum (ut 'non-currit', 'non-laborat') - quarta vero est orationis, ut dictum est, faciens orationem negativam -, sic negatio termini dividitur per partes tres.

6. Ad illud autem quod obicit quod triplex est compositio, actus scilicet cum substantia, ergo ex opposito erit triplex negatio, - dicendum quod insufficienter dividit, quia relinquit compositionem actus distantis a substantia exteriori cum substantia intra. Et sic sunt quatuor compositiones. Unde ex opposito erunt quatuor negationes. Quod autem sint quatuor compositiones patet. Quia quedam est qualitatis cum substantia, ut in quolibet nomine; et negatio ei opposita facit nomen infinitum (ut 'non-homo'). Et alia est actus uniti substantie cum substantia, ut in participio; et negatio ei opposita facit participium infinitum (ut 'non-legens'). Tertia vero est actus distantis a substantia exteriori cum eadem substantia exteriori (ut 'Sortes currit'); et negatio ei opposita facit orationem negativam (ut 'Sortes non currit'). Quarta vero est actus distantis a substantia exteriori cum substantia intra; et negatio ei opposita facit verbum infinitum (ut 'non-currit', 'non-laborat'). Et sic insufficienter dividebat compositiones istas in specie et negationes eis oppositas.

7. Et nota quod verbum comparatur duplici substantie, scilicet exteriori, que reddit ei suppositum (ut 'Sortes currit') et substantie interiori, que infinite intelligitur in ipso, quia 'currit' idem est quod 'res currens' et 'currens' est ipse actus, res vero est substantia interius intellecta.

8. Dicto de negatione in genere consequenter dicendum est de unaquaque predictarum negationum et in specie. Et primo de negatione nominis infiniti, cum hec sit prior aliis.

De negatione infinitate nomen.

9. Circa quam primo queritur utrum nomen infinitum predicetur de quolibet quod est et quod non est. Et videtur quod non, quia: Sicut in secundo Perihermeneias, ad affirmationem in qua predicatur nomen infinitum, sequitur negatio in qua predicatur nomen finitum, et non econverso (ut 'omnis homo est non-iustus; ergo nullus homo est iustus', et non econverso). Ergo affirmatio in qua predicatur nomen infinitum, ponit aliquid, quia si nichil poneret, tunc converteretur cum negatione. Ergo infinitum solum predicatur de ente. Ergo non de quolibet quod est et quod non est. Ad idem. Cum dicitur 'homo est non-iustus', hic ponitur ens, quia affirmatur esse, neque compositio negatur per negationem ipsius termini infiniti sequentem. Ergo nomen infinitum predicatur solum de ente. Ergo non de quolibet quod est et quod non est.

10. Sed contra. 'Homini' opponitur aliquid secundum negationem et aliquid secundum privationem, ut 'mortuum' opponitur 'homini' privative et 'non-homo' negative. Sed privatio plus participat de ente quam negatio. Ergo 'mortuum' plus participat de ente quam 'non-homo'. Sed 'mortuum' predicatur de non-ente. Quare multo fortius 'non-homo'. Ergo nomen infinitum non solum predicatur de ente sed etiam de non-ente. Item ad idem. Boetius docet convertere universalem affirmativam infinitando terminos, ut 'omnis homo est ens; ergo omne non-ens est non-homo'. Ergo 'non-homo' predicatur de quolibet non-ente. Ergo non solum de ente. Item. Ut est in Secundo Topicorum: si ad 'hominem' sequitur 'animal', ergo per consequentiam econtrario ad 'non-animal' sequitur 'non-homo'. Sed bene sequitur 'si est homo, est ens'. Ergo sequitur per consequentiam econtrario 'si est non-ens, est non-homo'. Ergo nomen infinitum non solum predicatur de ente sed etiam de non-ente.

11. Solutio. solet dici quod in homine est duplex compositio. Quia quedam est compositio forme cum materia; homo enim et unumquoque aliud a Primo constat ex materia et forma, vel vere vel proportionaliter. Et est alia compositio in homine que est differentiarum cum genere vel cum superiori, sive sint differentie specificæ, ut in speciebus omnibus et generibus subalternis, sive sint differentie non-specificæ, sicut sunt differentie que secundum rationem finis vel cause alterius adiciuntur enti, per quas differentias genera generalissima differunt a se. Cum enim genera generalissima communicent in ente, licet secundum prius et posterius, oportet quod per aliquid differant. Ut patet, quia: substantia est ens per se, quantitas vero est ens mensurativum substantie, qualitas vero est ens informativum (vel qualificativum) substantie, relatio vero est ens comparativum substantie, actio vero est ens medium per quod, sive secundum quod, unum agit in aliud; et sic de aliis. Unde hec differentia 'per se' est differentia substantie et 'mensurativum substantie' est differentia quantitatis, et sic de aliis. Et sic per istas differentias, que non sunt specificæ, differunt genera generalissima inter se.

12. Formetur autem argumentum sic. In homine est duplex compositio, scilicet forme cum materia et differentiarum cum primo predicabili, ut cum ente. Sed cuilibet compositioni opponitur sua negatio. Ergo duplici compositioni existenti in homine duplex opponitur negatio. Ergo negatio in hoc termino 'non-homo' est duplex. Quia vel removebit compositionem que est differentiarum cum ente. Et sic relinquatur ens, quia cum dicitur 'ens per se corporeum animatum sensibile rationale mortale': si aggregatio istarum differentiarum removeatur (non dico quod unaquaque earum removeatur, sed aggregatio earum, que potest

removeri pro una vel pro pluribus sive pro omnibus), tunc relinquitur ens (quia si una sola removeatur, iam non sunt ibi omnes; vel si plures vel si omnes, semper aggregatio earum removetur). Et sic 'non-homo' ponit ens et predicatur solum de ente. Et sic 'non-homo' dicitur terminus privativus. Si autem negatio ista removeat compositionem forme cum materia, tunc nichil ponit actu, sed tantum ponit ens in potentia vel in opinione. Et sic 'non-homo' est terminus negativus. Et sic 'non-homo' ponit potentiale vel opinabile vel ymaginabile. Et sic 'non-homo' predicatur de ente et de non-ente. Et sic nomen infinitum est duplex. Quod concedimus.

13. Dicendum ergo quod nomen dupliciter potest infinitari, ut ostensum est. Quia uno modo secundum privationem; et sic 'non-homo' ponit ens, removendo aggregationem differentiarum a primo predicabili. Et sic 'homo' et 'non-homo' opponuntur ut privatio et habitus et predicantur solum de ente. Alio autem modo potest nomen infinitari, scilicet secundum negationem. Et sic 'non-homo' nichil ponit et est terminus negativus. Et sic 'homo' et 'non-homo' opponuntur ut affirmatio et negatio et predicantur de quolibet quod est et quod non est, ita quod hoc vel illud, sicut et quolibet contradictio. Et nota quod ille duplex modus infinitandi terminum est solum in terminis specialibus, quia termini generales (ut 'ens' et 'aliquid') uno solo modo infinitantur, scilicet secundum negationem, quia in eis non est duplex compositio sicut in specialibus. Unde 'non-ens' et 'non-aliquid' solum predicantur de non-ente. Nullus enim terminus infinitus potest predicari de eo cuius forma removetur per ipsum. Unde 'non-homo' non potest predicari de homine neque 'non-ens' de ente. Nullum enim oppositorum predicari potest de sibi opposito.

14. Ad aliud autem quod obicit, quod ad affirmationem in qua predicatur nomen infinitum, sequitur negatio in qua predicatur nomen finitum, et non econverso, et sic nomen infinitum ponit ens, -- dicendum sicut dictum est prius, quod 'nomen infinitum' duplex est propter hoc quod vel est infinitum secundum negationem et sic nichil ponit, vel quod est infinitum secundum privationem sic ponit ens, sive sit substantiale (ut homo, animal) sive accidentale (ut album, iustum, rectum, curvum, par vel impar). Unde si predicetur terminus accidentaliter infinitus secundum privationem, sic relinquit subiectum accidentis in esse. Et sic ista: 'homo est non-iustus' et consimiles ponunt ens. Et sic ad ipsas sequitur negativa de predicato finito, et non econverso (ut 'homo est non-iustus; ergo homo non est iustus', et non econverso). Et hoc determinat Aristoteles in principio Secundi Perihermeneias dicendo quod sic consequuntur sibi invicem sicut dictum est in Prioribus. (Hoc etiam dicit in fine Primi Priorum quod ad privationem affirmativam sequitur negativa finita, et non econverso; ut 'hoc est inaequale; ergo non est aequale', et non econverso; vel 'hoc est non-album; ergo non est album', et non econverso). Si autem predicetur terminus accidentaliter infinitus secundum negationem, tunc nichil ponit, ut dictum est. Et sic Convertitur cum negativa finita (ut 'omnis homo est non-iustus; ergo nullus homo est iustus', et non econverso). Et similiter dicit in principio Secundi Perihermeneias paulum post quod ad negativam finitam sequitur affirmativa infinita (ut 'nullus homo est iustus; ergo omnis homo est non-iustus'). Quod non possit esse nisi converterentur isto modo, scilicet secundum quod est nomen infinitum secundum negationem. Et similiter intellige de termino infinito substantiali (ut 'non-homo') sicut de accidentali (ut 'non-iustum').

15. Ad illud autem quod postea obicit, quod in ista: 'homo est non-iustus' ponitur ens, cum affirmetur esse et remaneat compositio affirmata et non negetur per negationem sequentem, -- dicendum quod hoc argumentum tripliciter peccat. Quia uno modo secundum equivocationem huius nominis 'non-iustus', quod uno modo ponit ens et alio modo non, ut dictum est prius. Et alio modo peccat secundum consequens, sive secundum quod et simpliciter, quia non sequitur affirmatur esse aut ipsa compositio; ergo est', quia affirmatio est tam de ente quam de non-ente. Ergo in plus est affirmatio quam esse secundum rem. Ergo est consequens. Unde

secundum quod 'non-iustus' est nomen infinitum secundum negationem, non sequitur 'homo est non-iustus; ergo homo est'. Preterea est ibi fallacia secundum quid et simpliciter, quia quamvis sit ibi compositio affirmata, non tamen ponitur ibi ens simpliciter sed diminutum per determinationem sequentem. Unde sicut non sequitur 'est opinabile; ergo est', quamvis sit ibi compositio affirmata, ita non sequitur 'est non-iustus; ergo est', cum diminuatur esse per determinationem nichil ponentem, secundum quod 'non-iustus' est terminus negativus.

16. Sciendum autem quod nullus terminus potest infinitari nisi subicibile vel predicabile. Et ideo signa universalialia vel particularialia non possunt infinitari, quia sunt dispositiones subiecti in quantum subiectum est, et ita respiciunt predicatum. Et ideo dicit Aristoteles quod hec negatio 'non' non est addenda huic signo 'omnis', quia non significat universale sed quoniam universaliter.

De negatione infinitante verbum

17. Dicto de negatione speciali nominis faciente nomen infinitum consequenter dicendum de speciali negatione verbi faciente verbum infinitum, quia sicut nomen natura prius est verbo, ita nomen infinitum natura prius est verbo infinito. Primo ergo queritur de verbo infinito utrum predicetur de omni eo quod est et quod non est. Et videtur quod sic. Quia, ut vult Aristoteles, verbum infinitum similiter est in quolibet quod est et quod non est. Ergo predicatur de omni quod est et quod non est. sed contra. Negatio que est in verbo infinito, relinquit compositionem affirmatam, removendo actum a substantia de qua predicatur actus. Unde sensus huius 'cesar non currit', secundum quod 'non-currit' est verbum infinitum, est iste: Cesar est non-currens. Sed compositio affirmata ponit ens, quia ponit subiectum in esse. Ergo verbum infinitum ponit ens. Ergo solum predicatur de ente.

18. Et dicendum secundum quosdam quod verbum infinitum extra orationem manet infinitum, sed in oratione non manet infinitum, sed fit semper oratio quando ponitur in oratione, quia negatio est una pars et verbum alia. Sed hoc nichil est, quia moventur eoquod nesciunt distinguere in hac oratione 'Cesar non currit' et in consimilibus, secundum quod sunt propositiones negative et secundum quod sunt de verbo infinito. Unde dicendum quod verbum infinitum predicatur de quolibet quod est et quod non est et manet infinitum extra orationem et in oratione. Et hec propositio 'Cesar non currit' et consimiles, secundum quod sunt orationes negative, nichil ponunt; et compositio negatur in eis nichil relinquendo, per eos. Secundum autem quod in eis ponitur verbum infinitum, compositio remanet affirmata. Unde isto modo secundum quod in eis verbum infinitum, adhuc sunt duplices, quia verbum infinitum potest infinitari secundum negationem et sic nichil ponit; vel potest infinitari secundum privationem et sic ponit subiectum in esse, et sic ponit ens.

19. Ad illud autem quod obicit compositio affirmata ponit ens, quia ponit subiectum in esse, dicendum quod utrumque est falsum, quia compositio equaliter se habet ad compositionem entium et ad compositionem non-entium; unde neque ponit ens ipsa compositio neque ponit subiectum suum in esse. Et ita virtute compositionis predicati aliquando ponitur subiectum in esse, ut quando predicatum est ens simpliciter, et aliquando non ponitur subiectum in esse, ut quando predicatum est ens diminutum vel quodammodo. Et ideo sequitur 'lapis est homo; ergo lapis est' et non sequitur 'lapis est opinabile; ergo lapis est'. Unde sensus huius 'Cesar non currit' secundum quod 'non-currit' est verbum infinitum, est iste: Cesar est et non-currens.

20. Et similiter intellige de participio sicut et de verbo. Unde ille due 'Cesar non currit', 'Cesar est non-currens' nichil ponunt secundum quod verbum et participium sunt termini negativi. Sed secundum quod sunt termini privativi sic ponunt ens, quia ponunt subiectum in esse. Et

hoc virtute predicati et non compositionis, ut dictum est. De negatione infinitante participium satis patet ex predictis; et ideo relinquatur.

De neatione orationis

21. Determinatis negationibus terminorum dicendum est de negatione orationis. Simplex enim natura precedit compositum. Unde nomen et verbum natura sunt priora oratione. Unde negatio nominis vel verbi natura precedit negationem orationis. Primo ergo queritur utrum negatio orationis faciat contradictionem. Et videtur quod non, quia: Ad hoc quod negatio contradicat, oportet quod removeat compositionem. Sed non potest removeere compositionem, quia compositio est subiectum negationis et nullum accidens removet suum subiectum. Ergo non potest facere contradictionem. Ergo non contingit contradicere. Item ad idem. Quicquid est causatum aut est substantia aut accidens. Ergo negatio cum sit causata, aut est substantia aut accidens. Sed non est substantia. Ergo est accidens. Ergo est in subiecto aliquo. Sed non nisi in compositione. Ergo non removet eam. Ergo non contingit contradicere. Item. Cum contingat contradicere, quia hoc est principium principiorum in scientiis, ergo negatio removet compositionem. Sed compositio est causa modi. Ergo removet modum. Ergo nulla oratio negativa est alicuius modi. Ergo neque indicativi (locus a genere). Ergo nulla oratio negativa est vera vel falsa; sola enim indicativa est in qua est verum vel falsum.

22. Solutio. Sicut hoc nomen 'homo' duplicem habet significationem, scilicet generalem et specialem (generalis significatio est significare substantiam cum qualitate, specialis vero significare hanc substantiam que est homo), et sicut in verbo duplex est significatio, scilicet generalis et specialis: (generalis est significare agere vel pati, specialis vero significare istum actum vel instam passionem, ut legere vel legi, percutere vel percuti), -- similiter duplex est compositio, scilicet generalis et specialis. Generalis autem compositio communiter se habet quantum est de se omnia componibilia. Cum enim dicimus quod verbum consignificat compositionem, non dicimus hanc compositionem, vel illam, sed compositioem in genere; et hec compositio est generalis. Specialis autem compositio est per extrema compositionis. Et negatio removet specialem compositionem, et hoc sufficit ad contradictionem. Et relinquit generalem, ratione cuius accidit modus. Unde adhuc contingit contradicere.

23. Item. Solet dici quod due negationes equipollent affirmationi. Et queritur quare due affirmationes econverso non equipollent negationi. Et videtur quod, sicut negatio removet affirmationem, sic econverso affirmatio negationem. Et dicendum quod negatio apta nata est destruere quicquid repperit, quia negatio est actus destruens suum obiectum. Unde obiectum negationis, quodcumque fuerit, removetur per negationem. Et quia negatio aliquando est obiectum negationis, aliquando negatio negatur (ut 'non': Sortes non currit') et ideo negatio removetur per negationem, ideo ex consequenti ponitur affirmatio, quia remota negatione ponitur affirmatio, eoquod necesse est semper esse affirmationem vel negationem. Et ideo due negationes equipollent affirmationi. Affirmatio autem non est apta nata destruere suum obiectum, sed ponit ipsum potius et conservat. Et ideo cum res affirmata, que est obiectum affirmationis, non removeatur per affirmationem, ob hoc due affirmationes non possunt equipollere negationi.

24. Ad illud autem quod obicit quod affirmatio removet negationem, sicut et econverso, dicendum quod due comparationes sunt in affirmatione et due in negatione, diversimode comparate. Una enim comparatio affirmationis est ad illud quod affirmat, aliam vero habet ad illud cui opponitur. Et ille due comparationes affirmationis non sunt respectu eiusdem sed respectu diversorum. Verbi gratia, hec affirmatio 'Sortes currit' affirmat Sortem currere et

compositio eius opponitur ei que est Sortem non currere. Et ideo ratione compositionis non potest destruere suum obiectum. Sed due comparatione negationis sunt semper respectu eiusdem, quia negatio semper negat aliquid, sicut affirmatio affirmat, et semper negatio opponitur alicui. Sed non nisi ei quod negat. Et ideo negatio ratione sue oppositionis semper destruit suum obiectum quod negabat. Sed affirmatio non opponitur ei quod affirmat, ut dictum est. Et ideo affirmatio non destruit quod affirmat. Et sic non est simile de affirmatione ad negationem et de negatione ad affirmationem, ut iam patet per hoc quod negatio opponitur affirmationi et negat eam, affirmatio opponitur negationi et non affirmat eam sed aliud, ut dictum est.

25. Item. Dicit Aristoteles in Secundo Topicorum quod si aliquid non est susceptivum unius contrariorum, neque alterius. Ergo quod non potest affirmari, non poterit negari. Sed ista 'Sortes non currit' non potest affirmari, cum sit negativa. Ergo non potest ei addi altera negatio ut per eam negetur. Ergo due negationes non equipollent affirmationi.

26. Ad hoc dicunt quidam quod negatio quodammodo est affirmatio, quia negatio habet in se aliquid de ente, scilicet de affirmatione, unde participat naturam affirmationis. Et ideo potest negari per negationem. Et ita huic propositioni 'Sortes non currit' potest addi altera negatio sic: 'non: Sortes non currit'. Et ita due negationes equipollent affirmationi. Sed ego credo quod melius dicitur quod quamvis accidentia nature non possint reflecti supra se agendo in se (sicut caliditas non agit in se sed in suum obiectum), tamen accidentia causata a ratione possunt reflecti supra se agendo in se (sicut ratio supra se cognoscendo se et iudicando de se). Unde negatio, que est accidens causatum a ratione, potest reflecti supra negationem sive supra rem negatam. Et ideo negatio potest negari, quamvis non possit affirmari. Et consideratio Aristotilis debet intelligi de accidentibus nature sive de contrariis nature (ut 'album-nigrum', 'calidum-frigidum' et consimilia). Item. Iste due 'Sortes Currit', 'non: Sortes non currit' equipollent sibi invicem et contradicunt huic 'Sortes non currit'. Sed contra: dicit Aristoteles quod unum uni opponitur. Ergo due propositiones non contradicunt uni.

27. Et dicendum quod dupliciter fit contradictio, scilicet primo et ex consequenti. Unde in hiis est primo contradictio 'Sortes currit', 'Sortes non currit'. Sed hec 'non: Sortes non currit' contradicit ex consequenti huic 'Sortes non currit', quia, in quantum equipollet, et convertitur cum ista 'Sortes currit'. Unde intellige quod in contradictione primo semper altera est affirmatio et altera est negatio. Unde dicit Aristoteles quod contradictio est affirmatio et negatio opposite. sed in contradictione que est ex consequenti, negatio potest contradicere negationi.

28. Item. Nota quod negatio preposita sive postposita termino singulari idem significat (ut 'Sortes non currit' et 'non: Sortes currit'). Sed non similiter est in terminis communibus, quia hec est indefinita 'homo non currit', hec autem est universalis negativa 'non: homo currit'. Neque est in contrarium quod dicit Aristoteles: "Transposita nomina vel verba idem significant". Et intelligatur de aliis dictionibus, quia intellexit de dictione que est subicibilis vel predicabilis vel que est dispositio ipsius subicibilis vel predicabilis absolute. Et non intellexit de dictione que est dispositio unius ad alterum, ut sunt negationes et signa universalis. Negatio enim negat unum de altero et signum universale disponit subiectum in respectu ad predicatum.

Sophismata

29. Item. Queritur de hoc sophismate NULO HOMINE CURENTE TU ES ASINUS. Probatio. Hec est falsa 'aliquo homine currente tu es asinus'. Ergo eius contradictoria erit vera,

hec scilicet 'non aliquo homine currente tu es asinus'. Sed 'non aliquo' et 'nullo' equipollent, sicut 'non aliquis' et 'nullus'. Ergo hec est vera 'nullo homine currente tu es asinus'. Sed contra. Nullo homine currente tu es asinus. Ergo dum nullus homo currit, vel si nullus homo currit, vel quia nullus homo currit, tu es asinus. Quod falsum est.

30. Solutio. Prima falsa, hec scilicet 'nullo homine currente tu es asinus'. Quia ista per quam probat eam, peccat secundum divisionem, hec scilicet 'non aliquo homine currente tu es asinus'. Et est duplex, eoquod negatio potest negare tantum participium (et sic est divisa et falsa), vel potest negare participium in comparatione ad verbum sequens (et sic est composita et vera). Et primo modo equipollent prime, scilicet huic 'nullo homine currente tu es asinus'. Sed hec est falsa 'nullo homine etc.', quia negatio que est in compositione huius signi 'nullo', non potest ferri ultra participium, per hanc regulam.

quotienscumque negatio et distributio includuntur in termino uno, ad nichil potest ferri unum sine reliquo.

Sed distributio non fertur ultra participium. Ergo neque negatio. Et ita hec est falsa 'nullo homine currente tu es asinus'. Quare et sua equipollens illo modo quo ei equipollet. Et utraque est affirmativa, hec scilicet 'non aliquo homine currente etc.' et 'nullo homine currente etc.', secundum quod equipollent. Et per hoc patet quod neutra earum contradicit huic 'aliquo homine currente etc.', quia affirmativa non contradicit affirmative.

31. Item. Queritur de hoc sophismate NICHIL NICHIL EST. Probatio. Eius contradictoria est falsa, hec scilicet 'aliquid nichil est'. Ergo prima vera. Contra. Nichil nichil est. Ergo nichil nulla substantia est. Et videtur esse locus a genere sive a toto in quantitate, ut 'nichil est; ergo nulla substantia est'. Sed conclusio est falsa, hec scilicet 'nichil nulla substantia est', quia equipollet huic 'quidlibet est aliqua substantia', quod falsum est. Ergo et prima ex qua sequitur, est falsa.

32. Solutio. Prima vera, hec scilicet 'nichil nichil est', quia equipollet huic 'quidlibet est aliquid', per illam regulam.

quotienscumque duo signa universalis negativa ponuntur in eadem locutione, ita quod unum in subiecto et alterum in predicato, primum equipollet suo contrario, reliquum suo contradictorio.

Item. Improbatio peccat secundum consequens communiter loquendo, quia sicut hic est consequens secundum communiter loquentes 'quidlibet est aliquid; ergo quidlibet est aliqua substantia', similiter hic est consequens 'nichil nichil est; ergo nichil nulla substantia est'.

33. Ad illud autem quod obicit quod videtur ibi esse locus a genere sive a toto in quantitate, dicendum quod non est verum, immo est ibi fallacia secundum consequens, sicut hic 'nullus homo est nullum animal; ergo nullus homo est nullum risibile'. Quia in ista 'omnis homo est nullum animal' 'animal' removetur a subiecto. Et cum apponitur alia negatio per hoc signum 'nullus', removetur predicatum negatum a subiecto sic: 'nullus homo est nullum animal'. Sed remove predicatum a subiecto negatum est ponere ex consequenti in eodem affirmatum. Ergo ista 'nullus homo est nullum animal' equipollet huic 'omnis homo est aliquid animal'; et similiter ista 'nullus homo est nullum risibile' equipollet huic 'omnis homo est aliquid risibile'. Hic autem ponunt *consequens*: 'animal est; ergo risibile est', sicut hic: 'animal currit; ergo

homo currit'. Ergo et hic: 'omnis homo est animal; ergo omnis homo est risibile; et similiter in suis equipollentibus 'nullus homo est nullum animal; ergo nullus homo est nullum risibile'. Et similiter est in propositio: 'nichil nichil est; ergo nichil nulla substantia est'.

34. Et videtur quod conclusio improvationis sit vera, quia hec est vera 'nulla substantia est nichil'. Quod patet dupliciter, scilicet per predictam regulam, quia equipollet huic 'omnis substantia est aliquid; et etiam quia sua contradictoria est falsa, hec scilicet 'aliqua substantia est 'nichil'. Ergo hec est vera 'nulla substantia est nichil'. Ergo sua conversa erit vera, hec scilicet 'nichil est nulla substantia'.

35. Et dicendum quod non recte convertit hanc 'nulla substantia est nichil', quia debet ponere signum subiecti supra totum predicatum et reducere ad subiectum, ut 'nulla substantia est nichil: nullum ens nichil est substantia'. Sed utraque istarum est vera. Et sic non probat conclusionem improbationis. Item. Quod conclusio improbationis sit falsa probatur dupliciter. Quia uno modo per predictam regulam, et alio modo quia eius contradictoria est vera, hec scilicet 'aliquid est nulla substantia', ut albedo et quodlibet aliud accidens.

TRACTATUS TERTIUS

DE DICTIONIBUS EXCLUSIVIS

Introductio

1. Dicto de negatione et affirmatione consequenter dicendum est de dictionibus exclusivis, ut 'tantum', 'solus'. Circa quas primo queritur propter quid dicatur dictio exclusiva et quid significet dictio exclusiva; secundo quot et que sint cause exclusionis que exiguntur ad esse exclusionis; tertio quot sunt partes sive species exclusionis; quarto queritur, descendendo ad quandam causam exclusionis, scilicet ad illud quod excluditur, que sint ea que debent excludi; quintum et ultimum erit de differentia harum dictionum 'tantum' et 'solus' in suis exclusionibus.

Quare dicatur dictio exclusiva

2. Circa primum ergo queritur quare dicatur dictio exclusiva. Et dicunt quidam quod dictio dicitur exclusiva quia significat exclusionem. Sed contra. Nulla dictio significat actum quem exercet, ut iste terminus 'homo' non significat suppositionem quam exercet supponendo pro hoc et pro illo, et sic de aliis; sed significat hominem et exercet suspositionem; et sic de aliis dictionibus. Ergo nulla dictio significat actum quem exercet; et est inductio et est locus a partibus sufficienter enumeratis. Sed 'tantum' et 'solus' exercent exclusionem. Ergo non significant eam.

3. Item. Exclusio intelligitur dupliciter; scilicet ut concepta et ut exercita, sicut cursus significatur ut conceptus per hoc nomen 'cursus' et per hoc verbum 'curro, -ris'; aliter autem cursus significatur ut exercitus, ut cum aliquis exercet ipsum in currendo. Similiter exclusio intelligitur ut concepta, sicut per hoc nomen 'exclusio, -onis' et per hoc verbum 'excludo, -dis'; aliter autem intelligitur ut exercita, ut per has dictiones 'solus' et 'tantum'.

4. Si ergo 'solus' et 'tantum' significant exclusionem, aut significant eam hoc modo vel illo. Sed si significant eam ut conceptam, ergo iste dictiones 'exclusio, -onis' et 'exclusus' et 'excludo, -dis' erunt dictiones exclusive. "Quod falsum est. Ergo non significant eam ut conceptam. Neque ut exercitam, quia sicut se habet dictio in communi ad actum suum communem, qui est significare, similiter se habet dictio specialis ad actum suum specialem. Sed dictio_in communi non significat actum suum communem; dictio enim non significat significare sed exercet ipsum. Ergo similiter dictio specialis non significat actum suum specialem sive proprium sed exercet ipsum. Ergo hec dictio specialis 'solus' non significat exclusionem sed exercet ipsam. Ergo dictiones exclusive non significant exclusionem ut exercitam neque ut conceptam, ut probatum et. Ergo nullo modo significant exclusionem.

5. Quod concedimus dicentes quod dictiones exclusive dicuntur exclusive non quia significant exclusionem sed quia exercent eam, ut 'tantum', 'solus' dicuntur dictiones exclusive ab exclusionem exercita et non ab exclusionem significata. Sicut securis dicitur incisiva ab incisione exercita et non ab incisione significata. 'Securis' enim nullo modo significat incisionem sed significat securim (sicut 'homo' hominem) et exercet incisionem sive ipsum scindere.

Quid significat dictio exclusiva

6. Ad aliud autem quod queritur, quid significet dictio exclusiva, dicendum quod significat idem quod hec oratio 'non cum alio', sive privationem associationis totius ad partem, ut 'solus Sortes currit', idest Sortes currit et nichil aliud vel Sortes Currit et nullus alius homo currit. Et sic pars ponitur et totum removetur, quia ponitur Sortes et removetur quilibet alius homo, vel quilibet aliud, a Sorte. Et ita totum non associatur parti sue. Et sic dictio exclusiva privat associationem totius ad partem suam per suam significationem. Et ideo dicitur significare privationem associationis totius ad partem. Sed ad istam privationem sequitur exclusio omnium aliorum, sicut proprius actus sequitur ad illud per quod exercetur. Et ideo exclusio importatur per dictionem exclusivam, non ut significata sed ut exercita. Et sic patet primum.

Quot et que sint cause exclusionis

7. Circa secundum queritur in hunc modum. Associatio et privatio associationis opponuntur ut privatio et habitus. Sed privatio diffinitur per habitum, quia cecitas est privatio visus in oculo et per hunc habet esse. Ergo privatio associationis erit per ea per que est associatio, et per illam habebit esse. Sed ad associationem exigitur quod associetur et cui associetur et in quo associetur. Ergo ad privationem associationis exigitur eadem tria. Quod concedimus.

8. Unde dicendum quod ad exclusionem que sequitur ad predicatam privationem, quatuor exigitur, scilicet quod excluditur et a quo excluditur et respectu cuius excluditur; et quartum est ipse actus excludendi. Verbi gratia 'solus Sortes currit'; alii a Sorte excluduntur ut subiecto et respectu cursus; Et actus excludendi importatur per hanc dictionem 'solus'. Et hee quatuor cause exigitur ad exclusionem semper.

De quibusdam regulis

9. Ex predictiis patet quedam regula. Que talis est:

ubicumque vere fit exclusio, semper id respectu cuius exclusio fit, ponitur in eo a quo omnia alia excluduntur.

ut 'tantum homo est risibile': hic enim 'risibile, respectu cuius fit exclusio, ponitur in 'homine', a quo omnia alia excluduntur. Unde sequitur 'tantum homo est risibile; ergo homo est risibile'; et 'tantum homo currit; ergo homo currit'.

10. Ex predictiis patet quedam alia regula. Que talis est:

omnis exclusio vera relinquit suam preiacentem veram

Ut patet in predictis exemplis, ut 'solus Sortes currit; ergo Sortes currit'. Propositio autem exclusiva est illa in qua ponitur dictio exclusiva (ut 'tantum', 'solus'), ut 'solus Sortes currit' vel 'tantum homo currit'; preiacens autem dicitur ipsa propositio remota dictione exclusiva, ut 'Sorte currit' vel 'homo currit'.

Sophisma

11. Secundum predicta queritur de hoc sophismate TANTUM UNUM EST. Probatio. Unum est et nichil est quod non sit unum. Ergo tantum unum est. Contra. Multa sunt. Non ergo tantum unum est. Item probatio prime, quia: Ut dicit Boetius, unumquodque simulac est, unum est. Ergo tantum unum est. Item ad idem. Dicit Boetius: unumquodque ideo est quia unum numero est. Sed unum numero est unum. Ergo unumquodque est unum. Ergo tantum unum est. Idem patet per regulam quandam. Que talis est:

Quotiescumque unum convertibilium predicatur de altero: si dictio exclusiva vere adiungatur uni, et reliquo.

Ut 'tantum homo currit; ergo tantum risibile currit', et econverso. Sed 'unum' convertitur cum ente. Ergo si dictio exclusiva vere adiungatur enti, et uni. Sed hec est vera 'tantum unum est'. Ergo hec est vera 'tantum unum est'.

12. Solutio. Prima duplex, quia hoc nomen 'unum' est equivocum, eoquod est quedam unitas que est essentialis, ut illa per quam res existit in esse speciali sive in esse specifico. Et hec unitas est per formam completivam dantem esse rei in separando et distinguendo ipsam rem ab omnibus aliis in sua specie, ut Sortes non solum est in specie hominis per suam formam completivam sed etiam per ipsam perficitur in suo esse proprio et separatur et distinguitur ab omnibus aliis hominibus. Et hec est unitas essentialis. Alia autem est unitas accidentalis, que est principium numeri. Unde sicut numerus accidit rebus que numerantur, similiter et unitas per quam numerantur et que est principium numeri, accidit eis. Quicquid enim numeratur, per hanc unitatem numeratur, quia numerus nichil aliud est nisi aggregatio unitatum. Numerus enim est multitudo ex unitatibus aggregata.

13. Et utraque istarum unitatum convertitur cum 'ente'. Sed differunt in hoc quod prima est essentialis (ut dictum est) et secunda accidentalis; et etiam in hoc quod secunda est in prima ut accidens in subiecto; unde secunda accidit prime. Et sicut 'unitas' dicitur equivoce, similiter et unum. Dico ergo quod si accipiatur unitas essentialis sive unum essenziale, sic prima est vera. Si autem accipiatur unitas accidentalis sive unum accidentale, sic prima est falsa, quia dictio exclusiva adiuncta parti numerali destruit suum totum, ut 'tantum duo currunt; non ergo tria; similiter 'tantum unum est; non ergo duo' vel 'non ergo multa'.

14. Alii autem dicunt quod prima est duplex (hec scilicet 'tantum unum est') eoquod potest fieri exclusio ratione suppositi (et sic est vera); vel potest fieri exclusio ratione accidentis sive forme (et sic est falsa). Et tunc sequitur 'non ergo multa sunt'. Sed primam solutionem credo esse meliorem.

15. Ad probationem dicendum quod procedit secundum quod 'unum' dicit unitatem essentialem, quoniam quicquid est, per suum completivum est, quod dat esse. Ut Sortes per suam formam completivam, que est anima ipsius, separatur et differt a qualibet alia re; et dat ipsi unitatem essentialem. Et sic de omnibus aliis. Ad improbationem autem dicendum quod accipit unitatem accidentalem que per sui aggregationem est principium numeri; et hoc modo tenet improbatio. Ad duo argumenta sequentia dicendum quod accipiunt 'unum' <secundum> unitatem essentialem, sicut et probatio.

16. Ad ultimum dicendum quod bene sequitur 'tantum ens est; ergo tantum unum est, accipiendo 'unum' secundum unitatem essentialem. Sed non sequitur 'tantum ens est; ergo tantum unum est', accipiendo <unum secundum> unitatem accidentalem (quamvis unitas accidentalis convertatur cum 'ente'), quia 'unum accidentale' dicit discretionem sive rem discretam, cum sit principium numeri, 'ens' vero dicit rem suam per modum substantie. Et ita peccat secundum figuram dictionis. Sicut hic: 'tantum homo currit; ergo tantum unus homo currit'; hec autem est falsa 'tantum unus homo currit'. Positio enim quod omnes homines currant et nichil aliud currat, hec est vera 'tantum homo currit', hec autem falsa 'tantum unus homo currit'. Et est figura dictionis ibi (sicut dictum est), quia 'homo' dicit rem suam per modum substantie, sed 'unus' addit discretionem numeri circa ipsum. Preterea est ibi accidens. Quia cum esse conveniat uni et multis: quamvis dictio exclusiva vere adiungatur 'enti' respectu esse (ut 'tantum ens est'), non tamen potest vere adiungi 'uni' dicenti discretionem numeralem. Unde de hoc uno non possunt dicere 'tantum unum est', quia tunc excluderet duo et tria et sic de aliis, ascendendo ut 'tantum unum; non ergo duo neque tria' et sic de aliis. Unde ens est ibi res subiecta et unum est accidens eius et exclusio respectu esse assignatur communiter inesse utrique sive fieri ab utroque.

17. Ad illud autem quod obicit per regulam convertibilium, dicendum quod regula debet intelligi remoto accidente, sicut et omnes alie regule. Quamvis enim regula sive maxima:

Quicquid predicatur de diffinitione, et de diffinito,

non tamen sequitur 'animal ratione mortale est diffinitio, ergo homo est diffinitio', quod est propter accidens, quod impedit.

Quot sint species exclusionis

18. Circa tertium queritur quot sint partes exclusionis. Et solent poni due, quia ponitur duplex

exclusio: una enim generalis et altera specialis. Generalis exclusio ponitur communiter quando excluditur diversum genere; specialis vero quando excluditur diversum specie. Sed contra. 'Diversum' dicitur tripliciter: diversum genere, diversum speccie, diversum numero. Ergo si exclusio dicitur generalis quia diversa genere excluduntur et specialis quia diversa specie excluduntur, ergo debet esse tertia exclusio numeralis eoquod diversa numero excluduntur. Ergo non solum erunt due species, sive due partes, exclusionis sed etiam erunt tres.

19. Et dicendum quod non sunt nisi due partes exclusionis, scilicet generalis et specialis. Sed non dicitur exclusio generalis eoquod diversa genere excludantur, sed quia excluduntur a subiecto aliquo omnia que communicant cum eo in aliquo genere, sive in aliquo generali ad omnia que sunt sicut in ente. Unde hoc modo sensus huius 'solus Sortes currit' est talis: Sortes currit et nichil aliud vel nullum aliud ens. Item. Specialis exclusio non dicitur eoquod excludatur diversum specie sicut dicebatur, sed dicitur exclusio specialis quando ab aliquo subiecto excluduntur quecumque communicant cum eo in aliqua specie, sive in aliquo speciali. Et hoc modo sensus huius 'solus Sortes currit' est talis: Sortes currit et nullus alius homo, ut excludantur alii particulares homines qui communicant cum Sorte in homine. Et similiter 'solus homo currit', idest homo currit et nullum aliud animal, quia alia animalia communicant cum homine in animali. Et hec est specialis exclusio. Si autem sensus huius 'solus homo currit' fuerit talis: homo currit et nichil aliud, tunc est exclusio generalis.

20. Ex predictis patet quod idem numero non potest excludi, vel ea que communicant in eodem numero. Quia cum dicitur 'solus homo currit', ista ponit quod homo ccurrit, per regulam prius datam, que talis est:

omnis exclusiva vera relinquit suam preiacentem veram

et si excluderetur idem numero cum homine, tunc excluderetur risibile vel animal rationale mortale. Et sic esset sensus solus homo currit et nullum risibile vel nullum animal rationale mortale. Sed secundum hoc ponitur contradictio et ob hoc non potest fieri exclusio numeralis.

21. Ex predictis patet quod, cum quecumque sunt diversa genere vel diversa specie vel diversa numero, communicent in aliquo genere, <vel in aliquo> generali ad omnia que sunt, ut in ente, aut in aliquo speciali sub ente, quod non possunt esse nisi due partes exclusionis, scilicet generalis exclusio et specialis.

De quibusdam regulis

22. De speciali exclusionem solet dari talis regula:

quotienscumque fit specialis exclusio, non tenet argumentum ab inferiori ad superius cum dictione exclusiva neque a superiori ad inferius, neque a parte subiecti neque a parte predicati

Ut 'solus Sortes currit; ergo solus homo currit'. Et similiter si fiat processus a parte predicati, ut 'solus currit; ergo solus Sortes movetur', semper est ibi fallacia consequentis. Et sic patet quod non tenet huiusmodi argumentatio, quia posito quod solus Sortes currat et quidam equus,

tunc hec est vera 'solus Sortes currit', faciendo specialem exclusionem, quia sensus est Sortes currit et nullus alius homo; hec autem falsa 'solus homo currit', faciendo specialem exclusionem, quia sensus est homo currit et nullum aliud animal, quod falsum est, cum equus currat. Similiter a parte predicati, quia posito quod solus Sortes currat et Plato moveatur sed non currat, tunc hec est vera 'solus Sortes currit', hec autem falsa 'solus Sortes movetur'. Et sic patet quod nullum est argumentum. Quod vero ibi sit consequens patet, quia premissa in se claudit unam affirmativam et alteram negativam, ut 'solus Sortes currit', idest Sortes currit et nullus alius homo et 'solus homo currit', idest homo currit et nullum aliud animal. Propter negativas non tenet ab inferiori ad superius, sed est ibi consequens ab inferiori ad superius negando. Et propter affirmativas non tenet a superiori ad inferius.

23. De generali exclusione talis datur regula:

quotienscumque fit generalis exclusio, bene tenet argumentum ab inferiori ad superius cum dictione exclusiva a parte subiecti et non a parte predicati.

Ut 'solus Sortes currit; ergo solus homo currit', quia prima claudit intra se istas duas 'Sortes currit' et 'nichil aliud a Sorte currit', et propositio illata claudit intra se istas duas 'homo currit' et nichil aliud ab homine currit'. Sed ratione affirmatarum bene sequitur 'Sortes currit; ergo homo currit'. Et negativarum bene sequitur 'nichil aliud a Sorte currit; ergo nichil aliud ab homine currit'. Ergo bene sequitur a parte subiecti faciendo generalem exclusionem, ut 'solus Sortes currit; ergo solus homo currit'.

Que sint ea que debent excludi

24. Circa dictiones exclusivas querebatur <quarto>, descendendo ad unam de quatuor causis exclusionis, scilicet ad illud quod excluditur. Et queritur quid sit illud quod excluditur. Et illa questio continet sub se alias septem. Prima est utrum dictio exclusiva addita 'enti' possit excludere aliquid. Ut 'tantum ens est; ergo nichil aliud est'. Et similiter si adiungatur aliis terminis qui convertuntur cum 'ente', ut sunt isti 'aliquid', 'unum', 'res'. Secunda questio est magis descendendo, scilicet utrum dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludat alia et econverso, ut 'tantum substantia; non ergo quantitas' vel econverso. Tertia questio est specialior omnibus predictis, scilicet utrum dictio exclusiva addita speciei unius predicamenti possit excludere species alterius predicamenti, ut 'tantum homo; non ergo color vel albedo. Quarta questio est utrum dictio exclusiva addita alicui speciei unius predicamenti possit excludere alias species eiusdem predicamenti, ut 'tantum homo; non ergo equus', 'tantum color; non ergo scientia', et sic in unoquoque predicamento. Et hec specialior est omnibus predictis. Et istas quatuor questiones intelligo in terminis substantialibus dicentibus quid, sive que predicantur in quid, sicut species et genera uniuscuiusque predicamenti. Quinta questio est utrum dictio exclusiva addita termino accidentali excludat alios terminos accidentales, ut 'tantum coloratum; non ergo sonorum'. Sexta questio est utrum dictio exclusiva addita uni oppositorum excludat alterum in quolibet genere oppositionis, ut 'tantum album; non ergo nigrum' et 'tantum videns; non ergo cecum' et sic de aliis. Septima questio est utrum dictio exclusiva addita parti excludat totum (vel econverso) et utrum addita maiori numero excludat minorem (vel econverso), ut 'tantum paries; non ergo domus' et 'tantum tria; non ergo duo'.

Utrum dictio exclusiva addita 'enti' possit excludere aliquid

25. Circa primum obicitur quod dictio exclusiva addita 'enti' vel suis convertibilibus nichil potest excludere, quia quod excluditur, debet communicare cum eo a quo fit exclusio in aliquo generali vel in aliquo speciali. Sed nichil potest communicare cum ente in aliquo generali sive speciali supra ens duplici de causa, scilicet vel quia nichil est aliud ab ente vel quia nichil aliud supra ens. Ergo nichil potest excludi ab ente. Ergo dictio exclusiva adiuncta 'enti' nichil potest excludere. Item ad idem. Dictio exclusiva non potest excludere nisi quod est extra terminum cui adiungitur, ut 'tantum homo; non ergo asinus', quia asinus extra hominem est. Sed nichil est extra ens. Ergo dictio exclusiva adiuncta 'enti' nichil potest excludere.

26. Item ad idem. Nichil potest excludi nisi quod est diversum quoad naturalem suppositionem (ut 'tantum homo; non ergo asinus') vel diversum quoad quandam suppositionem accidentalem ut quoad eam que fit per aliquid restringes terminum ex eadem parte (ut 'tantum homo albus; non ergo niger'). Ex hoc patet sed simpliciter sumpto nichil potest excludi nisi quoad naturalem suppositionem. Sed ab ente simpliciter sumpto nichil est diversum quoad naturalem suppositionem. Ergo ab ente simpliciter sumpto et predicta restrictione non restricto sive non cohartato nichil potest excludi. Ergo dictio exclusiva addita 'enti' nichil potest excludere. Item. Quicquid est ens, est, et quicquid est, est ens. Ergo convertibilia sunt 'ens' et 'esse'. Sed nichil est dictu 'tantum est' nec aliquid excluditur. Ergo nichil est dictu 'tantum ens' neque aliquid excluditur.

27. Solutio. Dictio exclusiva adiuncta 'enti' excludit aliquid, quia excludit omnia alia quoad naturalem suppositionem eorum que sunt diversa ab ente et a naturali suppositione eorum que convertuntur cum ente, quia naturalis suppositio non solum est de ente sed etiam de non-ente. Naturaliter enim supponuntur per terminum tam entia quam non-entia. Unde exclusio non solum est de ente sed etiam de non-ente. Unde sequitur 'tantum ens est; ergo nichil aliud ab ente est'.

28. Ad illud quod primo obicit dicendum quod convertit consequentiam. Unde peccat secundum consequens, quia quicquid communicat in aliquo generali vel in aliquo speciali cum eo a quo fit exclusio, debet excludi, et non econverso. Non enim oportet quod illud quod excluditur, sive quicquid excluditur, communicet cum eo a quo fit exclusio in aliquo generali vel in aliquo speciali. Quare convertit consequentiam. Sicut hic: 'quicquid est homo, est animal; et non oportet quod quicquid est animal quod sit homo. Sicut enim animal in pluribus est quam homo, sic excludi in pluribus est quam in communicantibus in speciali vel in generali cum eo a quo fit exclusio, quia est in istis et in non-communicantibus. Unde non oportet quod si aliquid excludatur ab ente quod communicet cum eo in aliquo generali vel speciali. Quare convertit consequentiam.

29. Ad secundum dicendum quod hec est duplex 'dictio exclusiva non potest excludere nisi quod est extra terminum', quia 'esse extra terminum' multiplex est, quia vel quoad essentiam (sicut alia est essentia equi et alia hominis) vel quoad naturalem suppositionem (sicut equus non continetur in naturali suppositione hominis nec econverso). Unde dico quod quando fit exclusio generalis, excluduntur ea que sunt extra terminum quoad naturalem suppositionem tam entium quam non-entium. Sed quando fit specialis exclusio, excluduntur ea que sunt extra terminum quoad naturalem suppositionem entium communicantium cum illo a quo fit exclusio in aliquo speciali. Unde licet aliquando excludantur ea que sunt extra terminum quoad essentias (ut 'tantum homo; non ergo asinus'), tamen non excluduntur inquantum sunt extra terminum quoad naturales essentias sed inquantum sunt extra terminum quoad naturalem suppositionem. Unde dico quod, licet quoad essentias nichil sit extra ens, quia essentia solum est entium, tamen quoad naturalem suppositionem aliquid est extra ens. Et sic

dictio exclusiva adiuncta 'enti' aliquid potest excludere.

30. Ad tertium. Solvendum per interemptionem, quia 'aliquid' est extra naturalem suppositionem entis, quia (ut dictum est) non solum supponuntur entia sed etiam non-entia per terminum. Ad ultimum autem dicendum quod potest fieri exclusio ab hoc actu 'esse', quia iste actus 'esse' comprehendit sub se omnem alium actum, sicut consequens comprehendit sub se quodlibet suum antecedens. Et ideo nullus alius actus potest excludi ab hoc actu 'esse'. Sed quia 'ens' non comprehendit sub se omne aliud suppositum sed solum supposita sua et suarum partium (quia supposita non-entium impossibilium esse non comprehendit sub se, ut vacui et infiniti et aliorum non-entium), ideo possunt excludi ab ente, cum exclusio fiat ab eo quoad naturalem suppositionem. Quod autem iste actus esse comprehendat sub se omnem alium actum non quoad suppositionem sive predicationem sed (ut ita dicam) quoad antecessionem patet, quia omnes alii actus antecedunt ad istum, ut 'si currit, est' et 'si cogitat, est' et 'si dormit, est'.

Utrum dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludat alterum

31. Circa secundum sic obicitur. Cum dictio exclusiva excludat diversum quoad naturalem suppositionem et unum generalissimum non sit de suppositione alterius nec e converso (et sic sunt diversa quoad naturalem suppositionem), ergo dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludit alterum et e converso. Item ad idem. Dictio exclusiva excludit ea que sunt diversa a subiecto, sive excludit diversa subiecta, ut 'tantum gramatica; non ergo musica'. Sed diversa generalissima non possunt esse subiectum unum, immo sunt semper subiecta diversa. Ergo dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludit alterum et e converso.

32. Sed contra. Dictio exclusiva non potest excludere quod intelligitur in subiecto cui adiungitur, ut 'tantum album currit; non ergo corpus currit' vel 'tantum gramaticus disputat; ergo homo disputat', quia 'album' dat intelligere corpus et 'gramaticum' dat intelligere hominem. Sed quantitas dat intelligere substantiam. Ergo dictio exclusiva adiuncta quantitati non excludit substantiam. Ergo adiuncta uni generalissimo non excludit alterum. Item ad idem. Omnis exclusiva ponit suam preiacentem. Et ideo sequitur 'si tantum quantitas est, quantitas est'. Et si quantitas est, substantia est, quia alia a substantia non sunt nisi in substantia. Ergo posita quantitate, vel quolibet alio generalissimo, necesse est ponere substantiam. Ergo a primo: si tantum quantitas est, substantia est; et sic de aliis generalissimis. Ergo dictio exclusiva adiuncta uni non excludit alterum.

33. Et dicendum quod dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludit alterum uno modo et alio modo non, ex eo quod generalissima alia a substantia duas habent comparationes. Unam secundum abstractionem prout unumquodque ordinatur secundum lineam predicamentalem in sua ordinatione ad omnes species eius sive ad omnia individua sub ipso existentia. Et hoc modo potest fieri in quolibet predicamento talis figura sicut illa que est in Substantia, que dicitur Arbo Porphyrii. Aliam autem habent comparationem secundum concretionem ad subiecta in quibus sunt; et sic sumuntur omnia per modum accidentis. Sed secundum comparationem primam sumuntur per modum essentie sive per modum eius quod est quid.

34. Unde secundum primam comparationem dictio exclusiva adiuncta uni generalissimo excludit alia generalissima et e converso; nisi quando faciunt subiectum unum, quod in paucis accidit, ut 'tantum substantia est colorata'; hic non excluditur superficies, quia superficies et substantia faciunt subiectum unum coloris. Unde nisi diversa predicamenta faciant subiectum unum, semper dictio exclusiva adiuncta uni excludit alterum secundum hanc comparationem.

Sed secundum comparationem quam habent secundum concretionem ad subiectum, sic dictio exclusiva adiuncta uni non excludit alterum. Unde cum dicitur 'tantum agens currit', non sequitur 'gramaticum non currit' vel 'musicum' vel 'bicubitus' vel 'tricubitus' vel 'homo', quia Sortes et est homo et est bicubitus (vel tricubitus) et gramaticus (vel musicus) et est etiam agens. Unde dicendum breviter quod si sumantur in concretione, dictio exclusiva adiuncta uni excludit alterum. Sed si sumantur in abstractione, tunc dictio exclusiva adiuncta uni excludit alterum, nisi faciant subiectum unum.

35. Ad duo prima argumenta dicendum quod bene tenent, secundum quod generalissima sumantur in abstractione et non faciant subiectum unum. Ad tertium argumentum dicendum quod unum intelligitur in altero multipliciter. Quia uno modo unum intelligitur in altero essentialiter (ut animal in homine) et tale exclusio non excludit. Unde non sequitur 'tantum homo currit; non ergo animal currit'. Alio modo intelligitur unum in altero per dependentiam accidentis ad subiectum. Unde in omni accidente intelligitur subiectum. Et hoc dupliciter. Quia accidens concretum dat intelligere subiectum (ut 'album' dat intelligere corpus) et etiam accidens in abstractione dat intelligere subiectum; color enim non potest esse nisi in corpore. Unde sive accipiam colorem in concretione (et sic proprie dicitur 'coloratum') sive in abstractione, semper per ipsum intelligitur corpus. Et similiter est de aliis novem predicamentis, quia, sive intelligantur abstracta (ut 'quantitas', 'qualitas', et sic de aliis) sive concreta (ut 'quantum', 'quale' et sic de aliis) semper dant intelligere substantiam. Dico ergo quod illud quod intelligitur in accidente concreto, non excluditur. Unde non sequitur 'tantum album currit; non ergo corpus' et 'tantum homo currit; non ergo animal'. Sed subiectum quod intelligitur in accidente abstracto, bene excluditur per dictionem exclusivam. Unde 'tantum quantitas est; non ergo substantia'. Et hoc dicendo: nisi illa duo abstracta faciant subiectum unum alicuius accidentis (ut dictum est prius), sicut homo et superficies eius faciunt subiectum unum albedinis vel coloris.

36. Ad quartum dicimus quod revera omnis exclusiva ponit suam preiacentem. Sed in hac propositione 'tantum quantitas est' duo sunt, scilicet hec dictio 'tantum', que est dictio exclusiva, et illud cui adiungitur, scilicet 'quantitas'. Dico ergo quod dictio exclusiva excludit substantiam, sed quantitas ponit ipsam. Et ideo hec propositio 'tantum quantitas est' ponit contradictionem, quia ponit substantiam esse et non esse. Ponit enim substantiam ratione quantitatis et removet eam ratione exclusionis que additur 'quantitati'.

Utrum dictio exclusiva addita speciei unius predicamenti possit excludere species alterius predicamenti

37. Circa tertium sic obicitur. Cum dicitur 'tantum homo est albus', ex hoc non sequitur 'ergo superficies hominis non est alba'. Ergo dictio exclusiva addita speciei unius predicamenti gratia huius non excludit species alterius predicamenti. Sed contra. Magis differunt ea que sunt in diversis generibus quam ea que sunt in eodem genere sive quam ea que sunt sub eadem specie, quia pluribus differentiis differunt. Sed dictio exclusiva adiuncta uni individuo excludit alia individua que sunt sub eadem specie, ut 'tantum Sortes; non ergo Plato'. Ergo multo magis ea que sunt diversorum generum, quia magis differunt. Ergo dictio exclusiva adiuncta speciei unius predicamenti excludit alias species alterius predicamenti.

38. Ad quod dicendum quod in genere quinque sunt ea que debent excludi. Unum est subiectum diversum, ut 'tantum Sortes currit'; excluditur Plato et alii particulares homines, quia non possunt facere subiectum unum sed diversa. Secundum est diversum loco, ut 'tantum hic; non ergo ibi'. Tertium est diversum tempore ut 'tantum in hoc tempore; non ergo in illo'.

Quartum est oppositum a parte predicati, ut 'tantum Sortes est albus; non ergo niger nec medio colore coloratus'. Quintum est actus diversus, sive accidens diversum, similiter a parte predicati positum, dum ita sit quod unum non insit per alterum. Et ideo sequitur 'Sortes est tantum gramaticus; non ergo est musicus', 'tantum legit; non ergo currit'. Et non sequitur 'tantum Sortes est coloratus; non ergo est quantus', quia coloratum inest Sorti per hoc quod est quantus. Neque sequitur 'tantum currit. non ergo movetur', eoquod unum inest per alterum sive intelligitur in altero secundum concretionem. Et omnibus hiis quique modis excluditur diversum per dictionem exclusivam.

39. Ex predictis patet solutio primi argumenti, quia homo et superficies eius faciunt subiectum unum coloris et non diversa. Unde non excluditur superficies per hanc 'tantum Sortes est albus'. Et ita dictio exclusiva adiuncta speciei unius predicamenti excludit alias, dum non faciant subiectum unum vel unum non insit per alterum, ut dictum est. Patet etiam solutio alterius argumenti, quia dictio exclusiva excludit diversum sive differens aliquo predictorum modorum tentum.

Utrum dictio exclusiva addita alicui speciei unius predicamenti excludat alias species eiusdem

40. Ex predictis patet solutio quarte questionis, que erat utrum dictio exclusiva adiuncta speciei unius predicamenti excludat alias species eiusdem, quia omnes alie species eiusdem generis excluduntur. Nisi una comparetur ad alteram, non solum ut species disparata sed etiam ut terminus eiusdem; et ideo non sequitur 'tantum superficies est; non ergo linea est', quia linea est terminus superficiei; et similiter <non sequitur 'tantum corpus est; non ergo superficies', quia> superficies <est terminus> corporis. Unde bene sequitur 'tantum homo; non ergo asinus', quia ille species solummodo comparantur sibi invicem ut disparate.

Utrum dictio exclusiva adiuncta termino accidentali excludat alios terminos accidentales

41. ex predictis patet quinta questio, que erat utrum dictio exclusiva adiuncta termino accidentali excludat alios terminos accidentales, quia dictio exclusiva (ut dictum est prius) habet excludere omne accidens diversum sive disparatum, dum ita sit quod unum non insit per alterum vel non faciat subiectum unum. Unde sequitur 'Sortes est tantum gramaticus; non ergo musicus'. Sed non sequitur 'Sortes est tantum coloratus; non ergo quantus', quia coloratum inest Sorti in eo quod est quantus. Neque sequitur 'tantum album; non ergo corpus', quia ista faciunt subiectum unum.

Utrum dictio exclusiva addita uni oppositorum excludat alterum in quolibet genere oppositionis

42. Circa sextam questionem obicitur quod dictio exclusiva adiuncta uni oppositorum excludat alterum in quolibet genere oppositionis, quia duo opposita non possunt facere subiectum unum sed diversa. Sed quotienscumque aliqua non faciunt subiectum unum sed diversa, oportet quod unum excludatur ab alio per dictionem exclusivam. Ergo dictio exclusiva adiuncta uni oppositorum excludit alterum. Quod concedimus, sicut patet in contrariis, 'tantum album currit; non ergo nigrum'.

Sophisma

43. Secundum predicta queritur de hoc sophismate TANTUM VERUM OPPONITUR FALSO. Probatio. Verum opponitur falso. Et nichil aliud quam verum opponitur falso. Ergo tantum verum opponitur falso. Contra. Tantum verum opponitur falso. Ergo tantum verum et falsum opponuntur. Quod falsum est, quia album et nigrum opponuntur et calidum et frigidum.

44. Et dicendum quod prima est simpliciter vera. Et improbatio peccat secundum consequens ab inferiori ad superius cum dictione exclusiva, quia 'opponi falso' in minus est quam 'opponi simpliciter', sicut 'oppositio veri et falsi' in minus est quam 'oppositio', cum hec sit species, illa vero genus. Et sic cum dicit 'tantum verum opponitur falso; ergo tantum verum et falsum opponuntur', peccat secundum consequens.

De relative oppositis

45. Item. Dubitatur de relative oppositis, quia ex hac 'tantum pater est' sequitur hec 'ergo filius est'. Unde si tantum pater est, pater est, quia omnis exclusiva ponit suam preiacentem. Et si pater est, filius est (a relative oppositis). Ergo a primo: 'si tantum pater est, filius est'. Ergo dictio exclusiva adiuncta uni correlativorum non excludit alterum.

46. Et dicendum quod dictio exclusiva adiuncta uni correlativorum excludit alterum. Sed illa 'tantum pater est' ponit contradictionem, quia cum dictio exclusiva excludat quecumque non faciunt subiectum unum sed diversa: cum pater et filius faciant diversa subiecta et non unum (quia nichil est dictu 'pater filius est' secundum quod 'pater' et 'filius' referuntur ad se invicem), ideo dictio exclusiva adiuncta 'patri' excludit 'filium' et econverso. Unde in ista 'tantum pater est' excluditur filius ratione dictionis exclusive et pater ponitur ratione preiacentis. Sed pater est per hoc quod est ad filium. Et ita ratione preiacentis non solum ponitur pater sed etiam filius; et ratione exclusionis non solum removetur filius sed etiam pater, quia filius est per hoc est ad patrem. Et sic ista 'tantum pater est' ponit duplicem contradictionem, quia ponit filium esset et non esse et patrem esse et non esse.

Sophismata

47. Circa predicta queritur de hoc sophismate SI TANTUM PATER EST, NON TANTUM PATER EST. Probatio. Si tantum pater est, pater est. Et si pater est, filius est. Et si filius est, aliud a patre est. Et si aliud a patre est, non tantum pater est. Ergo a primo: si tantum pater est, non tantum pater est. Contra. Ibi assignatur sequi oppositum ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

48. Ad hoc solvunt quidam quod 'pater' sumitur tripliciter. Sicut 'album'. Quia 'album' uno modo nominat id quod est album, ut hic: 'album potest esse nigrum', secundum quod hec est vera; et hoc est dictu: hoc quod est subiectum albedinis, potest esse nigrum. Alio autem modo 'album' dicit compositum ex subiecto et accidente, ut 'album currit', idest substantia habens albedinem currit. Alio autem modo 'album' nominat ipsum accidens, ut cum dicitur 'album contigit uni et eidem inesse et non inesse'. Similiter 'pater' uno modo dicit subiectum

paternitatis, ut 'pater generat filium', idest id quod est pater; alio modo dicit compositum ex materia et forma, ut 'pater currit', idest homo vel animal habens paternitatem currit. Et in hiis duobus modis excluditur unum correlativorum per dictionem exclusivam adiunctam alteri. Alio autem modo 'pater' nominat ipsam relationem que est paternitas; ut cum dicitur 'pater est in genere Relationis'. Et hoc modo excluditur unum correlativorum ab alio, quia sic unum ponit alterum et e converso.

49. Sed hoc nichil est, quia cum dictio exclusiva excludat quecumque non faciunt subiectum unum sed diversa et pater et filius non faciunt subiectum unum, secundum quod sunt in genere Relationis, nec aliquo alio modo, tunc oportet quod dictio exclusiva adiuncta 'patri' excludat filium et e converso. Quod concedimus. Solutio recta est dicendo quod hec 'si tantum pater est, non tantum pater est' simpliciter est vera, sed suum antecedens est impossibile (hoc scilicet 'tantum pater est'), quia ponit contradictionem, quia in hac propositione 'tantum pater est' ponitur hec dictio 'tantum', que removet omne aliud subiectum vel accidens a patre et sic removet filium, et est ibi hoc relativum 'pater', quod ponit filium. Et ita ex una parte removet filium (scilicet a parte exclusionis) et ex alia parte ponit ipsum (scilicet a parte sui correlativi).

50. Ad improbationem autem solvendum per interemptionem, quia non sequitur ibi oppositum ad oppositum, sed sequitur una pars contradictionis ad antecedens, quod claudit intra se utramque partem contradictionis. Et sic sequitur pars ad totum, sicut hic: 'Sortes currit et non currit; ergo Sortes currit'. Et est locus a toto integrali; contradictio enim integratur ex suis partibus. Unde posita contradictione necesse est ex ea sequi tam affirmationem quam negationem, per locum a toto integrali.

51. Item. Queritur de hoc sophismate POSSIBILE EST SORTEM VEDERE TANTUM OMNEM HOMINEM NON VIDENTEM SE. Probatio. Possibile est Sortem videre tantum omnem hominem cecum. Sed omnis homo cecus est homo non videns se. Ergo possibile est Sortem videre tantum omnem hominem non videntem se. Contra. Si possibile est, ponatur: Sortes videt se aut non videt se. Si non videt se, ergo est homo non videns se. Et videt quemlibet talem. Ergo videt se. Si videt se, ergo est homo videns se. Sed nullum talem videbat. Ergo non videt se, quoniam tantum videbat non videntem se.

52. Solutio. Prima est impossibilis, hec scilicet 'possibile est Sortem videre tantum omnem hominem non videntem se'. Et ista similiter 'sortes videt tantum omnem hominem non videntem se', quia utraque habet in se contradictionem, ut iam patebit. Probatio peccat secundum consequens procedendo ab inferiori ad superius cum distributione et etiam cum dictione exclusiva. Ut 'omnis homo; ergo omne animal' et 'tantum omnis homo; ergo tantum omne animal', quia homo non videns se in plus est quam homo cecus. Unde sequitur non conversim. Ut 'si est homo cecus, est homo non videns se' et non e converso, quia homo dormiens est homo non videns se et etiam vigilans oculos habens clausos est homo non videns se.

53. Quod ista 'Sortes videt tantum omnem hominem non videntem se' habeat contradictionem in se patet, quia equippolet istis duabus, scilicet 'Sortes videt omnem hominem non videntem se' et 'non videt aliquem hominem videntem se', et iste due sunt expositive illius. Sed ex ista 'Sortes non videt aliquem hominem videntem se' sequitur 'ergo Sortes non videt se videntem se'. Et est locus a genere sive a toto in modo, sicut hic 'Sortes non videt aliquem hominem album; ergo non videt se album'. Sed si Sortes non videt se videntem se, Sortes non videt se, quia convertuntur, cum earum affirmationes convertantur, ut 'si Sortes videt se videntem se, ergo Sortes videt se' et e converso. Sed quotienscumque affirmationes sibi invicem convertuntur, necesse est earum negationes sibi invicem converti. Ut si 'homo' et 'risibile' convertuntur, et 'non-homo' et 'non-risibile' convertuntur. Et ideo necessario sequitur 'si Sortes non videt se videntem se, ergo non videt se', per locum a convertibili. Ergo a primo: 'si Sortes

non videt aliquem hominem videntem se, non videt se'. Et hec est altera pars contradictionis. Ex qua cum altera expositiva prime sequitur reliqua pars contradictionis. Et hoc modo Sortes videt omnem hominem non videntem se et ipse non videt se. Ergo videt se. Et sic videt se et non videt se. Hic autem est contradictio. Et sequitur ex duabus expositivis prime. Et ille expositive intelliguntur in prima. Et ita contradictio intelligitur in prima. Et sic claudit intra se contradictionem.

54. Item. Illud idem ostenditur alia ratione, quia si Sortes non videt aliquem hominem videntem se, ergo Sortes videt nullum hominem videntem se, quia 'non aliquem' et 'nullum' equipollent, sicut 'non aliquis' et 'nullus'. Ergo nullus homo videns se videtur a Sorte (convertendo activam in passivam). Ergo Sortes non videt se, quia si Sortes videret se, iam aliquis homo videns se videretur a Sorte. Et dicebatur quod nullus. Ergo a primo: si Sortes non videt aliquem hominem videntem se, Sortes non videt se. Et sic habetur alia pars contradictionis. Ex qua cum altera expositiva prime sequitur reliqua pars contradictionis, sicut prius. Quare prima habet in se contradictionem. Quod concedimus.

55. Item. Probo quod prima est vera, hec scilicet 'Sortes videt tantum omnem hominem non videntem se'. Ponatur quod Virgilius et Plato et Cicero sint homines non videntes se tantum et omnes alii videant se; et ponatur cum hoc quod Sortes videat tantum illos tres, quia hec positio possibilis est. Et tunc hec 'omnis homo non videns se non videt se' convertitur cum hiis tribus singularibus 'Virgilius non videt se', 'Plato non videt se', 'Cicero non videt se'. Et iste tres insimul sumpte convertuntur cum illa, quia sequitur 'omnis homo non videns se legit; ergo et iste et hic et ille legit' et e converso. Sed Sortes videt tantum illos tres. Ergo Sortes videt tantum omnem hominem non videntem se. Et est locus a convertibili, quia ab uno convertibili ad alterum bene sequitur cum dictione exclusiva, ut 'tantum risibile; ergo tantum homo'. Ergo hec est vera 'Sortes videt tantum omnem hominem non videntem se'. Item ad idem. Posito quod sint tantum tres homines ceci et omnes alii vident se, tunc iste due convertuntur 'omnis homo cecus' et 'omnis homo non videns se'. Sed possibile est Sortem videre tantum omnem hominem cecum. Ergo possibile est Sortem videre tantum omnem hominem non videntem se. Ergo prima possibilis est.

56. Solutio. Dico quod prima est falsa et impossibilis, sicut prius dictum est, quia ponit contradictionem, sicut prius patuit duplici ratione. Ad primam autem positionem dicendum quod ponit duo impossibilia. Et concedo quod utrumque eorum est possibile secundum se sed ambo insimul sunt impossibilia. Quia hoc est possibile secundum se, scilicet quod tantum sint illi tres homines non videntes se, et aliud similiter est possibile secundum se, scilicet quod Sortes videat tantum illos tres. Sed ambo insimul sunt impossibilia. Quod sic patet, quia: Quando ponit quod isti tres tantum sint non videntes se, in hoc ponit quod Sortes videat se, cum non sit de numero illorum. Et quando ponit quod Sortes videat tantum illos tres, in hoc ponit quod Sortes non videat se, cum non sit de illis. Et ita ponit quod Sortes videat se et non videat se. Et ita illa duo insimul posita ponunt contradictionem. Et ita sunt impossibilia.

57. Ad aliud dicendum quod similiter hec est vera secundum se, scilicet 'possibile est Sortem videre tantum omnem hominem caecum'. Sed non est possibile posito quod 'homo cecus' convertantur cum 'homine non vidente se', quia si Sortes videt tantum omnem hominem cecum, tunc non videt se. Et si 'homo cecus' convertatur cum 'homine non vidente se', tunc Sortes videt se, cum Sortes non sit cecus. Et a quocumque removetur unum convertibilium, et reliquum. Et sic ponit iterum in hac ratione secunda quod Sortes videat se et non videat se. Et sic non est mirum, si premissa est impossibilis, cum ipsa sequatur ex positione impossibili.

58. Septima questio fuit utrum dictio exclusiva adiuncta parti integrali excludat totum (vel econverso) et adiuncta minori numero excludat maiorem (vel econverso). Et videtur quod adiuncta toti integrali excludat partem, quia sequitur 'domus valet tantum centum libras; non ergo paries'. Ergo addita toti excludit partem (et econverso, ut 'tantum paries est albus; non ergo domus'). Sed contra. Propositio exclusiva ponit suam preiacentem. Ut 'tantum domus est colorata; ergo domus est colorata'. Sed si domus est colorata, paries est coloratus, quia posito toto integrali ponitur quelibet pars eius. Ergo a primo: si tantum domus est colorata, paries est coloratus. Ergo dictio exclusiva adiuncta toti non excludit partem.

59. Et dicendum quod tria genera accidentium reperiuntur in toto integrali et in parte sua. Quia quedam accidentia sunt que tantum conveniunt toti integrali, ut componi ex partibus integralibus et habere partes omnes secundum quantitatem; et propter hoc anima non est pars integralis ipsius hominis sed essentialis, et valere centum libras convenit ita toti quod non parti. Alia autem sunt accidentia que conveniunt tantum parti, ut esse minus vel sequi ex toto integrali (videlicet partialitas) vel coniungi alii quanto ad faciendum maius secundum quantitatem. Tertio autem modo sunt quedam accidentia que indifferenter conveniunt toti et parti, ut album, nigrum, calidum, frigidum, homidum, siccum et consimilia. Et in primo genere accidentis dictio exclusiva adiuncta toti integrali excludit partem, ut 'domus valet tantum centum libras; non ergo paries'. In aliis duobus generibus accidentium dictio exclusiva adiuncta parti semper excludit totum, et non econverso.

Sophisma

60. Circa predicta queritur de hoc sophismate A SOLO SORTE DIFFERT QUICQUID NON EST SORTES VEL PARS SORTIS. Probatio. A Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis. Et non ab alio a Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis. Ergo a solo Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis. Ergo prima vera. Contra. A solo Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis. Sed Plato non est Sortes nec pars Sortis. Ergo Plato differt a solo Sorte.

61. Solutio. Prima falsa et altera probativa est falsa, hec scilicet 'non ab alio a Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis', quia sua contradictoria est vera, hec scilicet 'ab alio a Sorte differt quicquid non est Sortes vel pars Sortis'. Et si querat aliquis 'a quo alio?', dicendum quod nulla est questio, quia iste terminus 'alio' non tenetur determinate pro uno sed communiter pro pluribus. Sicut hic: posito quod omnis homo videat proprium equum tantum, tunc hec est vera 'equum videt omnis homo' nec tamen est querere 'quem equum?', quia iste terminus 'equum' non tenetur determinate pro uno sed communiter pro pluribus.

Utrum dictio exclusiva addita maiori numero excludat minorem vel econverso

62. Item. Videtur quod dictio exclusiva addita toti numerali possit excludere partem eius sive addita maiori numero possit excludere minorem, quia omnes numeri sunt specie differentes (ut binarius, ternarius, quaternarius et sic de aliis), quia sunt diverse species ex opposito dividentes Numerum, qui est genus omnium specialium numerorum. Ergo dictio exclusiva addita uni excludit omnes alias. Ergo si dictio exclusiva addatur maiori numero, excludet quamlibet unitatem <et ita> quemlibet minorem, quia addita quinario excludit quamlibet

aliam speciem, ergo quamlibet minorem speciem. Sed contra. Quilibet numerus maior semper ponit suum preiacentem. Et ideo dicit Aristoteles si duo sunt, unum esse; ergo minor numerus semper intelligitur in maiori. Sed dictio exclusiva non removet quod intelligitur in suo preiacente. Ergo dictio exclusiva adiuncta maiori numero non excludit minorem.

63. Solutio. 'Numerus' duobus modis sumitur, sicut quodlibet aliud totum. Quia uno modo sumitur 'numerus' ratione sue totalitatis (sive ratione totius aggregationis, quod idem est). Et sic dictio exclusiva adiuncta maiori numero excludit quemlibet minorem ut 'tantum decem sunt paria; non ergo octo neque sex neque quatuor'; et etiam excludit omnes superiores, ut, sic: 'tantum decem sunt paria, non ergo undecim neque duodecim sunt paria' et sic de aliis ascendendo. Alio autem modo sumitur non ratione sue totalitatis (sive totius aggregationis), sed ratione eorum ex quibus est (vel ex quibus fit). Et sic dictio exclusiva addita maiori numero non excludit minorem, immo potius ponet. Unde non sequitur 'tantum decem currunt; non ergo novem currunt vel septem', immo potius oppositum sequitur, quia si currant tantum decem, sequitur quod novem currant et etiam quod octo currant. Et sic patet quod dictio exclusiva adiuncta maiori uno numero uno modo excludet minorem et alio modo non. Sed minori numero semper excludit maiorem.

De quadam regula

64. Unde de parte in quantitate et de parte integrali et de parte in loco et de parte in tempore et de parte numerali talis datur regula:

quotienscumque dictio exclusiva adiungitur parti, semper excludit suum totum, excepto toto universali et toto in modo.

65. Ad duo prima argumenta facilis est solutio. Quia primum argumentum accepit species numeri ratione suarum totalitatum (sive aggregationum); et sic dictio exclusiva adiuncta uni excludet omnes alias. Secundum autem accepit species numeri ratione eorum ex quibus sunt.

Sophisma

66. Circa predicta queritur de hoc sophismate SOLIS TRIBUS SOLA DUO SUNT PAUCIORA. Probatio. Tribus sola duo sunt pauciora. Et non aliis a tribus sola duo sunt pauciora. Ergo solis tribus sola duo sunt pauciora. Contra. Solis tribus sola duo sunt pauciora. Ergo solis tribus duo sunt pauciora.

67. Solutio. Prima duplex, quia exponi per dictionem exclusivam existentem in obliquo; et sic probatur et sic est vera; et est sensus 'solis tribus etc.' idest sola duo sunt pauciora tribus et sola duo non sunt pauciora aliis a tribus. Vel potest exponi per exclusionem existentem in rectitudine; et sic improbat et sic est falsa; et est sensus 'solis tribus etc.' idest solis tribus duo sunt pauciora et non alia quam duo solis tribus sunt pauciora. Et ideo altera de exponentibus est falsa, hec scilicet 'solis tribus duo sunt pauciora', cum duo sint pauciora omnibus aliis numeris ascendendo. Et ita non solis tribus duo sunt pauciora.

De quadam regula

68. Unde solet dari talis regula:

quotienscumque duo sincategoreumata ponuntur in eadem locutione seipsa attingentia, duplex est locutio, quia unum potest esse determinatio alterius vel econverso.

Et hoc est quod solebant dicere antiqui quod unum poterat includere reliquum vel econverso includi ab eo aut excludere alterum vel excludi ab eo.

69. Et nota quod in numeris est duplex ascensus, quia unus est causarum et alius quantitatis sive augmenti in quantitate. Unde loquendo de ascensu causarum omnes minores numeri sunt superiores maioribus, quia minores sunt causa maiorum. Unde quanto minor est numerus, tanto superior est, quia intantum est prior causa; et omnis causa prior superior est. Et ideo supremum principium in numeris est unitas. Et a maioribus numeris (loquendo de ascensu cause) semper est ascendere ad quemlibet minorem et ultimo ad unitatem; econverso est descendere. Sed loquendo de ascensu quantitatis sive de ascensu augmenti quantitatis, tunc maiores numeri superiores sunt et minores inferiores, eoquod maius est augmentum, vel maior quantitas, in maioribus quam in minoribus. Et hoc modo fit ascensus a minori numero ad maiorem; econverso descensus. Et sic ascensus et descensus fiunt dupliciter in ordine numeri.

De differentia harum dictionum 'tantum' et 'solus'

70. Hiis habitis habentur septem questiones que fiebant circa quartam questionem, que erat descendendo ad unam causam exclusionis, scilicet que erant ea que debent excludi. Consequenter queritur de quinta questione que fiebat in principio huius tractatus, scilicet qualiter 'tantum' et 'solus' differant in suis exclusionibus. Et dicendum quod hec dictio 'solus' excludit semper ab aliquo casuali, sive ponatur in subiecto sive in predicato, ut 'solus Sortes currit' idest Sortes e nullus alius; in predicato autem, ut 'do tibi solum denarium' idest denarium et nullam aliam rem. Sed hec dictio 'tantum' aliquando excludit ab aliquo casuali, ut 'tantum Sortes currit' vel 'tantum album currit' vel 'tantum legens currit' idest Sortes currit e nullus alius, et sic de aliis; aliquando excludit ab aliquo actu reliquos actus, ut cum dicitur 'Sortes tantum legit' idest legit et nichil aliud facit. Sed contra. Hec dictio 'tantum' est adverbium. Ergo semper excludit ab actu, quia adverbium natum est determinare verbum et ferri ad ipsum.

71. Et dicendum quod sicut dispositio substantie est duplex, quia una est dispositio substantie secundum se et absolute (ut album, nigrum et consimilia) et alia est dispositio substantie mediante actu (ut cum dicitur 'iste incedit superbus', hec dictio 'superbus' in hac oratione dicit superbiam que inest substantie per actum), – similiter duplex est dispositio actus, quia quedam est actus secundum se et absolute (ut 'bene', 'male', 'velociter') et talis dispositio actus semper determinat actum absolute et non mediante substantia, ut 'bene legit', 'velociter currit'; alia dispositio actus mediante substantia ut 'tantum', 'tantummodo', 'solum', 'solummodo'; et tales dispositiones actus aliquando determinant actum absolute, aliquando vero mediante substantia. Et ideo quando hec dictio 'tantum' determinat actum absolute, tunc excludit ab aliquo actu omnes alios actus; quando vero determinat actum mediante substantia vel aliquo

casuali, tunc excludit ab ipso casuali, ut patuit in predictis exemplis.

Sophisma

72. Item. Queritur de hoc sophismate SOLUS SORTES EXCLUDITUR, posito quod solus Sortes excludatur ab aliquo subiecto respectu alicuius predicati et nullus alius. Probatio prime. Sortes excluditur. Et nullus alius a Sorte excluditur. Ergo solus Sortes excluditur. Contra. Hec est quedam propositio exclusiva in qua excluduntur omnes alii a Sorte. Non ergo solus Sortes excluditur.

73. Solutio. Prima simpliciter vera. Et improbatio peccat secundum quid et simpliciter, quia quamvis sit propositio simpliciter exclusiva, tamen sua exclusio fit respectu huius actus 'excludi'. Sed quod excluditur ab exclusione, non excluditur, sicut quod privatur a privatione, non privatur quia privare a privatione non est privare sed potius dare habitum, ut privare cecitatem non est privare sed dare visum. Et sic privare privationem non est privare et privari privatione non est privari. Et ideo excludi ab exclusione non est excludi.

74. Item. Videtur quod debeat 'solus' restringere terminum cui adiungitur, per quamdam regulam prius datam:

omne adiectivum non diminuens nec habens vim ampliandi adiunctum ex eadem parte termino communi restringit terminum cui adiungitur.

Sed hec dictio 'solus' est talis. Ergo debet restringere terminum cui adiungitur. Et dicendum quod regula debet intelligi de adiectivis specialibus (ut 'albus', 'niger' et consimilia) et non de adiectivis generalibus, quia generalia non restringunt, eoquod restringens debet esse minus commune. Sed 'solus' est adiungibile rebus omnium generum. Et ideo non potest restringere. Vel dicendum quod quedam sunt adiectiva que imponuntur ab aliqua qualitate (ut 'albus' ab 'albedine' et 'niger' a 'nigredine') et talia restringunt quando qualitates a quibus summuntur, sunt speciales alia autem sunt adiectiva que imponuntur a substantia oblique sumpta, ut 'solus'; 'solus' enim est 'non cum alio'. Unde in eo intelligitur iste ablativus 'alio' significans substantiam diversam in obliquitate. Et talia non restringunt.

Sophisma

75. Item. Posito quod solus Sortes sciat hoc enuntiabile 'equum esse animal' et ipse cum Platone et cum aliis multis sciat multa alia enuntiabilia, queritur de hoc sophismate SOLUS SORTES SCIT ALIQUOD ENUNTIABILE QUOD NON OMNIS ALIUS A PLATONE IGNORAT. Probatio. Sortes scit aliquod enuntiabile quod alius a Platone ignorat, quia scit equum esse animal, et hoc enuntiabile alius a Platone ignorat. Ergo omnis alius vel non omnis alius a Platone. Si omnis, ergo solus Sortes scit aliquod enuntiabile quod omnis alius a Platone ignorat. Ergo Sortes scit aliquod enuntiabile quod omnis alius a Platone ignorat. Ergo Sortes scit aliquod enuntiabile quod Sortes ignorat. Quod falsum est. Si non omnis, ergo solus Sortes scit aliquod enuntiabile quod non omnis alius a Platone ignorat. Et hec est prima. Contra. Alius a Sorte scit aliquod enuntiabile quod non omnis alius a Platone ignorat, sicut unum de

communiter scitis. Non ergo solus Sortes sicut etc.

76.Solutio. Prima simpliciter vera. Et iste due 'alius a Sorte scit aliquod enuntiabile quod non omnis alius a Platone ignorat' et 'non alius a Sorte scit aliquod enuntiabile quod non omnis alius a Platone ignorat' contradicunt uno modo et alio modo non, quia hoc quod dico 'aliquod enuntiabile' supponit indefinite per implicationem sequentem, que potest restringere pro diversis, cum ponatur in ea hoc relativum diversitatis, scilicet 'aliud' indefinite sumptum. Unde in prima hoc quod dico 'aliquod enuntiabile' supponit solum pro hoc, scilicet 'equum esse animal', et hoc relativum 'aliud' tenetur pro Sorte solum. Unde concedo quod solus Sortes scit aliquod enuntiabile et nullus alius a Sorte, hoc modo. Cum autem dicit 'alius a Sorte scit aliquod enuntiabile quod non omnis alius a Platone ignorat', tunc hoc quod dico 'aliquod enuntiabile' non supponit pro eodem enuntiabili sed pro alio. Unde non contradicunt. Sed cum pro eodem supponunt, tunc contradicunt.

TRACTATUS QUARTUS

DE DICTIONIBUS EXCEPTIVIS

introductio

1. Sequitur de dictionibus exceptivis, ut 'preter', 'preterquam' et 'nisi'. Et primo queritur quid significet dictio exceptiva; secundo propter quid dicatur dictio exceptiva; tertio que et quot sint cause que exiguntur ad exceptionem; quarto quam habitudinem sive comparisonem denotet dictio exceptiva; quinto cum semper excipiat partem multitudinis, a qua multitudine debeat excipere; sexto utrum propositio exceptiva sit universalis vel singularis; septimo quomodo sumatur sub ea, sive quomodo sit sillogizabilis; octavo et ultimo queritur de constructione ipsius.

Quid significet dictio exceptiva

2. Circa primum nota quod hec dictio 'preter' non significat exceptionem, sicut quidam dicunt, quia neque significat eam ut conceptam neque ut exercitam. Quod probatur eisdem rationibus quibus ostendebatur prius quod hec dictio 'solus' non significat exclusionem ut conceptam neque ut exercitam. Item. Ostenditur per hoc quod neutro modo significat exceptionem hec dictio 'preter', quia: nulla prepositio significat affectum vel exercitium sed tantum significat habitudinem casualis ad actum. Ergo hec dictio 'preter' non significat exceptionem ut affectum vel ut exercitium. Et quod non significat eam ut conceptam patet sicut prius de dictionibus exclusivis. Et sic hec dictio 'preter' nullo modo significat exceptionem. Quod concedimus dicentes quod hec dictio 'preter' significat instantiam in parte sive 'non cum hoc'. Et ideo dicitur dictio instantiva.

3. Sed tunc obicitur quod cum sit instantia propositio propositioni contraria (ut est in Secundo Priorum) et hec est aut universalis aut particularis, ergo contingit instantiam ferre non solum in parte sed etiam in toto. Ergo sicut habemus dictionem instantivam in parte, sicut 'preter', ita debemus habere dictionem instantivam in toto. Quod concedimus dicentes quod dictiones exceptive (ut 'preter' et consimiles) ferunt instantiam in parte, dictiones vero exclusive (ut

'tantum, 'solus' et consimiles) ferunt instantiam in toto, quia iste remouent partem a toto, ut 'omnis homo preter Sortem', ille vero econtrario remouent totum a parte, ut 'tantum Sortes' idest Sortes et nullus alius homo. Et sic patet primum.

Quare dictio dicatur exceptiva

4. Secundi vero patet solutio per predicta, quia hec dictio 'preter' et consimiles dicuntur exceptive non ab exceptione ut significata (ut obiectum est) sed ab exceptione ut exercita, sicut 'tantum' et 'solus' dicuntur exclusive non ab exclusione ut significata sed <ut> exercita.

Que et quot sint cause exceptionis

5. Circa tertium queritur que et quot sint cause que exiguntur ad exceptionem. Videtur enim quod sint tria, quia non potest fieri exceptio nisi aliquid excipiatur et ab aliquo et respectu alicuius. Ut cum dicitur 'omnis homo preter Sortem currit', 'Sortes' est exceptum et hec distribuito 'omnis homo' est id a quo excipitur, et iste actus qui est 'currere' est id respectu cuius excipitur. Ergo ista tria necessaria sunt ad exceptionem. Et dicendum quod quinque exiguntur ad exceptionem. Unum est excipiens (et hec est anima) et alterum est instrumentum excipiendi (et hec est dictio exceptiva, ut 'preter' et consimiles); et etiam exiguntur illa tria de quibus obicit, scilicet quod excipitur et a quo excipitur et respectu cuius. Unde predicta tria de quibus obieciat, exiguntur sed non sufficiunt ad exceptionem, quia predicta quinque oportet semper concurrere ad hoc quid fiat exceptio.

6. Sed obicitur quod hec dictio 'preter' non semper tenetur exceptive sed quandoque tenetur diminutive, sicut quidam dicunt, quia: quia hec est vera 'decem preter unum sunt novem'. Sed ex denario non potest fieri novenarius nisi per diminutionem denarii numeri. Ergo oportet quod hec dictio 'preter' teneatur ibi diminutive. Et sic hec dictio 'preter' equivocatur ad exceptionem et diminutionem. Sed contra. Omnis pars est semper in suo toto secundum habitudinem per quam habitudinem est pars, ut si in actu est pars, et secundum actum est in suo toto; et si in habitu est pars, et secundum habitum est in suo toto. Ergo pars secundum quod est pars, non potest esse extra suum totum. Ergo si ponatur extra suum totum, tunc non erit extra secundum se sed respectu alicuius alterius. Sed sicut unitas est pars denarii, ita unum est pars decem. Ergo unum non potest excipi a decem nisi respectu alicuius tertii. Ergo cum dicitur 'decem preter unum sunt novem', ibi est quod excipitur (quia unum) et a quo excipitur (quia decem) et respectu cuius (quia respectu huius actus, scilicet 'esse novem'), et etiam excipiens quod excipit (scilicet intellectus) et instrumentum per quod excipit. Ergo ibi sunt quinque cause predictae. Que sufficiunt ad exceptionem. Ergo tenetur ibi exceptive et non diminutive. Et sic in omnibus consimilibus. Et sic semper tenetur exceptive. Quod concedimus.

Quam habitudinem denotet dictio exceptiva

7. Circa quartum queritur in hunc modum. cum ubicumque est exceptio, excipiatur aliquid ab aliquo quod fert instantiam secundum partem eius a quo excipitur, necesse est ergo quod id quod excipitur sit pars eius a quo excipitur; et etiam sit secundum actum in eo a quo excipitur. Sed cum pars subiectiva et pars in modo non ferrant instantiam contra suum totum, quia non sunt actuliat in suo toto, ideo neutra harum potest excipi a suo toto. Ergo oportet quod dictio

exceptiva dicat habitudinem partis actualiter existentis in toto ad suum totum. Et ideo omnes iste sunt incogruae 'homo preter Sortem currit', 'Plato preter Sortem currit', quia exceptum non est actualiter pars eius a quo fit exceptio. Et ita dictio exceptiva non repperit habitudinem ad quam naturaliter ordinetur.

8. Item. Nulla pars fert instantiam contra suum totum nisi per sui negationem contradicat ei. Sed pars subiectiva per sui negationem non contradicit toti, quia Sorte non existente adhuc est homo. Et similiter de parte in modo. Ergo relinquitur quod partes omnes aliorum generum contradicant suo toti per sui negationem. Sed ille sunt actualiter in suo toto, ut patet in toto integrali et toto in quantitate. Ergo hec dictio 'preter' solum dicit habitudinem partis actualiter existentis in suo toto ad suum totum. Item. Nulla pars fert instantiam toti nisi sequatur ad ipsum. Sed nulla pars sequitur ad suum totum nisi actualiter sit in ipso. Ergo nulla pars fert instantiam contra suum totum nisi actualiter sit in ipso. Ergo hec dictio 'preter' dicit comparationem partis actualiter existentis in suo toto ad suum totum. Quod concedimus.

De quibusdam regulis

9. Ex hiis patent plures regule. Prima talis est:

oportet exceptum secundum naturam actualiter contineri in eo a quo fit exceptio, et removeri ab ipso respectu predicati vel alicuius tertii.

Ut hic: 'omnis homo preter Sortem currit'. Secunda regula est talis:

quotienscumque tot excipiuntur quot supponuntur, locutio est impropria et falsa.

Ut 'omnis homo preter omnem hominem currit'. Cum enim exceptum non stat in ratione partis, non repperit dictio exceptiva comparationem quam exigit; et sic est ibi improprietas. Et cum precicatum ponatur in quolibet et removeatur a quolibet, oportet ipsam esse falsam. Tertia regula talis est:

contra totam falsam non est dare instantiam.

Ut 'omnis homo preter omnem hominem est lapis'. Propositio autem tota falsa est que est contraria vere, ut vult Aristotiles in Secundo Priorum. Ut 'omnis homo est asinus'; hec est contraria vere, idest habet falsitatem pro qualibet sui parte. Unde a tali non potest fieri exceptio, quia oporteret excipere quamlibet sui partem. Et sic omnia exciperentur quecumque supposita essent. quod est contra secundam regulam.

Sophismata

10. Secundum predicta queritur de hoc sophismate OMNE ANIMAL PRETER HOMINEM

EST IRRATIONALE. Probatio. Hec est falsa 'omne animal est irrationale'. Et non est instantia nisi in homine. Ergo facta exceptione pro eo est vera. Ergo hec est vera 'omne animal preter hominem est irrationale'. Contra. Omne animal preter hominem est irrationale. Ergo omne animal preter hunc hominem est irrationale. Quod falsum est.

11. Solutio. Prima vera. Et probatio bene tenet. Sed improbatio peccat secundum figuram dictionis a simplici ad personalem, quia iste accusativus 'hominem' post dictionem exceptivam habet simplicem suppositionem, cum sit terminus communis cum dicit 'omne animal preter hominem est irrationale'. Sed cum dicit 'omne animal preter hunc hominem', iste accusativus 'hunc hominem' habet personalem suppositionem. Et sic est ibi figura dictionis. Item. Est ibi consequens ab inferiori ad superius cum distributione (sicut hic: 'omnis homo; ergo omne animal'), quia in hac propositione 'omne animal preter hominem est irrationale' ista distributio 'omne animal' comprehendit in se omne animal aliud ab homine tantum. Sed cum dicitur 'omne animal preter hunc hominem', ista distributio 'omne animal' comprehendit in se omne animal aliud ab isto homine et ita comprehendit omnia animalia que prius comprehendebat, etiam omnes homines alios ab isto homine. Et sic augmentatur suppositio, sicut hic: 'omne animal aliud ab homine; ergo omne animal aliud ab isto homine'.

12. Idem autem est iudicium de hoc sophismate OMNE ENUNTIABILE PRETER VERUM EST FALSUM. Et penitus eadem est probatio et improbatio, et omnino eadem est solutio et de hiis OMNE ANIMAL PRETER SANUM EST EGRUM; OMNIS QUANTITAS PRETER CONTINUAM EST DISCRETA; OMNE CORPUS PRETER INANIMATUM EST ANIMATUM.

A qua multitudine excipiat dictio exceptiva

13. Circa quintum queritur a qua multitudine habeat excipere dictio exceptiva, quia non excipit indifferenter a qualibet multitudine. Nichil enim esset dictu 'homines preter Sortem currunt'. Ergo non excipit a multitudine que est in nomine pluralis numeri. Et etiam nichil est dictu 'turba preter Sortem currit'. Ergo non excipit a multitudine nominis collectivi.

14. Et dicendum quod duplex est multitudo. Quia quedam est multitudo que est modus intelligendi. Et hec est in nomine pluralis numeri; omnia enim accidentia partium orationis sunt modi intelligendi. Et ab hac multitudine que est modus intelligendi, non excipit dictio exceptiva. Alia autem est multitudo que non est modus intelligendi sed est multitudo rei. Et hec iterum est duplex. Quia est quedam potentialis. Et hec est in quolibet universali, quia quodlibet universale potentia habet in se sua individua. Et iterum ab ista non potest excipere dictio exceptiva. Et ideo nichil est dictu 'homo preter Sortem currit'. Alia autem est multitudo rei que est multitudo actualis. Et hec est in toto in quantitate, quando universale quod sumitur universaliter, continet sub se plura individua, ut 'omnis homo' vel 'omne animal'. Hec est etiam multitudo que est in toto integrali et in aliis totis habentibus naturam horum.

15. Et ab hac multitudine excipit dictio exceptiva. Que est multitudo actualis, quia hanc excipit. Quod sic probatur. Dictum est enim in predictis quod dictio exceptiva semper excipit partem actualiter existentem in suo toto a suo toto. Ergo cum oporteat partem aliam vel alias relinqui in ipso toto, quia non possunt tot excipi quot supponuntur, oportet tunc quod illa alia pars vel ille alie partes actualiter sint in suo toto. Ergo dictio exceptiva semper excipit multitudinem partium actualiter existentium in suo toto. Item. Omnes partes in quas dividitur totum, ita se habent ad totum quod si una est actualiter in toto, et omnes alie; et si una potentia, omnes alie, ut patet inductive in toto universali et in toto integrali et in aliis totis. Sed dictio exceptiva nata est excipere partes in quas totum dividitur. Sed excipit partem actualiter existentem in toto.

Ergo oportet ibi esse aliam partem vel alias partes actualiter existentes. Ergo dictio exceptiva exigit multitudinem partium actualiter existentium in suo toto. Item. Dictio exceptiva in actu excipit. Ergo in actu invenit quod excipit a toto. Sed non inveniret in actu quod exceperet nisi actualiter esset in toto. Sed non inveniret in actu quod exciperet nisi actualiter est in toto. Ergo quod excipit, actualiter est in toto. Sed nichil actualiter est in toto nisi pars actualis. Ergo dictio exceptiva semper excipit partem actualiter existentem in toto. Et est idem quod prius. Quod autem dictio exceptiva excipiat a quolibet toto habente in se multitudinem actualem, patet inductive in quolibet toto.

De toto in quantitate, cum sophismatibus

16. Et primo patet in toto in quantitate, ut 'omnis homo preter Sortem currit': hic enim a toto in quantitate excipitur pars eius. Et etiam in hoc sophismate OMNIS HOMO PRETER SORTEM EXCIPITUR, posito quod omnes alii a Sorte excipiantur respectu alicuius predicati et Sortes non. Probatio prime. Hec est falsa 'omnis homo excipitur'. Et non est instantia nisi in Sorte. Ergo facta exceptione pro Sorte erit vera. Ergo hec est vera 'omnis homo preter Sortem excipitur'. Contra. In hac propositione dictio exceptiva adiungitur 'Sorti'. Ergo excipit ipsum respectu predicati. Ergo Sortes excipitur. Ergo prima falsa.

17. Solutio. Prima vera simpliciter. Et improbatio peccat secundum quid et simpliciter, quia excipere ab exceptione non est excipere simpliciter sed secundum quid, sicut privare a privatione non est privare simpliciter sed secundum quid; immo potius est dare habitum, ut privare a cecitate est dare visum. Ergo excipi ab exceptione non est excipi simpliciter sed secundum quid. Et ideo, licet Sortes excipiantur respectu huius predicati 'excipi' (sicut est in prima), non tamen excipiantur simpliciter. Et ideo est ibi fallacioso secundum quid et simpliciter. Et sic patet quod exceptio fit a toto in quantitate.

De toto integrali, cum sophosmatibus

18. Patet etiam quod fit a toto integrali, ut TOTA DOMUS PRETER PARIETEM EST ALBA et TOTUS SORTES PRETER PEDEM POTEST CONTINERI AB ARCHAM, posito quod totus Sortes possit intrare archam, ita quod archa non possit recipere pedem eius cum eo. Probatio prime. Hec est falsa 'totus Sortes potest contineri ab archa'. Et non est instantia nisi in pede. Ergo facta exceptione pro pede erit vera. Ergo hec est vera 'totus Sortes preter pedem potest contineri ab archa'. Contra. Pes Sortis potest contineri ab archa. Non ergo totus Sortes preter pedem potest contineri ab archa. Ergo prima falsa.

19. Solutio. Prima vera simpliciter. Et improbatio peccat secundum accidens, quia duplici de causa pars excipitur a toto respectu predicati. Aliquando enim excipitur pars a toto respectu predicati eoquod pars secundum se non vere subicitur predicato. Ut hic: 'omne animal preter hominem est irrationale': 'homo' excipitur a suo toto, quia non vere subicitur 'irrationali'. Hec enim est falsa 'homo est irrationale'. Aliquando autem pars excipitur a suo toto eoquod, quamvis recipiat predicatum secundum se, non tamen recipit ipsum prout est in suo toto. Et sic pes Sortis bene potest locari in archa secundum se, sed prout est unitus in suo toto sive cum suo toto, non potest locari in archa. Unde cum dicit improbando 'pes Sortis potest contineri ab archa; non ergo totus Sortes preter pedem potest contineri ab archa', peccat secundum accidens, quia, quamvis pes possit contineri secundum se, non tamen ut est in suo toto. Sicut hic: 'cognosco Coriscum; non ergo ignoro venientem'. Licet enim cognoscam Coriscum secundum se, ignoro tamen ipsum prout et veniens; et sic est ibi accidens.

De toto in loco et toto in tempore

20. Item. Patet quod a toto in loco potest fieri exceptio, ut 'pluit ubique preterquam hic'. Et etiam a toto in tempore, ut 'pluit semper preterquam heri'.

De toto numerali, cum sophismatibus

21. Et sic patet quod dictio exceptiva excipit semper a suo toto habente in se multitudinem actualem. Patet etiam hoc in toto numerali, ut 'decem preter unum currunt'. Et etiam in hoc sophismate DECEM PRETER QUINQUE SUNT QUINQUE. Quod sic probatur. Hec est falsa 'decem sunt quinque'. Sed non est instantia nisi pro quinque. Ergo facta exceptione pro quinque erit vera. Ergo hec est vera 'decem preter quinque sunt quinque'. Contra. Decem preter quinque sunt quinque. Ergo quinque non sunt quinque, quia predicatum semper removetur ab excepto.

22. Solutio. Prima est vera simpliciter. Et improbatio peccat secundum accidens, quia, sicut patet, pars duobus modis causat falsitatem in oratione. Uno enim modo quia predicatum non convenit parti secundum se (et sic est falsa hec 'omnis homo currit' Sorte non currente), alio autem modo causat falsitatem in oratione, quia, licet predicatum conveniat parti secundum se, non tamen convenit ei ut est in suo toto (et sic est falsa hec 'totus Sortes potest locari in archa', cum pes Sortis non possit in ea esse cum Sorte). Et sicut falsitas causatur per partem indifferenter, sive hoc modo sive illo, similiter indifferenter contingit excipere partem a toto, aliquando hoc modo, aliquando illo, ut sicut causatur falsitas in oratione per partem, ita per eundem modum fiat exceptio circa partem.

23. Dicendum ergo breviter quod prima simpliciter est vera. Et improbatio peccat secundum accidens, quia 'esse quinque' predicatur de quinque secundum se (ut 'quinque sunt quinque') sed non predicatur de quinque secundum quod quinque sunt sub forma totius. Et ita peccat secundum accidens, sicut prius patuit de hoc sophismate 'totus Sortes preter pedem potest locari in archa'.

24. Ad illud autem quod obicit quod predicatum semper removetur ab excepto, dicendum quod non est verum, quia quando falsitas causatur in oratione per partem eoquod predicatum non convenit parti, tunc predicatum removetur ab excepto. Sed quando causatur falsitas in oratione eoquod, licet predicatum conveniat parti secundum se, non tamen convenit ei ut est in suo toto, tunc predicatum non contingit removeri ab excepto. Et sic est in proposito. Unde non sequitur 'decem preter quinque sunt quinque; ergo quinque non sunt quinque'.

Utrum exceptiva sit universalis vel singularis

25. Circa sextum sic obicitur. Propositio universalis est que omni aut nulli inesse significat, ut est in Primo Priorum. Sed propositio exceptiva non significat inesse omni aut nulli, quia ponit instantiam in aliquo vel in aliquibus. Ergo propositio exceptiva non est universalis. Item ad idem. Solet dari talis regula:

dictio exceptiva vult invenire distributionem mobilem et reddere eam immobilem.

Ergo cum dicitur 'omnis homo preter Sortem currit', hec distributio 'omnis homo preter Sortem' est immobilis. Ergo non stat in ratione universalis, cum contingat fieri motum sub qualibet universali. Et patet quod non est indefinita neque particularis. Ergo est singularis.

26. Et dicendum quod propositio universalis est duplex. Quia quedam est completa et alia incompleta. Completa est illa in qua subiectum pro qualibet sui parte recipit predicatum, ut 'omnis homo albus currit'; hic enim 'homo albus' subicitur cursui pro quolibet homine albo. Incompleta est illa in qua subicitur subiectum non pro qualibet sui parte sed pro quibusdam. Et sic omnis exceptiva est universalis, ut 'omnis homo preter Sortem currit'. Primo autem modo nulla exceptiva est universalis. Ad primum autem argumentum dicendum quod obicitur de propositione universali completa et perfecta. Secundi autem argumenti patebit solutio in septima questione.

Quomodo exceptiva sit sillogizabilis

27. Circa septimum sic obicitur. Cum dicitur sic 'omnis homo preter Sortem currit; sed Plato est homo; ergo Plato preter Sortem currit', nulla est talis illatio neque sic potest fieri sillogismus. Ergo non est sillogizabilis propositio exceptiva. Item ad idem. Cum omnis exceptiva sit immobilis (per regulam precedentem), ergo non potest fieri sumptio sub ea. Ergo non est sillogizabilis.

28. Et dicendum quod propositio exceptiva est sillogizabilis, sic:

'omnis homo preter Sortem currit

Plato est homo

ergo Plato currit',

quia ista determinatio 'preter Sortem' non debet sumi ad medium neque in conclusione, eoquod est determinatio subiecti in comparatione ad predicatum et nulla talis determinatio sumitur ad medium neque in conclusione, sed solum debet sumi determinatio eius quod est subiectum, quia hec est absoluta, alia autem est respectiva.

29. Ad aliud autem dicendum quod propositio exceptiva est mobilis, quia est sillogizabilis, sicut dictum est, assumendo omnes partes alias ab excepto. Unde predictam regulam dicimus esse falsam, vel saltem erit intelligenda quantum ad exceptum, hoc est quod nulla pars potest assumi cum excepto. Unde non sequitur 'omnis homo preter Sortem currit; ergo Plato preter Sortem currit; ergo virgilius preter Sortem currit, et sic de aliis'.

Sophisma

30. Secundum predicta queritur de hoc sophismate SORTES BIS VIDIT OMNEM HOMINEM PRETER PLATONEM, posito quod Sortes una vice viderit omnem hominem preter platonem et alia vice omnem hominem. Probatio prime. Hec est falsa 'Sortes bis vidit omnem hominem'. Et non est instantia nisi in Platone. Ergo facta exceptione pro eo erit vera.

Ergo hec est vera 'Sortes bis vidit omnem hominem preter Platonem. Contra. Sortes bis vidit omnem hominem preter Platonem. Ergo bis non vidit Platonem. Ergo una vice et alia vice non vidit Platonem. Quod falsum est.

31. Solutio. Prima duplex, eoquod hec dictio 'bis' potest determinare hoc verum 'videre' prout transit supra accusativum sequentem cum sua determinatione facta per exceptionem. Et tunc est sensus Sortes vidit omnem hominem preter Platonem, et hoc bis. Et tunc sequitur quod nulla vice viderit Platonem. Et sic est falsa. Et sic hec dictio 'preter' excipit ab hoc quod est 'videre omnem hominem'. Et sic prius advenit hec dictio 'preter' in oratione. Alio autem modo dictio 'bis' potest determinare tantum hoc quod est 'videre omnem hominem'. Et tunc hec dictio 'preter' excipit ab eo quod est 'bis videre omnem hominem'. Et sic est vera, quia non bis vidit Platonem. Et sic hec dictio 'bis' prius intelligitur advenire in oratione quam hec dictio 'preter'.

De quibusdam regulis

32. Ex predictis patent plures regule. Quarum prima talis est:

cuiuslibet exceptive vere sua preiacens est falsa.

Preiacens autem exceptive est illa propositio a qua removetur falsitas per dictionem exceptivam. Unde hic: 'omne animal est irrationale' est preiacens falsa huius exceptiva vere 'omne animal preter hominem est irrationale'. Alia regula est talis:

si aliqua propositio est vera sine exceptione, erit falsa apposta exceptione.

Sophisma

33. Item. Queritur de hoc sophismate QUELIBET VIGINTI PRETER DECEM SUNT DECEM. Probatio. Ista viginti preter decem sunt decem, illa viginti preter decem sunt decem, et sic de aliis. Ergo prima vera. Contra. Preiacens est tota falsa. Ergo non potest verificari per dictionem exceptivam, per hanc regulam:

contra totam falsam non est dare instantiam.

34. Solutio. Prima falsa simpliciter. Probatio autem peccat secundum accidens, sicut in hoc sophismate OMNE COLARATUM PRETER UNUM CURRIT. Probatio. Omne album preter unum currit. Omne nigrum preter unum currit. Omne medio colore coloratum preter unum currit, posito quod iste tres sunt vere. Ergo omne coloratum preter unum currit. Contra. Prima est tota falsa. Ergo non potest verificari per exceptionem. Patet autem accidens probationis, cum quelibet premissarum non habeat instantiam nisi in uno et conclusio habeat instantiam in tribus, scilicet in uno albo et in alio nigro et in tertio medio colore colorato.

De contruotione dictionis exceptive

35. Circa octavum obicitur quod hec dictio 'preter' non construatur cum accusativo casu, quia comparatio importata per hanc dictionem 'preter' est ipsius actus vel respectu actus. Ergo determinat actum. Sed actus habet significari per verbum. Ergo hec dictio 'preter' determinat verbum. Ergo est adverbium. Ergo non est prepositio neque verbum, cum sint partes orationis diverse ab adverbio. Ergo non construatur cum accusativo.

36. Et dicendum quod 'preter' non est adverbium sed prepositio, quia adverbia determinant ipsum verbum ratione actus vel ratione alicuius comparationis debite ipsi actui, cum adverbium sit ut verbo adiectum. Sed prepositiones non dicunt comparationem actus, immo dicunt comparationem substantie oblique significate ad actum vel respectu actus. Et sic differunt prepositiones et adverbia. Unde non sequitur, si dicat comparationem aliquam respectu actus, quod ideo sit adverbium, immo potius sequitur quod non sit adverbium.

37. Item. Cum dicitur 'iste currit ibi', hoc adverbium 'ibi' dicit determinationem actus. Sed eadem determinatio significatur in hac oratione 'iste currit in illo loco'. Ergo ista prepositio 'in' dicit eandem comparationem cum hoc adverbio 'ibi'. Ergo est adverbium, cum dicat eandem comparationem. Et similiter de aliis prepositionibus, ut 'transivit illac' idest per illam partem; et 'movetur sursum' idest ad locum superiorem; et 'currit velociter' idest cum velocitate, et 'factum est celitus' idest a celo; et 'currit velociter' idest cum velocitate et 'factum est celitus' idest a celo; et 'divinitus' idest a Deo. Ergo prepositiones idem significant cum adverbiis, quia similiter in omnibus aliis prepositionibus. Ergo prepositiones non differunt ab adverbiis. Ergo hec dictio 'preter' est adverbium. Ergo non construatur cum accusativo.

38. Et dicendum quod hoc adverbium 'velociter' dicit velocitatem ut determinationem actus cum dicto 'currit velociter'. Sed si dicam 'currit cum velocitate', hec prepositio 'cum' non dicit velocitatem ut determinationem actus sed dicit comparationem unius ad alterum, ut velocitatis ad actum. Similiter hoc adverbium 'ibi' dicit locum ut determinationem actus, sed hec prepositio 'in' non dicit locum ut determinationem actus sed dicit comparationem ipsius loci ad actum qui fit in eo; et sic de aliis. Unde prepositiones non significant idem cum adverbiis. Unde hec dictio 'preter' non est adverbium sed est prepositio.

39. Item. Hec dictio 'preter' removet verbum personale ab excepto. Sed verbum alicuius persone non removetur nisi a nominativo. Ergo hec dictio 'preter' construatur cum nominativo.

40. Et dicendum quod dupliciter removetur verbum personale ab aliquo casuali. Quia uno modo removetur eoquod negatur compositio unius ad alterum; et sic semper removetur verbum personale a nominativo, ut 'ego non curro', 'tu non legis', 'ille non disputat', et similiter in plurali. Alio autem modo removetur verbum personale ab aliquo casuali propter hoc quod illud casuale extrahitur ab aliquo recipiente in se illum actus; et sic semper removetur actus ab excepto per hac dictionem 'preter'. Sed hoc est valde ex consequenti, quia primo hec dictio 'preter' extrahit partem a toto (ut 'omnis homo preter Sortem'), secundo actus ponitur in toto a quo fit exceptio (ut 'omnis homo preter Sortem currit'), tertio quia actus positus in toto non reperiebat partem que prius remota erat a toto respectu ipsius actus. Ideo consequencebatur remotio ipsius actus a parte excepta. Sicut cum vidisti pluviam venientem, primo removisti librum a fenestra, secundo cecidit pluvia super fenestram, tertio sequitur quod non sit recepta in libro vel quod non ceciderit supra librum.

De hiis dictionibus 'preterquam' et 'nisi'

41. Sciendum autem quod quecumque sunt dicta de hac dictione 'preter', omnia debent intelligi

de hac dictione 'preterquam' et de hac ditione 'nisi', secundum quod est dictio exceptiva. Excepto hoc quod hec dictio 'preter' semper excipit in accusativo casu (ut dictum est), sed 'preterquam' et 'nisi' semper excipiunt in eodem casu in quo est totum a quo fit exceptio. Ut 'nullus homo currit preterquam Sortes' vel 'nisi Sortes'; 'nullius hominis miserior preterquam Sortis' vel 'nisi Sortis'; 'nulli homini parco preterquam Sorti' vel 'nisi Sorti'; 'nullum hominem video preterquam Sortem' vel 'nisi Sortem'; 'a nullo homine didici preterquam a Sorte' vel 'nisi a Sorte'.

TRACTATUS QUINTUS

DE DITIONIBUS CONSECUTIVIS

De hac Dictione 'si'

1. Dicto de dictionibus exceptivis dicendum est de dictionibus consecutivis. Et primo de hac dictione 'si'. De qua primo queritur quid significet; secundo quot sint species consecutionis sive consequentie; tertio utrum in conditionali contingat fieri descensum sub antecedente vel consequente; quarto qualiter sumatur contradictoria propositionis conditionalis; quinto utrum impossibile antecedit ad quidlibet sive ex impossibili sequatur quidlibet.

Quid significet hec dictio 'si'

2. Circa primum sic obicitur quod hec dictio 'si' non significat substantiam. Quia substantia dicitur quatuor modis; uno modo substantia dicitur materia (ut materia Sortis vel ignis vel aliorum elementorum); alio autem modo substantia dicitur forma (ut forma Sortis et aliarum rerum naturalium); tertio autem modo substantia dicitur compositum ex hiis, scilicet ex materia et forma (ut Sortes et alia individua); quarto autem modo substantia dicitur essentia dicens quid sive predicabile de pluribus (ut homo, animal et consimilia). Sed hec dictio 'si' nullo predictorum modorum significat substantiam. Ergo hec dictio 'si' substantiam non significat. Quod concedimus.

3. Item. Quidam dicunt quod hec dictio 'si' significat causalitatem, alii vero antecessionem, alii autem consecutionem. Videtur quod significet causalitatem, quia dicitur coniunctio causalis, et non nisi a significatione cause vel causalitatis. Ergo hec dictio 'si' significat causalitatem. Item. Videtur quod magis significet antecessionem quam consecutionem, quia magis se tenet cum antecedente quam cum consequente a parte rei. Cuius signum est quod semper adiungitur antecedenti (et non consequenti), ut 'animal est, si homo est'. Sed semper antecessio est forma antecedentis et consecutio consequentis. Ergo magis tenet cum antecedente quam cum consequente. Ergo si hec dictio 'si' significat alterum istorum, magis significat antecessionem quam consecutionem.

4. Item ad idem. 'Causa' dicitur dupliciter. Quia quedam est causa que est causa rei quoad esse, et hec est causa essendi, ut corpus et anima sunt causa hominis quoad esse et sol lucens super terram est causa diei quoad esse. Alia autem est causa que est causa consequendi. Et sic in qualibet conditionali antecedens est causa consequentis, non essendi sed consequendi; et in quolibet argumento premissa sunt causa conclusionis. Et sic est causa duplex, scilicet causa essendi et causa consequendi. Sed utroque istorum modorum causa in quantum causa est antecedens, et causatum in quantum causatum est consequens. Sed hec dictio 'si' significat

causam vel causalitatem. Ergo significat antecessionem et non consecutionem. Item. Videtur quod significet consecutionem, per diffinitionem coniunctionis datam a Prisciano sic: "coniunctio est pars orationis indeclinabilis coniunctiva aliarum partium vim vel ordinem demonstrans". Et Priscianus exponit sic: vim significant ille coniunctiones que significant res aliquas simul esse (ut 'pius et fortis fuit Eneas'); ordinem significant coniunctiones quando monstrant consequentiam aliquarum rerum (ut 'si ambulat, movetur'). Sed hec dictio 'si' et consimiles significant ordinem. Ergo significat consequentias rerum sive consecutionem. Non ergo antecessionem.

5. Et dicendum quod hec dictio 'si' significat causalitatem sive antecessionem. Et hoc non est significare plura sed unum, quia unum significat in altero sive per alterum. Quia per hoc quod significat causalitatem significat antecessionem, quia, sicut in omni causa intelligitur antecedens natura, cum omnis causa sit prior natura suo effectui, ita in causalitate intelligitur antecessio. Unde hec dictio 'si' significat causalitatem secundum quod in ea intelligitur antecessio. Et sic significat causalitatem in antecessione sive per antecessionem. Unde non significat duo sed unum.

6. <Ad> argumenta autem quibus ostenditur quod significat causalitatem sive antecessionem, concedimus quod significat, sicut dictum est, unum in altero sive per alterum. Ad argumentum autem probans quod hec dictio 'si' significet consecutionem dicendum quod non significat consecutionem sed significat antecessionem (ut diximus), quia ad antecessionem sequitur consecutio.

7. Et nota quod 'unum sequitur ad alterum' est multiplex. Quia quedam sequuntur eoquod sunt essentialiter predicabilia, ut diffinitio et genus et differentie ad speciem. Alia autem sequuntur eoquod sunt partes integrales, ut paries ad domum et cetera partes eius. alia autem sequuntur quia sunt partes essentielles, quamvis non sint partes integrales, ut corpus humanum et anima intellectiva ad hominem. Et dicuntur partes integrales quarum quilibet habet quantitatem. Et ideo corpus et anima non sunt partes integrales quia, licet corpus habeat quantitatem, tamen anima non habet quantitatem. Sed sunt partes essentielles animalis vel viventis, quia anima reperitur in hominibus ut intellectiva tantum et et in brutis ut sensitiva tantum et in terre nascentibus ut vegetativa tantum. Alia autem sequuntur quia sunt subiecta propria accidentium, vel e converso quia sunt propria accidentia subiectorum. Et sic sequitur linea ad rectum vel curvum, et numerus ad par vel impar, et corpus elementatum ad colorem tamquam propria subiecta, vel e converso rectum vel curvum ad lineam, et par vel impar ad numerum, et color ad corpus elementatum sicut accidentia propria subiecta. Sed nullo predictorum modorum consecutio sequitur ad antecessionem.

8. Alia autem sequuntur quia dicuntur ad se invicem relative, ut pater et filius, dominus et servus. Et hoc modo consecutio sequitur ad antecessionem. Sicut enim antecedens et consequens sunt ad aliquid, similiter antecessio et consecutio ad se invicem dicuntur. Unde hec dictio 'si' significat solum antecessionem. Et quia omnis antecessio consecutionis est antecessio, ideo ad significationem huius dictionis 'si' sequitur consecutio relative.

Quot sint species consecutionis

9. Circa secundum queritur quot sint species consecutionis, quia cum unum relatorum exigatur ad cognitionem alterius, oportet cognoscere consecutionem et modos sive species consecutionis ad hoc quod antecessio cognoscatur. Et dicendum quod consecutionis due sunt divisiones, excedentes et excesse. Una quidem divisio est ista: consecutionis alia est simul existentium, ut 'si homo est, animal est'. Alia est existentium secundum prius et posterius;

nam aliquando sequitur quod est prius, et aliquando quod est posterius. Et quod est prius, sequitur dupliciter. Quia aliquando in idemtempore temporis, ut 'si addiscit, ignorat'; prius enim est ignorare et sequitur ad addiscere, quod est posterius et in eodem tempore, quia quando addiscit, ignorat. Nichil enim addiscimus nisi quod ignoramus. Aliquando autem sequitur prius in diversitate temporis. Et hoc dupliciter. Uno modo sequitur prius in preterito, ut 'si fumus est, ignis fuit' et 'si panis est, farina fuit'; Et hoc accidit maxime in causis non permanentibus et in causis natura et tempore antecedentibus suum affectum. Alio autem modo prius sequitur in tempore futuro, ut 'purgatio et omnia alia que finaliter ordinantur ad sanitatem sunt; ergo sanitas erit' (sanitas enim causa finalis est predictorum). Causa enim finalis semper natura prior est suo effectui; aliquando autem est tempore posterior.

10. Ex predictis ergo patet quod prius aliquando sequitur in presenti, aliquando in preterito, aliquando in futuro. Hec autem diversitas consecutionis accidit eoquod causa tripliciter comparatur ad suum effectum. Aliquando enim causa est simul tempore cum suo effectui, quamvis non natura, ut sol lucens super terram cum die. Aliquando autem causa precedit effectum suum tempore et natura, ut ignis fumum et racemi vinum. Aliquando autem causa antecedit suum effectum natura et est posterior tempore; et hoc maxime solet accidere in causa finali. Et sic patet quod consecutionis alia est simul existentium, alia non simul existentium. Secunda vero divisio est ista: consecutionis alia est simplex, alia composita, sive secundum oppositiones, ut dictum fuit in tractatu Fallaciarum, in fallacia consequentis.

11. Hec autem divisiones comparantur ad se invicem ut excedentia et excessa, quia utrumque membrum prime divisionis repperitur in simplici consequentia et in composita, et utrumque membrum secunde divisionis repperitur in eis que simul consequuntur et in eis que consequuntur secundum prius et posterius. Ut 'si panis est, farina fuit' et 'si vinum est, racemi fuerunt'. Et hec consequuntur secundum prius et posterius et etiam ibi est simplex consequentia. Et in eisdem potest formari composita consequentia, ut 'si vinum est, racemi fuerunt; ergo si racemi non fuerunt, vinum non est'. Similiter autem in hiis terminis qui simul consequuntur. Et ideo dicuntur iste divisiones excedentes et excesse quia secundum quod unum membrum prime divisionis repperitur in utroque secunde, sic prima divisio est excedens et secunda excessa; secundum autem quod unum membrum secunde divisionis repperitur in utroque prime, sic secunda est excedens et prima excessa. Et quod dico de uno membro divisionis similiter intelligatur de reliquo.

12. Secundum predicta queritur de hoc sophismate: SI NULLUM TEMPUS EST, ALIQUOD TEMPUS EST. Probatio. Si nullum tempus est, dies non est. Et si dies non est, nox est. Et si nox est, aliquod tempus est. Ergo a primo: 'si nullum tempus est, aliquod tempus est'. Contra. Ibi assignatur sequi oppositum ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

13. Solutio. Prima falsa simpliciter. Et dicunt quidam quod in prima conditionali probationis est locus a toto in quantitate, in secunda vero conditionali est locus a contrariis immediatis, in tertia vero est locus a parte subiectiva. et sic variatur habitudo inferendi et ita impeditur locus a primo ad ultimum. Et ponunt ibi sophisma accidentis propter variationem medii.

De duabus maximis

14. Sed hoc destruitur per has duas maximas:

quicquid sequitur ad consequens, sequitur ad antecedens.

Ergo si ultimum consequens (scilicet aliquod tempus esse) sequitur ad antecedentia intermedia, et antecedentia intermedia sequuntur ad primum antecedens (quod est nullum tempus esse), tunc oportet quod ultimum consequens (quod est aliquod tempus esse) sequatur ad nullum tempus esse, quod est primum antecedens. Et sic necesse est primam esse veram, si habitudines probationis sunt necessarie. Ergo a destructione consequentis: si prima non est vera, habitudines probationis non erunt necessarie.

15. Alia autem maxima est ista:

quicquid antecedit ad antecedens, antecedit ad consequens

Ergo si primum antecedens antecedit ad antecedentia intermedia et antecedentia intermedia antecedunt ad ultimum consequens, ergo primum antecedens antecedit ad ultimum consequens. Ergo si habitudines probationis sunt necessarie, prima est vera. Nec impeditur locus a primo ad ultimum propter diversas habitudines intermedias. Ergo si prima non est vera, habitudines intermedie sunt necessarie. Item ad idem. Si Sortes est animal rationale mortale, Sortes est homo (a diffinitione). Et si Sortes est homo, Sortes est animal (a specie). Et si Sortes est animal, Sortes non est lapis (ab oppositis). Ergo a primo: Si Sortes est animal rationale mortale, Sortes non est lapis. Sed hoc bene sequitur et sic ibi sunt diverse habitudines locales. Ergo propter diversitatem habitudinum localium non impeditur processus a primo ad ultimum. Item ad idem. In sillogismo categorico non exigitur quod eadem sit habitudo medii ad maiorem extremitatem et minorem, ut

'nulla virtus est vitium

omnis iustitia est virtus

ergo nulla iustitia est vitium'.

In hoc enim sillogismo medii ad maiorem extremitatem est habitudo contrariorum, minoris vero extremitatis ad medium est habitudo speciei ad genus. Harum autem habitudinum localium una facit locum intrinsecum, alia extrinsecum. Ergo si inter omnes locos maxime differunt intrinseci et extrinseci sed iste non impediunt sillogismum categoricum, ergo iste eadem multominus impediunt sillogismum ypotheticum. Et si iste non impediunt, ergo neque alie habitudines, que magis conveniunt. Et sic arguendo a primo ad ultimum non impeditur processus propter diversas habitudines locales. Quod concedimus.

16. Et dicendum quod prima simpliciter est falsa. Et prima consequentia tenet uno modo et alio modo non, quia hec propositio 'dies non est' (que est primum consequens) est duplex, eoquod potest esse negatio in genere (sive negatio circa genus, quod idem est) vel potest esse negatio simpliciter.

De negatione duplici

17. Si est negatio in genere, sic ponit subiectum suum, quod est tempus communiter loquendo et extenso nomine subiecti; et est sensus istius 'dies non est' iste: tempus est sed illud non est

dies. Et ita non sequitur ex primo antecedente, quia immediate contradicit ei. Et sic non sequitur 'nullum tempus est; ergo dies non est'. Nec est ibi locus a toto in quantitate, sed erit argumentum penitus disparat^{or}um, sicut hic: 'nullus homo currit; ergo aliquis homo currit'. Similiter est in proposito: 'nullum tempus est; ergo aliquod tempus est sed illud non est dies'. Si autem sit negatio simpliciter, tunc nichil ponit ista 'dies non est'. Et sic sequitur 'nullum tempus est; ergo dies non est'; et sic est locus a toto in quantitate. Similem distinctionem innuit Aristoteles in Primo Posteriorum huius quod dico 'non-par', quia si 'non-par' est negatio in genere, ita ponit subiectum suum, quod est numerus. Unde 'non-par' ponit numerum, sed ille non est par. Si vero 'non-par' sit negatio simpliciter, sic nichil ponit.

18. Et sic patet quod hec est duplex 'dies non est'. Et secundum quod est negatio in genere, non sequitur ex primo antecedente. Secundum autem quod est negatio simpliciter, sic sequitur. E converso autem dicendum de secunda conditionalis (scilicet de hac 'si dies non est, nox est'), quia secundum quod hec 'dies non est' est negatio in genere, ita sequitur ex ea noctem esse, quia destructo uno contrariorum immediatorum non sequitur alterum nisi cum constantia subiecti. Unde oportet sic inferre: "dies non est; et tempus est; ergo est nox". Si vero hic: 'Dies non est' sit negatio simpliciter, ita non sequitur ex ea noctem esse neque hoc modo est ibi locus a contrariis.

In quo sit tempus ut in subiecto

19. Item. Queritur in quo sit tempus ut in subiecto. Quia, cum omnia novem genera predicamentorum alia a substantia sit accidentia <et omnia accidentia> sunt in subiecto, (quia nullum accidens potest esse nisi in subiecto; ut enim vult Boetius accidentis esse est inesse); sed tempus est accidens (quia est quantitas) ergo est in subiecto; et ideo queritur in quo subiecto sit. Et dicendum quod tempus est in motu primi mobilis (sive in motu celi) ut in subiecto, vel est in primo mobili in quantum mobile ut in subiecto (quia idem est dicere quod sit in primo mobili in quantum est mobile sive in motu primi mobilis), eo quod ipsius mobilis in quantum est mobile perfectio est motus, ut est in tertio Physicorum.

20. Item. Queritur, cum nox et dies sint contraria immediata et omnis contrarietas nata sit fieri circa aliquod idem subiectum, ergo nox et dies erunt vicissim in subiecto aliquo. Et ideo quero 'quid est illud'? Et dicendum quod 'nox' et 'dies' summuntur dupliciter. Quia uno modo dicitur dies illuminatio aeris a latione, sive ex latione, solis in nostro hemisperio, et nox dicitur privatio illuminationis aeris in nostro hemisperio, et hoc modo nox et dies sunt contraria immediata et habent fieri vicissim circa aera ut circa subiectum proprium et circa lationem solis super terram ut circa causam efficientem. Unde sunt in aere ut in subiecto, et est ibi quintus modus 'essendi in'. Et sunt in latione solis super terram ut in causa efficiente; et est ibi sextus modus 'essendi in'. Alio etiam modo sumuntur 'nox' et 'dies'. Secundum quem modum dies dicitur spatium temporis mensurantis lationem solis in nostro hemisperio, ex quo sol incipit lucere in nostro hemisperio usque ad recessum solis a nostro hemisperio; et nox dicitur totum tempus adequatum lationi solis in alio hemisperio. Et sic nox et dies sunt partes temporis. Sed magis proprie sumuntur 'nox' et 'dies' primo modo quam secundo. Hemisperium autem est illa medietas celi que apparet super terram undique in circuitu. Et dicitur hemisperium ab 'hermis' (quod est 'dimidium') et 'spera, spere', quasi 'dimidia spera' vel 'dimidium spere'.

De predicatione multiplici

21. Item. Queritur utrum tempus predicetur de nocte et die secundum quod 'nox' et 'dies' sumuntur primo modo. Et dicendum quod predicatio est multis modis. Quedam enim est superioris de inferiori: et hec est essentialis predicatio, ut 'homo est animal', 'homo est risibile'. Alia autem predicatio est causalis, ut quando predicatur causa de effectu, ut 'sanitas est adequatio humorum' et 'dies est sol lucens super terram'. Alia autem est accidentis de subiecto, ut 'paries est albus' et 'linea est rectum vel curvum'. Alia est subiecti de propria passione, ut 'par est numerus' et 'rectum est linea'. Et nullo istorum modorum tempus predicatur de nocte et die primo modo sumptis. Unde secundum has predicationes omnes hec est falsa 'dies est tempus' et hec similiter 'nox est tempus'. Alia predicatio est que est mensurantis, sive mesure, de mensurato, ut hic: 'hoc vinum est quarta una' (ibi predicatur mensura de mensurato) vel 'linea est quanta' et 'numerus est quantus' et 'superficies est quanta'. Et sic de omnibus speciebus quantitatis predicatur hoc modo quantitas ut mensura, et non ut genus, quia genus non potest predicari denominative de specie. Et hoc modo tempus predicatur de nocte et die secundo modo sumptis. Unde hoc modo hec est vera 'dies est tempus'. Et predicatur mensura de mensurato remoto, quia tempus primo modo mensurat motum primi mobilis et motus primi mobilis mensurat motum solis. Unde ex consequenti tempus mensurat motum solis et per motum solis ulterius mensurat noctem et diem.

22. Item. Queritur quid sit tempus, quia: Cum omne tempus constet ex priori et posteriori, sed prius et posterius debeantur motui, ergo tempus est motus (et est sillogismus in primo prime et premissa intelliguntur universaliter et transponuntur). Et dicendum quod tempus ita diffinitur ab Aristotile: "tempus est numerus motus secundum prius et posterius". Nec tamen sequitur 'ergo tempus est numerus'; nec etiam sequitur 'ergo tempus est discreta quantitas', quia ratio numeri diminuitur per sibi adiunctum, quia numerare motum secundum prius et posterius hoc est mensurare ipsum <secundum prius et posterius>: sed mensurare secundum prius et posterius ponit continuitatem et non discretionem, propter hoc quod prius et posterius copulantur ad ipsum nunc. Unde impediuntur ille due illationes per quid et simpliciter.

De 'prius' et 'posterius'

23. Ad argumentum autem dicendum quod non est sillogismus in primo prime, sed etiam paralogismus contra primum prime, eoquod medium equivocatur, quia 'prius' et 'posterius' dicuntur dupliciter. Nam uno modo prius et posterius sunt partes ipsius motus et alio modo sunt partes temporis. Et sicut motus primus est causa temporis, ita prius et posterius in motu sunt causa prioris et posterioris in tempore. Et sicut motus est subiectum temporis, ita prius et posterius in motu sunt subiectum prioris et posterioris in tempore.

De spatio, motu et tempore

24. Et nota quod tria sunt que sibi invicem proportionantur, scilicet spatium, motus et tempus. Motus enim adequatur spatio supra quod est, et tempus adequatur motui ut subiecto suo. Ut si ymagineris tres lineas equales et extensas ita quod secunda superponatur prime et tertia secunde; similiter si ymagineris extensionem spatii et motum supra spatium et tempus supra motum. Sed in hoc est differentia quod extensio spatii est permanens, extensio vero motus et extensio temporis sunt successive neque partes aliquas habent simul. Similiter si ymagineris scipsum plenum aqua et cum puncto acus protrahatur linea in superficie aque ab una extremitate sciphi usque ad aliam, tunc de linea illa neque pars preterita est (quia iam deleta

est) neque pars futura est (quia neque fit neque facta est sed fiet). Et sic de illa linea nichil est nisi illud in quo est punctus acus. Similiter est de motu et tempore, quia quod preterit de utroque, iam non est; quod autem futurum est, nondum est sed erit. Unde de utroque nulla pars est neque aliquid est de ipsis nisi indivisibile. Unde de tempore nichil est nisi nunc, quod neque est tempus neque pars eius sed indivisibile in tempore et per hoc tempus est. Et de motu nichil est nisi mobile quod fertur, quod neque est motus neque pars eius <sed indivisibile in motu> et per hoc motus est.

25. Item. Nota quod in quantum motus per suam substantiam est causa temporis et per suam quantitatem dat tempori quantitatem, ita motus per prius est quantitas et per motum tempus est quantitas, ut est in quinto Philosophie prime, in capitulo de quantitate. Sed secundum quod in tempore primo repperitur natura mensurandi et per tempus in motu, sic tempus per se est quantitas et sic motus est quantitas per tempus; et hoc modo motus est quantitas per accidens.

De numero et mensura

26. Nota etiam quod cum dico 'tres homines' vel 'sex', duo dico, quia per hoc quod dico 'homines', dico substantias hominum, per hoc autem quod dico 'tres' vel 'sex', dico mensuram eorum; et sic de omnibus aliis numeralibus. Et sic intellige quod omnis numerus et omnis quantitas uno modo est mensura et alio modo res. quia est mensura secundum quod denominat subiectum aliquod, ut 'tres homines', 'quatuor equi', 'homo bicubitus', 'columnna tricubita'. Et res est secundum quod est genus aut aliqua res specialis dicens quid. Similiter cum dico 'movetur a mane usque ad vesperam', duo dico, quia per hoc quod dico 'movetur' dico motum, sed per hoc quod dico 'a mane usque ad vespera' dico mensuram motus, que est tempus. Unde quanta est extensio temporis a mane usque ad vesperam, tantum intelligo motum et extensionem eius. Et sic extensionem temporis intelligo quanta est extensio motus. Et sic tempus mensurat motum. Et propter hoc dicebatur prius in recta solutione sophismatis quod hec negatio 'dies non est', prout est negatio in genere, ponebat subiectum suum, quod est tempus, extenso nomine subiecti, quia non solum appellatur ibi subiectum illud quod subicitur accidenti, sed etiam id quod est mensura alicuius accidentis, ut diei. Et ita nomen subiecti extenditur ad subiectum et ad mensuram; et ob hoc dicebatur 'extenso nomine subiecti'.

27. Item. Queritur de hoc sophismate. SI NULLA PROPOSITIO EST VERA, ALIQUA PROPOSITIO EST VERA. Probatio. Si nulla propositio est vera, ista propositio 'homo est' non est vera (a toto in quantitate). Et si ista propositio 'homo est' non est vera, sua contradictoria erit vera (a contradictorie oppositis). Et si sua contradictoria est vera, aliqua propositio est vera (a specie sive a parte subiectiva). Ergo a primo: si nulla propositio est vera, aliqua propositio est vera. Contra. Ibi assignatur oppositum sequi ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

28. Solutio. Prima, scilicet hec 'si nulla propositio est vera, aliqua propositio est vera', uno modo est vera et alio modo est falsa. Et etiam prima consequentia tenet uno modo et alio modo non, eoquod primum antecedens (scilicet 'nulla propositio est vera') est duplex. Quia uno modo est negatio simpliciter. Et sic non sequitur 'si nulla propositio est vera, ista propositio "homo est" non est vera', nec est ibi locus a toto in quantitate, quia hoc modo primum antecedens (scilicet 'nulla propositio est vera') neque ponit accidens (quod est 'verum') neque subiectum eius (quod est 'propositio'). Sed consequens eiusdem consequentie ponit propositionem particularem virtute demonstrationis, cum dicitur 'ista propositio "homo est" non est vera'. Tunc enim antecedens removet tam propositionem quam veritatem eius et consequens ponit propositionem virtute demonstrationis, sicut dictum est. Et sic consequens

contradicit antecedenti, sicut si diceretur 'si nulla propositio est neque veritas eius, ista propositio "homo est" et veritas eius non est'.

29. Alio autem modo primum antecedens (scilicet 'nulla propositio est vera') potest esse negatio in genere et sic ponit omnem propositionem et removet veritatem ab omni propositione. Et hoc modo ponit omnes contradictorias simul esse falsas. Unde ex consequenti ponit omnes contradictorias simul esse veras, quia quaecumque una contradictoriam est falsa, reliqua est vera. Unde si hoc modo est falsa, illo modo est vera; et si illo modo est falsa, isto modo est vera. Unde si utroque modo est falsa, utroque modo est vera. Et sic primum antecedens ponit et removet quamlibet contradictionem. Et ideo secundum quod primum antecedens est negatio in genere, sic bene tenet prima consequentia, et omnes alie a primo ad ultimum. Et sic prima propositio est vera, hec scilicet 'si nulla propositio est vera, aliqua propositio est vera'. Ad improbationem autem solvendum hoc modo, scilicet secundum quod primum antecedens est negatio in genere, dicendum est quod non sequitur ibi oppositum ad oppositum sed sequitur una pars contradictionis ad antecedens, quod claudit intra se quamlibet contradictionem.

30. Item. Queritur de hoc sophismate SI TU ES UBIQUE, TU NON ES UBIQUE. Probatio. Si tu es ubique, tu es hic (a toto in loco). Et si tu es hic, tu non es ibi (ab oppositis). Et si tu non es ibi, tu non es ubique (a parte in loco destructive). Ergo a primo: si tu es ubique, tu non es ubique. Contra. Ibi sequitur oppositum ad oppositum. Ergo locatio est impossibilis.

31. Solutio. Quidam dicunt quod prima est duplex, eoquod 'locus' dicitur dupliciter, scilicet proprius et communis. Proprius autem locus est qui adequatur rei et circuit et continet rem undique; et talis locus dicitur circumscriptus. Et hoc modo sumendo 'locum' impossibile est plura corpora esse in eodem loco. Communis autem locus dicitur in quo sunt plures res simul, ut plures homines in eadem domo vel elementa et elementata omnia intra celum. Unde dicunt quod, si in antecedente sumatur locus communis et in consequente sumatur locus circumscriptivus, sic prima est vera. Si autem utrobique sumatur locus circumscriptivus vel utrobique communis, sic est falsa. Sed hec solutio nulla est, quia sumpto loco semper circumscriptive adhuc remanet sophisma et procedit probatio et improbatio sicut prius. Et propter hoc dicendum quod prima est simpliciter vera, quia primum antecedens (scilicet 'tu es ubique') ex duplici parte ponit contradictionem propter hoc quod subiectum contradicit predicato (et hec est una contradictio) et etiam ipsum predicatum ponit in se tot contradictiones quot sunt loca circumscriptiva.

32. Quod autem subiectum contradicat predicato patet, quia per hoc pronomen 'tu' positum in subiecto demonstrat rem singularem aptam natam esse in uno loco tantum et ita non ubique, et predicatum ponit quod ubique. Et sic est ibi ubique et non ubique inter subiectum et predicatum. Et sic subiectum contradicit predicato. Quod autem predicatum ponat in se contradictiones plures patet, quia, sicut impossibile est plura corpora simul esse in eodem loco circumscriptive, ita impossibile est idem corpus esse in diversis locis circumscriptive. Unde quod est hic circumscriptive, non est ibi circumscriptive, et quod est ibi circumscriptive, non est hic circumscriptive; et sic de quolibet alio loco. Unde 'esse hic circumscriptive' contradicit huic quod dico 'esse ibi circumscriptive' et e converso; et sic de omnibus aliis locis circumscriptivis. Et sic 'esse ubique' ponit tot contradictiones quot sunt loca particularia circumscriptiva. Patet ergo quod primum antecedens ex duplici parte ponit contradictionem. Et ideo per naturales consequentias ex eo sequitur contradictio. Et propter hoc dicendum est quod prima est vera. Ad improbationem dicendum quod non sequitur oppositum ad oppositum sed sequitur una pars contradictionis ad antecedens, quod claudit intra se utramque et plures alias.

Utrum conditionalis sit sillogizabilis

33. Circa tertium queritur in hunc modum: Sillogismorum alius est categoricus, alius conditionalis (categoricus est qui est ex categoricis propositionibus, conditionalis vero qui est ex conditionalibus propositionibus). Ergo propositio conditionalis est sillogizabilis. Ergo necesse est descendere sub antecedente vel consequente. Et dicendum quod in conditionalibus aliquando licet fieri descensum sub antecedente, aliquando sub consequente.

De quibusdam regulis

34. Unde dantur plures regule. Et prima talis est:

[1] si termini communes ponantur in antecedente et consequente alicuius conditionalis sine distributione, sub antecedente contigit fieri descensum consequente immobili permanente.

Ut 'si homo currit, animal currit; ergo si Sortes currit, animal currit, et si Plato currit, animal currit', et sic de aliis. Secunda regula talis est:

[2] si termini communes ponantur cum distributione in antecedente et consequente, antecedens manet immobile et sub consequente oportet fieri descensum.

Ut 'si omne animal currit, omnis homo currit; ergo si omne animal currit, Sortes currit et Plato et Cicero', et sic de aliis. Tertia regula talis est:

[3] si aliquid sequitur ad aliud, destructo consequente destruitur et antecedens.

Et ob hoc semper tenet argumentum a destructione consequentis, ut 'si est homo, est animal; ergo si non est animal, non est homo'. Quarta regula est talis:

[4] si aliquid sequitur ad aliud, posito antecedente ponitur consequens.

Ut 'si homo est, animal est; sed homo est; ergo animal est'. Et ob hoc tenet argumentum a positione antecedentis. Quinta regula est talis:

[5] quicquid antecedit ad antecedens, antecedit ad consequens.

Ut 'si animal est, substantia est; sed si homo est, animal est; ergo si homo est, substantia est'. Sexta regula talis est:

[6] *quicquid sequitur ad consequens, sequitur ad antecedens.*

Ut 'si homo est, animal est; sed si animal est, substantia est; ergo si homo est, substantia est.

Ad quid feratur negatio in conditionali

35. Circa quartum queritur ad quid feratur negatio ut sumatur contradictoria alicuius conditionalis. Et videtur quod ad verbum consequentis, quia, ut vult Boetius, antecedens cedit in determinationem consequentis. Et ita verbum consequentis ponitur et antecedens determinat ipsum. Sed quod ponitur in affirmativa, debet negari in negativa. Ergo negatio debet ferri ad verbum consequentis ut sumatur contradictoria ipsius conditionalis.

36. Sed obicitur in contrarium quia: 'Consequens' duo dicit, scilicet consequens inquantum consequens et id quod est consequens, sicut 'pater' uno modo dicit patrem inquantum pater, et alio modo id quod est pater. Sed consequens inquantum consequens ad aliquid est, quia ad antecedens, et e converso. Et sic posito uno ponitur alterum et destructo uno destruitur reliquum, cum sit relativa. Ergo non est maior ratio quare negatio magis feratur ad consequens quam ad antecedens. Similiter non habet ferri negatio ad id quod res consequens, quia sicut hec est falsa 'si Sortes legit, Plato legit', similiter hec falsa 'si Sortes legit, Plato non legit'. Ergo nullo modo negatio debet ferri ad consequens. Ergo non contigit contradicere conditionali.

De consequente triplici

37. Et dicendum quod 'consequens' tribus modis dicitur. Uno enim modo sumitur consequens inquantum consequens; et sic est ad aliquid et sic correspondet cum antecedente et sic simul sunt natura consequens et antecedens, sicut pater et filius. Et hoc modo negatio non fertur ad consequens ut contradicat conditionali. Alio autem modo 'consequens' dicit id quod est consequens secundum se et absolute sumptum. Et neque hoc modo negatio fertur ad consequens ut contradicat conditionali. Unde sicut hec est falsa 'si homo currit, asinus currit', similiter et hec est falsa 'si homo currit, asinus non currit', quia negatio fertur ad consequens secundum se sumptum. Tertio autem modo sumitur id quod est consequens secundum quod determinatur per antecedens, quia in omni conditionali consequens ponitur sub conditione, ut 'homo movetur, si currit' et 'animal est, si homo est'. Et hoc modo antecedens est determinatio consequentis.

38. Et isto tertio modo negatio debet ferri ad consequens ut contradicat ipsi conditionali. Et isto tertio modo procedit primum argumentum, duobus autem modis aliis procedit argumentum factum in contrarium. Unde contradictoria huius 'animal est, si homo est' est ista 'non: animal est, si homo est'; et est falsa, cum sua contradictoria sit vera. Et contradictoria istius 'si homo currit, asinus currit' est ista 'non: si homo currit, asinus currit'; et est vera, cum sua contradictoria sit falsa. Semper enim negatio debet preponi totali conditionali ut contradicat ei. Unde solet dari talis regula.

quotiescumque negatio preponitur alicui propositioni tam categorice quam conditionali, semper contradicit ei.

Utrum ex impossibili sequatur quidlibet

39. Circa quintum queritur utrum ex impossibili sequatur quidlibet sive impossibile antecedit ad quidlibet. Et videtur quod sic, quia: Verum et falsum sunt opposita, cum sint contraria. Sed unum contrariorum destruit alterum et econverso. Ergo falsum destruit verum et econverso. Et cum impossibile sit falsum, impossibile destruet verum et econverso. Sed ad impossibile sequitur verum. Ergo multo fortius ad ipsum sequitur tam falsum quam impossibile, quia si quod minus videtur sequi ad impossibile sequitur ad ipsum (scilicet quod destruit ipsum), ergo multo fortius quidlibet aliud. Ergo ex impossibili sequitur quidlibet. Item. Omne verum equaliter distat ab impossibili, quia equaliter sibi invicem repugnant. Ergo qua ratione sequitur unum verum ex impossibili, et quodlibet aliud. Sed unum verum sequitur ex impossibili, ut 'si homo est asinus, homo est animal'. Ergo quodlibet aliud verum sequitur ex impossibili.

40. Item. Probatio quod ex hoc impossibili 'Sortes est homo et non est homo' sequitur quodlibet aliud impossibile, quia si Sortes est homo et non est homo, ergo Sortes est homo; et est locus a toto, quia contradictio totum est ad utramque sui partem. Sed si Sortes est homo, Sortes est homo vel asinus; et est argumentum quasi a parte subiectiva, quia totum disiunctum commune est ad utramque sui partem. Ergo a primo: si Sortes est homo et non est homo, Sortes est homo vel asinus. Sed non est homo, quia si Sortes est homo et non est homo, Sortes non est homo (a toto integrali). Ergo Sortes est asinus. Et sic ex hoc impossibili 'Sortes est homo et non est homo' sequitur inde quodlibet aliud impossibile. Et ita ex impossibili sequitur quidlibet. Ergo impossibile antecedit ad quidlibet.

41. Sed obicitur in contrarium quia: Cum conclusio sit argumento vel argumentis approbata propositio et omne argumentum sit ratio inferendi secundum aliquam vel aliquas habitudines (quia argumentum est ratio rei dubie faciens fidem et fides non potest fieri de re dubia nisi per habitudinem vel habitudines aliquas), necesse est ergo quod ubicumque concluditur aliquid ex altero et sequitur aliquid ex altero, quod ibi sit habitudo aliqua, vel habitudines alicue, propter quam, vel propter quas, sequatur unum ex altero. Sed istius impossibilis 'hominem esse asinum' non sunt habitudines alicue, neque mediate neque immediate, ad hoc impossibile 'albedinem esse nigredinem' vel 'iustitiam esse iniustitiam'. Ergo ex hoc impossibili 'hominem esse asinum' non sequentur illa impossibilia. Non ergo ex impossibili sequitur quidlibet. Item. Oportet quod in loco a primo ad ultimum semper confirmantur consecutines intermedie per aliquos locos intrinsecos vel extrinsecos vel medios. Sed multa sunt vera et multa sunt impossibilia que non possunt confirmari per aliquas habitudines locales ad hoc impossibile 'hominem esse asinum'. Ergo ex hoc impossibili non sequitur quidlibet per locum primo ad ultimum neque per aliquem alium locum. Ergo non potest esse quod ex impossibili sequatur quidlibet.

De 'impossibili' tripliciter sumpto

42. Quod concedimus dicentes quod 'impossibile' tria dat intelligere. Unum est ipsum impossibile inquantum impossibile. Alterum est compositio rerum que non possunt sibi invicem convenire (ut 'homo est asinus') vel divisio rerum sibi invicem necessario convenientium (ut 'homo non est animal'), quia ipsum impossibile inquantum est impossibile aliud est aquam predicta compositio vel divisio propter hoc quod, sicut veritas et falsitas sunt

circa compositionem vel divisionem sicut circa subiectum extenso nomine 'subiecti' ad subiectum et ad signum rei, similiter necessitas et impossibilitas sunt circa compositionem vel divisionem. Patet ergo quod aliud est impossibile inquantum impossibile, sive ipsa impossibilitas, et aliud est compositio vel divisio circa quam est. Tertium autem quod 'impossibile' dat intelligere est res ipsa que componitur vel dividitur, sive res ipse que componuntur vel dividuntur, ut homo secundum se et asinus secundum se cum dicitur 'homo est asinus'.

43. Ideo ergo dicendum quod ex impossibili quoad duos primos modos nichil sequitur. Unde ex impossibili inquantum est impossibile nichil sequitur neque ex compositione vel divisione circa quam est impossibilitas aliquid sequitur. Et ita nichil significant, quia ipsum impossibile inquantum est impossibile nichil est et ipsa compositio vel divisio circum quam est impossibilitas nichil est. Et ita nichil ponunt. Sed ex rebus que subiacent predictae compositioni vel divisioni sequitur aliquid. Ut cum dicitur 'homo est asinus': quia illa res que est asinus, est species animalis et species semper ponit suum genus, ideo sequitur 'animal' ex 'asino'. Unde quando concludit sic: 'si homo est asinus, homo est animal', illud non est propter impossibile inquantum impossibile neque propter compositionem circa quam est impossibilitas, sed propter habitudinem speciei ad genus, que est asini ad animal, qui scilicet asinus erat res subiacens illi compositioni.

44. Dicendum ergo breviter quod ex impossibili quoad duos primos modos nichil sequitur. Sed ex impossibili quoad istum tertium modum sequuntur tantum ista vera vel illa impossibilia cum quibus habet aliquam habitudinem. Ut 'si homo est asinus, homo est animal': sequitur verum isto tertio modo; et est locus a specie. Et 'si homo est asinus, homo est animal rudibile': sequitur impossibile predicto tertio modo; et est locus a descripto. Et similiter intelligendum est de quolibet alio impossibili. Et ita patet quod ex impossibili non sequitur quidlibet.

45. Ad prima duo argumenta dicendum quod non sequitur verum ex impossibili inquantum est impossibile, sicut dictum fuit prius. Sed sequitur ex rebus quarum compositio vel divisio est impossibilis, sicut dictum fuit prius. Sed hoc modo, quamvis impossibile perimat verum et econverso, tamen res que subiacet compositioni vel divisioni impossibili, non perimit verum nec econverso, sed potius ponit ipsum. Et etiam hoc modo non omnia vera equaliter distant ab impossibili, quia magis distant illa vera que nullam habent habitudinem ad ipsum impossibile, et minus distant illa vera que habent aliquam habitudinem, vel aliquas habitudines, cum rebus subiacentibus compositioni vel divisioni impossibili.

46. Ad tertium dicendum quod bene tenet argumentum usque ad illationem que fit a primo ad ultimum dicendo sic: 'ergo a primo: si Sortes est homo et non est homo, ergo Sortes est homo vel asinus'. Sed sequens illatio non tenet, quia non interimit hanc 'Sortes est homo', quod oporteret ad hoc quod sequeretur Sortem esse asinum, cum hec sit vera 'Sortes est homo vel asinus', quia predicta contradictio, scilicet 'Sortes est homo et non est homo', equaliter interimit et ponit hanc scilicet 'Sortes est homo'. Et ita non magis interimit quam ponit eam. Et propter hoc non interimit alteram partem disiunctive. Et ob hoc non est locus a divisione, et ideo non sequitur argumentum. Argumenta vero probantia quod ex impossibili non sequitur quidlibet concedimus; et procedunt.

Sophismata

47. Secundum predicta queritur de hoc sophismate SI NICHIL EST, ALIQUID EST. Probatio. si nichil est, nichil esse est verum (et est locus a causa, quia res est causa veritatis orationis, ut est in Predicamentis). Sed si nichil esse est verum, hoc enuntiabile, scilicet 'nichil

esse', est verum (a convertibili sive a pari). Et si hoc enuntiabile est verum, aliquid est verum (a parte subiectiva). Et si aliquid est verum, aliquid est (a convertibili sive a pari, quia 'esse' et 'esse verum' convertuntur in eis que sunt complexa). Ergo a primo: si nichil est, aliquid est. Contra. Ibi assignantur sequi oppositum ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

48. Solutio. Quidam dicunt quod prima est simpliciter falsa. Et dicunt quod prima consequentia non tenet propter hoc quod, cum ista propositio 'nichil est' omnia removeat et sic non relinquat artes aliquas neque scientias neque principia aliqua neque maximas neque locos neque causas aliquas neque effectus aliquos, ideo non est ibi locus a causa neque aliquis alius. Et ideo non tenet ista consequentia 'si nichil est, nichil esse est verum'. Sed hoc nichil est, quia posito quod nichil sit de rebus creatis (sicut erat ante rerum creationem) et ista distributio 'nichil' non comprehendat sub se nisi res creatas, tunc hec est vera 'nichil est', loquendo de rebus creatis; et etiam hec 'nichil esse est verum'. Et una non potest intelligi sine altera nec e converso. Ergo necessario una sequitur ad alteram et e converso.

49. Alii autem dicunt quod prima ponit impossibile et ex impossibili sequitur quidlibet. Et ita ex prima sequitur aliquid esse. Sed hoc nichil est, quia ostensum est prius quod ex impossibili non sequitur quidlibet. Alii autem dicunt quod prima interimit seipsam. Et ideo ponit suum oppositum (scilicet aliquid esse), quia prima removet omnes res nature et moris et rationis. Et sic removet omnem sillogismum et omnem propositionem, cum sint res rationis. Sed si removet et perimit omnem propositionem, ergo et seipsam. Et ita interimit seipsam. Et ita sequitur ex ea et nichil esse et aliquid esse. Sed hoc nichil est, quia sumpta distributione pro rebus creatis (sicut dictum fuit prius), tunc hec est vera 'nichil est', loquendo de statu qui erat ante rerum creationem. Ergo neque interimit se neque ponit suum oppositum.

50. Ad hoc autem quod obiciunt quod antecedens prime conditionalis removet res nature et res moris et res rationis; unde removet omnem sillogismum et omnem propositionem, ergo seipsam, – dicendum quod non sequitur, immo est ibi quid et simpliciter, quia removet omnem sillogismum et omnem propositionem ut sunt res. Ergo illa propositio 'nichil est' non sumitur ut res sed sumitur ut signum rei vel sicut via in rem. Et sic nichil negat de se sed de rebus intellectis per ipsam. Simile autem est hic: posito quod omnes propositiones destruantur et nulla remaneat, tunc si aliquis dicat 'nulla propositio est', verum dicit et tamen ipse profert propositionem, hanc scilicet 'nulla propositio est'. Nec ex hoc sequitur quod aliqua propositio sit, quia hec propositio quam ipse profert (scilicet 'nulla propositio est') non sumitur ut res sed sumitur ut signum et ut via ad omnes alias propositiones. Unde esse istius non est nisi per esse illarum. Et ideo facit numerum in esse cum illis. Et ideo non sequitur quod aliqua propositio sit.

51. Et propter hoc dicendum quod prima est falsa, hec scilicet 'si nichil est, aliquid est'. Et prima consequentia bene tenet, hec scilicet 'si nichil est, nichil esse est verum', quia ex impossibili aliquo bene sequitur aliquod aliud impossibile, dum habuerit aliquam habitudinem ad ipsum. Et est ibi locus ab effectu, quia veritas propositionis ponit veritatem dicti, sicut effectus ponit causam. Et etiam secunda consequentia bene tenet, hec scilicet 'si nichil esse est verum, hoc enuntiabile est verum'. Sed tertia consequentia peccat secundum quid et simpliciter, hec scilicet 'si hoc enuntiabile est verum, aliquid est verum', quia enuntiabile non ponit esse simpliciter, sed iste terminus 'aliquid' ponit ens simpliciter. Et ideo incidit quid et simpliciter. Patet etiam hoc aliter, quia cum dicit 'si hoc enuntiabile est verum, aliquid est verum', per hoc pronomen 'hoc' demonstrat hoc enuntiabile 'nichil esse', quod nichil ponit in esse ad omnia removeat. Et per hoc consequens 'aliquid est verum' ponit rem simpliciter esse. Et sic ponit ens simpliciter. Unde si aliquis recte inspexerit tertiam conditionalem, videbit quod consequens eius contradicit antecedenti ipsius. Et ideo aut nulla est ibi apparentia, aut, si est, incidit quid et simpliciter.

52. Item. Queritur de hoc sophismate SORTES DICIT VERUM, SI SOLUS PLATO LOQUITUR, positio quod Sortes dicat solum Platonem loqui. Probatio prime. Sortes dicit solum Platonem loqui. Sed solum Platonem loqui est verum, si solus Plato loquitur. Ergo Sortes dicit verum si solus Plato loquitur. Contra. Si solus Plato loquitur, nullus alius a Platone loquitur (a diffinito vel a descripto). Et si nullus alius a Platone loquitur, Sortes non loquitur (a toto in quantitate). Et si Sortes non loquitur, Sortes non dicit verum (a genere, quia loqui superius est ad dicere verum et ad dicere falsum et ad omnes locutiones speciales). Non ergo dicit Sortes verum, si solus Plato loquitur.

53. Solutio. Prima est simpliciter falsa. Et probatio peccat secundum accidens, quia, quamvis Sortes dicat solum Platonem loqui et illud sit verum, si solus Plato loquitur, non tamen dicit verum, si solus Plato loquitur. Sicut quamvis cognoscat eum qui est coopertus, ut Coriscus, non tamen cognoscit coopertum, sed est sophisma accidentis. Et similiter in proposito, quia, sicut coopertum accidit Corisco, similiter verum accidit ei quod est 'solum Platonem loqui'. Unde prima est simpliciter falsa et ponit contradictionem, quia ponit solum Platonem loqui et non solum Platem loqui, et Sortem dicere verum et non dicere verum, cum omnes alii a Platone excludantur respectu huius actus 'loqui'. Unde probatio non probat eam.

54. Quidam, tamen dicunt quod, sicut prima ponit contradictionem, similiter positio quam facit, ponit contradictionem. Unde non est mirum si ex una contradictione vere sequatur altera. Sed isti decepti sunt per quid et simpliciter, quia cum taceo et nichil dico, interroganti quid dicam vere respondeo 'nichil dico'. Et ex hoc non sequitur 'ergo dico aliquid', immo est quid et simpliciter, quia dictio mea non sumitur ut res que significetur vel dicatur per seipsam, sed sumitur ut signum aliarum rerum. Similiter est quod solo Platone loquente Sortes bene potest hoc significare et dicere 'Solum Plato loquitur'. Nec ponit ista positio contradictionem, quia dictio Sortis sumitur ut signum aliarum dictionum, unde non facit numerum cum aliis dictionibus. Et ideo non sequitur 'ergo alius a Platone loquitur'.

55. Item. Queritur de hoc sophismate SI TU SCIS TE ESSE LAPIDEM, TU NON SCIS TE ESSE LAPIDEM. Probatio. Si tu scis te esse lapidem, te esse lapidem est verum, quia nichil scitur nisi verum. Sed si te esse lapidem est verum, tu es lapis (per locum a convertibili, quia dictum convertitur cum propositione). Et si tu es lapis, tu nichil scis (ab oppositis). Et si nichil scis, tu non scis te esse lapidem (a toto in quantitate). Ergo a primo: si tu scis te esse lapidem, tu non scis te esse lapidem. Contra. Ibi sequitur oppositum ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

56. Solutio. Prima est simpliciter vera, quia consequens necessario sequitur ex antecedente per locales habitudines, sicut probatio manifestat. Ad improbationem autem solvendum per interemptionem, quia non sequitur ibi oppositum ad oppositum, sed sequitur una pars contradictionis ad antecedens quod claudit intra se utramque, quia hoc antecedens 'tu scis te esse lapidem' ratione rei huius verbi 'scire' ponit scientiam in subiecto, sed ratione obiecti eiusdem verbi (quod scilicet obiectum est te esse lapidem) privat scientiam a subiecto. Et ita ponit subiectum scire et non scire, et esse lapidem et non esse lapidem, et scire se esse lapidem et non scire se esse lapidem. Et omnes istas contradictiones habet in se antecedens integrantes ipsum, sicut totum integrale habet in se suas partes integrales. Unde ex primo antecedente sequitur quelibet istarum contradictionum per locales habitudines et non propter hoc quod ex impossibili sequitur quilibet, sicut ex toto integrali sequitur quelibet eius pars secundum consequentiam naturalem.

TRACTATUS SEXTUS

DE HIIS VERBIS 'INCIPIT' ET 'DESINIT'

Introductio

1. A quibus dependet cognitio rei priora sunt re. Sed cognitio horum verborum 'incipit', 'desinit' pedendet a rebus permanentibus et a successivis, quia si hec verba adiungantur rebus permanentibus et successivis habebunt secundum hoc diversas rationes. Et ideo dicturi de hiis verbis 'incipit' et 'desinit' primo queremus que est differentia successorum et permanentium; secundo que sint rationes horum verborum 'incipit' et 'desinit' cum rebus permanentibus et successivis; tertio utrum motus incipiat vel desinat et qualiter, et quid sit motus; quarto utrum tempus incipiat vel desinat, et quid sit tempus et cuius sit mensura et in quo sit ut in subiecto; quinto utrum potentia incipiat vel desinat et quot modis dicatur 'potentia'; sexto utrum termini habeant differentem suppositionem cum hiis verbis a parte post et cum aliis verbis.

Que sit differentia inter successiva et permanentia

2. Circa primum sic obicitur. Cum successiva non habeant esse nisi a permanentibus, ergo non habebunt rationem sive definitionem nisi ab eis, quia a quo est esse, et est ratio. Ergo ratio successorum non differt a ratione permanentium. Sed quorum rationes non sunt differentes, ipsa non sunt differentia. Ergo successiva et permanentia non differunt.

De rebus permanentibus et rebus successivis

3. Et dicendum (ut tractum est) quod rerum alie sunt permanentes, alie successive. Et differunt a se invicem multipliciter. Prima differentia est quod res permanentes dicuntur quarum esse est totum simul, ut sunt homo, lapis, lignum, aer, terra. Res autem successive dicuntur quarum esse non est totum simul sed est in successione, ut sunt motus et tempus. Secunda autem differentia est quoniam partes permanentium simul sunt omnes (ut partes hominis, lapidis et aeris) et non est una post alteram. Successivarum vero partes non sunt simul omnes sed una est post alteram successive. Ut partes motus et partes temporis, quia post unam partem motus sequitur altera et non sunt due partes motus eiusdem simul. Neque due partes temporis sunt simul sed est una post alteram successive; impossibile enim est plura templa simul esse. Tertia vero differentia est quoniam permanentia natura priora sunt successivis et successiva natura sunt posteriora permanentibus; permanentia enim sunt causa successorum. Quarta differentia est quia res permanentes sunt in se terminate, quecumque habent terminos, sed res successive non habent in se terminos, ut motus qui terminatur ad res permanentes, ut alteratio ad qualitatem, augmentum et diminutio ad quantitatem et sic de aliis. Quinta differentia est quia res permanentes sunt in sui principio et in sui fine, ut patet in substantia et in accidentibus permanentibus, ut in lapide et in albedine et nigredine. Res vero successive neque sunt in sui principio neque in sui fine, ut postea patebit de motu.

Que sint rationes horum verborum cum illis

4. Circa secundum obicitur quia: Cum motus habeat rationem a suis terminis: quamvis magis a termino ad quem quam a termino a quo quia motus fere omnes diffiniuntur per terminum ad quem (nam dealbatio est motus ad albedinem, denigratio vero motus ad nigredinem, augmentum vero motus est ad maiorem quantitatem, generatio vero est motus ad substantiam);_et sic omnis motus diffinitur per terminum finalem, preter corruptionem, que diffinitur per terminum a quo_(quia corruptio est mutatio a substantia); igitur omnis motus habet rationem a suis terminis, quamvis magis a termino ad quem quam a termino a quo, – igitur cum 'incipit' et 'desinit' dicant motum, vel modum motus, respectu termini a quo vel respectu termini ad quem, tunc oportet quod si termini sunt specie differentes, quod et rationes horum verborum 'incipit' et 'desinit' sint specie differentes, si talibus terminis adiungantur._Sed successiva et permanentia sunt specie differentia. Ergo hoc verbum desinit si adiungatur permanentibus et sucessivis, habebit secundum hoc rationes specie differentes. Et similiter hoc verbum 'incipit'.

5. Quod concedimus dicentes quod ratio huius verbi 'incipit' cum permanentibus est ista, scilicet est et ante hoc non fuit, ut 'incipit esse albus': est albus et ante hoc non fuit albus. Unde hoc modo hoc verbum 'incipit' dicit positionem presentis cum privatione preteriti. Vel etiam sic: 'incipit': nunc primo est. Cum rebus autem successivis exponitur sic: nunc primo est; vel sic: non est sed post hoc erit (ut 'incipit moveri': non movetur sed post hoc movebitur); tunc privat presens et ponit futurum. Sed hoc verbum 'desinit' cum permanentibus exponitur sic: nunc ultimo est vel sic: est et de cetero non erit (ut 'desinit esse albus': nunc ultimo est albus vel sic: est albus et de cetero non erit albus); et sic ponit presens et privat futurum. Cum rebus autem successivis exponitur sic: nunc ultimo fuit vel sic: non est sed ante hoc fuit (ut 'desinit currere: non currit sed ante hoc cucurrit) et sic privat presens et ponit preteritum.

6. Item. Queritur, cum diversa tempora intelligantur per ista verba 'incipit' et 'desinit', utrum intelligantur ibi equaliter vel unum per prius et alterum posterius. Et dicendum quod ista verba 'incipit' et 'desinit' dicunt inceptions vel desitiones rerum. Sed inceptions et desitiones non sunt nisi in terminis initialibus et finalibus. Sed ultra terminum finalem nichil est de re neque terminum initialem aliquid est de re, eoquod tota res infra suos terminos continetur. Ideo est quod cum hoc verbum 'desinit' dicat terminum finalem rei, per prius dat intelligere presens et consequenter privationem futuri, eoquod ultra terminum finalem nichil est de re (et loquor in permanentibus). Unde hoc modo ista expositio nunc ultimo est rectior est quam ista est et de cetero non erit. Cum successivis autem hec est rectior nunc ultimo fui quam sic: non est sed ante hoc fuit. Unde per prius ponitur ibi preteritum terminatum ad presens et consequenter privatio presentis. Sed per hoc verbum 'incipit' adiunctum permanentibus per prius datur intelligi presens et consequenter privatio preteriti, quia res permanentes sunt in sui principio et ante ipsum nichil est de hiis. Unde hoc modo rectius exponitur sic: nunc primo est quam sic: est et ante hoc non fuit. Sed cum successivis per prius intelligitur positio futuri terminati ad presens et per posterius privatio presentis propter hoc quod res successive non sunt in sui principio sed post principium.

De 'tempore' dupliciter sumpto

7. Et nota quod hoc verbum 'incipit' non semper est diversorum temporum, quia 'tempus' dicitur dupliciter._Uno enim modo tempus est mensura primi motus ut motus primi mobilis; et est species quantitatis continue et sic est tempus secundum veritatem temporis. Et tempus isto modo non accidit verbo. Et sic dantur intelligi diversa tempora per illa verba 'incipit' et 'desinit'. Sed non a parte consignificationis eorum sed a parte terminorum suorum

significationum participialium; qui quidem termini sunt causa eorum quorum est desitio vel inceptio. Alio autem modo tempus dicitur non mensura primi motus neque tempus secundum veritatem temporis, sed dicitur modus temporis. Et hoc modo tempus accedit verbo. Et sic 'incipit' et 'desinit' sunt presentis temporis. Et sic intelliguntur in eis diversa tempora a parte significationis principalis et intelligitur in eis unum solum tempus a parte consignificationis. Et predicta distinctio temporis est similis distinctioni generis, quod similiter dicitur dupliciter. Uno enim modo genus dicitur secundum veritatem generis; et hoc modo non sunt nisi duo genera reperta in natura rerum, scilicet masculinum et femininum et hoc modo genus tantum est in animalibus ut in maribus et feminis. Alio autem modo genus dicitur modus generis; et sic reperitur genus in rebus insensibilibus; et sic dicitur 'lapis' masculini generis et 'petra' feminini. Unde sicut genus dicitur uno modo veritas generis et alio modo modus generis, similiter tempus dicitur uno modo veritas temporis (et sic non accedit verbo) et alio modo dicitur modus temporis (et sic accedit verbo).

Utrum motus incipiat et desinat

8. Circa tertium obicitur quia: Vult Aristoteles quod si aliquis movetur, movebitur et movebatur. Sed si movebitur – simul in illo futuro –, tunc verum est dicere quoniam movetur. Ergo iterum: movebitur et movebatur. Illud iterum futurum accipiatur et verum erit in illo dicere quoniam movetur. Ergo iterum: movebitur et in alio futuro. Et sic contingit moveri in infinitum. Ergo motus non potest desinere. Eodem autem modo probatur quod non potest incipere, quia: si movetur, movebitur et movebatur. Sed si movebatur --- simul in illo preterito –, et verum erit dicere in illo preterito quoniam movetur. Ergo movebatur prius in alio preterito. Et si iterum illud preteritum accipiatur, verum erit in illo dicere quoniam movetur. Ergo movebatur in alio priori preterito. Et sic contingit abire in infinitum a parte ante sicut a parte post, sive a parte preteriti sicut a parte futuri. Sed impossibile est abire in infinitum, quia infinita non possunt pertransiri. Ergo impossibile est quod motus incipiat. Et sic motus non potest incipere neque desinere. Et sicut obicitur de motu, similiter potest obici de cursu quod non possit incipere neque desinere, quia si currit, cucurrit et curret; et inde ut prius. Eodem autem modo potest obici de quolibet alio successivo quod non possit incipere neque desinere.

9. Et dicendum quod motui rerum inferiorum et cuilibet successivo debetur principium et finis, ut patet in motu alterativo, quia est ab uno termino in alterum (ut ab una qualitate contraria in alteram vel in mediam; et augmentum ab una quantitate ad alteram et motus secundum locum ab uno loco in alterum). Et sic omnes motus inferiores incipiunt et desinunt.

Quod 'infinitem' dicatur tripliciter

10. Ad illud autem quod obicit de infinitatione motus dicendum quod 'infinitem' proprie dicitur tripliciter. Scilicet divisione, ut linea dicitur infinita divisione et quodlibet continuum; omne enim continuum est divisibile in infinitum. Alio autem modo dicitur infinitum appositione, ut numerus; omnis enim numerus augmentabilis est in infinitum. Tertio autem modo dicitur infinitum utroque modo, ut motus et tempus. Utrumque enim est infinitum divisione, cum sit continuum, et est infinitum appositione, cum post unum tempus sit aliud tempus et post unum motum sit alius motus in infinitum. Et sic est infinitas utroque modo, scilicet appositione et divisione. Dicendum ergo breviter quod infinitum isto triplici modo est

tantum in potentia et non in actu. Et ideo bene potest pertransiri, eoquod infinitum in potentia bene potest pertransiri, infinitum autem in actu non potest. Unde quia obiectiones volebant reducere potentiam infiniti ad actum dividendo motum, ideo sequebatur infinitas. Quod autem niteatur reducere infinitum divisione ad actum patet, quia cum dicit 'si movetur, movebimur et movebatur', iam dividit motum per partes suas. Et cum iterum sumit preteritum vel futurum dicens quod si movetur in illo, ergo movebitur et movebatur, patet quod adhuc dividit partes motus. Et sic potentiam divisionis infinite nititur reducere in actum divisionis. Unde licet motus sit infinitus reducendo aptitudinem infinite divisionis in actum, non propter hoc sequitur quod motus sit infinitus simpliciter, sed est ibi fallacia secundum quid et simpliciter.

11. Si queratur ubi debeat resistere obiectionibus dicendum quod ultime illationi debet resistere, quia bene probat quod contingit abire in infinitum a parte ante et a parte post, dividendo motum a parte principii sive a parte finis. Sed ex hoc non sequitur 'ergo motus non potest incipere neque desinere', quia motus secundum se finitus est, divisione autem infinitus. Unde omnis motus inferior incipit et desinit.

12. Item. Obicitur quod motus primi mobilis sive celi est infinitus, quia una revolutio naturaliter est post aliam, sicut unus homo ex alio homine generatur. Ergo non fuit prima revolutio celi, quia si fuisset prima, tunc illa non fuisset post aliam. Ergo motus celi non incipit. Ergo fui ab eterno. Ergo et celum ab eterno. Ergo plura ab eterno, quod est impius error. Similiter autem videtur motus primus a parte post infinitus, quia post unam revolutionem celi naturaliter sequitur altera. Ergo non est sumere ultimam revolutionem celi. Ergo motus celi est infinitus a parte post. Item. Similiter obicitur quod generatio hominum sit infinita a parte ente et a parte post, et plantarum et aliorum generabilium et corruptibilium, quia hoc est principium in natura: homo ex homine generatur et equus ex equo, leo ex leone, planta ex planta. Ergo non est sumere primum hominem, quia si sumas aliquem, ille erit ex alio secundum viam nature et ille alius ex alio priori. Et sic in infinitum in hominibus et ceteris animalibus et in plantis.

13. Et dicendum quod motus primus et generatio omnium inferiorum, ut animalium et plantarum, possunt sumi dupliciter, quia uno modo secundum viam nature et secundum principia nature et alio modo secundum comparisonem ad principium quod est supra naturam ut ad Causam Primam. Et secundum primum modum non est repperire primam revolutionem celi neque ultimam, neque primum hominem vel primum animal vel primam plantam, quia natura non potuit facere primum hominem neque primum leonem neque primam plantam neque primam revolutionem. Sed modo secundo fuit repperire primum hominem et primam generationem in omnibus generabilibus, quia principium quod est supra naturam ut Causa Prima, ex sua summa potentia potuit facere quidlibet ex nichilo, quod natura non potuit.

14. Item. Eodem modo obicitur quod motus non sit in sui principio neque in sui fine, sicut obieiebatur quod non poterat incipere neque desinere, quia si aliquis in principio motus movetur, ergo movebatur prius. Non ergo erat in principio. Et si aliquis movetur in fine, ergo movebitur post; non ergo erit in fine. Ergo motus non erat in sui principio neque erit in suo fine. Quod concedimus.

Quid sit motus

15. Habito quod omnis motus incipiat et desinat et etiam qualiter incipiat et desinat, quia motus inferiores nature incipiunt et desinunt per principia nature, motus autem superior, et etiam tota generatio continua inferiorum, incipit et desinit per principium supra naturam, -- sciendum quod motus diffinitur sic: motus est existentis in potentia perfectio secundum quod

huiusmodi. Quod patet et quia: Mobile et solum mobile est in potentia passiva ad motum. Sed omnis potentia perficitur per suum actum,, ut potentia ad calefaciendum per calefieri et potentia ad dealbandum per albationem et sic de aliis. Ergo cum 'mobile' dicat potentiam ad motum, ideo mobilis inquantum est mobile perfectio est motus. Et ideo perficitur mobile inquantum est mobile cum movetur, ut visibile inquantum est visibile cum videtur, et augmentabile inquantum est augmentabile cum augmentatur, alterabile inquantum est augmentabile cum augmentatur. Ergo simpliciter mobile inquantum est mobile perficitur cum movetur. Sed mobile inquantum est mobile existit in potentia, ut dictum est. Ergo motus est existentis in potentia perfectio secundum quod huiusmodi, quia est perfectio mobilis quod existit in potentia inquantum est mobile.

Utrum tempus incipiat vel desinat

16. Circa quartum obicitur quia: Ut vult Aristotiles in quarto Phisicorum, sicut punctus continuat duas partes lineae et est indivisibile in linea, similiter nunc est indivisibile in tempore et continuat duas partes temporis, ut tempus prius tempori posteriori. Et ideo dicit quod nunc est semper finis temporis precedentis et principium subsequenter. Ergo impossibile est reperire primum nunc in tempore, quia quodcumque nunc accipiatur, semper erit finis unius temporis et principium alterius. Ergo ante illud nunc erit accipere aliud tempus prius et ante illud tempus erit accipere aliud nunc quod erat principium illius et finis iterum alterius temporis precedentis. Ergo non est sumere primum tempus. Ergo tempus non inceptit. Ergo tempus est ab eterno.

17. Et dicendum sicut dictum est de motu circulari et de motu generativo quod 'tempus' potest sumi secundum duas comparationes, scilicet secundum comparationem ad naturam et secundum comparationem ad Causam Primam. Si autem sumatur secundum comparationem ad naturam, sic tempus non potuit incipere, quia natura non potuit facere primum tempus. Unde tempus secundum viam nature procedit in infinitum a parte ante et a parte post. Si autem sumatur 'tempus' per comparationem ad Causam Primam, sic inceptit tempus, quia inceptit cum motu et cum mobili primo. Quid autem sit tempus et cuius sit mensura (quia est mensura primi motus sive motus primi mobilis) et in quo sit ut in subiecto (quia in motu circulari primo), dictum est in tractatu huius dictionis 'si'.

Utrum potentia incipiat vel desinat

18. Circa quintum queritur utrum potentia inceptit vel non. Et videtur quod non inceptit, quia: Si potentia incipit, possibile inceptit. Sed si possibile inceptit, ergo non erat possibile antequam inciperet, sicut non erant res antequam inciperent. Ergo ex non-possibili factum est possibile. Sed 'non-possibile' et 'impossibile' equipollent. Ergo ex impossibili factum est possibile. Quod videtur inconveniens. Ergo possibile non inceptit. Ergo neque potentia ipsius possibilis inceptit. Sed contra sic obicitur quia: Si possibile non inceptit, ergo fuit ab eterno. Et sic sequitur heresis dicentium quod non solum Deus fuit ab eterno, sed etiam materia prima fuit ab eterno cum Deo, quod est error non solum in fide sed etiam in scientia naturali, quia ponitur esse materia sine forma et separata a sensibus. Ergo necesse est possibile incepisse. Ergo et potentia ipsius.

Quot modis dicatur 'potentia'

19. Et dicendum quod duplex est potentia. Quia est quedam potentia rerum creatarum, que dividitur per potentiam activam creatam et per potentiam passivam. Et illa incepit esse et utraque pars eius. Alia autem est potentia que est potentia increata, et hec est potentia Cause Prime sive primi agentis. Et ista non incepit esse sed est ab eterno. Et sic potentia passiva incepit et possibile incepit et etiam potentia activa rerum creatarum incepit.

20. Ad illud autem quod obicit quod si possibile incepit, ergo ex non-possibili factum est possibile; ergo ex impossibili factum est possibile, cum 'non-possibile' et 'impossibile' equipolleant, -- dicendum quod hoc non est inconveniens uno modo et alio modo sic, quia inconveniens est quod aliquod agens naturale ex impossibili faciat possibile in natura. Sed de agente quod est supra naturam ut Causa Prima, non est inconveniens quod ex impossibili faciat possibile in natura, quia natura non potuit facere aliquid ex nichilo, sed Causa Prima potuit. Et ita ex impossibili in natura potuit facere possibile Causa Prima.

21. Item. Nota, sicut dictum est, quod quedam est potentia increata et hec activa semper a se et a nullo alio. Et hec est Cause Prime, ut diximus, que nullo modo mota, neque per se neque per accidens, movet omnia creata. Alia autem est potentia creata que incepit esse, ut diximus, cum rebus creatis. Huius autem potentie alia est activa, que mota movet (et hec est cuiuslibet agentis naturalis); alia autem dicitur potentia passiva; et hec potentia passiva est materie prime et eorum que consequuntur materiam primam.

22. Item. 'Potentia passiva' sumitur tripliciter. Quia quedam potentia passiva que est semper finibilis et potest habere totum actum suum simul. Ut potentia que est in materia aeris ad hoc ut ex aere fiat ignis, simpliciter est perfecta quando ignis generatus est in eadem materia; et potentia que est in ligno ut ex eo fiat archa, simpliciter est perfecta quando facta est archa. Alia autem est potentia passiva que est perfectibilis semper secundum partem e numquam secundum totum. Ut potentia dividendi in infinitum; ut in continuis particulares divisiones perficiunt partem illius potentie, quia quoad hoc quod iam divisum est continuum in aliquam vel in aliquas partes, secundum hoc finita est illa potentia. Sed quia impossibile est omnes divisiones continui simul esse, ideo impossibile est illam potentiam perfici secundum totum. Tertia autem potentia passiva est que non potest finiri neque secundum partem neque secundum totum. Et hec est in ceco et in animali mortuo, quia in oculo manet materia in qua fuit visus et in homine mortuo manet materia in qua fuit vita. Ergo cum materia non possit esse sine potentia, necesse est quod ibi remaneat potentia, sed aliter quam prius, quia prius potentia poterat finiri, modo autem non potest, eoquod a privatione non est regredi in habitum per naturam. Et hec potentia passiva dicitur infinita.

Sophismata

23. Posito quod Sortes sit albissimus hominum qui modo sunt et post hoc instans nascatur quidam albior eo, queritur de hoc sophismate SORTES DESINIT ESSE ALBISSIMUS HOMINUM. Probatio. Sortes est albissimus hominum. Et de cetero non erit albissimus hominum. Ergo Sortes desinit esse albissimus hominum. Contra. Sortes desinit esse albissimus hominum. Ergo hominum qui sunt vel hominum qui non sunt. Quorum utrumque est falsum.

24. Et dicendum quod prima est vera. Et probatio bene tenet, sed improbatio non valet. Et dicunt quidam quod ibi est figura dictionis a simplici suppositione ad personalem. Et dicunt

quod iste genitivus 'hominum' tenetur simpliciter in prima, sed cum infert 'ergo hominum qui sunt vel hominum qui non sunt', personalem habet suppositionem. Alii dicunt quod est ibi figura dictionis ab ampliata suppositione ad restrictam, quia iste genitivus 'hominum' in prima tenetur pro quolibet alio homine a Sorte, sed cum dicitur 'ergo hominum qui sunt vel hominum qui non sunt', iste genitivus 'hominum' restringitur ad existentes ex una parte e ad non-existentes ex alia per implicationes circa ipsum factas. Vel dicendum quod improbatio peccat secundum accidens, quia desitio significatur respectu hominum simpliciter, non tamen respectu hominum qui sunt vel respectu hominum qui non sunt, quia non est necesse quod si aliquid accidat antecedenti, quod propter hoc accidat consequenti.

25. Item. Posito quod Sortes sciat tria enuntiabilia necessario (et nominentur a, b, et c) et d sit quartum enuntiabile quod scit modo Sortes et de cetero non sciat ipsum, queritur de hoc sophismate SORTES DESINIT SCIRE QUICQUID IPSE SCIT. Probatio. Sortes scit quicquid ipse scit. Et de cetero non sciet quicquid ipse scit. Ergo desinit scire quicquid ipse scit. Contra. Sortes desinit scire quicquid ipse scit. Sed scit a. Ergo desinit scire a.

26. Solutio. Prima falsa. Et probatio non valet, quia minor est duplex, eoquod negatio potest precedere distributionem. Et sic est vera hec 'de cetero non quicquid ipse scit sciet'. Et sic facit distributionem teneri particulariter. Et sic est vera, sed sic non sequitur conclusio. Vel negatio potest sequi distributionem sic: 'de cetero quicquid scit non sciet'. Et sic est falsa, quia sensus est 'de cetero nichil eorum que scit, sciet', quod falsum est. Et sic sequitur conclusio.

27. Et nota quod 'incipit' et 'desinit' cum adiunguntur multitudini vel nomini pluralis numeri, debent exponi removendo totam multitudinem vel unumquodque de multitudine, ut 'Sortes scit quicquid ipse scit et de cetero nullum eorum sciet'. Et similiter hic: 'Sortes videt omnem hominem et de cetero nullum videbit hominem; ergo DESINIT VIDERE OMNEM HOMINEM; posito quod Sortes videat semper omnem hominem alium a Platone et modo videat platonem et de cetero non videbit. Et probatio et improbatio fiunt omnino similiter sicut in precedenti sophismate.

28. Item. Posito quod Sortes sciat tria enuntiabilia necessario et semper sciat ea (scilicet a, b, c) et cum aliis sciat hoc enuntiabile, scilicet 'se nichil desinere scire', et post hoc instans non sciat illud, queritur de hoc sophismate SORTES DESINIT SCIRE SE NICHIL DESINERE SCIRE. Probatio. Sortes scit se nichil desinere scire. Et de cetero non sciet se nichil desinere scire. Ergo Sortes desinit scire se nichil desinere scire. Contra. Sortes desinit scire se nichil desinere scire. Ergo Sortes scit se nichil desinere scire. sed quicquid scitur est verum, quia nichil scitur nisi verum. Ergo Sortem nichil desinere scire est verum. Ergo nichil desinit scire (a dicto ad propositionem sive a convertibili). Ergo non desinit scire hoc enuntiabile, scilicet se nichil desinere scire.

29. Solutio. Prima vera. Et probatio bene tenet, sed improbatio peccat secundum quid et simpliciter in hoc argumento 'nichil desinit scire; ergo non desinit scire hoc enuntiabile se nichil desinere scire', quia sciendo hoc enuntiabile non propter hoc augmentatur scientia sua, eoquod scire hoc enuntiabile nichil aliud est nisi quod ipse sciat se scire illa tria enuntiabilia. Et de cetero non sciet se scire ea, sicut accidit quando dormit. Unde sicut homo non plura scit in habitu cum vigilat quam cum dormit, similiter non plura scit sciendo hoc enuntiabile quam non sciendo ipsum. Cuius causa est quia hoc enuntiabile ponit reflectionem actus sciendi supra seipsum, ut sciat illa tria et sciat se scire ea. Et ita sciet quod nullus eorum obliviscatur. Et propter hoc scit se nichil desinere scire. Sed sive scientia reflectatur sive non reflectatur, non propter hoc augmentatur neque diminuitur, sed modus est alius. Sicut cum videt coloratum et videt se videre coloratum, non propter hoc plura videt quam si videret coloratum tantum ita quod non advertat se videre. Unde sicut hic est quid et simpliciter. 'nichil videt; ergo non videt tenebram', eoquod licet tenebra sit aliquid, tamen nichil est in videndo,

similiter in proposito, ut 'nichil desinit scire; ergo non desinit scire hoc enuntiabile, scilicet se nichil desinare scire'.

30. Item. Posito quod Sortes sit in penultimo instanti vite sue, queritur de hoc sophismate SORTES DESINIT ESSE NON DESINENDO ESSE. Probatio. Sortes est non desinendo esse. Et de cetero non erit non desinendo esse. Ergo Sortes desinit esse non desinendo esse. Contra. Sortes desinit esse non desinendo esse. Ergo sortes desinit esse dum desinit esse, vel si non desinit esse, vel quia non desinit esse: gerundium enim in '-do' resolvitur per 'dum' vel per 'si' vel per 'quia'. Quorum unumquodque est impossibile.

31. Solutio. Prima duplex, eoquod hec determinatio 'non desinendo esse' potest determinare hoc verbum 'desinit' vel hoc verbum 'esse' quod immediate sequitur. Si vero determinet hoc verbum 'desinit', sic falsa est et opposita opponuntur circa idem. Unde sensus est 'desinit quia non desinit vel dum non desinit vel si non desinit'; et secundum hoc improbat. Si autem determinet hoc verbum 'esse', sic est vera et est sensus 'Sortes desinit esse non desinendo esse' idest 'Sortes desinit esse indesinens' vel 'esse sine desitione'. Unde non desinit esse simpliciter sed esse tale, scilicet esse indesinens vel sine desitione, quia usque modo habuit esse indesinens vel esse sine desitione et de cetero non habebit tale esse, immo habebit esse desinens et cum desitione. Et primo modo est composita et falsa, secundo divisa et vera. Unde est tibi sophisma compositionis.

Quam suppositionem habeant termini cum 'incipit' et 'desinit'

32. Circa ultimum queritur utrum termini habeant eandem suppositionem cum hiis verbis 'incipit' et 'desinit' et cum aliis verbis vel diversam. Et videtur quod eandem, quia bene sequitur 'Sortes est homo; et de cetero non erit homo qui est; ergo desinit esse homo'. Sed posito quod nullus sit color nisi albedo et corrupta albedine statim erit nigredo et non erit nisi in Sorte, tunc non sequitur 'Sortes est coloratus; et de cetero non erit coloratus colore qui est; ergo desinit esse coloratus'. Non ergo similem habent suppositionem termini substantiales et termini accidentales cum istis verbis 'incipit' et 'desinit'. Item. Bene sequitur 'Sortes incipit esse homo; ergo incipit esse animal'; sed non sequitur 'incipit esse albus; ergo incipit esse coloratus'. Quod concedimus dicentes quod aliam habent suppositionem termini substantiales et aliam termini accidentales cum hiis verbis. Cuius causa est quod forme accidentales sunt transmutabiles circa idem, forme vero essentielles non, quia in accidentibus potest fieri transmutatio ab una in aliam, in essentialibus vero non.

33. Item. Bene sequitur 'est albus; ergo est coloratus'. Sed non sequitur 'incipit esse albus; ergo incipit esse coloratus'. Ergo termini non habent eandem suppositionem cum hiis verbis 'incipit' et 'desinit' et cum aliis verbis. Quod concedimus. Cuius causa est quod in accidentibus manere genere species transmutatur circa idem, ut sorte manente, vel corpore solo, color transmutari potest ab albedine in nigredinem vel in aliam speciem coloris. Sed in substantialibus impossibile est.

34. Item. Ex predictis patet quod cum dicitur 'Sortes incipit esse coloratus', iste terminus 'coloratus' non solum copulat pro colore qui est sed etiam pro colore qui fuit. Et cum dicitur 'Sortes desinit esse coloratus', non solum copulat pro colore qui est sed etiam pro colore qui erit. Et hoc est ex natura horum verborum 'incipit' et 'desinit', que non solum ponunt albedinem in presenti, sed etiam unum eorum privat albedinem in preterito et alterum in futuro in predictis orationibus et consimilibus. Sed contra. Forma minus communis restringit ad pauciora quam forma magis communis, ut 'album' ad pauciora quam 'coloratum'. Sed 'desinit' est minus commune quam 'est', quia sequitur 'desinit; ergo est' et non e converso. Ergo

'desinit' restringit ad pauciora quam hoc verbum 'est'. Sed hoc verbum 'est' restringit ad ea que sunt. Ergo hoc verbum 'desinit' restringit ad pauciora. Ergo non faciet terminum copulare pro colore qui est et qui non est.

35. Et dicendum quod termini accidentales significantes res permanentes cum adiunguntur istis verbis 'incipit' et 'desinit' dicunt positionem rei in presenti et ideo copulant pro presentibus. Sed quia ista verba dicunt inceptions vel desitiones rerum, ideo dicunt terminum initialem vel finalem. Et ante terminum initialem nichil est de re; et similiter post terminum finalem nichil est de re. Ideo consequitur ad hoc verbum 'desinit' privatio rei permanentis in futuro ratione termini finalis. Et ad hoc verbum 'incipit' consequitur privatio rei permanentis in preterito ratione termini initialis. Dicendum ergo breviter quod hec verba per suum significationem faciunt predictos terminos copulare pro presentibus. Et copulatio pro preteritis vel futuris consequitur ad hec verba ratione terminorum quos dicunt.

36. Ex predictis autem patet quod si quis querat propter quid alia verba non ampliunt terminos sicut ista, causa eius est quod ista verba dicunt terminos rerum, ut dictum est, alia verba non. Et hec est eadem causa quare ista verba ponuntur sincategoreumata et alia non. Ad argumentum <in contrarium> autem dicendum quod 'forma minus communis est duplex. Quia uno modo fit minus commune per differentiam advenientem magis communi, ut 'album' per 'disgregativum visus' adveniens 'colorato'. Alio autem modo forma minus communis fit per privationem advenientem rei. Et ita fiunt ista verba 'incipit' et 'desinit'. Et primo modo forma minus communis restringit ad pauciora, secundo autem modo non. Unde hoc adiectivum 'albus' restringit ad pauciora quam hoc adiectivum 'coloratus' et hec verba 'incipit' et 'desinit' non restringunt ad pauciora quam hoc verbum 'est'.

TRACTATUS SEPTIMUS

DE HIIS DICTIONIBUS 'NECESSARIO' ET 'CONTINGENTER'

Introductio

1. Finito tractatu horum verborum 'incipit' et 'desinit' dicendum est de hiis dictionibus 'necessario', 'contingenter'. Circa quas primo queritur quid sit necessarium et quid contingens; secundo autem quot modis dicantur, sive que sint divisiones eorum; tertio utrum determinent compositionem vel non, et qui modi faciant propositionem modalem; quarto utrum iste dictiones habeant vim ampliandi; quinto autem queritur quomodo propositiones de contingenti et necessario convertantur.

Quid sint necessarium et contingens

2. Circa primum ergo sciendum quod necessarium diffinitur sic 'necessarium est ens non potens aliter se habere'. Et per hoc patet quod male dicunt diffinientes sic: 'necessarium est quod non potest nec potuit nec poterit aliter se habere', quia sic nichil esset necessarium per se nisi Causa Prima, quia omnia alia ceperunt esse et ita exierunt a non esse in esse. Sciendum autem quod 'contingens' simpliciter dicitur equivoce. Et ideo non potest diffiniri, quia nullum

equivocum diffinitur.

Quot modis 'necessarium' et 'contigens' dicantur

3. circa secundum sciendum quod 'necessarium' dicitur duobus modis sicut et 'necessitas'. Quia est quedam necessitas modi et alia rerum. Necessitas autem modi et non rerum significatur per hanc dictionem 'necessario' et hec ponitur sine necessitate rerum. Unde hec propositio 'Sortes necessario currit' est de necessario sed non necessaria, immo est contigens. Necessitas autem rerum significatur per ipsas res, non apposito modo necessitatis. Unde hec propositio est necessaria 'homo est animal', sed non est de necessario, cum sit de inesse et non sit modalis.

4. Item. Necessitas rerum est duobus modis. Quia una est necessitas intentionum communium logicalium, ut 'de quocumque predicatur species, et genus', 'de quocumque predicatur diffinitio, et diffinitum', quia genus, species, diffinitio et diffinitum, totum et pars sunt intentiones communes dialectice. Alia autem est necessitas non rerum que sunt intentiones, sed specialium quarum sunt intentiones, que, scilicet, res speciales, considerantur in aliqua scientia speciali. Et talis necessitas est hic: 'omnis numerus est par vel impar'; et pertinet specialiter ad arismetiam. Et similiter hic: 'omnis triangulus habet tres angulos equales duobus rectis'; et hec necessitas non pertinet nisi ad geometriam specialiter. Et quot modis dicitur 'necessitas', tot modis et eisdem dicitur 'necessarium'.

5. 'contigens' autem dicitur primo duobus modis. Quia est quoddam contigens quod opponitur necessario; et istud contigens diffinitur sic: 'contigens est quod potest esse et non esse'. Alio autem modo dicitur contigens quod predicatur de necessario et de isto contingenti quod opponitur necessario. Unde est quasi commune ambobus, scilicet necessario et contingenti quod opponitur necessario. Verbi gratia hominem esse animal est necessarium, et hominem crescere vel augeri vel canescere est contigens quod opponitur necessario. Et possum dicere quod hominem esse animal est contigens: contingit enim hoc esse, quia est et hominem canescere est contingens quia potest esse. Et sic contingens predicatur de necessario et de contingenti quod necessario opponitur.

6. Item. 'Contingens quod opponitur necessario' dicitur tribus modis. Quia est quoddam contigens quod dicitur contingens ad utrumlibet. Et illud equaliter se habet ad partem affirmativam et negativam. Et diffinitur sic: 'contingens ad utrumlibet est quod equaliter potest esse et non esse, sicut accidit in motibus et in operationibus voluntariis. Unde de se tale contingens non determinatum est magis ad esse quam ad non esse, sed per causam suam quandoque magis determinatur ad unum quam ad alterum. Item. Contingentis oppositi necessario alia pars est que dicitur contingens natum. Et diffinitur sic: 'contingens natum est quod magis se habet ad esse quam ad non esse', ut hominem canescere in senectute. Et istud enim contingens dicitur contingens ut in pluribus vel frequenter. Tertia vero pars eius est contingens in paucioribus vel raro. Et diffinitur sic: 'contingens in paucioribus vel raro est quod minus se habet ad esse quam ad non esse'. Exemplum autem Aristotilis est hoc ut bonum in paucioribus est vel raro, malum autem in pluribus vel frequenter; et ideo mali homines sunt ut in pluribus, boni vero ut in paucioribus.

7. Sciendum autem quod predictae divisiones necessarii et contingentis sunt divisiones vocis in significationes, non secundum quod dictio equivoca plura significet equaliter, sed secundum quod dictio equivoca plura significat secundum prius et posterius, ut 'ens' aut 'bonum' aut 'medicinale' aut 'sanativum' aut 'expediens'.

Utrum hee dictiones determinent compositionem

8. Habito quot modis dicitur 'necessarium' et 'contingens' consequenter obicitur circa tertiam questionem quia: habitudines rerum causantur a rebus, ut habitudo generis a genere et speciei a specie et sic de aliis. Ergo habitudines rerum non habent esse nisi a rebus. Ergo neque necessitatem habent nisi a rebus. Ergo necessitas per prius est in rebus quam in habitudinibus rerum. Ergo cum nulla compositio propositionis sit necessaria nisi propter necessariam habitudinem predicati ad subiectum, ergo per prius erit necessitas in re que subicitur et in re que predicatur et per posterius in compositione. Ergo hec dictio 'necessario' per prius debet determinare subiectum vel predicatum et per posterius compositionem. Et ita primo et proprie non debet determinare compositionem, sed subiectum et predicatum.

9. Et dicendum quod necessitas est duplex, quia est quedam necessitas substantiarum et alia actuum. Quamvis enim necessitas actus non causetur nisi a necessitate substantie, ut necessitas primi motus non causatur nisi a necessitate motoris et mobilis, tamen necessitas ipsius actus sive motus alia est a necessitate substantie. Et sicut est duplex necessitas, ita est duplex signum necessitatis. Quoddam enim signum necessitatis est quod significat necessitatem ut dispositionem substantie, ut hoc nomen 'necessarius, necessaria, necessarium'. Alio autem modo est signum necessitatis quod significat necessitatem ut dispositionem actus, ut hoc adverbium 'necessario'. Et propter hoc istud signum debet determinare compositionem, et non rem subiectam vel predicatam.

10. Ad illud autem quod obicit quod non est necessitas in compositione neque in habitudine predicati ad subiectum nisi per ipsum predicatum et per ipsum subiectum, dicendum quod verum est. Sed tamen alia est necessitas compositionis (quia hec necessitas est inherentie ipsius actus ad substantiam) et alia est necessitas rei que subicitur vel predicatur. Et ideo sicut sunt diverse necessitates, ita sunt diversa signa dicentia dispositiones unius et alterius, ut dictum est. Et sic hec dictio 'necessarium' determinat compositionem; unde facit propositionem modalem.

11. Item. Cum subiectum et predicatum sint principales partes propositionis, ergo qua ratione propositio dicitur modalis a dispositionibus predicati, eadem ratione debet dici modalis a dispositionibus subiecti. Et sic modi facientes propositionem modalem erunt plures quam illi sex quos determinat Aristoteles in Secundo Perihermeneias et quos habent pueri in Modalibus suis.

12. Et dicendum quod sicut subiectum et predicatum sumuntur dupliciter (uno enim modo sumitur subiectum in quantum est subiectum et predicatum in quantum est predicatum et alio modo 'subiectum' dicit id quod est subiectum et 'predicatum' id quod est predicatum), similiter est duplex dispositio subiecti et predicati. Quia quedam sunt dispositiones eius quod subicitur et eius quod predicatur, alie autem sunt dispositiones que sunt predicati in quantum est predicatum et subiecti in quantum est subiectum. Et dispositiones que sunt subiecti in quantum est subiectum et predicati in quantum est predicatum denominant propositionem, alie autem non. Verbi gratia 'omnis homo albus necessario currit velociter'; ista determinatio 'albus' est eius quod est subiectum, ut hominis secundum se; hec autem determinatio 'velociter' est eius quod est predicatum, ut ipsius cursus secundum se. Et neutra harum denominat propositionem; unde nichil est dictu 'hec propositio est alba' vel 'velox'. Hec autem dispositio 'omnis' est subiecti in quantum est subiectum et denominat propositionem, quia ab hac dispositione propositio dicitur universalis. Hec autem dispositio 'necessario' est predicati in quantum est predicatum. Unde denominat propositionem, cum ab ea dicatur propositio

modalis.

13. Et nota quod dispositiones subiecti in quantum est subiectum denominant propositionem a parte quantitatis, cum ab eis dicatur universalis vel particularis vel indefinita vel singularis. Dispositiones autem predicati in quantum est predicatum denominant ipsam a parte qualitatis, cum ab illis dicatur propositio affirmativa vel negativa vel modalis vel de inesse. Sicut enim dicitur negativa quia predicatum negatur de subiecto (et hoc est predicatum in quantum est predicatum), similiter dicitur affirmativa quando predicatum affirmatur de subiecto: affirmatio enim ipsius predicati est, sicut et negatio. Et sicut a modo determinante compositionem et per compositionem determinantem predicatum dicitur propositio modalis, similiter a sola inherencia predicati in subiecto dicitur propositio de inesse. Item. Sicut bene dicitur 'Sortem currere est contingens' vel 'Sortem currere est necessarium', similiter bene dicitur 'Sortem currere est bonum', 'Sortem currere est malum'. Et sicut iste due premissae sunt modales, similiter et due sequentes. Et sic erunt plures modi modificantes propositionem.

14. Et dicendum quod 'contingens' et 'necessarium' et consimilia, quanvis sint in predicato, disponunt tamen compositionem et dicunt comparisonem unius ad alterum. Sed 'bonum' et 'malum' predicantur de eo quod est Sortem currere effective vel causaliter, et non propter hoc quod disponant compositionem. Quando enim Sortes currit, causatur in eo sanitas vel egritudo vel commudum vel incommodum aliquod. Et ideo dicitur 'bonum' vel 'malum' de eo quod est Sortem currere effective vel causaliter.

Utrum naturam habeant ampliandi

15. Circa quartum queritur utrum iste dictiones 'necessario', 'contingenter' naturam habeant ampliandi quia: Cum dicitur 'homo necessario est animal' vel 'homo potest esse Antichristus', utrobique ampliatur termini non solum ad presentia sed etiam ad futura. Ergo tam 'necessario' quam 'contingenter' habent naturam ampliandi, quia 'contingenter' et 'possibiliter' equipollent. Quod concedimus. Utrumque enim ampliatur ad ea que sunt et ad ea que erunt.

16. Item. Queritur utrum natura ampliandi sit in eis eadem vel diversa. Et quod eadem sit videtur per hoc quod dictum est quod utrumque ampliatur ad futura. Ergo est eadem. Et dicendum quod non est eadem natura ampliandi in utroque, quia iste dictiones 'contingens' et 'contingenter' non habent naturam ampliandi nisi propter potentiam que in eis intelligitur, que (scilicet potentia) ordinabilis est ad actum per quem perficitur, ut 'homo potest legere', 'homo potest currere', 'homo potest sedere', quia potentia ad legendum perficitur per ipsum legere et potentia ad currendum per ipsum currere et potentia ad sedendum per ipsum sedere et sic de aliis. Sed iste dictiones 'necessarium', 'necessario', 'necesse' non dicunt potentiam vel possibilitatem sed perpetuitatem ipsius esse, quia perpetuitas ipsius esse se extendit ad omne tempus. Et ideo iste dictiones ampliatur non solum ad presentia sed etiam ad futura. Et sic patet quod 'contingens' et 'contingenter' ampliatur propter potentiam vel possibilitatem ordinatam ad aliquem actum. Sed iste dictiones 'necessarium', 'necessario', 'necesse' ampliatur propter perpetuitatem ipsius esse completi, quia in necessariis non est possibilitas respectu ipsius esse completi et perfecti secundum speciem aut, si est, simul est cum ipso esse. Et ideo dicit Aristoteles in tertio Physicorum quod in perpetuis non differt esse et posse.

Qualiter convertantur propositiones de necessario et contingenti

17. Circa quintum queritur qualiter convertantur propositiones de necessario et contingenti. Et dicendum quod propositiones de necessario convertuntur sicut ille de inesse, quia universalis negativa et particularis affirmativa convertuntur simpliciter in utrisque. Ut 'nullus homo est lapis': 'nullus lapis est homo'; 'quidem homo est animal': 'quoddam animal est homo'; similiter in illis de necessario, ut 'nullus homo necessario est lapis': 'nullus lapis necessario est homo'; 'quidam homo necessario est animal': 'quoddam animal necessario est homo'. Universalis vero affirmativa convertitur secundum partes (idest convertitur in particularem) in utrisque. Particularis vero negativa non convertitur in hiis de necessario, sicut neque in illis de inesse. Hec enim est vera 'quoddam animal non est homo', hec autem falsa 'quidam homo non est animal'; et ideo non convertitur. Et eadem est causa de illis de necessario.

18. Item. Nota quod non omnes propositiones de contingenti similiter convertuntur cum predictis. Omnes enim propositiones affirmative de contingenti, tam universales quam particulares, similiter convertuntur, sed negative non similiter convertuntur. Unde nota quod negative de contingenti quod dicitur de necessario et negative de illo contingenti quod opponitur necessario, similiter convertuntur, ut 'nullum hominem contingit esse equum'; 'nullum equum contingit esse hominem'. Iste enim propositiones sunt de contingenti dicto de necessario; inde dicuntur contingere quia sunt necessarie. Item. 'Nullam tunicam contingit esse albam'; 'nullum album contingit esse tunicam'. Et iste sunt de contingenti quod opponitur necessario; inde dicuntur contingere in eo quod non ex necessitate insunt.

19. Item. Propositiones de contingenti ad utrumlibet et propositiones de contingenti nato sive ut in pluribus convertuntur secundum oppositas qualitates. Sed differenter, quia propositiones de contingenti ad utrumlibet (sive de contingenti infinito, quod idem est) convertuntur equaliter ab affirmatione in negationem et econverso (ut si nullum hominem contingit currere, omnem hominem contingit currere, et econverso), quia cum istud contingens equaliter se habeat ad esse et ad non esse, ergo sicut contingit esse, ita contingit non esse. Propositiones vero de contingenti nato sive ut in pluribus convertuntur <secundum quod 'contingit esse' equivalet> ei quod est 'non necesse est esse, ut si contingit hominem canescere, non necesse est hominem canescere. Et nota quod omnes propositiones de contingenti ad utrumlibet et de contingenti nato sunt affirmative. Quod patet per hoc quod convertuntur secundum oppositas qualitates. Et hec est causa quare non contingit ex eis sillogizare in secunda figura, quia ex affirmativis in secunda figura nichil sequitur.

Sophismata

20. Hiis habitis queritur de hoc sophismate OMNIS HOMO NECESSARIO EST ANIMAL. Probatio. Hec est necessaria 'omnis homo est animal'. Ergo modificata modo necessitatis erit vera. Ergo hec est vera 'omnis homo necessario est animal'. Contra. Omnis homo necessario est animal. Sed Sortes est homo. Ergo Sortes necessario est animal (in tertio prime). Sed conclusio est falsa. Ergo aliqua premissarum est falsa. Non minor. Ergo maior. Sed hec est prima. Ergo prima falsa.

21. Solutio. Prima vera simpliciter. Et improbatio peccat secundum accidens, quia sub terminis simpliciter non sunt sumendi termini ut nunc. Et dicuntur termini simpliciter quia habent esse a natura; termini autem ut nunc dicuntur qui aliquando sunt, aliquando non.

22. Item. Queritur de hoc sophismate ANIMA ANTICHRISTI NECESSARIO ERIT. Probatio. Anima Antichristi erit. Et quando erit, necessario erit. Ergo anima Antichristi necessario erit. Contra. Anima Antichristi necessario erit. Ergo animam Antichristi necessarium est fore. Ergo est in quolibet futuro. Ergo erit hodie et etiam cras, quod falsum

est.

23. Et dicendum quod prima est duplex, eoquod hec dictio 'necessario' potest determinare compositionem vel predicatum. Si autem determinet compositionem, sic modificiat eam et ampliat ad quodlibet futurum. Et sic poneretur anima Antichristi esse hodie et cras et in quolibet alio futuro. Et sic prima falsa. Si autem determinet predicatum, tunc est sensus 'anima Antichristi necessario erit': 'erit ens necessario'. Et sic non determinat compositionem nec prima est modalis. Et sic prima vera, quia quelibet anima humana est ens necessario. Ad probationem autem dicendum quid peccat secundum quod et simpliciter. Sicut enim non sequitur 'Sortes quando currit necessario currit; ergo Sortes necessario currit' (sed est ibi quid et simpliciter), similiter in proposito 'anima Antichristi quando erit necessario erit; ergo anima Antichristi necessario erit'. Unde est ibi quid et simpliciter, secundum quod est propositio modalis.

24. Item. Queritur de hoc sophismate SI SORTES NECESSARIO EST MORTALIS, SORTES NECESSARIO EST IMMORTALIS. Probatio. Si Sortes necessario est mortalis, Sortes necessario est aliqualis. Et si Sortes necessario est aliqualis, Sortes necessario est. Et si Sortes necessario est, Sortes necessario est immortalis. Ergo a primo: si Sortes necessario est mortalis, Sortes necessario est immortalis. Contra. Ibi assinatur sequi oppositum ad oppositum. Ergo locutio est impossibilis.

25. Solutio. Prima conditionalis est duplex, eoquod antecedens eius est duplex (scilicet istud 'Sortes necessario est mortalis'), eoquod hec dictio 'necessario' potest determinare compositionem vel predicatum. Si vero determinet compositionem, sensus est: 'hec propositio est necessaria "Sortes est mortalis"'. Et sic hoc predicatum 'mortale' ponitur semper et de necessitate inherere Sorti vel esse in Sorte. Et similiter Sortes ponitur semper et de necessitate. Et sic ponitur mortalis et immortalis Sortes. Et sic ponuntur opposita in eodem subiecto. Si autem hec dictio 'necessario' determinet hoc predicatum 'mortale', adhuc est duplex, quia hec differentia 'mortale' duplicem habet comparisonem. Unam ad illud cuius est vel in quo ponitur, ut ad Sortem, et aliam ad actum ad quem ordinatur sive respectu cuius dicit aptitudinem, ut ad istum actum qui est mori. Unde hec dictio 'necessario' potest determinare differentiam in comparatione ad substantiam in qua est; et est sensus 'Sortes necessario est mortalis' idest 'mortale de necessitate est in Sorte'. Et sic ponuntur opposita in eodem sicut prius, scilicet quod Sortes simul sit mortalis et immortalis.

26. Unde hiis duobus modis predictum antecedens est falsum et impossibile, sed conditionalis est vera. Nec sequitur oppositum ad oppositum, sed sequitur una pars contradictionis ad antecedens quod claudit intra se utrumque. Et licet predicti duo sensus sequantur ad se invicem conversim, tamen diversi sunt, quia aliud est quod hec dictio 'necessario' determinet compositionem et aliud quod determinet predicatum. Si autem hec dictio 'necessario' determinet hanc differentiam 'mortale' in comparatione ad actum suum, qui est mori, tunc est sensus 'Sortes necessario est moralis' idest 'Sortes de necessitate morietur'. Et sic propositio que est antecedens, vera est et prima conditionalis est falsa.

27. Ad probationem autem dicendum hoc modo quod peccat secundum quid et simpliciter hic: 'si Sortes necessario est mortalis, Sortes necessario est aliqualis, quia non sequitur 'Sortes morietur de necessitate; ergo Sortes de necessitate est aliqualis', immo potius sequitur oppositum, quia si Sortes morietur de necessitate, ergo non necessario est aliqualis. Sicut non sequitur hic: 'est homo mortuus; ergo est homo', immo potius sequitur oppositum, scilicet 'ergo non est homo'.

28. Item. Posito quod sint tres anime et sint necessario iuste et cras creetur una iniusta, queritur de hoc sophismate OMNIS ANIMA NECESSARIO EST IUSTA. Probatio. Hec anima necessario est iusta et illa et tertia. Et non sunt plures, quia illa que erit, nondum est.

Ergo omnis anima necessario est iusta. contra. Hec propositio est falsa, scilicet 'omnis anima est iusta'. Ergo nunc modificata modo necessitatis est falsa.

29. Solutio. Prima duplex, eoquod hec dictio 'necessario' potest determinare compositionem vel predicatum. Si vero determinet compositionem, sic ponitur esse falsa, quia tunc ampliatur compositionem et mediante compositione subiectum et predicatum ad omne tempus. Et sic pro futuro tempore 'anima' comprehendit sub se animam contingenter iustam. Si autem determinet predicatum, ita ponitur esse vera. Et tunc non est modalis sed est de inesse, quia compositio non determinatur per modum aliquem. Et est sensus 'omnis anima necessario est iusta' idest 'omnis anima est ens iusta necessario', ita quod ista dictio 'necessario' ponatur super hoc quod dico 'ens iusta' et non ponatur super hoc verbum 'est' secundum quod stat in ratione compositionis.

De quibusdam regulis

30. Item. Dari solent tales regule harum dictionum 'necessario', 'contingenter':

[1] quotienscumque due determinationes compositionis ponuntur in eadem oratione, duplex est oratio eoquod una potest esse materialis respectu alterius, vel econverso.

Ut 'Sortes non currit necessario' vel 'Sortes non currit contingenter'. Iste enim propositiones sunt duplices, eoquod negatio potest negare necessitatem vel contingentiam aut econverso necessitas vel continentia potest cadere super negationem. Item. Alia regula est talis:

[2] quotienscumque hec dictio 'necessario' ponitur in consequenti alicuius conditionalis, duplex est oratio.

Ut 'si Sortes currit, necessario movetur', eoquod potest dicere necessitatem consequendi (et est sensus 'si Sortes currit, necessario sequitur quod moveatur'), vel potest dicere necessitatem propositionis que est consequens (et est sensus 'si Sortes currit, hec propositio 'Sortes movetur' est necessaria', quod falsum est). Item. Alia regula est talis.

[3] quotienscumque hec dictio 'necessario' ponitur in propositione disiunctiva contrariorum vel contradictorie oppositorum, duplex est oratio, eoquod potest esse necessitas disiunctionis vel partium disiunctarum.

Ut 'omnis numerus necessario est par vel impar' et 'Sortem necessario sedere est verum vel falsum' et 'Sortes necessario currit vel non currit'. Alia regula est talis:

[4] quotienscumque hoc verbum 'contingit' adiungitur terminis accidentalibus, duplex est oratio, eoquod potest dicere contingentiam predicati et non subiecti vel potest dicere contingentiam utriusque

Ut 'omne album contingit currere'. Si dicat continentiam predicati tantum, talis est sensus 'omne quod est album, contingit currere'. Si autem dicat contingentiam utriusque, talis est sensus 'omne quod contingit esse album, contingit currere'. Et sic reduplicatur modus ad subiectum. Et ideo distinguit Aristoteles in libro Priorum istam 'omne b contingit a', quia uno modo significat hoc 'omne quod est b, contingit esse a'; alio autem modo est sensus 'omne quod contingit esse b, contingit esse a'.

TRATACTUS OCTAVUS

DE CONIUNCTIONOBUS

Introductio

1. Genera coniunctionum sunt plura. Quia quedam sunt dubitative et quedam interrogative secundum Priscianum, ut '-ne', 'an' et 'utrum'. Et hoc genus coniunctionum comprehendit Donatus sub disiunctivis. Sed obmissis aliis interrogativis et dubitativis coniunctionibus de hac coniunctione 'an' adpresens intendimus.

A. DE HAC CONIUNCTIONE 'AN'

2. Circa quam primo queritur que sit differentia inter interrogationem factam per nomen et interrogationem factam per adverbium et interrogationem factam per coniunctionem; secundo queritur quid significet hec dictio 'an'; tertia questio est qualiter differat hec coniunctio 'an' ab aliis coniunctionibus interrogativis, ut ab hiis coniunctionibus '-ne' et 'utrum'; quarta questio est, cum habeat in se naturam disiunctionis, inter que habeat disiungere; quinta questio est, cum exercent tres actus (quia importat disiunctionem et interrogationem et dubitationem), utrum equaliter se habeat ad omnes istos actus vel non.

Que sit differentia inter interrogationes diversimode factas

3. Circa primum obicitur quia: quicquid est, aut est substantia aut accidens. Sed omnis dubitatio est de reliqua. Ergo est de substantia vel de accidente. Sed omnis interrogatio est de re dubitata. Ergo omnis interrogatio de substantia fit per hec interrogative 'quis', 'que', 'quod' vel 'quid'. Et hec sunt nomina. Sed interrogatio de accidente, cum accidens significetur vel per nomina quedam vel per adverbia, fiet per nomina (ut 'qualis', 'quantus', 'quotus', 'quotennis'), vel per adverbia (ut 'cur', 'quare', 'quando', 'ubi' et consimilia). Ergo omnis interrogatio fit per nomen vel per adverbium. Ergo omnis dictio interrogativa est nomen vel adverbium. Ergo nulla coniunctio est dictio interrogativa.

4. Et dicendum quod quandoque contingit dubitare de re significata per nomen, sive significetur per modum substantie sive per modum accidentis. Et de huiusmodi re queritur per nomina interrogativa (ut 'quis', 'que', 'quod' vel 'quid', 'qualis', 'quantus', 'quotus', 'quotennis')

secundum diversitatem substantie et eorum que accidunt substantie. Quandoque autem dubitatur de actu speciali. Et tunc queritur de ipso per hoc interrogativum 'quid' addictum actui generali, ut 'quid agit?': 'sedet' vel 'dormit' vel 'disputat' vel 'legit' et sic de aliis. Et sic hiis duobus modis queritur per nomen de re dubitata. Quandoque autem dubitamus de hiis que debentur actui, ut de causa actus, ut cum legit: 'quare legit?' vel de tempore in quo fuit actus, ut 'quando cucurrit?' vel 'quando curret?' vel de loco comparato ad actum secundum quod actus sumitur in loco vel de loco vel ad locum vel per locum, ut 'ubi est?', 'ubi fecit hoc?', 'unde venit?', 'quo vadit?', 'qua transivit?'; et sic de omnibus queritur per adverbia localia. Et sic patet quod de omnibus predictis que debentur actui, queritur per adverbia. Quandoque autem dubitamus in inherentia vel de compositione actus cum substantia. Et tunc queritur de ipsa inherentia vel compositione per coniunctiones interrogativas, ut per has coniunctiones '-ne', 'an', et 'utrum'.

5. Et ideo interrogativa rerum dubitarum sunt tribus modis. Quia quedam sunt nomina et quedam sunt adverbia, alia vero coniunctiones. Et hec differentia sumpta est a parte ipsorum dubitabilium que sunt obiecta dubitationis. Ad argumentum dicendum quod omnis dubitatio est de substantia vel de accidente, extendendo 'accidens' ad ipsum accidens et ad adherentiam ipsius accidentis cum subiecto vel ipsius actus cum substantia. Et tunc interrogatio de accidente aliquando fit per quedam nomina interrogativa (ut 'qualis', 'quantus' et consimilia), aliquando per adverbia, aliquando per coniunctiones. Et ita insufficienter dividit interrogationem accidentis opponendo.

Quid significet hec dictio 'an'

6. Circa secundum queritur quod significet hec dictio 'an'. Et dicunt quidam quod significat disiunctionem cum electione. Sed quod hec dictio 'an' non significet electionem probo quia: Hec est dictio interrogativa et ita importat interrogationem. Sed omnis interrogatio causatur ex dubitatione. Ergo hec dictio 'an' importat dubitationem. Sed dubitatio contra electioni, quia qui dubitat nescit eligere inter ea de quibus dubitat. Ergo hec dictio 'an' non importat electionem. Item ad idem. Si hec dictio 'an' significet electionem, aut significat eam ut conceptam vel affectum. Sed non ut conceptam quia. Cum omnis electio sit actus anime et nullus actus anime possit significari ut conceptus nisi per nomen vel verbum vel participium, ergo si hec dictio 'an' significet electionem ut conceptam, oportet quod sit nomen vel verbum vel participium. Quod falsum est. Si autem significet eam per modum affectus: Sed affectus anime non significatur per modum affectus nisi per quedam adverbia et per interiectiones et per modos verborum. Ergo si hec dictio 'an' significet electionem per modum affectus, oportet quod sit adverbium vel interiectio vel accidat verbo tamquam modus. Quod est impossibile. Ergo impossibile est quod hec dictio 'an' significet electionem per modum conceptus vel per modum affectus.

7. Quod concedimus dicentes quod hec dictio 'an' significat disiunctionem cum dubitatione sub modo interrogandi. Et quia quicumque interrogat petit certificari inquamtum interrogat, ideo ad interrogationem sequitur petitio certificationis de re dubitata. Et ideo quia hec dictio 'an' interrogat diungendo inter aliqua, propter hoc per ipsam importantur petitio alterius disiunctorum. Quod autem hec dictio 'an' significet disiunctionem patet per hoc quod est coniunctio disiunctiva. Quod autem importet dubitationem patet per hoc quod est dictio interrogativa et ulterius ad interrogationem sequitur petitio alterius disiunctorum, ut dictum est.

Qualiter differat ab aliis coniunctionibus interrogativis

8. Circa tertium queritur que sit differentia huius dictionis 'an' ad alias coniunctiones interrogativas (que sunt '-ne' et 'utrum') quia: si nulla est differentia, ergo una earum sufficit. Ergo alie superfluunt. Et dicendum quod iste tres coniunctiones 'utrum', 'an', '-ne' conveniunt in hoc quod interrogant de compositione actus cum substantia, ut dictum est. Sed differunt in hoc quod hec coniunctio '-ne' magis se tenet cum actu, iste vero coniunctiones 'an' et 'utrum' magis se tenent a parte suppositi. Et differunt iste due (scilicet 'an' et 'utrum') hoc modo quia hec coniunctio 'utrum' numquam geminatur sine <alia> disiunctiva coniunctione, sed exigit secum coniunctionem aliam disiunctivam, ut 'utrum Sortes currat vel Plato'. Sed ista coniunctio 'an' quandoque geminatur sine altera coniunctione, ut 'tu scis an Sortes currat an Plato'. Et ex hoc patet alia differentia, scilicet quod coniunctio ista '-ne' non postet recipere supra se transitionem alterius actus propter hoc quod se tenet cum actu; actus enim non transit supra alium actum sed supra aliquod casuale. Unde nichil est dictu 'tu vides curritne Sortes', Sed 'tu vides Sortem currentem'. Alie vero due recipiunt supra se transitionem actus proptet hoc quod magis se tenent cum substantia sive cum supposito, ut 'tu scis an Sortes currat' et 'tu vides utrum Plato legat'. Tertia differentia est quod hec coniunctio '-ne' semper est interrogativa, alie autem due aliquando tenentur tantum disiunctive, ut 'ego bene scio utrum Plato legat vel non' et 'bene scio an legat an non legat'.

Inter que habeat disiungere

9. Circa quartum queritur, cum hec coniunctio 'an' sit coniunctio disiunctiva, inter que habeat disiungere. Et de hoc talis datur regula:

quotiescumque hec dictio 'an' semel ponitur, disiungit inter dicta contradictorie opposita; quando vero bis ponitur, disiungit inter dicta inventa.

Quod autem prima pars regule sit vera probo quia: In omni interrogatione supponitur aliquid commune ad id quod queritur, ut cum querit aliquis 'quis disputat?', supponit hominem in communi disputare et vult certificari de particulari homine qui disputat; et similiter in qualibet alia interrogatione. Ergo in omni interrogatione supponitur aliquid commune sive universale ad id quod queritur. Ergo in hac interrogatione 'tu scis an Sortes currat' supponitur aliquid commune ad id quod queritur. Sed non queritur nisi altera pars contradictionis, quia de illa solum dubitatur. Ergo supponitur <aliquid> commune ad illam. Sed nichil est commune ad partes contradictionis nisi disiunctio. Ergo supponitur ibi disiunctio inter partes contradictionis. Sed non est ibi aliquid per quod supponatur ista disiunctio nisi per hanc coniunctionem 'an'. Ergo hec coniunctio 'an' disiungit inter partes contradictionis. Sed hoc modo semel ponitur. Ergo quando semel ponitur, disiungit inter dicta contradictorie opposita. Quod concedimus.

10. Sed contra. Omnis disiunctio est adminus inter duo. Unde nichil est dictu 'Sortes currit vel', quia deficit alterum extremorum. Ergo nichil est dictu 'tu scis an Sortes currat', cum deficiat alterum extremorum. Solutio. Non est simile de hac dictione 'an' et de hac dictione 'vel', quia hec dictio 'an' est dictio interrogativa et disiunctiva. Et ideo ratione interrogationis adiuncte disiunctioni, quando adiungitur uni parti contradictionis, dat intelligere alteram, quia

qui dubitat de uno oppositorum, dubitat de reliquo. Sed hec dictio 'vel' tantum est disiunctiva et non interrogativa. Et ideo non dat intelligere alterum extremorum.

11. Item. Obicitur circa secundam partem regule quia: Multorum non est dubitatio una sed plures, nisi illa multa opponantur aliquo genere oppositionis. Sed cum dicitur 'tu scis an Sortes currat an Plato disputet', ista scilicet 'Sortem currere' e 'Platonem disputare' non opponuntur aliquo genere oppositionis. Ergo non est eorum dubitatio una. Ergo hec dictio 'an' non disiungit inter ea. Ergo non disiungit inter dicta inventa quando bis ponitur. Sed contra. Omne illud quod queritur per interrogationem, solvitur <per> illud quo in responsione dato questio terminatur. Sed dato utrolibet predictorum enuntiabilium questio terminatur. Ergo, indifferenter queritur hoc vel illud. Ergo hec dictio 'an' disiungit inter ea, quia solum disiungit inter ea de quibus querit. Sed hec sunt dicta inventa. Ergo quando bis ponitur, disiungit inter dicta inventa. Quod concedimus.

12. Ad hoc quod obicit in contrarium, dicendum quod 'dubitatio una' et 'interrogatio una' et 'responsio una' sunt dupliciter. Quia uno modo est responsio una simpliciter, ut quando queritur unum de uno secundum se et absolute (ut cum queritur 'curritne Sortes' et respondetur 'sic' vel 'non'). Alio autem modo est responsio una non simpliciter sed per suppositionem, ut cum queritur 'curritne Sortes vel Plato'; hic enim oportet supponere quod alter istorum currat ad hoc ut detur responsio una. Et similiter 'dubitatio una' et etiam 'interrogatio una' sunt dupliciter, scilicet simpliciter et per suppositionem. Ut cum queritur 'tu scis an Sortes currat an Plato disputet', non est interrogatio una neque dubitatio simpliciter sed per suppositionem, ut quod uterque illorum sit et quod respondens sciat de altero illorum.

Utrum equalliter se habeat ad omnes suos actus

13. Circa quintum obicitur quod hec dictio 'an' non debeat exercere istos tres actus qui sunt disiungere, interrogare et dubitare, quia unius actus unum est instrumentum proprium et econverso. Ergo si hec dictio 'an' est instrumentum interrogandi, non erit instrumentum dubitandi neque disiungendi. Et dicendum quod instrumentum idem secundum substantiam et secundum rationem non potest esse instrumentum diversorum actuum sese non consequentium. Sed instrumentum idem secundum substantiam et diversum secundum rationem potest esse actuum simpliciter diversorum. Unde sicut pulmo est instrumentum temperandi calorem cordis per respirationem (et hoc secundum quod est attractivus aeris) et etiam est instrumentum loquendi repercutiendo aera ad vocalem arteriam (et hoc in quantum est expulsivus et repercusivus aeris); et ita secundum aliud est instrumentum temperandi colorem cordis et secundum aliud est instrumentum loquendi, -- similiter hec coniunctio 'an' secundum quod disiungit, continetur sub specie disiunctivarum coniunctionum, secundum autem quod per ipsam interrogamus, continetur sub specie interrogatarum coniunctionum; secundum autem quod per ipsam dubitamus, continetur sub specie dubitatarum. Et sic semper est coniunctio eadem secundum substantiam, differt autem secundum rationem et speciem, cum sit diversarum specierum secundum quod per ipsam exercemus tres predictos actus.

14. Et nota quod prius est disiunctiva et per posterius interrogativa et dubitativa, quia semper disiungit sed non semper interrogat vel dubitat. Et nota quod hec dictio 'an' petit alteram partem determinate eorum inter que disiungit. Et propter hoc solet dici quod oportet quod respondens sciat alteram partem determinate. Quod probatur sic. Respondens magis certus debet esse de questione quam interrogans, quia respondens debet certificare interrogantem de questione. Sed interrogans, scit alteram partem in genere sive in communi. Ergo oportet quod

respondens sciat alteram partem specialiter et determinate. Quod concedimus.

15. Sed contra. Sicut contingit scire universale ignorando particulare (ut scio hominem in universali esse in Yspania, tamen nullum particularem scio ibi esse), -- similiter contingit scire disiunctum sive disiunctionem ignorando quamlibet partem disiunctionis. Probatio. Scio astra esse paria vel imparia, tamen neque scio hanc partem neque illam. Ergo cum dico 'tu scis an Sortes currit an Plato disputet', non oportet quod respondens sciat alteram partem determinate. Et dicendum quod ultimum argumentum non tenet. Si enim hec dictio 'an' esset tantum disiunctiva, bene oporteret. Sed quia non solum est disiunctiva sed etiam interrogativa, ideo non tenet, quia quicumque interrogat petit certificari eo ipso quod interrogat. Et ideo cum hec dictio 'an' sit interrogativa alterius disiunctorum, oportet quod importet petitionem alterius disiunctorum. Et proptet huiusmodi petitionem oportet quod respondens sciat alteram partem determinate. Et ita argumentum predictum impeditur propter interrogationem huius dictionis 'an'.

Sophismata

16. Queritur de hoc sophismate TU SCIS AN OMNIS HOMO SIT SORTES AN DIFFERAT AB ILLO. Probatio. Tu scis an Sortes sit Sortes an differat ab illo. Tu scis an Plato sit Sortes an differat ab illo et sic de singulis. Ergo prima vera. Contra. Tu scis an omnis homo sit Sortes an differat ab illo. Ergo tu scis omnem hominem esse Sortem an omnem hominem differre a Sorte; Quorum utrumque est falsum.

17. Solutio. Prima falsa simpliciter. Et probatio peccat secundum consequens ab insufficienti, quia in hac propositione 'tu scis an omnis homo sit Sortes an differat ab illo' est duplex universalitas, quoniam in una parte disiunctionis est una distributio et alia in altera. Unde sensus est 'tu scis an omnis homo sit Sortes an omnis homo differat a Sorte'. Sed non summuntur omnes singulares harum duarum distributionum in ipsa probatione, quia preter illas quas sumit, deberet sumere istas 'tu scis an Sortes sit Sortes an omnis homo differat a Sorte', 'tu scis an Plato sit Sortes an omnis homo differat a Sorte' (et hec disiunctiva est falsa, quia utraque pars eius est falsa) et similiter omnes alie que relinquuntur. Et hoc modo deberet sumere omnes particulares prime distributionis secunda distributione integra permanente. Et etiam deberet econverso sumere omnes particulares secunde distributionis ita quod prima distributio integra permaneat. Ut 'tu scis an omnis homo sit Sortes an Sortes differat a Sorte' et 'tu scis an omnis homo sit Sortes an Plato differat a Sorte' et sic de aliis. Alio etiam modo deberet sumere particulares, scilicet accipiendo singulares unius cum omnibus singularibus alterius, ut 'tu scis an Sortes sit Sortes an Sortes differat a Sorte' et 'tu scis an Plato sit Sortes an Sortes differat a Sorte' et sic de aliis. sed harum omnium nullam accepit. Et ita procedit ab insufficienti. Unde peccat secundum consequens.

18. Item. Posito quod Sortes vel Plato mentiatur sed tu nescias uter eorum mentiatur, queritur de hoc sophismate TU SCIS AN DE MENTIENTE SIT FALSUM SORTEM ESSE ILLUM. Probatio. Hec negativa est vera 'non de mentiente est falsum Sortem esse illum' utroque casu contingente, scilicet sive Sortes mentiatur sive Plato. Quia Sorte mentiente hec est vera 'non de mentiente est falsum Sortem esse illum' (idest 'Sortem esse mentientem'), immo est verum de Sorte. Item. Platone mentiente hec est vera 'non de mentiente est falsum Sortem esse illum' (idest 'Sortem esse platonem mentientem'), quia licet sit falsum Sortem esse Platonem, non tamen est falsum de Platone, quia non est enuntiabile de eo. Unde neque verum neque falsum de eo est, propter hoc quod enuntiabile dicitur semper de re subiecti termini, sive de eo quod subicitur, et non de eo quod predicatur, ut 'hominem esse lapidem' est enuntiabile de homine

et de non de lapide, sed 'lapidem esse hominem est enuntiabile de lapide et non de homine. Et sic patet quod utroque casu contingente hec est vera 'non de mentiente est falsum Sortem esse illum'. Et hoc scis et etiam scis ex ypothesi quod plures casus non possunt contingere. Ergo tu scis hanc, scilicet 'non de mentiente est etc.'. Et hec est altera pars prime disiunctive, quia hec dictio 'an' semel posita disiungit inter opposita. Ergo hec est vera 'tu scis an de mentiente sit falsum Sortem esse illum an non de mentiente sit falsum Sortem esse illum', quia huius disiunctive altera pars est vera.

19. Contra. Tu scis an de mentiente sit falsum Sortem esse illum. Ergo tu scis an de mentiente sit falsum illum esse Sortem (per locum a convertibili, ut 'si Sortes est ille, ille est Sortes', sicut 'si homo est animal, animal est homo'). Sed conclusio est dubia et non certa, quia Sorte mentiente hec negativa est vera 'non de mentiente est falsum illum esse Sortem', idest 'mentientem esse Sortem'. Sed platone mentiente falsa est, quia sensus est 'non de mentiente est falsum illum esse Sortem' (idest 'Platonem esse Sortem'), quia hoc est falsum de mentiente, eoquod 'Platonem esse Sortem' est falsum de Platone. Ergo predicta negativa est dubia, cum sit vera uno casu contingente et alio falsa et nescis quis casus debeat contingere. Ergo sua opposita est dubia, quia quisquis dubitat de uno oppositorum, necesse est ipsum de reliquo dubitare. ergo hec est falsa 'tu scis an de mentiente sit falsum illum esse Sortem. Ergo prima est falsa ex qua sequitur.

20. Solutio. Prima est simpliciter vera, hec scilicet 'tu scis an de mentiente sit falsum Sortem esse illum'. Et probatio bene tenet. Sed primum argumentum improbationis peccat secundum sophisma accidentis. Sicut hic: 'tu scis quod de homine est enuntiabile hominem esse substantiam; ergo tu scis quod de homine est enuntiabile substantiam esse hominem'. Quod falsum est, quia licet 'hominem esse substantiam' et 'substantiam esse hominem' convertantur, non tamen quod subicitur in uno, subicitur in reliquo. Unde est unum enuntiabile de homine et non de substantia (quia homo subicitur in eo) et alterum est enuntiabile de substantia et non de homine, quia substantia subicitur in eo.

B. DE HAC CONIUNCTIONE 'VEL'

21. Habito de hac coniunctione disiunctiva 'an' consequenter queritur de hac dictione 'vel'. Circa quam primo queritur quid significet hec dictio 'vel'; secundo autem queritur utrum suum significatum sit ens simpliciter vel non; tertio utrum res huius dictionis 'vel' sit in genere vel non; quarto qualiter differat ab aliis coniunctionibus disiunctivis; quinto utrum disiunctio faciat terminum disiunctum predicabile de pluribus.

Quid significet hec dictio 'vel'

22. Circa primum queritur quia: Ut patet per diffinitionem coniunctionis, hec coniunctio 'vel' significat comparisonem que est secundum simul aut secundum prius et posterius. Sed non significat comparisonem que est secundum prius et posterius, quia sic esset dictio consecutiva. Ergo significat comparisonem que est secundum simul. Ergo significat res simul esse. Sed contra. Dicit Boetius quod hoc sapit disiunctiva coniunctio quod ea inter que coniungit simul esse non permittit. Ergo hec coniunctio 'vel' non ponit res simul esse. Ergo non significat comparisonem que est secundum simul. Item ad idem. Priscianus diffinit coniunctionem disiunctivam dicens "disiunctive coniunctionis sunt que, quammvis dictiones coniungant, sensus tamen disiungunt et alteram quidem rem esse, alteram vero non esse

significant. Sed diffinitio superioris convenit cuilibet inferiori. Ergo oportet quod hec diffinitio intelligatur in hac coniunctione 'vel'. Ergo hec coniunctio 'vel' non ponit res simul esse. Ergo non significat comparisonem que est secundum simul.

23. Et dicendum quod hec coniunctio 'vel' significat comparisonem rerum simul existentium disiungendo. Et hec comparatio est disiunctio ipsorum disiunctorum equaliter se habens ad utrumque, quia hec coniunctio 'vel' non magis se habet ad unum disiunctorum quam ad alterum quantum est de se, ut cum dicitur 'Sortes vel Plato'. Ad illud autem quod obicit per Boetium, dicendum quod ubicumque est disiunctio, duo exiguntur, scilicet ea que disiunguntur et illud respectu cuius est disiunctio. Unde cum dicitur 'Sortes vel Plato currit' Sortes vel Plato sunt disiuncta et disiunguntur respectu huius actus 'currit'. Unde hec coniunctio 'vel' ponit ipsa disiuncta simul esse et illud respectu cuius est disiunctio, non ponit simul esse in eis. Unde Sortes et Plato simul ponuntur secundum se, non tamen simul ponuntur sub cursu. Et ideo quod dicit Boetius, intelligendum est quoad illud respectu cuius est disiunctio. Ad illud autem quod obicit de diffinitione coniunctionis disiunctive, dicendum quod 'simul' est de duobus modis. Quia uno modo est simul contra prius et posterius in consequendo. Et sic omnes coniunctiones disiunctive dicunt res simul esse, eoquod non ponunt unum tamquam antecedens et reliquum tamquam consequens. Alio autem modo dicitur 'simul' secundum participationem unius rei, ut si Sortes et Plato participant albedinem, dicuntur esse simul in participatione albedinis. Et hoc modo dicit Priscianus quod coniunctiones disiunctive disiungunt sensus et alteram quidem rem esse, alteram vero non esse significant.

Utrum suum significatum sit ens simpliciter

24. Circa secundum queritur quia: Quod importatur per hanc dictionem 'vel' repperitur in ente (ut 'homo vel asinus') et in non-ente (ut 'chimera vel hircocervus'). Ergo non est ens simpliciter. Item ad idem. Quicquid est ens simpliciter, aut est substantia aut quantitas et sic de aliis. Sed hec coniunctio 'vel' non significat substantiam neque quantitatem et sic de aliis. Ergo significatum eius non est ens simpliciter sed quodammodo. Quod concedimus dicentes quod significat respectum quendam repperitum tam in ente quam in non-ente.

Utrum res huius dictionis 'vel' sit in genere vel non

25. Circa tertium obicitur quia: Cum omnes relationes sint in ad aliquid (sive in predicamento relationis), sed hec dictio 'vel' non dicit rem absolutam sed respectivam (quia nichil est dictu 'Sortes currit vel' propter hoc quod deficit alterum extremorum), ergo dicit relationem. Ergo est in ad aliquid (sive in predicamento relationis). Item. Hec dictio 'vel' equaliter se habet quantum est de se ad utrumque extremorum. Sed dicit comparisonem unius ad alterum. Ergo dicit relationem secundum equiparationem unius ad alterum. Ergo dicit relationem secundum equiparantiam. Ergo est in genere Relationis. Sed obicitur in contrarium quod nulla comparatio que est de secundum simul aut secundum prius et posterius, est in aliquo predicamento. Sed omnis res cuiuslibet coniunctionis est comparatio que est secundum simul aut secundum prius et posterius. Ergo nulla res alicuius coniunctionis est in aliquo predicamento (et est sillogismus in secundo prime). Ergo significatum huius dictionis 'vel' non est in aliquo genere. Quod concedimus.

26. Ad primum autem quod obicit dicendum quod 'comparatio' sive 'respectus' est duplex.

Quia quedam sunt comparationes que sunt res simpliciter existentes ut pater – filius, duplum – dimidium. Et tales comparationes sunt in predicamento Relationis, eoquod sunt relationes. Alie autem sunt comparationes que non sunt res simpliciter existentes, eoquod sunt tam existentium quam non-existentium. Et huiusmodi comparationes non sunt in genere Relationis. Et tales sunt significationes coniunctionum disiunctivarum. Unde tales sunt significationes coniunctionum disiunctivarum. Unde non sequitur quod quamvis hec coniunctio 'vel' dicat rem respectivam, quod propter hoc sit in ad aliquid (sive in genere Relationis).

27. Ad aliud dicendum quod 'comparatio secundum equalitatem' est duplex. Quia quedam est que est ab anima tantum dum anima apprehendit significata partium orationis. Et talis comparatio secundum equalitatem non est in ad aliquid, quia non est ens simpliciter sed quodammodo, cum sit ipsorum significatorum et contingat significare tam ens quam non-ens. Ergo comparationes significatorum non possunt esse simpliciter entes. Ergo non sunt in genere. Et huiusmodi comparatio significatur per coniunctionem disiunctivam. Alia autem est comparatio secundum equalitatem que solum sequitur rem completam et perfectam in esse, ut amicus – vicinus, similis – equalis. Et huiusmodi comparatio secundum equalitatem est equiparantia. Et est species Relationis. Unde est in genere Relationis.

Qualiter differat ab aliis coniunctionibus disiunctivis

28. Circa quartum obicitur quia: Si iste coniunctiones 'vel', '-ve', 'aut', '-ne', 'an', 'utrum', non superfluent, oportet eas differe a se invicem, aut si non differunt, oportet quod alique earum superfluant. Et propter hoc queritur qualiter hec coniunctio 'vel' differat ab aliis coniunctionibus disiunctivis. Et dicendum quod iste coniunctiones 'vel', '-ve', 'aut' differunt ab isits tribus, scilicet 'an', '-ne', 'utrum', per hoc quod iste tres possunt esse medium per quod unus actus transit supra alium actum, ut 'scio an Sortes currat' et 'scis utrum Sortes currat' et 'scit utrum Sortes currat' et 'putasne Sortes currat'. Sed 'vel' et '-ve' et 'aut' non possunt esse medium quo unus actus possit transire supra alium actum. Nichil enim est dictu 'scis vel Sortes currit', 'scisve Sortes currit' et 'scis aut Sortes currit', ut actus sciendi intelligatur transire supra hoc quod dico 'sortem currere', sicut ex alia parte bene dicenbatur 'tu scis an Sortes currat' idest 'tu scis Sortem currere vel non currere'. Alia etiam est differentia quia ille tres sunt interrogative, sed 'vel', '-ve' et 'aut' non sunt interrogative, immo tantum disiunctive.

29. Item. Hec coniunctio 'vel' disiungit res que debent movere intellectum speculativum vel quamlibet aliam virtutem cognoscitivam non motam ab affectu vel ab appetitu, sed prout est cognoscitiva tantum. Sed hec coniunctio 'aut' disiungit res motivas practici intellectus vel ipsius affectus vel etiam motivas ipsius appetitus sensibilis. Item. Hec coniunctio '-ve' differt ab hiis duabus, scilicet 'vel' et 'aut', quia hec est disiunctiva enclitica, ille vero non, sed sunt tantum disiunctive. Enclesis autem est inclinatio; unde 'encliticum' idest 'inclinativum'. Et sic iste tres differunt inter se et ab hiis tribus interrogativis.

30. Item. Hec coniunctio 've' differt ab hiis duabus 'an' et 'utrum' quia '-ve' est interrogativa enclitica, 'an' vero et 'utrum' non sunt enclitice. Enclesis autem in solis tribus repperitur coniunctionibus que dicuntur ecletice '-que', '-ne', '-ve'. Et quia attrahunt accentum precedentis dicitonis ad ultimam sillabam (ut 'putasne', 'dixitne', 'amavitque'), ideo sequuntur semper primam dicitonem illius clausule in qua ponuntur. Et ideo dicuntur a gramaticis subiunctive.

Utrum disiunctio faciat terminum disiunctum predicabilem de pluribus

31. Circa quintum obicitur quod terminus disiunctus predicatur de utraque sui parte, ut 'Sortes est Sortes vel Plato' et 'Plato est Sortes vel Plato'. Ergo terminus disiunctus est terminus communis ad utrumque disiunctorum. Ergo est predicabilis de pluribus. Sed obicitur in contrarium quia: Quicquid predicatur de pluribus est genus vel species vel differentia vel proprium vel accidens vel diffinitio. Sed terminus disiunctus nullum istorum est, quia omnia ista sunt entia, terminus vero disiunctus reperitur tam in ente quam in non-ente. Ergo terminus disiunctus non est predicabilis de pluribus.

32. Solutio. Communitas predicationis est duobus modis. Quia uno modo est quando res una participata a pluribus predicatur de pluribus vel substantialiter vel accidentaliter. Et tunc oportet quod sit unum de quinque predicabilibus vel diffinitio. Alio autem modo communitas predicationis est quando non predicatur res una, sed complexio plurium rerum indifferenter ponendo unum et removendo reliquum. Et hoc modo terminus disiunctus est predicabilis de pluribus, ut 'Sortes vel Plato' et sic de aliis. Et quia hec coniunctio 'vel' de natura sua indeterminate ponit unum disiunctorum et removet reliquum respectu alicuius tertii (et sic est disiunctiva), ideo proprie sumitur cum disiunctive tenetur, minus vero proprie quando tenetur subdisiunctive; et dicitur subdisiunctive teneri quando utraque pars disiunctionis est vera.

33. Item. Videtur quod terminus disiunctus debeat esse aliquod de quinque predicabilibus quia: Quicquid recipit supra se distributionem, et unum de quinque predicabilibus. Sed terminus disiunctus recipit supra se distributionem. Ergo terminus disiunctus est unum de quinque predicabilibus. Maior patet quia: 'Omnis est 'nullus' et consimilia universaliter consignant. Sed nichil sumitur universaliter nisi universale. Ergo tantum sunt dispositiones universalis. Sed universale dividitur per quinque predicabilia. Ergo quicquid recipit supra se distributionem etc. Et hec fuit maior. Minor vero patet quia aliter non esset hec vera 'omne rationale vel irrationale est animal' et e converso.

34. Solutio. In termino disiuncto duo sunt: unum est ipsa disiunctio et aliud ipsi termini qui disiunguntur. Unde terminus disiunctus ratione disiunctionis numquam potest recipere distributionem. Sed ratione terminorum qui disiunguntur, aliquando potest, aliquando non, quia quando termini disiuncti sunt singulares non potest recipere distributionem; nichil est dictu 'omnis Sortes vel Plato'. Quando autem termini qui disiunguntur sunt universales, tunc terminus disiunctus potest recipere distributionem, ut 'omnis homo vel asinus est homo'. Sed tunc oratio est duplex, eoquod potest recipere distributionem pro altera parte tantum. Et sic est vera hec 'omnis homo vel asinus est homo', et hic est sensus: 'omnis homo est homo vel omnis asinus est homo'; et sic est propositio disiunctiva. Alio autem modo potest recipere distributionem pro utraque parte simul. Et sic est falsa hec 'omnis homo vel asinus est homo'; et est categorica et est sensus: 'tam homo quam asinus universaliter est homo'. Tertio autem modo totum disiunctum potest recipere distributionem supra se, prout convenit utrique parti disiunctionis. Et sic hec est vera 'omne rationale vel irrationale est animal', quia natura animalis adequatur cum disiuncto quod est 'rationale vel irrationale'. Et sic patet qualiter terminus disiunctus sive totum disiunctum potest recipere supra se distributionem et qualiter non. Patet etiam quod in sillogismo quem facit maior et minor sunt duplices.

Sophismata

35. Secundum predicta queritur de hoc sophismate QUICQUID EST VEL NON EST, EST. Probatio. 'Quicquid est, est'; hec est vera. Sed verum potest disiungi a quolibet alio a vero. Ergo prima vera. Contra. Quicquid est vel non est, est. Sed Cesar est vel non est. Ergo Cesar

est. Solutio. Prima duplex, eoquod potest esse divisa; et est sensus: 'quicquid est, est vel quicquid non est, est'. Et sic est vera, quia pro altera parte; et sic est disiunctiva. Vel potest esse composita, et est sensus 'quicquid est vel non est, est' idest 'tam omne illud quod est quam omne illud quod non est, est'. Et sic est falsa et sic est categorica. Unde est ibi sophisma compositionis, quia composita est falsa.

36. Item. Queritur de hc sophismate OMNIS PROPOSITIO VEL EIUS CONTRADICTORIA EST VERA. Probatio. Ista propositio 'Sortes currit' vel eius contradictoria est vera. Et illa propositio 'Plato disputat' vel eius contradictoria est vera, et sic de aliis. Ergo omnis propositio vel eius contradictoria est vera. Contra. Omnis propositio vel eius contradictoria est vera. Sed non omnis propositio est vera. Ergo omnis eius contradictoria est vera. Quod falsum est.

37. Solutio. Prima duplex, eoquod distributio potest cadere supra propositionem sumptam absolute. Et sic distribuit ipsam pro qualibet particulari propositione; et sic est falsa et divisa, quia hec est disiunctiva cuius utraque pars est falsa. Vel distributio potest cadere supra propositionem non absolute sumptam sed comparatam ad suam contradictoriam. Et hoc modo adhuc est duplex. Quia uno modo iste terminus disiunctus 'propositio vel eius contradictoria' potest subici predicato pro utraque parte universaliter, sicut in hiis 'omne rationale vel irrationale est animal' et e converso; 'omne par vel impar est numerus' vel e converso; 'omne rectum vel curvum est linea' et e converso. Et sic prima adhuc est falsa, quia hoc modo sensus est 'omnis propositio vel eius contradictoria est vera' idest 'omnes propositiones et earum contradictorie sunt vere insimul', quod est impossibile. Alio autem modo iste terminus disiunctus 'propositio vel eius contradictoria' subicitur huic predicato, scilicet 'esse verum', non pro utraque parte disiunctionis insimul et universaliter, sed pro utraque indeterminate, ita quod aliquando sit veritas pro aliquibus singularibus unius partis disiunctionis, aliquando pro singularibus alterius partis disiunctionis; et sic est vera. Ut si stent sex propositiones, scilicet 'Deus est', 'homo est lapis', 'Sortes est asinus', et cum istis sint earum contradictorie, tunc cum dicitur 'hec propositio "Deus est" vel eius contradictoria est vera, illa propositio, scilicet "homo est lapis" vel eius contradictoria est vera'. (et sic de aliis tam affirmativis quam negativis, ut quelibet illarum sex accipiatur tam affirmativa quam negativa in disiunctione ad suam oppositam), -- aliquando est veritas ex una parte disiunctionis, aliquando ex altera. Et sic probat. Et sic distribuitur 'propositio' pro omni affirmativa in disiunctione ad suam negativam et pro omni negativa in disiunctione ad suam affirmativam. Unde tres sunt sensus in predicta oratione. Et secundum primum est ibi sophisma divisionis, quia tunc est divisa et falsa (et est tunc propositio disiunctiva). Aliis autem duobus modis est categorica. Et primo eorum est falsa, secundo vera.

38. In precedentibus dictum est de coniunctionibus interrogativis et disiunctivis. Nunc autem dicendum est de hac coniunctione 'et'. Circa quam primo queritur quid significet; secundo utrum res eius sit ens simpliciter vel non; tertio utrum res eius sit in genere vel non; quarto queritur cuiusmodi unitas fiat per hanc coniunctionem copulativam 'et'; quinto, cum habeat copulare diversa, queritur que sint illa diversa; sexto queritur propter quid, quando preponitur, geminatur.

Quid significet hec coniunctio 'et'

39. Circa primum queritur quid significet hec coniunctio 'et' quia: hec coniunctio 'et' dicitur copulativa ab actu copulandi quem exercet. Sed nulla dictio significat actum quem exercet, sicut nullum instrumentum significat actum suum. Ergo cum hec dictio 'et' exercent copulationem, (vel actum copulandi), tunc hec coniunctio 'et' non potest significare

copulationem. Item ad idem. Hec coniunctio 'et' est pars orationis reperta ad copulandum ceteras partes orationis. Sed cum dico quod est pars orationis reperta ad copulandum alias partes, in hoc attributo ei duo. Unum est quod est pars orationis, aliud est quod habet ex natura sua copulare ceteras partes. sed sua significatio debetur ei per hoc quod est pars orationis, copulatio vero debetur ei ratione finis ad quem est et propter quem inventa fuit. Qui scilicet finis est copulare partes alias. Ergo significatio huius coniunctionis 'et' non est copulatio. Ergo non significat copulationem. Quod concedimus.

40. Ad illud quod queritur, dicendum quod hec coniunctio 'et' significat comparisonem que est <secundum simul sive secundum simultatem. Et ad istam simultatem sequitur copulatio, sicut ad hoc quod dico 'non cum alio' sequitur exclusio. Unde cum dico 'Sortes et Plato sunt albi', hec coniunctio 'et' dicit simultatem vel unitatem eorum in albedine, et ideo copulat istos respectu albedinis. Et nota quod hec coniunctio 'et' non dicit simul in tempore, quia sic esset hec falsa 'Adam et Noe fuerunt homines', quia non fuerunt in eodem tempore, quia neque in tempore Ade neque in tempore Noe. Ergo non dicit simul in tempore. Item ad idem. Bene dicitur 'ille cucurrit heri et currit modo et curret cras'. Sed cursus hesternus et hodiernus et crastinus non sunt in eodem tempore. Ergo hec coniunctio 'et' non dicit simul in tempore. Quod concedimus dicentes quod hec coniunctio 'et' dicit primo et per se simultatem plurimum subiectorum in uno accidente de pari quantum est de se, vel plurimum accidentium in uno subiecto, ut 'Sortes et Plato sunt albi' vel 'Sortes sedet et disputat'. Circa secundum et circa tertium queratur et solvatur sicut prius de hac coniunctione 'vel'.

Cuiusmodi unitas fiat per hanc coniunctionem 'et'

41. Circa quartum obicitur quia: Omne totum habet in se aliquam unitatem. Sed omnis terminus copulatus (ut 'Sortes et Plato') est quoddam totum. Ergo habet in se aliquam unitatem (in primo prime). Sed obicitur in contrarium quod non est unum genere neque unum specie neque unum numero (quia neque unum nomine vel diffinitione) neque unum proprio neque unum accidente. Ergo non habet in se aliquam unitatem. Omnes enim premissae per se manifeste sunt. Et ideo supponantur.

42. Et dicendum quod 'unum' dicitur multipliciter. Quia est quoddam unum quod est ex materia et forma, ut homo est ex corpore humano (quod est eius materia) et ex anima intellectiva (que est eius forma). Alio autem modo est unum continuatione, ut linea, superficies, tempus et quodlibet continuum. Tertio autem modo est unum insertu, ut in arbore ex ramo unius arboris et trunco alterius arboris fit unum per insertionem. Alio autem modo est unum contiguatione, sicut sunt duo corpora inter que non est medium, sicut contiguatur digitus digito quando nichil est in medio. Alio autem modo est unum aggregatione, ut acervus lapidum. Alio autem modo est unum aggregatione, ut acervus lapidum. Alio autem modo est unum collatione, sicut ex carne et osse fit unum per quoddam medium quod non est omnino caro neque omnino os, sicut sunt nervi et cartillagines. Dico ergo quod hec coniunctio 'et' facit unitatem aggregationis et non aliam ex predictis. Unde terminus copulatus est unum aggregatione.

43. Ad illud autem quod obicit in contrarium (dividendo unum per unum genere et unum specie et sic de aliis), dicendum quod unum ibi non dividitur quoad omnes suas significationes, sed tantum quoad illas secundum quas sumuntur quatuor predicata in Topicis, et annexa eorum. Quatuor autem predicata de quibus agitur in Topicis hec sunt: diffinitio, proprium, genus, accidens; annexa eorum sunt alia predicata reducibilia ad hec. Ut 'idem genere' reducitur ad genus et etiam differentia reducitur ad genus; comparisones vero

accidentis (ut 'melius', 'fortior', 'iustior', 'utilior' et 'peior', et sic de aliis) reducuntur ad predicatum de accidente; idem autem simpliciter et diversum reducuntur ad predicatum de diffinitione.

44. Item. Nota quod licet hec coniunctio 'et' debeat copulare diversa, non copulat quelibet diversa, quia non potest copulare adiectivum substantivo nec econverso (ut 'homo et albus currit') propter hoc quod de se dicit associationem aliquorum de pari. Unde equaliter respicit utrumque extremorum. Et ideo primo et per se vel copulat duas substantias uni accidenti vel duo accidentia uni substantie, ut 'Sortes et Plato sunt albi', 'homo legit et disputat'.

Quam diversitatem exigit hec coniunctio 'et'

45. Circa quintum queritur quia: videtur iam ex predictis quod hec coniunctio 'et' non possit copulare quelibet diversa, quia non potest copulare adiectivum substantivo, ut prius patuit. Ergo non copulat quelibet diversa. Et propter hoc queritur quam diversitatem exigit hec coniunctio 'et'. Et dicendum, sicut iam patet ex predictis, quod exigit diversitatem substantiarum de pari se habentium vel etiam accidentium vel habitudinum. Et universaliter debet copulare diversa de pari se habentia, ut 'Sortes et Plato' vel 'albus et niger', vel 'ab illo et in illo'; et sic de aliis habitudinibus, accidentibus et substantiis.

46. Sed tunc queritur utrum sufficiat ei diversitas suppositorum cum unitate significationis, ut 'homo et homo currunt'. Et videtur quod sic quia: Omne plurale geminat singulare in terminis communibus (ut removeantur signa universalis, nam 'omnis' non geminat suum singulare). Sed bene dicitur 'homines sunt'. Ergo bene dicitur 'homo et homo sunt'. Et similiter bene dicitur 'homines currunt'. Ergo bene dicitur 'homo et homo currunt'; et sic de aliis. Item ad idem. Dicit Boetius in libro suo de trinitate quod talia sunt predicata qualia subiecta permiserint. Quod probat quia: Cum dicitur 'homo est iustus', 'Deus est iustus', hoc nomen 'iustus' predicat de homine iustitiam accidentalem, de Deo autem predicat divinam essentiam. Econverso tamen potest dici quod talia sunt subiecta qualia permiserint predicata. Sed cum dicitur 'homo et homo currunt', predicatum exigit quod iste terminus 'homo' indefinite sumptus tenatur pro diversis. Sed si pro Diversis teneatur, bene dicitur. Ergo recte dicitur 'homo et homo currunt'. Quod concedimus. Sciendum autem quod convenientius copulat diversa supposita et diversa significata de pari se habentia (ut 'homo et equus currunt') quam diversa supposita cum unitate significationis (ut 'homo et homo currunt').

Propter quid, quando preponitur, geminetur

47. Circa sextum queritur quia: Omnis copulativa coniunctio, nisi sit enclitica, equaliter se habet ad utrumque extremorum. Ergo hec coniunctio 'et' equaliter se habet ad utrumque extremorum. Sed quando preponitur uni, magis se habet ad illud cui preponitur. Ergo numquam debet preponi. Sed si non preponitur, non geminatur. Ergo numquam debet geminari. Et dicendum quod hec coniunctio 'et' equaliter respicit utrumque extremorum. Et ideo quando preponitur uni extremorum: quia magis se habet ad illud cui preponitur, propter hoc oportet quod preponatur alteri, ut equaliter se habeat ad utrumque extremorum. Et hec est causa propter quam quando preponitur, geminatur.

48. Secundum predicta queritur de hoc sphismate OMNE NON-ANIMAL QUOD ET SORTES SUNT DUO, NON EST SORTES. Probatio. Hoc non-animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes (demonstrato ligno). Illud non-animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes (demonstrato lapide), et sic de aliis. Ergo omne non-animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes. Contra. Omne non-animal quod et sortes sunt duo, non est Sortes. Ergo omne aliud quam animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes. Ergo omne aliud quam animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes (locus a convertibili, quia 'non-animal' et 'aliud quam animal' equipolent). Sed Sortes est aliud quam animal quod et Sortes sunt duo. Ergo Sortes non est Sortes (in quarto prime).

49. Solutio. Prima simpliciter est vera. Et improbatio non valet. Nec est sillogismus quem facit, sed paralogismus, quia maior et minor sunt duplices. Quia hec propositio que erat maior (scilicet 'omne aliud quam animal quod et Sortes sunt duo, non est Sortes') est duplex, eoquod hoc relativum 'quod' potest referre hunc terminum 'aliud' vel hunc terminum 'animal'. Si autem referat istum terminum 'aliud', sic est maior vera et est sensus: 'omne aliud ab animali quod (scilicet aliud ab animali) et Sortes sunt duo, non est Sortes'. Et hoc est verum, quia nichil est aliud ab animali nisi lapis et lignum et cetera inanimata omnia, quorum nullum est Sortes. Si autem referat istum terminum 'animal', sic maior est falsa et est sensus: 'omne aliud quam animal quod (scilicet animal) et Sortes sunt duo, non est Sortes'. Hoc autem falsum est, quia Sortes non facit numerum secum, sed omnis alii homines faciunt numerum cum Sorte, et alia animalia. Et ita Sortes est aliud a quolibet animali faciente numerum cum Sorte. Et sic Sortes comprehenditur in hac distributione 'omne aliud quam animal quod (scilicet animal) etc.', secundum quod relativum 'quod' refert istum terminum 'animal'. Unde hoc modo maior dicit quod Sortes non est Sortes. E converso autem dicendum est de minori. Et ut melius pateat falsitas maioris in sensu secundo, ponatur quod Sortes sit et nullum aliud animal sit nisi Plato et unus equus. Tunc nullum aliud animal quod facit numerum cum Sorte nisi Plato et ille equus. Et sortes aliud est ab illis duobus. Et sic hec est falsa 'omne aliud quam illa duo animalia que (scilicet animalia) faciunt numerum cum Sorte, non est Sortes'.

50. Item. Queritur de hoc sophismate OMNE ENUNTIABILE DIFFERT AB ALIQUO ET SUUM OPPOSITUM EST COMPONIBILE ILLI. Probatio. Hoc enuntiabile 'Sortem esse' differt ab aliquo et suum oppositum est componibile illi, quia differt ab hoc enuntiabili 'equum currere' et suum oppositum, scilicet 'Sortem non esse', est componibile illi, quia potest stare cum illo: simul enim possunt esse vera hec dua enuntiabilia, scilicet 'Sortem non esse' et 'equum currere'. Istud enuntiabile, scilicet 'hominem legere', differet ab aliquo et suum oppositum est componibile illi, et sic de aliis. Ergo prima vera. Contra. Hec est quedam copulativa cuius utraque pars est falsa. Ergo ipsa est falsa. Solutio. Prima falsa. Et probatio peccat secundum figuram dictionis a pluribus <suppositionibus> determinatis ad unam huius termini 'aliquo'. Et etiam est ibi accidens per quandam regulam in Distributionibus habitam quia, quamvis hec distributio 'omne enuntiabile' secundum se convertibiliter sequatur ad suas partes singulares omnes, tamen secundum quod partes stant sub hoc predicato quod est 'differe ab aliquo', sic non sequitur ad illas, sed est ibi accidens.

D. DE HAC DICTIONE 'NISI'

Introductio

51. Loquentes communiter ponunt quod hec dictio 'nisi' per se et proprie tenetur consecutive et non exceptive. Et ideo circa hanc dictionem 'nisi' primo queratur utrum possit teneri

exceptive vel non; secundo queratur utrum hec dictio 'nisi' et hec oratio 'si non' equippleant ad invicem, cum hec dictio 'nisi' componatur ex 'si' et 'non'; tertio queritur quot sint genera dictionum instantivarum et qualiter differant in genere; quarto queritur quare potius ex hoc adverbio negandi 'non' per compositionem fiat dictio instantiva que est exceptiva quam alia dictio instantiva alterius generis; quinto queritur quare hec dictio 'nisi', secundum quod est consecutiva, vult semper adiungi verbo subiunctivi modi.

Utrum hec dictio 'nisi' possit teneri exceptive

52. Circa primum obicitur quod aliquando teneatur exceptive quia: instantia aliquando fit in toto, ut 'Sortes currit', 'nullus homo currit'; hic enim fit instantia in toto contra partem; aliquando fit instantia in parte contra totum, ut cum dicitur 'omnis homo currit', 'Sortes non currit' vel 'quidam homo non currit'; hic enim fertur instantia in parte contra totum. Sed posito quod Sortes currat et nichil aliud, tunc hec est vera 'nullus homo currit nisi Sortes'. Sed ibi est instantia extrahendo partem a toto. Sed non est possibile ferre instantiam extrahendo partem a toto nisi per dictionem exceptiva. Ergo hec dicitio 'nisi' in predicta oratione tenetur exceptive. Item ad idem. Cum dicitur 'nullus homo currit nisi iste asinus', hec oratio est impropria. Sed si hec dicitio 'nisi' teneatur consecutive, esset propria sed esset falsa. Ergo hec dictio 'nisi' non tenetur ibi consecutive. Sed tenetur consecutive vel exceptive. Ergo tenetur exceptive. Item ad idem. Consequentia est duplex. Quia quedam est consequentia simplex, ut 'si homo currit, animal currit'. Alia autem est consequentia ut nunc, ut 'si veneris mecum, ibo ad ecclesiam'. Sed ex nulla earum licet inferre consequens vel antecedens. Quia ex prima consequentia non sequitur 'ergo homo currit' (quod est antecedens) neque sequitur 'ergo animal currit' (quod est consequens). Et ex altera consequentia, que est consequentia ut nunc, non sequitur 'ergo venies mecum' (quod est antecedens) neque sequitur 'ergo ibo ad ecclesiam' (quod est consequens). Ergo ex nulla earum sequitur consequens neque antecedens. Sed cum dicitur 'nullus homo currit nisi Sortes', ex hac bene sequitur 'ergo Sortes currit'. Ergo hec dicitio 'nisi' non tenetur ibi consecutive. Et tenetur consecutive vel exceptive. Ergo tenetur exceptive.

53. Quod concedimus dicentes quod aliquando tenetur exceptive, ut in predictis orationibus et consimilibus, et non semper tenetur consecutive. Sed contra. Hec dictio 'nisi' componitur ex 'si' et 'non'. Sed neque 'si' neque 'non' sunt dictiones exceptive neque habent naturam exceptionis. Ergo hec dictio 'nisi' non habebit naturam exceptionis, cum compositum non habeat naturam aliquam nisi a suis componentibus. Ergo hec dictio 'nisi' numquam tenetur exceptive. Et tenetur exceptive vel consecutive. Ergo tenetur consecutive. Item. Omnis dictio exceptiva dicit habitudinem partis ad totum. Sed coniunctio dicit habitudinem partis ad totum. Ergo nulla coniunctio est dictio exceptiva (in secundo secunde). Ergo hec dictio 'nisi' non est dicitio exceptiva. Sed est exceptiva vel consecutiva. Ergo est consecutiva.

54. Et dicendum, sicut dictum est prius, quod hec dictio 'nisi' aliquando tenetur exceptive, aliquando consecutive. Ad illud autem quod obicit in contrarium, dicendum quod, sicut obicit, hec dictio 'nisi' componitur ex 'si' et 'non'. Sed hoc adverbium 'non' semper fert instantiam ei cui adiungitur, cum semper contradicat ei. Et sic est dictio instantiva et fert instantiam aliquando in toto, aliquando in parte, sicut diximus prius. Sed per compositionem trahitur ad instantiam que est in parte, extrahendo partem a toto. Et hoc sufficit ad dictionem exceptivam, ut 'nullus homo nisi Sortes'. Et ideo hec dictio 'nisi' aliquando tenetur exceptive, aliquando consecutive. Et sic patet quod, quamvis hoc adverbium 'non' non sit dictio exceptiva, habet tamen naturam instantie, que (scilicet natura instantiva) per compositionem trahitur ad naturam dictionum exceptivarum in hac dictione 'nisi'. Ad secundum quod obicit in contrarium, dicendum quod non sillogizat in secundo secunde, sed potius paralogizat, quia

minor paralogismi predicti est duplex, scilicet hec 'nulla coniunctio dicit habitudinem partis ad totum', eoquod quedam sunt coniunctiones que habent in se naturam duplicem. Sicut ille coniunctiones que sunt composite ex coniunctione et ex aliis partibus orationis, ut hec coniunctio 'quapropter', que est composita ex hoc nomine 'qua' et ex hac prepositione 'propter'; et sic intellectus eius consuitur ex intellectibus illarum dictionum. Hec autem coniunctio 'nisi' composita est, ut dictum est, ex 'non' et 'si'. Unde habet in se naturam instantie que est secundum partem, ut dictum fui prius. Et per hoc dicit habitudinem partis ad totum. Et sic habet in se duplicem naturam, scilicet naturam instantivam ratione adverbii ex quo componitur, et naturam consecutivam ratione coniunctionis, unde dicitur coniunctio consecutiva.

Utrum 'nisi' et 'si non' equipoleant ad invicem

55. Circa secundum nota quod, sicut patet ex predictis, hec dictio 'nisi' aliquando tenetur exceptive, aliquando consecutive. Et secundum quod tenetur consecutive, hec dictio 'nisi' et hec oratio 'si non' equipolent, ut 'non currit nisi moveatur' idest 'non currit si non moveatur'. Secundum autem quod hec dictio 'nisi' tenetur exceptive, tunc significat aliud qua, hec oratio 'si non' et non significat idem, cum tunc significet habitudinem partis ad totum, ut 'non cum hoc'; sicut enim dictio exclusiva significat hoc <totum> 'non cum alio', similiter e converso dictio exceptiva significat hoc totum 'non cum hoc'.

Quot sint genera dictionum instantivarum

56. Circa tertium nota quod tria sunt genera dictionum instantivarum. Quia quedam sunt exclusive; et iste instant excludendo. Alie sunt exceptive; et iste instant excipiendo. Alie sunt contradictorie sive contradicentes; et per istas fit instantia contradicendo. Nota etiam quod in genere sic differunt quia exclusive instant semper in toto excludendo ipsum (ut 'solus Sortes'), exceptive vero instant semper in parte, extrahendo partem a toto (ut 'nullus homo nisi Sortes'); contradictorie vel contradicentes instant indifferenter aliquando in parte, aliquando in toto, removendo aliquid a toto vel a parte (ut 'quidam homo currit, nullus homo currit'; 'omnis homo currit; quidam homo non currit').

De compositione huius dictionis 'nisi'

57. Circa quartum obicit quia: cum hec dictio 'non' intelligatur in qualibet dictione instantiva (ut in exclusivis et in exceptivis dictionibus et in contradicentibus) et ita sit principium omnium earum, ergo, sicut per compositionem ex ea fit dictio exceptiva, sic etiam ex ea debet fieri dictio instantiva alterius generis, ut exclusiva. Et dicendum quod non est idem modus intelligendi hanc dictionem 'non' in qualibet dictione instantiva. Unde non est uno modo principium omnium dictionum instantivarum. Quia dupliciter est una dictio principium alterius, quia uno modo per impositionem, alio modo per compositionem. Unde dico quod in dictionibus exclusivis per impositionem earum intelligitur negatio quia 'tantum' et 'solus' ex impositione significant 'non' cum alio'. Et ita iste dictiones exceptive 'preter', 'preterquam' similiter habent per impositionem negationem de intellectu suo. Sed iste dictiones contradicentes 'nullus', 'nichil', 'neuter', et etiam hec dictio exceptiva 'nisi' per compositionem

habent negationem de intellectu suo. Et sic patet quod non est idem modus cointelligendi negationem in omnibus dictionibus instantivis. Unde non oportet, si in quibusdam est per compositionem, quod in aliis sit similiter per compositione.

58. Item. Queritur quare ex hoc adverbio 'non' et ex hac coniunctione 'si' potius fiat dictio exceptiva per compositionem quam exclusiva, cum hoc adverbium 'non' sit instantivum et instantia repperiatur tam in exclusivis quam in exceptivis, quamvis differenter. Et dicendum quod hoc adverbium 'non' negativum est, quod negat; et per ordinationem ipsius ad hanc dictionem 'si' intelligitur adversatio. Unde in hac dictione 'nisi' intelligitur negatio et adversatio. Et propter hoc est dictio exceptiva, quia adversatur preiacenti in aliqua parte ipsius.

59. Item. Cum hec dictio 'nisi' semper sit composita ex 'non' et 'si' et aliquando sit exceptiva, aliquando vero consecutiva, oportet ergo quod diversimode fiat compositio huius dictionis 'nisi' ex suis componentibus. Quod concedimus dicentes quod quando hec dictio 'nisi' est consecutiva, consecutio cadit supra negatione; et tunc consecutio est completiva huius dictionis 'nisi'. Et tunc hec dictio 'nisi' secundum Priscianum continetur sub coniunctione continuativa et secundum Donatum sub coniunctione causali. Ut 'non currit nisi moveatur' idest 'si non moveatur, non currit'. Quando autem est exceptiva, tunc negatio cadit supra consecutionem. Et sic negatio transmutat compositionem in alteram speciem, quia in dictionem exceptivam. Et sic secundum diversos modos compositionis est hec dictio 'nisi' alterius et alterius speciei.

60. Si autem queratur utrum instantia repperiatur equaliter in tribus predictis generibus dictionum instantivarum, dicendum quod non, quia per prius est instantia in dictionibus instantivis contradicentibus (quia hic maxima est oppositio, cum ibi sit contradictio) et per posterius instantia repperitur in dictionibus exceptivis. Et tamen in hiis plus est de instantia quam in exclusivis, quia quamvis exceptum non immediate contradicat suo toti, tamen bene sequitur contradictio. Ut 'omnis homo preter Sortem currit'; ex hoc sequitur quod Sortes non currat et ulterius sequitur quod homo non currat, quia si Sortes non currit, homo non currit (et est locus a parte subiectiva). Sed in dictionibus exclusivis id quod excluditur non contradicit ei a quo fit exclusio. Ut 'solus Sortes currit' idest 'Sortes currit et nullus alius a Sorte currit'; iste enim due 'Sortes currit', 'nullus alius a Sorte currit' non contradicunt neque primo neque ex consequenti. Et ideo minus est de instantia in dictionibus exclusivis et plus in dictionibus exceptivis, et maxime in contradicentibus.

Quare hec dictio consecutiva 'nisi' vult semper adiungi verbo subiunctivi modi

61. Circa quintum obicitur sic. Coniunctio nata est coniungere ceteras partes orationis. Ergo tam nomina quam verba et sic de aliis partibus, et quoslibet numeros et quaslibet personas et quelibet tempora et quoslibet modos et sic de aliis accidentibus sub hiis partibus et sub aliis. Ergo hec dictio 'nisi' secundum quod est coniunctio consecutiva, male determinatur tantum ad modum subiunctivum. Et dicendum quod negatio que est in hac dictione 'nisi', non est negatio absoluta sed respectiva, secundum quod hec dictio 'nisi' est dictio consecutiva. Et huius causa est quia negatio et consecutio uniuntur in intellectu uno huius dictionis 'nisi'. Et quia intellectus est in consecutione, ideo negatio est in consecutione, quia unitur in intellectu uno cum ipsa consecutione, ut diximus. Et ideo negatio non est ibi absoluta sed respectiva. Unde cum negatio debeat determinare verbum ideo negatio absoluta debet determinare verbum absolutum et negatio respectiva determinabit verbum respectivum. Et ideo, quia inter omnes modos verborum solus modus subiunctivus dicit rem suam respectivam, sive in respectu sive in comparatione ad aliud, ideo hec dictio 'nisi', secundum quod est consecutiva, debet adiungi

verbo subiunctivi modi.

Sophismata

62. Secundum predicta queritur de hoc sophisante NICHIL EST VERUM NISI IN HOC INSTANTI. Probatio. Quicquid est verum, est verum in hoc instanti. Ergo nichil est verum nisi in hoc instanti. Contra. Nichil est verum nisi in hoc instanti. Ergo te esse asinum non est verum nisi in hoc instanti. Ergo te esse asinum est verum in hoc instanti. Ergo tu es asinus. Vel sic potest probari. Hec est falsa 'nichil est verum'. Et non est instantia nisi pro vero in hoc instanti. Ergo facta exceptione pro illa erit vera. Ergo hec est vera 'nichil est verum nisi in hoc instanti'.

63. Solutio. Prima duplex, eoquod hec dictio 'nisi' potest teneri exceptive vel consecutive. Et utroque modo est vera sumpto 'instanti' communiter ad ipsam instans, sive ad ipsum nunc, et ad tempus presens. Sed tunc distinguenda est prima, quia aliter et aliter respondendum est ad argumenta sequentia improbationis. Prius autem videndum est utrumque sensum prime quam respondeamus improbationi. Unde sensus prime secundum quod est exceptiva, est talis 'nichil est verum nisi in hoc instanti' idest 'nichil est verum preter verum in hoc instanti'. Et hoc modo est vera sumpto 'vero' communiter ad verum quod est in hoc instanti et ad verum quod est in tempore, sicut 'instans' sumebatur communiter ad instans et ad tempus. Si autem teneatur consecutive prima, tunc est sensus 'nichil est verum nisi in hoc instanti' idest 'nichil est verum si non est verum in hoc instanti'. Et iterum hoc modo prima est vera.

64. Habita ergo distinctione prime respondeo improbationi dicendo quod, prout prima est exceptiva, sic primum argumentum improbationis non tenet, hoc scilicet 'nichil est verum nisi in hoc instanti; ergo te esse asinum non est verum nisi in hoc instanti', quia est ibi sophisma accidentis (sicut hic 'nullus homo preter Sortem currit; ergo Plato preter Sortem non currit'), quia hoc modo prima est categorica et hec distributio 'nichil' comprehendit sub se tam vera quam falsa, tam complexa quam imcomplexa. Unde verum in hoc instanti excipitur ab illa distributione sic sumpta. Unde verum in hoc instanti est pars illius distributionis. Sed non est pars huius quod dico 'te esse asinum' (sicut Sortes erat pars huius distributionis 'nullus homo' sed non erat pars Platonis). Si autem prima teneatur consecutive, tunc primum argumentum improbationis bene tenet, hoc scilicet 'nichil est verum nisi in hoc instanti; ergo te esse asinum non est verum nisi in hoc instanti'; quia sensus est 'nichil est verum, si non est verum in hoc instanti; ergo te esse asinum non est verum, si non est verum in hoc instanti'. Sed aliud quod sequitur non tenet, hoc scilicet 'te esse asinum non est verum nisi in hoc instanti; ergo te esse asinum est verum in hoc instanti', quia sensus est 'te esse asinum non est verum si non est verum in hoc instanti; ergo te esse asinum est verum in hoc instanti', quia vel nulla est ibi apparentia et argumentum est penitus disparatum, vel est ibi quid et simpliciter propter hoc quod ex nulla conditionali licet inferre antecedens vel consequens. Ut 'si homo currit, animal currit'; ex hac sequitur 'ergo homo currit' vel 'ergo animal currit'. Similiter non sequitur 'te esse asinum non est verum si non est verum in hoc instanti; ergo te esse asinum est verum in hoc instanti', quia ponit ibi antecedens, et sic est ibi quid et simpliciter. Potes tamen dicere quod nulla est ibi apparentia, quia ex negativo antecedente et negativo consequente infert antecedens affirmatum. Ut 'si non est animal, non est homo; ergo est animal'; in hoc enim argumentum aut nulla est apparentia, ut diximus, aut, si est ibi apparentia, est ibi quid et simpliciter.

65. Item. Queritur de hoc sophismate NULLUS HOMO LEGIT PARISIUS NISI IPSE SIT ASINUS. Probatio. Hec est falsa 'aliquis homo legit Parisius nisi ipse sit asinus'. Ergo sua

contradictoria est vera, hec scilicet 'non aliquis homo legit Parisius nisi ipse sit asinus'. Sed 'non aliquis' et 'nullus' equipollent. Ergo prima vera. Contra. Nullus homo legit Parisius nisi ipse sit asinus. Ergo (a destructione consequentis) si aliquis homo legit Parisius, ipse est asinus. Quod falsum est. Ergo prima falsa.

66. Prima simpliciter est falsa. Et hec est duplex 'non aliquis homo legit Parisius nisi ipse sit asinus', eoquod negatio potest determinare verbum consequentis secundum se et absolute, quod est 'legit'. Et sic est falsa. Et sic equipollet prime, quia hoc modo 'non aliquis' et 'nullus' equipollent. Sed in hoc sensu ita propositio 'non aliquis homo legit Parisius etc.' non tradit huic 'aliquis homo legit Parisius etc.', quia utraque est falsa. Vel negatio potest determinare verbum consequentis, quod est 'legit', non secundum se et absolute sed in comparatione ad antecedens. Et sic est vera et contradicit huic 'aliquis homo legit Parisius etc. Sed hoc modo non equipollet prime.

67. Item. Queritur de hoc sophismate NULLUS HOMO MORITUR NISI UNUS SOLUS HOMO MORIATUR. Probatio. Hec est falsa 'aliquis homo moritur nisi unus solus homo moriatur'. Ergo sua contradictoria erit vera, hec scilicet 'non aliquis homo moritur etc.'. Sed 'non aliquis' et 'nullus' equipollent. Ergo prima vera. Contra. Antecedens est possibile et consequens impossibile. Ergo conditionalis est falsa. Quod autem antecedens sit possibile patet per hoc quod habet duas causas veritatis, vel plures, quia unum solum hominem non mori est verum si duo moriuntur vel si plures moriuntur quam duo vel etiam si omnes moriuntur. Et semper consequens est falsum, scilicet 'nullus homo moritur'. Solutio est eadem que in precedenti sophismate.

E. DE CONIUNCTIONE REDUPLICATIVA

De hac reduplicaitone 'in eo quod'.

68. Modus reduplicationis diversificatur secundum diversitatem causarum. Et ideo dicitur communiter quod hec reduplicatio 'in eo quod' habet diversas intentiones secundum diversitatem causarum. Et propter hoc circa eam queritur primo de distinctione ipsius secundum diversa genera causarum; secundo queritur utrum reduplicatio debeat poni ad subiectum vel ad predicatum in propositione; tertio queritur ad quid ponatur in sillogismo, videlicet utrum ad maiorem extremitatem vel ad minorem vel ad medium.

De distinctione ipsius secundum diversa genera causarum

69. Circa primum sciendum est, sicut communiter solet dici, quod hec reduplicatio 'in eo quod' aliquando dicit causam efficientem. Ut 'Sortes et Plato in eo quod sunt albi, sunt similes', quia albedo in diversis subiectis est causa efficiens similitudinis eorum; Et 'in eo quod sol lucet super terram, est dies' et 'in eo quod terra est obiecta inter solem et lunam, est eclipsis'. Aliquando dicit causam materialem. Ut 'corpus rerum animatarum in eo quod est corpus organicum, est perfectibile per animam'. Aliquando dicit causam formalem. Ut 'anima in eo quod est anima, est perfectio corporis organici potentia vitam habentis' et 'Sortes in eo quod albedo est in ipso, est albus'; anima enim forma est instrumentalis corporis potentia vitam habentis et albedo forma albi. Aliquando autem dicit causam finalem. Ut 'sanitas in eo quod sanitas, finis est medicine et omnium eorum que ordinantur ad ipsam' et 'virtus in eo quod imponit necessitatem operationibus precedentibus, finis est earum.

Sophismata

70. Secundum predicta queritur de hoc sophismate ALIQUA IN EO QUOD CONVENIUNT, DIFFERUNT. Probatio. Aliqua in eo quod conveniunt, sunt. In eo quod sunt, sunt multa. In eo quod sunt multa, differunt. Ergo a primo: aliqua in eo quod conveniunt, differunt; contra. Convenire et differe sunt opposita. Ergo unum non est causa alterius. Ergo prima est falsa, quia hec reduplicatio 'in eo quod' dicit quod convenire est causa eius quod est differre.

71. Solutio. Prima simpliciter est falsa. Et solvendum est ad probationem per interemptionem huius 'in eo quod sunt, sunt multa', quia falsa est. Quod patet quia: Sicut omnes particulares homines in eo quod sunt homines, participant naturam unam et reducuntur ad unitatem speciei (unde dicit Porphyrius quod participatione speciei plures homines unus homo), similiter aliqua, sive omnia, in eo quod sunt, participant naturam entis et reducuntur ad unitatem entis. Et ita in eo quod sunt, non sequitur quod sint multa, sed potius sequitur quod sint unum in eo quod sunt.

72. Si quis obiciat quod impossibile est convenire nisi ea que differunt quia: Convenientia est secundum quod multa. Et inter se differentia participant naturam aliquam unam eis communem. Ergo necesse est si conveniunt, quod differant. Ergo aliqua in eo quod conveniunt, differunt, -- dicendum quod, sicut obicit, hec est vera 'si aliqua conveniunt, differunt', nec tamen prima est vera, quia conditio non dicit causam, sed hec determinatio 'in eo quod' dicit causam et convenientia non est causa differentie, ut dictum est. Unde sicut hec est vera 'si Sortes est, risibile est' et tamen hec est falsa 'Sortes in eo quod Sortes, risibile est', immo eo quod homo, -- similiter hec est vera 'si aliqua conveniunt, differunt', tamen hec est falsa 'aliqua in eo quod conveniunt, differunt'.

73. Item. Queritur de hoc sophismate EQUIVOCA IN EO QUOD EQUIVOCA, SUNT UNIVOCA. Probatio. Equivoca in eo quod equivoca, participant nomen 'equivoci' et rationem eius. Sed quecumque participant nomen et rationem alicuius, univocantur in eo. Ergo equivoca in eo quod equivoca, univocantur in equivoco. Sed quecumque univocantur in aliquo, sunt univoca. Ergo equivoca in eo quod equivoca, sunt univoca. Contra. Equivocum et univocum sunt opposita. Sed nullum oppositum est causa alterius. Ergo hec est falsa 'equivoca in eo quod equivoca, sunt univoca', quia hec determinatio 'in eo quod' significat quod subiectum eius est causa predicati. Quod falsum est.

74. Solutio. Prima simpliciter est falsa. Et concedo quod equivoca in eo quod equivoca, univocantur in equivoco. Nec tamen sequitur ex hoc quod sint univoca neque quod univocentur in aliquo, quia univocari in equivoco non est univocari simpliciter sed secundum quid. Et ideo probatio peccat secundum quid et simpliciter. Quod autem univocari inequivoco non sit univocari simpliciter sed secundum quid, patet quia: Quecumque univocantur, participant nomen unum et rationem unam; et hoc est univocari simpliciter. Sed quecumque univocantur in equivoco, participant nomen unum et rationes diversas. Et ideo univocari in equivoco non est univocari simpliciter, sed potius equivocari.

Utrum reduplicatio debeat poni ad subiectum vel ad predicatum

75. Circa secundum nota quod reduplicatio in propositione secundum se, et ut magis proprie dicam: in enuntiatione, debet poni ad subiectum, cum subiectum sit causa predicati vel habeat

in se causam predicati, ut 'Sortes in eo quod homo est risibile' et 'triangulus in eo quod triangulus habet tres angulos equales duobus rectis' et 'animal in eo quod habet pulmonem, respirat' et 'animal in eo quod habet cor, habet sanguinem'.

Ad quid reduplicatio ponatur in sillogismo

76. Circa tertium vero nota quod reduplicatio in sillogismo debet poni ad maiorem extremitatem et non ad medium neque ad minorem extremitatem, ut 'omnis homo est risibile in eo quod homo; sed Sortes est homo; Ergo Sortes est risibile in eo quod homo'. Exemplum autem Aristotilis est hoc 'cuiuslibet boni est disciplina in eo quod bonum; sed omnis iustitia est bonum; ergo iustitie est disciplina in eo quod bonum' (in primo prime). Et sic reduplicatio solum ponitur ad maiorem extremitatem et non ad medium. Et subiungit causam dicens 'nam bonum in eo quod bonum predicari de iustitia est falsum et non intelligibile', quia propter hoc quod ponitur idem esse causa sui ipsius est falsum et quia intellectus non potest comprehendere idem in essentia esse diversum in essentia et prius et posterius natura seipso, ideo est non intelligibile. Et hec omnia sequuntur inconvenientia ex hac propositione 'iustitia est bonum in eo quod bonum', ut reduplicetur predicatum ad seipsum, quia termini communes predicantur ratione essentie et subiciuntur ratione substantie. Ut 'homo est homo': 'homo' enim in predicato dicit essentiam, ut vult ars, in subiecto dicit substantiam. Eadem autem essentia non potest esse causa sui ipsius, quia sic esset in seipsa eadem et diversa et prior et posterior natura, quia esset causa et effectus.

77. Quod autem terminus dicens quid ut 'homo', 'animal' et consimiles predicentur ratione essentie et subiciantur ratione substantie, patet per ordinationem predicamentalem secundum rectam lineam. Quia secundum quod homo ordinatur in linea predicamentali supra Sortem et Platonem et supra alia individua, sic nominat essentiam et ratione illius predicatur. Sed secundum quod homo inclinatur ad individua in quibus est, sic nominat substantiam, sicut hoc individuum vagum quod est aliquis homo. Et ideo quando 'homo' subicitur ratione alicuius inferiorum, tunc dicitur subici ratione substantie.

F. DE HAC CONIUNCTIONE 'QUIN'

introductio

78. Numerus coniunctionum in specie secundum Donatum est quinarium, secundum Priscianum vero multo plures sunt species coniunctionum. Inter quas numerantur species causalium tam a Prisciano quam a Donato et species rationalium, quas Priscianus appellat collectivis sive rationales. Sed secundum Donatum hec dictio 'quin' continetur sub causalibus, secundum Priscianum vero continetur sub collectivis sive sub rationalibus. Hanc autem diversitatem adpresens obmittamus, quia pertinet ad gramaticum. Unde primo indendum querere circa hanc coniunctionem 'quin' utrum significet consequentiam; secundo autem, habito quod significet consequentiam, queritur utrum significet consequentiam aliquam an consequentiam communiter ad omnes consequentias; tertio autem queritur utrum hec dictio 'quin' sit composita ex hiis dictionibus 'quod', 'non'; quarto queritur utrum equipolleat eis sive convertatur cum illis; quinto autem queritur quare hec dictio 'quin' coniungatur semper verbo subiunctivi modi.

Utrum significet consequentiam

79. Circa primum obicitur quia: Ut vult Priscianus, omnis coniunctio significat vim vel ordinem; et coniunctiones significant vim quando res aliquas significant simul esse (ut 'pius et fortis fuit Eneas'); ordinem autem significant coniunctiones quando consequentiam aliquarum rerum demonstrant (ut 'si ambulat, movetur'). Sed hec coniunctio 'quin' non significat res simul esse. Ergo significat consequentiam aliquarum rerum. Ergo hec coniunctio 'quin' significat consequentiam. Item ad idem. Hec est vera 'non est homo quin sit animal'. Et in hac oratione significatur quod non potest esse homo ita quod non sit animal. Ergo significatur quod homo non potest esse sine animali. Sed si homo non potest esse sine animali, tunc animal de necessitate sequitur ad hominem. Ergo significatur ibi quod animal de necessitate sequitur ad hominem. Sed hec coniunctio 'quin' non potest significare hoc nisi sit dictio consecutiva. Et sic significat consequentiam. Ergo hec coniunctio 'quin' significat consequentiam. Item ad idem. Dicit Priscianus quod collective coniunctiones sive rationales sunt que per illationem colligunt supradictum. Et exemplificat de istis 'ergo', 'igitur', 'itaque', 'quin' et de pluribus aliis. Ergo hec dictio 'quin' est illativa. Sed in omni illatione intelligitur consequentia. Ergo in hac dictione 'quin' intelligitur consequentia. Sed obicitur in contrarium quia: Communiter recipiuntur iste propositiones 'iste non audit lectionem quin dormiat', 'iste non comedit quin bibat' et consimiles. Sed in eis unum de necessitate sequitur ad alterum. Ergo hec dictio 'quin' non significat consecutionem.

80. Et dicendum quod hec dictio 'quin' dicit consecutionem illationis. Unde est dictio consecutiva sive illativa. Et concedimus omnes rationes ad hoc. Ad illud autem quod obicit in contrarium (quod communiter ponitur esse vera hec 'iste non audit lectionem quin dormiat', et consimiles), dicendum quod duplex est consequentia; una est consequentia simplex (ut 'si homo est, animal est'), alia est consequentia ut nunc (ut 'si veneris ad me, ibo tecum'). Et hoc secundo modo non sequitur de necessitate unum ad alterum.

81. Item. Videtur quod non significet consecutionem, quia est collectiva sive rationalis secundum Priscianum. Ergo significat illationem. Ergo non significat consecutionem. Et dicendum quod omne illatum in quantum est illatum, sequitur et omne inferens in quantum est inferens, antecedit. Unde in omni illatione consecutio et antecessio intelliguntur. Et ideo hec dictio 'quin' significat consecutionem per illationem sive in illatione. Et ita significat unum per alterum sive in altero. Et ideo hoc non est significare plura sed unum.

82. Item. Cum hec dictio 'quin' sit illativa et in omni illatione per prius intelligatur antecessio quam consecutio (quia inferens causat ex se illatum, et non e converso), ergo hec dictio 'quin' per prius significabit antecessionem quam consecutionem. Et dicendum quod hec dictio 'quin' per prius significat consecutionem, antecessionem vero non significat nisi ex consequenti, propter hoc quod consecutio non potest esse sine antecedente. Ad aliud autem quod obicit (quod in illatione per prius est antecessio et per posterius consecutio), dicendum quod verum est. Tamen dictiones illative magis se habent ad consecutionem quam ad antecessionem, eoquod illatio respicit conclusionem ut obiectum sive ut terminum ad quem et respicit premissas ut ex quibus est sive ut terminum a quo. Et quia motus magis habet rationem et speciem a termino ad quem est quam a termino a quo est, ideo illatio essentialibus comparatur ad id quod infertur sive ad conclusionem quam ad illud quod infert sive ad premissas, propter hoc quod conclusio est ut completivum et perfectivum illationis. Et propter hoc hec dictio 'quin', cum sit illativa, magis se habet ad consecutionem quam ad antecessionem.

83. Et nota quod premissae quoad cognitionem suam sunt causa efficiens cognitionis ipsius conclusionis. Sed ipse premissae quoad substantiam suam sunt uno modo causa materialis substantie conclusionis et alio modo quoad substantiam suam sunt causa efficiens substantie

conclusionis, quia eedem premissis quoad extremitates suas sunt materia conclusionis: descenditur enim maior extremitas a premissis et etiam minor ut ex eis fiat coniunctio tamquam ex materia. Sed premissis, quoad <ad> medium ordinatur utraque extremitas, secundum suam substantiam sunt causa efficiens substantie conclusionis, propter hoc quod medium est tota virtus premissarum, per quam virtutem educitur substantia conclusionis a non-esse in esse. Et sic patet quod premissis uno modo sunt materia conclusionis et duobus modis sunt causa efficiens. Nota etiam quod in sillogismis disparatis (ut 'omnis homo est lapis; Omnis capra est homo; Ergo omnis capra est lapis') et universaliter in quolibet sillogismo ex falsis, premissis non sunt causa efficiens quoad cognitionem, sed sunt causa efficiens quoad substantiam et etiam sunt causa materialis, sicut dictum est.

Utrum significet consequentiam communiter dictam

84. Circa secundum obicitur quod cum hec dictio 'quin' dicat comparisonem unius ad alterum tantum, sed in comparatione unius ad alterum est tantum consecutio simplex et non composita, ergo hec dictio 'quin' solum dicit consecutionem simplicem, sive consequentiam simplicem, et non compositam. Quod concedimus dicentes quod consecutionis alia est simplex (ut 'si homo est, animal est'), sicut dictum fuit in fallacia consequentis; alia est composita sive plures, ut illa que est secundum oppositiones, sicut illa que est in ipso sive econtrario. Unde dicimus quod hec dictio 'quin' non significat consequentiam communiter ad simplicem et ad compositam, sed tantum significat illam que est simplex. Huius autem que est simplex, alia est consequentia sive consecutio simplex (ut dictum est prius), alia vero ut nunc. Unde hec dictio 'quin' non significat consequentiam communiter ad omnes alias consequentias, sed tantum significat consequentiam simplicem. Et ideo aliquando dicit consequentiam simplicem, aliquando ut nunc.

Utrum sit composita ex 'quod' et 'non'

85. Circa tertium obicitur quod, sic hec dictio 'quin' est composita ex hac dictione 'quod' et hoc adverbio 'non', ergo est composita ex nomine et adverbio. Ergo debet esse nomen vel adverbium, cum omnis dictio composita trahat significationem a suis componentibus. Et dicimus quod hec dictio 'quin' est dictio simplex (sicut ego credo) habens de intellectu suo consecutionem cum negatione ex natura sue impositionis. Sed quia communiter dicitur quod est composita ex hac dictione 'quod' et ex hoc adverbio 'non', ideo sustinendo illorum positionem respondendum est aliter. Unde dicimus quod hec dictio 'quin' est coniunctio et est composita ex hoc nomine infinito 'quod' et ex hoc adverbio 'non'. Sed coniunctiones composite diversas habent compositiones. Quedam enim componuntur ex aliis coniunctionibus (ut 'atque', 'etenim', 'siquidem' et consimiles); alie vero componuntur ex pronomibus (ut 'ideo'); alie vero ex nomine prepositione (ut 'quapropter'); alie ex pluribus nominibus cum prepositione (ut 'quamobrem'); alie ex verbis (ut 'videlicet', 'scilicet') alie ex adverbio electivo (ut 'quamquam'); alie ex adverbio et verbo (ut 'quamvis'). Hoc etiam videtur innuere Priscianus in Maiori volumine, in tractatu De coniunctione, determinando de specie coniunctionis sive potestate dicens 'inveniuntur nomina vel pronomina vel prepositiones vel adverbia que loco causalium accipiuntur coniunctionum'.

86. Ad illud autem quod obicit (quod dictio composita trahit significationem suam a suis componentibus, ergo hec dictio 'quin' erit nomen vel adverbium), dicendum quod non sequitur

quod propter hoc sit nomen vel adverbium, quia dictio composita multipliciter trahit significationem a suis componentibus. Quia aliquando ex partialibus intellectibus componentium fit unus intellectus compositus in eodem genere (ut 'magnanimus', 'omnipotens'); aliquando autem componentia sint diversorum generum, compositum autem manet in genere alterius eorum (ut 'quisque'; hoc est nomen compositum ex nomine et coniunctione); aliquando autem dicitur composita est alterius generis quam utrumque compositorum (ut 'quare' est compositum ex duobus nominibus). Et hoc est propter hoc quod aliquando alterum componentium est completivum significationis dictionis compositae (et tunc compositum manet in eodem genere cum suo completivo, ut 'magnanimus', 'centimanus'); aliquando vero intellectus dictionis compositae non fit ex intellectibus partialibus componentium, sed fit ex habitudinibus aut ex comparisonibus componentium. Unde quia isti duo ablativi 'qua' et 're' dicunt habitudinem cause ratione sue causalitatis et preterea iste ablativus 'qua' est interrogativus, ideo ex hiis duabus comparisonibus, scilicet ex interrogatione et causalitate, constituitur unus intellectus adverbialis per compositionem illorum ablativorum. Et sic fit adverbium interrogativum cause quod est 'quare' et sic dictio composita multipliciter trahit significationem suam a suis componentibus. Et ideo non sequitur quod dictio composita semper sit eiusdem generis cum suis componentibus. Similiter dico quod huic nomini 'quod' aliquando accidit relatio, aliquando interrogatio, aliquando infinitatio. Unde ex eo secundum quod est nomen infinitum, et ex negatione constituitur unus intellectus ordinativus vel coniunctivus plurium dictionum vel orationum. Et sic fit coniunctio.

87. Item ad idem. Nomen significat substantiam. Coniunctio vero dicit associationem que est secundum simul vel que est secundum prius et posterius. Hec autem associatio est tam substantiarum quam accidentium quam omnis eius quod significatur, sive sit ens sive non-ens. Sed ex substantia non potest fieri respectus sive associatio predicta. Ergo hec coniunctio 'quin' non est composita ex hoc nomine infinito 'quod' et ex hoc adverbio 'non'. Solutio autem patet ex predictis. Quia compositio huius coniunctionis 'quin', que est ex hoc nomine infinito 'quod' et ex hoc adverbio 'non', non est ratione substantie significate per hoc nomen 'quod', immo ratione comparisonis ut ratione infinitatis que accidit ipsi substantie, sicut dictum fuit prius de hoc adverbio 'quare' et de consimilibus (ut 'quamobrem', 'coditie', 'pridie', 'impresentiarum' et consimilia). Et sic aliquando fit compositio ex significationibus componentium, aliquando non ex significationibus componentium sed ex habitudinibus eorundem.

Utrum equippoleat eis sive convertatur cum eis

88. Circa quartum obicitur quod hoc nomen 'quod' significat substantiam infinitam cum articulo subiunctivo secundum Priscianum, quia 'qui' apud nos idem est quod 'ostis' apud Grecos; Et 'os' est articulus subiunctivus et 'tis' est nomen infinitum. Sed omnis articulus significat relationem, nulla autem, coniunctio significat relationem. Ergo nulla coniunctio habet naturam articuli (in secundo secunde). Ergo ad hanc coniunctionem 'quin' non sequitur 'quod non'. Non ergo convertuntur, quia antecedens semper ponit consequens et ita supponit semper naturam sui consequentis. Et dicendum quod 'quin' et 'quod non' non convertuntur, quia ad 'quin' sequitur 'quod non' et non e converso. Cuius causa est quia 'quin' dicit consequentiam inter negationes sive unius negative ad alteram (ut 'non currit quin moveatur'), sed 'quod non' aliquando adiungitur affirmativis (ut 'iste dicit tibi quod non venias', quod non potest facere 'quin'; nichil enim est dictu 'iste dicit tibi quin venias'). Aliquando autem adiungitur negativis, ut 'iste non currit quod non moveatur' et 'non est homo quod non sit animal'. Et hoc secundo modo 'quod non' et 'quin' equipollent et convertuntur, ut 'si non est

homo quod sit animal, ergo non est homo quin sit animal' et e converso.

89. Ad illud autem quod obicit, dicendum quod relatio significata per articulum alia est et diversa a relatione significata per nomina vel pronomen relativa, quia relatio nominis vel pronominis vult quod aliquod antecedens precedat cuius fiat recordatio per relativum, ut 'Sortes currit et ille disputat'. Et sic relativum nominis vel pronominis numquam ordinatur simul cum suo antecedente sed semper posterius naturaliter ordinatur. Relatio autem articuli alterius generis est, quia articulus vult adiungi suppositis ponendo quandam discretionem circa supposita, sicut sillabice adiectiones que ponunt quandam discretionem circa pronomina, ut 'egomet', 'tutemet'. Sed in hoc differunt quod articulus non post ponitur supposito, sicut sillabica adiectio pronomini, immo articulus preponitur suppositis. Et etiam ex articulo et supposito non fit dictio una, sicut ex illa parte. Unde articulus simul sumitur cum supposito. Dico ergo quod articulus nichil dicit de relatione nisi in hoc quod simul sumitur cum supposito et significat discretionem quandam fieri circa ipsum. Et quia discretio non est neque intelligitur sine eo cuius est discretio, ideo discretio suppositi non potest esse neque intelligi nisi per suppositum. Et ideo articulus dicit relationem ad ipsum suppositum. Et sic patet quod alia est relatio articuli et alia nominis vel pronominis. Quod autem articulus simul sumatur cum supposito patet in lingua materna (in qua habemus articulos, quamvis non habeamus eos in latina), quia in ea semper articuli coniunguntur suppositis. Et ideo relatio importata per articulum non impedit compositionem huius coniunctionis 'quin' neque convertibilitatem eius cum hac oratione 'quod non', sicut diximus.

90. Item. Probo quod relatio articuli alia est a relatione huius nominis 'qui' (non prout sumitur relative), quia: hoc nomen 'qui' secundum quod tenetur infinite (ut 'qui tyrannum interficiet, premium accipiet') non tenetur relative neque dicit relationem ad aliquod antecedens, sed adhuc habet de intellectu suo articulum. Sed articulus dicebat relationem suppositi. Ergo relatio articuli separatur a relatione que est recordatio rei predictae. Ergo relatio articuli alia est et diversa a relatione nominis vel pronominis. Quod concedimus.

Quare semper coniungatur verbo subiunctivi modi

91. Circa quintum obiebat. Et solvatur sicut prius de hac coniunctione 'nisi' propter quod adiungitur semper verbo subiunctivi modi quando erat dictio consecutiva. Item. Nota quod hec dictio 'quin' sive hec oratio 'quod non' prout convertuntur, dicunt consecutionem unius negative ad alteram negativam, propter hoc quod de intentione earum est quod ponunt unum universaliter in altero affirmative, vel affirmatio unius sequitur ad affirmationem alterius. Ut 'non est homo quin sit animal; ergo quilibet homo est animal' vel 'si est homo', est animal'; et 'non est domus quin sit paries; ergo si domus est, paries est'. Sed cum affirmatio sequitur ad affirmationem, per consequentiam e contrario negatio sequitur ad negationem, ut 'si est homo, est animal; ergo non est homo, si non est animal' vel 'non est homo quin sit animal'.

Sophismata

92. Secundum predicta queritur de hoc sophismate TU NON POTES VERE NEGARE TE NON ESSE ASINUM. Probatio. Te non esse asinum est necessarium. Sed tu non potes vere negare necessarium. Ergo tu non potes vere negare te non esse asinum. Contra. Tu non potes vere negare te non esse asinum. Ergo tu non potes vere negare quod non sis asinus. Ergo tu non potes vere negare quin sis asinus. Ergo tu es asinus. Solutio. Prima duplex secundum

communiter loquentes. Dicunt enim quod 'negare' equivocum est in hac oratione. Unde unus sensus est 'tu non potes vere negare etc.' idest 'tu non potes vere negationem huius proferre (sive negationem hanc dicere, quod idem est) "te non esse asinum". Et sic est falsa, quia vere tu potes dicere hanc negationem 'te non esse asinum'. Alius sensus est 'tu non potes vere negare te non esse asinum' idest 'tu non potest vere negationem huius proferre', quia negatio huius 'te non esse asinum' hec est 'non: tu non es asinus', que equipollet huic 'tu es asinus'. Et hoc non potes vere dicere. Et sic est vera.

93. Sed hec solutio nulla est, quia negare est actus egrediens ab hac potentia activa que est negativum. Sed sicut potentia activa duplicem habet comparisonem, unam scilicet ad illud a quo est (sive ad illud per quod est ut ad ipsum agens), alia vero ad illud ad quod est ut ad ipsum obiectum in quod transit actio illius, similiter actus ipsius potentie duas habet comparationes et etiam easdem non alias. Ergo ad idem obiectum comparatur actus ad quod potentia activa. Ergo cuiuscumque obiecti est hec potentia activa que est negativum, eiusdem obiecti est actus iste qui est negare. Sed ista potentia que est negativum, est ipsius predicati a subiecto, quia negativum semper est negativum alicuius et ab aliquo. Ergo iste actus qui est negare, semper erit ipsius predicati et a subiecto. Ergo semper est eiusdem rationis. Ergo univocum. Ergo nichil dicunt. Item ad idem. Sicut iste actus qui est videre, non est equivocum ad visionem albedinis et ad visionem nigredinis, quamvis sint opposita, similiter 'negare' non est equivocum ad negare quodlibet predicatum, sive fuerit prius affirmatum sive negatum, quia, sive fuerit tale sive tale, semper removetur a subiecto. Ergo negare non equivocatur ad dicere negationem hanc 'tu non es asinus', in qua negabatur predicatum prius affirmatum, et ad dicere negationem huius 'tu non es asinus', in qua removebatur predicatum negatum sic: 'ergo non tu non es asinus'. Ergo nichil dicunt. Item ad idem. Aristoteles docet reperire multipliciter in casibus. Ut si 'sanativum' dicitur multipliciter de effectivo, conservativo et preparativo, ergo et 'sanare' dicitur multipliciter de effectivo, conservativo et preparativo. Et e converso: si 'sanare' dicitur multipliciter de effectivo, conservativo, preparativo, et 'sanativum' eodem modo dicitur multipliciter de eisdem. Ergo si unum casulium non dicitur multipliciter, neque reliquum (a destructione consequentis). Sed 'negativum' non dicitur multipliciter. Ergo neque 'negare' (a casibus). Item ad idem. Sumatur oratio in secundo sensu quem ponunt. Et sic adhuc remanet probatio et improbatio. Ergo non solvunt.

94. Quod concedimus dicentes predictam solutionem nullam esse. Unde dicimus quod prima est vera simpliciter, sed conclusio immediate sequens est duplex secundum amphiboliam, hec scilicet 'tu non potes vere negare quod non sis asinus', eoquod hoc verbum 'negare' habet constructiones secundum diversas habitudines cum hoc quod sequitur, scilicet 'quod non sis asinus'. Quia hoc quod dico 'quod non sis asinus' potest esse obiectum supra quod transit ipsum negare (et est sensus 'tu non potes vere negare quod non sis asinus' idest 'tu non potes vere negare istud necessarium quod non sis asinus'); et sic est vera. Alio autem modo construitur cum hoc verbo 'negare' non in ratione obiecti sed in ratione finis (et est sensus 'tu non potes vere negare quod non sis asinus' idest 'tu non potes vere negare aliquid propter quod non sis asinus'); et sic est falsa, quia sive te neges esse irrationale vel te esse brutum, ex hoc sequitur quod non sis asinus. Et sic est ibi amphibolia ex diversa ratione construendi unum cum altero.

95. Sed ad illud argumentum quod sequitur (scilicet 'tu non potes vere negare quod non sis asinus; ergo tu non potes vere negare quin sis asinus') potest dici quod non sequitur, quia 'quin' et 'quod non' non convertuntur, sicut dictum est prius, nisi secundum quod dicunt consecutionem. Sed ego dico hanc conclusionem secundam, scilicet 'tu non potes vere negare quin sis asinus' esse duplicem, sicut et predictam, eadem duplicate. Unde secundum quod 'quin' et 'quod non' dicunt consecutionem et convertuntur in ratione finis, sic bene sequitur 'tu non potes vere negare quod non sis asinus; ergo tu non potes vere negare quin sis asinus; ergo

tu es asinus'. Sed ille sunt false, sicut dictum est. Et ex falso bene sequitur falsum. Et non sequitur ad primam illo modo, sicut dictum est. Si autem fiat constructio in ratione obiecti, tunc vere sunt ille due sequentes conclusiones, ut dictum est, sicut et prima. Sed ultimum argumentum non valet, hoc scilicet 'tu non potes vere negare quin sis asinus; ergo tu es asinus'. Et hoc modo nulla est ibi habitudo, sicut neque hic 'tu non potes vere negare hominem non esse asinum; ergo homo est asinus', immo potius sequitur oppositum sic: 'ergo homo non est asinus'. Et similiter in proposito, quia sicut 'hominem non esse asinum' est obiectum ipsius negare, similiter 'quin sis asinus' est obiectum eiusdem negare illo respectu. Unde deberet inferre oppositum eius quod infert, sic 'ergo tu non es asinus'.

96. Item. Probo quod prima est falsa quia: Hec est vera 'tu non potes vere enuntiare te esse asinum; ergo tu non potes vere negare te esse asinum' (a genere, quia 'vere enuntiare' commune est ad 'vere affirmare' et ad 'vere negare'). Sed si tu non potes vere negare te esse asinum, ergo tu potes vere negare suum oppositum, idest 'te non esse asinum'. ergo hec est vera 'tu potes vere negare te non esse asinum'. Ergo eius contradictoria est falsa, hec scilicet 'tu non potes vere negare te non esse asinum'. Sed hec est prima. Ergo prima falsa.

97. Solutio. Prima est vera simpliciter. Et ratio sua peccat in prima illatione. Neque est ibi locus a genere, quia quamvis 'vere enuntiare' sit commune ad 'vere affirmare' et ad 'vere negare', tamen 'vere enuntiare te esse asinum' non est commune, quia enuntiare te esse asinum hoc est affirmare, eoquod enuntiare contrahitur per obiectum. Unde sicut nullum est argumentum 'tu non potes vere affirmare te esse asinum; ergo tu non potes vere negare illud idem' neque est ibi aliqua apparentia, quia oppositum deberet inferre, -- similiter in proposito nullum est argumentum neque aliqua apparentia inferendo sic: 'tu non potes vere enuntiare esse asinum; ergo tu non potes vere negare te esse asinum'. Quod autem enuntiare contrahatur per obiectum ad affirmare, patet quia: Actus dupliciter contrahitur. Uno enim modo per differentias sumptas a parte agentis, alio autem modo per differentias sumptas a parte obiecti. Ut sentire visu idem est quod videre, sentire vero auditu idem est quod audire et sentire gustu idem est quod gustare, et sic de aliis; ergo contrahitur actus per differentias sumptas a parte agentis. A parte vero obiecti contrahitur sic: Sentire coloratum idem est quod videre, sentire vero sonum idem est quod audire, et sic de aliis; ergo contrahitur actus a parte obiecti. Ergo omnis actus habens obiectum dupliciter contrahitur, ut dictum est. Ergo enuntiare contrahitur dupliciter quia enuntiare affirmative idem est quod affirmare et enuntiare negative idem est quod negare; et sunt iste differentie sumpte a parte agentis. Item enuntiare hominem esse animal idem est quod affirmare ipsum et enuntiare hominem non esse lapidem idem est quod negare; et est ista contractio facta a parte obiecti.

98. Item. Queritur de hoc sopjhismate IN NULLO TEMPORE ALIQUID EST VERUM QUIN IPSUM SIT NECESSARIUM. Probatio. In nullo tempore 'deum esse' est verum quin ipsum sit necessarium. Ergo prima vera. Contra. In nullo tempore aliquid est verum ipsum sit necessarium. Ergo in quocumque tempore te sedere est verum, et ipsum est necessarium. Quod falsum est.

99. Solutio. Prima est simpliciter falsa. Quia sensus est: 'in nullo tempore aliquid est verum, si non sit necessarium'. Hec autem falsa est, quia ad antecedens non sequitur consequens, eoquod ad negationem speciei non sequitur negatio generis; necessitas autem est species veritatis. Probatio autem peccat secundum consequens, quia bene sequitur 'in nullo tempore deum esse et verum quin ipsum sit necessarium', et e converso: 'si Deum esse non est necessarium, in nullo tempore est verum'. Unde vera est illa propositio quam primo sumit, scilicet hec 'in nullo tempore Deum esse est verum quin ipsum sit necessarium', quia veritas in Deo convertitur cum sua necessitate. Sed in aliis veritas et necessitas non convertuntur, sed veritas est in plus quam necessitas. Unde est ibi consequens ab inferiori ad superius negando, sicut hic 'in nullo tempore est homo quin sit risibile; ergo in nullo tempore est animal quam sit

risibile'.

TRACTATUS NONUS

DE 'QUANTO', 'QUAM' ET 'QUICQUID'

A. DE HAC DITIONE 'QUANTO'

Introductio

1. Obmissis dubitationibus que incidunt circa hanc dictionem 'quanto' videnda est eius multiplicitas. Sciendum ergo quod hec dictio 'quanto' aliquando tenetur interrogative, ut 'quanto profecisti hodie?', cui respondetur 'multum' vel 'parum' vel cum notatione 'istarum rerum'. Aliquando tenetur relative, ut 'tanto profeci hodie in hac lectione quanto tu in eadem'. Aliquando tenetur infinite, ut 'quanto volueris, tanto proficiam'. Et nullo istorum trium modorum intendimus hic de hac ditione 'quanto'. Alio autem modo hec dictio 'quanto' dicit causam, ut 'quanto calor intensior est, tanto fortius calefacit'. Nota quod hec dictio 'quanto' aliquando dicit causam efficientem, ut in predicto exemplo; calor enim causa est efficiens calefaciendi, ut calor intensior intensius calefacit. Aliquando dicit causam materialem, ut 'quanto corpus citius fit organicum, tanto citius reccipit aninam'. Aliquando dicit causam formalem, ut 'quanto anima citius est infusa, tanto corpus organicum citius est perfectum': anima enim intellectiva infusione fit; creando enim infunditur et infudendo creatur. Aliquando dicit causam finalem, ut 'quanto premium maius, tanto labor facilius toleratur'.

Sophismata

2. Secundum predicta queritur de hoc sophismate QUANTO MAGIS ADDISCIS, TANTO MINUS SCIS. Posito quod tu addiscas duo enuntiabilia (ut 'hominem esse animal' et 'aliquid esse') et scias unum (ut 'hominem esse gramaticum'). Inde sic. Quanto id quod tu addiscis est maius eo quod tu scis, tanto id quod tu scis est minus eo quod addiscis. Ergo quanto magis addiscis, tanto minus scis. Contra. Quanto magis addiscis, tanto magis augmentatur scientia in te (per locum a causa efficiente). Sed quanto magis augmentatur scientia in te, tanto magis scis (iterum a causa efficiente). Ergo a primo: quanto magis addiscis, tanto magis scis. Non ergo minus.

3. Solutio. Prima simpliciter est falsa, quia hec dictio 'quanto' significat in prima quod magis addiscere sit causa efficiens sciendi minus. Quod est impossibile, cum sit causa proxima efficiens sui oppositi, scilicet sciendi magis, quia eadem causa proxima non potest esse oppositorum (quamvis remota possit; ut est in secundo Phisicorum: sicut nauta causa est efficiens salutis navis et submersionis eius, sed nauta per sui presentiam est causa proxima salutis navis et per sui absentiam est causa remota submersionis eius). Et improbatio bene tenet. Sed probatio peccat secundum figuram dictionis precedendo ab una specie huius predicamenti quod est Relatio, ad alteram speciem eiusdem, quia 'maius' et 'minus' discunt relationes causatas a quantitibus, 'magis' et 'minus' dicunt relationes causatas a qualitibus, 'magis' et 'minus' dicunt relationes causatas a qualitibus. Unde sicut fit figura dictionis mutando modum quantitatis in modum qualitatis (ut quantum in quale vel econverso), similiter fit figura dictionis precedendo a relatione causata a quantitate ad relationem causatam a qualitate vel econverso.

4. Item. Queritur de hoc sophismate QUANTO ALIQUID MAIUS EST, TANTO MINUS VIDETUR. Probatio. Quanto aliquid maius est, tanto a remotiori videtur. Sed quanto a remotiori videtur, tanto minus videtur. Ergo a primo: quanto aliquid maius est, tanto minus videtur. Contra. Ibi assignatur causa predicati quod non est causa. Ergo oratio est impossibilis.

5. Solutio. Prima est simpliciter falsa, quia esse maius non est causa eius quod est maius videre neque etiam est causa eius quod est magis videri. Quia ad ipsum videre et ad ipsum videri exigitur visus tanquam virtus et exigitur coloratum tanquam obiectum et exigitur lucidum a parte obiecti sive illuminatio obiecti; et etiam exigitur medium, quod est aer vel aqua (videmus enim mediante aere vel aqua). Et cum hiis etiam exigitur distantia debita. Quia si minima fuerit distantia, non videtur visibile, ut si ponatur visibile supra visum sive supra oculum; aliquando etiam si distantia fuerit maxima, non poterit res videri; et ideo necessario exigitur debita distantia. Et hec quinque insimul congregata sunt causa efficiens eius quod est videre et videri, quia per 'virtutem visivam' supponimus organum sive instrumentum videndi. Unde maius non est causa eius quod est videre nec eius quod est videri. Ad probationem autem solvendum est per interemptionem, quia hec est falsa 'quanto aliquid maius est, tanto a remotiori videtur', quia ut est in libro De visu, unumquodque visorum habet spatium quo facto non amplius videbitur; idest unumquodque quod est visibile est elongabile in tanta distantia ultra debitam in qua distantia si ponatur, non amplius videtur. Unde hec est falsa 'quanto aliquid maius est, tanto a remotiori videtur'.

B. DE HAC DICTIONE 'QUAM'

Introductio

6. Plures autem dubitationes incidunt circa hanc dictionem 'quam'. Prima est de distinctione ipsius; secunda qualiter importet comparisonem; tertia que sit comparatio ipsius ad nomen comparativi gradus; quarta que sit comparatio eius ad nominativum sequentem (ut 'Sortes est fortior quam Plato'); quinta vero propter quid sequatur nominativus, quando hec dictio 'quam' coniungitur comparativo; sex questio est propter quid comparativus construatur aliquando cum ablativo, aliquando cum nominativo interposita 'quam'.

De distinctione huius dictionis 'quam'

7. Circa primum ergo nota quod hec dictio 'quam' aliquando est adverbium similitudinis, ut 'iste fecit hoc tam quam prudens' et 'tam iste quam ille currit'. Aliquando est adverbium comparandi, ut 'Sortes est fortior quam Plato'. Aliquando est adverbium admirandi, ut 'quam felix!', 'Quam preclara!' et 'quam bonus Deus Israel!'; aliquando indignandi, ut 'quam turpe factum!' et 'quam abhominabile scelus!'. Preter hoc etiam est coniunctio electiva. Que sic diffinitur a Prisciano "coniunctio electiva est quando diversis propositis aliquid ex eis nos eligere ostendimus", ut 'dives esse volo quam pauper': divite et paupere positus eligit se esse divitem relinquendo alterum. Et hic similiter: 'bonum est confidere in Domino quam confidere in homine; hic hec dictio 'quam' est coniunctio electiva. Et sic papet multiplicitas huius dictionis 'quam'.

Qualiter importet comparisonem

8. Circa secundum nota quod ad comparationem quinque exiguntur. Unum est quod comparatur; aliud est in quo comparatur sive in quo est comparatio; tertium autem est excessus in eo in quo est comparatio; quartum vero est illud cui comparatur; quintum vero est respectus medius inter comparatum et illud cui comparatur. Verbi gratia cum dico 'Sortes est fortior quam Plato', Sortes est illud quod comparatur et 'fortior' dicit fortitudinem in qua est comparatio et etiam excessus ipsius fortitudinis, quia Sorte habet fortitudinem et etiam habet eam in excessu respectu Platonis; Plato vero est illud cui comparatur; et hoc adverbium 'quam' dicit respectum medium inter ipsum comparatum et illud cui comparatur. Unde hoc adverbium 'quam' nichil habet de comparatione nisi predictum respectum. Nota etiam quod aliquando ponitur sextum in comparatione, quod est mensura ipsius excessus. Et tunc comparativus gradus construitur cum duplici ablativo, ut 'Sortes est maior Platone uno pede', vel construitur cum uno ablativo et cum nominativo interposita 'quam', ut 'Sortes est maior quam Plato uno pede'. Et sic (sicut diximus) Sortes est excedens sive quod comparatur et illud comparativum 'maior' dicit illud in quo excedit sive illud in quo est comparatio, et etiam dicit excessum ipsius maioritatis, et 'Plato' dicit quod exceditur sive cui comparatur; et hoc adverbium 'quam' dicit respectum medium (ut diximus) inter excedens et illud quod exceditur sive illud cui comparatur; et iste ablativus 'uno pede' dicit quantus est excessus maioritatis in Sorte respectu Platonis et ita dicit mensuram ipsius excessus. Unde quotienscumque volumus significare mensuram excessus significati per comparativum, predicta sex exiguntur ad comparationem. Quotienscumque vero volumus significare comparationem sine mensura excessus, sufficiunt predicta quinque. Patet ergo quod hoc adverbium 'quam' importat comparationem in hoc quod dicit respectum medium inter excedens comparatum et illud quod exceditur a comparato, ut diximus.

Que sit comparatio ipsius ad nomen comparativi gradus

9. Circa tertium nota quod hoc adverbium 'quam' habet rationem termini cum nominativo sequente in respectu ad comparativum, quia omne comparativum dicit excessum respectu alicuius termini sive respectu eius quod exceditur; et nominativus non potest esse terminus illius excessus nisi mediante hoc adverbio 'quam'.

Que sit comparatio eius ad nominativum sequentem

10. Circa quartum vero nota quod hoc adverbium 'quam' est ratio, per quam rationem nominativus terminat respectum comparativi, quia nominativus secundum se non potest terminare respectum comparativi; Unde habet rationem termini per hoc adverbium 'quam'. Unde hoc adverbium 'quam' est ratio nominativi in quantum nominativus est terminus comparativi. Et sic comparatur ad ipsum nominativum ut ratio eius in quantum terminat respectum comparativi.

Proter quid sequatur nominativus

11. Circa quintum nota quod substantia sumitur ut agens in nominativo, in obliquis autem sumitur ut patiens, quia nominativus dicit modum agentis, obliqui vero dicunt modum

patientis. Et quia hec dictio 'quam' facit illud quod exceditur retorqueri ad alium actum et actus semper est ab aliquo agente sive ab aliquo quod habet modum agentis, modus autem agentis est in nominativo (ut diximus), – ideo quando hoc adverbium 'quam' adiungitur comparativo, oportet quod sequatur nominativus qui comparatur ad alium actum, ut 'Sortes est Fortior quam Plato' idest 'quam Plato sit'.

Propter quid comparativus diversimode construatur

12. circa sextum nota quod illud exceditur per comparativum, duobus modis potest significari. Quia uno modo inquantum exceditur solum, alio autem modo inquantum exceditur et etiam ordinatur ad alium actum. Si autem sumatur solum inquantum est res excessa ab ipso comparato sive per ipsum comparativum, sic stat in ratione eius a quo removetur excessus qui significatur per comparativum. Excessus enim est in ipso comparato respectu rei excesse et non est in re excessa sed aufertur ab ea. Et sic res excessa stat ut in ratione eius quo aliquid aufertur. Sed comparatio ista que est termini a quo, est solum reperta in ablativo. Et ideo quando significatur res excessa inquantum est excessa solum, tunc oportet quod ponatur in ablativo. Et ideo comparativum isto modo semper construatur cum ablativo. Quando autem res excessa significatur inquantum est excessa et etiam inquantum comparatur ad alium actum: quia comparatio ad alium actum advenit supra primam comparationem (scilicet inquantum est excessa), ideo comparatio ad alium actum est quasi completiva prime comparationis, et ideo ordinat rem excessam ad alium actum. Et quia actus, ut diximus, est semper ab aliquo quod stat sub modo agentis, ideo sequitur nominativus. Et hoc modo comparativus semper construatur cum nominativo interposita 'quam'. Et sic patet propter quid comparativus aliquando construatur cum ablativo, aliquando vero cum nominativo interposita 'quam'. Et patet etiam quando comparativus debet construi cum uno et quando cum alio. Patet etiam quando comparativus debet construi cum duplici ablativo et <quando> cum uno ablativo et cum nominativo interposita 'quam'.

sophismata

13. Secundum predicta queritur de hoc sophismate IMPOSSIBILE EST TE SCIRE PLURA QUAM SCIS. Probatio. Hec est impossibilis 'tu scis plura quam scis'. Ergo dictum eius est impossibile. Ergo hec est vera 'impossibile est te scire plura quam scis'. Contra. tu potes addiscere plura quam scis. Ergo tu potes scire plura quam scis. Ergo prima falsa.

14. Solutio. Prima est duplex. Quia sicut 'possibile' dicit relationem (quia omnis potentia est eorum que sunt ad aliquid secundum Aristotilem), similiter 'impossibile' dicit relationem, quia impotentia privat potentiam ab aliquo et respectu alicuius, sicut potentiam dicit 'possibile' in aliquo et respectu alicuius, quia respectu actus essentialis, ut respectu forme complete, vel respectu actus accidentalis, ut respectu comparationis egredientis ab ipsa forma, quia agere est forme. Dico ergo quod prima est duplex, eoquod hec dictio 'impossibile' potest ponere rem suam in re dicti accusativi (et sic prima est falsa et est sensus 'tu non potes scire plura quam scis') vel potest ponere rem suam supra totum dictum; et sic prima est vera et est sensus 'te scire plura quam scis est impossibile', quia in nullo tempore scies plura quam scis in eodem.

15. Item. Queritur de hoc sophismate IMPOSSIBILE EST ALIUD QUAM ASINUM GENUISSE TE. Probatio. Hominem esse asinum est impossibile. Et est aliud quam asinum genuisse te. Ergo impossibile est aliud quam asinum genuisse te. Contra. Impossibile est aliud

quam asinum genuisse te. Ergo asinus genuit te.

16. Solutio: Prima duplex, eoquod hoc relativum diversitatis 'aliud' potest referri ad hunc terminum 'asinum'; et sic hoc relativum 'aliud' est accusativi casus. Et est sensus 'impossibile est <aliud quam asinum genuisse te' idest: 'impossibile est' rem aliquam aliam ab asino genuisse te: et sic est falsa. Vel hoc relativum 'aliud' potest referre totum dictum (scilicet 'asinum genuisse te') et tunc hoc relativum 'aliud' est nominativi casus. Et est sensus 'impossibile est aliud quam asinum genuisse te' idest 'aliud est impossibile quam hoc impossibile quod est 'asinum genuisse te', ut 'hominem esse lapidem' est impossibile aliud ab illo impossibili, scilicet 'asinum genuisse te'. Et sic est vera.

C. DE HAC DICTIONE 'QUICQUID'

Introductio

17. Quia hec dictio 'quicquid' uno modo importat distributionem, ideo quoad hoc de ipsa debet determinari in Distributionibus. Sed quoad hoc quod importat consecutionem cum disiunctione, debet determinari de ipsa in Sincategorematicis. Circa hanc ergo dictionem 'quicquid' primo queritur quid significet; secundo utrum sit dictio equivoca vel non; tertio autem utrum importet relationem vel non.

Quid significet hec dictio 'quicquid'

18. Circa primum nota quod quatuor sunt de intellectu huius dictionis 'quicquid' sive de sua significatione. Unum est distributio. Alterum vero est materia sue distributionis, quia, sicut hec dictio 'quilibet' habet in se distributionem et rem distributam per suam distributionem, similiter et 'quicquid'. Tertium autem est consecutio. Quartum vero disiunctio, quia cum dicitur 'quicquid currit, movetur, sensus est 'sive hoc currit, movetur, sive illud'. Et sic est ibi consecutio et disiunctio. Et ista quatuor sunt de significatione huius dictionis 'quicquid'.

Utrum sit dictio equivoca vel non

19. Circa secundum nota quod, quamvis diversa intelligantur in significatione huius dictionis 'quicquid', non tamen est dictio equivoca, quia significat illa plura per modum unius, eoquod distributio significatur in suo subiecto sive in re distributa mediante consecutione. Et propter hoc semper redditur ei unum verbum quod est antecedens et aliud est consequens, ut 'quicquid currit, movetur'.

Utrum importet relationem vel non

20. Circa tertium obicitur quia: Sensus istius 'quicquid currit, movetur' est iste 'omne quod currit, movetur'. Sed hic est relatio. Ergo in prima est relatio. Ergo hec dictio 'quicquid' importat relationem. Et dicendum quod hec dictio 'quicquid' non importat relationem nec est dictio relativa, sed est nomen distributivum et infinitum significans illud quod diximus. Et componitur per geminationem huius nominis 'quid' secundum quod hoc nomen 'quid' simpliciter est infinitum, et non secundum quod est interrogativum vel etiam relativum.

Argumentum autem peccat secundum accidens, quia non oporteret si in uno convertibilium intelligitur relatio, quod in altero intelligatur, Verbi gratia iste due convertuntur 'homo albus currit' et 'homo qui est albus, currit' et in una intelligitur relatio, in altera vero non.

Sophisma

21. Secundum predicta queritur de hoc sophismate QUICQUID DEUS SCIVIT, SCIT. Probatio. Deus scivit omnia. Et nichil oblitus est. Ergo quicquid Deus scivit, scit. Contra. Quicquid Deus scivit, scit. Sed scivit te esse nasciturum. Ergo scit te esse nasciturum. Ergo tu es nasciturus.

22. Solutio. Prima simpliciter vera, quia scientia Cause Prime semper est eadem nec recipit in se aliquam transmutationem; Unde de rebus omnibus scientiam habet immobilem. Et ideo de rebus corruptibilibus scientiam habet immobilem. Cuius causa hec est. Omne cognoscens cognoscit secundum modum suum et secundum virtutem sue cognitionis, et non secundum modum cognitivi sive rei cognite. Unde quia virtus cognitiva Cause Prime non dependet a rebus (sed res dependent ab Ipsa tamquam a sua causa), cognitio autem nostra dependet a rebus cognitis et perficitur ab eis, ideo sciendum quod nostra cognitio et scientia est permutabilis secundum rerum permutationem; scientia vero Cause Prime non est permutabilis secundum mutationem rerum.

23. Improbatio autem peccat secundum figuram dictionis ex commutatione predicamenti, quia mutatur quid in quando. Hec enim distributio 'quicquid' dicit quid, 'nasciturus' autem dicit quando. Et sic mutatur quid in quando, assumendo 'nasciturum' sub eo quod est 'quicquid'. Et etiam est ibi sophisma accidentis. Quia quid et quando possunt accipi uno modo in quantum significantur per dictionem. et sic peccatum est in eis secundum figuram dictionis propter principium motivum quod est in dictione. Alio autem modo possunt sumi quid et quando, scilicet a parte rei sive ut sunt modi rerum circumscripto sermone; et sic error in eis facit sophisma accidentis, et non econverso. Sed hoc est propter causas diversas, sicut tetigimus, quia modi rerum predicamentalium sunt diversi. Si accipiantur in quantum per dictionem significantur, sic fit figura dictionis. Si autem isti idem modi accipiantur a parte rei sive ut sunt modi rerum, sic fit accidens in eis, quia primo modo est principium motivum in dictione, secundo vero in re.

TRACTATUS DECIMUS

DE RESPONSIONIBUS

De interrogatione et responsione

1. Responsio sequitur interrogationem, quia interrogatio est petitio responsionis. Et est ab interrogante ut a causa efficiente. Quia ergo interrogatio per interrogantem cognoscitur sicut per suam causam, sciendum quod bene interrogans quinque debet facere. Primum est invenire locum a quo sive per quem debet arguere. Secundum est formare interrogationes sive propositiones secundum locum prius repertum. tertium autem est ordinare eas ad se invicem. Quartum est proponere eas ad alterum, ut ad respondentem. Quintum autem est ut cogat ipsum respondentem dicere improbabilia. Unde si bene vis opponere oportet te facere predicta quinque, vel saltem quatuor priora ex eis. Hec autem quinque determinat Aristoteles in octavo

topicorum; quatuor quidem in principio octavi, quintum autem in capitulo de responsione.

De modis solutionis

2. sequitur autem videre modos solutionis in genere. Solutionum ergo alia est recta, alia vero apparens. Apparens quidem solutio fit multis modis. Quia quedam est ad interrogantem, ut quando interrogans impeditur ne procedat ad suam conclusionem, quamvis veram habeat rationem. Alia autem est solutio ad tempus, ut quando solutio que datur ad propositum, indiget maiori inquisitione et maiori tempore quam ipsum propositum; hec autem eget pluris temporis quam propositum, est pessima omnium solutionum. Et utraque istarum solutionum apparentium dicitur ad hominem.

3. Recta vero solutio dicitur solutio ad orationem. Et diffinitur etiam sic in secundo Elenchorum: "recta quidem solutio est manifestatio falsi sillogismi et propter quid est falsus". Species autem sive partes recte solutionis sunt due, quia alia est per interemptionem, alia vero per divisionem. Solutio quidem per interemptionem est quando interimitur aliqua premissarum propter sui falsitatem. Solutio autem per divisionem est quando manifestatur quod conclusio non sequitur ex premissis propter aliquam fallaciam in dictione vel extra dictionem. Unde solutio per interemptionem debetur orationi que procedit ex falsis; solutio per divisionem debetur orationi peccanti secundum aliquam fallaciam in dictione vel extra dictionem.

4. Quotiescumque ergo vis orationem aliquam solvere, sive in sophismatibus sive in aliis, primo considera utrum conclusio sit vera vel falsa. Quoniam si est falsa, non potest probari nisi sophisticè; et sic ad probationem solvendum est per divisionem. Aut probabitur per fallaciam; et tunc ad ipsam probationem solvendum per interemptionem; improbatio autem vera debet esse. Si autem conclusio vera sit, tunc recta debet esse probatio, sed improbatio peccabit secundum aliquam fallaciam; et tunc solvendum est per divisionem. Aut accipiet aliquod falsum; et tunc solvendum per interemptionem.

De divisione sillogismorum a parte conclusionis

5. Terminatis sincategorematis et habitis eis que exiguntur ad oppositionem in genere et visis modis solutionum in communi, consequenter dicendum est de divisione sillogismorum a parte conclusionis. Sciendum ergo quod sillogismorum alii sunt universales, alii particulares. Universales autem dicuntur qui habent conclusionem universalem, sicut patet in primo et secundo prime figure et etiam in primo et in secundo secunde figure. Particulares autem dicuntur qui habent conclusionem particularem, sicut patet in reliquis sillogismis omnium figurarum.

6. Nota ergo quod universales semper plura sillogizant sive plures habent semper conclusiones, quia habent suam propriam conclusionem et etiam concludunt conversam sue conclusionis; et etiam concludunt particularem proprie conclusionis; preter autem has tres conclusiones sillogismi universales negativi concludunt quartam conclusionem; et hec est particularis propositio converse sue proprie conclusionis. Verbi gratia secundus prime infert suam propriam conclusionem sic: "nullum animal est lapis; omnis homo est animal; ergo nullus homo est lapis". Et concludit conversam sue conclusionis sic: 'ergo nullus lapis est homo'. Et concludit particularem sue proprie conclusionis sic: "ergo quidam homo non est

lapis". Et concluditur particularem sue converse proprie conclusionis sic: "ergo quidam lapis non est homo".

7. Et iste quatuor conclusiones sequuntur ex duobus premissis in predicto sillogismo positus. Et sic omnes universales negativi quatuor habent conclusiones. Sed universales affirmativi habent tres, scilicet propriam conclusionem universalem et suam particularem et suam conversam. Unde nota quod quintus prime continetur sub primo, quia nichil aliud concludit nisi conversam conclusionis primi. Et sextus prime continetur sub secundo, quia nichil concludit nisi conversam conclusionis secundi. Eadem ratione septimus continetur sub tertio. Unde intellige quod Aristoteles non separavit quintum a primo neque sextum a secundo neque septimum a tertio, sed Boetius. Unde Aristoteles in primo Priorum, ubi determinat generationem sillogismorum, nullam facit mentionem de illis tribus, scilicet de quinto et sexto et septimo, sed solum dicit in principio secundi Priorum quod universales sillogismi omnes semper plura sillogizant, idest plures habent conclusiones, ut diximus. Et ab illo loco extraxit eos Boetius. Item. Particularium sillogismorum affirmativi plures habent conclusiones, quia suam propriam conclusionem et conversam eius. Et ideo, sicut diximus, septimus prime continetur sub tertio. Sed particulares negativi unam solam habent conclusionem, eoquod particularis negativa non convertitur.

De ostensione sillogismorum

8. Visa divisione sillogismorum a parte conclusionis quoad quantitatem et qualitatem in precedenti lectione (non quoad principia sillogismorum, que sunt modus et figura, quia divisio sillogismorum a parte figurarum et modorum habita fuit prius in Tractatu sillogismorum, assignando figuras tres et modos proprios eorundem), – consequenter sciendum quod omnis sillogismus ostenditur duobus modis, quia ostenditur convertendo et etiam ducendo ad impossibile (sive per sillogismum conversivum et per sillogismum ad impossibile).

9. Notandum etiam quod eodem modo ordinantur termini et propositiones in sillogismo conversivo et in sillogismo ad impossibile. Sed differunt duobus modis. Prima differentia est in hoc quod sillogismus conversivus fit alio sillogismo prius facto, sumendo oppositum conclusionis cum altera premissarum ad interimendum reliquam, sed aliquando maiorem, aliquando vero minorem. Verbi gratia si accipiatur oppositum conclusionis cum minori, interimit maiorem. Ut 'omne animal est substantia; omnis homo est animal; ergo omnis homo est substantia'. Oppositum autem conclusionis est hoc 'quidam homo non est substantia'. Ex hoc ergo cum minori potes interimere maiorem sillogizando in quinto tertie sic: 'quidam homo non est substantia; omnis homo est animal; ergo quoddam animal non est substantia'; et hec conclusio contradicit maiori alterius sillogismi. Si vero accipiatur idem oppositum cum maiori, interimit minorem sillogizando in quarto secunde sic: 'omne animal est substantia; quidam homo non est substantia; ergo quidam homo non est animal'; et hec conclusio interimit minorem primi sillogismi. Et sic sillogismus conversivus fit semper sillogismo alio prius facto. Sed sillogizando ad impossibile non est necesse alium prius facere sillogismum, sed solum sumpta aliqua propositione: si ex ea ducat < respondentem > ad maius inconveniens quod sit cognitum esse falsum (unde suum oppositum erit manifeste verum), et propter hoc interimat propositionem quam prius sumebat, – tunc erit sillogismus ad impossibile. Ut si tu des propositionem hanc scilicet quod 'arbores non habent animam' et ex hoc concludat impossibile magis manifestum sic: 'ergo arbores non nutriuntur neque augmentantur'; sed hoc est impossibile; ergo impossibile est arbores non habere animam, -- sic factus est sillogismus ad impossibile. Secunda autem differentia est quod sillogismus conversivus est ad ostendendum illationem esse necessariam; sillogismus vero ad impossibile est ad ostendendum propositum esse falsum; unde ex consequenti ad ostendendum oppositum

propositi esse verum.

10. Sciendum ergo quod quilibet sillogismus cuiuslibet figure potest ostendi quoad suam illationem per sillogismum conversivum, ut diximus, et etiam quolibet conclusio cuiuslibet sillogismi potest ostendi quoad suam veritatem per sillogismum ad impossibile, ut dictum est. Si autem aliquis in istis voluerit esse promptus, oportet eum frequenter exercitari in huiusmodi sillogismis.